

An abstract painting with a dark, moody atmosphere. The central focus is a large, dark, textured shape, possibly a face or a figure, rendered in shades of black, grey, and dark blue. This central form is surrounded by vibrant, contrasting colors: a large red shape on the left, a yellow shape below it, and a blue shape to the right. The bottom of the image features a pattern of light-colored, wavy lines, resembling a textured surface or a specific fabric. The overall composition is dynamic and expressive, with visible brushstrokes and a sense of movement.

DINÂMICAS DA VIOLÊNCIA E DA CRIMINALIDADE NA REGIÃO NORTE DO BRASIL

Organizadora
Maria Paula Gomes dos Santos



DINÂMICAS DA VIOLÊNCIA E DA CRIMINALIDADE NA REGIÃO NORTE DO BRASIL

Organizadora
Maria Paula Gomes dos Santos



Governo Federal

Ministério do Planejamento e Orçamento

Ministra Simone Nassar Tebet

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidenta

Luciana Mendes Santos Servo

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Fernando Gaiger Silveira

Diretora de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

Luseni Maria Cordeiro de Aquino

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas

Cláudio Roberto Amitrano

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Aristides Monteiro Neto

Diretora de Estudos e Políticas Setoriais, de Inovação, Regulação e Infraestrutura

Fernanda De Negri

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

Carlos Henrique Leite Corseuil

Diretor de Estudos Internacionais

Fábio Vêras Soares

Chefe de Gabinete

Alexandre dos Santos Cunha

Coordenadora-Geral de Imprensa e Comunicação Social

Gisele Amaral

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

DINÂMICAS DA VIOLÊNCIA E DA CRIMINALIDADE NA REGIÃO NORTE DO BRASIL

Organizadora
Maria Paula Gomes dos Santos


Brasília, 2024

Dinâmicas da violência e da criminalidade na Região Norte do Brasil /
organizadora : Maria Paula Gomes dos Santos – Brasília: Ipea, 2024.
400 p. : il., gráfs.

Inclui Bibliografia.
ISBN 978-65-5635-072-1

1. Violência. 2. Homicídio. 3. Mortalidade. 4. Segurança Pública.
5. Causas Externas. 9. Brasil - Região Norte. I. Santos, Maria Paula
Gomes dos. II. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

CDD 364.0981

Ficha catalográfica elaborada por Andréa de Mello Sampaio CRB-1/1650

Como citar:

SANTOS, Maria Paula Gomes dos (org.). **Dinâmicas da violência e da criminalidade na Região Norte do Brasil**. Brasília: Ipea, 2024. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-072-1>.

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e ePUB (livros e periódicos). Acesse: <https://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento e Orçamento.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
CAPÍTULO 1 DINÂMICAS DA VIOLÊNCIA NA REGIÃO NORTE DO BRASIL: REFLEXÕES SOBRE SUAS ORIGENS E PERSISTÊNCIA	9
CAPÍTULO 2 DINÂMICAS DA VIOLÊNCIA NO TERRITÓRIO BRASILEIRO: ACRE	35
CAPÍTULO 3 DINÂMICAS DA VIOLÊNCIA NO TERRITÓRIO BRASILEIRO: AMAPÁ	69
CAPÍTULO 4 DINÂMICAS DA VIOLÊNCIA NO TERRITÓRIO BRASILEIRO: AMAZONAS	121
CAPÍTULO 5 DINÂMICAS DA VIOLÊNCIA NO TERRITÓRIO BRASILEIRO: PARÁ	167
CAPÍTULO 6 DINÂMICAS DA VIOLÊNCIA NO TERRITÓRIO BRASILEIRO: RONDÔNIA	209
CAPÍTULO 7 DINÂMICAS DA VIOLÊNCIA NO TERRITÓRIO BRASILEIRO: RORAIMA	249
CAPÍTULO 8 DINÂMICAS DA VIOLÊNCIA NO TERRITÓRIO BRASILEIRO: TOCANTINS	289
CAPÍTULO 9 DINÂMICAS DE VIOLÊNCIA E POLÍTICAS DE SEGURANÇA NAS REGIÕES BRASILEIRAS: O IMPACTO DAS FACÇÕES CRIMINAIS – MACRORREGIÃO NORTE	321

APRESENTAÇÃO

Percebida durante muito tempo como região apartada do resto do país e relegada à condição de exotismo, invocada pela presença da floresta amazônica, a região Norte do Brasil ganha visibilidade cada vez maior no debate público nacional. Diversos fatores concorrem para que isso aconteça: seja o embate entre a questão ambiental e as pressões exercidas por um modelo de desenvolvimento que incentiva a exploração desregulada dos recursos minerais e da biodiversidade ali presentes; seja a urgência de garantir presença do Estado em uma área de grande extensão na fronteira do país e que se torna progressivamente mais estratégica na geopolítica regional e mundial; seja o descortinamento das tensões inerentes a uma população culturalmente diversa e que mescla grupos urbanos em expansão e povos indígenas, ribeirinhos e extrativistas que lutam para preservar seus modos de vida tradicionais. Essa complexa trama de questões vem cobrando atenção e medidas adequadas.

Contudo, o Norte brasileiro tem tido destaque também em razão dos altos índices de homicídio registrados nos estados da região nos últimos anos. O fenômeno vem mobilizando atores do poder público, da academia e da sociedade, que encampam iniciativas variadas em busca de compreendê-lo de maneira adequada. Este livro vem somar-se a esses esforços, filiando-se às análises que associam essa situação ao espraiamento e à interiorização da violência no país, impulsionada pela migração de grupos do crime organizado. Seu mérito, porém, está em evidenciar que esses processos adquirem contornos específicos e engendram dinâmicas particulares conforme as características que configuram determinadas *territorialidades* no grande mapa da região, sejam essas de corte local, estadual ou interestadual. Nesse sentido, aspectos geográficos, históricos, econômicos, sociais e políticos se entrecruzam e potencializam tanto os padrões da conflitualidade cotidiana quanto o regime violento de regulação social imposto pelas organizações criminosas que se estabeleceram na região no período mais recente.

Cada capítulo desta publicação resultou de um longo e intenso processo de pesquisa e discussão coletiva, que envolveu um verdadeiro mergulho na realidade dos estados da região Norte, com apuração e análise de diferentes indicadores, leitura exaustiva de estudos acadêmicos recentes e materiais jornalísticos, viagens técnicas a campo e realização de entrevistas com atores variados. Em nome da Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest), agradeço às pesquisadoras e aos pesquisadores que se engajaram nessa iniciativa, que surgiu do objetivo tanto de capacitar nossa equipe no estudo das dinâmicas de violência e das políticas de segurança pública implementadas país

afora quanto de estabelecer redes de contato com analistas locais, mas que vem se mostrando muito mais enriquecedora e potente do que se imaginou a princípio.

Este livro é apenas um dos frutos desse projeto mais abrangente, que segue em desenvolvimento no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); outros estão por vir e hão de se debruçar sobre a(s) realidade(s) das demais regiões brasileiras. Desejamos que as informações e as análises aqui reunidas contribuam não apenas para ampliar a compreensão dos diferentes contextos estudados, mas possam ser úteis também para o debate sobre o aperfeiçoamento das ações que visam promover segurança e garantir direitos básicos às populações que residem no Norte do Brasil.

Boa leitura!

Luseni Aquino
Diretora da Diest/Ipea

DINÂMICAS DA VIOLÊNCIA NA REGIÃO NORTE DO BRASIL: REFLEXÕES SOBRE SUAS ORIGENS E PERSISTÊNCIA

Ana Clara Figueiredo¹
Angelina Parreiras²
Camila C. N. Dias³
Karolina Armstrong⁴
Maria Paula Santos⁵
Milena Machado dos Reis⁶
Paloma Palmieri Alves⁷
Ryanny Guimarães⁸
Vitória Hoff da Cunha⁹

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos quarenta anos, as taxas de homicídio no Brasil têm se mantido extremamente elevadas, tendo atingido seu ápice em 2017, quando foram registrados 30,9 homicídios por 100 mil habitantes. No entanto, a distribuição dessas taxas no território nacional não é homogênea, e se alterou bastante nesse período: na década de 1990, elas se concentravam sobretudo na região Sudeste; mas, desde meados da década de 2000, tornaram-se mais importantes nas regiões Nordeste e Norte. Os dados disponíveis indicam ainda a ocorrência, ao longo desse tempo, de um processo de *interiorização da violência*, isto é, o deslocamento da violência letal “das grandes regiões metropolitanas para os municípios do interior do país” (Cerqueira *et al.*, 2016, p. 10).

A movimentação dos indicadores de violência no Brasil vem sendo sistematicamente observada, registrada e divulgada pelo Ipea desde 2016, por meio do Atlas

1. Pesquisadora bolsista associada na Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Diest/Ipea). *E-mail*: figueiredo.ana@ipea.gov.br.

2. Pesquisadora bolsista associada na Diest/Ipea. *E-mails*: angelina.silva@ipea.gov.br; angelinamparreiras@gmail.com.

3. Pesquisadora visitante na Diest/Ipea e professora da Universidade Federal do ABC (UFABC). *E-mail*: camila.dias00@gmail.com.

4. Pesquisadora bolsista associada na Diest/Ipea. *E-mail*: karolina.armstrong@ipea.gov.br.

5. Técnica de planejamento e pesquisa na Diest/Ipea. *E-mail*: mariapaula.santos@ipea.gov.br.

6. Pesquisadora bolsista associada na Diest/Ipea no período de produção deste trabalho. *E-mail*: villemilena@gmail.com.

7. Pesquisadora bolsista associada na Diest/Ipea. *E-mail*: paloma.alves@ipea.gov.br.

8. Pesquisadora bolsista associada na Diest/Ipea no período de produção deste trabalho. *E-mail*: ryanny.guimaraes@gmail.com.

9. Pesquisadora bolsista associada na Diest/Ipea. *E-mails*: victoria.cunha@ipea.gov.br; victoriamacunha@gmail.com.

da Violência.¹⁰ Não obstante, poucos têm sido os trabalhos dedicados a descrever as dinâmicas sociais que impulsionam esses indicadores nas diferentes partes do nosso território. Sendo assim, o projeto *Dinâmicas da violência e da criminalidade nas regiões brasileiras*, da Coordenação de Justiça e Segurança Pública (Cojus) da Diest/Ipea, foi concebido para investigar os fenômenos que dão origem à violência letal nas diferentes partes do Brasil e conhecer as medidas eventualmente adotadas pelas autoridades de segurança pública locais para fazer frente a essa problemática.

A primeira macrorregião abordada nesse projeto é a região Norte do país. Partindo, inicialmente, das taxas médias de homicídio municipais, observadas entre 2018 e 2020,¹¹ com dados obtidos do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde (MS), o estudo envolveu também a leitura de bibliografia pertinente e o levantamento de informações tanto em publicações jornalísticas quanto mediante conversas com interlocutores locais – autoridades e agentes de segurança pública; membros do Ministério Público (estadual e federal); representantes de movimentos sociais; e pesquisadores vinculados a universidades e centros de pesquisa da região. Essas conversas foram realizadas por meio de videoconferências ou de forma presencial, durante visitas técnicas da equipe à região.

Partindo dos conflitos observados na região Norte, este texto pretende oferecer uma leitura genealógica das dinâmicas socioterritoriais históricas que podem explicar os altos índices de violência letal ali encontrados, na expectativa de contribuir para o debate público sobre essa problemática. Para tanto, ele está dividido em quatro grandes seções, além desta introdução. A seção 2 traz análises estatísticas dos dados sobre homicídios apurados para o Brasil e suas regiões, de modo a enfatizar as desigualdades inter-regionais, uma análise da região Norte e esclarecimentos metodológicos adotados para essas análises. A seção 3 realiza uma genealogia dos conflitos na região, colocando em perspectiva os processos de sua ocupação ao longo do tempo e, em especial, no período dos “grandes projetos de desenvolvimento” da ditadura militar (1964-1985). A seção 4 apresenta as dinâmicas econômicas

10. Resultado da parceria entre o Ipea e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), o Atlas da Violência se apresenta por meio de dois produtos: um portal *online*, que disponibiliza dados, informações e publicações sobre violência no Brasil; e uma publicação eletrônica anual, que consolida dados e análises relevantes. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/>.

11. A definição de “homicídios” é aquela estabelecida pelo Protocolo de Bogotá: “O homicídio se define, para o presente propósito, como a morte de uma pessoa causada por uma agressão intencional de outra(s). Nesse sentido, excluem-se os homicídios não intencionais, os acidentais e as tentativas de homicídio (...). Além disso, são consideradas as mortes por agressão cometidas por agentes públicos no exercício do seu dever profissional, mesmo quando sejam legais, bem como as mortes acontecidas no exercício da legítima defesa por parte de qualquer pessoa. Em consequência, essa definição de homicídio não está limitada pela tipificação legal, que varia de país para país e inclui com frequência diversos tipos penais, mas por um conceito geral que não depende da legalidade ou ilegalidade dos fatos. Esta opção maximiza a comparabilidade internacional, é consistente com o objetivo de minimizar as mortes por agressão independentemente da sua legalidade e evita a demora que resulta da espera pela certeza de uma decisão judicial”. Para mais informações, ver o *Protocolo de Bogotá sobre calidad de los datos de homicidio para América Latina y el Caribe*, de 2015. Disponível em: https://homicidiotatam.org/wp-content/uploads/2020/05/Protocolo-de-Bogota_esp.pdf.

e sociais contemporâneas que provavelmente alimentam a persistência da violência letal da região. Por fim, na seção 5, apresentam-se nossas considerações finais.

2 ESTATÍSTICAS DA VIOLÊNCIA

2.1 Considerações metodológicas: o conceito de taxa de homicídios utilizado e a representação cartográfica dos dados apurados

Primeiramente, cabe definir aqui o conceito de *taxas de homicídio* utilizado para estimar as taxas dos municípios brasileiros. Trata-se do mesmo conceito utilizado nas estatísticas apresentadas pelo Atlas da Violência, correspondente ao número de óbitos causados por agressões, somado ao número de óbitos causados por intervenções legais (policiais), apurados para cada município, segundo a 10ª Classificação Internacional de Doenças (CID-10), da Organização Mundial da Saúde (OMS). Os dados são provenientes do SIM/MS e referem-se apenas às vítimas fatais, segundo os códigos da CID-10 disponibilizados pelo TabNet,¹² quais sejam: X85-Y09 (agressão) e Y35-Y36 (intervenção legal).

A decisão sobre o intervalo de tempo analisado (2018-2020) se deve ao fato de que em 2022, ano em que o estudo começou a ser realizado, os dados mais recentes disponíveis no sistema do SIM/MS eram os de 2020. A opção por trabalhar com taxas médias trienais decorreu, por sua vez, da compreensão de que municípios com populações diminutas tornam suas taxas de homicídio sujeitas a grandes variações de um ano para outro, de modo que municípios relativamente violentos sejam considerados pacíficos e vice-versa (Cerqueira, 2013). Considerar as taxas médias trienais nos permite captar melhor as tendências normais das ocorrências em cada localidade.

Essa taxa é obtida pelo somatório do número de homicídios registrados nos anos de interesse (2018, 2019 e 2020), dividido pela quantidade de anos (3), cujo resultado é dividido novamente pela população do ano de 2020 (último ano da série), multiplicado por 100 mil, conforme fórmula a seguir:

$$TMH_{2020} = \frac{(\text{homicídios}_{2018} + \text{homicídios}_{2019} + \text{homicídios}_{2020})}{3} \times \frac{100.000}{\text{População}_{2020}}$$

Cabe esclarecer que essa taxa difere da que é normalmente utilizada na elaboração do Atlas da Violência para o cálculo anual das taxas de homicídio das Unidades da Federação (UFs), que consiste no número de homicídios de um ano dividido pela população desse mesmo ano, multiplicado por 100 mil, ou seja:

12. O aplicativo TabNet é um tabulador genérico de domínio público que permite organizar dados de forma rápida, conforme a consulta que se deseja tabular. Foi desenvolvido pelo DATASUS para gerar informações das bases de dados do Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em: http://tabnet.datasus.gov.br/Tutorial/Tutorial_tabNet_FINAL.pdf.

$$TH_{Ano\ x} = \frac{\text{Número de homicídios}_{Ano\ x}}{\text{População}_{Ano\ x}} \times 100.000$$

A população utilizada no denominador da taxa média de homicídios remete à população utilizada no *Atlas da violência: retratos dos municípios brasileiros* (Cerqueira *et al.*, 2019), coletada para o ano de 2020, que considera estimativas populacionais por município, feitas por MS, Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente (SVSA), Departamento de Análise Epidemiológica e Vigilância de Doenças não Transmissíveis (Daent) e Coordenação-Geral de Informações e Análises Epidemiológicas (CGIAE) e disponibilizadas também no TabNet.

As taxas de homicídio aqui apuradas também estão representadas cartograficamente. Para tanto, foram utilizadas bases cartográficas de limites nacional, estadual e municipal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).¹³ As bases cartográficas de assentamentos e quilombos foram obtidas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra);¹⁴ e as bases de terras indígenas (TIs) e unidades de conservação (UCs)¹⁵ foram coletadas no Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Para a elaboração desses mapas, foi utilizada a licença do *software* ArcGIS, versão Pro 3.0.

Os dados referentes aos homicídios por município foram unidos às bases cartográficas de limites municipais. Para cada um dos recortes utilizados, levou-se em consideração cada zona UTM¹⁶ referente à localização do estado, de modo a assegurar que cada um dos territórios fosse compatível com as projeções cartográficas de sua localização. Sendo assim, utilizou-se o DATUM¹⁷ de referência oficial adotado pelo IBGE, o Sistema de Referência Geodésico para as Américas (SIRGAS2000).¹⁸ Convém destacar que todos os dados utilizados se referem às divulgações mais recentes, disponibilizadas até dezembro de 2022 pelas instituições. Todos estão em formato *shapefile*, compatível com o *software* SIG.

13. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/15774-malhas.html>

14. Disponíveis em: https://certificacao.incra.gov.br/csv_shp/zip/Assentamento%20Brasil.zip; e https://certificacao.incra.gov.br/csv_shp/zip/%C3%81reas%20de%20Quilombolas.zip.

15. Disponível em: <https://caci.cimi.org.br/#1/p/942/>.

16. Universal Transversa de Mercator (Sistema Universal Transverso de Mercator).

17. Do plural *data*, cujo nome vem do latim dado, DATUM é um modelo matemático teórico da representação da superfície da Terra utilizado pelos cartógrafos em um determinado mapa ou carta. O DATUM disponibiliza o ponto de referência a partir da representação gráfica dos paralelos e meridianos. Disponível em: <https://santiagoecintra.com.br/blog/sistemas-de-referencia-datum-e-de-coordenadas/>.

18. A segunda campanha do SIRGAS foi conduzida entre 10 e 19 de maio de 2000. Seu objetivo principal era a conexão dos sistemas de altitude da América do Sul ao International Terrestrial Reference Frame (ITRF). Além disso, essa campanha incluiu não somente as estações SIRGAS95, como também estações maregráficas da América do Sul e algumas estações nas divisas dos países, o que permitiu uma conexão direta entre as redes de nivelamento de países vizinhos. Um total de 184 estações distribuídas na América do Norte, Central e do Sul foram utilizadas. Essa rede foi calculada por três centros de processamento: Deutsches Geodätisches Forschungsinstitut (DGFI), IBGE e Bayerische Kommission für die Internationale Erdmessung (BEK), atual Kommission für Erdmessung und Glaziologie (KEG). O DGFI e o IBGE utilizaram o *software* Bernese, v. 4.0, enquanto o BEK processou com o *software* GIPSY/OASIS II. A solução final foi obtida a partir da combinação individual das coordenadas e suas matrizes variância-covariância (arquivos SINEX). As coordenadas referem-se ao ITRF2000, época 2000,4. Disponível em: <https://www.sirgas.org/pt/sirgas-realizations/sirgas2000/>.

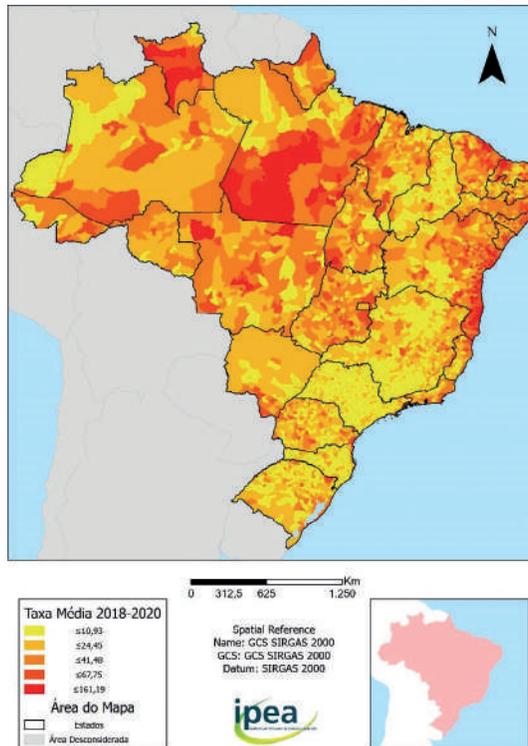
2.2 Resultados para o Brasil

Segundo o SIM/MS, nos três anos analisados, ocorreram 153.327 homicídios em todo o Brasil; desse total, 21.188 (cerca de 14%) ocorreram na região Norte. O mapa 1 ilustra a taxa média de homicídios nos municípios brasileiros em 2020 e, coerente com o que foi apresentado por Cerqueira *et al.* (2019), observa-se que a dinâmica se mantém similar aos dados apresentados em 2019, que mostraram maior incidência da violência letal em municípios das regiões Norte e Nordeste do país.

A dinâmica dos homicídios nos municípios brasileiros segue ainda refletindo um movimento de espraiamento e interiorização da violência, em que municípios, outrora mais pacíficos, passaram a apresentar taxas mais convergentes com as de territórios mais violentos do país (Cerqueira *et al.*, 2016).

MAPA 1

Taxa média de homicídios por 100 mil habitantes e por município – Brasil (2020)



Fonte: Coordenação de População e Indicadores Sociais/Diretoria de Pesquisas/IBGE. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica e SIM/CGIAE/SVS/MS. Disponível em: <https://svs.aims.gov.br/daent/centrais-de-conteudos/dados-abertos/sim/>.
Elaboração: Diest/Ipea.

Obs.: 1. O número de homicídios na UF de residência foi obtido pela soma das seguintes CIDs 10: X85-Y09 e Y35, ou seja, óbitos causados por agressão mais intervenção legal.

2. Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

A tabela 1 ilustra o *ranking* dos 25 municípios brasileiros mais e menos violentos. Observa-se que 20% dos municípios mais violentos estão situados na região Norte, que, por sua vez, abriga o município mais violento do país: Alto Alegre, em Roraima, cuja taxa média de homicídios chegou ao patamar de 161,9 homicídios por 100 mil habitantes (hom/100 mil hab.). Em seguida, encontra-se Jussari-BA, com 142,9 hom/100 mil hab., e Monte das Gameleiras-RN, com 142,5 hom/100 mil hab. Entre os municípios menos violentos, isto é, com taxas de homicídio menores ou iguais a 2 hom/100 mil hab., temos: Araioses-MA, com 0,7 hom/100 mil hab.; Nepomuceno e Jacutinga, ambos em Minas Gerais, com 1,3 hom/100 mil hab.; e Maravilha-SC, também com taxa média de 1,3 hom/100 mil hab.

TABELA 1

Taxa média de homicídios por 100 mil habitantes dos 25 municípios mais e menos violentos – Brasil (2018-2020)

Ranking	UF	Nome do Município	Taxa Média 2018-2020
1º	RR	Alto Alegre	161,2
2º	BA	Jussari	142,9
3º	RN	Monte das Gameleiras	142,5
4º	RN	Joko Dias	138,2
5º	GO	Campes Verdes	124,6
6º	CE	São João do Jaguaribe	122,1
7º	CE	Omilinda	120,2
8º	PA	Floresta do Araguaia	118,2
9º	CE	Itaitinga	115,9
10º	BA	Acajutuba	114,3
11º	RN	Unaraí	113,7
12º	PA	Jacareacanga	113,3
13º	BA	Belmonte	112,9
14º	BA	Itaú de Colênia	109,8
15º	BA	Saubara	108,0
16º	PA	Azape	107,6
17º	BA	Burro Preto	107,3
18º	RN	Extremoz	107,3
19º	CE	Charoitebo	106,9
20º	PA	Senador José Porfírio	105,8
21º	GO	Ingarai de Goiás	104,1
22º	BA	Aurelino Leal	104,1
23º	MG	Periquito	102,8
24º	CE	Quarantina	102,7
25º	SE	Santa Rosa de Lima	102,2
4857º	MG	Poço Fundo	2,0
4858º	SP	Descalvado	2,0
4859º	SP	Pindorama	2,0
4860º	SC	Presidente Getúlio	1,9
4861º	SP	Daberi	1,9
4862º	SP	Rio dos Pedras	1,9
4863º	SP	Eliás Fauto	1,9
4864º	SP	Conchas	1,9
4865º	SP	São Caetano do Sul	1,9
4866º	SC	Taió	1,8
4867º	MG	Santo Antônio do Amparo	1,8
4868º	AM	Tonantins	1,8
4869º	SP	Cacunde	1,8
4870º	SP	Vanduzero	1,8
4871º	MG	Empeddi	1,7
4872º	SC	São Miguel do Oeste	1,7
4873º	MG	Mazambinho	1,6
4874º	AM	Santo Antônio do Itã	1,5
4875º	PA	Chaves	1,4
4876º	MG	Monte Silo	1,4
4877º	SC	São Lourenço do Oeste	1,4
4878º	SC	Maravilha	1,3
4879º	MG	Jacutinga	1,3
4880º	MG	Nepomuceno	1,3
4881º	MA	Araioses	0,7

Fontes: Coordenação de População e Indicadores Sociais/Diretoria de Pesquisas/IBGE. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica e SIM/CGIAE/SVS/MS. Disponível em: <https://svs.aims.gov.br/daent/centrais-de-conteudos/dados-abertos/sim/>.

Elaboração: Diest/Ipea.

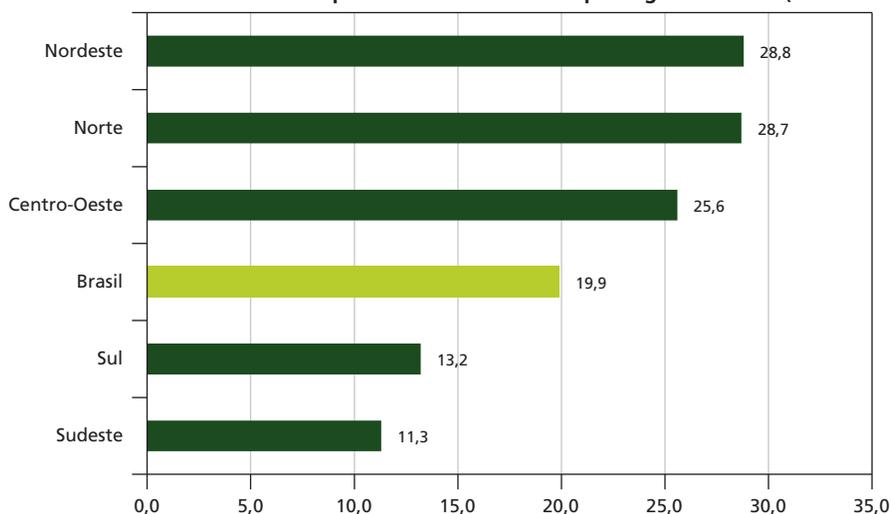
- Obs.: 1. O número de homicídios na UF de residência foi obtido pela soma das seguintes CIDs 10: X85-Y09 e Y35, ou seja, óbitos causados por agressão mais intervenção legal.
2. As demais posições até 5.565 são de municípios que não registraram homicídios e ficaram com taxas iguais a zero.
3. Ilustração cujos lajeute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

2.3 Desigualdades regionais

Nesta subseção, pode-se observar as disparidades entre as taxas médias de homicídio nas regiões brasileiras, no período considerado (2018-2020), segundo óbitos por local de residência da vítima. A taxa média nacional se situa próximo a 20 hom/100 mil hab., enquanto as regiões Norte e Nordeste alcançaram o patamar de aproximadamente 29 hom/100 mil hab. As regiões Sul e Sudeste são as menos violentas, com 13,2 e 11,3 hom/100 mil hab., respectivamente (gráfico 1).

GRÁFICO 1

Taxa média de homicídios por 100 mil habitantes e por regiões – Brasil (2018-2020)



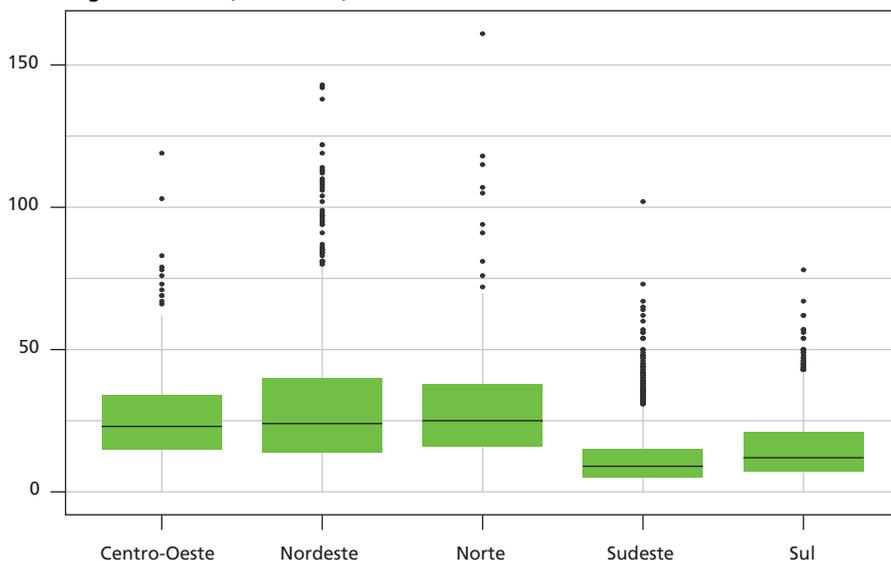
Fontes: Coordenação de População e Indicadores Sociais/Diretoria de Pesquisas/IBGE. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica e SIM/CGIAE/SVS/MS. Disponível em: <https://svs.aids.gov.br/daent/centrais-de-conteudos/dados-abertos/sim/>.
Elaboração: Diest/Ipea.

Obs.: O número de homicídios na UF de residência foi obtido pela soma das seguintes CIDs 10: X85-Y09 e Y35, ou seja: óbitos causados por agressão mais intervenção legal.

O gráfico 2 ilustra as estatísticas descritivas das taxas médias (mínimo, máximo, mediana e quartis) de homicídio nas regiões por meio de caixas comparativas. Nele é possível observar que a região com menor mediana da taxa de homicídios é a Sudeste, seguida das regiões Sul, Centro-Oeste, Norte e Nordeste. Pode-se destacar também uma distribuição bastante desigual e dispersa das taxas da região Norte, e em menor grau as da região Centro-Oeste, evidenciando diferenças expressivas dentro das próprias regiões. Convém destacar que as taxas médias também se distribuem assimetricamente em cada uma das regiões brasileiras, o que justifica a realização de análises qualitativas com o intuito de enriquecimento da compreensão sobre o fenômeno da violência local.

GRÁFICO 2

Caixas comparativas das medidas estatísticas de homicídios por 100 mil entre as regiões – Brasil (2018-2020)



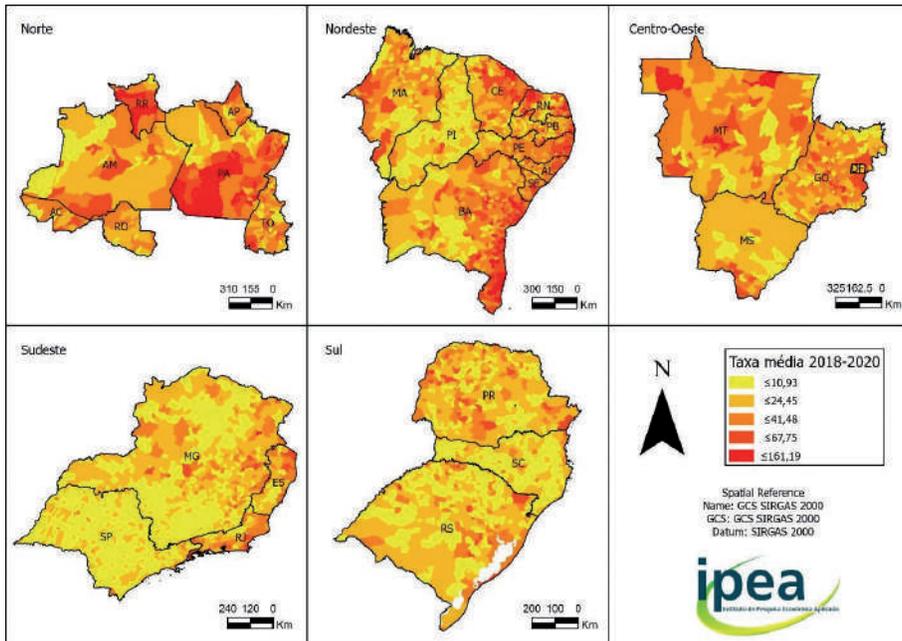
Fontes: Coordenação de População e Indicadores Sociais/Diretoria de Pesquisas/IBGE. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica e SIM/CGIAE/SVS/MS. Disponível em: <https://svs.aims.gov.br/daent/centrais-de-conteudos/dados-abertos/sim/>.
Elaboração: Diest/Ipea.

Obs.: O número de homicídios na UF de residência foi obtido pela soma das seguintes CIDs 10: X85-Y09 e Y35, ou seja: óbitos causados por agressão mais intervenção legal.

Ao analisar o mapa 2, é possível observar a variação das taxas de homicídio entre as regiões brasileiras. No entanto, as ocorrências na região Norte tendem a apresentar uma continuidade espacial. No mesmo mapa, nota-se que o volume de ocorrências é semelhante em municípios próximos entre si, mesmo quando esses integram estados diferentes, compondo grandes manchas contínuas – como nos limites entre Amazonas e Pará; Amazonas e Acre; e Amazonas e Roraima. O mesmo não acontece nas regiões Sul e Sudeste, onde os limites estaduais coincidem com as diferenças entre as taxas de homicídio.

MAPA 2

Taxa média de homicídios por 100 mil habitantes e por município – Brasil (2018-2020)



Fontes: Censo 2010 do IBGE (disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>) e SIM/CGIAE/SVS/MS (disponível em: <https://svs.aids.gov.br/daent/centrais-de-conteudos/dados-abertos/sim/>).

Elaboração: Diest/Ipea.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

De acordo com a publicação *Região de Influência das cidades* (IBGE, 2020), localidades mais próximas entre si tendem a apresentar mais semelhanças do que as mais distantes entre si. Isso se explica pela centralidade das grandes metrópoles: quanto mais próxima uma pequena cidade esteja de um grande centro urbano, maior é a sua tendência a assimilar recursos e infraestrutura desse centro. Essa lógica parece funcionar também para as taxas de homicídio. Aparentemente, as cidades mais violentas influenciam as taxas de homicídio daquelas que lhes são vizinhas – esse é o caso, ao menos, da região Norte.

As divisas entre as regiões Norte e Nordeste e Sul e Sudeste têm semelhanças e diferenças muito bem definidas. As semelhanças entre os estados do Pará, Tocantins e Maranhão são marcantes, revelando uma continuidade da violência, que atravessa os limites estaduais. Já nas fronteiras entre Mato Grosso do Sul, São Paulo e Paraná, as diferenças nos números de ocorrências também são evidentes. Essas semelhanças e diferenças podem estar ligadas às políticas estaduais, mas há que se investigar outros possíveis determinantes – tarefa a que se propõe o projeto *Dinâmicas da violência e da criminalidade nas regiões brasileiras*.

2.4 A região Norte

Como já mencionado, essa região possui o município mais violento do Brasil: Alto Alegre, que apresentou taxa média de 161,2 hom/100 mil hab no período aqui analisado (2018-2020). Quatro outros municípios, situados no estado do Pará, também figuram no *ranking* de mais violentos do Brasil no mesmo período, a saber: Floresta do Araguaia (118,2 hom/100 mil hab.), Jacareacanga (113,3 hom/100 mil hab.), Anapu (107,6 hom/100 mil hab.) e Senador José Porfírio (105,8 hom/100 mil hab.), conforme a tabela 1.

Semelhante ao que foi ilustrado e discutido em Cerqueira *et al.* (2019), as taxas médias apuradas evidenciam o espraiamento da violência nos pequenos municípios. Como se pode ver no mapa 2, há concentração de mortes violentas no sudeste do Acre, em praticamente todos os municípios do estado de Roraima, no norte do Amazonas, no Amapá e em todo o centro-sul e leste do Pará.

A tabela 2 ilustra o *ranking* dos quinze municípios mais e menos violentos da região Norte. Observa-se ali grande amplitude na magnitude das taxas de homicídio relativas aos municípios mais e menos violentos da região. Enquanto Alto Alegre-RR apresentou uma taxa de 161,2 hom/100 mil hab., Chaves-PA registrou apenas 1,4 hom/100 mil hab.

O estado do Pará possui doze municípios no *ranking* dos mais violentos da região Norte, enquanto Roraima possui dois e Tocantins, um (tabela 2). Entre os municípios menos violentos, seis são do Pará; quatro, do Amazonas; dois, de Rondônia; e os outros três, do Tocantins.

Roraima é o estado com maior mediana da taxa média de homicídios, seguido por Pará, Acre, Amapá, Tocantins, Amazonas e Rondônia, em ordem decrescente. Pode-se destacar também uma distribuição bastante desigual e dispersa em Roraima, Pará, Amazonas e Rondônia, que apresentam *outliers* superiores, com a presença de municípios muito violentos em contraste com o conjunto geral dos municípios desses estados. Essas diferenças e desigualdades são detalhadas nos demais capítulos deste livro, no qual serão tratados os estados individualmente. Análises qualitativas que seguem essas estatísticas também contribuirão para o enriquecimento da compreensão sobre o fenômeno da violência localizada.

TABELA 2

Taxa média de violência por 100 mil habitantes e por município – região Norte (2018-2020)

Ranking	UF	Nome do Município	Taxa Média de homicídio 2018/2020
1º	RR	Alto Alegre	161,2
2º	PA	Floresta do Araguaia	118,2
3º	PA	Jacareacanga	113,3
4º	PA	Anapu	107,6
5º	PA	Senador José Porfírio	105,8
6º	PA	Novo Progresso	94,5
7º	RR	Caracarái	91,2
8º	PA	Altamira	81,2
9º	PA	Nova Esperança do Piriá	76,4
10º	PA	Bujaru	72,1
11º	PA	Curionópolis	70,7
12º	PA	Tomé-Açu	69,9
13º	PA	Mãe do Rio	69,8
14º	TO	Sandolândia	69,1
15º	PA	Ourilândia do Norte	69,0
421º	RO	Cabixi	6,3
422º	TO	Pequizeiro	6,1
423º	PA	Curralinho	5,8
424º	TO	Itaguatins	5,7
425º	PA	Alenquer	5,3
426º	AM	Manaquiri	5,2
427º	TO	Rio Sono	5,2
428º	PA	Muaná	5,0
429º	AM	São Paulo de Olivença	4,2
430º	AC	Jordão	4,0
431º	PA	Limoeiro do Ajuru	3,5
432º	PA	Curuá	2,3
433º	AM	Tonantins	1,8
434º	AM	Santo Antônio do Içá	1,5
435º	PA	Chaves	1,4

Fontes: Coordenação de População e Indicadores Sociais/Diretoria de Pesquisas/IBGE. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica e SIM/CGIAE/SVS/MS. Disponível em: <https://svs.aids.gov.br/daent/centrais-de-conteudos/dados-abertos/sim/>.

Elaboração: Diest/Ipea.

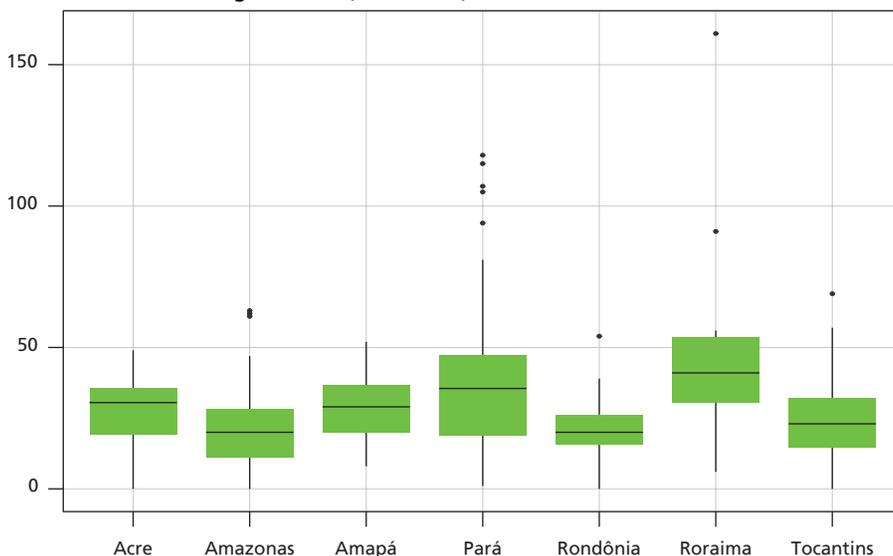
Obs.: 1. O número de homicídios na UF de residência foi obtido pela soma das seguintes CIDs 10: X85-Y09 e Y35, ou seja: óbitos causados por agressão mais intervenção legal.

2. As quinze últimas posições são de municípios que não registraram homicídios no período e ficaram com taxa média de homicídios igual a zero no período, a saber: Castanheiras, Pimenteiras do Oeste, Marechal Thaumaturgo, Japurá, Nhamundá, Cachoeirinha, Centenário, Fátima, Itaporã do Tocantins, Lavandeira, Novo Alegre, Oliveira de Fátima, Santa Teresinha do Tocantins, Sucupira e Taipas do Tocantins.

3. Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

GRÁFICO 3

Caixas comparativas das medidas estatísticas de homicídios por 100 mil habitantes entre as UFs – região Norte (2018-2020)



Fontes: IBGE (2010) e SIM/CGIAE/SVS/MS. Disponível em: <https://svs.aids.gov.br/daent/centrais-de-conteudos/dados-abertos/sim/>.
Elaboração: Diest/Ipea.

3 DETERMINANTES SOCIAIS DA VIOLÊNCIA NA REGIÃO NORTE

A região Norte desponta no cenário brasileiro entre aquelas com maior crescimento da violência letal no país. Entre 1980 e 2019, sua taxa média de homicídios¹⁹ ampliou-se em 260,3%, enquanto a taxa média do Brasil cresceu em 85%. Esses números decorrem de uma série de dinâmicas específicas da região, como os conflitos fundiários e ambientais, mas também são reflexos de um processo que vem ocorrendo em todo o país: o avanço de grupos criminais que disputam o controle armado de territórios, fronteiras e mercados ilícitos. No caso da região Norte, essas disputas estão associadas às relações transfronteiriças com os países que respondem pela maior produção mundial de cocaína – Colômbia, Peru e Bolívia –, o que possibilita a utilização do território nortista – sobretudo seus grandes rios – como rota de escoamento e distribuição de mercadorias ilegais (drogas, armas, além de fauna, flora e minérios) para os mercados interno e externo (Couto, 2011; UNODC, 2023).

As tensões que atravessam a região são, em grande medida, tributárias de processos históricos de intervenção promovidos pelo governo nacional ao longo dos anos, principalmente durante os governos da ditadura militar (1964-1985),

19. Como já mencionado na introdução, a taxa de homicídios é a razão entre o número total de homicídios por 100 mil habitantes.

que implementaram um amplo programa de “ocupação” e “integração” da região, abrindo estradas, construindo infraestrutura e atraindo centenas de milhares de migrantes. Esses processos levaram alguns autores a compreender a região como vítima de um *colonialismo interno*, posto que empreendido por grupos nacionais, radicados nas regiões mais afluentes do país (Sul e Sudeste), que viram na sua exploração a saída para o crescimento e o desenvolvimento do país (Loureiro, 2022). Essa exploração, conduzida de forma violenta e a contrapelo dos modos de vida das populações autóctones e do meio ambiente local, transformou a região numa *grande fronteira* a ser conquistada (Loureiro, 2022; Martins, 1996).

Com base nessa interpretação, a explicação da violência letal observada na região Norte nos dias de hoje não prescinde de uma análise dos processos históricos que induziram sua ocupação nos últimos 150 anos e do estabelecimento de sua condição de *fronteira* – “lugar do encontro dos que, por diferentes razões, são diferentes entre si (...); um lugar de descoberta do outro e de desencontro.” (Martins, 1996, p. 27). Lugar, portanto, do conflito.

3.1 Ocupação e padrão de desenvolvimento: a herança do século XX

No fim do século XIX, a economia da região seria alavancada pela extração e comercialização da borracha para o mercado internacional. Baseada no uso intensivo de trabalho humano, a atividade borracheira estimulou a migração de trabalhadores de outras regiões. Segundo Furtado (2005), cerca de 260 mil pessoas teriam migrado para a região Norte no último decênio do século XIX, atraídas pelo *ciclo da borracha*. O Norte alcançaria então elevado ritmo de crescimento, gerando fortunas. As cidades de Manaus e Belém se expandiram e se urbanizaram, adquirindo feições de cidades europeias, com a construção de teatros, palácios e mercados. Foi também nesse período que cientistas europeus se lançaram em expedições pelos grandes rios da região para levantar e catalogar sua biodiversidade.²⁰ Com sua produção de crônicas, relatórios e obras literárias, esses cientistas contribuíram para compor as imagens e os estereótipos que passaram a circular no Velho Mundo sobre a Amazônia brasileira (Salles, 2022).

O ciclo da borracha se esgotou na primeira década dos anos 1900, embora tenha sido brevemente retomado durante a Segunda Grande Guerra (1939-1945) para atender à demanda gerada pelo esforço de guerra. Ao fim do conflito, porém, a produção do látex voltaria a perder importância no comércio exterior brasileiro, deixando como saldo um numeroso contingente de trabalhadores empobrecidos em busca de novos meios de sobrevivência.

20. Como os cientistas Johann B. Spix e Carl Von Martius (1817-1820); Alfred Russel Wallace (1848-1852); Henry Walter Bates (1848-1859); o casal Jean Louis e Elizabeth Agassiz (1865-1866); Franz Keller-Lëuzinger (1867 e 1868), entre outros. Ver Assad (2022).

O governo do Estado Novo (presidente Getúlio Vargas, 1937-1945) viria a incentivar a ocupação das regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil, por meio do programa que ficou conhecido como a Marcha para o Oeste, originado do receio de que as grandes potências mundiais viessem a ocupar as supostas “áreas vazias” da Amazônia brasileira. Na ocasião, novas levas de migrantes seguiram para lá, onde se encontrariam não só com as populações originárias locais – indígenas, quilombolas e ribeirinhos –, mas também com trabalhadores sem-terra e posseiros, chegados em outras ocasiões – como aqueles que haviam migrado para trabalhar nos seringais. Ao promover a distribuição de terras públicas na região, a Marcha para o Oeste implicaria perseguição e expulsão violenta dos povos tradicionais e camponeses.

Esse modelo de ocupação permaneceu mesmo após a deposição de Vargas (1945), com a delegação aos estados da competência para alienar terras destinadas à colonização, o que favoreceu a concentração fundiária e o avanço violento sobre o território, por meio da grilagem de terras (Stefanes e Rodrigues, 2010). Além disso, ele aprofundou o clientelismo político, à medida que permitiu que agentes públicos usassem as terras públicas em barganhas por apoio político-eleitoral. Nesses “apadrinhamentos”, não era incomum a alienação de um mesmo pedaço de terra por diversas vezes, para diferentes pessoas (Martins, 1995).

Até os anos 1960, as terras amazônicas pertenciam à União e aos estados. A quase totalidade delas era constituída por áreas públicas e livres de titulação como propriedade privada. Esse quadro se alteraria com o advento do golpe militar de 1964, quando a Operação Amazônia, iniciada em 1966, estabeleceria as bases jurídico-institucionais para o avanço da fronteira na região Norte, por meio de normas²¹ que estabeleceram a federalização das terras situadas na Amazônia Legal²² (Rocha e Gonçalves, 2017).

O projeto de ocupação da Amazônia desenhado pelos militares ancorava-se na suposta necessidade de garantir a “segurança nacional” – dado o velho suposto de que as grandes potências pretendiam apossar-se dela – assim como na percepção da região como um “vazio demográfico” (Soares, 2015). Tendo em vista as grandes secas que se abateram no Nordeste em 1969 e 1970, produzindo uma “população excedente” de camponeses pobres (Velho, 1976), o governo militar deslançou o Programa de Integração Nacional (PIN),²³ que previa a abertura de estradas e a ocupação de seu entorno por colonos agricultores. É nesse contexto que se dá a construção das rodovias Transamazônica (BR-230), ligando a Amazônia no sentido

21. Decreto-Lei nº 1.164/1971.

22. Criada em 1953, no segundo governo de Getúlio Vargas, abrangendo os estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Pará, Mato Grosso, Amapá, Tocantins e Maranhão.

23. “Art. 1º São declaradas indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacionais, na região da Amazônia Legal, definida no artigo 2º da Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, as terras devolutas situadas na faixa de 100 (cem) quilômetros de largura, em cada lado do eixo das seguintes rodovias, já construídas, em construção ou projeto” (Brasil, 1970).

Nordeste-Norte; e Cuiabá-Santarém (BR-163), que corta a região de sul a norte; e a implantação, no seu entorno, dos programas integrados de colonização (PICs) e dos projetos de assentamento dirigido (PADs), que distribuíram terras públicas²⁴ sob a gestão do Incra.²⁵ Os PICs eram voltados para atender a famílias sem-terra e com baixa renda, com lotes que tinham, em média, 100 ha. Já os PADs eram destinados a agricultores com maior capacidade executiva, experiência e recursos financeiros, que receberam incentivos fiscais para desenvolver a pecuária, a extração madeireira e a produção de *commodities* (Soares, 2015). Esses projetos seriam responsáveis pela abertura de extensos corredores de desmatamento às margens das estradas.

Nos anos 1970, o Segundo Plano de Desenvolvimento da Amazônia (II PDAM) redirecionou as intervenções estatais, criando polos de desenvolvimento, como o Polamazônia²⁶ – que também seriam viabilizados por meio de incentivos fiscais a empresas nacionais e transnacionais, destinados a empreendimentos agropecuários, minerais e florestais; e por investimentos diretos do Estado em infraestrutura. Entre os projetos de extração e beneficiamento de minerais em grande escala então implementados, destacam-se o Projeto Grande Carajás – viabilizado pela descoberta da reserva de ferro na Serra dos Carajás, uma das maiores do mundo; e o complexo Albras-Alunorte, de exploração de bauxita e produção de alumina e alumínio,²⁷ no município de Barcarena-PA. Esses empreendimentos demandariam a instalação de redes de transporte para escoamento da produção – rodovias, ferrovia, portos e aeroportos – e de infraestrutura energética – hidrelétricas e barragens. Entre essas, destaca-se a instalação da Usina Hidrelétrica (UHE) de Tucuruí, construída entre 1975 e 1984, na bacia hidrográfica do rio Tocantins, sudeste do estado do Pará. Com uma capacidade geradora instalada de 8.370 MW, essa usina alagou uma área de mais de 40 mil quilômetros quadrados, deslocando de suas terras cerca de 32 mil pessoas, entre populações quilombolas, indígenas, camponesas, ribeirinhas e pescadores (Corrêa, 2009).

Além da mineração industrial, o projeto colonizador dos militares também incentivou a mineração artesanal de ouro, por meio da criação de uma série de reservas garimpeiras em diferentes estados amazônicos,²⁸ entre as quais a cava de Serra Pelada, no Pará, que mobilizou cerca de 100 mil trabalhadores e produziu aproximadamente 50 t de ouro entre 1980 e meados da década de 1990: “Em 1989, mais de um milhão de garimpeiros trabalhavam na Amazônia Brasileira em pelo menos dois mil garimpos,

24. Condição que era, então, a da maior parte das terras da região.

25. Criado pelo Decreto-Lei nº 1.110, de 9 de julho de 1970, substituindo o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário e o Grupo Executivo da Reforma Agrária.

26. Decreto nº 74.607, de 25 de setembro de 1974. O decreto previa a instalação de quinze polos. Ver Brasil (1974).

27. Hoje o Brasil é o segundo maior produtor mundial de bauxita, superado apenas pela Austrália.

28. Em Rondônia, Roraima, Pará (Itaituba, Cumaru do Norte) e Mato Grosso.

produzindo cerca de 100 t de ouro por ano (Feijão e Pinto, 1992²⁹ *apud* Veiga, Silva e Hinton, 2002, p. 273). Com a exaustão de alguns depósitos e a queda dos preços do ouro no mercado internacional, muitos dos garimpos foram desativados no fim dos anos 1990. Contudo, não houve recuperação das áreas garimpadas, marcadas por alta degradação ambiental. Do ponto de vista social, a ocupação rápida e caótica de garimpos teve impactos locais importantes, como a proliferação de doenças, o abuso de álcool e outras drogas e a violência. Municípios originados durante a *corrida ao ouro*³⁰ entrariam em decadência quando do esgotamento das minas, deixando um rastro de devastação e pobreza.

Os governos militares também dariam os contornos de uma nova política florestal, a partir da concessão de incentivos fiscais e crédito para exportação de madeira (Ioris, 2021). Foram então criadas áreas de reservas e regras disciplinadoras do acesso a recursos florestais – como as florestas nacionais (Flona) e o Parque Nacional da Amazônia (localizado no vale do rio Tapajós). Segundo Guimarães (1991³¹ *apud* Ioris, 2021, p. 36), é desse período “a quase totalidade da estrutura institucional destinada a lidar com a gestão de recursos e a proteção ambiental” bem como “a maior parte da legislação ambiental brasileira”. Não obstante – e apesar dos benefícios coletivos que pretendia produzir –, a nova legislação ambiental abriu novas frentes de conflito, uma vez que, em diversos casos, expulsou pessoas e comunidades dos territórios que tradicionalmente ocupavam, ou restringiu seu acesso à terra e aos recursos naturais dos quais sobreviviam. Somente nos anos 1990, o governo federal iria reconhecer o direito de algumas comunidades tradicionais a permanecer nas áreas reservadas, criando, por exemplo, as reservas extrativistas (Ioris, 2021).

O fim da ditadura militar, em 1985, não ensejaria mudanças muito significativas no projeto desenvolvimentista conduzido pelo governo federal na região, a não ser pela redução da magnitude dos investimentos, visto que, desde o segundo choque do petróleo (1979), a disponibilidade de capitais vinha se reduzindo mundialmente. Contudo, o fato de as atividades incentivadas (mineração e agronegócio) produzirem saldos expressivos para a balança comercial brasileira – exportavam muito sem demandar grandes importações para realizar a produção – lhes garantiu a manutenção do apoio governamental, no contexto da crise da dívida externa eclodida em 1982 (Monteiro e Monteiro, 2007), o que se mantém até os dias de hoje.

29. Feijão, A. J.; Pinto, J. A. Amazônia e a saga do ouro do século 20. In: Barbosa, L.; Lobato, A. L.; Drummond, J. A. (Org.). *Garimpo, meio ambiente e sociedade indígena*. Niterói: EDUFF, 1992. p. 18-36.

30. Tais como Curionópolis, Eldorado de Carajás e Cachoeira do Piriá, no estado do Pará.

31. Guimarães, R. P. *The ecopolitics of development in the third world: politics and environment in Brazil*. Boulder: Lynn Rienner, 1991.

3.2 A escalada dos homicídios e a persistência da violência no século XXI

Diante do exposto na subseção anterior, é possível argumentar que a história de intervenções governamentais na região Norte, sobretudo a partir da década de 1970, explica, em boa medida, o espraiamento da violência letal naquele território. Tais intervenções, dado o seu vulto e as conexões que criaram com a economia nacional e internacional, tiveram impactos grandes e duradouros na região, impondo deslocamentos forçados e gerando conflitos fundiários e ambientais que se rotinizaram e ensejaram práticas brutais, como a utilização de trabalho análogo à escravidão e a pistolagem. Essa última parece ter-se estabelecido como método usual de processamento de conflitos na região, produzindo incontáveis vítimas, tais como Chico Mendes (1988), os doze trabalhadores sem-terra do massacre de Corumbiara (1995), os 21 de Eldorado dos Carajás (1996) e a irmã Dorothy Stang (2005).

No século XXI, o sucesso das *commodities* (grãos, carne e minérios) na realização de saldos positivos para a balança comercial brasileira, assim como a importância estratégica das conexões terrestres para a integração econômica do continente sul-americano têm contribuído para que prevaleça a abordagem desenvolvimentista sobre a região, dando origem a novos empreendimentos de grande porte e renovando sua vocação de fronteira econômica (Castro, 2012).

A expansão da fronteira agropecuária tem implicado a sistemática abertura de novas áreas floresta adentro. A implantação de monoculturas de grãos (soja e milho) segue-se à instalação da pecuária bovina, que por sua vez chega após o desmatamento e a exploração de madeira. Esse *combo* é viabilizado pela instalação de rodovias, em cumprimento à estratégia dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (Enids), projetada nos anos de 1990, com o propósito de incrementar a infraestrutura logística para as exportações brasileiras (Silva, Silva e Lima, 2019). Embora abarcasse todo o país, essa estratégia, na região Norte, viria a impactar fortemente o sul e o sudeste amazônicos (estados de Rondônia, sul do Amazonas e sul e sudeste do Pará), resultando no infame *arco do desmatamento* e favorecendo a apropriação ilegal de terras por particulares, num contexto de desordem dos registros fundiários, ausência de destinação de terras públicas e flexibilização das regras de propriedade.³² Assim, grilagem, especulação com terras e concentração fundiária correm *pari passu* com a expulsão de posseiros, camponeses assentados, ribeirinhos, indígenas e quilombolas, que degeneraram em conflitos sangrentos.

No que se refere à mineração, em 2022, 41% das exportações brasileiras de minério de ferro provinham somente do Pará.³³ Esses números, ao lado de

32. Não nos detemos aqui na descrição da situação fundiária na região – bastante complexa –, a qual é tratada com a devida profundidade por diferentes trabalhos, tais como Benatti (2006), Brito *et al.* (2021) e Silva, Silva e Lima (2019).

33. Disponível em: <https://www.simineral.org.br/mineracao#mineracaopara>.

descobertas de novas jazidas minerais (bauxita, caulim, manganês, ouro, cassiterita, cobre, níquel, nióbio, urânio, entre outros minerais nobres), na região do rio Xingu, dariam ensejo a novos investimentos em infraestrutura para sua exploração – por exemplo, os Programas de Aceleração do Crescimento (PAC), em que figuram programas voltados a logísticas de transporte, energia e comunicação, que nem sempre atendem aos interesses das populações locais. Nesse sentido, vale mencionar a construção da UHE de Belo Monte, que deslocou populações tradicionais, reduziu a disponibilidade de recursos pesqueiros, além de ter adensado e precarizado dramaticamente as cidades em seu entorno.³⁴

Nos últimos anos – mais especificamente, entre 2016 e 2022 –, decisões do governo federal,³⁵ ao lado do afrouxamento dos controles ambientais a cargo de órgãos públicos (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, Fundação Nacional dos Povos Indígenas – Funai) estimularam uma verdadeira explosão do garimpo ilegal do ouro em áreas protegidas de toda a Amazônia, afetando UCs e TIs. Segundo relatório do MapBiomas (2021), o garimpo ilegal em terras indígenas cresceu 495% entre 2010 e 2020 – com 9,3% das lavras exploradas ilegalmente no Brasil localizadas em TIs em 2020, principalmente nas terras do povo Kayapó (7.602 ha) e na TI Munduruku (1.592 ha), ambas no Pará; além da TI Yanomami (414 ha), localizada nos estados do Amazonas e de Roraima.

A exploração ilegal do ouro na região também envolve grande complexidade, para além de seu conhecido impacto socioambiental (Brasil, 2020). Com frequência, essa atividade conta com a conivência de agentes públicos e privados³⁶ e o apoio de setores da população, na medida em que um grande número de famílias retiram dela o seu sustento. Num contexto social de poucas oportunidades de trabalho e geração de renda, o garimpo do ouro – mesmo que praticado sob condições trabalhistas precárias e à margem da lei – apresenta-se como alternativa relevante, evidenciando a dimensão social e política do problema e exigindo respostas que ultrapassem a mera remoção ou punição das pessoas que atuam na ponta dessas atividades.

A expansão e o fortalecimento de organizações criminosas ligadas ao tráfico internacional de drogas – Primeiro Comando da Capital (PCC) e Comando Vermelho (CV) – para a região Norte também constitui importante fonte de conflitos violentos, que muito provavelmente impulsionaram as taxas de homicídio naquele território (Dias, 2023). A proximidade com países onde se concentra

34. Em especial, o município de Altamira, que registrou, entre 2018 e 2020, uma taxa média de 81,2 homicídios por 100 mil habitantes, cerca de 3,5 vezes a taxa média nacional.

35. Como a Instrução Normativa (IN) Conjunta nº 01, da Funai e do Ibama, de 22 de fevereiro de 2021, que garante o licenciamento ambiental de atividades econômicas propostas por “organizações de composição mista entre indígenas e não indígenas” em TIs, apresentando nova interpretação sobre o usufruto exclusivo dessas terras pelos povos indígenas.

36. Por exemplo, o caso de um ex-prefeito e empresário de Tartarugalzinho, no Amapá, preso por permitir a entrada do garimpo ilegal na região (Figueiredo, 2021).

a maior parte da produção mundial de cocaína – Colômbia, Peru e Bolívia – faz daquela região cenário de disputas pelo controle de rotas de transporte de drogas destinadas tanto ao mercado nacional quanto ao exterior (UNODC, 2023). Esses grupos, em aliança ou confronto com facções locais, também disputam, por meio de ações armadas, o domínio de territórios urbanos, num processo de *faccionalização* da dinâmica prisional e criminal em âmbito nacional (Dias, 2023). Ainda que voltadas inicialmente ao tráfico de drogas, as facções criminais passaram a participar crescentemente dos inúmeros negócios ilícitos praticados na região – como a exploração ilegal de madeira, minérios e o tráfico de animais silvestres – elevando dramaticamente o patamar da violência ali observado, dada a facilidade de acesso desses grupos a armas de fogo (Couto, 2024).

Relatos recentes revelam que o narcotráfico tem penetrado em terras indígenas e territórios ribeirinhos, recrutando jovens das comunidades para suas atividades e provocando dinâmicas de violência que incluem roubo a residências e embarcações, furto de combustível, ameaças e agressões a lideranças que os denunciam (Pontes, 2022). Em junho de 2022, o assassinato do jornalista Dom Phillips e do indigenista Bruno Pereira, no Vale do Javari, região do estado do Amazonas próxima à tríplice fronteira, escancarou a associação entre tráfico de drogas e extração de recursos naturais na região (Bispo, 2022). Bruno e Dom foram executados por homens ligados à pesca ilegal na Terra Indígena Vale do Javari; segundo investigações da Polícia Federal, o mandante dos assassinatos, Rubens Villar – o *Colômbia* – integra organizações do tráfico de drogas no Peru e no Brasil, além de financiar incursões de pesca ilegal dentro da TI (Ferneda, Bronze e Rodrigues, 2023).

Por fim, vale refletir sobre mais um possível determinante dos conflitos e das tensões que marcam hoje a região Norte, qual seja, o próprio avanço da pauta ambiental e da proteção aos povos originários, assim como as políticas públicas de proteção e conservação implementadas após a Constituição Federal de 1988 (CF/1988). Trata-se do que Leite Lopes (2006) chamou de *ambientalização dos conflitos sociais*. Em que pese a legitimidade dessas pautas e os benefícios coletivos que sua implementação acarreta, elas também geram disputas, não só entre dominantes e dominados (capitalistas *versus* populações tradicionais locais), mas entre os dominados, eles próprios segmentados por suas histórias e interesses distintos.

O exemplo, nesse caso, remete, mais uma vez, ao duplo assassinato ocorrido no Vale do Javari, em junho de 2022. Conforme o documentário *Vale dos isolados: o assassinato de Bruno e Dom* (Vale..., 2023), o principal executor dos crimes, Amarildo da Costa Pereira – o *Pelado* – era pescador e residente em comunidade ribeirinha do município de Atalaia do Norte, no Amazonas. Toda a sua família, como outras naquela região, descende de trabalhadores recrutados para atuar nos seringais durante o século XX. Com o fim do *boom* da economia borracheira, essas famílias passaram a se dedicar à captura de pescado típico da região, de grande

valor de mercado – como o Pirarucu. A partir da demarcação da TI Vale do Javari, em maio de 2001, esses pescadores foram, contudo, impedidos de retirar peixes na área demarcada, ficando restritos às águas próximas a ela. Com o passar dos anos, e na falta de um manejo adequado dos recursos pesqueiros, a disponibilidade desses foi se reduzindo na área externa à TI, embora aumentasse no interior dela. Isso levou aqueles ribeirinhos a invadi-la sistematicamente.

Ademais, como mostram as entrevistas apresentadas no documentário, as hostilidades entre indígenas e ribeirinhos são históricas na região. Ainda em 1989, madeireiros e pescadores foram responsáveis pelo massacre de indígenas da etnia Korubo, um dos grupos ainda em isolamento na TI Vale do Javari.³⁷ Segundo Sidney Possuelo, indigenista e ex-presidente da Funai (1991-1993), entrevistado no mesmo documentário, episódios como esse se repetiram ao longo dos anos 1990, em resposta às demandas por demarcação da TI, apresentadas por indígenas e seus parceiros.³⁸ Nas palavras do indigenista, “o ribeirinho nunca foi amigo dos índios (*sic*). Ele é a primeira linha de frente que mata os índios” (Vale..., 2023).

As reiteradas tragédias no Vale do Javari – das quais o duplo assassinato de junho de 2022 figura apenas como o mais famoso³⁹ – revelam a magnitude e a multiplicidade das tensões que podem advir da implementação de políticas de proteção socioambiental que, não obstante seu caráter virtuoso, se confrontam com uma miríade de interesses e demandas, muitas vezes incompatíveis, de diferentes segmentos sociais que habitam certos territórios, e que para eles foram levados por políticas públicas de “ocupação” e “desenvolvimento” da região Norte. Nesse sentido, a omissão do Estado na mediação entre esses grupos e suas demandas ao longo do tempo – especialmente no período 2016-2022 – é também fator essencial para explicar a recorrência de conflitos violentos nessa região.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se pretendeu argumentar ao longo deste texto, as expressivas taxas de homicídio observadas na região Norte, bem como seu crescimento acelerado a partir da década de 1980, estão muito provavelmente associadas às políticas federais de ocupação e integração daquele território aos mercados nacional e internacional, realizadas por sucessivos governos – em especial aqueles do período da ditadura militar (1964-1985) – que promoveram intensas migrações e intervenções territoriais e econômicas destinadas a ocupar o espaço supostamente “vazio” da região

37. A TI Vale do Javari é habitada por povos de sete etnias (Mayuruna/Matsés, Matis, Marubo, Kulina Pano, Kanamari, Korubo, Tsohom Dyapá), além de povos isolados. É a região com a maior densidade de povos indígenas isolados no mundo. Para mais informações, ver: Centro de Trabalho Indigenista (CTI), disponível em: <https://trabalhoindigenista.org.br/programa/javari/#povos>.

38. Instituto Socioambiental (ISA). Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/noticia/3162>.

39. Em 2019, outro indigenista da Funai, Maxciel Pereira dos Santos, foi executado no centro da cidade de Tabatinga-AM por sua atuação contra pescadores ilegais no Vale do Javari.

e a modificar sua configuração socioespacial. Ao longo dos anos, camponeses pobres e agricultores sem-terra, expulsos pela estiagem no Nordeste ou deslocados pelas tensões sociais nas áreas densamente povoadas do centro-sul; médios e grandes agricultores; além de empresas nacionais e estrangeiras foram atraídos por promessas de obtenção de terras, oportunidades de investimento e enriquecimento – pessoas que, em comum, possuíam apenas um imenso desconhecimento das características do ambiente natural e dos habitantes daquele lugar; e a percepção de que o “desenvolvimento”, ali, dependia da eliminação da floresta e da subordinação de seus povos tradicionais.

Tais processos dotaram a região Norte com feições de *colônia do Brasil* (Loureiro, 2022) e *território de fronteira* (Velho, 1976; Martins, 1996), onde se juntam pessoas “com mentalidades muito descontraídas a respeito de seu lugar nesse dramático confronto da condição humana e de concepções de humanidade” (Martins, 1996, p. 34). Se assim é, frequentemente o uso da força (bruta), como modo de regulação social, se naturaliza, instituindo uma (des)ordem violenta que, mais do que se contrapor à ordem legal (ao Estado de direito), se justapõe a ela, alargando o espectro de possibilidades de exercício do poder e da dominação – seja por meios econômicos, políticos e/ou pelas armas.

As dinâmicas sociais da região Norte parecem, assim, encerrar diversas camadas de conflitos, cujo processamento transcende ao mero exercício do poder de polícia ou uso da força – ainda que esses possam ser necessários e oportunos em algum caso. A retomada da proteção institucional à floresta e aos povos originários bem como a organização fundiária – tarefas inequivocamente indispensáveis – também não são suficientes para promover a distensão de conflitos na região, haja vista serem elas próprias fontes de conflito. Do mesmo modo, a implementação de políticas de combate à pobreza e de melhoria do acesso à educação e à saúde, incontornável naquela região, não seria suficiente, uma vez que a violência – em especial a violência letal – não é consequência apenas da escassez. Se assim o fosse, a Índia, por exemplo, teria taxas de homicídio parecidas com as brasileiras, e não é esse o caso.⁴⁰

As diversas formas de violência estão associadas, antes de tudo, aos mecanismos de poder que atravessam as sociedades. É preciso compreendê-las de forma situada, desvendando as racionalidades que atravessam as práticas de poder e de governo exercidas sobre indivíduos e grupos. Ainda que possam ser tributadas a um mesmo propósito – a apropriação e o usufruto de recursos naturais e logísticos daquele território –, as dinâmicas que geram violência na região Norte são várias, e envolvem diferentes objetos, além de múltiplos agentes e vítimas. Portanto, não é sensato pensá-las – nem tentar

40. Entre 1990 e 2016, a taxa indiana média de homicídios foi de 4,3 hom/100 mil hab. Em 2016, último ano para o qual há dados disponíveis, foi de 3,2 hom/100 mil hab. – quase um décimo da brasileira no mesmo ano. Dados obtidos em: https://pt.theglobaleconomy.com/India/homicide_rate/.

incidir sobre elas – a partir de esquemas totalizantes. Mais produtivo parece ser descer aos contextos específicos, observando as racionalidades que as conformam.

Há muito ainda por aprender sobre a porção Norte do Brasil, assim como sobre conflitos e sobre violência. Não temos a pretensão, neste estudo, de ter esgotado todas as dimensões e toda a complexidade desses temas. Oferecemos aqui tão somente uma interpretação, numa perspectiva genealógica da problemática recortada, apoiada em pesquisa própria, mas também na produção de outros autores, a maioria deles, vale dizer, residente na região. Não nos cabe apontar quais estratégias de política pública seriam mais exitosas para a redução das tensões e dos homicídios na região – sobretudo porque expressaríamos, mais uma vez, um ponto de vista *estrangeiro*. O que nos move é a pretensão de participar desse debate imprescindível, em diálogo com pesquisadores, autores e atores locais.

REFERÊNCIAS

ASSAD, L. Ciência à sombra das árvores. **Ciência & Cultura**, São Paulo, v. 74, n. 3, jul.-set. 2022. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0009-672520220003&lng=pt&nrm=iso.

BENATTI, J. H. **A grilagem de terras públicas na Amazônia brasileira**. Brasília: Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, 2006.

BISPO, F. A geografia dos crimes denunciados por Dom Phillips e Bruno Araujo no Vale do Javari. **Infoamazonia**, 17 jun. 2022. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2022/06/17/a-geografia-dos-crimes-denunciados-por-dom-phillips-e-bruno-araujo-no-vale-do-javari/>.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970. Cria o Programa de Integração Nacional, altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas na parte referente a incentivos fiscais e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 17 jun. 1970.

BRASIL. Decreto nº 74.607, de 25 de setembro de 1974. Dispõe sobre a criação do Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia). **Diário Oficial da União**, Brasília, 25 set. 1974. Seção 1. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-74607-25-setembro-1974-423225-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=%C3%89%20criado%20o%20Programa%20de,em%20%C3%A1reas%20priorit%C3%A1rias%20da%20Amaz%C3%B4nia>.

BRASIL. **Mineração ilegal de ouro na Amazônia**: marcos jurídicos e questões controversas. Brasília: MPF, 2020.

BRITO, B. *et al.* **10 fatos essenciais sobre regularização fundiária na Amazônia Legal**. Belém: Imazon, mar. 2021. Disponível em: <https://imazon.org.br/wp-content/uploads/2021/04/10FatosRegularizacaoFundiaria.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2023.

CASTRO, E. Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração Sul-Americana. **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, n. 64, p. 45-61, jan.-abr. 2012.

CERQUEIRA, D. **Mapa dos homicídios ocultos no Brasil**. Brasília: Ipea, 2013. (Texto para Discussão, n. 1848).

CERQUEIRA, D. *et al.* **Atlas da violência 2016**. Brasília: Ipea; FBSP, mar. 2016. (Nota Técnica, n. 17). Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/9657-atlasdaviolencia2016completo.pdf>. Acesso em: 15 out. 2023.

CERQUEIRA, D. *et al.* **Atlas da violência: retratos dos municípios brasileiros**. Brasília: Ipea; FBSP, 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes/58/atlas-2019-municipios>. Acesso em: 15 nov. 2023.

CORRÊA, S. R. M. O movimento dos atingidos por barragem na Amazônia: um movimento popular nascente de vidas inundadas. **Revista Nera**, v. 15, n. 12, p. 34-65, jul.-dez. 2009.

COUTO, A. C. O. Um problema de fronteiras: Amazônia no contexto das redes ilegais do narcotráfico. **Perspectiva Geográfica**, v. 6, n. 7, 2011. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/pgeografica/article/view/9165>.

COUTO, A. C. O. Relações transfronteiriças do narcotráfico na Amazônia: dos crimes conexos aos desafios da segurança regional. **Boletim de Análise Político-Institucional**, n. 36, p. 71-79, 2024.

DIAS, C. C. N. **O impacto das facções criminais nas dinâmicas de violência da Macrorregião Norte do Brasil**. Brasília: Ipea, 2023. Relatório de Pesquisa. No prelo.

FERNEDA, G.; BRONZE, G.; RODRIGUES, L. Traficante “Colômbia” foi o mandante das mortes de Dom e Bruno, diz PF. **CNN**, 23 jan. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/traficante-colombia-foi-o-mandante-das-mortes-de-dom-e-bruno-diz-pf/>.

FIGUEIREDO, F. Cinco são presos por exploração ilegal de ouro em mina fechada pela PF há 4 anos, no Amapá. **G1**, Macapá, 13 out. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2021/10/13/cinco-sao-presos-por-exploracao-ilegal-de-ouro-em-mina-fechada-pela-pf-ha-4-anos-no-amapa.ghtml>.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005. Disponível em: <https://docente.ifrn.edu.br/eduardojanser/disciplinas/economia-brasileira-comex/livro-formacao-economica-do-brasil-celso-furtado/view>.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Regiões de influência das cidades**: 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101728>.

IORIS, E. M. **Uma floresta de disputas**: conflitos sobre espaços, recursos e identidades sociais na Amazônia. Florianópolis: Ed. UFSC, 2021. *E-book*. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/978-65-5805-027-8>.

LEITE LOPES, J. S. Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 12, n. 25, p. 31-64, jan.-jun. 2006.

LOUREIRO, V. **Amazônia, colônia do Brasil**. Manaus: Ed. Valer, 2022.

MAPBIOMAS. **A expansão da mineração e do garimpo no Brasil nos últimos 36 anos**: destaques do mapeamento anual de mineração e garimpo no Brasil entre 1985 a 2020. [s.l.]: MapBiomass, ago. 2021. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/o1d00134.pdf>. Acesso em: 15 out. 2022.

MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1995.

MARTINS, J. de S. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 25-70, maio 1996.

MONTEIRO, M. de A.; MONTEIRO, E. F. M. Amazônia: os (des) caminhos da cadeia produtiva do alumínio. **Novos Cadernos NAEA**, v. 10, n. 2, p. 87-102, dez. 2007.

PONTES, F. Narcotráfico ameaça territórios de povos tradicionais na Amazônia. **Amazônia Real**, 15 nov. 2022. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/narcotrafico-ameaca-amazonia/>.

ROCHA, G. de M.; GONÇALVES, S. F. E S. Considerações sobre a federalização e a gestão compartilhada do território na Amazônia brasileira. **Confins**, n. 30, 13 fev. 2017.

SALLES, J. M. **Arrabalde**: em busca da Amazônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

SILVA, R. G.; SILVA, V. V.; LIMA, L. A. P. Os novos eixos da fronteira na Amazônia ocidental. **Confins**, n. 43, 2019. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/24950>. Acesso em: 15 set. 2023.

DINÂMICAS DA VIOLÊNCIA NO TERRITÓRIO BRASILEIRO: ACRE¹

Equipe técnica

Bernardo Medeiros²

Danilo Coelho³

Ana Figueiredo⁴

Sistematização de dados estatísticos e produção de mapas

Milena Machado dos Reis⁵

Karolina Armstrong⁶

Paloma Palmieri⁷

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto do projeto Dinâmicas de Criminalidade e Políticas de Segurança nas Regiões Brasileiras. O esforço realizado teve como meta debater os principais aspectos da criminalidade nos estados da região Norte do país, trazendo para o debate o que a literatura tem a dizer sobre essas localidades que, por vezes, são negligenciadas no âmbito acadêmico. Assim, nas próximas páginas, temos um panorama do estado do Acre, com atenção especial às dinâmicas de criminalidade do estado.

A metodologia utilizada neste trabalho é o chamado método misto, exemplificado por Creswell e Clark (2013). A metodologia mista de pesquisa utiliza-se da potencialidade dos métodos quantitativos e qualitativos para propiciar um melhor entendimento do problema de pesquisa. Nesse sentido, dados disponibilizados pelo Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde, além de outras fontes, foram analisados à luz de estudos empíricos, dando maior densidade à pesquisa e fornecendo um melhor entendimento dos fenômenos. Para além dos dados estruturados aqui debatidos, entrevistas presenciais realizadas *in loco* com atores-chave

1. Originalmente publicado como: Medeiros, B.; Coelho, D.; Figueiredo, A. *Dinâmicas da violência no território brasileiro: Acre*. Brasília: Ipea, 2023. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11984/4/RI_Dinamicas_da_Violencia_Acre.pdf. Acesso em: 6 mar. 2024.

2. Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Diest/Ipea). *E-mail*: bernardo.medeiros@ipea.gov.br.

3. Técnico de planejamento e pesquisa na Diest/Ipea. *E-mail*: danilo.coelho@ipea.gov.br.

4. Auxiliar de pesquisa na Diest/Ipea. *E-mail*: figueiredo.ana@ipea.gov.br.

5. Assistente de pesquisa na Diest/Ipea. *E-mail*: villelamilena@gmail.com.

6. Assistente de pesquisa na Diest/Ipea. *E-mail*: karolina.armstrong@ipea.gov.br.

7. Assistente de pesquisa na Diest/Ipea. *E-mail*: paloma.alves@ipea.gov.br.

do sistema de Justiça e Segurança Pública do Acre – incluindo Secretaria de Justiça e Segurança Pública, Poder Judiciário e Ministério Público estadual – ajudaram a compor a base fática sobre a qual as análises deste estudo se desenvolvem.

2 ASPECTOS HISTÓRICOS, SOCIAIS E DEMOGRÁFICOS

O estado do Acre, situado na fronteira com o Peru e a Bolívia, pertence ao território brasileiro desde 1903. Com a assinatura do Tratado de Petrópolis, firmado entre o governo brasileiro e o governo boliviano, uma permuta definiu que o Acre, já ocupado por seringueiros brasileiros, seria oficialmente anexado ao território brasileiro, em troca de terras situadas na foz do rio Abuña e na bacia do rio Paraguai, cedidas à Bolívia. Além disso, haveria uma indenização de 2 milhões de libras esterlinas para aquele país. Apenas em 1962 o Acre foi elevado à categoria de estado.

Anteriormente à assinatura do tratado, entre 1899 e 1909, o território acreano viveu disputas travadas entre bolivianos, peruanos e brasileiros, em decorrência do alto valor adquirido pela borracha – produto abundante na região – na economia mundial.

O Acre está localizado no sudoeste da região Norte do país, ocupando uma área de 164.173,429 km², com uma densidade demográfica de 5,06 hab./km² (IBGE, 2022). Integrado por 22 municípios, possui uma população de 830.026 (IBGE, 2022). O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do estado é de 0,71 (IBGE, 2021), e seu índice de Gini é de 0,54 (IBGE, 2021). A taxa de formalização da força de trabalho é de 45,5%, abaixo da média nacional (59,9%). Entre os indivíduos incluídos na população ocupada, 24,4% não possuem instrução ou ensino fundamental completo, valor acima da média nacional (21%). O rendimento mensal domiciliar *per capita* é de R\$ 1.038,00 (IBGE, 2022), próximo ao salário mínimo, que em 2022 era R\$ 1.212,00. Entre sua população jovem (25 a 29 anos), 44,1% das pessoas não estudam e nem trabalham, média consideravelmente superior à nacional (29,4%).

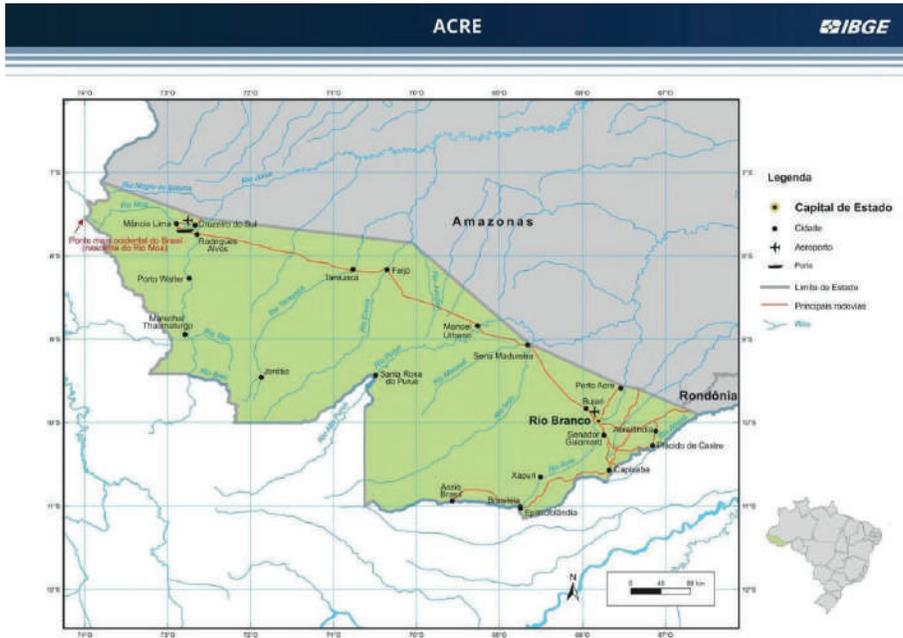
O estado possui uma grande população indígena, de 31.699 indivíduos, de treze etnias, que representam 3,82% da sua população; 68% dos indígenas do Acre habitam terras indígenas⁸ – TIs – (IBGE, 2023), as quais se situam em áreas protegidas ao longo da fronteira com o Peru e em regiões de influência das BRs 317 e 364.

No que tange às suas fronteiras e divisas, o Acre faz fronteira internacional com a Bolívia (Sul) e o Peru (Oeste) – ambos produtores de cocaína – e possui divisas estaduais com Rondônia (Leste) e Amazonas (Norte). Sua capital é Rio Branco, município mais populoso do estado, seguido por Cruzeiro do Sul, Sena Madureira e Tarauacá,

8. Disponível em: <http://semapi.acre.gov.br/terras-indigenas/#:~:text=As%20Terras%20Ind%C3%ADgenas%20do%20Estado,Ind%C3%ADgenas%20destinadas%20a%20quatorze%20povos.>

respectivamente. Diversos rios que atravessam o estado compõem a bacia amazônica, tais como Juruá, Purus, Acre, Tarauacá, Muru, Embirá e Xapuri. Ressalte ainda que o estado compõe a Amazônia Legal.

MAPA 1
Estado do Acre



Fonte: IBGE.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

3 HOMICÍDIOS

Segundo o Anuário de Indicadores da Violência do Ministério Público do Acre (2022), os homicídios representam “o limite da violência interpessoal” (MPAC, 2022, p. 102). Sendo assim, esse indicador possibilita mensurar o nível de violência letal empregado em determinado território. Desse modo, observar a sua variação no decorrer do tempo, seja pelo aumento ou pela diminuição – bem como proceder a uma análise da conjuntura do estado no período –, auxilia na compreensão do fenômeno complexo que é a violência criminal.

No quadro 1, são apresentadas as taxas médias de homicídio para os anos de 2018 a 2020 no Acre, por município. Durante esse período, catorze municípios (63,6% do total) apresentaram taxas médias de homicídio acima da média nacional

(23,2).⁹ Vale ressaltar que o município de Marechal Thaumaturgo não se encontra no quadro, porque não registrou nenhuma ocorrência no período em análise.

QUADRO 1

Grupos de municípios por faixa da taxa de homicídios

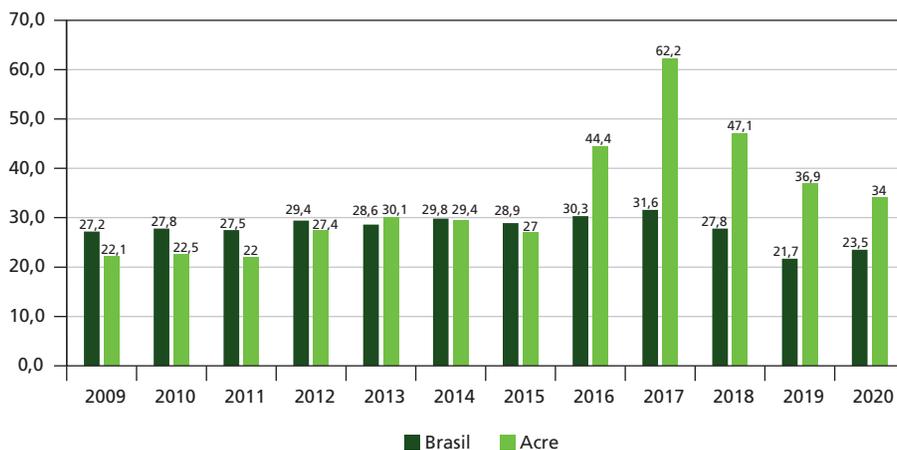
Grupos	Taxas médias de homicídios/100 mil hab.	Municípios
I	0 a 10,19	Jordão, Porto Walter e Santa Rosa do Purus
II	13,08 a 24,03	Xapuri, Rodrigues Alves, Sena Madureira, Epitaciolândia e Acrelândia
III	28,19 a 38,85	Manoel Urbano, Plácido de Castro, Mâncio Lima, Brasília, Senador Guiomard, Feijó, Porto Acre, Tarauacá e Cruzeiro do Sul
IV	42,61 a 49,76	Capixaba, Assis Brasil, Bujari e Rio Branco

Fonte: Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM).
Elaboração: Paloma Alves.

Em perspectiva geral, o estado possui taxas de homicídio acima da média nacional. No período de 2018 a 2020, o Acre apresentou uma taxa média de 39,3 homicídios por 100 mil habitantes, enquanto a taxa média nacional era de 24,3. Na série histórica, é a partir de 2016 que o estado passa a apresentar taxas notadamente superiores à nacional, o que pode ser observado no gráfico 1.

GRÁFICO 1

Série histórica das taxas de homicídio – Acre e Brasil (2009-2020)

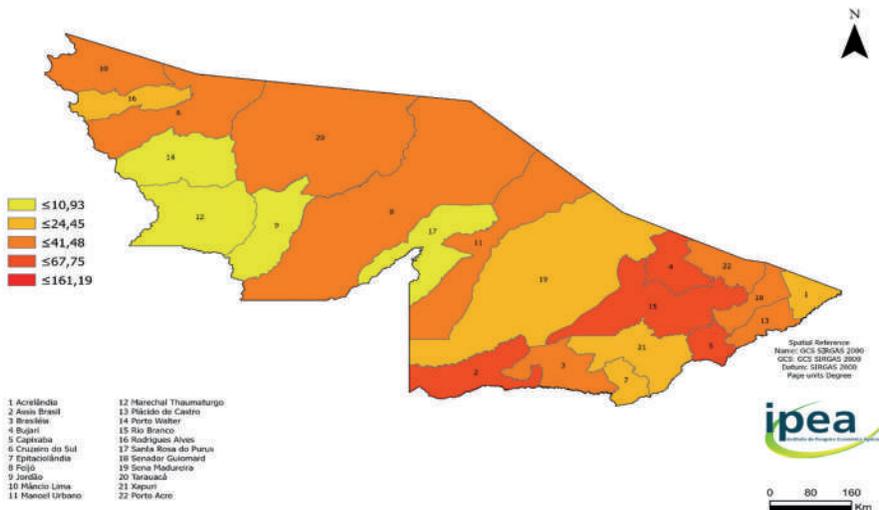


Fonte: SIM/Datasus.
Elaboração dos autores.

9. Segundo dados do SIM/Datasus.

MAPA 2

Taxas médias de homicídio – Acre (2018-2020)



Segundo o anuário do Ministério Público do Estado do Acre (MPAC), as principais motivações para a ocorrência dos homicídios dolosos¹⁰ consumados (HDCs) no estado seriam conflitos envolvendo o tráfico de drogas ilícitas e organizações criminosas (MPAC, 2022), o que se explicaria pelo fato de o Acre possuir extenso território de fronteira com países produtores de cocaína (Bolívia e Peru), a qual é escoada pelo território brasileiro para os mercados nacional e internacional (UNODC, 2023).

4 PRINCIPAIS CONFLITOS E ATIVIDADES RELACIONADAS

Figuras importantes e complexas marcaram a história da segurança pública do Acre, ajudando-nos a compreender melhor os conflitos que se desenvolvem no estado: Chico Mendes, assassinado em 1988, e Hildebrando Pascoal, ex-político local, atualmente em prisão domiciliar (Gadelha e Zancheta, 2019). Chico Mendes, filho de seringueiro, nasceu no município de Xapuri, foi um ambientalista, sindicalista e ativista político que lutou pelo fim da exploração dos seringueiros, pela preservação da floresta amazônica e pelo direito à terra dos povos extrativistas. Assassinado em 22 de dezembro de 1988 por donos de terra opositores à sua luta, Chico Mendes deixou seu legado. No velório do seringueiro, Luiz Inácio Lula da Silva discursou:

10. Aqueles em que o agente possui a intenção livre e consciente de praticar o ato lesivo.

A luta do companheiro Chico ganhou outra dimensão. O companheiro Chico começou a ser reconhecido por organismos internacionais, pelo Banco Mundial, pelo *Business*, pelo movimento ecológico do mundo inteiro. Ele começou a ser reconhecido, começou a ganhar prêmios, começou a viajar e a contar ao mundo o que acontecia aqui. E começou inclusive a dar palpite, opinião, sobre empréstimos que empresas estrangeiras ou que bancos estatais fariam aqui. *E por isso aumentou o ódio dos grandes proprietários contra o companheiro Chico, aumentou o ódio ao ponto de culminar na morte dele no dia 22* (Luiz Inácio Lula da Silva, 1988, grifo nosso).¹¹

Entre 1880 e 1920, havia, no mercado internacional, grande demanda de látex para a produção de borracha. Fonte dessa matéria-prima, o Brasil vivenciou, então, o chamado “ciclo da borracha”, propiciado pela extração do látex no Norte do país, que atraiu muitas pessoas para a região. Boa parte desses indivíduos chegaram ao Acre para trabalhar em seringais, e ali constituíram suas famílias e construíram suas vidas. Foi o caso dos pais de Chico Mendes, migrantes nordestinos em busca de oportunidades.

Esta atividade econômica sempre foi pautada por relações de grande exploração, pois os seringueiros eram subordinados aos donos dos seringais, além de se submeterem àquilo que o “aviador”¹² teria para oferecer, criando uma sociedade que, ao fim, era contrastante com a bonança econômica que a borracha proporcionava aos donos de seringais e que representava, de fato, miséria, para os trabalhadores.

O sentimento de revolta entre esses extrativistas era generalizado, mas o diferencial de Chico Mendes foi ter aprendido a ler e escrever (já na idade de 16 anos).¹³ Chico participou do primeiro Sindicato de Trabalhadores Rurais em Brasiléia, junto ao líder Wilson Pinheiro, promovendo os “empates às derrubadas” como forma de resistir. Quando sua luta começou a ganhar dimensão internacional, Chico Mendes foi assassinado no quintal de sua casa, com um tiro no peito, a mando de fazendeiros.

De acordo com o relatório da Comissão Pastoral da Terra (CPT), seringueiros foram, por muito tempo, o grupo que mais sofreu com disputas por terra no Acre, frequentemente vitimados por tentativas violentas de expulsão das terras em que vivem. A luta de Chico Mendes é hoje um de seus maiores legados, que se concretiza na Reserva Extrativista Chico Mendes, criada em 1990. Em suma, as famílias que trabalham nos seringais vivem nessas terras desde o ciclo da borracha, no entanto, elas não detêm o direito de posse ou propriedade da terra e ficam sujeitas às arbitrariedades empregadas por grupos de fazendeiros locais.

Outra figura relevante é Hildebrando Pascoal. Em simbologia antagônica à de Chico Mendes, Hildebrando Pascoal Nogueira Neto era, na década de 1980,

11. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kf7n1DmiZXw>. Acesso em: 25 ago. 2022.

12. Homens responsáveis por contratar o serviço dos seringueiros em troca de dinheiro ou produtos de subsistência.

13. Disponível em: <http://www.memorialchicomendes.org/chico-mendes/>. Acesso em: 25 ago. 2022.

comandante da Polícia Militar do Acre, ao mesmo tempo que comandava um criminoso grupo político local, como revelado por investigações (Possas e Rocha, 2014, p. 252). Exercendo forte influência na sociedade acreana e com enorme poder sobre as instituições públicas, Pascoal alcançou, em 1998, o cargo de deputado federal. Contudo, em menos de um ano, teve seu mandato cassado, por crimes de grande repercussão nacional e internacional, tamanha sua crueldade e dimensão. Um dos casos mais emblemáticos foi o célebre “crime da motosserra”, ocorrido em 1996, quando Agilson Santos Firmino, de 34 anos, foi esquartejado com uma motosserra pelo grupo de Hildebrando por vingança, devido a uma suposta participação de Agilson no assassinato do irmão de Hildebrando, Itamar Pascoal. Para Possas e Rocha (2014), Hildebrando Pascoal se valia de sua posição de oficial da Polícia Militar para tomar decisões arbitrárias e ilícitas, por intermédio de instituições estatais, para defender seus interesses privados.

Em certa medida, Hildebrando simbolizava um modo singular de imposição da lei aos cidadãos, pelas instituições locais. Eleito deputado federal, mesmo tendo cometido crimes extremamente violentos, Pascoal era simultaneamente respeitado e temido pela população acreana, o que Maquiavel vê como essencial para um *bom governante prosperar*. Foi preciso que ele alcançasse a esfera federal e tivesse destaque na mídia nacional para que fosse finalmente submetido às sanções previstas pelo direito penal, as quais nunca lhe tinham sido, até então, aplicadas.

Assim, percebe-se que a história do Acre é, sob certa ótica, alegoricamente marcada por figuras que operam em esferas distintas e demonstram diferentes forças de atuação. De um lado, a esfera ambiental, os crimes inerentes a ela e as lutas traçadas como forma de resistência. De outro, os crimes urbanos e de pistolagem, por vezes extremamente violentos, que acometem a sociedade acreana e que, mesmo com características de vingança privada, possuem algum tipo de participação institucional do estado. A partir dessa simbologia, podemos traçar considerações mais aprofundadas acerca dos principais conflitos e atividades relacionadas no Acre.

4.1 Conflitos fundiários

Os problemas fundiários representam um importante fator de conflito no Brasil. A má distribuição das terras, isto é, a concentração destas na mão de poucos, reflete dinâmicas próprias da formação histórica do país e da região Norte. Ali, os conflitos fundiários são parte do cotidiano de uma população que vive em meio à expansão da fronteira agropecuária e de operações das organizações criminosas.

Esses conflitos atingem famílias de pequenos agricultores, pessoas de baixa renda, trabalhadores rurais sem terra, indígenas, quilombolas e ribeirinhos. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) os classifica como “ações de resistência e enfrentamento pela posse, uso e propriedade da terra e pelo acesso aos recursos

naturais” (CPT, 2021, p. 12). No Acre, essa realidade pode ser constatada em notícias produzidas por veículos de mídia locais, relatórios da própria CPT e na literatura que trabalha questões fundiárias (Melo *et al.*, 2019; Fonseca *et al.*, 2019; Governo do Estado do Acre, 2018; FBSP, 2022a).

De acordo com o relatório de 2020 da CPT, o Acre registrou 1.201 invasões de terras, ficando atrás apenas de Roraima (19.662), Pará (19.638) e Amazonas (8.143). O relatório mostra ainda que o estado teve 59 conflitos por terra em 2020. De acordo com dados disponibilizados pelo MPAC,¹⁴ houve três homicídios dolosos decorrentes de disputa por terra naquele ano, representando 1,1% do total de homicídios dolosos no estado. As disputas por terra nem sempre resultam na morte dos envolvidos, mas implicam dinâmicas complexas.

Em relatório mais atual, produzido em 2021, observa-se que as ações violentas na região são protagonizadas principalmente por fazendeiros. Apesar de não serem de grande relevância numérica, em termos de indicadores de homicídio, os conflitos fundiários estão entre as principais dinâmicas violentas do estado. Se, por um lado, existem indivíduos que dependem de uma atuação do poder público para garantir o seu acesso à terra e fazer valer seus direitos – determinados pelo art. 231 da Constituição Federal de 1988¹⁵ –, por outro, há uma rede de interesses que agrega o capital proveniente da exploração de terras no Norte do Brasil, o que incide diretamente em problemas ambientais, como o desmatamento, que tem como característica primordial um violento processo de tomada da terra.

4.1.1 A dinâmica do processo de desmatamento

O desmatamento acumulado no Acre já alcança 3,54% de toda a extensão territorial da Amazônia Legal (16.668,00 km²),¹⁶ concentrando-se principalmente nos municípios que compõem a Regional do Baixo Acre – formada pelos municípios de Rio Branco, Bujari, Porto Acre, Senador Guiomard, Capixaba, Plácido Castro e Acrelândia. Em sexto lugar no *ranking* de estados mais desmatados da Amazônia Legal, o Acre teve, em junho de 2022, um aumento de 36% do desmatamento, em relação ao mesmo mês do ano anterior. O aumento dos conflitos agrários é a principal consequência do desmatamento na região e envolvem loteamentos ilegais, litígios, grilagem, questões de limites, entre outros (Melo *et al.*, 2019, p. 3).

14. A tabela pode ser visualizada no anexo G (tabela G.1).

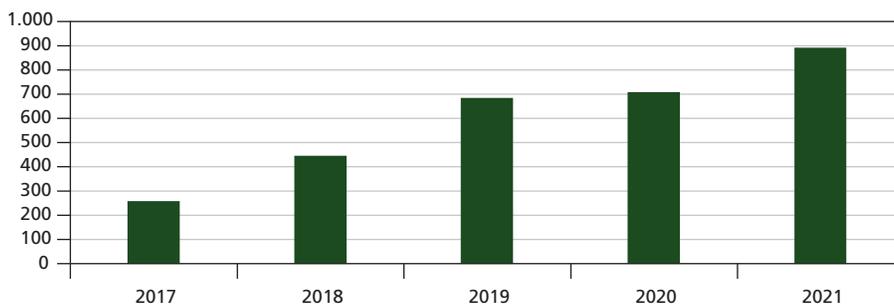
15. “Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens” (Brasil, 2016).

16. Disponível em: http://terrabrasil.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal_amazon/rates. Acesso em: 25 ago. 2022.

Segundo o Projeto de Monitoramento do Desmatamento da Amazônia Legal por Satélite (Prodes), as taxas de desmatamento por km², no Acre, sofreram crescimento progressivo nos últimos cinco anos, como pode ser observado no gráfico 2.

GRÁFICO 2

Taxas de desmatamento por km² – Acre (2017-2021)



Fonte: Prodes.

Obs.: As taxas de desmatamento calculadas são baseadas nas áreas de desmatamento maiores que 6,25 ha. Disponível em: <http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/prodes>.

Segundo o Boletim do Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD – Imazon, 2019), as áreas com maior ocorrência de desmatamento da Amazônia Legal têm sido áreas privadas, usadas para a instalação de pastos e das monoculturas de soja e de cana, além de assentamentos, unidades de conservação e terras indígenas.

Segundo o Prodes, grande parte do desmatamento em 2018 teria sido causado por projetos de assentamento, enquanto a Resex Chico Mendes teria sido a unidade de conservação que mais apresentou áreas desmatadas. Ainda segundo a mesma publicação, o desmatamento na região, em 2018, concentrou-se em áreas antropizadas e ao longo da BR-364 (Governo do Estado do Acre, 2018).

O noticiário de imprensa sobre o tema indica que a pecuária é a principal causadora de desmatamento no estado, onde houve um acréscimo de 21% no rebanho bovino, entre 2018 e 2020 (Gadelha, 2020). A imprensa sugere ainda que a atividade é amplamente incentivada pelo governo acreano, o qual, em 2022 reduziu em até 80% o imposto sobre a comercialização de gado destinado aos estados do Amazonas, Rondônia e Roraima (Prizibiszki, 2022).

Vale ressaltar que, no triênio 2019-2021, o estado teve 730 km² de suas florestas derrubadas (Rodrigues, 2022), patamar alarmante. Falhas na fiscalização ambiental também teriam contribuído para o aumento do desmatamento ilegal, nos últimos anos, como reconheceu o próprio governador do estado, Gladson Cameli (2022), em entrevista ao jornal Folha de São Paulo (Sassine, 2022).

Além de incidir sobre o meio ambiente, o desmatamento também afeta populações vulneráveis, especialmente no que se refere aos conflitos fundiários a ele associados. A invasão de terras, em especial nos assentamentos, em terras indígenas, unidades de conservação e áreas privadas em diversos estágios de posse, por desmatadores que apostam na regularização futura das áreas, ameaça a existência, principalmente, de posseiros, indígenas e seringueiros, e de seus modos de vida.

De acordo com relatórios da CPT (2018 a 2021), os grupos mais atingidos pelos conflitos fundiários no Acre são posseiros e seringueiros, vitimados por grupos que, normalmente, possuem maior poder político e econômico que eles.

4.1.2 Exploração de madeira no Acre

O Sistema de Monitoramento da Exploração de Madeira (Simex) lançou, em 2020, um infográfico com o mapeamento da exploração de madeira no Acre.¹⁷ Este infográfico informa que, entre agosto de 2019 e julho de 2020, 27.455 ha de floresta foram explorados para a extração de madeira. Feijó (13.037 ha), Rio Branco (4.281 ha) e Bujari (2.587 ha) foram os municípios com os maiores índices de exploração no período. Não se sabe, porém, se esta exploração é legal ou ilegal, uma vez que a Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema/AC) não disponibilizou esta informação. Segundo o Simex, grande parte dessa exploração ocorre em imóveis rurais privados e cadastrados.

Em 2021, o cenário foi alterado. Em nova pesquisa (Extração..., 2022) realizada entre agosto de 2020 e julho de 2021, o Simex constatou que 100% da exploração para extração de madeira mapeada no estado estaria dentro da legalidade, ocorrendo 94% em imóveis cadastrados. O estudo revelou ainda não haver indícios de exploração em áreas restritas, como unidades de conservação e terras indígenas. A área mapeada também foi consideravelmente menor, com uma redução de 16.569 ha de terra explorados.

Em contrapartida, em 2021, o Batalhão Ambiental da Polícia Militar do Acre registrou um aumento de 150% dos crimes relacionados à invasão de áreas para furto de madeira (Muniz, 2021). Os grupos se organizam com maquinários (como tratores), adentram áreas privadas, retiram a madeira e transportam, geralmente à noite, para burlar a fiscalização. O dano, nesse caso, afeta o proprietário da terra, que fica com um prejuízo econômico individual.

Ressalte-se, ainda, que a exportação de madeira parece ser uma atividade lucrativa no estado, uma vez que o Acre fechou o mês de agosto de 2021 com saldo positivo de US\$ 2,55 milhões em sua balança comercial, tendo exportado 36,6% de madeira e seus derivados (Com mais..., 2021).

17. Disponível em: <https://imazon.org.br/wp-content/uploads/2022/04/Simex-Acre-Agosto-de-2019-a-Julho-de-2020.pdf>.

4.2 A violência contra mulher: uma realidade preocupante no Acre

A violência contra a mulher pode ser caracterizada por “qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, inclusive decorrente de discriminação ou desigualdade étnica, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público quanto no privado” (Brasil, 2003). Essa violência é um dos principais obstáculos para que a garantia dos direitos humanos e das liberdades fundamentais sejam, efetivamente, conquistadas por mulheres e meninas (Engel, 2015). A análise cautelosa de dados divulgados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2022b) e pelo *Anuário de indicadores de violência 2012-2021* (MPAC, 2022) desvela uma realidade preocupante no Acre. Crimes como lesão corporal dolosa em decorrência de violência doméstica, estupro, estupro de vulnerável, homicídio de mulheres e feminicídio são indicadores que possuem taxas altas para o estado, em comparação com as médias nacionais (anexo E).

Com relação à violência doméstica, um estudo realizado entre os anos de 2017 e 2021, com base nos dados do Datasus, demonstrou que a faixa etária de mulheres mais atingidas foi aquela de 15 a 19 anos, seguida da de meninas de 10 a 14 anos. O tipo de violência com registro mais frequente foi a violência física/espantamento, com 5.476 registros, seguido da violência sexual, com 3.872 registros. Para os autores, a predominância da violência física e sexual pode estar relacionada ao ambiente em que a maior parte dos casos ocorre, o domicílio. Com relação ao vínculo que a vítima possuía com o agressor, destacam-se os cônjuges (1.374 casos), vindo em seguida namorados(as) (936 casos). O município em que esses crimes se concentram no estado é sua capital, Rio Branco (MPAC, 2022).

O feminicídio – agravante do crime de homicídio –, que é representado pelo assassinato de mulheres em decorrência do seu gênero, também aparece de forma alarmante no cenário acreano. Em 2020, o estado ficou em quarto lugar entre aqueles com as maiores taxas de feminicídio do país, com uma taxa de 2,7 por 100 mil mulheres, atrás de Mato Grosso (3,6), Roraima (3,0) e Mato Grosso do Sul (2,9). No ano seguinte, o estado registrou 2,9 feminicídios por 100 mil mulheres, maior taxa da região Norte.

De acordo com a vice-presidente do Instituto Mulheres da Amazônia, Maria Meirelles, em entrevista ao veículo independente *Amazônia Real*, o Acre sofreu, com todo o país, diversos retrocessos em relação às políticas públicas para mulheres. Meirelles diz: “O que a gente vê hoje é um cenário muito desfavorável no Brasil e no Acre. Tivemos um retrocesso absurdo nos últimos anos e que se intensificou no governo Bolsonaro. Ao mesmo tempo, vemos a violência contra a mulher aumentar disparadamente” (Mello, 2021). A vice-presidente atribui ao conservadorismo, amparado pelo machismo, uma das causas desses números

alarmantes (Mello, 2021). Nesse sentido, fica claro que a violência contra mulheres necessita de atenção especial na agenda do estado.

4.3 O tráfico internacional de drogas e as rotas transfronteiriças

O Acre situa-se, geograficamente, nas principais rotas internacionais do tráfico de drogas que têm origem no Peru e na Bolívia, países com os quais faz fronteira e que são grandes produtores mundiais de cocaína (UNODC, 2023). Sendo assim, o território atrai organizações criminosas que visam lucrar com o comércio de mercadorias ilícitas. O quadro 2 apresenta as organizações criminosas (Orcrim) que atuam no estado, segundo o MPAC.

QUADRO 2

Facções/organizações criminosas no estado do Acre

UF	Facção
Acre	Comando Vermelho (CV/AC)
	Primeiro Comando da Capital (PCC)
	Bonde dos 13 (B13)
	Irmandade Força Ativa Responsabilidade Acreana (Ifara)

Fonte: MPAC (2022).

Elaboração dos autores.

Obs.: UF – Unidade Federativa.

O CV e o PCC são facções de base prisional oriundas do Sudeste brasileiro, enquanto o B13 e a Ifara originaram-se na própria região Norte. Esses grupos armados ilegais entram em conflitos sangrentos pelo controle das rotas do tráfico, assim como de territórios urbanos. De acordo com o *Anuário de indicadores de violência* (2012-2021), produzido pelo MPAC, em 2020, a primeira Orcrim a registrar atividade no estado teria sido o PCC,¹⁸ o que parece ter sido confirmado por meio da Operação Diáspora, ocorrida em 2013, que visou desarticular a atuação do grupo na região (MPAC, 2022; Arruda, 2013). O surgimento da facção B13 teria sido uma resposta à expansão do PCC no território, isto é, treze criminosos locais que dominavam o comércio de drogas nos bairros acreanos teriam se reunido com o objetivo de unir forças contra o “intruso paulista”. Uma outra narrativa sobre o surgimento dessa facção é a de que ela teria sido fundada por alguns “irmãos” do PCC, descontentes com a “burocracia” imposta pelo grupo (Adorno, 2020). Ambas as narrativas relacionam o surgimento da facção à chegada do PCC no estado.

18. O anuário esclarece que, anteriormente ao aparecimento dessas organizações criminosas no estado, já existiam grupos de extermínio atuando, em especial na década de 1980 e início da década de 1990.

Por sua vez, a facção Ifara possui trajetória diferente. Conforme o anuário do MPAC, este grupo é o mais antigo da região e age, em especial, nas rotas oriundas da Bolívia, com destino ao Nordeste. O CV é a facção de atuação mais recente do estado, tendo recebido maior atenção midiática a partir da operação “Êxodo”, da Polícia Civil, em 2015 (Polícia..., 2016). Atualmente, o CV domina as principais rotas do tráfico e boa parte do comércio de drogas no território acreano. Segundo o MPAC e outros interlocutores desta pesquisa, no estado (membros do Poder Executivo), o grupo não manteria alianças com as demais organizações da região (MPAC, 2022).

Esses grupos impactam diretamente a violência da região, em decorrência de seus conflitos por território e controle das rotas fronteiriças. Para um promotor entrevistado pela pesquisa, as altas taxas de roubos e furtos de veículos no estado devem-se ao fato de que “a maioria desses veículos é desviada para países vizinhos, onde é trocada pela cocaína” (Ritto, Norton e Prado, 2019).

Segundo o *Anuário brasileiro de segurança pública especial* (FBSP, 2022), as taxas de roubos e furtos de veículos do Acre apresentaram altas nos anos de 2018 (662,6) e 2019 (835,8), tendo se reduzido em 2020 (313,1), quando as fronteiras terrestres foram fechadas, em virtude da crise sanitária causada pela pandemia de covid-19 (Galvani, 2020). Contudo, o indicador voltou a subir consideravelmente em 2021 (418,8), quando as fronteiras foram reabertas, ainda que com restrições.

Outro indicador que mostra o potencial de alteração das dinâmicas locais ligadas ao tráfico é o de homicídios. No início de 2020, ocorreram trinta homicídios em apenas dezoito dias, na capital do estado, Rio Branco (Adorno, 2020). Essas mortes foram, em sua maioria, execuções, esquartejamentos e chacinas, práticas comuns nas disputas entre grupos criminosos.

Dos 22 municípios que formam o estado do Acre, dezessete localizam-se nas regiões de fronteira, que se estendem por 1.900 km. A cidade de Cruzeiro do Sul, por exemplo, é extremamente relevante para se pensar a distribuição de drogas no Brasil, funcionando como um centro de redirecionamento de rotas. A carga chega na cidade pela bacia hidrográfica do rio do Juruá, com nascente no Peru e, a partir deste ponto, as rotas seguem por via fluvial, em direção a Manaus, e por via terrestre, pela BR-365, com destino a Rio Branco, conectando-se a outras regiões, em especial o Centro-Sul brasileiro (Silva e Silva, 2020). Cabe ressaltar que muitas dessas rotas irão seguir para o exterior, a exemplo da Europa e da África (UNODC, 2023).

As conexões entre vias fluviais, terrestres e aéreas são complexas. Seja por meio de rios que se escondem entre as matas, seja por trilhas cobertas pela floresta, esta rede de transportes de mercadorias ilegais não é fiscalizada. Em 2019, uma equipe da TV GloboNews percorreu pontos de fronteira entre o Peru e o Acre

e constatou trânsito livre de veículos e pessoas nessas regiões (Ritto, Norton e Prado, 2019).

5 POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO TERRITÓRIO

5.1 O Grupo Especial de Operações de Fronteira (Gefron/AC)

Instituído pela Lei Estadual nº 3.651, de 10 de setembro de 2020 (Acre, 2020), o Gefron/AC visa atuar nas regiões de fronteira do Acre com o Peru e a Bolívia. O efetivo recebe treinamento específico e conta com a participação da Polícia Militar, da Polícia Civil, da Polícia Penal e do Corpo de Bombeiros Militar, respeitando-se as atribuições e competências legais de cada instituição.

Em contrapartida, conforme argumentam membros do MPAC, as forças de segurança pública do estado teriam baixa capacidade de combate ao grande narcotráfico, o que reside na necessidade de estas forças atuarem também em crimes tipicamente urbanos, que acabam por consumir grande parte dos recursos humanos (o próprio efetivo policial) e logísticos (equipamentos, por exemplo) disponíveis. A vigilância das fronteiras é também das instituições federais – Polícia Federal, Exército e, mais recentemente, das demais Forças Armadas.¹⁹

5.2 Atuação em conjunto com forças bolivianas (Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira)

No primeiro semestre de 2022, foi instituído o Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF) no Acre (PRF participa..., 2022). Seu objetivo é proporcionar uma integração entre as forças de segurança dos países que fazem fronteira com o Brasil, em consonância com a Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (Enafron). Na carta de intenções, seis medidas são adotadas para prevenir e combater os crimes entre o Acre e a Bolívia, conforme descrito a seguir.

- 1) Patrulhamento policial conjunto na região de fronteira.
- 2) Criação de redes de resposta e ações policiais imediatas.
- 3) Estabelecimento de oficiais de ligação e pessoal de contato.
- 4) Troca de informações entre as polícias boliviana e brasileira.
- 5) Programação de reuniões periódicas para evolução das ações realizadas.
- 6) Intercâmbio de informações entre instituições de controle de imigração, antecedentes criminais, sistema prisional e polícia.

19. Em 2004, foi atribuído ao Exército Brasileiro, por meio da Lei Complementar (LC) nº 177, poder de polícia nas regiões de fronteira. Em 2010, por meio da LC nº 136, esse poder foi estendido para as demais Forças Armadas.

Diversas notícias e alguns artigos têm mostrado a importância de um trabalho colaborativo entre as forças de segurança do estado no combate ao tráfico de ilícitos transnacional.²⁰ Dessa forma, a integração entre o Acre e a Bolívia, que se institucionaliza por meio da criação do gabinete, pode ser considerada positiva. O gabinete funciona como um fórum colegiado, em que as decisões são deliberativas e se opera em consenso, sem hierarquia. Considerando-se a recente instalação (em 2022), pouca informação é encontrada sobre o GGIF; entretanto, é uma política que deve ser acompanhada.

5.3 Programa Acre pela Vida: por uma cultura de paz (2020)

O projeto Acre pela Vida (Projeto..., 2019), iniciativa do Governo do Estado do Acre, por meio da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp), visa integrar as instituições públicas para o combate ao crime, com ênfase em ações preventivas.

Outras pastas participam da iniciativa, tais como a Secretaria de Estado de Assistência Social, dos Direitos Humanos e de Políticas para as Mulheres (SEAS-DHM), que atende mulheres vítimas de violência e procura sanar dúvidas sobre seus direitos. Contudo, o público-alvo preferencial do programa são crianças e adolescentes. Entre 2021 e outubro de 2022, 3,5 mil crianças e adolescentes foram atendidos em todo o estado, por meio de ações de cunho social e cultural, bem como vacinação, emissão de carteiras de identidade, testes rápidos sobre doenças sexualmente transmissíveis, serviços essenciais para o exercício da cidadania (Saab, 2022).

O projeto atua em municípios com altos índices de violência, como Rio Branco e Cruzeiro do Sul, que concentram a maior parte dos homicídios no Acre, priorizando bairros periféricos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto apresentou aspectos gerais do estado do Acre, bem como particularidades no que diz respeito às dinâmicas de violência e criminalidade que têm contribuído para elevar suas taxas de homicídio. Sua posição geográfica em área de fronteira internacional com o Peru e a Bolívia – ambas nações produtoras da cocaína – responde, em grande medida, pela violência letal ali observada. As disputas pelo controle das rotas de escoamento deste produto em solo brasileiro, bem como pelo controle de territórios urbanos, entre diferentes organizações criminosas (como anteriormente apontado), são fator determinante do quadro de violência que se apresenta não só no Acre, mas nos diversos estados amazônicos.

20. A esse respeito, ver Verus (2022) e Silva *et al.* (2021).

Por sua vez, a disponibilidade de estradas de rodagem nessas fronteiras – característica particular do Acre, comparado a outros estados da região Norte – favorece também os roubos e furtos de veículos, destinados a servir como moeda de troca nos países estrangeiros, para a compra de mercadorias ilícitas.

Além disso, o Acre também padece de crimes ambientais – desmatamento, exploração ilegal de madeira – e de conflitos fundiários que resultam, muitas vezes, em mortes e violência contra grupos sociais vulneráveis, como indígenas, assentados, posseiros e seringueiros.

As forças de segurança estaduais, por seu turno, parecem encontrar dificuldades na coibição destes crimes, ainda que disponham de órgãos de controle de fronteiras. O estado apresenta, assim, desafios que exigem uma atuação integrada com as forças federais, tendo em vista uma efetiva mudança do seu atual cenário violento.

REFERÊNCIAS

ACRE. Lei nº 3.651, de 10 de setembro de 2020. Dispõe sobre a criação do Grupo Especial de Operações em Fronteira (Gefron/AC) e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**, Rio Branco, 11 set. 2020. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/ac/lei-ordinaria-n-3651-2020-acre-dispoe-sobre-a-criacao-do-grupo-especial-de-operacoes-em-fronteira-gefron-ac-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 20 ago. 2022.

ADORNO, L. Rota do tráfico: Rio Branco tem 7 homicídios em 3 horas e já soma 30 no ano. **UOL**, São Paulo, 19 jan. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/01/19/com-atrito-entre-faccoes-capital-do-acre-tem-30-homicidios-em-18-dias.htm>. Acesso em: 13 out. 2022.

ARRUDA, I. Operação Diáspora desarticula PCC no Acre. **A Tarde**, 1º fev. 2013. Disponível em: <https://atarde.com.br/brasil/operacao-diaspora-desarticula-pcc-no-acre-493358>. Acesso em: 9 out. 2022.

BRASIL. Lei nº 10.778, de 24 de novembro de 2003. Estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados. **Diário Oficial**, Brasília, p. 11, 25 nov. 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 2016.

COM mais de 36% de exportação de madeira, Acre fechou agosto com saldo positivo de US\$ 2,55 milhões. **G1**, Rio Branco, 13 set. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2021/09/13/com-mais-de-36percent-de-exportacao-de-madeira-acre-fechou-agosto-com-saldo-positivo-de-us-255-milhoes.ghtml>. Acesso em: 12 out. 2022.

CPT – COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo**: Brasil 2020. Goiânia: CPT Nacional, 2021. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/6001-conflitos-no-campo-brasil-2021>. Acesso em: 31 ago. 2022.

CRESWELL, J.; CLARK, V. L. P. A natureza da pesquisa de métodos mistos. *In*: CRESWELL, J.; CLARK, V. L. P. **Pesquisa de métodos mistos**. Porto Alegre: Penso, 2013. p. 19-32.

ENGEL, L. C. **A violência contra mulher**. Brasília: Ipea, 2015.

EXTRAÇÃO de madeira no AC se concentra em áreas privadas e está 100% autorizada, aponta estudo. **G1**, Rio Branco, 1º out. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2022/10/01/extracao-de-madeira-no-ac-se-concentra-em-areas-privadas-e-esta-100percent-autorizada-aponta-estudo.ghtml>. Acesso em: 12 out. 2022.

FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Cartografias das violências na Região Amazônica**: relatório final. São Paulo: FBSP, 2022a.

FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: FBSP, 2022b. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=4>. Acesso em: 30 ago. 2022.

FONSECA, A. *et al.* **Boletim do desmatamento da Amazônia Legal**. Belém: Imazon, 2019. Disponível em: <https://imazon.org.br/publicacoes/boletim-do-desmatamento-da-amazonia-legal-junho-2019-sad/>. Acesso em: 6 out. 2022.

GADELHA, A. Com 3,5 milhões de cabeças de gado, rebanho de bovinos no AC tem crescimento de 21% em dois anos. **G1**, Rio Branco, 20 out. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2020/10/20/com-35-milhoes-de-cabecas-de-gado-rebanho-de-bovinos-no-ac-tem-crescimento-de-21percent-em-dois-anos.ghtml>. Acesso em: 6 out. 2022.

GADELHA, A.; ZANCHETA, D. Justiça do Acre autoriza que Hildebrando Pascoal volte a cumprir prisão domiciliar. **G1**, Rio Branco, 22 out. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2019/10/22/justica-do-acre-autoriza-que-hildebrando-pascoal-volte-a-cumprir-prisao-domiciliar.ghtml>. Acesso em: 1º nov. 2022.

GALVANI, G. Brasil fecha fronteiras terrestres para conter coronavírus. **Carta Capital**, 19 mar. 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/saude/brasil-fecha-fronteiras-terrestres-para-conter-coronavirus/>. Acesso em: 9 out. 2022.

GOVERNO DO ESTADO DO ACRE. Secretaria de Estado de Meio Ambiente. **Dinâmica do desmatamento em 2018 no Estado do Acre – Prodes**. Rio Branco: Sema, 2018. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1PuRCL1JqsEiwRJx5v4sVC-Fm7LXeCs20/view?usp=drive_link.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022: Indígenas – primeiros resultados do universo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102018.pdf>.

MELLO, B. Acre tem uma denúncia de violência doméstica a cada quatro horas. **Amazônia Real**, 8 mar. 2021. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/acre-tem-uma-denuncia-de-violencia-domestica-a-cada-quatro-horas/>. Acesso em: 30 ago. 2022.

MELO, A. W. F. de. *et al.* Áreas críticas para desmatamento e focos de calor no Acre: integrando dados de sensoriamento remoto e entrevistas participativas. *In*: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 19., 2019, Santos, São Paulo. **Anais...** Santos: Inpe, 2019.

MPAC – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE. **Anuário de indicadores de violência 2012-2021**: demonstrativo histórico de indicadores prioritários de violência e criminalidade no Estado do Acre. 6. ed. Rio Branco: MPAC, 2022. Disponível em: https://www.mpac.mp.br/wp-content/uploads/AnuariodeViolencia_2022.pdf. Acesso em: 13 ago. 2022.

MUNIZ, T. Batalhão ambiental registra aumento de 150% em ocorrências de furto de madeira para venda ilegal no AC. **G1**, Rio Branco, 12 fev. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2021/02/12/batalhao-ambiental-registra-aumento-de-150percent-em-ocorrencias-de-furto-de-madeira-para-venda-ilegal-no-ac.ghtml>. Acesso em: 13 dez. 2022.

POLÍCIA Civil deflagra Operação Êxodo e prende dois assessores parlamentares. **A Gazeta do Acre**, 15 set. 2016. Disponível em: <https://agazetadoacre.com/2016/09/noticias/policia-civil-deflagra-operacao-exodo-e-prende-dois-assessores-parlamentares/>. Acesso em: 15 out. 2022.

POSSAS, M. T.; ROCHA, T. T. da. “A onça comeu o suspeito”: reflexões sobre o *rule of law* no Acre entre os anos 1980 e 2000. **Lua Nova**, n. 91, p. 229-270, jan.-abr. 2014.

PRF PARTICIPA de instalação de gabinete de gestão integrada de fronteira. **Gov.br**, Rio Branco, 27 maio 2022. Disponível em: https://www.gov.br/prf/pt-br/noticias_anteriores/estaduais/acre/2022/maio22/prf-participa-de-instalacao-de-gabinete-de-gestao-integrada-de-fronteira. Acesso em: 28 ago. 2022.

PRIZIBISCZKI, C. Para beneficiar pecuária, Acre reduz em até 80% o imposto sobre comercialização do gado. **O Eco**, 17 maio 2022. Disponível em: <https://oeco.org.br/noticias/para-beneficiar-pecuaria-acre-reduz-em-ate-80-imposto-sobre-comercializacao-de-gado/>. Acesso em: 7 out. 2022.

PROJETO Acre Pela Vida é apresentado ao TJAC. **TJAC**, 15 ago. 2019. Disponível em: <https://www.tjac.jus.br/2019/08/projeto-acre-pela-vida-e-apresentado-ao-tjac/>. Acesso em: 29 ago. 2022.

RITTO, C.; NORTON, R.; PRADO, G. Na fronteira do Acre, combate ao tráfico enfrenta falhas na fiscalização e avanço de facções. **G1**, 19 out. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2019/10/19/na-fronteira-do-acre-combate-ao-traffic-enfrenta-falhas-na-fiscalizacao-e-avanco-de-faccoes.ghtml>. Acesso em: 9 out. 2022.

RODRIGUES, I. Amazônia Legal: desmatamento no Acre mais de dobrou em seis anos, aponta Ipam. **G1**, Rio Branco, 9 fev. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/natureza/amazonia/noticia/2022/02/09/amazonia-legal-desmatamento-no-acre-mais-de-dobrou-em-seis-anos-aponta-ipam.ghtml>. Acesso em: 12 out. 2022.

SAAB, R. Programa Acre pela Vida, da Sejusp, leva dignidade a crianças e adultos na Vila do Incra. **Notícias do Acre**, 24 out. 2022. Disponível em: <https://agencia.ac.gov.br/programa-acre-pela-vida-da-sejusp-leva-dignidade-a-criancas-e-adultos-na-vila-do-incra/>. Acesso em: 1º nov. 2022.

SASSINE, V. Governador do Acre admite fiscalização frouxa e fala em ‘prejuízo grande’ se não apoiasse Bolsonaro. **Folha de S.Paulo**, Manaus, 7 out. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/10/governador-do-acre-admite-fiscalizacao-frouxa-e-fala-em-prejuizo-grande-se-nao-apoiasse-bolsonaro.shtml>. Acesso em: 27 out. 2022.

SILVA, A. L. *et al.* Integração entre forças de operações especiais e inteligência na repressão ao crime organizado na microrregião do Vale do Juruá, Acre. *In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDITORES E PESQUISADORES NA ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA*, 1., 2021. **Anais...**, dez. 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/357167485_INTEGRACAO_ENTRE_FORCAS_DE_OPERACOES_ESPECIAIS_E_INTELIGENCIA_NA_REPRESSAO_AO_CRIME_ORGANIZADO_NA_MICRORREGIAO_DO_VALE_DO_JURUA_ACRE.

SILVA, E. G. da; SILVA, S. S. da. BR-364 – Nos confins da fronteira oeste do Brasil: uma via para a integração rodoviária do Acre (Cruzeiro do Sul) com Ucayalli (Pucallpa). **Ciência Geográfica**, Bauru, v. 24, n. 2, p. 554-575, jan.-dez. 2020.

UNODC – UNITED NATIONS OFFICE FOR DRUG AND CRIME. **Global Report on Cocaine 2023**: local dynamics, global challenges. [s.l.]: United Nations Publications, 2023. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/cocaine/Global_cocaine_report_2023.pdf.

VERUS, I. Operação conjunta das Forças de Segurança faz maior apreensão de armas de fogo do Alto Acre. **Notícias do Acre**, 7 dez. 2022. Disponível em: <https://agencia.ac.gov.br/operacao-conjunta-das-forcas-de-seguranca-faz-maior-apreensao-de-armas-de-fogo-do-alto-acre/>.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALEXANDRE, R. C. *et al.* Casos de violência contra a mulher no estado do Acre no período compreendido entre 2017 a 2021. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 13, p. e277111335564-e277111335564, 7 out. 2022.

AZEVEDO, E. M. de. 2022: uma mudança de rumo no agro acreano. **Notícias do Acre**, 9 out. 2022. Disponível em: <https://agencia.ac.gov.br/2022-uma-mudanca-de-rumo-no-agro-acreano/>. Acesso em: 12 out. 2022.

COMANDO Vermelho avança e “toma” bairros antes dominados pelo PCC e B13 em Rio Branco. **Folha do Acre**, 7 abr. 2022. Disponível em: <https://folhadoacre.com.br/2022/04/comando-vermelho-avanca-e-toma-bairros-antes-dominados-pelo-ppc-e-b13-em-rio-branco/>. Acesso em: 13 out. 2022.

CPT – COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo** – Brasil 2019. Goiânia: CPT Nacional, 2020. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/6001-conflitos-no-campo-brasil-2021>. Acesso em: 31 ago. 2022.

CPT – COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo** – Brasil 2021. Goiânia: CPT Nacional, 2022. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/6001-conflitos-no-campo-brasil-2021>. Acesso em: 31 ago. 2022.

FACCIONADOS do B13 e PCC se desentendem na Cidade do Povo e acabam baleados. **AC24horas**, Rio Branco, 17 out. 2021. Disponível em: <https://ac24horas.com/2021/10/17/faccionados-do-b13-e-ppc-se-desentendem-na-cidade-do-povo-e-tres-acabam-baleados/>. Acesso em: 15 out. 2022.

FERREIRA NETO, W. B.; RIBEIRO, A. J. O poder de polícia do Exército na faixa de fronteira como vetor de prevenção de conflitos intra e interestaduais. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA, GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO, 1., 2014, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Rebrageo, 2014.

HIRATA, D. Segurança pública e fronteiras: apontamentos a partir do “Arco Norte”. **Ciência e Cultura**, v. 67, n. 2, p. 30-34, abr.-jun. 2015.

MADEIRO, C. Pecuária responde por 75% do desmatamento em terras públicas da Amazônia. **UOL**, Maceió, 27 out. 2021. Disponível em: [https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2021/10/27/amazonia-87-do-desmatar-em-terras-publicas-ocorreu-em-areas-nao-destinadas.htm#:~:text=Isso%20foi%20impulsionado%20pela%20falta,avan%C3%A7o%20de%20C3%A1reas%20de%20pastagem](https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2021/10/27/amazonia-87-do-desmatar-em-terras-publicas-ocorreu-em-areas-nao-destinadas.htm#:~:text=Isso%20foi%20impulsionado%20pela%20falta,avan%C3%A7o%20de%20C3%A1reas%20de%20pastagem.). Acesso em: 12 out. 2022.

NASCIMENTO, A. Polícia investiga se paciente preso com 156 kg de cocaína em carro oficial teve ajuda para transportar droga no AC. **G1**, Rio Branco, 3 dez. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2021/12/03/policia-investiga-se-paciente-presos-com-156-kg-de-cocaina-em-carro-oficial-teve-ajuda-para-transportar-droga-no-ac.ghtml>. Acesso em: 15 set. 2022.

OPERAÇÃO cumpre mais de 80 mandados de prisão contra organização criminosa no Acre. **G1**, Rio Branco, 28 jan. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2022/01/28/operacao-cumpram-mais-de-80-mandados-de-prisao-contra-organizacao-criminosa-no-acre.ghtml>. Acesso em: 15 set. 2022.

PIMENTEL, R. M. C. **Moradias e segurança pública**: o estudo de caso do conjunto habitacional Cidade do Povo-AC. 2017. 96 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

SAHID, D. Vídeo mostra bando do CV atacando Cidade do Povo a tiros; três pessoas ficaram feridas. **AC24horas**, Rio Branco, 10 ago. 2020. Disponível em: <https://ac24horas.com/2020/08/10/video-mostra-bando-do-cv-atacando-cidade-do-povo-a-tiros-tres-pessoas-ficaram-feridas/>. Acesso em: 15 out. 2022.

SEOP apresenta projeto Cidade do Povo ao TCE-AC. **JusBrasil**, 23 abr. 2012. Disponível em: <https://nota-dez.jusbrasil.com.br/noticias/3096059/tceac-seop-apresenta-projeto-cidade-do-povo-ao-tce-ac#:~:text=O%20Projeto%20D%20A%20meta%20C3%A9,projeto%20habitacional%20Cidade%20do%20Povo%20>. Acesso em: 15 out. 2022.

ANEXO A

TABELA A.1
Dados geográficos e sociodemográficos

Dados territoriais				
Estados limítrofes	Amazonas, Rondônia			
Fronteiras	Peru, Bolívia			
Número de municípios	22			
Área territorial (km ²)	164.173,43			
Dados sociodemográficos		UF	Região	Brasil
População	População estimada (2021)	906.876	18.906.962	213.317.639
	Densidade demográfica (hab./km ²)	4,47	4,12	22,43
	População 0-14 anos (%) (2010)	33,7	31,2	24,1
	População 15-29 anos (%) (2010)	29,2	29,5	26,9
	População 30-59 anos (%) (2010)	30,6	32,5	38,2
	População 60+ anos (%) (2010)	6,3	6,8	10,8
	População negra (%) (2010)	5,8	6,4	7,6
	População parda (%) (2010)	66,2	66,9	43,1
	População indígena (%) (2010)	2,1	1,9	0,4
	População branca (%) (2010)	23,8	23,4	47,7
Renda e desigualdade	População urbana (%) (2010)	72,5	73,5	84,4
	População rural (%) (2010)	27,4	26,5	15,6
	Rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i> (R\$) (2022)	1.038,00	1.175,29	1.613,23
	Índice de Gini – do rendimento domiciliar <i>per capita</i> , a preços médios do ano (2022)	0,54	0,53	0,54
	Pobres (%) (2003)	42,2	40,1	37,6
Trabalho	Extremamente pobres (%) (2003)	16,5	12,5	8,4
	População vivendo em aglomerados subnormais (%) (2010)	8,5	14,4	72,6
	Taxa de desocupação (14+) (2021)	15,7	13,7	13,8
	Taxa de formalização da força de trabalho (2022)	45,5	41,4	59,9
Educação	Rendimento médio real de todos os trabalhos (R\$) (2022)	2.277,00	2.195,00	2.839,00
	Taxa de analfabetismo (15+) (2019)	10,9	7	6,1
	Média anos de estudo (15+) (2019)	9,1	9,3	9,8
	População (14+) com 5 anos ou menos de estudo (%) (2019)	22,5	11,49	10,35

Fontes: Para proporção por idade, Sistema IBGE de Recuperação Automática – Sidra (disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/200>; acesso em: mar. 2023); para incidência da pobreza, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE Cidades 2003; Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2021, acumulado de quintas visitas (Tabela 1.2 – Indicadores estruturais do mercado de trabalho das pessoas de 14 anos ou mais de idade, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – Brasil – 2021; Tabela 2.16 – Total e proporção de pessoas, por classes de rendimento domiciliar *per capita* selecionadas, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – Brasil – 2021); para domicílios ocupados em aglomerados subnormais em relação ao total de domicílios ocupados (%), IBGE 2019 (disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101717_notas_tecnicas.pdf; acesso em: mar. 2023); para síntese de indicadores sociais, IBGE 2021 (disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/45/95341?ano=2021>; acesso em mar. 2023); para rendimento médio real do trabalho principal, efetivamente recebido por trimestres (4º trimestre de 2022), Sidra 2022 (disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5436#resultado>; acesso em: mar. 2023); para taxa de analfabetismo (15 anos ou mais), Sidra 2019 (disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7113#resultado>); para número médio de anos de estudo das pessoas de 15 anos ou mais, Sidra 2019 (disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7126#resultado>; acesso em: mar. 2023); e para pessoas de 14 anos ou mais de idade, por cor ou raça e grupos de anos de estudo, Sidra 2019 (disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7132#resultado>; acesso em: mar. 2023).

Elaboração: *Pool* de Estatística da Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Diest/Ipea).

Obs.: UF – Unidade Federativa.

ANEXO B

TABELA B.1
Homicídios por 100 mil habitantes dos 22 municípios do Acre

Municípios	Taxa média por triênio										
	2009-2011	2010-2012	2011-2013	2012-2014	2013-2015	2014-2016	2015-2017	2016-2018	2017-2019	2018-2020	
Acrelândia	20,4	20,0	17,2	21,7	26,1	32,6	34,4	38,3	33,3	24,0	
Assis Brasil	15,8	15,5	25,3	14,9	14,7	14,4	33,0	65,0	63,9	44,9	
Brasiléia	28,4	24,9	25,8	25,4	23,5	24,4	26,7	31,5	29,7	31,7	
Bujari	11,3	7,4	10,9	10,7	24,6	38,0	40,8	36,8	26,4	45,5	
Capixaba	14,5	21,1	20,5	19,9	22,6	25,1	36,7	56,7	52,4	42,6	
Cruzeiro do Sul	22,4	22,6	19,6	17,8	13,8	18,7	34,4	50,6	52,9	38,9	
Eptaciolândia	8,5	20,8	26,5	28,0	19,7	19,3	26,6	28,0	22,1	21,7	
Feijó	21,7	26,5	26,4	21,5	21,4	21,3	31,9	36,6	37,5	35,5	
Jordão	9,7	14,2	18,5	27,2	17,7	39,0	38,2	33,3	12,3	4,0	
Mâncio Lima	16,8	14,4	18,1	11,8	17,4	15,1	20,4	25,5	34,0	31,6	
Manoel Urbano	24,0	15,8	38,8	42,1	37,7	22,3	25,7	21,7	25,0	28,2	
Marechal Thaumaturgo	11,2	6,5	8,5	6,2	8,0	7,8	5,7	3,7	0,0	0,0	
Plácido de Castro	14,9	25,7	25,4	23,3	19,5	31,6	34,8	36,2	32,4	30,4	
Porto Walter	0,0	10,2	9,9	12,8	3,1	6,1	8,9	8,7	11,4	8,4	
Rio Branco	25,9	26,0	28,7	34,7	36,3	44,6	58,8	67,6	62,7	49,8	
Rodrigues Alves	15,5	8,6	4,2	12,2	13,9	11,6	18,9	18,4	28,8	19,4	
Santa Rosa do Purus	0,0	0,0	0,0	0,0	5,9	5,7	22,2	21,6	21,0	10,2	
Senador Guiomard	17,4	23,5	32,6	27,6	33,4	33,1	44,7	48,7	42,4	31,9	
Sena Madureira	19,3	31,4	37,3	35,1	29,8	21,6	26,6	25,5	28,0	20,4	
Tarauacá	7,2	20,3	23,5	26,5	21,9	25,7	28,6	32,2	37,3	36,8	
Xapuri	9,9	11,7	23,0	18,9	20,4	21,9	28,8	26,6	15,8	13,8	
Porto Acre	19,3	18,9	24,7	32,3	33,6	36,8	47,5	48,5	45,8	36,0	

Fontes: Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) e IBGE. Números de homicídios extraídos do Tabnet/Datasus/Ministério da Saúde. População obtida de População Residente – Estimativas para o Tribunal de Contas da União – TCU (Tabnet/Datasus/Ministério da Saúde).

Elaboração: *Pool* de Estatística da Diest/lpea.

Obs.: Taxa de homicídios – um homicídio por 100 mil habitantes.

ANEXO C

TABELA C.1
Homicídios por 100 mil habitantes

Brasil, região Norte e UFs	Taxa média por triênio											
	2009-2011	2010-2012	2011-2013	2012-2014	2013-2015	2014-2016	2015-2017	2016-2018	2017-2019	2018-2020		
Brasil	27,5	28,2	28,5	29,3	29,1	29,7	30,3	29,9	27,0	24,3		
Região Norte	35,6	36,8	36,1	36,5	37,4	40,3	43,9	46,0	43,5	38,4		
Roraima	25,2	26,1	31,7	35,4	38,6	37,2	42,4	53,0	52,6	49,3		
Amapá	33,2	35,2	32,5	33,6	34,3	40,3	45,0	49,4	47,4	46,3		
Pará	42,2	42,6	41,3	42,3	43,5	46,2	50,2	52,9	49,1	41,7		
Acre	22,2	24,0	26,5	29,0	28,8	33,6	44,6	51,2	48,7	39,3		
Amazonas	31,5	35,0	35,1	33,6	33,6	35,2	38,3	38,4	39,1	35,9		
Tocantins	23,9	25,4	25,4	25,3	27,4	32,1	35,6	36,7	33,9	32,0		
Rondônia	33,1	32,2	29,9	31,4	31,6	35,4	34,6	32,4	27,6	25,9		

Fontes: SIM e IBGE. Número de homicídios obtido pela soma dos óbitos por agressão (X85-Y09) e intervenção legal (Y35), extraído do Tabnet/Datasus/Ministério da Saúde. População obtida de População Residente – Estimativas para o TCU (Tabnet/Datasus/Ministério da Saúde).

Elaboração: *Pool* de Estatística da DIES/ipea.

Obs.: Taxa média de homicídios por 100 mil habitantes calculada pela média do número de homicídios do respectivo ano mais os dois anos anteriores, dividido pela população do ano anterior ao respectivo ano e multiplicado por 100 mil.

ANEXO D

TABELA D.1
Confrontos policiais – Brasil e UFs (2020 e 2021)

Brasil e UFs	Policiais mortos em confronto (em serviço e fora de serviço)/taxa por 1 mil policiais na ativa	
	2020	2021
Brasil	0,4	0,4
Acre	0,4	-
Amapá	-	-
Amazonas	0,7	0,6
Pará	0,7	0,7
Rondônia	0,7	0,3
Roraima	0,4	-
Tocantins	-	-

Fontes: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Núcleo de Apoio Técnico do Ministério Público do Estado do Acre (NAT/MPAC); Monitor da Violência (disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/>); IBGE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP (2021; 2022).

TABELA D.2
Mortes decorrentes de intervenções policiais – Brasil e UFs (2020 e 2021)

Brasil e UFs	Mortes decorrentes de intervenções policiais/taxa por 100 mil habitantes	
	2020	2021
Brasil	3,0	2,9
Acre	3,0	1,2
Amapá	12,9	17,1
Amazonas	2,4	2,3
Pará	6,1	6,2
Rondônia	1,1	0,6
Roraima	2,5	1,4
Tocantins	1,7	2,6

Fontes: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; NAT/MPAC; Monitor da Violência (disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/>); IBGE; FBSP (2021; 2022).

REFERÊNCIAS

FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021**. São Paulo: FBSP, 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/10/anuario-15-completo-v7-251021.pdf>. Acesso em: ago. 2022.

FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: FBSP, 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=4>. Acesso em: 30 ago. 2022.

MPAC – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE. **Anuário de indicadores de violência 2012-2021**: demonstrativo histórico de indicadores prioritários de violência e criminalidade no Estado do Acre. 6. ed. Rio Branco: MPAC, 2022. Disponível em: https://www.mpac.mp.br/wp-content/uploads/AnuariodeViolencia_2022.pdf. Acesso em: 13 ago. 2022.

ANEXO E

TABELA E.1

Violência contra mulher e de gênero – Brasil e UFs (2020 e 2021)

Brasil e UFs	Feminicídios/taxa por 100 mil mulheres	
	2020	2021
Brasil	1,3	1,2
Acre	2,7	2,9
Amapá	2,1	0,9
Amazonas	0,8	1,1
Pará	1,5	1,5
Rondônia	1,6	1,8
Roraima	3,0	1,6
Tocantins	1,3	2,6

Fontes: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Observatório de Análise Criminal/NAT/MPAC; Coordenadoria de Informações Estatísticas e Análises Criminais (Coine/RN); Instituto de Segurança Pública/RJ (ISP); IBGE; FBSP (2021; 2022).

TABELA E.2

Homicídios femininos – Brasil e UFs (2020 e 2021)

Brasil e UFs	Homicídios femininos/taxa por 100 mil mulheres	
	2020	2021
Brasil	3,7	3,6
Acre	6,9	6,4
Amapá	4,6	5,2
Amazonas	3,2	5,2
Pará	4,2	4,2
Rondônia	6,3	5,5
Roraima	5,3	8,3
Tocantins	4,9	4,8

Fontes: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Observatório de Análise Criminal/NAT/MPAC; Coine/RN; ISP/RJ; IBGE; FBSP (2021; 2022).

TABELA E.3

Estupro e estupro de vulnerável – Brasil e UFs (2020 e 2021)

Brasil e UFs	Estupro e estupro de vulnerável/taxa por 100 mil habitantes	
	2020	2021
Brasil	29,7	30,9
Acre	34,4	64,7
Amapá	54,5	60,5
Amazonas	20,5	17,6
Pará	37,9	44,5
Rondônia	51,9	50,8
Roraima	66,9	83,3
Tocantins	51,8	51,8

Fontes: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Observatório de Análise Criminal/NAT/MPAC; Coine/RN; ISP/RJ; IBGE; FBSP (2022).

Obs.: Os dados informados nesta seção correspondem ao número total de vítimas de estupro e estupro de vulnerável consumados. A Lei Federal nº 12.015/2009 altera a conceituação de “estupro”, passando a incluir, além da conjunção carnal, os “atos libidinosos” e “atentados violentos ao pudor” (FBSP, 2021; 2022).

TABELA E.4

Lesão corporal dolosa: violência doméstica – Brasil e UFs (2020 e 2021)

Brasil e UFs	Lesão corporal dolosa: violência doméstica/taxa por 100 mil mulheres	
	2020	2021
Brasil	220,1	221,4
Acre	119,4	231,7
Amapá	203,1	283,0
Amazonas	112,2	123,0
Pará	151,6	198,6
Rondônia	485,1	445,6
Roraima	232,7	456,6
Tocantins	191,1	190,3

Fontes: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Observatório de Análise Criminal/NAT/MPAC; Coine/RN; ISP/RJ; IBGE; FBSP (2021; 2022).

REFERÊNCIAS

FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021**. São Paulo: FBSP, 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/10/anuario-15-completo-v7-251021.pdf>. Acesso em: ago. 2022.

FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022**. São Paulo: FBSP, 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=4>. Acesso em: 30 ago. 2022.

MPAC – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE. **Anuário de indicadores de violência 2012-2021**: demonstrativo histórico de indicadores prioritários de violência e criminalidade no Estado do Acre. 6. ed. Rio Branco: MPAC, 2022. Disponível em: https://www.mpac.mp.br/wp-content/uploads/AnuariodeViolencia_2022.pdf. Acesso em: 13 ago. 2022.

ANEXO F

TABELA F.1

Perfil das instituições de segurança pública: efetivo – Acre (2020)

Instituição	Capital e região metropolitana	Interior	Total
Polícia Militar	1.750	650	2.400
Polícia Civil	-	-	-
Corpo de Bombeiros Militares	268	176	444
Órgãos Oficiais de Perícia	53	11	64

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp)/Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJ), 2020 – Perfil Nacional das Instituições de Segurança Pública. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjojMDc0ZWZlYjYjA1OS00YzBmLWJkNTctZmVjODM2YzlmYzBjIiwidCI6ImVMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MmWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>.

TABELA F.2

Perfil das instituições de segurança pública: estrutura – Acre (2020)

Instituição	Unidades operacionais		Total
	Capital e região metropolitana	Interior	
Polícia Militar ¹	6	9	15
Polícia Civil ²	18	25	43
Corpo de Bombeiros Militares ³	4	7	11
Órgãos Oficiais de Perícia ⁴	4	3	7

Fonte: Senasp/MJ, 2020 – Perfil Nacional das Instituições de Segurança Pública. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjojMDc0ZWZlYjYjA1OS00YzBmLWJkNTctZmVjODM2YzlmYzBjIiwidCI6ImVMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MmWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>.

Notas: ¹ As quinze unidades operacionais da Polícia Militar do Acre estão distribuídas em: oito batalhões (cinco no interior e três na capital), três batalhões especializados (todos na capital) e quatro companhias independentes (no interior).

² As 43 unidades operacionais da Polícia Civil no Acre estão distribuídas em: 34 delegacias (23 no interior e onze na capital) e nove delegacias especializadas (duas no interior e sete na capital).

³ As onze unidades operacionais do Corpo de Bombeiros Militar do Acre estão distribuídas em: nove batalhões (seis no interior e três na capital) e duas companhias independentes (uma no interior e uma na capital).

⁴ As sete unidades operacionais dos Órgãos Oficiais de Perícia do Acre estão distribuídas em: duas de criminalística (uma no interior e uma na capital), duas de identificação (uma no interior e uma na capital) e duas de medicina legal (uma no interior e uma na capital).

TABELA F.3

Efetivo da ativa das polícias, por corporação – Acre (2021 e 2022)

Corporações	Números absolutos (2021)	Números absolutos (2022)
Polícia Militar	2.327	2.466
Polícia Civil	928	912
Corpo de Bombeiros	464 ¹	428 ²
Perícia Técnica	40	40
Polícia Penal	1.272	1.169

Fontes: FBSP (2022a; 2022b).

Notas: ¹ Posição dos dados em março de 2021.

² Posição dos dados em março de 2022.

REFERÊNCIAS

FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Cartografias das violências na Região Amazônica**: relatório final. São Paulo: FBSP, 2022a.

FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: FBSP, 2022b. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=4>. Acesso em: 30 ago. 2022.

ANEXO G

TABELA G.1

Frequências absoluta e relativa de ocorrências de HDCs nos respectivos anos em todo o estado do Acre, por motivação: Ministério Público do Estado do Acre (2022)

Motivações	2018	2019	2020	2021
Droga/conflito Orccrim	273 (72,0%)	168 (59,8%)	158 (56,2%)	55 (32,0%)
Indeterminada	31 (8,2%)	42 (14,9%)	37 (13,2%)	52 (30,2%)
Bebedeira/fútil	35 (9,2%)	47 (16,7%)	54 (19,2%)	30 (17,4%)
Feminicídio	14 (3,7%)	11 (3,9%)	12 (4,3%)	13 (7,6%)
Vingança	12 (3,2%)	1 (0,4%)	2 (0,7%)	8 (4,7%)
Passional	5 (1,3%)	3 (1,1%)	6 (2,1%)	5 (2,9%)
Legítima defesa	3 (0,8%)	6 (2,1%)	6 (2,1%)	5 (2,9%)
Torpe	0 (0,0%)	1 (0,4%)	0 (0,0%)	3 (1,7%)
Linchamento	0 (0,0%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	1 (0,6%)
Erro de pessoa	2 (0,5%)	2 (0,7%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)
Rixa	1 (0,3%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)
Trânsito	0 (0,0%)	0 (0,0%)	2 (0,7%)	0 (0,0%)
Disputa por terra	0 (0,0%)	0 (0,0%)	3 (1,1%)	0 (0,0%)
Estupro	0 (0,0%)	0 (0,0%)	1 (0,4%)	0 (0,0%)
Ciúmes	2 (0,5%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)
Infanticídio	1 (0,3%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)
Total geral	379 (100,0%)	281 (100,0%)	281 (100,0%)	172 (100,0%)

Fonte: Observatório de Análise Criminal do Núcleo de Apoio Técnico do Ministério Público do Estado do Acre.

Obs.: HDCs – homicídios dolosos consumados; Orccrim – organizações criminosas.

REFERÊNCIAS

FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Cartografias das violências na Região Amazônica**: relatório final. São Paulo: FBSP, 2022a.

FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: FBSP, 2022b. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=4>. Acesso em: 30 ago. 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Agglomerados subnormais 2019**: classificação preliminar e informações de saúde para o enfrentamento à covid-19 – notas técnicas. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101717_notas_tecnicas.pdf.

MPAC – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE. **Anuário de indicadores de violência 2012-2021**: demonstrativo histórico de indicadores prioritários de violência e criminalidade no Estado do Acre. 6. ed. Rio Branco: MPAC, 2022. Disponível em: https://www.mpac.mp.br/wp-content/uploads/AnuariodeViolencia_2022.pdf. Acesso em: 13 ago. 2022.

DINÂMICAS DA VIOLÊNCIA NO TERRITÓRIO BRASILEIRO: AMAPÁ¹

Equipe técnica

Helder Ferreira²

Victória Cunha³

Sistematização de dados estatísticos e produção de mapas

Milena Machado dos Reis⁴

Karolina Armstrong⁵

Paloma Palmieri⁶

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste capítulo é apresentar as dinâmicas de violência no Amapá, bem como as políticas de segurança pública implementadas no estado. Localizado no extremo norte do Brasil, o Amapá possui grande proporção de áreas protegidas – terras indígenas (TIs) e áreas de conservação ambiental –, além de baixa densidade demográfica, população majoritariamente urbana e uma economia fortemente concentrada no setor terciário. Estas circunstâncias parecem ter servido, historicamente, como barreiras ao desmatamento predatório em larga escala. Contudo, em um panorama mais recente, percebe-se que a violência, associada à expansão da fronteira agrícola e mineral, adentra os municípios e os territórios protegidos do estado.

As maiores taxas de homicídios no período analisado (2018-2020) foram observadas no eixo Macapá-Santana, além de Oiapoque, município situado na fronteira do Brasil com a Guiana Francesa. Os crimes ambientais e a violência praticada contra populações indígenas, ocupantes e locais encontram-se fortemente associados ao garimpo, à invasão de terras e aos conflitos fundiários, sendo estes alguns dos problemas mais relevantes do estado. Ao mesmo tempo, algumas dinâmicas

1. Originalmente publicado como: Ferreira, H.; Cunha, V. *Dinâmicas da violência no território brasileiro: Amapá*. Brasília: Ipea, 2023. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11982/4/Dinamicas_da_violencia_Amapa.pdf. Acesso em: 6 mar. 2024.

2. Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Diest/Ipea). *E-mail*: helder.ferreira@ipea.gov.br.

3. Assistente de pesquisa na Diest/Ipea. *E-mail*: victoria.cunha@ipea.gov.br.

4. Assistente de pesquisa na Diest/Ipea. *E-mail*: villelamilena@gmail.com.

5. Assistente de pesquisa na Diest/Ipea. *E-mail*: karolina.armstrong@ipea.gov.br.

6. Assistente de pesquisa na Diest/Ipea. *E-mail*: paloma.alves@ipea.gov.br.

articuladas em nível nacional refletem-se em escala local. Facções criminosas de base prisional estão presentes nas cadeias e nas ruas, disputando o controle de territórios extramuros, sobretudo na capital (Macapá) e em sua região metropolitana (RM). Essas organizações atuam no tráfico de drogas e armas, entre outros negócios ilícitos, muitas vezes em conexão aos crimes ambientais, utilizando-se de vias terrestres, fluviais e aéreas para escoar suas mercadorias, e beneficiando-se da proximidade do estado com a fronteira internacional.

Este capítulo está dividido em cinco seções, além desta introdução. A seção 2 destaca aspectos históricos, sociais e demográficos do estado. A seção 3 apresenta dados quantitativos sobre homicídios (taxas por 100 mil habitantes e taxas médias por município), além de dados sobre outros crimes praticados no estado do Amapá. A seção 4 analisa as dinâmicas de violência identificadas, mapeadas a partir de dados quantitativos e qualitativos coletados no campo, buscando-se estabelecer a territorialização nos municípios. A seção 5 considera as políticas de segurança pública, bem como os aspectos relativos ao funcionamento das agências no estado. A seção 6, por fim, traz as considerações finais.

2 ASPECTOS HISTÓRICOS E SOCIODEMOGRÁFICOS DO AMAPÁ

Cortado pela linha do Equador, o estado do Amapá está situado no Platô das Guianas, extremo norte do Brasil. Limita-se com a Guiana Francesa e o Suriname, a noroeste; com o estado do Pará, a oeste e a sul; e com a foz do rio Amazonas, a leste e a sudeste. Enquanto estado da Federação brasileira, sua história é relativamente recente: originalmente parte do estado do Grão-Pará,⁷ o Amapá permaneceu vinculado à administração do Pará até 1943, quando foi instituído o Território Federal do Amapá. A elevação deste à categoria de estado federado do Brasil ocorreu apenas com a promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/1988).

Trata-se de um estado estratégico, não só por sua proximidade com a Guiana Francesa (território francês),⁸ mas por sua longa costa atlântica e sua localização na embocadura do rio Amazonas. O Amapá conta com duas rodovias federais: a BR-156 e a BR-210. A primeira faz parte de um ousado projeto de integração territorial entre Brasil, Guiana, Guiana Francesa e Suriname, e é nomeada de Rodovia Transguianense. Ela tem o objetivo de interligar os quatro países, com uma extensão de 2.300 km. A BR-210, também conhecida como Perimetral Norte, corta o estado de leste a oeste, com 470 km de extensão. Há uma ponte binacional sobre o rio Oiapoque

7. Desde o século XVII, o território do Amapá pertencia à capitania Cabo Norte, compondo, juntamente com o Maranhão, o estado do Grão-Pará (Silva, 2017).

8. A respeito das peculiaridades da fronteira internacional, no século XIX, o Amapá foi palco de longa disputa territorial entre Brasil e França – evento conhecido como “o Contestado Franco-Brasileiro” (1841-1900) –, em decorrência do interesse francês nas terras localizadas entre o rio Oiapoque e o rio Araguari. A questão foi resolvida por meio de arbitragem internacional, que findou o conflito, dando ganho de causa ao Brasil, e estipulou o limite territorial entre o atual estado do Amapá e a recente província da Guiana Francesa (Granger, 2012).

que liga Brasil e Guiana Francesa, demonstrando uma parceria entre os dois países no extremo norte do Brasil.

Com uma extensão de 142.470,762 km², o Amapá é um estado pouco povoado (população estimada em 733.508 habitantes), com uma densidade demográfica de 5,15 hab./km². A população ocupa seus dezesseis municípios, mas se concentra majoritariamente na RM de Macapá, principalmente na conurbação dos municípios de Macapá e Santana, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).⁹ Segundo os primeiros resultados do Censo Demográfico 2022, a população caracteriza-se pela baixa representação de pessoas indígenas (1,55%), as quais residem quase que totalmente em TIs (99,77%). O censo também mapeou a existência de uma TI acessível apenas por via aérea: a TI Wajãpi (IBGE, 2022a). O Amapá apresenta, além disso, uma considerável proporção de pessoas quilombolas no total da população residente de 1,71%, superior ao percentual nacional, levantado em 0,65% (IBGE, 2022b).

Sobre renda, trabalho e desigualdade, segundo os levantamentos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua 2021,¹⁰ a média do rendimento mensal domiciliar *per capita* no estado do Amapá era de R\$ 1.177,00, e a desigualdade, medida pelo índice de Gini, acompanha os valores da região Norte, sendo igual a 0,53. O percentual de pessoas em situação de pobreza é de 39,62%; o daquelas em extrema pobreza, de 10,3% – ambos os indicadores estão um pouco abaixo das médias regionais, que são de 40,13% e 12,48%, respectivamente. A taxa de analfabetismo é de 5,1, inferior à média regional de 7,0. A média de anos de estudo (10,1 anos) é superior à média regional (9,3 anos). Em 2022, o percentual de pessoas desocupadas com 14 anos ou mais de idade era estimado em 16,8%, superior ao percentual regional de 13,66%. O rendimento médio real era de R\$ 2.424,00, valor superior ao encontrado nos estados da região Norte (R\$ 2.195,00).¹¹

O Amapá é um estado pouco industrializado, sendo a economia fortemente concentrada no setor terciário. De acordo com o Sistema de Contas Regionais do IBGE de 2020, o setor de serviços é responsável por 85,6% do valor adicionado bruto (preços correntes em 2020). A indústria responde por apenas 12,4%, e a agropecuária, por 1,97%. Na agricultura, o destaque é o segmento de produção florestal, pesca e aquicultura (0,8%); na indústria, o segmento da indústria de transformação (4,8%); e nos serviços, o de administração pública e seguridade social (48%).¹²

9. *Censo Demográfico 2022: tabelas, população e domicílios – primeiros resultados*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html?edicao=37225&t=resultados>.

10. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html>.

11. IBGE Cidades. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>.

12. Sistema de Contas Regionais/Brasil/Amapá. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/panorama>. Acesso em: 1º dez. 2022.

A população do Amapá concentra-se nos centros urbanos, processo que se tornou mais acelerado a partir dos anos 1980. O modelo de urbanização do estado caracteriza-se pela apropriação da fronteira, intensificada pela ação articulada entre poder público e capital privado em favor de grandes empreendimentos de extração mineral, que alterou substancialmente a paisagem, a matriz econômica e as relações de trabalho, impulsionando a urbanização e o crescimento populacional. Também entre 1997 e 2020 o estado experimentou um crescimento populacional acelerado, principalmente nos municípios menos populosos, em decorrência da implementação da área de livre comércio em Macapá e Santana (em 1992), que impulsionou uma série de políticas de desenvolvimento e investimentos no eixo Macapá-Santana.

A mineração é, assim, um protagonista histórico na formação social e econômica do estado do Amapá. No século XVIII, iniciou-se no estado a extração artesanal de ouro em maior escala, impulsionada após a descoberta de grandes quantidades deste minério na região, circunstância que atraiu grandes contingentes populacionais. Ao longo do tempo, o modelo de extração artesanal se reduziu; contudo, mantiveram-se diversas áreas garimpeiras tradicionais, que permaneceram como principal fonte de ocupação de centenas de trabalhadores informais, sobretudo nos sítios abandonados de mineração industrial (Oliveira, 2010).

A mineração industrial iniciou-se com a descoberta das minas de manganês na Serra do Navio, que remonta ao final da década de 1940. As empresas pioneiras deste tipo de atividade foram a Indústria de Comércio de Minérios (Icomi), com extração de manganês; a Caulim da Amazônia (Cadam), com extração de caulim; a Companhia Ferro Ligas do Amapá, com extração de cromo; além das diversas indústrias especializadas na extração de ouro, tais como a Mineração Novo Astro, a Mineração Yukio Yoshidome S.A. e a Mineração Água Boa (Oliveira, 2010). Tais empreendimentos geraram passivos socioambientais consideráveis, representados particularmente por áreas degradadas não recuperadas.

A década de 1990 demarca a implementação do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Amapá (PDSA), que levou à criação de grandes áreas de conservação e preservação ambiental. Dos 14,3 milhões de hectares de superfície, 72% (10,5 milhões de hectares) são destinados a unidades de conservação (UCs), TIs e comunidades remanescentes de quilombo, tornando-o o único estado da Federação a destinar um percentual tão significativo de suas terras a estes usos. O Amapá também abriga o Parque Nacional das Montanhas do Tumucumaque, o maior do país e um dos maiores do mundo, com cerca de 3,9 milhões de hectares. Localizado a noroeste do território estadual, este parque apresenta um elevado número de espécies endêmicas e abriga em seu entorno diferentes grupos tradicionais, como indígenas, ribeirinhos e castanheiros.

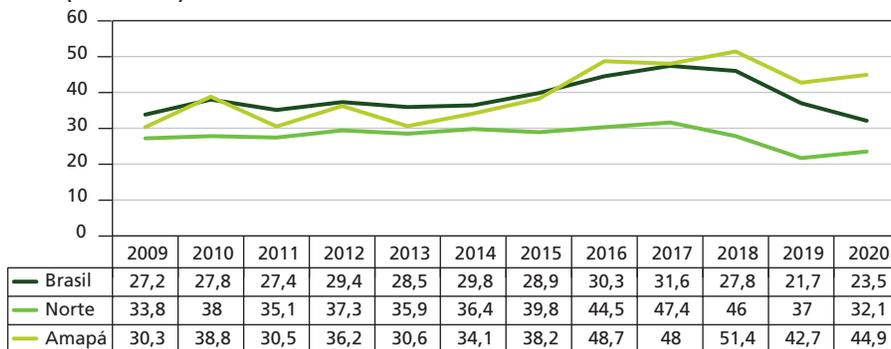
O estado possui dezenove áreas protegidas por lei que visam à conservação da mata nativa, duas municipais, cinco estaduais e doze federais. As primeiras UCs criadas foram o Parque Nacional do Cabo Orange e a Reserva Biológica do Lago Piratuba, em 1980. Após estas, vieram a Estação Ecológica Maracá-Jipioca, em 1981, e a Estação Ecológica do Jari, em 1982. Os imóveis privados correspondem a cerca de 3% (402 mil hectares) do território, enquanto as áreas não destinadas correspondem a cerca de 18% (mais de 2,5 milhões de hectares). Entre estas, mais de 70% estão sem repasse, o que facilita as práticas de grilagem e expulsão de ocupantes legítimos por meio de diversas formas de violência. Em função disso, a implantação de áreas de preservação no estado é um fator importante para se compreender os diversos conflitos e tensões sociais ali verificados (Santos, 2012).

3 HOMICÍDIOS

Em pouco mais de uma década, o Amapá experimentou expressiva evolução na taxa de homicídios, que já era bastante alta em 2010, 38,8 homicídios por 100 mil habitantes, passando para 44,9 homicídios por 100 mil habitantes em 2020. Desde 2016, o estado apresenta taxas superiores às da região Norte e do Brasil, conforme demonstrado no gráfico 1 e na tabela 1. Assim como outros estados da região, o Amapá atingiu o pico de violência letal em 2018, registrando 51,4 homicídios por 100 mil habitantes, ou seja, mais de 20 pontos percentuais (p.p.) acima da taxa nacional para o mesmo ano. Estes dados sugerem a irrupção de dinâmicas de violência importantes. Em 2020, último ano da série histórica analisada, cerca de 68,5% dos homicídios (números absolutos) foram registrados na capital Macapá. A maior taxa nesse ano, contudo, foi verificada na cidade de Pracuúba, com 57,2 homicídios por 100 mil habitantes.

GRÁFICO 1

Evolução das taxas de homicídios por 100 mil habitantes – Amapá e região Norte (2009-2020)



Fonte: Tabnet/Datasus/Ministério da Saúde.
Elaboração: Diest/Ipea.

TABELA 1

Evolução de homicídios em números absolutos e taxa de homicídios por 100 mil habitantes – Amapá (2009-2020)

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Números absolutos	190	260	209	253	225	256	293	381	383	426	361	387
Taxa de homicídios (homicídios/100 mil habitantes)	30,3	38,8	30,5	36,2	30,6	34,1	38,2	48,7	48,0	51,4	42,7	44,9

Fonte: Tabnet/Datasus/Ministério da Saúde.
Elaboração: Diest/Ipea.

No triênio considerado neste estudo (2018-2020), três municípios destacam-se por suas altas taxas médias de homicídios: Macapá (52,85 homicídios por 100 mil habitantes) e Santana (50,81 homicídios por 100 mil habitantes), que integram, juntamente com Mazagão, a RM de Macapá; e Oiapoque (46,45 homicídios por 100 mil habitantes), localizado no extremo norte do estado e do país, na fronteira com o Suriname e a Guiana Francesa (tabela 2).

TABELA 2

Grupos de municípios por taxa média de homicídios por 100 mil habitantes – Amapá (2018-2020)

Grupos	Intervalo/taxa média de homicídios por 100 mil habitantes	Municípios
I	8,08	Pedra Branca do Amapari (8,08)
II	12,35 a 22,29	Serra do Navio (12,35); Amapá (18,3); Mazagão (20,03); Vitória do Jari (20,92); Cutias (22,29)
III	26,99 a 39,45	Calçoene (26,99); Tartarugalzinho (28,88); Laranjal do Jari (30,42); Pracuúba (32,55); Ferreira Gomes (34,28); Itauba (36,34); Porto Grande (39,45)
IV	46,45 a 52,85	Oiapoque (46,45); Santana (50,81); Macapá (52,85)
V	Sem municípios	Sem municípios

Fonte: Tabnet/Datasus/Ministério da Saúde.
Elaboração: Diest/Ipea.

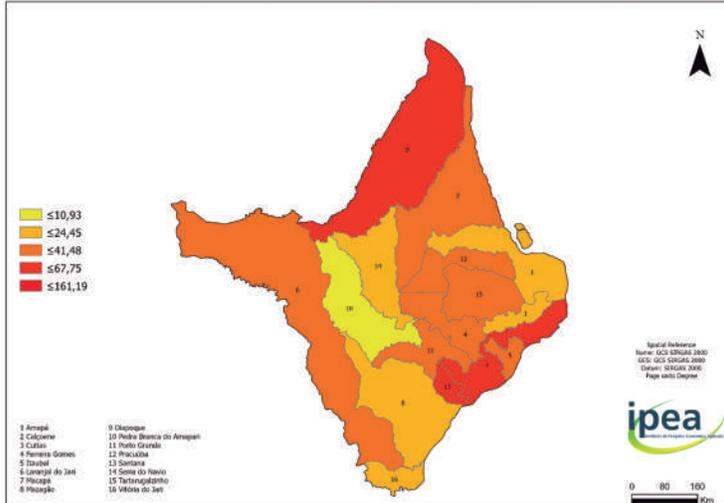
Na tabela 2, observa-se que não há municípios amapaenses no grupo V, caracterizados pela violência extrema. Conforme já mencionado, a maior parte dos homicídios registrados no Amapá ocorreu no eixo Macapá-Santana, onde se concentra 73,8% da população e 84% dos eventos letais do triênio 2018-2020 (total de 983 ocorrências). O Oiapoque, apesar de ser o terceiro município com maior taxa média de homicídios no período (46,5 homicídios por 100 mil habitantes), registrou apenas 38 ocorrências nesses três anos, o equivalente a 3,24% dos eventos de todo o estado.

Porto Grande (39,45), Itauba (36,34), Ferreira Gomes (34,28), Pracuúba (32,55), Laranjal do Jari (30,42), Tartarugalzinho (28,88) e Calçoene (26,99) compõem o segundo grupo de maior incidência de homicídios (o grupo III).

Os municípios com taxas inferiores à média nacional no período (grupos II e I) são: Serra do Navio (12,35), Amapá (18,3), Mazagão (20,03), Vitória do Jari (20,92), Cutias (22,29) e Pedra Branca do Amapari (8,08).

MAPA 1

Taxas médias de homicídios por município – Amapá (2018-2020)



Fonte: Tabnet/Datasus/Ministério da Saúde.
Elaboração: Diest/Ipea.

Segundo o *Anuário brasileiro de segurança pública* (FBSP, 2022b), destacam-se, no contexto do Amapá, as mortes decorrentes de intervenção de policiais, que atingem 17,1 mortes por 100 mil habitantes, mais de 15 p.p. acima da taxa nacional (2,9). Também adquirem relevância os crimes de tentativa de feminicídio (6,4), de homicídios dolosos (5,2) e de tentativas de homicídio doloso envolvendo mulheres (16,4), além de violência doméstica (283,0), este último mais de 50 p.p. acima da taxa nacional. Outro destaque são os crimes de estupro (17,9) e tentativa de estupro (17,9), e estupro de vulnerável (42,6) e tentativa de estupro de vulnerável (5,6). O quadro sugere um recorte de violência de gênero importante, especialmente no que diz respeito à violência doméstica e à violência sexual cometida contra crianças e adolescentes. Estes e outros elementos relativos às dinâmicas de violência serão abordados com mais detalhe na seção 4.

4 DINÂMICAS DA VIOLÊNCIA

Nesta seção, analisam-se aspectos relativos a cada uma das dinâmicas de violência e criminalidade mais relevantes ao estado. A subseção 4.1 trata do tráfico de drogas e da ocorrência de facções, presentes, sobretudo, na conurbação Macapá-Santana e nos municípios do entorno. Um importante vetor nesse sentido parece ser a BR-156, que interliga todo o território e inclusive a fronteira norte do estado, em Oiapoque.

A subseção 4.2 discorre sobre o garimpo ilegal e a violência contra as populações indígenas. O Amapá concentra alguns dos primeiros grandes empreendimentos mineradores da região amazônica, cujo encerramento das atividades abre margem para o estabelecimento do garimpo ilegal e para a incursão de novos atores, inclusive envolvidos com a criminalidade organizada. Alguns dos territórios que se encontram sob maior pressão e com violência associada à exploração predatória destes recursos são as TIs Tumucumaque, situada no Vale do Jari, e Uaçá I e II e Juminá, em Oiapoque, onde a mineração do ouro, na divisa com a Guiana Francesa, é uma problemática historicamente presente.

A subseção 4.3 analisa a presença de desmatamento e de conflitos fundiários. Considerando que o Amapá é um dos territórios amazônicos com maior extensão de áreas protegidas, os conflitos parecem advir das incursões do agronegócio, e a violência é praticada contra famílias de pessoas assentadas, ocupantes e quilombolas. O estado já foi referido por atores institucionais públicos e privados como “a última fronteira” do agronegócio sojista, que avança desde o Centro-Oeste do país. A subseção 4.4 traz o problema da violência policial, disseminada por todo o território do Amapá. O estado vem se destacando pela presença de uma polícia que abusa da força letal, atingindo níveis que superam a média nacional. Atualmente, o Amapá é um dos estados com as maiores taxas de uso de força letal pela polícia de todo o país. A subseção 4.5, por fim, trata da problemática da violência sexual e de gênero. No Amapá, a questão está fortemente associada ao tráfico de mulheres e crianças na fronteira norte do país: desde Oiapoque, esses indivíduos atravessam a divisa em catraias,¹³ conduzidos pela promessa de trabalho nos garimpos da Guiana Francesa, onde, na realidade, acabam muitas vezes sofrendo exploração sexual, laboral, entre outras inúmeras formas de violência.

4.1 Tráfico de drogas e facções criminosas

A região Norte do Brasil tem papel relevante nas rotas internacionais do tráfico de drogas, em função da proximidade com os países andinos produtores de cocaína e *cannabis* (Bolívia, Colômbia e Peru). Estes produtos ilegais adentram o território brasileiro a partir da tríplice fronteira, na região do Alto Solimões, sendo transportados por esse rio e seus afluentes até portos com saída no Atlântico, de onde seguem para os mercados consumidores nacional e internacional – sobretudo da Europa e da África. Dada sua posição geográfica ao norte da foz do rio Amazonas, além da presença do porto de Santana e do Aeroporto Internacional de Macapá, o Amapá seria, segundo alguns estudos, importante zona de escoamento de drogas (Kenny, 2007; Paiva, 2018; Soares, Pereira e Pucci, 2021; e Centro de Excelência

13. Trata-se de embarcações clandestinas superlotadas, utilizadas para driblar a fiscalização, por meio das quais os brasileiros realizam a travessia em condições precárias e inseguras por meio do Oceano Atlântico.

para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas – CdE).¹⁴ O estado seria o ponto a partir do qual se estendem diferentes rotas de distribuição direcionadas ao Pará, com destino aos estados do Nordeste e Centro-Oeste, como Maranhão, Piauí e Ceará, e Maranhão, Tocantins e Goiás.¹⁵

Interlocutores locais entrevistados confirmam essas informações, apontando a importância das rotas de tráfico de maconha provenientes da cidade de Santarém-PA, e de tráfico de armas e entorpecentes provenientes da Ilha de Marajó-PA. O material jornalístico levantado para este trabalho também aponta a existência de rotas aéreas que atravessam os municípios de Macapá e Calçoene – por meio de aeródromo regular (Pacheco, 2021a), onde inclusive foram encontrados destroços de uma aeronave utilizada para o tráfico de entorpecentes, em 2021 (PF cumpre..., 2021). Acrescentam-se a estas, rotas direcionadas aos estados do Sudeste e do Centro-Oeste, tais como Mato Grosso (Pacheco, 2022), Mato Grosso do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro (Menezes, 2021).¹⁶

Outra rota importante, destacada na literatura (Soares, Pereira e Pucci, 2021; FBSP, 2022a) e no noticiário de imprensa, envolve o tráfico de drogas, armas e pessoas, assim como o contrabando entre Oiapoque e Macapá. Interlocutores de campo apontam o Oiapoque como um município sensível ao tráfico e contrabando de produtos. Localizado na fronteira do Amapá com as Guianas, Oiapoque funciona como uma das portas de entrada de maconha, de cocaína e de ouro proveniente da mineração ilegal. O garimpo ilegal, inclusive, é atividade que pode estar sendo desenvolvida em consorciamento ao tráfico de drogas e armas, de forma a expandir os negócios ilícitos das facções. O ambiente fronteiriço de difícil monitoramento, o déficit das estruturas de segurança pública e fiscalização, bem como a proximidade com os mercados produtores de drogas de alta rentabilidade são fatores que impulsionam estas atividades. A rodovia federal BR-156, que cruza o estado de norte a sul, seria utilizada para esta finalidade: partindo do Laranjal do Jari, na divisa do Pará, ela se estende até Oiapoque, ao norte do estado, na fronteira com a Guiana Francesa. A partir deste ponto, um trecho de 552 km liga os municípios de Oiapoque e Macapá, atravessando os municípios de Calçoene, Amapá, Tartarugalzinho, Ferreira Gomes, Porto Grande, Macapá e Laranjal do Jari.

O avanço das facções de base prisional – Primeiro Comando da Capital (PCC) e Comando Vermelho (CV) – sobre a região nos últimos anos e as disputas entre elas – e delas com facções locais – pelo controle de rotas de tráfico e de territórios urbanos também são circunstâncias que, segundo a literatura, estão relacionadas ao crescimento das taxas de homicídios nos estados nortistas, inclusive nos pequenos municípios (Soares, Pereira e Pucci, 2021).

14. Disponível em: <https://www.cdebrasil.org.br/dados/#1638850894662-3dd25cef-e019>. Acesso em: 11 mar. 2022.

15. Disponível em: <https://www.cdebrasil.org.br/dados/#1638850894662-3dd25cef-e019>. Acesso em: 11 mar. 2022.

16. Disponível em: <https://www.cdebrasil.org.br/dados/#1638850894662-3dd25cef-e019>. Acesso em: 11 mar. 2022.

Segundo interlocutores, estão presentes no estado diferentes grupos criminais, quais sejam: PCC, CV, União do Crime do Amapá (UCA), Amigos para Sempre (APS), Família Terror do Amapá (FTA), Comando Classe A (CCA) e facção Cartel do Norte (CN), descendente da Família do Norte, grupo originário do Amazonas que enfraqueceu nos últimos anos. Registra-se também a presença de grupos criminosos internacionais da fronteira norte (por exemplo, o Prato), evidenciando a importância das conexões de rotas com o Pacífico a partir do Suriname e da Guiana Francesa.

Os interlocutores entrevistados dão conta de um cenário de proeminência de atuação dos grupos criminosos APS e FTA, que durante muitos anos agiram em consórcio com outras organizações – caso da aliança entre FTA e PCC. Em 2020, estimava-se que o grupo com maior contingente de filiados era o consórcio FTA-APS (Pacheco, 2021), com cerca de 7 mil faccionados. Um dos entrevistados estima que a fusão entre FTA e APS teria resultado em um coletivo com 12 mil integrantes. Registra-se ainda a migração de dissidentes entre as facções, o estabelecimento de acordos de paz e alianças, bem como conexões com células de outros estados da região Norte, como o Pará e o Amazonas, além da presença de lideranças foragidas de outras localidades, como o Sudeste (Figueiredo, 2022) e o Sul do país (Fossati, 2022).

Segundo um interlocutor, uma “guerra” entre APS e FTA, em 2021, teria sido responsável pelo pico de homicídios ocorrido naquele ano. Em maio de 2021, dezenas de pessoas foram mortas em decorrência do rompimento entre essas organizações. Estas mortes teriam sido ordenadas a partir do Instituto de Administração Penitenciária do Amapá (Iapen), após a morte do filho de um líder de facção (Coutinho, 2020). Na semana após o evento, novos assassinatos ocorreram em bairros das zonas sul e norte da capital (Macapá), além de outros municípios, como Santana e aqueles que compõem o Vale do Jari. Notícias de 2022 mencionam diversas prisões realizadas nos municípios de Laranjal do Jari e Vitória do Jari, indicando a presença da violência das facções, inclusive com a instalação de tribunais do crime (Nafes, 2022).

O grupo criminoso FTA é tido como um dos atores mais importantes na disputa pelo controle de territórios e na produção da violência homicida do estado, além da prática de crimes conexos. Uma das lideranças do FTA, Alberto Magno da Silva Lobato, o “imperador”, preso no Rio de Janeiro, é investigado como mandante de mais de cem homicídios na região Norte (Menezes, 2021).

Por sua vez, segundo nossos interlocutores, muitos casos de violência atribuídos às facções pela mídia/redes sociais e autoridades locais são, na realidade, decorrentes de violência policial. Não seriam raros os casos em que indivíduos suspeitos foram mortos por intervenção policial, mas teriam suas mortes registradas como “fatalidades” ou “intercorrências” de atividades de combate às facções.

A maior incidência de homicídios associados ao tráfico de drogas e a confrontos com a polícia ocorre no eixo Macapá-Santana e em cidades próximas, como Porto Grande. Alguns desses são municípios nos quais se localizam estabelecimentos penais e de custódia, onde estão presas várias lideranças das facções. Segundo relatos de nossos entrevistados, o tráfico de drogas é operado de dentro dos presídios, de onde as lideranças das facções continuam comandando as ações na rua, bem como aliciando novos integrantes para os coletivos. Várias notícias sugerem que o combate ao tráfico de drogas concentra-se em bairros da capital, como Perpétuo Socorro, Cidade Nova (Em Macapá..., 2022), Jardim Marco Zero, Universidade, Congós, Buritizal, Macapaba, Jardim Felicidade Muca (“Delivery”..., 2021).

Por seu turno, investigações policiais, sobretudo da Polícia Federal (PF) e do Ministério Público, têm apontado relações pouco virtuosas entre as facções e as autoridades locais. Destaca-se a operação Queda da Bastilha (de 2020), deflagrada em conjunto pela PF-AP e pelo Grupo de Atuação Especial contra o Crime Organizado do Ministério Público do Amapá (Gaeco/MP/AP), que apontou o envolvimento de um contingente de autoridades públicas e servidores do Iapen com distribuição de armas, munição, drogas e celulares, além de assassinato de suspeitos de envolvimento nos esquemas e de pessoas presas (PF e MP detalham..., 2022). A operação Vikare (de 2021) também demonstrou a sofisticação das organizações no território, revelando esquemas de lavagem de dinheiro, bem como a disponibilidade de recursos, por exemplo, equipes de pilotagem de aeronaves atuando em aeródromos particulares (Pacheco, 2021a). Finalmente, a Operação Addams (de 2022) detalhou o comando de ações de facionados de dentro do Iapen suspeitos de ordenar homicídios, roubos e atividades do tráfico, além do envolvimento da facção nas eleições para deputados federais, em favor de um candidato cuja eleição atenderia aos interesses do grupo.

4.2 Garimpo ilegal e violência contra a população indígena

Como já mencionado, o Amapá é um estado de grande geodiversidade e potencial de exploração mineral, sobretudo na região oeste, em decorrência da presença de jazidas de manganês, ouro, caulim e granito. Os depósitos vêm sendo explorados desde a década de 1950, a partir da atuação de grandes empresas mineradoras, além da garimpagem de ouro. Essas atividades enfrentam períodos de declínio e incremento, levando à quebra e ao abandono de plantas industriais, processo que abre margem para a instalação de garimpos artesanais/ilegais nas valas dos empreendimentos abandonados. Mais recentemente, a mineração parece ganhar novo fôlego em decorrência da descoberta de novos veios auríferos, motivando a vinda de uma nova leva de garimpeiros de diferentes regiões do Brasil, bem como o investimento por parte do setor empresarial e industrial (Oliveira, 2010).

O extrativismo exploratório levado a cabo a partir da garimpagem ilegal é atividade geradora de grande impacto ambiental e conflito fundiário de difícil

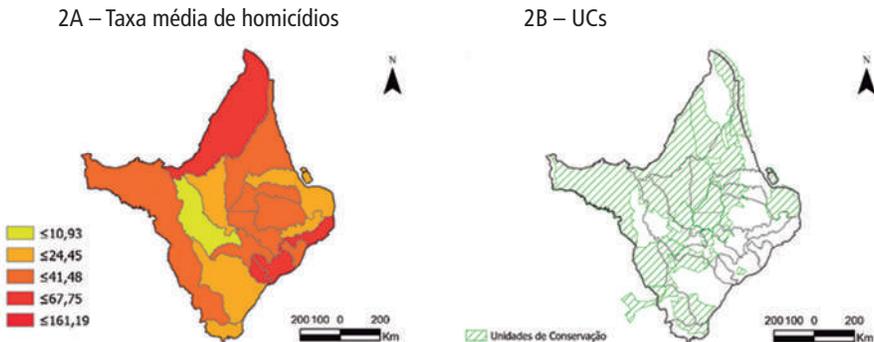
controle pelas instituições fiscalizadoras, traduzindo-se na geração de considerável passivo socioambiental e violência. Além do desmatamento da densa floresta, destaca-se ainda o assoreamento, o desvio e a contaminação do leito de rios, os quais se refletem sobre populações originárias que habitam as localidades, sobretudo aquelas que apresentam resistência à pressão (Brito *et al.*, 2021; Rauber e Ferreira, 2020; Rauber e Palhares, 2022; Silva, 2005).

O tensionamento decorrente do conflito de interesses exploratórios e de conservação é evidenciado pelo fato de que cerca de 44,44% (236) dos 531 processos minerários atualmente em curso¹⁷ encontram-se paralisados, por estarem localizados em “áreas bloqueadas” – isto é, localizadas em UC integral ou em TIs. As principais atividades minerárias, com títulos de exploração, registradas no Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) entre os anos de 1989 e 2010, localizam-se em áreas de floresta (Rauber e Palhares, 2022).

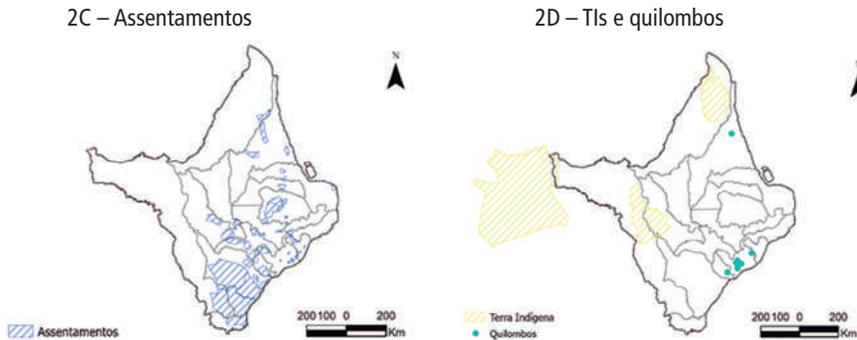
Esses conflitos dão origem à violência contra as populações indígenas, além da violência praticada no interior dos maiores empreendimentos de garimpo ilegal, sobretudo contra as famílias empregadas na atividade. No caso do Amapá, a partir do mapeamento de notícias, de relatos de interlocutores e da literatura, é possível identificar três focos de concentração dessas dinâmicas: a oeste do estado, nos municípios de Mazagão, Pedra Branca do Amapari e Laranjal do Jari; no centro, em Porto Grande, Ferreira Gomes e Tartarugalzinho; e ao norte, em Oiapoque e Calçoene.

MAPA 2

Taxa média de homicídios por município, considerando-se UCs, TIs e quilombos, e assentamentos – Amapá (2018-2020)



17. Isto é, que se encontram em fase de requerimento de pesquisa.



Fonte: Tabnet/Datasus/Ministério da Saúde.
Elaboração: Diest/Ipea.

A violência identificada no eixo oeste do estado parece estar associada a conflitos possessórios e à exploração ilegal de recursos minerais em territórios indígenas. Segundo levantamento do Instituto Socioambiental,¹⁸ encontram-se sob pressão e potencial risco de violência, relacionada à exploração destes recursos, as TIs de Tumucumaque, situada em Laranjal do Jari; Wajãpi, localizada entre Laranjal do Jari, Mazagão e Pedra Branca do Amapari; Uaçá I e II e Juminá, localizadas em Oiapoque, onde se destaca a mineração de ouro (Cimi, 2018; 2019; 2020).

Ainda assim, poucos são os casos de violência contra indígenas que chegam ao conhecimento das autoridades públicas e da grande mídia. A plataforma Cartografia de Ataques contra Indígenas (Caci), sistematizada pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), conseguiu registrar apenas seis casos de mortes violentas praticadas contra povos indígenas entre 2008 e 2019, cinco delas de indígenas habitantes da região do Oiapoque (TI Juminá e TI Uaçá) e uma na TI Wajãpi, localizada entre Pedra Branca do Amapari e Laranjal do Jari.¹⁹

Pedra Branca do Amapari viveu um *boom* econômico na mineração de ferro entre 2007 e 2014, em decorrência do início da exploração de ferro por parte da empresa MMX (do empresário brasileiro Eike Batista) e posterior venda da mina para a empresa britânica Anglo American. Em 2013, contudo, parte do porto dessa mineradora, construído no município de Santana, desabou, paralisando as atividades. O empreendimento foi assumido, no mesmo ano, por outra empresa internacional, a Zamin Ferrous, que não conseguiu dar continuidade às atividades, deixando milhares de funcionários desempregados e afetando toda a cadeia de

18. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/>.

19. Plataforma Caci/Cimi. Disponível em: <http://caci.cimi.org.br/#1/?loc=0.8486628140085832,-52.62451171875001,8&init=true>. Acesso em: 15 dez. 2022.

produção. Os reflexos do abandono podem ser observados na cidade deserta e na vulnerabilização socioeconômica da população, circunstâncias que facilitaram a entrada do garimpo ilegal e da violência (Santiago e Martins, 2021).

Destaca-se, nesse particular, o caso de repercussão internacional envolvendo os Wajápi da Aldeia Mariry, em 2019 (Em nota..., 2019), que teve como uma de suas consequências o assassinato do cacique, Emyra (Cimi, 2019). A TI Wajápi²⁰ desperta interesse em torno de seus depósitos minerais desde 1960, muito antes de sua demarcação em 1996. O conflito com garimpeiros remonta aos anos 1970, quando uma epidemia de sarampo, disseminada pelo contato entre estes e os indígenas, ocasionou a morte de quase cem Wajápis. Desde então, relatos vêm apontando as relações entre garimpo ilegal e violência contra a população indígena da região.

Segundo notícia publicada no *Diário do Amapá* (Carlos, 2019) cinquenta garimpeiros armados invadiram uma porção da TI Wajápi, localizada em Pedra Branca do Amapari, com o objetivo de realizar a extração ilegal de ouro no local. Após a invasão, esses homens teriam tomado o controle da aldeia, expulsando a comunidade.

As autoridades públicas entrevistadas para a pesquisa divergem quanto à importância do garimpo ilegal na violência letal da região, se comparada ao que ocorre em estados vizinhos, como o Pará. Ainda assim, admitem a ocorrência de invasões, especialmente em Amapari, onde está a TI Wajápi. Um policial entrevistado foi inclusive categórico ao afirmar que, apesar de o assassinato do cacique Emyra Wajápi ter gerado “grande comoção nacional”, tal repercussão “mostrou-se descabida”. Segundo seu relato, o laudo médico oficial da morte do cacique não teria constatado o homicídio: “O índio tinha ido para uma festa, tomou caxiri (uma bebida alcoólica dos indígenas) e, em uma passagem de uma pinguela, escorregou, bateu a cabeça e morreu afogado. Esse é o laudo oficial da morte do cacique”.²¹ Não obstante, esta percepção diverge dos relatos dos Wajápi e ambientalistas que estiveram no local na ocasião.

A violência contra indígenas, motivada por conflitos com garimpeiros, está presente em diversas outras regiões, como no Vale do Jari, próximo à Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS)²² do rio Iratuparu (Vidigal, 2022). Laranjal do Jari aparece como uma das áreas mais afetadas pelo garimpo ilegal, segundo mapeamento da Rede Amazônica de Informação Socioambiental – RAISG (Pozzo, 2022). Em Mazagão, também ocupado pela TI Wajápi, o garimpo ilegal afeta a saúde da população indígena, levando a mortes por contaminação de mercúrio (Vidigal, 2021a).

20. A TI Wajápi abrange 6 mil km², atravessada pelos municípios de Laranjal do Jari, Mazagão e Pedra Branca do Amapari, sendo que metade se encontra sobreposta pela Renca, ambas importantes UCs integrais da região (Cimi, 2019).

21. Trecho adaptado da fala de um dos interlocutores entrevistados na pesquisa de campo.

22. Em uma RDS, é permitida a ocupação por moradores nativos, desde que atendendo a critérios rígidos de ocupação e uso do ecossistema.

Em janeiro de 2022, foi noticiado o caso de contaminação de quase 60% de mulheres habitantes de vilarejo na região de Vila Nova. Na ocasião, os pesquisadores responsáveis pelo estudo que identificou o problema também foram alvo de ameaças de morte e tiveram carros incendiados – uma espécie de “recado” a eles, para que não retornassem ao território. O vilarejo é visto pelos próprios moradores como “terra sem lei”, completamente dominada pelos grupos que controlam o comércio do ouro (Martins, 2022).

Além do amplo apoio do governo federal ao garimpo, no período 2019-2022, a grande aceitação social e o envolvimento de muitas famílias nessa atividade explicam, de certo modo, a persistência da garimpagem ilegal na região. O fechamento dos garimpos artesanais de Tartarugalzinho, em 2017, por exemplo, motivou uma onda de protestos das famílias de garimpeiros que trabalhavam no local, os quais fecharam o trecho da BR-156 que atravessa a cidade. Estima-se que existiam cerca de 1,5 mil famílias trabalhando no local (Alves, 2017).

O noticiário de imprensa indica que muitas das famílias “empregadas” no garimpo no Amapá vivem em condições análogas à escravidão, tal como denunciado a partir da operação Minamata, realizada em 2017, com o objetivo de combater a exploração e a comercialização ilegal de ouro no distrito de Lourenço, em Calçoene. O caso envolvia a atuação da Cooperativa de Garimpeiros de Lourenço (Coogal), acusada de manter trabalhadores em situação análoga à escravidão e de provocar a contaminação de rios. Há indícios, inclusive, da participação de empresários de outros estados brasileiros no esquema (Pacheco, 2018a).

No Oiapoque, a questão garimpeira é um problema antigo, relacionado à emigração ilegal de brasileiros para tentar a vida nos garimpos da Guiana Francesa. Há duas grandes áreas de preservação no município – o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque e a Floresta da Guiana – onde ocorre a extração ilegal de ouro, tanto no lado brasileiro da fronteira quanto na cidade de Saint Georges, na Guiana Francesa. Ali, a violência também se espalha, atingindo jovens e meninas submetidas à exploração pelo trabalho doméstico e à violência física e psicológica. Ademais, por se tratar de região de fronteira, o garimpo ali está, muitas vezes, associado ao tráfico de drogas e à atuação de facções criminosas, como revelado pelos resultados da Operação Cabo Orage 4, do Exército brasileiro, em 2020, nos garimpos de Cricu e Marupi (Padilha, 2020).²³

Matérias jornalísticas também dão conta das rotas de deslocamento semanal de brasileiros saindo do Oiapoque em direção à Guiana, atraídos pela possibilidade de receber em euro: “o ganho [no Brasil] era muito pouco e a ‘fofoca’ de que existia muito ouro na Guiana foi o motivo de eu vir para cá” (Santiago, 2014b), afirmou

23. Ver também: <https://globoplay.globo.com/v/8670330/>.

um garimpeiro ouvido em reportagem, que abandonou a profissão de pedreiro para exercer a atividade. O deslocamento é realizado por meio das catraias, em viagens que costumam acontecer quatro vezes por semana, perdurando por várias horas, durante a noite ou a madrugada, e sem iluminação. Alguns, contudo, realizam a travessia pela mata fechada. Segundo estimativas do governo francês, já em 2014 existiam 80 mil brasileiros vivendo ilegalmente na Guiana, entre os quais 10 mil estariam empregados em atividades ilegais nos 479 garimpos clandestinos da região. Ali também os trabalhadores estão em situação análoga à escravidão, trabalhando em troca de pequenas quantidades de ouro, sem data de pagamento definida (Santiago, 2014a).

A luta pela sobrevivência nos garimpos gera disputas que, muitas vezes, acabam em mortes violentas – uma reportagem indica que é possível observar na floresta próxima aos garimpos várias cruzes dispostas no solo, indicando sepultamentos clandestinos, pois muitos chegam sem qualquer amparo familiar: “quando a informação é repassada ao governo francês, o máximo que podemos fazer é recolher um pedaço do osso para futuro exame de DNA” (Santiago, 2014b). A fiscalização não é realizada de forma adequada, inclusive porque “muitas vezes a polícia encontra-se dentro do garimpo” (Santiago, 2014b). Algumas mortes também ocorrem no contexto de operações policiais sobre os garimpos, agravando-se nos casos em que os garimpeiros retornam ao local após o trabalho policial (Santiago, 2013; 2014b).

Sobre o enfrentamento da problemática pelas forças de segurança, os interlocutores entrevistados argumentam que há dificuldade de acesso às regiões de garimpo, que, na maior parte dos casos, são acessíveis apenas por via aérea. Por seu turno, estes mesmos agentes de segurança revelam a percepção de que a proliferação de garimpos ilegais e seu avanço sobre territórios indígenas são “bem mais do lado francês, na Guiana. Lá, sim, nós temos muito problema de invasão. Do nosso lado, a maior parte dos garimpos [de] que nós temos conhecimento são oficiais, são autorizados”.²⁴

Segundo Vilhena Silva,²⁵ os garimpos ilegais operam como “núcleos fronteiros porosos e com pouca fiscalização, tanto por conta da extensão dos limites internacionais quanto pela ausência de um controle sistemático, voltado especificamente para o enfrentamento deste problema” (Pozzo, 2022). Também nesse sentido, um dos interlocutores entrevistados aponta as relações do garimpo ilegal com a corrupção política e o tráfico de drogas, sobretudo a partir da década de 1990 (Pozzo, 2022).

24. Trecho adaptado da fala de um dos interlocutores entrevistados na pesquisa de campo.

25. Professor da Universidade Federal do Amapá, entrevistado pela plataforma Meet.

Em 2021, a Agência Nacional de Mineração autorizou a exploração de ouro e tantalita no garimpo de Lourenço, na zona rural de Calçoene, além da chamada *mineração em terra firme e rios*, a partir da perfuração de poços de petróleo na linha de fronteira com a Guiana Francesa, o Suriname e a Venezuela. Ambas as regiões estão entre as mais impactadas, ou sob maior risco de impacto, pelo garimpo ilegal nas últimas décadas. A proposta do governador eleito em 2022 é a criação de um plano estadual de agregados minerais para o ordenamento territorial da atividade, a partir da implementação dos distritos minerais de Vila Nova e Lourenço (Pontes, 2022).

4.3 Desmatamento e conflitos fundiários

O Amapá é um dos estados da Amazônia Legal com as melhores taxas de preservação ambiental. Ao todo, estima-se que 73% do território amapaense é protegido por UCs e TIs, o que permite que o estado mantenha mais de 77% de sua cobertura vegetal nativa intacta. Segundo as estimativas do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), desde 1988, o Amapá é o estado com a menor área desmatada, respondendo por apenas 0,3% da área total atingida da Amazônia, com poucos registros de queimadas ou focos de derrubada. O cinturão verde, contudo, é ameaçado por atividades de potencial econômico relevante, uma delas, como visto, é justamente a mineração e o garimpo. Contudo, além dessa, também é possível destacar a utilização das terras para a atividade madeireira ilegal – extração e venda –, que, por sua vez, vem sendo desenvolvida em paralelo com a expansão do agronegócio na região (FBSP, 2022a).

Segundo mapeamento do Sistema de Monitoramento da Exploração Madeireira (Simex), do Instituto do Homem do Meio Ambiente (Imazon),²⁶ entre 2019 e 2020, estima-se que, dos 730 ha de exploração de madeira, pelo menos 13% (96 ha) foram explorados de maneira ilegal – o equivalente a cem campos de futebol. A maior parte dessa exploração ocorre em imóveis rurais cadastrados (68%), e uma parte menor, ainda que considerável, se dá em assentamentos rurais (32%). Os municípios com maior incidência de exploração são Pedra Branca do Amapari (50%) e Porto Grande (46%).²⁷ Além destes, Calçoene, Tartarugalzinho, Porto Grande e Laranjal do Jari figuram como áreas de maior desmatamento, havendo notícias de apreensão ilegal de quantidades de madeira e operações de desarticulação do crime organizado em torno da atividade em múltiplas ocasiões, inclusive com prisões de autoridades públicas envolvidas com os esquemas. Em relação às áreas onde se registra maior apreensão de madeira, sobressaem-se a Floresta Estadual do Amapá, a Reserva Extrativista do Rio Cajari (Resex Cajari) e os projetos de assentamento Nova Canaã, Nova Colina e Munguba.

26. Disponível em: <https://imazon.org.br/publicacoes/sistema-de-monitoramento-da-exploracao-madeireira-simex-mapeamento-da-exploracao-madeireira-no-amazonas-agosto-2020-a-julho-2021>.

27. Ver: https://imazon.org.br/wp-content/uploads/2021/09/Simex_Amapa_Agosto2019-Julho2020.pdf.

Entre os casos mais emblemáticos, destacam-se as notícias das operações policiais que visam combater a atuação de organizações criminosas especializadas em legalizar a madeira extraída do projeto de assentamento Novo Canaã, em Porto Grande e em Pedra Branca do Amapari. Nestes casos, os acusados recrutavam pessoas com baixa escolaridade e em situação de vulnerabilidade econômica e social para que elas conseguissem a concessão de um Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS), documento que permite a exploração econômica sustentável. A partir destes documentos, era possível “legalizar” a madeira extraída, ocultando crimes de desmatamento e repasse ilegal de produtos florestais.

O esquema envolvia o repasse para empresários de outros estados da região, mas sem que houvesse qualquer indício que identificasse sua participação. Entre 2020 e 2021, a operação Sem Lastro investigou essas ações em um projeto de assentamento nos municípios de Pedra Branca do Amapari e Porto Grande, resultando na apreensão de centenas de metros cúbicos de madeira sem registro de origem, bem como na prisão de empresários investigados.²⁸ Em outro caso de repercussão importante, os próprios ocupantes do Assentamento Limão (em Tartarugalzinho), atingidos pelas atividades de uma serraria que operava ilegalmente na região, realizaram uma denúncia anônima, em razão do medo de represálias, o que sugere a ocorrência de violência nesses contextos.²⁹

Essas circunstâncias estão associadas ao processo de expansão da produção de soja e de eucalipto na região do cerrado amazônico, que adquire importância crescente no contexto amapaense, a ponto de os empresários do agronegócio da soja referirem-se ao estado como “última fronteira de expansão agrícola”³⁰ (Lima, Amaral e Lameira, 2022). O mesmo é dito em parte por políticos ruralistas, inclusive pessoas apontadas pelo envolvimento com esquemas de atuação dentro do próprio Congresso Nacional para distribuição das áreas do cerrado amazônico (Bassi, 2018).

A principal questão fundiária no Amapá são as áreas estaduais não destinadas, que pertenciam originalmente à União.³¹ Mesmo após a determinação de repasse ao estado, pela Lei Federal nº 10.304/2001, estas terras permanecem sem o registro definitivo da posse estadual em cartório – e lá se vão mais de vinte anos. Isso impossibilita a regularização do acesso à terra e abre margem para disputas que ultrapassam a seara judicial, facilitando a grilagem e os processos de compra de terras sob litígio a baixos preços – e, eventualmente, a expulsão dos seus habitantes tradicionais (Brito *et al.*, 2021).

28. Ver: <https://globoplay.globo.com/v/10118407/>.

29. Ver: <https://globoplay.globo.com/v/7688120/>.

30. A fala reflete a perspectiva de produtores sojistas e de empresários envolvidos nos processos de produção/distribuição da soja (agronegociantes), tais como o presidente da Companhia Docas de Santana, Eider Pena (Produtores..., 2016).

31. No caso do Amapá, existe ainda a particularidade da transformação deste de território federal em estado apenas com a promulgação da CF/1988. A partir da promulgação da Constituição do Amapá em 1991, observa-se a edição de diversos dispositivos legais, aprofundando contradições (Chelala e Chelala, 2022).

O Amapá é um dos estados com menor transparência e controle social sobre os processos de privatização do patrimônio público fundiário: em média, os órgãos estaduais responsáveis pelo setor divulgam apenas 22% das informações obrigatórias, o que impede a sociedade de conhecer as áreas públicas que estão em processo de privatização e os destinatários dos títulos emitidos pelo estado (Brito *et al.*, 2021).

Alterações na legislação fundiária federal entre os anos de 2017 e 2020 impactaram toda a região amazônica, uma vez que os estados passaram a ter autonomia para definir o prazo limite de ocupação de terras públicas para fins de regularização. Nesse sentido, embora a legislação federal tenha definido o marco temporal geral para a regularização dessas ocupações em julho de 2008, a legislação estadual possibilita a titulação de terras após este marco, desde que o interessado pague de 4% a 59% do valor da terra no mercado para a regularização de área. Esta conformação jurídico-institucional – que constitui espécie de facilitação da privatização de terras públicas – permite a apropriação privada de terras públicas e fortalece a ação dos proprietários agropecuários, os quais se apropriam de terras públicas de forma irregular para a prática de desmatamento ilegal e cultivo de terras, processo que vem associado ao cometimento de violência contra as populações locais (Prizibiszki, 2021).

Além disso, o estado não impede a titulação de pessoas envolvidas com trabalho escravo, nem requer a recuperação da área desmatada ilegalmente como condicionante para a titulação. Todo este cenário abre margem ampla para a atuação de invasores de terras, que adentram os locais para regularizar as áreas ocupadas ilegalmente, pagando valores irrisórios – há notícias de que se pode pagar até R\$ 46,00 por hectare. Os valores baixos são um estímulo à grilagem, com o consequente agravamento da violência e da destruição do cerrado amazônico (Prizibiszki, 2021).

O Amapá também enfrenta questões inerentes ao fato de não ser um território com tradição de exploração agrícola empresarial. O ingresso de produtores rurais oriundos de outras regiões do país no processo de avanço da fronteira agrícola iniciou-se apenas na década passada, diferentemente do que aconteceu nos demais estados nortistas, nos quais o processo de ocupação pelas frentes pioneiras do agronegócio remonta às décadas de 1970 e 1980. Os primeiros registros de plantio de arroz³² no Amapá são de 2001, às margens das rodovias AP-070 e AP-340, no entorno do rio Macacoari. A partir de 2004, iniciou-se a plantação de soja de forma experimental, em apenas 100 ha, para avaliação de sua viabilidade econômica e técnica. Comprovada a viabilidade, a produção da soja expandiu-se (Lima, Amaral e Lameira, 2022; Chelala e Chelala, 2022).

Embora a produtividade de soja no estado seja menor do que a dos demais estados do Norte (Conab, 2020), o Amapá é percebido como “território de oportunidades” para

32. Segundo Lima, Amaral e Lameira (2022), é comum ouvir de produtores de soja que o arroz é o “amassador do cerrado”, pois seu cultivo facilita a introdução da soja e do milho.

a expansão da lavoura mecanizada (Lima, Amaral e Lameira, 2022). Isso significa que um grande número de produtores inicia suas atividades sem dispor de título fundiário definitivo. O precário arcabouço institucional para fiscalização e monitoramento da atividade, o valor das terras, os investimentos em pavimentação de rodovias, a facilidade de escoamento a partir do porto de Santana, o conjunto de tecnologias para a produção de soja e o apoio logístico oferecido pelo governo do estado são todos vetores que fortalecem a agricultura empresarial. Embora, até 2012, a agricultura fosse inexpressiva no Amapá, atualmente o estado insere-se na cadeia logística global de grãos. Esta foi beneficiada em 2016 pelo Projeto Cianport, com a implantação de silos com grande capacidade no porto Santana (Chelala e Chelala, 2022).

Além disso, em 2012, o processo de licenciamento ambiental estadual para empreendimentos do agronegócio foi flexibilizado – a partir da implantação da Licença Ambiental Única (LAU)³³ –, e a nova regra não previa mecanismos de compensação ou reparação por projetos que suprimissem a vegetação nativa, em descumprimento da legislação federal. Isso resultou em expressivo ingresso de produtores rurais no estado e no incremento de produção de grãos, até que a LAU fosse declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2020. A decisão gerou o cancelamento das licenças ambientais expedidas, porém se avalia que este fato não chegou a acarretar prejuízos à produção de 2020 (Chelala e Chelala, 2022).

O crescimento do agronegócio no Amapá tem favorecido o desmatamento, a concentração fundiária, a grilagem de terras e os conflitos no campo. Em 2016, diversas comunidades quilombolas e pequenos posseiros aguardavam a regularização fundiária para exercer suas atividades na região. Destaca-se o caso de Maria, que foi expulsa, em 2013, da área onde vivia na Pedreira do Abacate, conforme relatado em reportagem publicada pelo Greenpeace (Amapá..., 2017). O processo faz parte de um conflito iniciado em 2013, quando a empresa Agrocerrado instalou-se nas proximidades da área e começou a requerer na Justiça áreas no entorno da rodovia estadual AP-070, historicamente loteada e ocupada por famílias que nunca conseguiram regularizar sua situação (Amapá..., 2017). Os obstáculos impostos aos pequenos agricultores não parecem aplicar-se aos produtores de soja. Afirma Maria que

Eles chegam hoje e quando é amanhã já estão com licença, trabalhando, derrubando. E a gente, que é filho daqui da terra, que mora aqui há anos, nascido e criado, não tem nossos direitos que é digno de ter. Passamos anos e anos para conseguir documentação, licença, a gente não consegue, e eles de um dia para o outro conseguem rapidinho; tudo tem em mão para eles (Amapá..., 2017).

Acuada pela violência, Maria vive há cerca de quatro anos com a família na outra margem da AP-070, vendendo bolos e salgados a caminhoneiros que passam

33. Lei Complementar nº 70, de 1ª de janeiro de 2012.

pela rodovia, de frente para a terra em que ela viveu por quase dez anos. Segundo relatórios da CPT, a violência no campo espalha-se por diversos municípios – Calçoene, Cutias, Ferreira Gomes, Itaubal, Amapá, Macapá-Santana, Porto Grande, Oiapoque, Pedra Branca do Amapari, Tartarugalzinho, entre outros –, muitos dos quais não aparecem nos dados oficiais (CPT, 2022).

De acordo com a Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (Conaq), das 258 áreas de quilombos existentes no Amapá em 2018, apenas quatro estavam efetivamente tituladas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), quais sejam: Curiaú; Mel da Pedreira; Conceição do Macacoari, em Macapá; e São Raimundo do Pirativa, em Santana. Isso, inevitavelmente, coloca em risco as populações que habitam estes territórios – em especial, aqueles que ainda não contam com titulação.³⁴

Conflitos violentos pelo uso da terra são alimentados por grilagem de terras públicas por empresas e atores com grande capital político e econômico que, mesmo recebendo condenações judiciais, mobilizam seu poder para reverter as decisões. Exemplo disso foi a Medida Provisória nº 1.605-30/1998, que introduziu o sistema de compensação de Reserva Legal no Brasil, modelo em parte incorporado ao novo Código Florestal de 2012 (Cunha, 2013).

Além dos atores privados, é relevante a participação de autoridades públicas e políticos nos processos de grilagem de terras. Segundo apontado pelo Ministério Público, no âmbito da CPI das Terras Públicas do Amapá (de 2006), deputados haviam comprado milhares de hectares de terras (1.388 ha) sob litígio judicial por preços muito baixos (R\$ 67 mil), o que lhes teria rendido a denominação de “grileiros de colarinho branco” por parte do jornal *Folha do Amapá* (Bassi, 2018).

A grilagem de terras no Amapá é um problema contemporâneo, que tende a expandir-se. Em setembro de 2017, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) detectou e embargou cerca de 47 áreas por desmatamento ilegal, sendo a maior parte delas ocupadas por soja (Chelala e Chelala, 2022). O Greenpeace esteve em aproximadamente dezoito áreas embargadas, noticiando que quase a totalidade delas estava ocupada por soja. Muitas das áreas pertencem a produtores ligados à Associação de Produtores de Soja (Aprosoja), muitos dos quais envolvidos em conflitos pela terra com comunidades locais (Amapá..., 2017).

Em fevereiro de 2019, a PF deflagrou a operação Shoyu, com objetivo de investigar irregularidades no processo de licenciamento ambiental relacionado à produção de soja no estado, sobretudo no que diz respeito a multas aplicadas pelo

34. Disponível em: <http://conaq.org.br/noticias/mpf-cobra-rapidez-na-regularizacao-de-areas-quilombolas-no-ap-demora-supera-13-anos/>.

Ibama. A operação resultou na prisão do presidente do Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial do Estado do Amapá (Imap), além do afastamento de inúmeros servidores. Além desta, sete outras operações policiais foram deflagradas com finalidade de investigar possíveis esquemas de corrupção, crimes ambientais e grilagem de terras. Decisões do STF (como o embargo da LAU) e reiteradas manifestações do Ministério Público Federal desencadeiam forte pressão sobre o Executivo estadual, que culmina na reestruturação dos órgãos encarregados das questões fundiárias e ambientais no Amapá – como a extinção do Imap, cujas atribuições foram distribuídas para a Secretaria do Meio Ambiente (Sema) e o recém-criado Instituto de Terras do Amapá (Chelala e Chelala, 2022).

Em 2021, observaram-se novos movimentos de flexibilização, como o Projeto de Lei (PL) nº 1.425/2020, que dispensa a autorização prévia do Conselho de Defesa Nacional para a Colonização e Loteamento Rural, para a exploração de áreas localizadas em até 25 km da fronteira dos estados de Roraima e Amapá com países vizinhos (Venezuela, Suriname, Guiana e Guiana Francesa). O texto do PL também visa alterar o Código Florestal, permitindo que os governos estaduais reduzam de 80% para 50% as áreas de reserva legal das propriedades rurais com área de vegetação nativa. Isso pode ser compreendido como decorrência da inclusão do Amapá no zoneamento do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), tendo em vista a formalização de estudos para definição de padrões de cultivo na região. Observa-se, assim, que as condições legais para a produção no Amapá vêm se alterando pela ação de empreendedores da agropecuária, em associação com as elites políticas locais, na medida em que vislumbram possibilidades de negócio e investimento na região (Projeto..., 2021).

4.4 Violência policial

De acordo com dados apresentados pelo Monitor da Violência, a Polícia Militar do Amapá (PM-AP) é a mais violenta do Brasil. Em 2021, o estado foi, pelo terceiro ano seguido, aquele com a maior taxa de pessoas mortas pela PM no país, totalizando 17,2 óbitos a cada grupo de 100 mil habitantes, atingindo uma média de três registros por semana.³⁵ Segundo Samira Bueno e Renato Sérgio de Lima, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), “a taxa de letalidade provocada pela PM-AP é quase três vezes superior à taxa de todos os homicídios do estado de São Paulo” (Pacheco *et al.*, 2022).

Esses indicadores têm sido atribuídos, pela PM-AP, à presença de organizações criminosas no estado. Segundo os porta-vozes da PM-AP, o uso letal da força ocorre quando “os infratores atentam contra a vida dos policiais e terceiros”, sugerindo que os mortos em confronto estariam armados e teriam envolvimento

35. Monitor da Violência. Disponível em: <https://nev.prp.usp.br/projetos/projetos-especiais/monitor-da-violencia/>.

com outros crimes (Amapá..., 2021). A fala de um integrante do Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope) corrobora a hipótese da cultura de confronto que permeia as polícias estaduais: “[há muita] audácia de bandido em enfrentar policial” (Pereira, 2015, p. 107).

Outros interlocutores reconhecem a violência policial como um problema. Um dos entrevistados menciona que a guarda territorial tinha a prática de “dar uma peia” em suspeitos e soltá-los – prática que se configura como tortura. Também ouvimos relatos a respeito da apuração dos casos de violência policial que, mesmo não configurando uso legítimo ou progressivo da força, foram levados a julgamento e absolvidos pelo júri (Pacheco, Andrade e Castro, 2022). Reforçando a hipótese, a literatura aponta a utilização de recursos para gerar o arquivamento de inquéritos policiais relacionados às mortes em decorrência de intervenção policial, indicando “o respaldo institucional à atuação letal oferecido pelas instituições do sistema de justiça criminal” (Godoi, Tonche e Ramachiotti, 2020).

A imprensa incorpora alguns elementos do discurso que justifica as mortes, descrevendo estas ocorrências como “‘resposta à injusta agressão’, nas quais os agentes reagem a ataques em situação de combate, em especial ao crime organizado” (Pacheco *et al.*, 2022).

Uma análise de narrativas oficiais revela a operacionalização de vários elementos para justificar a legalidade das mortes (Almeida, Possas e Soares, 2016). Segundo alguns entrevistados, o apoio à violência policial estaria ligado tanto à aversão da sociedade ao crime quanto ao forte apoio incondicional de que os policiais desfrutam em relação à sociedade. Haveria, inclusive, um grupo da plataforma Facebook chamado “Devotos do Bope-Amapá”, que possui em torno de 29,6 mil membros. Reforçando sua aceitação social, o Bope é a instituição com melhor avaliação em diversos municípios, como no Oiapoque (Aquino e Vargas, 2016).

Uma parte da imprensa, contudo, abre espaço às narrativas dissidentes da sociedade civil e de entidades de defesa de direitos humanos, que apontam excessos, principalmente contra populações periféricas. Encontramos notícias sobre o excesso de uso de força contra moradores e famílias locais, como a da pedagoga negra Eliane, agredida por policiais em frente à sua casa, na zona norte de Macapá (em 2020); ou o caso de Helkison e seu enteado Rafael, mortos durante perseguição policial a veículo suspeito de roubo (em 2021). Há também o caso de Sandro, acusado pela PM-AP de roubo e pertencimento a facção criminosa, morto em uma abordagem policial. O caso adquiriu bastante repercussão, iniciada pelos familiares a partir da campanha *#justiçapelopititos*, em 2021 (Pacheco, 2021b).

Um entrevistado de Pereira (2015, p. 41) aponta a normalização do confronto e dos impactos na comunidade da Baixada do Ambrósio, área portuária do município de Santana, que diz:

O que eu não gosto, é que, pra eles, todo mundo na Baixada do Ambrósio é bandido, traficante ou prostituta, parece que aqui não tem gente de bem, não respeitam, não gosto da violência do Bope, porque, de certa forma, todo mundo tá sujeito aqui, eles batem e até matam como se fosse normal, as pessoas têm medo de serem acertadas pelas balas.

Algumas ações do governo do estado podem influenciar o quadro. A Secretaria de Justiça e Segurança Pública (Sejusp) anunciou, no fim de 2021, o teste das câmeras corporais, tendo como objetivo elevar a segurança e monitorar as atividades de militares e agentes (Vidigal, 2021b). Contudo, os efeitos destas câmeras ainda são pouco analisados pela literatura (Sestrem, 2022). Recentemente, o estado tomou medidas para proteger judicialmente os policiais, por meio de convênio entre o governo e a Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Amapá (OAB/AP), destinando até R\$ 3,5 milhões para a defesa dos agentes (Moraes, 2021a). A sinalização dessas prioridades é relevante em um cenário de grave abuso da força letal pela polícia.

4.5 Violência sexual e de gênero

No Amapá, a violência de gênero faz parte do cotidiano. Em 2021, os índices do estado chegaram a superar as taxas nacionais, sobretudo em relação aos crimes de feminicídio, homicídio de mulheres, violência doméstica e violência sexual contra mulheres, crianças e adolescentes.³⁶ Os relatos dos entrevistados indicam que este é um quadro histórico do território, reforçado atualmente pelo estabelecimento de rotas de tráfico de pessoas e exploração sexual de mulheres e crianças na fronteira norte do Oiapoque com a Guiana Francesa e o Suriname (Brasil, 2012; Leal e Leal, 2002; Nascimento e Silva, 2019; Silva, 2019).

Segundo a *Pesquisa Enafron: diagnóstico sobre tráfico de pessoas nas áreas de fronteiras*, publicada pela Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (Enafron) em 2012, o estado do Amapá é a maior rota de trânsito de pessoas maranhenses e amazonenses para a Guiana Francesa e o Suriname, em razão da sua localização – a meio caminho entre o Nordeste e as fronteiras com aqueles países – e da pouca fiscalização (Brasil, 2012). A Polícia Civil (PC) destaca a existência de “agências de intercâmbio” para aliciamento de vítimas, que são frequentemente encaminhadas para prostituição forçada nas áreas de garimpo. Outra modalidade comum de tráfico humano é o chamado casamento servil, caso em que as vítimas exercem trabalhos domésticos e são exploradas sexualmente pelo “cônjuge” estrangeiro, que retém seus documentos mediante ameaça ou violência (Brasil, 2012).

Estima-se que as vítimas mulheres são frequentemente recrutadas por traficantes de drogas. Na maior parte das vezes, são mulheres que atravessam a fronteira em busca de trabalho no garimpo, profissionais do sexo, usuárias de drogas que

36. Monitor da Violência. Disponível em: <https://nev.prp.usp.br/projetos/projetos-especiais/monitor-da-violencia/>.

contraem dívidas de consumo e crianças e adolescentes. As vítimas são atraídas para “tentar a vida” no Suriname e na Guiana Francesa, a partir das promessas de remuneração em “ouro e euro”. Frequentemente, acabam operando como “mulas”, no transporte de drogas pela fronteira. Os municípios de Macapá, Porto de Santana e Oiapoque destacam-se como áreas de maior vulnerabilidade socioeconômica, sobretudo neste último município citado, por suas amplas áreas de mata fechada, pouca fiscalização estatal e fluxo intenso de mercadorias e de pessoas migrantes. Em todos os casos, o aliciamento parece ocorrer de maneira cotidiana, inclusive a partir de familiares e pessoas conhecidas da vítima (Brasil, 2012).

Segundo Mendes *et al.* (2022), a exploração sexual “faz parte” da economia local, apresentando modos específicos de organização, a partir de uma rede de sustentação que mobiliza diversos setores de serviços – bares, hotéis, restaurantes e casas noturnas. A viagem de 600 km de Macapá ao Oiapoque exige tempo e condições financeiras para custeio, durando de 8 a 12 horas em veículos automotivos, sendo este um dos motivos para contrair dívidas. A violência é praticada por parceiros – sobretudo quando são usuários de álcool e outras drogas – e familiares. Ao tempo do estudo, sequer existiam delegacias de atendimento à mulher na região, o que dificulta a realização de denúncias (Mendes *et al.*, 2022).

Ressalte-se que a maior parte das mulheres que migra para os garimpos não busca a prostituição, mas ocupações de trabalhadoras domésticas, pescadoras, cozinheiras, garçonetes, carvoeiras, frentistas,³⁷ cabeleireiras, entre outras. A busca pelo trabalho é motivada pela perspectiva de “mudança de vida”, necessidade de acompanhar o parceiro amoroso ou, ainda, a fuga de relacionamento abusivo. Após decidirem trabalhar no garimpo, as mulheres têm a opção de serem recrutadas mediante empréstimo com adiantamento de pagamento, o que acarreta endividamento prévio ao trabalho no garimpo. Assim, atravessando a fronteira nas catraias, as mulheres são obrigadas a viver nos alojamentos precarizados dos garimpos, feitos de madeira e lona. O pagamento é feito em gramas de ouro, variando conforme a cotação e o câmbio locais, mas quase sempre o valor é menor do que o que é pago aos homens. Assim, pobreza, insegurança alimentar e isolamento geográfico operam como fatores determinantes para a cooptação ao trabalho forçado e à exploração sexual. A expectativa de retorno para o local de origem é frequentemente adiada, de modo que muitas permanecem vários anos vivendo em condições precárias, sem documentação e sob violência constante (Mendes *et al.*, 2022).

37. Realizando o transporte de garimpeiros de Ilhabela para a fronteira na Guiana Francesa.

5 POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA NOS TERRITÓRIOS

A política de segurança pública do Amapá busca a integração das polícias com outros órgãos do sistema de justiça criminal³⁸ a partir da realização de operações conjuntas. Não há presença policial em todo o território estadual, sendo o policiamento ostensivo bastante concentrado na capital e em sua RM, e baseado em rondas policiais motorizadas e atendimento a ocorrências. Há o predomínio de inquéritos resultantes de prisão em flagrante e não de investigação prévia.

Por seu turno, a reintegração social de presos ocorre por meio de parcerias pontuais, havendo pouca coordenação com outros setores de políticas públicas. O sistema penal é constantemente alvo de denúncias de torturas e maus tratos. Aspectos que diferenciam o estado são a busca de expansão e dispersão, no território, de equipamentos públicos (delegacias, batalhões) e, em menor medida, dos efetivos policiais. Destacam-se ainda, no estado, as altas taxas de mortalidade decorrentes de intervenções policiais, diante do panorama nacional recente.

Na área de prevenção primária, não há coordenação com políticas sociais. O estado possui programas sociais com potencial de impactar a prevenção da criminalidade e da violência, mas a articulação parece restrita a iniciativas da execução penal, não havendo sistema de governança coordenado pelo governo do estado.

Destaca-se o grande volume de trabalho da polícia em casos de flagrantes. Em junho de 2022, a PC instaurou 381 termos circunstanciados de ocorrência (casos de autoria conhecida de menor potencial ofensivo), 215 inquéritos baseados em autos de prisão em flagrante e 446 inquéritos por demais tipos de instauração (Amapá, 2022). Isso sinaliza que o trabalho da PC é em boa parte absorvido por casos típicos de flagrante, como apreensões de drogas.

Além do policiamento ostensivo (PM) e do registro e apuração de ocorrências (PC), o estado atua fortemente por meio das chamadas operações. Há, por exemplo, operações focalizadas e pontuais com saturação em áreas consideradas de risco pelas agências de inteligência do estado, com atuação integrada do Bope, da Força Tática e do Grupamento Tático Aéreo (Amapá, 2022), podendo haver também o apoio da Companhia Fluvial do Batalhão Ambiental (3º BPM) e dos órgãos municipais e federais (Morais, 2021a). Também são realizadas ações de policiamento preventivo, em períodos específicos do ano, como a Operação Papai Noel, para garantir a segurança em áreas comerciais no período natalino (Operação..., 2019; Moraes, 2021b; 2022a).

38. A segurança pública é realizada pela Sejusp e pelas polícias estaduais, buscando a integração com a agência penitenciária, Iapen, e com outros órgãos da área, como as polícias federais, os órgãos da Defesa, Exército e Marinha, Ministério Público e o Judiciário. Cabe destacar que as Forças Armadas, as polícias federais, a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e o Ministério Público Federal conduzem suas próprias ações – ações de inteligência, investigações e operações –, assim como em outros estados, em cooperação ou não com as agências estaduais.

A PF realiza investigações e operações sobre crimes de âmbito nacional, como o tráfico internacional de drogas e a lavagem de dinheiro (Investigados..., 2022). O Ministério Público estadual tem atuado com seus Gaecos, articulados pelo Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas (MP realiza..., 2019), e, no caso do Amapá, também com seu Núcleo de Investigação (NIMP), em cooperação com os órgãos federais, como na operação Addams, da PF, contra uma facção criminosa que atua no estado (Gaeco..., 2022).

Os investimentos do estado do Amapá no campo da segurança pública concentram-se na compra de novos equipamentos, sobretudo na área de tecnologia,³⁹ o que se tornou possível graças ao aumento de recursos disponibilizados para a pasta. Em 2002, a despesa nominal líquida em segurança pública foi de R\$ 76 milhões, tendo alcançado R\$ 552 milhões em 2019 (Oliveira, 2021), o que representa um aumento de mais de seis vezes, desconsiderando a atualização inflacionária. Isso é, em boa parte, explicado pela Lei nº 13.756/2018, do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), que passou a destinar recursos da exploração de loterias para o FNSP e o Fundo Penitenciário Nacional (Funpen).⁴⁰ Há também recursos obtidos pela bancada federal de parlamentares, por meio de emendas orçamentárias (Estado..., 2022).

Percebe-se, nos últimos vinte anos, importante incremento nos equipamentos públicos e nos efetivos à disposição da Sejusp. Em 2004, o Amapá possuía sete delegacias distritais, oito especializadas e um núcleo ou posto de atendimento,⁴¹ bem como seis batalhões da PM-AP e uma companhia. Já em 2020, havia dez delegacias distritais na capital, duas nos demais municípios da RM de Macapá, onze no interior, além de onze delegacias especializadas na capital, três na RM e duas no interior, e sete postos. Naquele ano, a PM-AP possuía quatro batalhões na capital, cinco no interior, além de quatro especializados na capital (ambiental, rodoviária, trânsito, Bope/patrolhamento tático) e um no interior. O Bope possui quatro companhias: uma responsável pelo policiamento tático motorizado (Ronda Ostensiva Tática Motorizada – Rotam); outra que faz

39. Complexo de Segurança Pública da zona oeste de Macapá (composto das Coordenadorias Especiais de Combate ao Crime Organizado e Organizações Criminosas e de Operações e Recursos Especiais), o Quartel do Terceiro Grupamento do Corpo de Bombeiros, o Batalhão de Policiamento Rodoviário Estadual, o Centro Integrado de Operação de Segurança Pública (Ciosp) do Conjunto Macapaba, o prédio do Primeiro Batalhão (no Conjunto São José), o Quartel do 12º Batalhão (no distrito do Carnot, em Calçoene), a delegacia de Mazagão, prédios da Polícia Científica e da Delegacia de Infância e Juventude, no município de Santana (Amapá, 2022), e uma penitenciária de segurança máxima (Estado..., 2022).

40. De 2018 a 2021, o FNSP recebeu R\$ 6,0 bilhões, e o Funpen, R\$ 844,0 milhões de repasses das loterias, sendo grande parte destes recursos transferidos diretamente aos estados. Conforme a lei, 50% dos recursos do FNSP provenientes das loterias são transferidos obrigatoriamente para os fundos estaduais, independentemente da celebração de convênios ou contratos (FBSP, 2022b). Valores atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de dezembro de 2021.

41. Ver perfil das instituições de segurança pública. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/estudos-e-pesquisas/pesquisas-perfil-da-instituicoes-de-seguranca-publica>. Acesso em: 14 dez. 2022.

patrulhamento com motocicletas em áreas de risco (Grupo de Intervenção Rápida Ostensiva – Giro); uma para missões especiais, como em crises com reféns (Companhia de Operações Especiais – COE); e a Tropa de Choque, que atua em grandes eventos, manifestações, controle de distúrbios e intervenção em estabelecimentos prisionais (Pereira, 2019; 2019). O estado possui delegacias gerais e especializadas. No entanto, nota-se que três dos seus dezesseis municípios ainda não têm delegacia de polícia⁴² – Cutias, Itauba e Serra do Navio –, sendo atendidos pela delegacia de polícia do interior (Abreu, 2017).

Em termos de efetivo, tem sido priorizado o crescimento da PM-AP, enquanto a PC parece estar sendo reduzida. Eram 2.618 policiais militares e 1.198 policiais civis em 2003 (Brasil, 2010), atualmente são 3.307 policiais militares, 1.004 policiais civis e 79 peritos (FBSP, 2022a). Em comparação com outros estados, o Amapá é o que apresenta maior número de policiais militares na ativa por habitante: 1 policial para cada 117 habitantes, enquanto no Brasil a relação é de 1 para 279.⁴³ Em termos de razão de policiais militares na ativa por quilômetro quadrado da Unidade da Federação (UF), o Amapá possui 43,1 km² para cada policial, bem acima dos 20,9 km² do Brasil. Contudo, se considerarmos que o Amapá possui boa parte de seu território como áreas protegidas (UCs, TIs etc.), e que boa parte da população está na RM de Macapá, a presença da polícia, comparada ao conjunto do Brasil, não é tão rarefeita assim. Os efetivos também estão concentrados na capital. Em 2020, havia 2.490 policiais militares e 705 policiais civis lotados na capital e, no interior, 994 policiais militares e 424 policiais civis.⁴⁴

Os números sugerem o comprometimento tanto da capacidade investigativa da PC quanto da possibilidade de a PM-AP realizar o policiamento de proximidade/comunitário. Sobre a capacidade investigativa, o indicador do Instituto Sou da Paz (ISP) sobre esclarecimento de homicídios mostra que, enquanto no Brasil 37% dos homicídios consumados em 2019 foram denunciados em 2019 ou 2020, no Amapá foram apenas 19%. Entre os dezenove estados pesquisados, só o Rio de Janeiro teve uma porcentagem inferior à do Amapá: 16% (ISP, 2022).

Quanto à execução penal,⁴⁵ o estado possui oito estabelecimentos prisionais, sendo quatro para presos masculinos, um para o público feminino e três mistos, onde

42. Essa informação contradiz os dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic) 2019/IBGE, que indica a existência de delegacia de polícia em todos os municípios. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/10586-pesquisa-de-informacoes-basicas-municipais.html?edicao=29466&t=resultados>. Acesso em: 14 dez. 2022.

43. Elaboração dos autores a partir de FBSP (2022b) e de acordo com a projeção da população do Brasil e UFs por sexo e idade para o período 2000-2030, do IBGE, extraído da plataforma Tabnet/Datasus/Ministério da Saúde.

44. Ver Perfil Nacional das Instituições de Segurança Pública 2020. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=e-yJrljoiMDc0ZWJFYtYjA1OS00YzBmLWJkNTctZmVjODM2YzlmYzBjliwidCI6ImVIMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNDmNy05M WYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>.

45. Ver Sisdepen – estatísticas penitenciárias. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios>.

atuam 965 trabalhadores, prevalecendo 671 agentes de custódia e 179 professores. Isso representa 3,1 presos para cada trabalhador, proporção bem inferior à do Brasil (7,1). Estão sob custódia do estado 2.966 presos, isto é, 338,0 presos por 100 mil habitantes, taxa inferior à brasileira (392,6 por 100 mil habitantes). Estima-se em 2.844 o número de vagas, o que indica a quase inexistência de superpopulação. Contudo, analisando-se as vagas por regime, é possível notar que, no regime fechado, existem 1.135 presos para 598 vagas. Do tratamento penal, destaca-se que 397 realizam atividades laborais, o que representa 13,4% da população prisional.⁴⁶

O relatório do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, produzido a partir de visitas realizadas em setembro de 2020, apontou vários problemas no sistema prisional do Amapá, entre os quais estão os a seguir citados.

- 1) Inexistência de um Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura no Amapá: apesar de instituído pela Lei nº 2.226/2017, este não existia na prática, já não se reunindo há mais de um ano.
- 2) No Complexo Penitenciário Masculino (Copema; “Cadeião”), verificou-se: separação dos presos conforme organizações criminosas, celas superlotadas, parcas iluminação e ventilação, infestação de ratos e outras pestes, ausência de coleta de lixo; além disso, houve denúncias de violência e tortura cometidas pelo Grupo Tático Prisional (GTP) e por agentes penitenciários (MNPCT, 2020).

Ademais dos levantamentos institucionais, pesquisas de campo realizadas nas imediações da instituição também sugerem práticas de violência por parte da Polícia Penal (Neves, 2017).

Em termos de prevenção aos homicídios, o Amapá criou, por meio da Lei estadual nº 2.672/2022, uma premiação para policiais que realizassem apreensões de armas de fogo (Morais, 2022b). Nesse caso, apesar de a circulação de armas figurar como um dos principais fatores desencadeadores da violência letal, cabe apontar o risco de a premiação por apreensão de armas funcionar como catalisador para mais mortes em decorrência de intervenção policial. Além desses elementos, destaca-se também o Plano Estratégico da Polícia do Estado do Amapá 2020-2028, que coloca a redução dos homicídios entre os seus objetivos estratégicos: “contribuir para a diminuição do número de homicídios no Amapá, por meio do aumento na resolubilidade dos casos” (Amapá, 2020).

46. Essa proporção é superior ao 1% informado em FBSP (2022b) para o ano de 2021, o que colocava o estado com a pior proporção no Brasil.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência no Amapá parece se agravar em alguns pontos do território, destacando-se, nesse sentido, a capital e os municípios da RM de Macapá, bem como a fronteira norte, na região do Oiapoque. O eixo Macapá-Santana concentra mais de 70% da população e mais de 80% dos homicídios registrados no período 2018-2020, em números absolutos. Esses municípios formam praticamente toda a área urbanizada do estado.

Ali, facções se estabelecem no espaço prisional e estão presentes na rua, disputando territórios nas cidades. Além destas dinâmicas, a violência policial e a violência de gênero atingem patamares muito superiores em relação ao restante do país, e mesmo no contexto da região Norte.

O Amapá é atravessado pelas rotas hidroviárias do rio Solimões/Amazonas, além de estar na fronteira com a Guiana Francesa e o Suriname. Por essas conexões, operam-se o transporte e a distribuição de drogas, armas, contrabando e produtos de crimes ambientais, como o garimpo ilegal e a extração ilegal de madeira. Registra-se no estado não apenas a presença de facções de base prisional do Sudeste do país, como o PCC e o CV, mas também agrupamentos locais, como a FTA e o APS, que têm a atuação mais proeminente, reunindo o maior contingente de membros, ora associando-se, ora rompendo com o PCC e o CV.

A FTA figura como um dos atores importantes na disputa de territórios e produção de violência homicida no Amapá, além da prática de crimes conexos para o sustento das atividades. Disputas entre FTA e APS, em 2021, estão possivelmente relacionadas ao pico de homicídios verificado em outubro e dezembro do mesmo ano. Macapá e Santana estavam no centro dessas disputas, que assumiram a forma de uma onda de assassinatos praticados em decorrência da morte do filho de um dos líderes da facção.

Por seu turno, alguns interlocutores apontam que muitos casos de assassinatos atribuídos às facções são, na realidade, produto do uso de força letal pela polícia. Dados do FBSP colocam a PM-AP como a polícia mais violenta do Brasil, em termos de mortes pelo uso da força. Não obstante, o emprego da violência pelas polícias encontra ampla aprovação na sociedade civil e mesmo na imprensa, que não apenas normaliza, mas frequentemente celebra as mortes nessas circunstâncias.

Outro fator relacionado à distribuição da violência no território diz respeito à construção da rodovia BR-156 – que cruza o Amapá de sudeste a norte, desde Laranjal do Jari, passando por Macapá, até o Oiapoque, na divisa com a Guiana Francesa –, importante rota de tráfico de drogas, armas e pessoas. A rodovia também é o meio pelo qual se espalha a violência no território, na medida em que diversos municípios localizados na beira das estradas registram taxas de homicídios mais elevadas que a média do estado. Ganham destaque na mídia os homicídios praticados no Vale do Jari (Laranjal do Jari e Vitória do Jari), atribuídos, entre outros fatores, às disputas

pelo controle das rotas de tráfico. Destaca-se ainda a relevância do garimpo ilegal para as dinâmicas da violência no estado. A mineração é uma atividade histórica no Amapá, que foi o primeiro estado da região Norte a receber um empreendimento em escala industrial, ainda na década de 1960; desde lá, o declínio de áreas mineradoras, por exaustão das lavras, favorece a instalação de garimpos ilegais em seu lugar, o que gera conflito e violência. Ademais, a garimpagem ilegal é atividade geradora de grande impacto ambiental, de difícil controle por parte das instituições fiscalizadoras, traduzindo-se na produção de considerável passivo socioambiental.

Nesses casos, a violência é praticada no interior do garimpo, sobretudo contra famílias empregadas nas atividades, e principalmente contra as populações locais e os povos originários. A violência contra indígenas é um problema histórico na região, como no caso envolvendo as TIs Wajãpi e Uaçá.

O Oiapoque é, possivelmente, o foco mais relevante de violência na região associada ao garimpo, além de rota de entrada do tráfico de drogas, armas e pessoas. Existem ali circunstâncias históricas relacionadas à imigração ilegal, que tornam a região um espaço de fragilização de vínculos, favorecendo a violência. A imigração ilegal de brasileiros para os garimpos da Guiana, em decorrência das promessas de enriquecimento, e seu estabelecimento nestes espaços afastados favorecem a acumulação de diferentes formas de violência no interior da estrutura do garimpo. Os homicídios são parte do cotidiano, e a violência muitas vezes não aparece nas estatísticas. Também é bastante comum o tráfico de pessoas, inclusive para o interior dos garimpos, onde mulheres, adolescentes e crianças são sujeitos a diversas formas de violência.

Percebido como “última fronteira de expansão agrícola”, o Amapá tem sido objeto da cobiça de interesses ruralistas, que atuam no Congresso Nacional em favor da distribuição de áreas do cerrado amazônico para a plantação de soja e para o garimpo. A estrutura territorial do estado, associada ao precário arcabouço institucional para fiscalização da atividade agropecuária empresarial, potencializa conflitos, os quais muitas vezes envolvem a expulsão de ocupantes tradicionais, como quilombolas e indígenas.

Diante desses cenários, as políticas de segurança pública do estado parecem priorizar o combate ao pequeno tráfico de drogas urbano, por meio de operações em áreas consideradas “de risco”. A PM-AP dispõe de mais efetivos do que a PC, revelando a primazia do policiamento ostensivo no estado. Por sua vez, as altas taxas de mortalidade decorrentes de intervenções policiais colocam o Amapá em posição de destaque no panorama nacional. O sistema prisional é alvo de denúncias constantes de tortura e maus tratos.

Tem-se, assim, um quadro de acumulação de violência institucional, em que as ações se concentram em iniciativas de execução penal.

REFERÊNCIAS

ABREU, E. de. Governo entrega delegacia reformada e equipe a forças policiais. **Porto Grande**, 29 maio 2017. Disponível em: <https://www.portogrande.ap.gov.br/noticia/1206/governo-entrega-delegacia-reformada-e-equipa-forcas-policiais>. Acesso em: 14 dez. 2022.

ALMEIDA, A. O.; POSSAS, M. T.; SOARES, F. F. Entre o “confronto” e a “execução”: uma análise da produção de sentidos e de oficialidade sobre a morte de civis no “caso Cabula-Salvador/BA”. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS: ST 03 ADMINISTRAÇÃO DE CONFLITOS, SEGURANÇA PÚBLICA E PUNIÇÃO NO BRASIL, 40., 2016, Caxambu. **Anais...** Caxambu: Anpocs, 2016. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro/st-10/st03-8/10139-entre-o-confronto-e-a-execucao-uma-analise-da-producao-de-sentidos-e-de-oficialidade-sobre-a-morte-de-civis-no-caso-cabula-salvador-ba/file>. Acesso em: 13 dez. 2022.

ALVES, J. Novo protesto fecha BR e pede reabertura de garimpo ilegal em Tartarugalzinho, no AP. **G1 Amapá**, 2 out. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/novo-protesto-fecha-rodovia-e-pede-reabertura-de-garimpo-ilegal-em-tartarugalzinho-no-amapa.ghtml>.

AMAPÁ: no olho do furacão do agronegócio e da especulação fundiária. **Greenpeace**, 27 set. 2017. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/amapa-no-olho-do-furacao-do-agronegocio-e-da-especulacao-fundiaria/>.

AMAPÁ. **Plano Estratégico da Polícia Civil do Estado do Amapá: 2020-2028**. Macapá: PCEA, 2020. Disponível em: <http://www.policiacivil.ap.gov.br/docs/plano.pdf>.

AMAPÁ tem queda de casos, mas segue com a maior taxa de mortalidade pela polícia do Brasil. **G1 Amapá**, 22 abr. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2021/04/22/amapa-tem-queda-de-casos-mas-segue-com-a-maior-taxa-de-mortes-pela-policia-do-pais.ghtml>.

AMAPÁ. Gabinete de Segurança Institucional. **Relatório de Gestão do Exercício de 2021**. Macapá: GSI, 2022. Disponível em: <https://www.portal.ap.gov.br/docs/GSI-2021.pdf>.

AQUINO, J. P. D. de; VARGAS, J. D. Criminalidade e segurança pública na fronteira do Brasil com a Guiana Francesa. *In*: SANTOS, J. V. T. dos; BARREIRA, C. (Org.). **Paradoxos da segurança cidadã**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2016. p. 89-102.

BASSI, B. S. No Amapá, briga pelo Senado opõe políticos envolvidos em grilagem internacional. **Observatório do Agronegócio no Brasil: de olho nos ruralistas**, 23 set. 2018. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2018/09/23/no-amapa-briga-pelo-senado-opoe-politicos-envolvidos-em-grilagem-internacional/>.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Perfil das instituições de segurança pública: perfil das instituições estaduais de segurança pública**. Brasília: MJ, set. 2010. Disponível em: https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/download/pesquisa-perfil/relatorio_pesquisa_perfil_anobase_2004-2007.pdf. Acesso em: 14 dez. 2022.

BRASIL. Secretaria Nacional de Justiça. **Pesquisa Enafron: diagnóstico sobre tráfico de pessoas nas áreas de fronteira**. Brasília: MJ, 2012. Disponível em: https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-protecao/trafico-de-pessoas/publicacoes/pesquisas-regionais/pesquisa_enafron_202x266mm_1710_19h00_web.pdf. Acesso em: 2 de agosto de 2015.

BRITO, B. *et al.* **Dez fatos essenciais sobre regularização fundiária na Amazônia Legal**. Belém: Imazon, 2021.

CARLOS, E. Garimpeiros invadem aldeia Wajápi e matam indígena; conflito pode levar a um banho de sangue. **Diário do Amapá**, 27 jul. 2019. Disponível em: <https://www.diariodoamapa.com.br/cadernos/politica/garimpeiros-invadem-aldeia-wajapi-e-matam-indigena-conflito-pode-levar-a-um-banho-de-sangue>.

CHELALA, C.; CHELALA, C. Os obstáculos para a produção de grãos na Amazônia: o caso do estado do Amapá. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 2, n. 60, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/cBr5M3zCWsrggFNkpCL4YPg/#>.

CIMI – CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Violência contra os povos indígenas no Brasil: dados de 2018**. Brasília: Cimi, 2018.

CIMI – CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Violência contra os povos indígenas no Brasil: dados de 2019**. Brasília: Cimi, 2019.

CIMI – CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Violência contra os povos indígenas no Brasil: dados de 2020**. Brasília: Cimi, 2020.

CONAB – COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. Monitoramento agrícola. 10º levantamento. Safra 2019/20. **Acompanhamento da Safra Brasileira de Grãos**, v. 7, n. 10, p. 1-31, jul. 2020.

COUTINHO, C. “Efeito dominó”, diz polícia sobre conflito de facções que provocou quase 10 homicídios em 16 horas. **G1 Amapá**, 14 set. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2020/09/14/efeito-domino-diz-policia-sobre-conflito-de-faccoes-que-provocou-quase-10-homicidios-em-16-horas.ghtml>.

CUNHA, P. R. da. **O Código Florestal e os processos de formulação do mecanismo de compensação de reserva legal (1996-2012): ambiente político e política ambiental**. 2013. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental (Procam), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

“DELIVERY”: grupo que vendia drogas por redes sociais é alvo de operação da PF no Amapá. **G1 Amapá**, 9 out. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2021/10/09/delivery-grupo-que-vendia-drogas-por-redes-sociais-e-alvo-de-operacao-da-pf-no-amapa.ghml>.

EM MACAPÁ, a Polícia Civil prendeu três integrantes de organização criminosa em flagrante por tráfico de drogas e associação para o tráfico de drogas. **Polícia Civil do Estado do Amapá**, 17 maio 2022. Disponível em: <http://www.policia-civil.ap.gov.br/noticia/1705/em-macapa-policia-civil-prende-tres-integrantes-de-organizacao-criminosa-em-flagrante-por-trafico-de-drogas-e-associacao-para-o-trafico-de-drogas>.

EM NOTA, Wajápi relata fuga de aldeia após invasão por homens armados. **Cimi Notícias**, 17 jul. 2019. Disponível em: <https://cimi.org.br/2019/07/em-nota-wajapi-relatam-fuga-aldeia-apos-invasao-homens-armados/>.

FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (Org.). **Cartografias das violências na região amazônica**: relatório final. [s.l.]: FBSP, 2022a.

FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário brasileiro de segurança pública**. São Paulo: FBSP, 2022b. Disponível em <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=4>. Acesso em: 30 de ago. 2022.

FIGUEIREDO, F. Comando à distância: foragidos por chefiar facção no Amapá são presos em operação no RJ. **G1 Amapá**, 14 mar. 2022. Disponível em <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2022/03/14/comando-a-distancia-foragidos-por-chefiar-facciao-no-amapa-sao-presos-em-operacao-no-rj.ghml>.

FOSSATI, M. Os cinco maiores traficantes presos em Curitiba no último ano (e o que eles têm em comum). **Plural Curitiba**, 29 jul. 2022. Disponível em: <https://www.plural.jor.br/noticias/vizinhanca/os-cinco-maiores-trafficantes-presos-em-curitiba-no-ultimo-ano-e-o-que-eles-tem-em-comum/>.

GAECO e NIMP do MP-AP integram equipe de apoio durante Operação Addams. **Portal MPAP**, 21 fev. 2022. Disponível em: <https://www.mpap.mp.br/noticias/gerais/gaeco-e-nimp-do-mp-ap-integram-equipe-de-apoio-durante-operacao-addams>. Acesso em: 13 dez. 2022.

GODOI, C. G.; TONCHE, M.; RAMACHIOTTI, B. Letalidade policial e respaldo institucional: perfil e processamento dos casos de “resistência seguida de morte” na cidade de São Paulo. **Revista de Estudos Sociais**, v. 73, p. 58-72, 1º jul. 2020. Disponível em: <http://journals.openedition.org/revestudsoc/48112>. Acesso em: 13 dez. 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022**: indígenas, primeiros resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2022a. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102018.pdf>.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022**: quilombolas, primeiros resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2022b. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102016.pdf>.

ISP – INSTITUTO SOU DA PAZ. **Onde mora a impunidade?** Por que o Brasil precisa de um Indicador Nacional de Esclarecimento de Homicídios: edição 2022. São Paulo: ISP, 2022. Disponível em: <https://soudapaz.org/wp-content/uploads/2022/08/OndeMoraAImpunidade.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2022.

INVESTIGADOS pela PF por esquema milionário de tráfico de drogas no Amapá são alvos de mandados. **G1 Amapá**, Macapá, 22 jun. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2022/06/22/investigados-pela-pf-por-esquema-milionario-de-trafico-de-drogas-no-amapa-sao-alvos-de-30-mandados.ghtml>. Acesso em: 13 dez. 2022.

KENNY, M. The architecture of drug trafficking: network forms of organization in the Colombian Cocaine Trade. **Global Crime**, v. 8, n. 3, p. 233-259, 2007.

LEAL, M. L.; LEAL, M. de F. (Org.). **Pesquisa sobre tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial no Brasil**: relatório nacional. Brasília: Cecria, 2002.

LIMA, R.; AMARAL, C.; LAMEIRA, O. A produção da nova fronteira da agricultura mecanizada no Amapá. **Confins: Revista Franco-Brasileira de Geografia**, n. 57, 2022. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/49132>.

MARTINS, D. Contaminadas por mercúrio. **Agência Pública**, 12 jan. 2022. Disponível em: <https://apublica.org/2022/01/contaminadas-por-mercuro/>.

MENDES, L. M. C. *et al.* Mulheres que vivem em garimpos da fronteira franco-brasileira: desafios cotidianos. **Revista Brasileira de Enfermagem – REBEn**, v. 75, n. 6, p. 1-8, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/YRJdMMcqrjcKDbfh4ydmbx/?lang=pt>.

MENEZES, B. “Imperador” do tráfico em Amapá é investigado por mais de 100 mortes. **Metrópoles**, 15 out. 2021. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/imperador-do-trafico-em-amapa-e-investigado-por-mais-de-100-mortes>.

MNPCT – MECANISMO NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA. **Relatório de missão ao estado do Amapá (14 a 18 de setembro de 2020)**. Brasília: MNPCT, dez. 2020. Disponível em: https://mnpctbrasil.files.wordpress.com/2021/04/relatorio-amapa_02_04_2021.pdf. Acesso em: 14 dez. 2022.

MORAIS, C. Operação saturação: governo divulga balanço de ações de repressão ao crime organizado. **Governo do Amapá**, 26 out. 2021a. Disponível em: <https://www.amapa.gov.br/noticia/2610/operacao-saturacao-governo-divulga-balanco-de-acoes-de-repressao-ao-crime-organizado>.

MORAIS, C. Operação papai noel inicia com patrulhamento ostensivo em áreas estratégicas. **Governo do Amapá**, 29 nov. 2021b. Disponível em: <https://www.amapa.gov.br/noticia/2911/operacao-papai-noel-inicia-com-patrulhamento-ostensivo-em-areas-estrategicas>.

MORAIS, C. Estado Forte, Povo Seguro: PM combate crimes e assegura tranquilidade no fim de semana. **Governo do Amapá**, 6 jun. 2022a. Disponível em: <https://portal.ap.gov.br/noticia/0606/estado-forte-povo-seguro-pm-combate-crimes-e-assegura-tranquilidade-no-fim-de-semana>.

MORAIS, C. Waldez sanciona lei que garante premiação por apreensão de armas de fogo. **Governo do Amapá**, 11 abr. 2022b. Disponível em: <https://www.portal.ap.gov.br/noticia/1104/waldez-sanciona-lei-que-garante-premiacao-por-apreensao-de-armas-de-fogo#:~:text=No%20%C3%BAltimo%20dia%20de,de%20mortes%20violentas%20no%20Amap%C3%A1>.

MP REALIZA operações contra integrantes de organizações criminosas em nove Estados. **Diário do Grande ABC**, 15 ago. 2019. Disponível em: <https://www.dgabc.com.br/Noticia/3112149/mp-realiza-operacoes-contra-integrantes-de-organizacoes-criminosas-em-9-estados>. Acesso em: 13 dez. 2022.

NAFES, S. Líderes do tráfico no Vale do Jari são presos. **SalesNafes.com**, 6 out. 2022. Disponível em: <https://selesnafes.com/2022/10/lideres-do-traffic-no-vale-do-jari-sao-presos/>.

NASCIMENTO, J. de S.; SILVA, R. C. Q. O tráfico internacional de mulheres em três dimensões: gênero, migração e rota Amapá-Guiana Francesa. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 43., 2019, Caxambu. **Anais...** Caxambu: Anpocs, 2019. (ST05 Ciências Sociais pelos Interiores: Novas Cartografias de Gênero e Diversidade Sexual no Brasil).

NEVES, E. S. das. **Minha história conto eu**: escola e cultura prisional em instituição carcerária no Amapá. 2017. Tese (Doutorado) – Uninove, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://bibliotecatede.uninove.br/bitstream/tede/1653/2/Edmar%20Souza%20das%20Neves.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2022.

OLIVEIRA, M. J. de. **Mineração e desenvolvimento local: benefícios e desafios aos municípios amapaenses**. 2010. Tese (Doutorado) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

OLIVEIRA, E. M. da S. M. de. **Orçamentos da segurança pública, saúde e educação nos estados e no Distrito Federal (2002-2019): uma análise da execução orçamentária com o suporte da teoria do equilíbrio pontuado**. 2021. 168 f. Dissertação (Mestrado) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/33085/1/Orcamentossegurancapublica_Oliveira_2021.pdf. Acesso em: 13 dez. 2022.

OPERAÇÃO intensifica abordagens e patrulhamento no Conjunto Macapá. **Governo do Amapá**, 16 jan. 2019. Disponível em: <https://serradonavio.ap.gov.br/noticia/1601/operacao-intensifica-abordagens-e-patrulhamento-no-conjunto-macapaba>. Acesso em: 13 dez. 2022.

PACHECO, J. Justiça ordena retorno de garimpo em área no AP investigada por trabalho escravo e extração ilegal. **G1 Amapá**, 12 jun. 2018. Disponível em <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/justica-ordena-retorno-de-garimpo-em-area-no-ap-investigada-por-trabalho-escravo-e-extracao-ilegal.ghtml>.

PACHECO, J. PF prende ex-deputado Isaac Alcolumbre em operação contra tráfico internacional de drogas no Amapá. **G1 Amapá**, 20 out. 2021a. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2021/10/20/pf-cumpre-73-mandados-em-9-estados-em-operacao-contratrafico-internacional-de-drogas.ghtml>.

PACHECO, J. Raio X da violência no Amapá em 10 pontos, segundo o Anuário da Segurança Pública. **G1 Amapá**, 19 jul. 2021b. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2021/07/19/raio-x-da-violencia-no-amapa-em-10-pontos-segundo-o-anuario-da-seguranca-publica.ghtml>.

PACHECO, J. *et al.* Amapá chega ao 3º ano seguido com a maior taxa do país de pessoas mortas pela polícia. **G1 Amapá**, 5 maio 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2022/05/05/amapa-chega-ao-3o-ano-seguido-com-a-maior-taxa-do-pais-de-pessoas-mortas-pela-policia.ghtml>.

PACHECO, J.; ANDRADE, D.; CASTRO, W. Seis PMs são indiciados por forjar tiroteio que terminou com três mortes no Amapá. **G1 Amapá**, 10 jun. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2022/06/10/seis-pms-sao-indiciados-por-forjar-cena-de-tiroteio-que-terminou-com-tres-mortes-no-amapa.ghtml>.

PACHECO, N. Líder de facção criminosa preso no RJ captava novos integrantes e determinava quem morria no AP. **G1 Amapá**, 14 out. 2021. Disponível em <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2021/10/14/lider-de-facao-criminosa-preso-no-rj-captava-novos-integrantes-e-determinava-quem-morria-no-ap.ghtml>.

PACHECO, N. Duas mulheres são presas no aeroporto do AP com 71 quilos de maconha transportados do MS. **G1 Amapá**, 23 nov. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2022/11/23/duas-mulheres-sao-presas-no-aeroporto-do-ap-com-71-quilos-de-maconha-transportados-do-ms.ghtml>.

PADILHA, L. Operação Cabo Orange 4: Exército apreende no Amapá combustíveis, armas e itens usados em garimpo ilegal. **Exército Notícias**, 7 fev. 2020. Disponível em: <https://www.defesaaereanaval.com.br/exercito/operacao-cabo-orange-4-exercito-apreende-no-amapa-combustiveis-armas-e-itens-usados-em-garimpo-ilegal>.

PAIVA, L. F. S. As dinâmicas do mercado ilegal de cocaína na tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 34, n. 99, p. 1-19, 2018.

PEREIRA, A. Estado, polícia e sociedade: uma análise das ações do Batalhão de Operações Especiais (Bope) no Amapá. In: SILVA, P. R. da. *et al.* **Lutas, experiências e debates na América Latina: anais das IV Jornadas Internacionais de Problemas Latino-Americanos**. Foz do Iguaçu: Imago Mundi; Unila, 2015. p. 32-44.

PEREIRA, A. C. B. **Corpo-armado**: percepções etnográficas do trabalho policial em Macapá/AP. 2019. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-29082019-105150/pt-br.php>. Acesso em: 14 dez. 2022.

PF CUMPRE 73 mandados em ação contra tráfico internacional de drogas no Amapá. **Gov.br**, 20 set. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/noticias/2021/10/pf-cumpre-73-mandados-em-acao-contra-traffic-internacional-de-drogas-no-amapa>.

PF E MP DETALHAM investigação no Iapen: “laudos médicos fraudulentos e esquema da tornozeleira eletrônica”. **G1 Amapá**, 19 set. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2022/09/19/pf-e-mp-detallham-investigacao-no-iapen-laudos-medicos-fraudulentos-e-esquema-da-tornozeleira-eletronica.ghtml>. Acesso em: 7 out. 2011.

PONTES, F. Isolado e bem preservado, Amapá elege governador com propostas para mineração. **Amazônia**, 27 out. 2022. Disponível em: <https://amazonia.org.br/isolado-e-bem-preservado-amapa-elege-governador-com-propostas-para-mineracao/>.

POZZO, E. dal. Garimpos ilegais e as áreas de fronteira no Norte do Brasil. **Idesf**, 6 jan. 2022. Disponível em: <https://www.idesf.org.br/2022/01/06/garimpos-ilegais-e-as-areas-de-fronteira-no-norte-do-brasil/>.

PRIZIBISCZKI, C. Amapá vende terras públicas invadidas a R\$ 46 o hectare. **Amazônia**, 6 dez. 2021. Disponível em: <https://amazonia.org.br/2021/12/amapa-vende-terras-publicas-invadidas-a-r-46-o-hectare/>.

PRODUTORES de grãos destacam potencialidades do Amapá. **Amapá Notícias**, 28 jul. 2016. Disponível em: <https://seiic.ap.gov.br/noticia/0208/produtores-de-graos-destacam-potencialidades-do-amapa>.

PROJETO facilita a colonização de áreas de fronteira em Roraima e Amapá. **Câmara dos Deputados Notícias**, 18 mar. 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/736250-projeto-facilita-colonizacao-de-area-de-fronteira-em-roraima-e-amapa>.

RAUBER, A. L.; FERREIRA, M. E. A concentração socioeconômica e os ciclos de exploração dos recursos naturais no estado do Amapá. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da Unifap**, v. 13, n. 4, p. 181-200, 2020.

RAUBER, A.; PALHARES, J. O contexto e as perspectivas da exploração mineira no Amapá. **Confins: Revista Franco-Brasileira de Geografia**, v. 55, n. 1, 2022. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/45935?lang=pt>.

SANTIAGO, A. Brasileiros ilegais em garimpos da Guiana são preocupação na fronteira. **G1 Amapá**, 14 ago. 2013. Disponível em <http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2013/08/brasileiros-ilegais-em-garimpos-da-guiana-sao-preocupacao-em-fronteira.html>.

SANTIAGO, A. Por semana, 80 brasileiros chegam a garimpos por Oiapoque, diz polícia. **G1 Amapá**, 30 set. 2014a. Disponível em <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2014/09/por-semana-80-brasileiros-chegam-garimpos-por-oiapoque-diz-policia.html>. Publicado em 30/09/2014.

SANTIAGO, A. Brasileiros são enganados e arriscam a vida em garimpos na Guiana. **G1 Amapá**, 11 jul. 2014b. Disponível em <http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2014/07/brasileiros-sao-enganados-e-arriscam-vida-em-garimpos-na-guiana.html>.

SANTIAGO, A.; MARTINS, D. Mineração causa morte de trabalhadores e miséria na Amazônia. **Publica Infográficos**, 20 jan. 2021. Disponível em: <https://apublica.org/2021/01/mineracao-causa-morte-de-trabalhadores-e-miseria-na-amazonia/>.

SANTOS, E. R. C. Urbanização e rede urbana na Amazônia setentrional amapaense/AP. **Revista Formação Online**, v. 2, n. 19, p. 107-131, jul.-dez. 2012. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/1720/1941>.

SESTREM, G. Estudo aponta que câmeras nas fardas dos policiais podem ser prejudiciais à segurança pública. **Gazeta do Povo**, 2 fev. 2022. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/estudo-aponta-uso-cameras-fardas-policiais-pode-ser-prejudicial-seguranca-publica/>.

SILVA, B. F. da. **Tráfico humano: um panorama do fluxo de brasileiras para fins de exploração sexual na região das Guianas**. 2019. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Estudo de Fronteira, Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2019.

SILVA, E. de F. G. da. **Análise da implementação dos planos de recuperação de áreas degradadas pela mineração em Lourenço (AP)**. 2005. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.

SILVA, M. L. **“O território imaginado”**: Amapá, de território à autonomia política (1943-1988). 2017. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/23698>.

SOARES, R. R.; PEREIRA, L.; PUCCI, R. **Ilegalidade e violência na Amazônia: Amazônia 2030**. Rio de Janeiro: Centro de Empreendedorismo da Amazônia, 2021. Disponível em: <https://amazonia2030.org.br/wp-content/uploads/2021/12/Soares-Pereira-Pucci-Relato%CC%81rio-AMZ-2030-26.pdf>.

VIDIGAL, V. Estudo aponta alta contaminação por mercúrio em mulheres que vivem em garimpos no Amapá. **G1 Amapá**, 9 nov. 2021a. Disponível em <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2021/12/09/estudo-aponta-alta-contaminacao-por-mercurio-em-mulheres-que-vivem-em-garimpos-no-amapa.ghtml>.

VIDIGAL, V. Policiais do AP vão testar câmeras nos uniformes para filmar ações de militares e agentes. **G1 Amapá**, 13 ago. 2021b. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2021/08/13/policiais-do-ap-vaio-testar-cameras-nos-uniformes-para-filmar-acoes-de-militares-e-agentes.ghtml>.

VIDIGAL, V. Fiscalização encontra garimpos ilegais e moradias irregulares em reserva sustentável no Amapá. **G1 Amapá**, 31 mar. 2022. Disponível em <https://g1.globo.com/ap/amapa/natureza/amazonia/noticia/2022/03/31/fiscalizacao-encontra-garimpos-ilegais-e-moradias-irregulares-em-reserva-sustentavel-no-amapa.ghtml>.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ACUSADO de matar militares franceses é condenado a 130 anos de prisão pelo Tribunal Federal do Júri do Amapá. **TRF1 Notícias**, 6 maio 2022. Disponível em: <https://portal.trf1.jus.br/portaltf1/comunicacao-social/imprensa/noticias/institucional-sjap-acusado-de-matar-militares-franceses-e-condenado-a-130-anos-de-prisao-pelo-tribunal-federal-do-juri-do-amapa.htm>.

ADORNO, L. *et al.* As 53 facções criminosas do Brasil. **Fonte Segura**, 3 de agosto de 2022. Disponível em: <https://fontesegura.forumseguranca.org.br/as-53-faccoes-criminosas-brasileiras/>.

A INCLUSÃO do Amapá no Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de soja. **Portal do Agro**, 9 dez. 2020. Disponível: <https://portaldoagro.com/2020/12/09/a-inclusao-do-amapa-no-zoneamento-agricola-de-risco-climatico-para-a-cultura-de-soja/>.

ALVES, J. Garimpos no Amapá são fiscalizados na 10ª edição da Operação Ágata. **G1 Amapá**, 23 out. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2015/10/garimpos-no-amapa-sao-fiscalizados-na-10-edicao-da-operacao-agata.html>.

ALVES, J. Operação desarticula garimpo ilegal em área de floresta no Amapá. **G1 Amapá**, 22 set. 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2016/09/operacao-desarticula-garimpo-ilegal-em-area-de-floresta-no-amapa.html>.

ALVES, J. Operação da Polícia Federal desarticula garimpo ilegal em Tartarugalzinho, no AP. **G1 Amapá**, 29 set. 2017. Disponível em <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/operacao-da-policia-federal-desarticula-garimpo-ilegal-em-tartarugalzinho-no-ap.ghtml>.

ALVES JUNIOR, M. da C. La geopolítica pombalina en la Amazonia septentrional brasileña y la configuración del territorio del Amapá (XVI-XX). **Revista de Estudos de Cultura**, n. 4, p. 37-52, 2016.

AMAPÁ. Assembleia Legislativa. Lei nº 949, de 23 de dezembro de 2005. Dispõe sobre normas de funcionamento do Sistema Estadual de Educação, reestrutura o grupo magistério do quadro de pessoal do governo do estado do Amapá e organiza o plano de cargos, carreiras e salários dos profissionais da educação básica do Poder Executivo estadual. **Diário Oficial do Estado**, n. 3668, 23 dez. 2005. Disponível em: https://editor.amapa.gov.br/arquivos_portais/publicacoes/EDUCA%C3%A7%C3%A3O_f79d3f2662f5fe515715362fa705c4d1.pdf.

AMAPÁ. Lei nº 1.764, de 9 de agosto de 2013. Dispõe sobre normas e diretrizes da Rede de Atendimento à Mulher, vítima de violência doméstica, familiar e sexual no estado do Amapá. **Diário Oficial do Estado**, n. 5535, 21 ago. 2013. Disponível em: http://www.al.ap.gov.br/ver_texto_lei.php?iddocumento=44418.

AMAPÁ. Lei nº 1.907, de 24 de junho de 2015. Dispõe sobre o Plano Estadual de Educação (PEE), para o decênio 2015-2025, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**, n. 5982, 24 jun. 2015. Disponível em: https://editor.amapa.gov.br/arquivos_portais/publicacoes/EDUCA%C3%A7%C3%A3O_d29705ba-db707c38522b2654b2deaeb8.pdf.

AMAPÁ, urgente! Garimpeiros invadem aldeia Waiápi e matam indígena. **Portal Geledés**, 29 jul. 2019. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/amapa-urgente-garimpeiros-invadem-aldeia-waiapi-e-matam-indigena/>. Acesso em: 29 ago. 2019.

AMAPÁ. **Plano estratégico da Polícia Civil do Estado do Amapá 2020 a 2028**. Macapá: PCAP, 2020. Disponível em: <http://www.policiacivil.ap.gov.br/docs/plano.pdf>.

AMAPÁ. Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública. **Relatório de Gestão Consolidado 2020**. Macapá: Sejusp, 2020. Disponível em: https://editor.amapa.gov.br/arquivos_portais/publicacoes/SEJUSP_f27f78640fd5a4d4231b60e4ce139d2e.pdf.

AMAPÁ. Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública. **Relatório de Gestão Consolidado 2021**. Macapá: Sejusp, 2021. Disponível em: https://editor.amapa.gov.br/arquivos_portais/publicacoes/SEJUSP_9d9dc3ab9b704baa1a61928b86ae1c6c.pdf.

AMAPÁ. Delegacia Geral de Polícia do Amapá. **Demonstrativo de produtividade: delegados**. Amapá: Núcleo Setorial de Planejamento, jun. 2022. Disponível em: https://editor.amapa.gov.br/arquivos_portais/publicacoes/POL%C3%8DCIA%20CIVIL_b427d34e2cf653f10252c3155cb86939.pdf.

BARIFOUSE, R. 'Governo federal incentiva garimpo em terras indígenas', diz senador Randolfe Rodrigues. **BBC News Brasil**, 28 jul. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49147160>.

BRITO, D. M. C.; PALHARES, J. M.; FARIAS, R. T. S. de. Uma trajetória histórica da territorialidade amapaense. **Revista Ciência Geográfica**, v. 24, n. 3, p. 1539-1553, jan.-dez. 2020.

CHMYZ, I.; SGANZERLA, E. M. Ocupação humana na área do complexo Jari. **Arqueologia**, Curitiba, v. 9, p. 129-149, 2006.

CPT – COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo: Brasil 2021**. Goiânia: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, 2022. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/6001-conflitos-no-campo-brasil-2021>.

CPT – COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo: Brasil 2022**. Goiânia: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, 2023.

CONFRONTO entre facções rivais deixa nove mortos no Amapá. **A Gazeta**, 13 set. 2020. Disponível em: <https://agazetadoamapa.com.br/noticia/11241/confronto-entre-faccoes-rivais-deixa-9-mortos-no-amapa>.

COSTA, G. dos S. **O papel dos mecanismos de governança na formulação dos planos estaduais de segurança pública**. 2022. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

CUSTÓDIO, E. S. A presença negra no Amapá: discursos, tensões e racismo. **Identidade!** São Leopoldo, v. 21, n. 1, p. 65-79, 2016. Disponível: <http://periodicos.est.edu.br/index.php/identidade/article/view/2772>.

DIAS, W.; MACHADO, L. No AP, queimadas lideram índice de crimes ambientais no 1º semestre de 2022. **G1 Amapá**, 26 jul. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2022/07/26/no-ap-queimadas-lideram-indice-de-crimes-ambientais-no-1o-semester-de-2022.ghtml>.

DOIS territórios do Amapá são reconhecidos como área quilombola pelo Inca. **G1 Amapá**, 7 nov. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2018/11/07/dois-territorios-do-amapa-sao-reconhecidos-como-area-quilombola-pelo-incra.ghtml>.

ESTADO Forte, Povo Seguro: governo lança programa de promoção da saúde para profissionais da segurança pública e defesa social. **Governo do Amapá**, 30 jun. 2022. Disponível em: <https://www.amapa.gov.br/noticia/3006/estado-forte-povo-seguro-governo-lanca-programa-de-promocao-da-saude-para-profissionais-da-seguranca-publica-e-defesa-social>.

FACÇÃO que ordenava crimes do presídio e planejava eleger candidato é alvo de operação no Amapá. **G1 Amapá**, 21 fev. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2022/02/21/policia-federal-deflagra-operacao-addams-no-amapa.ghtml>.

FAÇANHA, W. Parceria entre governo e Poder Judiciário permitirá ressocialização via Amapá Jovem. **Governo do Amapá**, 13 dez. 2021. Disponível em: <https://www.amapa.gov.br/noticia/1312/parceria-entre-governo-e-poder-judiciario-permitira-ressocializacao-via-amapa-jovem>.

FELLET, J. A desconhecida riqueza mineral da terra Wajãpi, palco de tensão entre indígenas e garimpeiros. **BBC News Brasil**, 29 jul. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49133192>.

FISCALIZAÇÃO identifica garimpo ilegal em Pedra Branca do Amapari. **Governo do Amapá**, 25 maio 2017. Disponível em: <https://www.amapari.ap.gov.br/noticia/2505/fiscalizacao-identifica-garimpo-ilegal-em-pedra-branca-do-amapari>. Acesso em: 15 dez. 2022.

GOVERNO realiza operação Sociedade Mais Segura para coibir ações criminosas em Macapá e Santana. **Governo do Amapá**, 28 maio 2022. Disponível em: <https://www.portal.ap.gov.br/noticia/2805/governo-realiza-operacao-sociedade-mais-segura-para-coibir-acoes-criminosas-em-macapá-e-santana#:~:text=Portal%20Governo%20do%20Amap%C3%A1%20%2D%20Governo,criminosas%20em%20Macap%C3%A1%20e%20Santana&text=A%C3%A7%C3%A3o%20da%20Pol%C3%ADcia%20Militar%20inclui,policiais%20militares%20e%2026%20viaturas>.

MENESCAL, A. Escritório Social, Conselho da Comunidade e Faculdade Estácio-Famap realizam programação especial de dia das crianças para filhos de egressos do sistema prisional. **Tribunal de Justiça do Estado do Amapá: Notícias**, 11 out. 2022. Disponível em: <https://www.tjap.jus.br/portal/noticias/escritorio-social-conselho-da-comunidade-e-faculdade-estacio-famap-realizam-programacao-especial-de-dia-das-criancas-para-filhos-de-egressos-do-sistema-prisional.html>.

MORAIS, C. Estado forte, povo seguro: governo anuncia novo pacote de fortalecimento da segurança pública. **Governo do Amapá**, 13 dez. 2021. Disponível em: https://www.amapa.gov.br/ler_noticia.php?slug=1312/estado-forte-povo-seguro-governo-anuncia-novo-pacote-de-fortalecimento-da-seguranca-publica.

MORAIS, C. Sociedade mais segura: PM registra redução de crimes no fim de semana. **Governo do Amapá**, 30 maio 2022. Disponível em: <https://www.portal.ap.gov.br/noticia/3005/sociedade-mais-segura-pm-registra-reducao-de-crimes-no-fim-de-semana>.

PACHECO, J. ‘Nunca tirei um grama de ouro’, diz promotor acusado de exploração ilegal em garimpo no Amapá. **G1 Amapá**, 13 mar. 2018. Disponível em <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/nunca-tirei-uma-grama-de-ouro-diz-promotor-acusado-de-exploracao-ilegal-em-garimpo-no-amapa.ghtml>.

PACHECO, N.; BORRALHO, D. Pavimentação da BR-156 deve melhorar tráfego de pessoas e escoamento de produtos no Amapá. **G1 Amapá**, 24 nov. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2021/11/24/pavimentacao-da-br-156-deve-melhorar-trafego-de-pessoas-e-escoamento-de-produtos-no-amapa.ghtml>. Acesso em: 14 dez. 2022.

POLÍCIA Militar e Unifap trabalham juntas no planejamento estratégico de 2020 a 2024. **Portal Unifap**, 7 jan. 2021. Disponível em: <http://www.unifap.br/policia-militar-e-unifap-trabalham-juntas-no-planejamento-estrategico-de-2020-a-2024/>. Acesso em: 13 dez. 2022.

PRATES, R. C.; BACHA, C. J. C. Os processos de desenvolvimento e desmatamento da Amazônia. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 20, n. 3, p. 601-636, dez. 2011.

RAMOS, M. F. Palestrante de instituto bolsonarista pediu lavra de ouro em terra indígena. **Combate Racismo Ambiental**, 5 jul. 2022. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2022/07/06/palestrante-de-instituto-bolsonarista-pediu-lavra-de-ouro-em-terra-indigena/>.

ANEXO A

TABELA A.1
Dados sociodemográficos

Dados territoriais				
Estados limítrofes		Pará		
Fronteiras		Guiana Francesa, Suriname		
Número de municípios		16		
Área territorial (km²)		142.470,762		
Dados sociodemográficos		Amapá	Região Norte	Brasil
População	População estimada em 2021	877.613	18.906.962	213.317.639
	Densidade demográfica (hab./km²)	4,69	4,12	22,43
	População 0-14 anos em 2010 (%)	33,11	31,2	24,1
	População 15-29 anos em 2010 (%)	30,70	29,5	26,9
	População 30-59 anos em 2010 (%)	31,01	32,5	38,2
	População 60+ anos em 2010 (%)	5,19	6,8	10,8
	População negra em 2010 (%)	8,71	6,4	7,6
	População parda em 2010 (%)	65,23	66,9	43,1
	População indígena em 2010 (%)	1,11	1,9	0,4
	População branca em 2010 (%)	23,97	23,4	47,7
Renda e desigualdade	População urbana em 2010 (%)	89,77	73,5	84,4
	População rural em 2010 (%)	10,23	26,5	15,6
	Rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i> em 2022 (R\$)	1.177,00	1.175,29	1.613,23
	Índice de Gini (do rendimento domiciliar <i>per capita</i> , a preços médios do ano) em 2022	0,53	0,53	0,54
	Pobres em 2003 (%)	39,62	40,1	37,6
Trabalho	Extremamente pobres em 2003 (%)	10,03	12,5	8,4
	População vivendo em aglomerados subnormais em 2010 (%)	21,58	14,4	72,6
	Taxa de desocupação (14+) em 2021	16,80	13,7	13,8
Educação	Taxa de formalização da força de trabalho em 2022	41,98	41,4	59,9
	Rendimento médio real de todos os trabalhos em 2022 (R\$)	2.424,00	2.195,00	2.839,00
	Taxa de analfabetismo (15+) em 2019	5,1	7,0	6,1
	Média anos de estudo (15+) em 2019	10,1	9,3	9,8
	População (14+) com cinco anos ou menos de estudo em 2019 (%)	13,95	11,49	10,35

Fontes: Para porcentagem por idade, Sistema IBGE de Recuperação Automática – Sidra (disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/2000>); para incidência da pobreza, IBGE Cidades 2003 (disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>); para porcentagem de domicílios ocupados em aglomerados subnormais em relação ao total de domicílios ocupados, IBGE (2020); para síntese de indicadores sociais, IBGE Cidades 2021 (disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/45/95341>); para indicadores estruturais do mercado de trabalho das pessoas de 14 anos ou mais de idade, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua 2021 (disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html>), acumulado de quintas visitas; para rendimento médio real do trabalho principal, Sidra (disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5436#resultado>); para taxa de analfabetismo de 15 anos ou mais, Sidra (disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7113#resultado>); para número médio de anos de estudo das pessoas de 15 anos ou mais, por sexo e grupo de idade, Sidra (disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7126#resultado>); para pessoas de 14 anos ou mais de idade, por cor ou raça e grupos de anos de estudo, Sidra (disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7132#resultado>).

Elaboração: Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Diest/Ipea).

TABELA A.2

Evolução das taxas médias de homicídios por 100 mil habitantes, por município – Amapá

	2009- 2011	2010- 2012	2011- 2013	2012- 2014	2013- 2015	2014- 2016	2015- 2017	2016- 2018	2017- 2019	2018- 2020
Brasil	27,5	28,2	28,5	29,3	29,1	29,7	30,3	29,9	27,0	24,3
Região Norte	35,6	36,8	36,1	36,5	37,4	40,3	43,9	46,0	43,5	38,4
Municípios										
Macapá	34,2	36,6	32,8	36,2	37,7	45,4	49,7	56,1	53,4	36,49
Santana	33,3	35,3	35,3	32,0	31,5	35,6	45,1	55,2	53,2	32,73
Oiapoque	28,2	24,3	26,5	30,1	29,2	28,4	25,0	29,5	41,3	30,93
Porto Grande	24,9	27,9	34,3	37,0	41,1	50,0	58,6	58,8	43,4	27,72
Itaubal	22,6	29,3	21,4	13,9	20,4	26,5	25,9	25,3	30,9	15,57
Ferreira Gomes	33,2	26,8	26,0	30,3	29,4	33,3	37,0	36,0	43,9	28,82
Pracuúba	17,0	16,4	15,9	23,1	14,9	21,7	7,0	20,6	13,4	17,65
Laranjal do Jari	43,5	44,8	39,2	24,8	27,9	30,1	35,8	26,1	28,3	29,82
Tartarugalzinho	20,5	19,7	19,1	18,4	17,8	32,4	46,1	42,7	39,6	24,07
Calçoene	17,9	17,5	24,0	40,3	49,4	48,4	38,0	34,2	27,5	29,31
Cutias	27,4	20,0	13,0	0,0	12,4	12,1	23,7	17,4	28,4	21,17
Vitória do Jari	12,9	22,7	17,2	19,2	14,0	13,7	15,6	15,3	17,1	13,35
Mazagão	15,1	14,7	12,6	17,6	20,6	25,1	27,9	22,5	25,2	21,39
Amapá	12,0	15,8	19,5	23,2	19,2	15,2	11,3	11,2	11,1	16,12
Serra do Navio	0,0	7,2	14,1	20,7	27,1	19,9	26,1	19,2	25,1	7,52
Pedra Branca do Amapari	6,0	19,8	24,3	33,5	22,1	23,5	13,5	13,0	8,4	3,18

Fontes: Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde (disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sim/cnv/ext10br.def>); e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?ibge/cnv/popvsbr.def>).

Elaboração: Diest/Ipea.

- Obs.: 1. Número de homicídios – número de homicídios na Unidade Federativa de residência obtido pela soma dos óbitos por agressão (X85-Y09) e intervenção legal (Y35), extraído do Tabnet/Datasus/Ministério da Saúde (disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sim/cnv/ext10br.def>).
2. População obtida de População Residente Estimativas para o Tribunal de Contas da União – TCU, extraída do Tabnet/Datasus/Ministério da Saúde (disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?ibge/cnv/popvsbr.def>).
3. A taxa de homicídios por 100 mil habitantes é calculada pela divisão do número de homicídios pela população multiplicado por 100 mil.

TABELA A.3

Policiais mortos em confronto (em serviço e fora de serviço), taxa por 1 mil policiais na ativa – Brasil e UFs (2020 e 2021)

	2020	2021
Brasil	0,4	0,4
Acre	0,4	-
Amapá	-	-
Amazonas	0,7	0,6
Pará	0,7	0,7
Rondônia	0,7	0,3
Roraima	0,4	-
Tocantins	-	-

Fonte: FBSP (2022).

Elaboração: Diest/Ipea.

Obs.: UFs – Unidades da Federação.

TABELA A.4

Mortes decorrentes de intervenção policial, taxa por 100 mil habitantes – Brasil e UFs (2020 e 2021)

	2020	2021
Brasil	3,0	2,9
Acre	3,0	1,2
Amapá	12,9	17,1
Amazonas	2,4	2,3
Pará	6,1	6,2
Rondônia	1,1	0,6
Roraima	2,5	1,4
Tocantins	1,7	2,6

Fonte: FBSP (2022).

Elaboração: Diest/Ipea.

TABELA A.5

Feminicídios, taxa por 100 mil habitantes mulheres – Brasil e UFs (2020 e 2021)

	2020	2021
Brasil	1,3	1,2
Acre	2,7	2,9
Amapá	2,1	0,9
Amazonas	0,8	1,1
Pará	1,5	1,5
Rondônia	1,6	1,8
Roraima	3,0	1,6
Tocantins	1,3	2,6

Fonte: FBSP (2022).

Elaboração: Diest/Ipea.

TABELA A.6

Estupro e estupro de vulnerável,¹ taxa por 100 mil habitantes – Brasil e UFs (2020 e 2021)

	2020	2021
Brasil	29,7	30,9
Acre	34,4	64,7
Amapá	54,5	60,5
Amazonas	20,5	17,6
Pará	37,9	44,5
Rondônia	51,9	50,8
Roraima	66,9	83,3
Tocantins	51,8	51,8

Fonte: FBSP (2022).

Elaboração: Diest/Ipea.

Nota: ¹ Os dados informados nesta tabela correspondem ao número total de vítimas de estupro e estupro de vulnerável consumados. A Lei Federal nº 12.015/2009 altera a conceituação de “estupro”, passando a incluir, além da conjunção carnal, os “atos libidinosos” e “atentados violentos ao pudor” (FBSP, 2022).

TABELA A.7

Perfil das instituições de segurança pública: efetivos – Amapá (2020)

Instituição	Capital e RM	Interior	Total
Polícia Militar	2.496	994	3.440
Polícia Civil	705	424	1.129
Corpo de Bombeiros Militar	Sem informações	Sem informações	Sem informações
Órgãos oficiais de perícia	21	184	205

Fonte: Perfil Nacional das Instituições de Segurança Pública. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjojMDc0ZWFjYTgtYjA1OS00YzBmLWJkNktctZmVjODM2YzlmYzBjIiwidCI6ImVlMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MwYyLTRlOGRhNmJmZThlMSJ9>.

Elaboração: Diest/Ipea.

Obs.: RM – região metropolitana.

TABELA A.8

Perfil das instituições de segurança pública: unidades operacionais – Amapá (2020)

Instituição	Capital e RM	Interior	Total
Polícia Militar ¹	8	6	14
Polícia Civil ²	32	14	46
Corpo de Bombeiros Militar ³	9	4	13
Órgãos oficiais de perícia ⁴	10	9	19

Fonte: Perfil Nacional das Instituições de Segurança Pública. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjojMDc0ZWFjYTgtYjA1OS00YzBmLWJkNktctZmVjODM2YzlmYzBjIiwidCI6ImVlMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MwYyLTRlOGRhNmJmZThlMSJ9>.

Elaboração: Diest/Ipea.

Notas: ¹ As catorze unidades operacionais da Polícia Militar do Amapá estão distribuídas em nove batalhões (cinco no interior e quatro na capital); cinco batalhões especializados (um no interior e quatro na capital). Não existem companhias independentes e companhias independentes especializadas.

² As 46 unidades operacionais da Polícia Civil no Amapá estão distribuídas em: 23 delegacias (onze no interior e doze na capital e RM de Macapá); 16 delegacias especializadas (duas no interior e catorze na capital e RM); e 7 postos e núcleos (uma no interior e seis na capital e RM). Não existem informações sobre outras unidades.

³ As treze unidades operacionais do Corpo de Bombeiros Militar estão distribuídas em batalhões no interior (quatro), na capital (quatro) e na RM (cinco).

⁴ As dezenove unidades operacionais dos órgãos periciais no Amapá estão distribuídas em: cinco unidades de criminalística (três no interior, uma na capital e uma na RM); cinco unidades de identificação (três no interior, uma na capital e uma na RM); cinco unidades de medicina legal (três no interior, uma na capital e uma na RM); dois laboratórios centrais (um na capital e um na RM); dois laboratórios de DNA forense (um na capital e um na RM).

TABELA A.9

Perfil das instituições de segurança pública: efetivos – Amapá (2021 e 2022)

Instituição	Números absolutos (2021)	Números absolutos (2022)
Polícia Militar	3.121	3.307
Polícia Civil	1.039	1.004
Corpo de Bombeiros	1.157	1.169
Perícia Técnica	77	79
Polícia Penal	786	946

Fonte: FBSP (2022).

Elaboração: Diest/Ipea.

REFERÊNCIAS

FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário brasileiro de segurança pública**. São Paulo: FBSP, 2022. Disponível em <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=4>. Acesso em: 30 de ago. 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Agglomerados subnormais 2019**: classificação preliminar e informações de saúde para o enfrentamento à covid-19. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. (Nota Técnica n. 1). Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101717_notas_tecnicas.pdf.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AMAPÁ. Assembleia Legislativa. Lei nº 949, de 23 de dezembro de 2005. Dispõe sobre normas de funcionamento do Sistema Estadual de Educação, reestrutura o Grupo Magistério do Quadro de Pessoal do Governo do Estado do Amapá e organiza o Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos profissionais da educação básica do Poder Executivo Estadual. **Diário Oficial do Estado**, n. 3668, 23 dez. 2005. Disponível em: https://editor.amapa.gov.br/arquivos_portais/publicacoes/EDUCA%C3%A7%C3%A3O_f79d3f2662f5fe515715362fa705c4d1.pdf.

AMAPÁ. Lei nº 1.764, de 9 de agosto de 2013. Dispõe sobre normas e diretrizes da Rede de Atendimento à Mulher, vítima de violência doméstica, familiar e sexual no Estado do Amapá. **Diário Oficial do Estado**, n. 5535, 21 ago. 2013. Disponível em: http://www.al.ap.gov.br/ver_texto_lei.php?iddocumento=44418.

AMAPÁ. Lei nº 1.907, de 24 de junho de 2015. Dispõe sobre o Plano Estadual de Educação (PEE), para o decênio 2015-2025, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**, n. 5982, 24 jun. 2015. Disponível em: https://editor.amapa.gov.br/arquivos_portais/publicacoes/EDUCA%C3%A7%C3%A3O_d29705ba-db707c38522b2654b2deaeb8.pdf.

AMAPÁ. Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública. **Relatório de Gestão Consolidado 2020**. Macapá: Sejusp, 2020. Disponível em: https://editor.amapa.gov.br/arquivos_portais/publicacoes/SEJUSP_f27f78640fd5a4d4231b60e4ce-139d2e.pdf.

AMAPÁ. Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública. Relatório de Gestão Consolidado 2021. Macapá: Sejusp, 2021. Disponível em: https://editor.amapa.gov.br/arquivos_portais/publicacoes/SEJUSP_9d9dc3ab9b704baa1a61928b86ae1c6c.pdf.

AMAPÁ. Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública. **Ofício nº 330101.0076.2280.0005/2021**. Macapá: Sejusp, 2021. Disponível em: https://editor.amapa.gov.br/arquivos_portais/publicacoes/SEJUSP_50000fca7bf032fddb8e1e55d1699ed3.pdf.

AMAPÁ. Secretaria da Educação. **Plano Estadual de Educação para pessoas privadas de liberdade e egressas**. Macapá: SEED, 2022. Disponível em: https://editor.amapa.gov.br/arquivos_portais/publicacoes/EDUCA%C3%A7%C3%A3O_a7d39fda79438f471e056ee12fecb560.pdf.

AMAPÁ e Guiana Francesa fortalecem ações para combater crimes na fronteira. **Governo do Amapá**, 26 jan. 2022. Disponível em: <https://www.amapa.gov.br/noticia/2601/amapa-e-guiana-francesa-fortalecem-acoes-para-combater-crimes-na-fronteira>.

CONFIRA o resultado da 1ª etapa do processo seletivo de monitor do Amapá Jovem. **Governo do Amapá**, 8 fev. 2022. Disponível em: <https://www.amapa.gov.br/noticia/0802/confira-o-resultado-da-1-ordf-etapa-do-processo-seletivo-de-monitor-do-amapa-jovem>.

FORÇA DE SEGURANÇA Integrada é instituída no Amapá. **Governo do Amapá**, 27 abr. 2022. Disponível em: <https://www.portal.ap.gov.br/noticia/2704/forca-de-seguranca-integrada-e-instituida-no-amapa#:~:text=A%20partir%20desta%20quarta%2Dfeira,%2C%20na%20Rodovia%20Norte%2FSul>.

FORÇA-TAREFA de Segurança Pública combate tráfico de drogas e organização criminosa. **Gov.br**, 20 set. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/noticias/2022/09/forca-tarefa-de-seguranca-publica-combate-trafico-de-drogas-e-organizacao-criminosa>. Acesso em: 13 dez. 2022.

GOVERNO DO AMAPÁ entrega nova Escola de Gestão Compartilhada Militar no Igarapé da Fortaleza. **Governo do Amapá**, 28 mar. 2022. Disponível em: <https://www.portal.ap.gov.br/noticia/2803/governo-do-amapa-entrega-nova-escola-de-gestao-compartilhada-militar-no-igarape-da-fortaleza#:~:text=O%20Governo%20do%20Amap%C3%A1%20entregou,milh%C3%A3o%2C%20proveniente%20do%20tesouro%20estadual>.

GRANGER, S. O contestado franco-brasileiro: desafios e consequências de um conflito esquecido entre a França e o Brasil na Amazônia. **Revista Cantareira**, n. 17, jul.-dez., 2012. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/cantareira/article/download/27891/16299>.

KAISER, A. Governo do Amapá convoca mais 150 aprovados no concurso do Iapen. **Portal Alyne Kaiser**, 29 abr. 2022. Disponível em: [https://alynekaiser.com.br/governo-do-amapa-convoca-mais-150-aprovados-no-concurso-do-iapen/#:~:text=Governo%20do%20Amap%C3%A1%20convoca%20mais%20150%20aprovados%20no%20concurso%20do%20Iapen,-Alyne%20Kaiser%20Editora&text=Como%20parte%20do%20programa%20Estado,de%20Administra%C3%A7%C3%A3o%20Penitenci%C3%A1ria%20\(Iapen\)](https://alynekaiser.com.br/governo-do-amapa-convoca-mais-150-aprovados-no-concurso-do-iapen/#:~:text=Governo%20do%20Amap%C3%A1%20convoca%20mais%20150%20aprovados%20no%20concurso%20do%20Iapen,-Alyne%20Kaiser%20Editora&text=Como%20parte%20do%20programa%20Estado,de%20Administra%C3%A7%C3%A3o%20Penitenci%C3%A1ria%20(Iapen)).

MAIO Laranja: conheça o fluxo de atendimento para crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual. **Governo do Amapá**, 18 maio 2022. Disponível em: <https://www.portal.ap.gov.br/noticia/1705/maio-laranja-conheca-o-fluxo-de-atendimento-para-criancas-e-adolescentes-vitimas-de-abuso-sexual>.

MENESCAL, A. Escritório Social, Conselho da Comunidade e Faculdade Estácio-FAMAP realizam programação especial de Dia das Crianças para filhos de egressos do sistema prisional. **Tribunal de Justiça Do Estado Do Amapá – Notícias**, 11 out. 2022. Disponível em: <https://www.tjap.jus.br/portal/noticias/escritorio-social-conselho-da-comunidade-e-faculdade-estacio-famap-realizam-programacao-especial-de-dia-das-criancas-para-filhos-de-egressos-do-sistema-prisional.html>.

MESQUITA, C. Saiba como concorrer às vagas das escolas de gestão compartilhada, cívico-militares e bilíngue. **Governo do Amapá**, 3 jan. 2022. Disponível em: <https://www.portal.ap.gov.br/noticia/0301/saiba-como-concorrer-as-vagas-das-escolas-de-gestao-compartilhada-civico-militares-e-bilingue>.

MESQUITA, C.; COSTA, W. Pronatec Prisional: governo seleciona professores bolsistas e profissionais para atuação na equipe técnica. **Governo do Amapá**, 8 mar. 2022. Disponível em: <https://www.amapa.gov.br/noticia/0703/pronatec-prisional-governo-seleciona-professores-bolsistas-e-profissionais-para-atuacao-na-equipe-tecnica>.

MORAIS, C. Governo e PRF prorrogam acordo de integração da rede de radiocomunicação digital. **Governo do Amapá**, 22 mar. 2022. Disponível em: <https://portal.ap.gov.br/noticia/2203/governo-e-prf-prorrogam-acordo-de-integracao-da-rede-de-radiocomunicacao-digital>.

MORAIS, C. Estado Forte, Povo Seguro: força-tarefa realiza buscas e apreensões no Iapen. **Governo do Amapá**, 3 jun. 2022. Disponível em: <https://amapa.gov.br/noticia/0306/estado-forte-povo-seguro-forca-tarefa-realiza-buscas-e-apreensoes-no-iapen>.

NOGUEIRA, J. Estado Forte, Povo Seguro: Segurança Pública estadual e federal intensificam combate ao crime organizado. **Governo do Amapá**, 23 dez. 2021. Disponível em: <https://www.amapa.gov.br/noticia/2312/estado-forte-povo-seguro-seguranca-publica-estadual-e-federal-intensificam-combate-ao-crime-organizado>.

OPERAÇÃO Ágata: Amapá envia policiais militares para apoio ao Exército em ações na fronteira. **Governo do Amapá**, 30 maio 2022. Disponível em: <https://www.portal.ap.gov.br/noticia/3005/operacao-agata-amapa-envia-policiais-militares-para-apoio-ao-exercito-em-acoes-na-fronteira#:~:text=Nesta%20segunda%2Dfeira%2C%2030%2C,Guiana%20Francesa%2C%20pertencente%20%20C3%A0%20Fran%C3%A7a>.

PACHECO, J. Exército mobiliza 800 homens de três estados na fronteira do Amapá. **G1 Amapá**, 11 maio 2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2014/05/exercito-mobiliza-800-homens-de-tres-estados-na-fronteira-do-amapa.html>. Acesso em: 13 dez. 2022.

PARCERIA entre Governo do Amapá e Polícia Federal já fez 36,5 mil identificações criminais no Estado. **Governo do Amapá**, 15 fev. 2022. Disponível em: <https://www.amapa.gov.br/noticia/1502/parceria-entre-governo-do-amapa-e-policia-federal-ja-fez-36-5-mil-identificacoes-criminais-no-estado>.

“PROJETO HIGIDEZ”, desenvolvido pela PF/AP, em parceria com MP-AP e outras instituições, fica em 1º lugar no Concurso Nacional de Inovação da Polícia Federal. **MPAP Notícias**, 23 fev. 2022. Disponível em: <https://mpap.mp.br/noticias/gerais/projeto-higidez-desenvolvido-pela-pf-ap-em-parceria-com-mp-ap-e-outras-instituicoes-fica-em-1-lugar-no-concurso-nacional-de-inovacao-da-policia-federal>. Acesso em: 13 dez. 2022.

SEJUV apresenta equipe de comunicação para bolsistas do Amapá Jovem. **Governo do Amapá**, 18 abr. 2022. Disponível em: <https://www.portal.ap.gov.br/noticia/1804/sejuv-apresenta-equipe-de-comunicacao-para-bolsistas-do-amapa-jovem>.

WALDEZ sanciona Programa Estadual de proteção a vítimas, júri e testemunhas. **Governo do Amapá**, 1º jun. 2022. Disponível em: <https://www.portal.ap.gov.br/noticia/0106/waldez-sanciona-programa-estadual-de-protecao-a-vitimas-juri-e-testemunhas#:~:text=Portal%20Governo%20do%20Amap%C3%A1%20%2D%20Waldez,a%20v%C3%ADtimas%2C%20j%C3%BAri%20e%20testemunhas&text=Programa%20permitir%C3%A1%20ado%C3%A7%C3%A3o%20de%20medidas,e%20sejam%20v%C3%ADtimas%20de%20amea%C3%A7as.&text=Lei%20foi%20sancionada%20nesta%20quarta,01%2C%20no%20Pal%C3%A1cio%20do%20Setentri%C3%A3o>. Acesso em: 13 dez. 2022.

DINÂMICAS DA VIOLÊNCIA NO TERRITÓRIO BRASILEIRO: AMAZONAS¹

Equipe técnica

Maria Paula Santos²
Victória Hoff da Cunha³

Sistematização de dados estatísticos e produção de mapas

Milena Machado dos Reis⁴
Karolina Armstrong⁵
Paloma Palmieri⁶

1 INTRODUÇÃO

Este capítulo tem por objetivo apresentar os resultados do estudo sobre as dinâmicas de violência e da criminalidade no estado do Amazonas e as políticas de segurança pública promovidas pelo governo estadual para enfrentá-las. No período aqui considerado, de 2018 a 2020, o Amazonas apresentou taxas de homicídio superiores às médias regional e nacional. Enquanto em 2020, para todo o Brasil, registrou-se a taxa de 23,5 homicídios por 100 mil habitantes, para o Amazonas, nesse ano, essa taxa foi de 31,5. O número absoluto de homicídios no Amazonas cresceu quase 45% entre 2009 e 2020. Foram assassinatos ocorridos principalmente em municípios do interior, conforme tendência sinalizada pelo Atlas da Violência desde 2019.

Análises recentes têm convergido no sentido de compreender a escalada de homicídios na região Norte como resultado – ao menos em parte – da expansão, na região, das facções de base prisional associadas ao tráfico de drogas. O Amazonas tem papel relevante para o narcotráfico transfronteiriço, uma vez que está na divisa internacional com Colômbia e Peru, países onde se concentra grande parte

1. Originalmente publicado como: Santos, M. P.; Cunha, V. H. da. *Dinâmicas da violência no território brasileiro: Amazonas*. Brasília: Ipea, 2023. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11983/4/RI_Dinamicas_da_Violencia_Amazonas.pdf. Acesso em: 6 mar. 2024.

2. Técnica de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Diest/Ipea). *E-mail*: mariapaula.santos@ipea.gov.br.

3. Assistente de pesquisa na Diest/Ipea. *E-mails*: victoria.cunha@ipea.gov.br; victoriamacunha@gmail.com.

4. Assistente de pesquisa da Diest/Ipea. *E-mail*: villelamilena@gmail.com.

5. Assistente de pesquisa da Diest/Ipea. *E-mail*: karolina.armstrong@ipea.gov.br.

6. Assistente de pesquisa da Diest/Ipea. *E-mail*: paloma.alves@ipea.gov.br.

da produção mundial de cocaína. Nesse sentido, disputas pelo controle de rotas de transporte de drogas e pelo domínio de territórios urbanos entre o Primeiro Comando da Capital (PCC), originário de São Paulo, e o Comando Vermelho (CV), do Rio de Janeiro, em associação, ou não, com grupos locais (como a Família do Norte – FDN), produziram mais de uma centena de vítimas no Amazonas, somente entre 2017 e 2018.

Outros conflitos também têm sido determinantes da violência no estado, tais como aqueles decorrentes da ação de grileiros de terras e exploradores ilegais de recursos naturais (florestais, animais e minerais), que se espalham por toda a região Norte do país há mais de dez anos. Seja em decorrência dos incentivos de mercado – para a expansão da fronteira agropecuária –, seja por força da incapacidade do Estado de reprimir as atividades ilícitas, é fato amplamente reconhecido que a região Norte tem sido, desde há muito, palco de disputas violentas entre atores portadores de interesses e perspectivas distintas acerca do papel a ser desempenhado por essa região no processo de desenvolvimento do país.

Diante disso, este texto pretende descrever os conflitos e as dinâmicas sociais que possivelmente estão na origem das elevadas taxas de homicídio do estado do Amazonas. Essas taxas são aqui tomadas como indicadores do grau de violência de um território; nessa perspectiva, quanto maior a taxa, maior o grau de violência a que está sujeita a população desse território.

Além desta introdução, o capítulo apresenta, na seção 2, alguns dados demográficos e sociais do estado, bem como aspectos de sua história, em que se destacam as formas de ocupação do seu território e os processos de modernização e desenvolvimento promovidos na região pelo Estado ao longo dos anos. Na seção 3, aborda-se a questão do crescimento da violência letal nos últimos anos, apresentando-se as taxas médias de homicídio dos diferentes municípios do estado no período 2018-2021. Esses dados permitem compreender a distribuição espacial da violência letal no território amazonense. Com base nesses indicadores, a seção 4 trata, em maior detalhe, das diferentes dinâmicas sociais e criminais que ocorrem em distintos segmentos territoriais do estado, enfatizando-se algumas destas, consideradas mais relevantes. A seção 5 aborda a estrutura de segurança pública do estado e comenta sobre as políticas adotadas no setor. O capítulo encerra-se com algumas considerações finais, de caráter analítico, acerca de questões que merecem atenção do Estado brasileiro no sentido de enfrentar a violência letal no Amazonas.

2 ASPECTOS GEOGRÁFICOS, HISTÓRICOS E SOCIODEMOGRÁFICOS

O Amazonas é o maior estado do país em extensão territorial, com uma área de 1.559.167,88 km², e subdivide-se em 62 municípios. A população é estimada em 3,94 milhões de habitantes,⁷ caracterizando-se por sua baixa densidade demográfica (2,5 habitantes por quilômetro quadrado). A população está concentrada nas regiões mais urbanizadas e caracteriza-se pela alta representação de pessoas indígenas (12,45%). Trata-se do estado brasileiro com o maior contingente de pessoas indígenas do país: 490.854 pessoas, o que corresponde a 28,98% da população indígena do Brasil. O Amazonas é também o segundo estado com a maior representação de pessoas indígenas em sua população (12,45%), ficando atrás apenas de Roraima (15,29%). A maior parte da população indígena reside fora de terras indígenas – TIs (69,63%), havendo, contudo, representação relevante de pessoas indígenas vivendo em TIs (30,37%), segundo os primeiros resultados do Censo Demográfico 2022 (IBGE, 2022).

Segundo os relatórios do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), o Amazonas está entre os estados com maior registro de invasões em TIs. Além disso, está entre os estados com maior número de assassinatos de pessoas indígenas nos últimos três anos do levantamento: foram 56 pessoas em 2019, 41 em 2020 e 38 em 2021. Também é o estado que registra um dos maiores números de suicídios de pessoas indígenas e de mortalidade infantil indígena (Cimi, 2020; 2021; 2022).

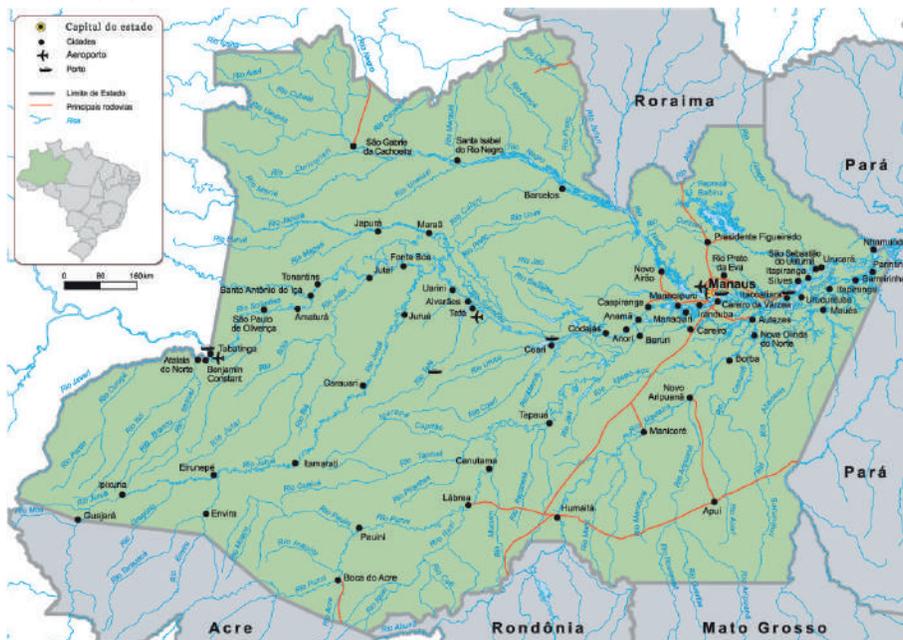
Em termos socioeconômicos, o Amazonas é um estado bastante industrializado, em comparação com o restante da região Norte, graças à criação, pelo governo federal, da Zona Franca de Manaus (ZFM), em 1967,⁸ como área de livre-comércio beneficiária de incentivos fiscais. Ainda assim, a economia local é dependente do setor terciário, que contribui com mais da metade da atividade na região. De acordo com o Sistema de Contas Regionais, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2020 o setor de serviços representava em torno de 57,32% do produto interno bruto (PIB) do estado, enquanto os setores secundário (indústria) e primário (agropecuária) constituíam, respectivamente, 37,35% e 5,33%. As atividades mais representativas em cada setor são a agricultura, no setor primário (2,85%); a indústria de transformação, no setor secundário (27,58%); e a administração pública, no setor terciário (21,06%). No cenário nacional, o PIB do Amazonas é o 16^o do país.⁹

7. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html?edicao=37225&t=resultados>.

8. A ZFM foi criada pelo Decreto-Lei nº 288/1967.

9. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9054-contas-regionais-do-brasil.html>.

FIGURA 1
Mapa político do Amazonas



Fonte: IBGE Cidades – mapas. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/panorama>.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

Segundo Holland *et al.* (2019), a instituição da ZFM favoreceu a criação de um sofisticado parque industrial na região do seu entorno, o que permitiu que a renda *per capita* do estado crescesse acima da média nacional. O empreendimento também afetou positivamente a proporção de empregados na indústria de transformação e elevou o patamar dos rendimentos do trabalho do setor industrial na sua área de influência, principalmente entre o final dos anos 1980 e meados da década de 1990. O estudo também encontrou evidências de melhoria nas condições de moradia da população residente no entorno da ZFM, em virtude da expansão mais acelerada do acesso à água. Não obstante, a área não teria gerado impactos muito significativos no que se refere à renda do trabalho e à acumulação de capital humano¹⁰ (Holland *et al.*, 2019).

Quanto aos indicadores de renda, trabalho e desigualdade, segundo os levantamentos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua do IBGE, referente a 2021,¹¹ o rendimento domiciliar mensal *per capita* era de

10. Medido pela proporção de alfabetizados na população e pela média do número de anos de estudo da população.

11. Utilizaram-se os dados da PNAD 2021, os mais atualizados ao tempo de elaboração do capítulo.

R\$ 965,00, o menor de toda a região Norte. A desigualdade, medida a partir do índice de Gini, era de 0,54, igualando-se à média regional e ficando 0,01 ponto percentual (p.p.) abaixo da média nacional. A proporção de pessoas pobres era de 48,44%, superando as médias nacional (37,60%) e regional (40,13%); e a representação de pessoas extremamente pobres atingia 14,32% da população, acima das médias nacional (8,40%) e regional (12,48%). A média de anos de estudo da população era de 9,9, superando a média regional (9,3), mas abaixo da média nacional (9,8). Finalmente, o percentual de pessoas com mais de 14 anos com cinco anos ou menos de estudo era de 8,13, inferior às médias regional e nacional, estimadas respectivamente em 11,49 e 10,35.¹²

Muitas das dificuldades atualmente enfrentadas pelo estado, tanto do ponto de vista econômico quanto social, refletem, em grande medida, os modelos de ocupação e desenvolvimento econômico a este impostos por políticas nacionais que, ao longo do tempo, tiveram como objetivo “ocupar” espaços supostamente “vazios” e “integrar” a região Norte ao restante do país, valendo-se de empreendimentos de grande porte – conectados a mercados internacionais – ou de políticas de distribuição de terras desacompanhadas, muitas vezes, de apoio estatal efetivo que garantisse seu sucesso.

Entre o final do século XIX e o começo do século XX, o estado prosperou com o chamado *ciclo da borracha*, que se tornou um dos principais produtos da pauta de exportações brasileiras à época. Manaus transformou-se, então, em um centro urbano relevante, de importância cultural e social, com renda *per capita* superior à encontrada em São Paulo e Rio de Janeiro no período (Holland *et al.*, 2019). A economia borracheira fez surgir dezenas de cidades e vilas nas calhas dos grandes rios amazônicos, para as quais foram atraídos migrantes que supririam a demanda por mão de obra dos seringais. Não obstante, a atividade entraria em declínio nos primeiros anos do século XX, levando o Amazonas a um período de forte estagnação econômica, da qual se recuperou, de maneira tímida, durante a Segunda Guerra Mundial, em função da retomada da produção do látex destinado ao esforço de guerra (Silva e Scudeller, 2022).

Durante o primeiro governo de Getúlio Vargas (1935-1945), a crise da economia extrativista e o conseqüente deslocamento de trabalhadores em direção a Manaus e outros polos urbanos recolocariam no debate público a representação do Amazonas como “vazio demográfico”, “espaço imenso e despovoado” (Vargas, 1942), que punha em risco, inclusive, a soberania brasileira sobre o território. Isso daria ensejo à Marcha para o Oeste, programa do Estado Novo que visava

12. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html>.

ocupar as regiões Norte e Centro-Oeste e integrá-las ao restante do país.¹³ Por meio desse programa, o governo pretendia combater os latifúndios e desenvolver pequenas propriedades voltadas à agricultura familiar, entregando terras aos agricultores pobres, principalmente nordestinos.

Ainda que tenha tido êxito no que diz respeito ao adensamento populacional, o programa não foi capaz de desmontar os latifúndios. Por seu turno, a prosperidade das colônias de pequenos agricultores então criadas foi comprometida pela insuficiência de estrutura e apoio estatal.

No segundo governo Vargas (1950-1954) e em seu sucessor, o governo de Juscelino Kubitschek (1955-1960), a preocupação com o desenvolvimento da região e sua integração econômica ao resto do país é retomada. A partir do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, determinado pela Constituição Federal de 1946, Vargas cria a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA)¹⁴ e institui a Amazônia Legal (1953)¹⁵ como unidade de planejamento do território nacional, para a qual foram desenhadas políticas públicas de ocupação territorial e econômica. Essas iniciativas estimularam novos fluxos migratórios, que favoreceram o incremento populacional na região, o que contribuiu para a inauguração da rodovia Belém-Brasília (BR-010), em 1960.

Entendendo que a segurança nacional dependia da ocupação e da integração da região amazônica, os governos da ditadura civil-militar (1964 a 1985) adotaram um conjunto de medidas – conhecido como Operação Amazônia –, por meio do qual buscaram aprofundar o projeto de modernização da região Norte do país. Sob o lema “integrar para não entregar”, instituíram o Plano de Integração Nacional (PIN); o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (Proterra); o Programa de Polos Agropecuários e Agromineiros da Amazônia (Polamazônia); bem como o I e o II Plano de Desenvolvimento da Amazônia, que deslancharam a construção de rodovias – como a Transamazônica (BR-230), a Cuiabá-Santarém (BR-163), a Manaus-Boa Vista (BR-174) e a Manaus-Porto Velho (BR-319). Ademais, distribuíram terras e concederam incentivos fiscais para empresas industriais e agrícolas que viessem a se instalar na Amazônia, além de abrirem o território à exploração mineral nacional e estrangeira.

13. Vale registrar que as ideias de *vazio demográfico* e *desintegração* são contestadas por analistas contemporâneos, que compreendem essas representações como argumentos forjados pelas elites políticas e econômicas locais para atrair empenho do governo, no sentido de colocar à sua “disposição um maior número de trabalhadores, além do controle da força de trabalho extratora na coleta de produtos florestais que seriam exportados em substituição da borracha” (Sousa, 2021, p. 178).

14. Depois substituída pela Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), em 1966.

15. A Amazônia Legal foi instituída com a finalidade de se ter melhor planejamento e execução de projetos econômicos na região, delimitada por meio da Lei nº 1.806/1953.

É desse período (1967) a criação da ZFM, destinada a dotar o interior da Amazônia de um polo industrial, comercial e agropecuário que alavancasse o pretendido desenvolvimento e a integração econômica da região com o centro-sul.

A ZFM alterou profundamente o padrão de ocupação no território amazônico (Silva e Scudeller, 2022). A elevada pressão migratória das massas atraídas pela oferta de postos de trabalho geraria um crescimento urbano desordenado e a precarização dos serviços de infraestrutura urbana na região metropolitana – RM (Giatti *et al.*, 2015). O período consagra ainda a estruturação de uma rede urbana hierarquizada, que obriga as cidades menores à manutenção de um fluxo contínuo e permanente de dependência no que diz respeito ao fornecimento de insumos e mão de obra à capital, o que aprofundaria as contradições e o cenário de segregação social da “urbanização sem cidadania”, que se reflete nas dinâmicas da violência na sua RM (Gama, Jesus e Nascimento, 2020).

A crise econômica que se instaurou mundialmente em função dos choques do petróleo de 1973 e 1979 motivou uma reorientação das estratégias de ocupação da região, que se pautara até então na facilitação da entrada de capital privado e estrangeiro, agora escassos.

A partir dos anos 1980, o debate público internacional passa a orientar-se pelo paradigma do *desenvolvimento sustentável*, o que leva à criação, na região, de unidades de conservação ambiental (UCs) e à demarcação de territórios indígenas. Contudo, permanecem pressões internas e externas por maior abertura de terras na região, o que engendra uma convivência contraditória entre a sustentabilidade e o modelo desenvolvimentista. O Amazonas é o estado com a maior quantidade de áreas protegidas do país. São UCs que ocupam 30,21% do território – incluindo-se unidades federais (16,96%), estaduais (12,05%) e municipais (1,19%), totalizando 47,2 milhões de hectares (Almeida *et al.*, 2021) e 164 TIs, que totalizam mais de 53,7 milhões de hectares (FAS, 2020). Entre estas, 132 TIs encontram-se registradas nos órgãos competentes e quinze em processo de identificação. Ao todo, o território do Amazonas é habitado por pelo menos 61 povos indígenas.¹⁶ Estima-se, ainda, que as UCs abriguem em torno de 13.805 famílias, distribuídas em 713 comunidades, que, além de povos indígenas, incluem ribeirinhos, seringueiros e quilombolas, entre outros povos tradicionais (FAS, 2020).

Aos processos históricos de concentração de terra e renda ocorridos no estado, somaram-se conflitos decorrentes de sua estrutura fundiária. Segundo o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon, 2021), o Amazonas detém atualmente a maior área pública ainda não destinada, ou sem informações sobre destinação, de toda a Amazônia Legal: são 58,2 milhões de hectares aguardando

16. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/>.

a destinação por parte da União ou do governo do estado, o que corresponde a 37,5% do seu território. Estima-se que 15% das áreas sem destinação (8,5 milhões de hectares) estão registradas no Cadastro Ambiental Rural (CAR) como propriedade privada. A maior parte das terras não destinadas (em torno de 56%) possui prioridade de conservação. Contudo, a baixa transparência nos processos de regularização fundiária, a falta de recursos humanos e a ausência de canais de denúncia e resolução de conflitos constituem entraves importantes à pacificação das tensões.

Contribuem para isso também alguns aspectos da própria legislação, tais como: ausência de prazo limite para início da ocupação em terra pública passível de regularização;¹⁷ ausência de exigência de compromisso de recuperação ambiental antes da titulação;¹⁸ e ausência de vedação de concessão da regularização aos proprietários condenados pela prática de trabalho análogo à escravidão (Almeida *et al.*, 2021). Esse conjunto de circunstâncias estimula a grilagem, o desmatamento, a extração ilegal de recursos e a violência, refletida nas altas taxas de homicídio observadas nos últimos anos.

3 A VIOLÊNCIA LETAL

Assim como ocorre em toda a região Norte, o Amazonas apresenta, desde 2010, taxas de homicídio por 100 mil habitantes superiores à média nacional¹⁹ (gráfico 1). Em 2020, último ano da série histórica aqui analisada, enquanto o Brasil registrava 23,5 assassinatos por 100 mil habitantes, ocorreram no Amazonas 31,5 assassinatos por 100 mil habitantes. Em números absolutos, houve um incremento de 22,6% nos homicídios no estado entre 2010 e 2020 (gráfico 1 e tabela 1).

17. A legislação federal estabelece como data limite para regularização em áreas de propriedade da União a data de 22 de julho de 2008. Áreas ocupadas até essa data estão passíveis de regularização com descontos. Após essa data e até 22 de dezembro de 2011, ainda é possível regularizar a terra ocupada, mas os valores cobrados são diferenciados. Na legislação amazonense, não há qualquer menção a marco temporal. A lei fundiária diz apenas que a exigência é de ocupação por cinco anos, o que significa que essa ocupação pode ocorrer a qualquer tempo, o que pode estimular a ocupação da terra pública para fins de apropriação.

18. A lei não exige assinatura de compromisso de recuperação ambiental antes da titulação. Dessa forma, desmatadores ilegais podem ser premiados com o título de terra sem que haja a obrigação de recuperar o dano causado à terra.

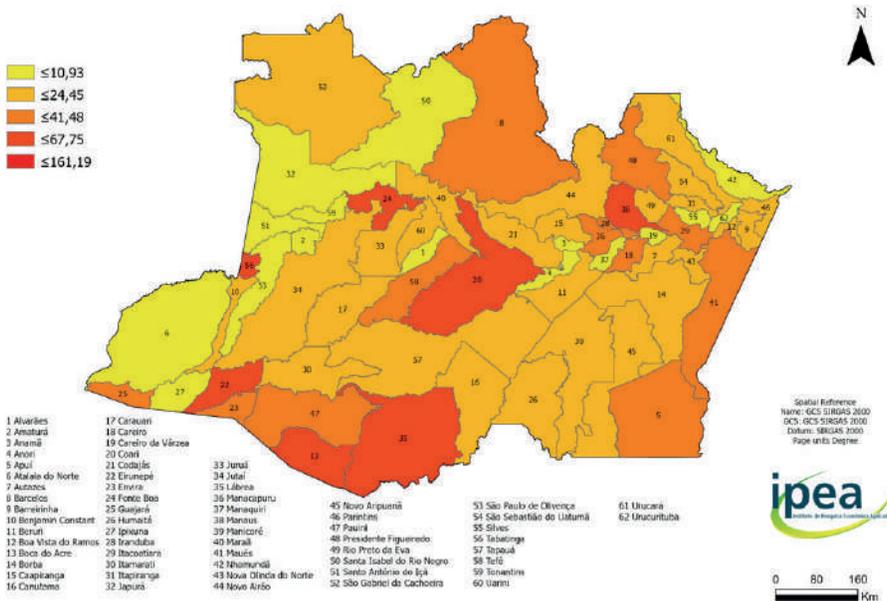
19. A taxa de homicídios por 100 mil habitantes é igual ao número de homicídios dividido pela população estimada, multiplicada por 100 mil. O número de homicídios é obtido pela soma dos óbitos por agressão (X85-Y09) e intervenção legal (Y35), conforme dados do Tabnet/Datasus/MS. A população considerada foi obtida de "População residente: estimativas para o TCU" (Tabnet/Datasus/MS).

Considerando-se a evolução recente dessas taxas, quinze dos 62 municípios amazonenses apresentaram taxas médias de homicídios superiores à média nacional entre 2018 e 2020: Tabatinga (63,8 homicídios por 100 mil habitantes); Coari (62,7); Eirunepé (61,4); Fonte Boa (47,3); Manaus (45,0); Lábrea (43,4); Boca do Acre (41,8); Presidente Figueiredo (39,5); Apuí (39,4); Envira (36,6); Barcelos (35,2); Iranduba (33,1); Careiro (31,7); Maués (31,3); e Tefé (31,2). A maior concentração de homicídios, em números absolutos (61,5% do total, igual a 815 assassinatos em 2020), ocorreu na capital, Manaus. Os municípios de Tabatinga e Coari destacaram-se também nesse *ranking*: Tabatinga, com 95,3 homicídios por 100 mil habitantes; e Coari, com 78 homicídios por 100 mil habitantes. Apenas seis dos 62 municípios do estado não registraram homicídios em 2020.

O mapa 1 indica a magnitude das taxas médias de homicídios entre 2018 e 2020, nos diversos municípios do estado. Cabe ressaltar, contudo, que os municípios com populações muito pequenas podem apresentar algumas distorções importantes. Ainda assim, observar a distribuição de eventos letais facilita o reconhecimento de indicativos sobre as dinâmicas de violência presentes nos territórios.

MAPA 1

Taxa média de homicídios por município – Amazonas (2018-2020)



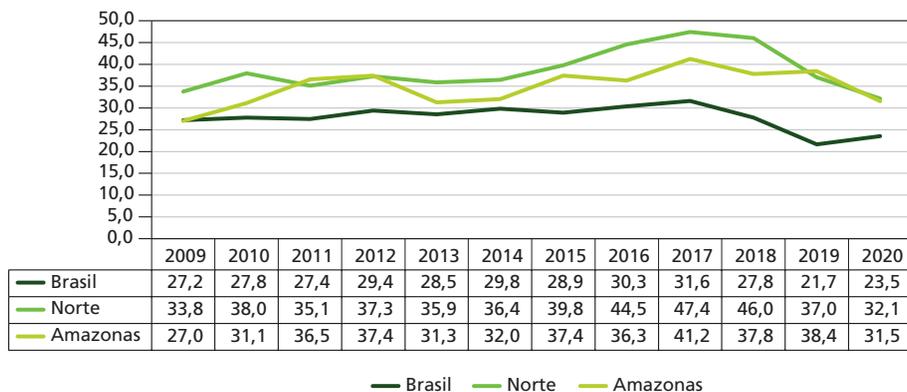
Fonte: Tabet/Datusus/MS.

Elaboração: *Pool* de análise de dados da Diest/Ipea – Milena Machado dos Reis, Karolina Armstrong e Paloma Palmieri Alves.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

GRÁFICO 1

Evolução das taxas de homicídios por 100 mil habitantes – Amazonas e região Norte (2009-2020)



Fonte: Tabnet/Datasus/MS.

Elaboração: *Pool* de análise de dados da Diest/Ipea – Milena Ville Machado dos Reis, Karolina Chacon Armstrong e Paloma Palmieri Alves.

TABELA 1

Evolução de homicídios em números absolutos e taxa de homicídios – Amazonas (2009-2020)

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Números absolutos	916	1.082	1.292	1.344	1.191	1.240	1.472	1.452	1.674	1.542	1.592	1.326
Taxa de homicídios (homicídios/100 mil habitantes)	27,0	31,1	36,5	37,4	31,3	32,0	37,4	36,3	41,2	37,8	38,4	31,5

Fonte: Tabnet/Datasus/MS.

Elaboração: *Pool* de análise de dados da Diest/Ipea – Milena Machado dos Reis, Karolina Armstrong e Paloma Palmieri Alves.

O quadro 1 organiza os municípios amazonenses por grupos, segundo a magnitude dos homicídios ocorridos em cada um destes.

QUADRO 1

Grupos de municípios por taxa média de homicídios – Amazonas (2018-2020)

Grupos	Intervalo/taxa média de homicídios por 100 mil habitantes	Municípios
I	0 a 9,52	Japurá (0,0); Nhamundá (0,0); Santo Antônio do Itá (1,54); Tonantins (1,78); São Paulo de Olivença (4,24); Manaquiri (5,19); Careiro da Várzea (6,62); Santa Isabel do Rio Negro (6,63); Silves (7,27); Anamá (7,35); Alvarães (8,31); Atalaia do Norte (8,37); Amaturá (8,67); Urucurituba (8,67); Ipixuna (8,98); e Anori (9,52).
II	11,33 a 24,14	Juruá (11,33); Barreirinha (11,44); São Sebastião do Uatumã (11,89); Itapiranga (14,58); Tapauá (15,54); Jutai (16,3); Maraã (16,46); Parintins (16,63); Manicoré (16,74); Beruri (18,63); Carauari (18,85); Canutama (19,2); Borba (19,44); Novo Aripuanã (19,5); Uruará (20,51); Novo Airão (20,56); Boa Vista do Ramos (20,83); Benjamin Constant (20,94); Codajás (20,95); Itamarati (21,23); Uarini (22,16); Humaitá (22,39); Caapiranga (22,93); Rio Preto da Eva, (22,99); Autazes (23,59); Nova Olinda do Norte (24,08); e São Gabriel da Cachoeira (24,14).
III	25,74 a 41,78	Pauini (25,74); Itacoatiara (26,31); Manacapuru (27,38); Guajará (27,98); Tefé (31,19); Maués (31,3); Careiro (31,69); Iranduba (33,13); Barcelos (35,15); Envira (36,61); Apuí (39,44); Presidente Figueiredo (39,51); e Boca do Acre (41,78).
IV	43,41 a 63,79	Lábrea (43,41); Manaus (44,96); Fonte Boa (47,32); Eirunepé (61,43); Coari (62,67); e Tabatinga (63,79).
V	-	-

Fonte: Tabnet/Datasus/MS.

Elaboração: *Pool* de análise de dados do Diest/Ipea – Milena Ville Machado dos Reis, Karolina Chacon Armstrong e Paloma Palmieri Alves.

4 DINÂMICAS DA VIOLÊNCIA

Analisando-se informações qualitativas obtidas por meio de bibliografia, fontes jornalísticas e interlocução com atores locais, observa-se que os homicídios contabilizados têm origens em dinâmicas conflituosas distintas, nas diferentes regiões do estado. Municípios em torno de Manaus concentraram 82,8% dos homicídios registrados no estado em 2020; não obstante, estes abrigam, incluindo-se a capital, apenas 47,5% da população. Entre 2018 e 2020, Manaus apresentou a taxa média de 45 homicídios por 100 mil habitantes, seguido por Iranduba (33,1), Careiro (31,7) e Autazes (23,6). Além destes, outros municípios da RM de Manaus, tais como Presidente Figueiredo (39,5) e Manacapuru (27,4), também despontam como territórios com alta incidência de mortes violentas. Ainda assim, Manaus é apenas a quinta cidade com maior taxa média de homicídios do período no estado.

Parte considerável das cidades amazonenses mais violentas localiza-se no interior ou nas divisas do Amazonas com outros países ou estados. Tabatinga (63,8), situada no extremo oeste do estado, na tríplice fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru, figura entre os principais pontos de entrada de armas e drogas (cocaína e maconha) no país, oriundas da Colômbia e do Peru. Uma vez em território brasileiro, essas mercadorias percorrem o rio Solimões, ou seus afluentes, em direção a Manaus e Belém, de onde serão enviadas para o restante do país e para o exterior. Ao longo dessa rota (a chamada *rota do Solimões*), outros municípios também sofreram uma

escalada do número de homicídios, quais sejam: Coari (62,7), Fonte Boa (47,3) e Tefé (31,2). Parte dessa violência decorre de conflitos em torno do tráfico de drogas, mas a região é também afetada pela ação de piratas (grupos armados que assaltam barcos de grupos criminosos adversários) e pela exploração ilegal de ouro.

No sudoeste amazonense, por sua vez, nas divisas com os estados do Acre, de Rondônia e do Mato Grosso, a violência espalha-se sobretudo em função de grilagem de terras, queimadas e extração ilegal de madeira. Tais atividades decorrem da expansão desordenada da fronteira agrícola, que muitas vezes envolve empreendedores rurais do Sudeste e do Sul do país. Trata-se da região conhecida como o *novo arco do desmatamento*. Os municípios com maior incidência de homicídios nessa região são Eirunepé (61,4), Envira (36,6), Boca do Acre (41,8), Lábrea (43,4) e Apuí (39,4). Todos estes apresentaram, no período 2018-2020, taxas médias de homicídio superiores à nacional.

Na região do Alto Rio Negro, extremo norte do estado, o município de Barcelos destaca-se com alto índice de mortes violentas no período analisado: 35,2 por 100 mil habitantes. Nesse território, os conflitos estão associados não apenas a atividades de tráfico de drogas – uma vez que o rio Negro é outra importante rota de escoamento de drogas originárias da Colômbia e da Venezuela (Polícia..., 2022; Gil, 2023) –, mas também ao garimpo ilegal de ouro, que ocorre em ambas as margens do rio Negro e em seus afluentes, onde vivem cerca de 45 mil indígenas de 23 etnias (Medeiros, 2021; Sassine, 2022c). Na parte leste do estado, fronteira com o estado do Pará, destaca-se o município de Maués, com 31,3 homicídios por 100 mil habitantes no período 2018-2020. Nesse município, a violência estaria associada ao garimpo ilegal e à extração ilegal de madeira (Amazonas, 2021).

Parte das dinâmicas conflituosas que impulsionaram estas taxas de homicídio nos últimos anos se deve também às incursões no estado de facções de base prisional oriundas do Sudeste – especialmente o PCC (São Paulo) e o CV (Rio de Janeiro) –, a partir da segunda metade dos anos 2000, e suas disputas por hegemonia entre si e com as facções locais – como a (hoje enfraquecida) FDN. Esse processo atingiu seu ápice entre 2017 e 2019, quando o Amazonas sofreu as consequências do rompimento do armistício estabelecido no plano nacional entre PCC e CV (Manso e Dias, 2018).

Entretanto, outros conflitos violentos respondem também pelos numerosos homicídios registrados no estado, como os que decorrem da exploração predatória e ilegal de recursos naturais (flora, fauna e minérios) e da grilagem de terras, que dispara disputas fundiárias sangrentas. Há notícias de que essas diversas atividades criminosas se consorciam, muitas vezes, com o tráfico de drogas, como se viu no

infame episódio dos assassinatos do indigenista Bruno Araújo e do jornalista Dom Phillips, em junho de 2022, no vale do Javari (oeste do Amazonas).²⁰

A seguir, destacamos as principais dinâmicas criminais observadas e procuramos indicar os territórios (municípios) onde estas são mais frequentes.

4.1 Tráfico de drogas e crime organizado

Facções de base prisional originárias do Sudeste e inseridas nas redes internacionais do tráfico de drogas, armas e outros recursos, avançaram sobre as capitais do Norte e Nordeste a partir de meados dos anos 2000, gerando transformações importantes nas dinâmicas criminais da região (Gama, Jesus e Nascimento, 2020; Dias e Paiva, 2022; Kenny, 2007). Esse avanço não foi pacífico, uma vez que, àquela altura, já emergira no estado uma facção local (a FDN) que, unindo lideranças criminais amazonenses, elaborou e sustentou um discurso regionalista de que no “Norte tem comando” (Siqueira e Paiva, 2019, p. 128). Assim, a até então desconhecida FDN despontou no cenário nacional em 2017 ao promover um massacre de mais de cinquenta presos vinculados ao PCC durante rebelião no Complexo Penitenciário Anísio Jobim (Compaj). Então aliada do CV, a FDN parecia ter triunfado sobre o PCC. Porém, dadas a prisão de seu líder, Zé Roberto da Compensa, em presídio federal e a instabilidade própria dos mercados ilegais, essa facção se enfraqueceu, dando lugar a outros grupos locais, tais como o Comando do Norte e Os Crias da Fronteira – ou, simplesmente, Os Crias –, os quais, entretanto, jamais alcançaram a mesma dimensão da FDN. Segundo interlocutores do sistema de segurança pública local, a facção hegemônica no estado atualmente é o CV.

Em termos geográfico-territoriais, as repercussões dessas disputas, bem como as dos confrontos entre esses grupos e as forças de segurança oficiais, ocorrem principalmente na cidade de Manaus e em sua RM; na região oeste do estado, próximo à tríplice fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru; em cidades médias ao longo da calha do rio Solimões; e ao longo da calha do rio Negro. Segundo interlocutores, além do aumento do número de homicídios, o espraiamento da violência nessas regiões também levou ao aumento do uso descontrolado e abusivo de álcool e outras drogas pelas populações locais, inclusive indígenas. Ainda segundo fontes ligadas ao sistema de segurança pública e justiça, as áreas mais afetadas pelos conflitos decorrentes da presença de grupos criminosos ligados ao tráfico de drogas são: Manaus e RM; as regiões do Alto Solimões e do Vale do Javari (oeste do estado); e o município de Coari, localizado no centro do estado, às margens do rio Solimões, a 362 km em linha reta de Manaus.

20. Segundo as investigações da Polícia Federal (PF), o mandante dos assassinatos, Rubens Villar, integrava organizações de tráfico de drogas no Peru e no Brasil e financiava as incursões de pesca ilegal em TIs.

4.1.1 Manaus e RM

Conforme já mencionado, no período 2018-2020, Manaus apresentou a taxa de 45 homicídios por 100 mil habitantes. Os bairros de Manaus mais associados ao embate das facções do tráfico de drogas, bem como a ações policiais para sua repressão, são: Compensa, Jorge Teixeira, Malzinho, Praça 14, Colônia Oliveira Machado, Bairro da União, Coroado, entre outros. O bairro da Compensa foi o berço da FDN, onde vivia e atuava um de seus mais notórios líderes, Zé Roberto da Compensa, hoje encarcerado em presídio federal. Segundo reportagem do jornal *El País*, Zé Roberto foi uma liderança muito popular, tendo criado, inclusive, com os recursos do tráfico, um time de futebol do bairro, o Compensão, que foi campeão da segunda divisão do campeonato amazonense em 2009. Situado às margens do rio Negro, na zona oeste da capital, a Compensa possui ancoradouros e píeres com pouca fiscalização, que facilitam o embarque e o desembarque das cargas vindas da fronteira por via fluvial. Ainda segundo material jornalístico, o bairro atualmente estaria sob o domínio do CV, após uma ofensiva desse grupo, realizada no início de 2020, sobre a FDN. Municípios em torno de Manaus, como Iranduba, Careiro, Manacapuru, Rio Preto da Eva e Presidente Figueiredo, apresentam dinâmicas semelhantes.

4.1.2 Alto Solimões e Vale do Javari

Situada no extremo oeste do estado, a região do Alto Solimões é uma das principais portas de entrada de drogas e armas provenientes da Colômbia e do Peru, as quais são destinadas aos mercados nacional e internacional. Os portos de Manaus e Belém – este último principalmente – são tidos como pontos principais de distribuição dessas mercadorias.

O comércio transfronteiriço de drogas tem estado presente na região desde os anos 1970, quando o Cartel de Letícia (Colômbia) se tornou um dos braços do fornecimento de cocaína para o Cartel de Medellín (Paiva, 2018). Coletivos e facções que operam o transporte de mercadorias ilegais na região atuam não somente no município de Tabatinga (sede da tríplice fronteira), como também em municípios próximos, na calha do rio Solimões, ou em outros que se constituem em vias alternativas quando o policiamento se intensifica no rio Solimões, como é o caso do rio Japurá.

Em torno de Tabatinga, em direção ao vale do Javari, estão os municípios de Benjamin Constant, São Paulo de Olivença, Santo Antônio do Içá e Atalaia do Norte, este último localizado às portas da TI Vale do Javari, considerada estratégica para o escoamento de drogas e armas, bem como palco de conflitos relacionados a crimes ambientais, como pesca ilegal, captura de alevinos, extração ilegal de madeira e garimpo ilegal. Estima-se a existência de pelo menos quinze povos indígenas isolados e diversos povos de recente contato na TI Vale do Javari (Cimi, 2020).

Segundo fontes da alta cúpula da Polícia Militar do Amazonas (PM-AM), ocorre ainda no vale a escravização de indígenas de recente contato, mobilizados para o transporte de drogas e a extração de madeira nas áreas de mata fechada. A imprensa, atores locais, assim como alguns pesquisadores, apontam que a entrada de organizações do narcotráfico no local estaria relacionada com a escalada da violência letal, tendo-se em vista a maior disponibilidade de armas trazidas por essas organizações e seu exército de “pistoleiros”, prontos a executar aqueles que se oponham às suas práticas (Frazão, 2022).

Também segundo interlocutores locais, se registram com frequência em Tabatinga homicídios que envolvem “acerto de contas” entre diferentes grupos criminais, bem como entre estes e as polícias. Durante nossa visita técnica à cidade, tomamos conhecimento da execução de seis membros da facção local Os Crias da Fronteira após o assassinato de um policial militar. Fomos informadas ainda de que em 2017 e 2018 ocorreram constantes combates entre o PCC e o CV na região, dos quais o CV saiu vitorioso. Sobre Os Crias, material jornalístico indica que o grupo teria se formado a partir do enfraquecimento da FDN, desde 2018, com o objetivo de fazer frente ao avanço do CV na região. Representantes do sistema de justiça afirmam tratar-se de pessoas muito jovens, “com sangue nos olhos”, dispostos a garantir o domínio territorial e a segurança de suas operações na cidade de Tabatinga.

4.1.3 Coari

Para além da tríplice fronteira e da região em torno de Manaus, homicídios decorrentes das atividades do tráfico de drogas estão presentes em diversos municípios localizados na calha do rio Solimões, entre as quais a cidade de Coari, quinto município mais populoso do estado, com cerca de 86,7 mil habitantes e 57.922 km² de extensão. Localizado na região do médio Solimões, limita-se ao norte com o município de Codajás, ao sul com o município de Tapauá, a leste com o município de Anori e a oeste com o de Tefé – este também um território com altas taxas de homicídios no período analisado. Nos últimos 35 anos, a cidade experimentou grande crescimento populacional, decorrente da instalação da província petrolífera do rio Urucu, primeiro campo comercial de óleo e gás natural da Amazônia Ocidental brasileira. Descoberta em 1986, essa província passou a ser explorada pela Petrobras a partir de 1996 e, embora sua prefeitura venha recebendo *royalties* e participações especiais, devidas pela extração de recursos naturais na região, alguns observadores afirmam que esta receita não se converteu na melhoria na qualidade de vida da população residente, que permanece bastante pobre (Pereira, 2014).

Segundo o FBSP (2022a), Coari pode ser considerada uma importante base de atuação do PCC atualmente, apesar do suposto predomínio do CV no restante do estado. Destaca-se nesse município a atuação de *piratas* – grupos armados que atuam nos rios saqueando produtos de crimes de outras organizações, como drogas,

armamento, ouro proveniente do garimpo ilegal e combustíveis – insumo este precioso em toda a região Amazônica, para a movimentação de embarcações (Sassine, 2022b). Estima-se que a violência praticada pelos piratas cresceu consideravelmente nos últimos anos, em decorrência do aumento da produção ilegal de ouro e da possível intensificação das rotas de cocaína nos rios. Há relatos de que esses grupos se encontram cada vez mais armados, inclusive com acesso a lanchas de alta potência e armamento pesado. Estima-se que piratas estejam presentes em pelo menos sete cidades localizadas ao longo do rio Solimões e de seus afluentes menores: Amaturá, Santo Antônio do Itá, Tonantins, Jutai, Juruá, Tefé e Coari (Sassine, 2022b).

4.2 Conflitos fundiários, desmatamento e extração ilegal de madeira

O Amazonas pode ser considerado um estado “pouco desmatado” da Amazônia. Entre os cem municípios com as maiores áreas desflorestadas entre 1990 e o início dos anos 2000, nenhum se localiza no Amazonas (Prates e Bacha, 2011). Ainda assim, em decorrência de sua enorme extensão e devido a seus milhares de hectares de floresta, o estado ocupa o terceiro lugar em área (km²) desmatada de toda a Amazônia Legal. Recentemente, mapeamento promovido pelo Instituto Terra Brasilis registrou ao menos 8.446,44 km² de área desflorestada entre 2019 e 2022. Assim, verifica-se que, apesar da diferença considerável em relação aos estados de Mato Grosso (41.390.80 km²) e do Pará (29.229.75 km²) – os dois estados mais desmatados da Amazônia Legal –, o desmatamento também adquire importância no contexto amazonense, contribuindo de forma relevante para o agravamento do quadro da violência na região.

O município de Lábrea desponta como o quarto município com maior área desmatada do estado, totalizando 2.328,59 km², que, por sua vez, abrange pelo menos três áreas de proteção ambiental (APAs): Parque Nacional Mapinguari (7,34 km²); Floresta Nacional do Iquiri (7,20 km²); Reserva Extrativista do Médio Purús (4,36 km²); e Reserva Extrativista do Ituxí (0,53 km²). A APA mais atingida no Amazonas no período foi, porém, o Parque Nacional dos Campos Amazônicos (21,50 km²), onde se localizam os municípios de Novo Aripuanã e Manicoré.

Esses municípios e outros em que o desmatamento avança consistentemente nos últimos anos se encontram na região sul do estado, próximos às divisas com Rondônia (Lábrea e Humaitá), Acre (Novo Aripuanã e Boca do Acre), Mato Grosso (Apuí, Manicoré, Humaitá e Canutama) e Pará (Maués). Entre as áreas em processo de desmatamento, destacam-se ainda outros dois municípios, Itapiranga e Tapuauá, que não fazem divisa com nenhum estado, mas estão próximos ao Pará.²¹

Em termos de legalidade da atividade, o levantamento sobre exploração madeireira desenvolvido pelo Sistema de Monitoramento da Exploração Madeireira (Simex), em parceria com o Imazon (2021), estima que o Amazonas responde por 15,4% da

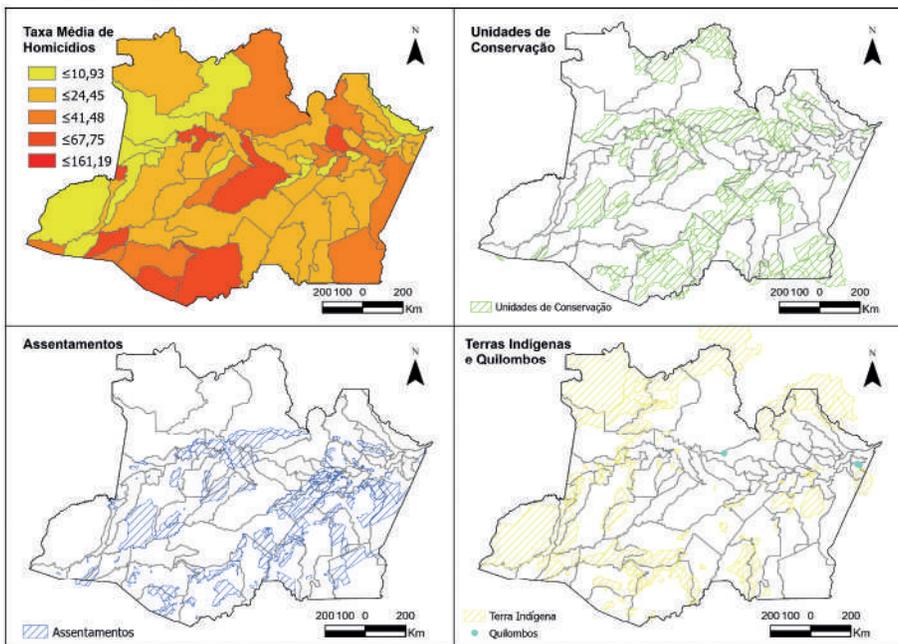
21. Disponível em: <http://terrabilis.dpi.inpe.br/app/>.

área de floresta desmatada entre agosto de 2019 e julho de 2020, o que totaliza em torno de 71.091 ha. Deste total, ao menos 26% (18.992 ha) é fruto de exploração madeireira ilegal.²² A maior parte da atividade ocorre em propriedades cadastradas, ainda que seja possível registrar um avanço importante da atividade sobre TIs, UCs e assentamentos rurais. Reforçando o quadro, ao menos três das TIs mais atingidas em 2020 estão localizadas no Amazonas: Thenharim Marmelos (6.330 ha), localizada no município de Manicoré, ocupando o primeiro lugar do mapeamento; Sepoti (2.149 ha), em quinto lugar, também localizada em Manicoré; e em oitavo lugar, Kaxarari (591 mil hectares), que atravessa os municípios de Lábrea-AM e Porto Velho-RO, na divisa do estado com Rondônia (Imazon, 2020; 2021).

Esse levantamento (Simex/Imazon), quando realizado em 2021, registrou que a exploração madeireira no Amazonas atingiu 14.976 ha. Apesar de a área atingida ser menor, em termos de extensão, que no ano anterior, estima-se que 86% (12.857 ha) da exploração madeireira ocorreu de forma não autorizada.

MAPA 2

Taxa média de homicídios por município, considerando-se UCs, TIs, quilombos e assentamentos



Fonte: Tabnet/Datasus/MS.

Elaboração: Pool de análise de dados da Diest/Ipea – Milena Machado dos Reis, Karolína Chacon Armstrong e Paloma Palmieri Alves.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

22. Importante considerar que a verificação de legalidade se limitou às UCs integrais e às TIs, em virtude da ausência de disponibilização de dados pelos órgãos ambientais competentes.

Alguns estudos já demonstraram a forte associação entre desmatamento e violência letal. Segundo Celentano e Veríssimo (2007), as áreas mais críticas são aquelas “sob pressão” do desmatamento,²³ em contraste com aquelas já desmatadas e reflorestadas, ou até mesmo com as áreas não florestais. Nesses territórios, as tensões decorrentes da exploração ilegal de madeira são mais aparentes. A região sul do Amazonas, sobretudo na faixa de divisa com os estados de Mato Grosso e Rondônia, tem sido apontada como “zona sob pressão” e “fronteira do desmatamento”, o que, além dos impactos ambientais, produz violência contra as populações que habitam a floresta e os assentamentos rurais (FBSP, 2022a; Celentano e Veríssimo, 2007).

As TIs mais atingidas continuam sendo Tenharim Marmelos (3.508 ha) e Kaxari (507 mil hectares), localizadas respectivamente nos municípios de Manicoré-AM e Lábrea-AM, na divisa com Rondônia. As UCs, por sua vez, são o Parque Nacional dos Campos Amazônicos (1.027 ha), localizada nos municípios de Novo Aripuanã-AM e Manicoré-AM, na divisa com Machadinho D’Oeste-RO e Colniza-MT; a Floresta Nacional do Aripuanã (197 mil hectares), atravessada pelos municípios de Apuí-AM, Manicoré-AM e Novo Aripuanã-AM; a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Juma (98 mil hectares), localizada em Novo Aripuanã-AM; e a Floresta Nacional de Iquiri (43 mil hectares), em Lábrea-AM.

Finalmente, entre os assentamentos que registraram as maiores extensões de exploração não autorizada estão o Projeto de Assentamento Florestal (PAF) Curuquetê (76 mil hectares), localizado em Lábrea-AM; a APA rio Juma (31 mil hectares), em Apuí-AM; e a APA do rio Açuá (13 mil hectares), em Canutamã-AM (Imazon, 2020; 2021).

Segundo o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), isso ocorre principalmente em áreas de florestas não destinadas e áreas públicas nacionais. Estas existem em grande quantidade no estado do Amazonas, de modo que, diante do quadro de afrouxamento da fiscalização, passaram a ser ilegalmente ocupadas e reivindicadas por grileiros e alguns grandes proprietários do agronegócio.

Segundo o órgão, desde a década de 1950 verifica-se um processo de loteamento e venda de grandes áreas para produtores rurais por meios fraudulentos. As terras são destinadas à implementação de projetos do agronegócio ou à especulação. A grilagem, portanto, não é um fato novo na região e incide sobretudo em terras públicas federais. A ação de grileiros e madeireiros é organizada e, muitas vezes, lança mão de forte aparato tecnológico (sistema de posicionamento global – GPS e imagens de satélite). Soma-se a esse cenário a entrada de centenas de famílias pobres que buscam pequenas extensões de terra para sua subsistência.

23. Segundo Celentano e Veríssimo (2007), as áreas sob pressão correspondem aos municípios situados nas fronteiras de desmatamento e ocupação da Amazônia, sendo algumas das principais atividades econômicas a exploração madeireira predatória e a pecuária extensiva.

A expectativa dos invasores é que a legalização da posse dessas áreas venha a ser feita posteriormente pelo governo federal (Dall’oglio *et al.*, 2006).

De acordo com estudo publicado pelo Ipea, esse processo se acirrou ainda mais na última década, por meio de uma “ampla política de privatização de terras públicas federais na Amazônia” conectada com “a necessidade estrutural do grande setor agropecuário de expandir o mercado de terras e com os números da violência no campo envolvendo posseiros, sobretudo na região Norte” (Ipea, 2018, p. 27). Segundo essa fonte, a maior parte dos conflitos naquela região opõe empreendedores e grileiros contra posseiros assentados.

O motor desses eventos é o avanço da agropecuária extensiva sobre o Amazonas, a partir de Rondônia, do Acre, do Pará e de Mato Grosso, o qual não prescinde da constante abertura de novas áreas. O processo de mudança dos usos da terra inicia-se com a derrubada das árvores e a retirada da madeira de maior valor, que é ilegalmente exportada para o mercado internacional. Essa etapa é seguida pelas queimadas, que acabam de desmatar completamente o terreno. Em seguida, as áreas são ocupadas com cabeças de gado, tendo-se em vista regularização de sua posse, por meio de inscrição no CAR. Em muitos casos, essas terras são, posteriormente, utilizadas para a produção de *commodities*, principalmente soja. Segundo o Ipam, a soja tem se expandido continuamente na Amazônia, em áreas utilizadas previamente como pastagens, deslocando a pecuária para novas áreas da floresta (Dall’oglio *et al.*, 2006).

Segundo reportagem de Villar (2021) para o Greenpeace, Lábrea – município com maiores extensões de área desmatada e explorada ilegalmente – e cidades vizinhas assistem ao desaparecimento de sua economia baseada na agricultura familiar, em benefício da concentração de terras e do domínio da pecuária. A reportagem traz ainda depoimentos de pequenos agricultores sobre as ameaças e os danos causados a eles, como o que se transcreve a seguir: “um dia chegou uma pessoa lá dizendo que era dona da minha terra e de mais 18 mil hectares. Me chamaram para entrar num acordo que eu acredito que ia custar a minha vida, né? Então eu não aceitei e hoje eu tô pagando esse preço”. O interlocutor da reportagem relata ainda que, depois de recusar a proposta do grileiro, ele “passou a ser ameaçado e perseguido por pistoleiros, teve sua área cercada, seus animais de criação mortos, até que as ameaças se intensificaram de tal maneira que ele foi forçado a sair de sua terra”.

Segundo a reportagem de Pontes (2019) para a *Amazônia Real*, Lábrea também é o município onde se localiza o assentamento mais atingido nos últimos anos pela exploração ilegal de madeira: PAF Curuquetê, na divisa com Rondônia. O território, que também abrange as TIs Tenharim Marmelos e Kaxari – municípios de Lábrea e Manicoré, fronteira com o Acre –, era então conhecido como “faroeste amazônico”, denominado assim em decorrência da violência de disputas e assassinatos envolvendo madeireiros, pequenos agricultores, fazendeiros, pistoleiros, indígenas e, mais recentemente, facções criminosas. Localizada em meio a uma complexa rede de unidades

territoriais historicamente voltada à implantação dos projetos de assentamento da reforma agrária e conservação ambiental, a divisa Amazonas-Acre-Rondônia destaca-se por ser uma região de prevalência de casos de assassinato que abrangem lideranças de trabalhadores sem-terra, pequenos agricultores, seringueiros e indígenas.

A violência agravou-se sobretudo a partir de 2011, quando do assassinato do líder Adelino Ramos, assentado da PAF Curuquetê. Desde então, diversos episódios de mortes violentas, ameaças e outros crimes foram noticiados na região. A ausência de fiscalização – em grande parte limitada à presença do posto fiscal da Tucandeira, na BR-364, mantido pelo governo acreano – é apontada como um dos fatores associados à intensificação dos tensionamentos e das desocupações forçadas.

FIGURA 2

“Faroeste amazônico” na tríplice divisa do Acre, do Amazonas e de Rondônia



Fonte: Pontes (2019).

Obs.: Ilustração cujos layouts e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

Outro fator de agravamento do quadro da violência na região é o fato de que a Ponta do Abunã – localizada no estado do Acre, às margens da rodovia BR-364 e do rio Abunã – serve como ponto de escoamento de drogas (cocaína) originárias da Bolívia, tornando a região palco da ação de facções criminosas, que não apenas disputam o controle do tráfico, mas também praticam crimes ambientais – como extração ilegal de madeira – e pistolagem. Toques de recolher, ameaças e assassinatos são apenas algumas dimensões da violência praticada contra essas populações. A ação dos narcotraficantes também representa uma ameaça para populações indígenas, cujas mortes, muitas vezes, sequer são registradas.

A expansão da fronteira agrícola no sul do Amazonas também está associada à construção da rodovia BR-319, que liga Porto Velho a Manaus. Iniciada na década de 1970, a construção foi abandonada em 1988, mas, desde 2015, um programa de manutenção tornou-a marginalmente transitável durante a estação seca. Atualmente, há planos do governo federal para sua reconstrução, para a qual o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) já emitiu licença prévia, em agosto de 2022, sob muitas críticas. Enquanto para alguns de nossos interlocutores locais a rodovia é essencial para mitigar o isolamento do estado do Amazonas, outros entendem que esta aceleraria o desmatamento no seu entorno, fazendo-o avançar sobre as demais áreas conectadas a Manaus por estrada, como Roraima, e para as áreas de floresta no oeste do estado (Alto Solimões e Vale do Javari). Segundo artigo do pesquisador Philip Fearnside, publicado pelo veículo *Amazônia Real*, além de ameaçar o equilíbrio climático, o projeto não é economicamente viável, e não haveria hoje, no país, uma governança adequada para proteger as TIs e UCs afetadas. Nesse sentido, “a rota da rodovia é basicamente uma terra sem lei hoje” (Fearnside, 2022) e “a abertura de ramais ilegais em áreas de uso indígena tradicional foi documentada, dando aos madeireiros, posseiros e grileiros acesso a áreas de floresta intocada” (Fearnside, 2021).

A relação entre a atuação de facções criminais e a prática de crimes ambientais começou a ser enfrentada pelo Ministério Público Federal (MPF) em 2018, quando o órgão instituiu a Força-Tarefa Amazônia, composta por quinze procuradores da República dos estados do Acre, do Amapá, do Amazonas, do Pará e de Rondônia, que produziu diversos relatórios. A principal conclusão da força-tarefa foi de que o desmatamento é apenas um dos crimes cometidos por estes grupos. A grande disponibilidade de recursos financeiros e materiais, bem como a distância em relação aos centros urbanos, facilitam a lavagem de dinheiro e ampliam as possibilidades de desenvolvimento de outras atividades ilícitas, como a grilagem de terras e exploração ilegal de recursos naturais. Estas, não raro, ocorrem mediante a violência cometida contra as populações locais e tradicionais, e até mesmo o trabalho escravo. Também é apontado o envolvimento de policiais, políticos e agentes públicos cooptados por meio de corrupção (Madeiro, 2019).

A extensão das áreas desmatadas no Amazonas, sobretudo em terras protegidas, sugere que a ocupação pelo desflorestamento é fruto de grandes empreendimentos, que empregam recursos vultuosos, entre maquinário e pessoal. Segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2022), existem áreas desmatadas de 200 ha, 300 ha e até 1.000 ha. O quadro reflete-se no agravamento da violência praticada contra as populações assentadas e os pequenos posseiros. Ainda segundo a CPT (2022), o Amazonas ocupa o quarto lugar entre os estados com maior número de ocorrências envolvendo conflitos no campo. Em 2020, foram 62.034 casos e em

2021, 29.712, envolvendo centenas de famílias em conflitos fundiários, situação de trabalho escravo e disputas por uso e preservação da água.

Grande parte desses conflitos concentrou-se no município da Boca do Acre. Além dos conflitos envolvendo camponeses, trata-se de uma região onde existem terras indígenas reivindicadas como áreas de ocupação tradicional, mas ainda sem provimentos pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), no sentido de dar prosseguimento à identificação e delimitação. Em decorrência dessa situação de fragilização, essas são algumas das TIs com povos indígenas mais afetadas pelas queimadas e pela violência praticada por fazendeiros e garimpeiros. Na Boca do Acre, destaca-se a TI Valparaíso, do povo Apurinã, que em agosto de 2019 registrou a ocorrência de queimadas praticadas por fazendeiros (Cimi, 2020).

4.3 Mineração e garimpo ilegal

A Amazônia, sobretudo a porção localizada nos estados do Amazonas, do Amapá, de Roraima e do Pará, constitui uma das últimas fronteiras de expansão da exploração mineral. A presença de sedimentos quaternários, propícios aos depósitos de ouro e cassiterita, influencia a entrada e a exploração garimpeira na região desde o início do século XX. No Amazonas, a partir da década de 1960, a presença dos *belts* minerais, concentrados especialmente nas calhas de rios de maior volume, dá início à “corrida pelo ouro”, cujo primeiro ciclo se estende até meados de 1980. Motivada por diversos fatores, tais como a elevação do preço do recurso no mercado internacional e o processo de entrada de capitais na região, essa “corrida pelo ouro” demarca o aprofundamento das incursões nos territórios, tornando-se esta uma atividade gradativamente mais complexa e organizada.

No Amazonas, atualmente, o garimpo alastra-se pelos rios principais e secundários. As lavras avançam sobre territórios indígenas, assentamentos e áreas de conservação ambiental. Estima-se, assim, que o terceiro território indígena mais afetado no Brasil pelo garimpo ilegal seja a TI Yanomami, localizada na região do Alto Rio Negro, na divisa com o estado de Roraima. Alvo da atividade desde os anos 1980, o território vem enfrentando um dos piores momentos de invasão de garimpeiros desde sua demarcação, em 1992. Esta vem se tornando cada vez mais violenta, sobretudo a partir de 2018, quando as lavras de garimpo ilegal quase triplicaram na região, passando a afetar uma área de 3.272 ha, atingindo cerca de 273 comunidades Yanomami e mais de 15 mil de seus habitantes. A intensificação dessas incursões vem acompanhada do registro de uma série de conflitos entre indígenas e garimpeiros e de diversas formas de violência contra os povos originários.

Enquanto os homens são frequentemente submetidos a condições análogas à escravidão nas atividades do garimpo, as mulheres sofrem exploração sexual e são levadas a casamentos forçados com garimpeiros, realizados muitas vezes em troca de

comida e bens de subsistência. As comunidades vivem sob constante risco de epidemias, disseminação de doenças e desnutrição, sobretudo em decorrência da contaminação do leito dos rios, que inviabiliza a pesca e a utilização da água e de outros recursos.

O aliciamento das populações indígenas e ribeirinhas para o crime organizado é outro fato frequente. Nesse caso, a complexificação da atividade de garimpo e da rede de ilegalismos que atravessa o território faz com que, muitas vezes, as figuras do garimpeiro e do traficante se tornem uma só (HAY e Seduume, 2022). Lideranças indígenas, jornalistas e pesquisadores já identificaram a presença de integrantes de organizações criminosas do tráfico de drogas nas áreas de garimpo da TI Yanomami (HAY e Seduume, 2022). As pistas de pouso ilegais têm um papel central nesse esquema, uma vez que servem simultaneamente aos dois empreendimentos.²⁴

Imprensa e interlocutores locais também apontam a presença de garimpo ilegal nos municípios de Maués (região leste do estado, próximo à divisa com o Pará), nas regiões do Alto e do Médio Rio Solimões, além dos rios Japurá e Madeira e seus afluentes. Recentemente, o mundo assistiu às imagens do rio Madeira ocupado por centenas de balsas de garimpeiros ilegais em região próxima ao município de Autazes, na região de Rosarinho. Apesar de a atividade já existir ali há décadas, concentrando-se originalmente na divisa com Rondônia, nos últimos três anos avançou sobre os municípios de Borba, Nova Olinda do Norte, Novo Aripuaña e Autazes, além da fronteira do estado com Mato Grosso, no rio Japurá (Prazeres, 2021).

Ao lado do aumento do preço dos minérios, o incremento da exploração garimpeira na região tem sido explicado também pelo apoio ofertado a esta pelo governo Bolsonaro, que se expressava não apenas no discurso do ex-presidente, mas também no relaxamento da fiscalização e dos controles institucionais da atividade. Por sua vez, a fragilíssima normatização da cadeia de comércio do ouro também contribui para esse processo, uma vez que garimpeiros ilegais contam com a facilidade de “esquentar” – isto é, legalizar – o ouro de origem ilegal. Isso se dá mediante a entrada do produto em distribuidora de títulos e valores mobiliários (DTVM), falsificando-se a informação sobre sua origem – que deveria, por lei, provir de área autorizada pela Agência Nacional de Mineração – ANM (Prazeres, 2021). Por fim, a atual “corrida do ouro” estaria ainda associada às conexões entre garimpo ilegal e organizações do tráfico de drogas, uma vez que o ouro se tornou o principal ativo financeiro naqueles contextos, mais fácil de armazenar e transportar que cédulas – o chamado dinheiro vivo (Oliveira, 2021).

Reforçando essa rede de ilegalismos, é bastante comum que prefeitos e outras autoridades locais estejam envolvidos nos empreendimentos. Esse foi o caso do prefeito de Jutai, acusado de facilitar a exploração ilegal do ouro na região do

24. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/>.

rio Madeira (Sassine, 2022a), que foi capturado na Operação Uiare, em 2021, conduzida pela PF com o Ibama, a Marinha e a Aeronáutica, em que foram apreendidas e destruídas quinze balsas de garimpo no rio Madeira (Barbosa, 2021b). Após a operação, foi noticiado que vereadores, prefeitos e autoridades públicas de municípios como Manicoré e Humaitá, também situados nas margens do rio, manifestaram apoio ao garimpo, visto como atividade responsável por movimentar a economia na região (Pajolla, 2021).

Além dos ilegalismos e da violência, a exploração massiva e não autorizada de recursos minerais na região conduz à crescente exaustão dos depósitos superficiais, levando ao declínio desse modelo social e econômico de ocupação. O ciclo de exploração-esgotamento repercute no alargamento das legiões de pessoas sem terra e sem ocupação certa, em contexto já marcado pelos processos de concentração de terra, que agravam o conflito fundiário. A percepção de interlocutores locais é de que a ausência de incentivo à agricultura familiar e de efetivação de direitos sociais básicos, como saúde, educação e emprego, faz com que parte considerável dos pequenos agricultores e integrantes das comunidades ribeirinhas afetadas pelo garimpo abandone o roçado para dedicar-se ao primeiro, motivo pelo qual a simples repressão não é capaz de livrar a região da atividade (Barbosa, 2021b).

No caso dos municípios situados nas calhas do rio Madeira, estima-se que a “nova corrida do ouro” tenha atraído ao local pelo menos 1,8 mil homens em menos de duas semanas, em novembro de 2021 (Lobato, Brasil e Pereira, 2021). Segundo o relato de um dos ribeirinhos em reportagem publicada no *Brasil de Fato*, “Na roça, o colega se ferra. É um trabalho sofrido, mas o dinheiro é abençoado. Eu comparo assim porque o dinheiro que eu pego em ouro no final de semana eu compro qualquer coisinha e já era, já acabou”. O interlocutor alterna suas atividades entre o cultivo de banana e a lavra garimpeira para sustentar sua família, vivendo em uma comunidade às margens do rio Madeira, próximo ao município de Manicoré (Pajolla, 2021).

Existem também indícios de que o crescimento do garimpo ilegal esteja associado ao agronegócio, que injeta dinheiro na atividade, a fim de garantir o avanço sobre as regiões preservadas. Segundo Jordeanes Araújo, da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), o investimento em equipamentos e balsas para a exploração mineral em larga escala é o mesmo que promove o avanço do arco do desmatamento sobre o sul do Amazonas, onde existem as maiores porções preservadas da floresta. Nesses cenários, também são reforçadas as relações existentes entre o garimpo ilegal e os crimes conexos, como o contrabando, o trabalho escravo e o tráfico de drogas (Barbosa, 2021a).

Além desses contextos, as indústrias mineradoras também são atraídas pela possibilidade de exploração das jazidas de potássio e de nióbio, presentes em quan-

tidades expressivas no Amazonas. O potássio é recurso mineral de grande valor econômico para a indústria de fertilizantes, estando presente no subsolo amazônico em quantidades suficientes para situar o Brasil em uma posição de proeminência no mercado exportador mundial (USGS, 2011). Minas de cloreto de potássio também são encontradas em Lago do Soares e Urucurituba, TI localizada em Autazes, município da RM de Manaus. A abundância desses recursos tem motivado o desenvolvimento de megaprojetos de exploração na região, o que indica alta potencialidade de deflagração de conflitos, especialmente se considerando que os depósitos se localizam na autodemarcada TI Soares e Urucurituba, ocupada pelo povo Mura (Farias e Kelly, 2022).

O nióbio, metal de ampla aplicação na indústria espacial e nuclear, é encontrado em grandes quantidades no estado do Amazonas. Estima-se que o Brasil concentre em torno de 98% das reservas conhecidas do mundo, com 21% desses depósitos localizados no estado, sobretudo na região denominada Cabeça do Cachorro, no município de São Gabriel da Cachoeira, microrregião do Alto Rio Negro. As jazidas localizam-se nas APAs do Parque Nacional do Pico da Neblina e da Reserva Biológica Estadual do Morro dos Seis Lagos, onde há sete TIs demarcadas.²⁵ O discurso em torno da necessidade de exploração do nióbio, segundo um modelo voltado ao abastecimento do mercado internacional, veio sendo utilizado pelo governo Bolsonaro na pauta de defesa de mineração em áreas de conservação – e especialmente nas TIs –, o que é limitado pela Constituição Federal de 1988 (CF/1988). Estas investidas, inclusive, resultaram em reapresentação do Projeto de Lei (PL) nº 1.610/1996, de autoria do senador Romero Jucá, que busca regulamentar a exploração de minerais nesses territórios.

5 POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA

Em junho de 2021, o governador Wilson Lima lançou o programa Amazonas Mais Seguro, com investimentos de R\$ 280 milhões, que incluíam a implantação de um sistema inédito de câmeras inteligentes e concurso público para as forças de segurança, com 2.525 vagas. Segundo a imprensa local, após lançamento do programa, teria havido redução de 24% dos crimes de homicídio no estado.

A Secretaria de Segurança Pública do Estado do Amazonas (SSP-AM) parece também bastante orientada para a repressão a crimes contra o patrimônio, especialmente roubos e furtos de veículos. Um sistema de câmeras inteligentes, instalado durante a Copa do Mundo de 2014, é operado no Centro Integrado de Operações de Segurança (Ciops), localizado no mesmo amplo edifício em que funciona a SSP-AM. Ali está instalado o Paredão, um grande painel televisivo por meio do qual policiais civis e militares buscam identificar a prática de quaisquer

25. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/>.

ilícitos que sejam visíveis por meio das câmeras. De conversas com interlocutores dessa secretaria durante visita técnica, restou a impressão de que o órgão confere grande prioridade ao combate dos crimes e da violência urbanos, como furto de veículos e tráfico de drogas, seja em Manaus, seja no interior.

No que se refere ao combate do tráfico de drogas e armas por vias fluviais, a SSP-AM participa de uma iniciativa do Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP (Programa Vigia) que consiste em ações integradas por diferentes instituições (PF, Polícia Rodoviária Federal – PRF, Força Nacional de Segurança Pública, Ibama, Receita Federal do Brasil – RFB, Agência Brasileira de Inteligência – Abin e Forças Armadas – FA), a fim de bloquear, nas vias fluviais, o tráfico de drogas e armas, bem como o contrabando. Sua operacionalização dá-se por meio da instalação de bases fluviais em pontos estratégicos. No momento da visita técnica, havia duas dessas bases no estado: a Base Arpão, localizada no Médio Solimões, entre os municípios de Coari e Tefé;²⁶ e a Base Anzol, situada no Alto Solimões, em Tabatinga.

Cada base é constituída por uma embarcação – tripulada por agentes das diversas forças de segurança – que fica ancorada nos rios, tidos como importante rota de escoamento de drogas oriundas da Colômbia e do Peru. Ali, os agentes de segurança fiscalizam embarcações e desencadeiam ações de combate. Planeja-se a instalação de outra base nestes mesmos moldes no curso do rio Negro.

As forças de segurança estadual também atuam em operações de repressão ao desmatamento, principalmente em apoio ao Ipam. Poucos dias antes de nossa visita ao estado, havia sido iniciada a Operação Tamoiotatá 2, para combater crimes ambientais no sul do estado (municípios fronteiriços com Acre e Rondônia – Boca do Acre e Lábrea, por exemplo), onde há grande pressão do desmatamento. Essa mesma operação seria retomada no mês seguinte. Além de servidores do Ipam, participam da operação Tamoiotatá: agentes do Batalhão de Policiamento Ambiental (BPAmb); da Polícia Militar do Amazonas; da Polícia Civil do Amazonas (PC-AM); e do Corpo de Bombeiros Militar do Amazonas (CBM-AM).

Nossos levantamentos também revelaram a ocorrência de relações espúrias entre agentes do sistema de justiça e segurança pública do estado e atores criminais. Em 2015, a Operação La Muralla, da PF e do MPF, apontou a participação do então secretário de Administração Penitenciária – depois secretário de Segurança Pública do estado do Amazonas, entre 2019 e 2021 – em negociações com Zé Roberto da Compensa, líder da FDN, supostamente com o objetivo de *pacificar* os conflitos nas prisões. Segundo relatório da investigação, a partir desse episódio, a FDN teria se fortalecido, alcançando domínio absoluto do sistema prisional. Apesar dessa

26. Coari e Tefé são municípios com altas taxas de homicídios, conforme mostrado em seção anterior.

denúncia, o secretário foi mantido no cargo naquele momento. Ainda em decorrência da Operação La Muralla, o MPF denunciou a desembargadora do Tribunal de Justiça do Amazonas (TJ-AM) e mais quatorze por venda de decisões judiciais.

Em julho de 2021, o secretário-adjunto de Inteligência da SSP-AM e delegado da Polícia Civil foi preso na Operação Garimpo Urbano, da PF e do Ministério Público do Estado do Amazonas (MP-AM), acusado de utilizar a estrutura de sua pasta para extorquir ouro de garimpeiros clandestinos. Essa operação prendeu ainda outros três policiais civis do Amazonas. Segundo a imprensa, foram desviados pelo menos 60 kg de ouro. Policiais monitoravam e abordavam transportadores de ouro ilegal mediante uso de estrutura e pessoal da Secretaria Executiva Adjunta de Inteligência (Seai) do estado, utilizando pessoal, veículos e outros recursos para coagir os garimpeiros. O grupo empregava também escutas telefônicas, procedimento fora das competências da Seai, conforme o MP-AM.

Segundo o Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado (Gaeco), essa milícia atuava desde 2019 no desvio do ouro, e pelo menos três operações foram deflagradas contra ela sob a alegação de tráfico. A denúncia do crime foi feita pelos próprios donos de garimpo, achacados pelo então secretário. Esse episódio ocasionou a substituição de toda a cúpula da segurança pública do Amazonas, em junho de 2021. Em maio de 2022, o ex-secretário denunciou o ex-secretário de Segurança Pública do Amazonas por uso de equipamento próprio da inteligência da PC-AM com o objetivo de monitorar conversas telefônicas de adversários políticos e membros do TJ-AM e do MP-AM.

Outro interlocutor ouvido em Manaus durante a visita técnica – e que é ex-policiaI militar do Amazonas – fala de um processo de milicianização da PM no estado. Tais milícias atuam na grilagem de terras, no narcotráfico e no garimpo ilegal. Ele menciona ainda uma possível aproximação entre a base da PM-AM (soldados e cabos) e o CV.

Esse interlocutor informou ainda que a extração ilegal de ouro no estado do Amazonas teria ganho maior visibilidade a partir do episódio do rio Abacaxis (município de Nova Olinda do Norte), em agosto de 2020. Na ocasião, cinco pessoas – incluindo-se indígenas – foram mortas, em reação ao assassinato de dois policiais.

Segundo reportagem de Alícia Lobato para o *site* de notícias *Amazônia Real*, no dia 24 de julho de 2020, o ex-secretário executivo do Fundo de Promoção Social do Governo do Amazonas, (...) foi atingido por um disparo no braço, após adentrar o rio Abacaxis a bordo do barco Arafat. Ele estava praticando ilegalmente a pesca esportiva. Em revide, no dia 3 de agosto, homens identificados como policiais militares entraram com os rostos cobertos nas comunidades localizadas à margem do rio. A alegação para a ação policial foi a de combater o tráfico de drogas na região. Dois policiais foram mortos durante a operação, e, no dia seguinte ao retorno, foi com 50 policiais (Lobato, 2021).

Izabel Santos, também em reportagem escrita para a *Amazônia Real*, relata que a Justiça Federal do Amazonas determinou (...) que a Polícia Federal investigue um conflito armado e tome medidas de proteção das populações tradicionais e indígenas do município de Nova Olinda do Norte (a 126 quilômetros de Manaus), que resultou na morte de comunitários, indígenas Munduruku e policiais militares. A decisão atende ação da Defensoria Pública da União e do Ministério Público Federal, que apontou potenciais abusos e violação de direitos da Polícia Militar do Amazonas contra moradores de comunidades tradicionais do rio Abacaxis (Santos, 2020).

Em sua decisão, o desembargador que julgou o caso afirma que as atividades que supostamente estariam sendo praticadas na mencionada área consistiriam na exploração indevida de garimpo, tráfico internacional de drogas e pesca esportiva, sendo de se destacar que a operação policial implementada pela Secretaria de Segurança do Estado do Amazonas teria sido deflagrada sem qualquer planejamento ou participação em conjunto dos órgãos federais de segurança, ao contrário do entendimento já emanado do STF [Supremo Tribunal Federal] (Após... 2020).

Por seu turno, a SSP-AM negou qualquer tipo de arbitrariedade no local.

Já a Operação Ojuara, da Força-Tarefa Amazônia (2017-2020), identificou participação da PM-AM e do superintendente do Ibama no estado do Acre em invasões de terras da União e desmatamento em larga escala no município de Boca do Acre. Segundo denúncia oferecida pelo órgão, latifundiários da região recorreram à violência contra pequenos agricultores e coletores, pagamento de propina, lavratura de autos de infração em nome de “laranjas” e apresentação de defesas administrativas elaboradas pelo próprio superintendente. A operação identificou quatro núcleos criminosos: servidores do Ibama do Acre; pecuaristas beneficiários dos ilícitos; intermediários que serviram como “laranjas” ou cederam suas contas-correntes para que nestas transitasse dinheiro fruto da prática de crimes; e agentes de coerção, prestadores de serviços de segurança aos demais membros do grupo. PMs atuavam como milícia para fazendeiros no Amazonas. Essa operação ocorreu em 1º de março de 2020.

A questão da violência, *vis-à-vis* a atuação dos atores do sistema de justiça e segurança pública na tríplice fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru, chamou parti-

cularmente nossa atenção durante nossa visita técnica à Tabatinga. Essa cidade está entre as que apresentaram as maiores taxas de homicídio no período abrangido por esta pesquisa, sendo, ao mesmo tempo, uma das que concentra o maior número de instituições públicas, até por conta de sua condição de cidade fronteiriça. Conforme argumenta Hirata (2019), as narrativas – de políticos, policiais e jornalistas – que atribuem a violência na região a uma suposta “ausência do Estado” não procedem, porque tanto o governo federal quanto o estadual e o municipal dispõem ali de representações das suas diversas forças de segurança, assim como estão presentes todos os órgãos do sistema de justiça, estaduais e federais, além de um batalhão do Exército (8º Batalhão de Infantaria da Selva).

É verdade que a integração entre essas instituições é débil e dá-se muito mais em torno de operações do que de investigações.²⁷ Segundo interlocutor da Defensoria Pública do Amazonas (DP-AM) no município, ali “ninguém investiga nada”. Além disso, o MP do estado não tem recursos, os representantes do MP-AM e do MPF, bem como os juízes, não permanecem na cidade, e “a justiça federal não anda” – havendo grande número de presos estrangeiros (colombianos e peruanos) aguardando julgamento na cidade. Um investigador da PC na cidade, por seu turno, nos relatou que ali é preciso “escolher que crimes apurar”, pois a jurisdição da delegacia local abrange outros municípios além de Tabatinga, não existindo número suficiente de policiais para realizar o trabalho investigativo.

Porém, para além desses fatores, é preciso considerar a hipótese, já enunciada por outros autores (Candotti, Melo da Cunha e Siqueira, 2017; Hirata, 2019; entre outros), de que haja relações e “afinidades eletivas” entre agentes do crime e agentes do Estado – ou seja, “um arranjo específico entre ilegalismos populares e ilegalismos privilegiados” (Hirata, 2019, p. 188), que conferiria certa funcionalidade sobretudo aos ilegalismos privilegiados, praticados pelas elites políticas e econômicas locais.

Ao serem perguntados sobre os perigos que rondam a população da cidade, em função do seu elevado número de homicídios, nossos interlocutores frequentemente afirmavam que os assassinatos têm “nome, endereço e CPF” definidos, indicando que não há risco para aqueles que não estejam envolvidos nos negócios ilícitos que ali se desenrolam. Em estudo anterior, Paiva (2019, p. 7) identificou percepção semelhante entre seus interlocutores e observou que, uma vez que o tráfico de drogas se faz por pequenos, médios e grandes esquemas, que se entrecruzam “por meio de agenciamentos muito pontuais” e instáveis, a violência letal se explicaria, em grande medida, pela ação de *pistoleiros*, cuja função é garantir a ordem dos mercados ilegais.²⁸

27. O que foi observado tanto em nossa pesquisa quanto na de Hirata (2019).

28. Segundo Paiva (2019), a violência tornou-se bastante usual nos mercados ilegais de drogas brasileiros, mas esse fato não é necessariamente inerente à essa atividade e depende de outros fatores; por exemplo, os esquemas de proteção disponíveis para seus agentes.

A violência policial – especialmente da PM contra os ditos *bandidos* – também foi mencionada por nossos interlocutores como fator que contribuiu para a escalada de homicídios na cidade. Ouvimos relatos de que, no ano anterior à nossa visita à região, seis membros da facção local Os Crias da Fronteira foram mortos pela PM e seus corpos atirados no lixão da cidade, em “resposta” à morte de um policial militar por membros desse grupo.

Ainda de acordo com a Defensoria Pública, a maior parte das pessoas apreendidas sob suspeita de tráfico de drogas no trajeto fluvial entre Tabatinga e Manaus é composta pelas chamadas *mulas* – pessoas contratadas especificamente para o transporte de pequenas quantidades de drogas a cada missão. Em geral, as mulas não fazem parte de nenhuma organização criminosa específica, nem sequer as conhecem. Os acordos com os proprietários das substâncias são feitos por mensagens telefônicas (WhatsApp), e os riscos da ação são inteiramente assumidos pelas “mulas”. Menciona ainda que, às vezes, a própria tripulação dos barcos comerciais é cooptada para levar drogas para Manaus.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência letal no estado do Amazonas, embora concentrada na capital (Manaus) e em municípios da RM, é extremamente relevante também no interior. Além da presença do tráfico de drogas e das disputas entre facções de base prisional em torno do seu controle, os homicídios estão também relacionados à exploração predatória e ilegal de recursos naturais, à grilagem de terras, e aos conflitos possessórios sobre o uso do solo, contexto no qual é frequente a utilização da violência e o assassinato de ocupantes de terras cobijadas.

O avanço da agropecuária extensiva sobre o Amazonas, sobretudo a partir dos municípios do sul do estado, na divisa com Rondônia e Acre, ganha novo impulso com a retomada da construção da rodovia BR-319, que liga Porto Velho-RO a Manaus-MA. Esse avanço envolve o desmatamento, a ocupação de terras com cabeças de gado e, em seguida, a produção de *commodities*, como a soja. Essa região vem sendo tratada pela imprensa como sede do “faroeste amazônico”.

O garimpo ilegal também se alastra no estado graças à “nova corrida pelo ouro”, devastando TIs, assentamentos e áreas de conservação ambiental. A crise humanitária vivida na TI Yanomami (região do Alto Rio Negro, na divisa com Roraima) é o exemplo mais dramático dessa dinâmica, mas não o único.

De modo geral, as políticas de segurança pública parecem centrar-se no combate ao tráfico de drogas e armas na RM de Manaus e nas vias fluviais. Entretanto, parecem pouco efetivas no que se refere aos crimes ambientais. Observa-se certa integração operacional entre as diferentes instituições de segurança, além de cooperação destas com órgãos ambientais, mas as investigações sobre os diversos

ilícitos eram, pelo menos até fins de 2022, episódicas e pouco compartilhadas entre as instituições.

A superação desse quadro impõe grandes desafios ao poder público. Estes, no entanto, não se resumem ao reaparelhamento das forças de segurança ou à intensificação do combate armado, mas passam, antes, pelo entendimento mais fino de interesses, projetos e atores que agenciam práticas criminosas e ilegais naquele território e de suas prováveis articulações com segmentos formais e legais da economia e da política locais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. *et al.* **Leis e práticas de regularização fundiária no estado do Amazonas**. Belém: Imazon, 2021. Disponível em: https://amazon.org.br/wp-content/uploads/2021/03/LeisRegularizacaoFundiaria_Amazonas.pdf.

ALVES, P. Ricardo Salles é investigado por esquema de exportação ilegal de madeira; entenda. **G1**, 23 jun. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2021/06/23/ricardo-salles-entenda-operacao-contras-exportacao-ilegal-de-madeira-que-mira-ministro-do-meio-ambiente.ghtml>.

AMAZONAS. Representação nº 44/2021: responsabilidade indireta e solidária pelo desmatamento em 2020 – governo, prefeitura, Ipaam, Sema. **Ministério Público de Contas**, Manaus, 13 ago. 2021. Disponível em: <http://mpc.am.gov.br/wp-content/uploads/2021/08/REPRESENTAC%CC%A7A%CC%83O-No-44-2021-MPC-RMAM.pdf>.

ANGELO, M. Serra Pelada e Carajás: dois massacres que ajudam a contar a história da mineração no Brasil. **Observatório da Mineração**, 15 maio 2021. Disponível em: <https://observatoriodamineracao.com.br/serra-pelada-e-carajas-dois-massacres-que-ajudam-a-contar-a-historia-da-mineracao-no-brasil/>.

APÓS mortes e denúncias de abusos, Justiça determina suspensão de operação policial no Rio Abacaxis, no AM. **G1**, 21 ago. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2020/08/21/apos-mortes-e-denuncias-de-abusos-justica-determina-suspensao-de-operacao-policial-no-rio-abacaxis-no-am.ghtml>.

BARBOSA, C. Tráfico, trabalho escravo, poluição: os crimes que podem estar ocorrendo agora no rio Madeira. **Brasil de Fato**, 25 nov. 2021a. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/11/25/trafico-trabalho-escravo-poluicao-os-crimes-que-podem-estar-ocorrendo-agora-no-rio-madeira>.

BARBOSA, C. Garimpo ilegal no rio Madeira é alvo de operação; 15 balsas são apreendidas. **Brasil de Fato**, 27 nov. 2021b. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/11/27/garimpo-ilegal-no-rio-madeira-e-alvo-de-operacao-15-balsas-sao-apreendidas>.

CANDOTTI, F.; MELO DA CUNHA, F.; SIQUEIRA, I. A grande narrativa do Norte: considerações na fronteira entre crime e Estado. *In*: MALLART, F.; GODOI, R. (Org.). **BR 111**: a rota das prisões brasileiras. São Paulo: Veneta, 2017. p. 35-47.

CELENTANO, D.; VERÍSSIMO, A. **O avanço da fronteira na Amazônia**: do *boom* ao colapso. Belém: Imazon, 2007. Disponível em: https://imazon.org.br/PDFimazon/Portugues/estado_da_amazonia/o-avanco-da-fronteira-na-amazonia-do-boom-ao.pdf.

CIMI – CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Relatório violência contra os povos indígenas no Brasil**: dados de 2019. Brasília: Cimi, 2020. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2020/10/relatorio-violencia-contra-os-povos-indigenas-brasil-2019-cimi.pdf>. Acesso em: ago. 2023.

CIMI – CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Relatório violência contra os povos indígenas no Brasil**: dados de 2020. Brasília: Cimi, 2021. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2021/11/relatorio-violencia-povos-indigenas-2020-cimi.pdf>. Acesso em: ago. 2023.

CIMI – CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Relatório violência contra os povos indígenas no Brasil**: dados de 2021. Brasília: Cimi, 2022. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2022/08/relatorio-violencia-povos-indigenas-2021-cimi.pdf>. Acesso em: ago. 2023.

CPT – COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo**: Brasil 2021. Goiânia: CPT Nacional, 2022. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/6001-conflitos-no-campo-brasil-2021>.

DALL’OGLIO, O. *et al.* **A grilagem de terras públicas na Amazônia brasileira**. Belém: Ipam; Brasília: MMA, 2006. Disponível em: https://antigo.mma.gov.br/estruturas/225/_arquivos/9___a_grilagem_de_terras_pblicas_na_amaznia_brasileira_225.pdf.

DIAS, P.; ALTINO, L. Após denúncia de mortes de crianças Yanomami por desnutrição grave, Funai e Ministério da Saúde montam estratégia emergencial. **O Globo**, 20 jan. 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2023/01/apos-denuncia-de-mortes-de-criancas-yanomami-por-desnutricao-grave-funai-e-ministerio-da-saude-montam-estrategia-para-aco-es-emergenciais.ghtml>. Acesso em: 20 jan. 2023.

DIAS, C. N.; PAIVA, L. F. S. Facções prisionais em dois territórios fronteiriços. **Tempo Social**, v. 34, n. 2, p. 217-238, maio-ago. 2022. Disponível em: [https://www.scielo.br/j/ts/a/qqb3vsh94nXg9kDZN3MvhLd/#:~:text=As%20duas%20fronteiras%20s%C3%A3o%20espa%C3%A7os,Fam%C3%ADlia%20do%20Norte%20\(FDN\)](https://www.scielo.br/j/ts/a/qqb3vsh94nXg9kDZN3MvhLd/#:~:text=As%20duas%20fronteiras%20s%C3%A3o%20espa%C3%A7os,Fam%C3%ADlia%20do%20Norte%20(FDN)).

FARIAS, E.; KELLY, B. A guerra do potássio em Autazes. **Amazônia Real**, 27 mar. 2022. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/especiais/projeto-autazes/>.

FAS – FUNDAÇÃO DO ESTADO DO AMAZONAS. **Unidades de conservação do Amazonas: histórico, presente e futuro**. Manaus: FAS, 2020. Disponível em: <https://fas-amazonia.org/novosite/wp-content/uploads/2022/06/livro-unidades-conservacao-amazonas.pdf>.

FEARNSIDE, P. M. Barragens do Tapajós-3: unidades de conservação e terras indígenas. **Amazônia Real**, 13 jul. 2015. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/barragens-do-tapajos-3-unidades-de-conservacao-e-terras-indigenas/>.

FEARNSIDE, P. M. BR-319: o caminho para o colapso da Amazônia e a violação dos direitos indígenas. **Amazônia Real**, 23 fev. 2021. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/br-319-o-caminho-para-o-colapso-da-amazonia-e-a-violacao-dos-direitos-indigenas/#:~:text=A%20abertura%20de%20ramais%20ilegais,v%C3%ADrus%20%5B38%2D40%5D>.

FEARNSIDE, P. M. Por que a rodovia BR-319 é tão prejudicial: 1 – um desastre evitável. **Amazônia Real**, 8 mar. 2022. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/por-que-a-rodovia-br-319-e-tao-prejudicial-1-um-desastre-evitavelpor-que-a-rodovia-br-319-e-tao-prejudicial-1-um-desastre-evitavel/>.

FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Cartografias das violências na região amazônica: relatório final**. São Paulo: FBSP, 2022a.

FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: FBSP, 2022b. Disponível em <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=4>. Acesso em: 30 de ago. 2022.

FOUCAULT, M. **La société punitive**. Paris: Gallimard; Seuil, 2013.

FRAZÃO, F. Vale do Javari, onde indigenista e repórter desapareceram, é alvo de cobiça do Comando Vermelho. **Estadão**, Brasília, 8 maio, 2022.

GAMA, A. C.; JESUS, C. R.; NASCIMENTO, A. G. O. Dinâmica da violência homicida em municípios da fronteira e divisa do Amazonas. **Revista de Direito da Amazônia**, v. 1, p. 178-188, 2020.

GIATTI, L. L. *et al.* Manaus, cidade-região e capital da Amazônia: modelo de desenvolvimento e pressões sobre os ecossistemas, seus serviços e saúde humana. *In*: FREITAS, C. M. de; GIATTI, L. L. (Coord.). **Sustentabilidade, ambiente e saúde na cidade de Manaus**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2015. p. 49-72.

GIL, M. Nas últimas 24 horas, 16 pessoas foram presas durante patrulhamentos realizados no Amazonas. **Agência Amazonas**, 11 jan. 2023. Disponível em: <https://www.agenciaamazonas.am.gov.br/noticias/nas-ultimas-24-horas-16-pessoas-foram-presas-durante-patrulhamentos-realizados-no-amazonas/>.

HAY – HUTUKARA ASSOCIAÇÃO YANOMAMI; SEDUUME – ASSOCIAÇÃO WANASSEDUUME YE'KWANA. **Yanomami sob ataque**: garimpo ilegal na terra indígena Yanomami e propostas para combatê-lo. Boa Vista: HAY; Seduume, abr. 2022. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/yanomami-sob-ataque-garimpo-ilegal-na-terra-indigena-yanomami-e-propostas-para>.

HIRATA, D. V. Letalidade e ilegalismos de negócios em uma tríplice fronteira sul-americana: primeira aproximação. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 173-197, 2019. Edição especial.

HOLLAND, M. *et al.* **Zona Franca de Manaus**: impactos, efetividade e oportunidades. São Paulo: EESP/FGV, 2019. Disponível em: https://eesp.fgv.br/sites/eesp.fgv.br/files/estudos_fgv_zonafranca_manaus_abril_2019v2.pdf.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022**: indígenas – primeiros resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102018.pdf>.

IMAZON – INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA. **Sistema de Monitoramento da Exploração Madeireira (Simex)**. Pará: Imazon, 2020. Disponível em: <https://imazon.org.br/publicacoes/sistema-de-monitoramento-da-exploracao-madeireira-simex-mapeamento-da-exploracao-madeireira-na-amazonia-agosto-2019-a-julho-2020/>.

IMAZON – INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA. **Sistema de Monitoramento da Exploração Madeireira (Simex)**. Pará: Imazon, 2021. Disponível em: <https://imazon.org.br/publicacoes/sistema-de-monitoramento-da-exploracao-madeireira-simex-mapeamento-da-exploracao-madeireira-no-amazonas-agosto-2020-a-julho-2021/>.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Desenvolvimento rural. **Políticas Sociais: acompanhamento e análise**, n. 25, p. 3-54, 2018. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/externas/56a-legislatura/politicas-para-integracao-meio-ambiente-e-economia/expedientes-recebidos/estudo-ipea-1>.

KENNY, M. The architecture of drug trafficking: network forms of organization in the Colombian cocaine trade. **Global Crime**, v. 8, n. 3, p. 233-259, 2007.

LIMA, K. PF vai investigar se houve omissão de agentes públicos no território Yanomami, diz Flávio Dino. **G1**, 23 jan. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/01/23/pf-vai-investigar-se-houve-omissao-de-agentes-publicos-no-territorio-yanomami-diz-flavio-dino.ghtml>.

LOBATO, A. Massacre no rio Abacaxis: um ano sem respostas. **Amazonas Legal**, 31 ago. 2021. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/massacre-no-rio-abacaxis/>.

LOBATO, A.; BRASIL, K.; PEREIRA, J. Nova corrida do ouro ilegal leva 1,8 mil homens ao rio Madeira, na Amazônia. **Brasil de Fato**, 26 nov. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/11/26/nova-corrída-do-ouro-ilegal-leva-1-8-mil-homens-ao-rio-madeira-na-amazonia>.

MEDEIROS, C. No Amazonas, garimpo ilegal opera próximo a posto desativado da Funai. **A Crítica**, 25 abr. 2021. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/noticia/211110>.

OLIVEIRA, A. BR-163 Cuiabá-Santarém: geopolítica, grilagem, violência e mundialização. In: TORRES, M. (Org.). **Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR-163**. Brasília: CNPq, 2005. p. 67-183.

OLIVEIRA, R. Invasão de centenas de balsas de garimpo ilegal na Amazônia expõe tolerância do Brasil com crimes ambientais. **El País**, 25 nov. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-11-25/invasao-de-centenas-de-balsas-de-garimpo-ilegal-na-amazonia-expoe-tolerancia-do-brasil-com-crime-ambiental.html>.

PAIVA, L. F. S. As dinâmicas do mercado ilegal de cocaína na tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 34, n. 99, p. e349902, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/MnH57mtDTqqwzgvB8LhXMnz/abstract/?lang=pt>.

PAJOLLA, M. Como o garimpo ilegal dominou o rio Madeira e por que é tão difícil acabar com ele. **Brasil de Fato**, 2 dez. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/12/02/como-o-garimpo-ilegal-dominou-o-rio-madeira-e-por-que-e-tao-dificil-acabar-com-ele>.

PAIVA, L. F. As dinâmicas do mercado ilegal de cocaína na tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 34, n. 99, p. 1-19, 2019.

PEREIRA, R. E. D. Impactos socioambientais do projeto de exploração de petróleo e gás no município de Coari/AM: o caso da comunidade ribeirinha de São Pedro da Vila Lira. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 29., 3-6 ago. 2014, Natal, Rio Grande do Norte. **Anais...** Natal, 2014. Disponível em: http://www.29rba.abant.org.br/resources/anais/1/1401990511_ARQUIVO_ArtigoCompleto29ABA2014.pdf.

POLÍCIA Federal apreende mais de 1 tonelada de drogas no interior do Amazonas. **Gov.br**, 16 nov. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/noticias/2022/11/policia-federal-apreende-mais-de-1-tonelada-de-drogas-no-interior-do-amazonas/>.

PONTES, F. Grilagem de terra impõe violência em região conhecida como “faroeste amazônico”. **Amazônia Real**, 17 jun. 2019. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/grilagem-de-terra-impoe-violencia-em-regiao-conhecida-como-faroeste-amazonico/#:~:text=Fazendo%20divisa%20com%20as%20cidades,regi%C3%A3o%20ser%20conhecida%20como%20%E2%80%9CFaroestem>.

PRATES, R. C.; BACHA, C. J. C. Os processos de desenvolvimento e desmatamento da Amazônia. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 20, n. 3, p. 601-636, dez. 2011.

PRAZERES, L. Garimpo na Amazônia: o que está por trás da invasão do rio Madeira. **BBC**, 25 nov. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-59425015>.

SANTOS, B. A. dos. Recursos minerais da Amazônia. **Estudos Avançados**, v. 16, n. 45, p. 123-152, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/sdjuCXzfQWRKfLFsTPVFJhK/?lang=pt>.

SANTOS, I. PF investiga ação da PM do Amazonas que resultou na morte de dois indígenas Munduruku. **Amazônia Real**, 9 ago. 2020. Disponível em: [https://amazoniareal.com.br/pf-investiga-acao-da-pm-do-amazonas-que-resultou-na-morte-de-dois-indigenas-munduruku-10-02-2020/#:~:text=Manaus%20\(AM\)%20%E2%80%93%20Justi%C3%A7a,na%20morte%20de%20comunit%C3%A1rios%2C%20ind%C3%ADgenas](https://amazoniareal.com.br/pf-investiga-acao-da-pm-do-amazonas-que-resultou-na-morte-de-dois-indigenas-munduruku-10-02-2020/#:~:text=Manaus%20(AM)%20%E2%80%93%20Justi%C3%A7a,na%20morte%20de%20comunit%C3%A1rios%2C%20ind%C3%ADgenas).

SASSINE, V. PF aponta pagamento de propina por garimpeiros de outro dentro de prefeitura no Amazonas. **Folha de S.Paulo**, 22 jul. 2022a. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/07/pf-aponta-pagamento-de-propina-por-garimpeiros-de-ouro-dentro-de-prefeitura-no-amazonas.shtml>.

SASSINE, V. Piratas atacam traficantes e garimpeiros, simulam PF e ampliam violência em rios da Amazônia. **Folha de S.Paulo**, 1º ago. 2022b. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/08/piratas-atacam-trafficantes-e-garimpeiros-simulam-pf-e-ampliam-violencia-em-rios-da-amazonia.shtml>.

SASSINE, V. Indígenas vão à Justiça contra 60 demandas de garimpo que podem afetar 45 mil. **Folha de S.Paulo**, 21 ago. 2022c. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2022/08/indigenas-vao-a-justica-contr-60-demandas-de-garimpo-que-podem-afetar-45-mil.shtml>.

SILVA, J. R. C. da; SCUDELLER, V. V. The amazon rubber booms and the Free Trade Zone of Manaus: urban expansion and watersheds degradation. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 6, p. e33611629103, 2022.

SOUSA, R. T. O. de. “**Do despovoamento à necessidade de colonizar**”: cultura política e ações de governos no Amazonas dos anos 30. 2021. 194 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2021.

USGS – UNITED STATES GEOLOGICAL SURVEY. **Mineral Commodity Summaries 2011**. Washington: USGS, 2011.

VARGAS, G. Discurso do rio Amazonas. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 25-262, abr.-jun. 1942.

VILLAR, R. Uma arriscada fronteira do desmatamento na Amazônia. **Greenpeace (notícias)**, 21 out. 2021. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/uma-nova-e-arriscada-fronteira-do-desmatamento-na-amazonia/>.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ADORNO, M. *et al.* As 53 facções criminosas do Brasil. **R7**, 2 fev. 2022. Disponível em: <https://noticias.r7.com/jr-na-tv/series/as-53-faccoes-criminosas-do-brasil-10022022>.

ARAÚJO, E. S. Desenvolvimento urbano local: o caso da Zona Franca de Manaus. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 1, n. 1, p. 33-42, jan.-jun. 2009.

BECKER, B. K. Surtos de crescimento de Manaus. **Espaço Aberto**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 19-44, 2013.

BOTÍA, C. G. Z. **Silvícolas, sirringueros y agentes estatales**: el surgimiento de una sociedad transfronteriza en la Amazonia de Brasil, Perú y Colombia – 1880-1932. Bogotá: Imani, 2008.

CERQUEIRA, D. **Atlas da Violência 2020**. Brasília: Ipea, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.38116/riatlasdaviolencia2020>.

CUNHA, E. da. **Amazônia**: um paraíso perdido. Manaus: Valer Editora, 2011.

FARIAS, E. Povo Sateré-Mawé, os excluídos da discussão sobre as usinas do Tapajós. **IHU**, 29 nov. 2016. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/185-noticias-2016/562880-povo-satere-mawe-os-excluidos-da-discussao-sobre-as-usinas-do-tapajos>.

FUNAI – FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS; IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **O Brasil indígena**. Brasília: Funai; IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/arquivos/conteudo/ascom/2013/img/12-dez/pdf-brasil-ind.pdf>.

FEARNSIDE, P. M. BR-319: O caminho para o colapso da Amazônia e a violação dos direitos indígenas. **Amazônia Real**, 23 fev. 2021.

FEARNSIDE, P. M. Por que a rodovia BR-319 é tão prejudicial: 1 – Um desastre evitável. **Amazônia Real**, 8 mar. 2022.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

HIRATA, D. Segurança pública e fronteiras: apontamentos a partir do “Arco Norte”. **Ciência e Cultura**, v. 67, n. 2, p. 30-34, abr.-jun. 2015.

MADEIRO, C. Corrupção, grilagem e violência: como o crime organizado desmata a Amazônia. **UOL**, 27 ago. 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2019/08/27/corruptao-grilagem-e-violencia-como-o-crime-organizado-desmata-a-amazonia.htm>. Acesso em: 31 maio 2024.

MAISONNAVE, F. *et al.* Fronteira amazônica com o Peru vira refúgio do Comando Vermelho. **Agência Pública**, 16 set. 2022. Disponível em: <https://apublica.org/2022/09/fronteira-amazonica-com-o-peru-vira-refugio-do-comando-vermelho/>.

MANSO, B. P.; DIAS, C. N. (Org.). **A guerra: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil**. São Paulo: Todavia, 2018.

PEREIRA, D. (Org.). **Amazônia (in)sustentável: Zona Franca de Manaus – estudo e análise**. Manaus: Valer Editora, 2006.

PONTES, F. Aldeias na mira do tráfico. **Revista Piauí**, 30 set. 2020. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/aldeias-na-mira-do-trafico/>.

ROSS, J. L. S. (Org.). **Ecogeografia do Brasil: subsídios para planejamento**. São Paulo: Oficina de Textos, 2006.

SANTOS, R. (Org.). **História econômica da Amazônia: 1800-1920**. Manaus: Valer Editora, 2019.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. (Org.). **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SIQUEIRA, I. B. L.; PAIVA, L. F. S. “No Norte, tem Comando”: as maneiras de fazer o crime, a guerra e o domínio das prisões do Amazonas. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 7, n. 17, p. 125-154, set.-dez. 2019.

SOARES, R. R.; PEREIRA, L.; PUCCI, R. (Org.). **Ilegalidade e violência na Amazônia: Amazônia 2030**. Manaus: Centro de Desenvolvimento da Amazônia, dez. 2021.

APÊNDICE A

TABELA A.1
Dados sociodemográficos

Dados territoriais				
Estados limítrofes	Acre, Rondônia, Roraima, Pará e Mato Grosso			
Fronteiras	Peru, Colômbia e Venezuela			
Número de municípios	62 municípios			
Área territorial	1559167,878 km ²			
Dados sociodemográficos		Amazonas	Região Norte	Brasil
População	População estimada (2021)	4.269.995	18.906.962	213.317.639
	Densidade demográfica (hab./km ²)	2,23	4,12	22,43
	População 0-14 anos (%) (2010)	33,19	31,2	24,1
	População 15-29 anos (%) (2010)	29,50	29,5	26,9
	População 30-59 anos (%) (2010)	31,28	32,5	38,2
	População 60+ anos (%) (2010)	6,03	6,8	10,8
	População negra (%) (2010)	4,13	6,4	7,6
	População parda (%) (2010)	68,88	66,9	43,1
	População indígena (%) (2010)	4,84	1,9	0,4
	População branca (%) (2010)	21,24	23,4	47,7
Renda e desigualdade	População urbana (%) (2010)	79,09	73,5	84,4
	População rural (%) (2010)	20,91	26,5	15,6
	Rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i> (2022)	R\$ 965,00	R\$ 1.175,29	R\$ 1.613,23
	Índice de Gini do rendimento domiciliar <i>per capita</i> , a preços médios do ano (2022)	0,54	0,53	0,54
	Pobres (%) (2003)	48,44	40,1	37,6
Trabalho	Extremamente pobres (%) (2003)	14,32	12,5	8,4
	População vivendo em aglomerados subnormais (%) (2010)	34,59%	14,4	72,6
	Taxa de desocupação (14+) (2021)	14,80	13,7	13,8
	Taxa de formalização da força de trabalho (2022)	37,87	41,4	59,9
	Rendimento médio real de todos os trabalhos (2022)	R\$ 2.137,00	R\$ 2.195,00	R\$ 2.839,00
Educação	Taxa de analfabetismo (15+) (2019)	5,1	7,0	6,1
	Média anos de estudo (15+) (2019)	9,9	9,3	9,8
	População (14+) com cinco anos ou menos de estudo (%) (2019)	8,13	11,49	10,35

Fontes: Para proporção por idade, consultou-se o Sistema IBGE de Recuperação Automática (Sidra), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/200>); Incidência da pobreza – IBGE Cidades (2003); IBGE (2020); Síntese de Indicadores Sociais/IBGE (disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/45/95341>); Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua/IBGE, 2021 (acumulado de quintas visitas). Tabela 1.2 – Indicadores estruturais do mercado de trabalho das pessoas de 14 anos ou mais de idade, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – Brasil (2021); PNAD trimestral/IBGE – Tabela 5436 – Rendimento médio mensal real das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência com rendimento de trabalho, habitualmente recebido no trabalho principal (disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5436#resultado>). Para taxa de analfabetismo de 15 anos ou mais, consultou-se o Sidra (disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7113#resultado>; <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7126#resultado>; e <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7132#resultado>).

Elaboração: Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Diest/Ipea).

APÊNDICE B

TABELA B.1
Evolução das taxas médias de homicídios por 100 mil habitantes, por município – Amazonas

	2009-2011	2010-2012	2011-2013	2012-2014	2013-2015	2014-2016	2015-2017	2016-2018	2017-2019	2018-2020
Brasil	27,5	28,2	28,5	29,3	29,1	29,7	30,3	29,9	27,0	24,3
Região Norte	35,6	36,8	36,1	36,5	37,4	40,3	43,9	46,0	43,5	38,4
Municípios										
Tabatinga	31,9	35,4	41,6	42,3	37,3	33,7	32,9	33,8	41,4	63,8
Coari	23,7	26,0	27,8	32,5	35,0	46,1	62,5	69,9	66,9	62,7
Eirunepé	26,7	23,1	28,0	34,8	39,3	46,7	44,2	59,1	64,1	61,4
Fonte Boa	10,0	11,8	7,6	9,4	11,3	15,0	22,3	31,8	40,3	47,3
Manaus	47,5	51,7	51,0	48,1	48,8	50,0	53,4	51,3	51,5	45,0
Lábrea	15,6	16,1	15,0	13,8	14,3	14,8	14,5	24,8	39,1	43,4
Boca do Acre	20,3	22,2	25,1	20,7	21,5	23,3	33,0	45,6	45,1	41,8
Presidente Figueiredo	33,7	24,4	19,1	20,7	37,0	51,2	44,8	32,0	32,1	39,5
Apui	16,3	19,6	29,6	35,8	35,0	29,4	28,9	39,3	37,1	39,4
Envira	8,0	3,9	5,7	11,2	14,7	23,3	26,4	32,8	35,6	36,6
Barcelos	11,4	51,8	76,7	78,8	57,2	49,5	76,3	75,9	62,1	35,2
Itanduba	17,6	22,8	20,9	38,0	44,8	52,2	49,9	48,4	43,4	33,1
Careiro	15,0	10,8	13,6	18,2	19,8	18,6	22,9	33,4	38,3	31,7
Maués	20,7	24,5	22,8	17,0	16,1	16,3	19,3	23,3	26,6	31,3
Tefé	13,3	16,6	15,6	15,7	13,0	16,9	17,0	26,5	27,7	31,2
Gujará	7,0	16,1	18,0	13,3	17,4	14,9	25,2	31,0	38,6	28,0
Manacapuru	23,8	26,1	23,9	22,5	28,0	38,8	40,5	41,0	32,2	27,4
Itacoatiara	13,9	18,9	22,3	21,9	21,2	22,3	26,1	25,0	26,7	26,3
Pauni	3,6	3,6	1,8	3,5	7,0	10,5	13,9	15,6	17,3	25,7

(Continua)

	2009-2011	2010-2012	2011-2013	2012-2014	2013-2015	2014-2016	2015-2017	2016-2018	2017-2019	2018-2020
São Gabriel da Cachoeira	11,2	11,8	15,8	16,3	15,2	16,5	17,7	22,7	20,8	24,1
Nova Olinda do Norte	6,4	9,4	14,3	15,0	21,5	19,2	19,8	15,7	17,3	24,1
Aurazes	8,1	12,9	10,7	12,4	16,7	18,2	22,3	19,3	24,9	23,6
Rio Preto da Eva	16,5	27,2	27,6	31,5	28,3	28,6	30,1	25,2	27,6	23,0
Caapiranga	0,0	2,9	8,6	8,5	8,3	5,4	10,7	18,4	25,9	22,9
Humaitá	14,0	18,0	19,7	17,9	12,1	11,2	12,9	16,4	17,9	22,4
Uarini	22,0	19,0	13,4	7,9	10,5	5,2	7,7	15,1	19,9	22,2
Itamarati	0,0	0,0	0,0	0,0	4,1	4,2	8,4	4,2	16,9	21,2
Codajás	12,7	12,4	14,8	11,8	11,6	8,8	12,3	19,4	22,5	21,0
Benjamin Constant	7,8	13,3	14,8	17,1	16,6	14,5	18,3	17,9	22,2	20,9
Boa Vista do Ramos	6,6	8,5	8,3	10,0	9,8	17,1	22,3	20,0	17,8	20,8
Novo Airão	15,5	12,9	14,6	16,2	23,5	24,7	29,6	30,7	28,1	20,6
Urucaíá	13,4	17,3	13,6	11,7	7,9	8,0	10,0	16,2	18,3	20,5
Novo Aripuanã	12,2	15,0	20,6	21,6	17,0	19,4	20,5	20,1	19,8	19,5
Borba	9,4	12,9	9,9	13,3	14,0	18,1	17,8	20,0	19,7	19,4
Canutama	14,3	11,8	9,3	11,5	6,8	8,9	8,8	17,5	19,4	19,2
Carauari	14,0	17,6	23,7	21,0	17,2	17,0	15,7	16,8	16,6	18,9
Beruri	10,6	12,3	8,0	7,8	3,8	3,7	1,8	5,3	15,6	18,6
Manicoré	14,6	17,8	24,8	25,1	22,0	17,2	18,8	20,4	20,0	16,7
Parintins	9,3	9,8	9,1	8,4	9,2	15,8	18,0	19,0	17,1	16,6
Marãá	3,7	1,9	1,9	1,9	7,4	9,2	7,4	5,5	12,8	16,5
Jutai	0,0	0,0	5,7	9,8	10,1	12,5	17,1	17,6	15,8	16,3
Tepaúá	5,4	9,1	11,0	9,2	7,5	5,6	9,5	11,5	11,6	15,5
Itapiranga	4,0	3,9	7,8	7,7	15,3	22,7	30,0	26,0	18,4	14,6
São Sebastião do Uatumã	9,2	8,9	2,9	0,0	0,0	5,3	7,7	12,5	14,6	11,9
Barreirinha	2,4	2,4	4,6	3,4	3,4	4,4	9,8	10,7	11,6	11,4
Juruá	9,1	14,6	8,5	5,4	5,3	7,6	9,9	12,0	9,3	11,3
Anori	12,0	7,8	7,6	1,8	5,4	7,0	13,6	16,6	14,6	9,5

(Continua)

(Continuação)

	2009-2011	2010-2012	2011-2013	2012-2014	2013-2015	2014-2016	2015-2017	2016-2018	2017-2019	2018-2020
Ipkuna	0,0	1,4	1,4	2,7	2,6	3,8	6,1	7,1	11,5	9,0
Amaturá	0,0	13,5	13,2	16,2	3,2	3,1	0,0	3,0	8,8	8,7
Urucurituba	3,7	1,8	6,9	6,7	14,7	12,7	15,5	10,6	11,8	8,7
Atalaia do Norte	10,8	10,5	10,1	15,7	11,5	9,3	3,6	7,0	8,6	8,4
Alvarães	2,3	9,2	9,1	13,4	8,8	6,5	2,2	2,1	6,3	8,3
Ananã	3,2	6,2	6,0	2,9	0,0	0,0	5,3	5,2	10,1	7,4
Silves	3,9	7,7	7,6	7,6	11,3	7,5	7,4	3,7	7,3	7,3
Santa Isabel do Rio Negro	9,0	13,9	15,0	9,7	4,7	1,5	4,4	4,2	5,5	6,6
Careiro da Várzea	1,4	1,3	1,3	1,3	1,2	0,0	1,2	1,2	2,3	6,6
Manaquiri	10,0	11,0	7,9	7,6	4,9	8,3	8,0	7,7	7,5	5,2
São Paulo de Olivença	5,2	5,1	9,9	9,7	10,4	7,4	4,5	4,4	2,6	4,2
Tonantins	1,9	0,0	0,0	0,0	5,6	7,3	7,3	1,8	0,0	1,8
Santo Antônio do Içá	2,7	4,1	5,5	8,4	8,5	5,8	8,8	9,0	9,1	1,5
Japurá	8,9	9,6	15,6	5,7	6,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Nhamundá	0,0	0,0	0,0	0,0	1,7	3,3	4,9	3,2	1,6	0,0

Fontes: Sistema de Informação sobre Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/MS) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: https://docs.google.com/spreadsheets/d/1QSRF5RFdaNpkr9mwAZRU_F04H1Tlh/edit?usp=sharing&tpof=true&sd=true.

Elaboração: Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Diest/ipea).

Obs.: 1. Número de homicídios: número de homicídios na Unidade de Federação (UF) de residência obtido pela soma dos óbitos por agressão (X85-Y09) e intervenção legal (Y35), extraído do Tabnet/Datasus/MS.

2. População obtida de "População residente: estimativas para o TCU (Tabnet/Datasus/MS)".

3. Taxa de homicídios: a taxa de homicídios por 100 mil habitantes é calculada pela divisão do número de homicídios pela população e pela multiplicação por 100 mil.

TABELA B.2

Evolução de taxas médias de homicídios por 100 mil habitantes – Brasil, região Norte e UFs

	2009-2011	2010-2012	2011-2013	2012-2014	2013-2015	2014-2016	2015-2017	2016-2018	2017-2019	2018-2020
Brasil	27,5	28,2	28,5	29,3	29,1	29,7	30,3	29,9	27,0	24,3
Região Norte	35,6	36,8	36,1	36,5	37,4	40,3	43,9	46,0	43,5	38,4
Roraima	25,2	26,1	31,7	35,4	38,6	37,2	42,4	53,0	52,6	49,3
Amapá	33,2	35,2	32,5	33,6	34,3	40,3	45,0	49,4	47,4	46,3
Pará	42,2	42,6	41,3	42,3	43,5	46,2	50,2	52,9	49,1	41,7
Acre	22,2	24,0	26,5	29,0	28,8	33,6	44,6	51,2	48,7	39,3
Amazonas	31,5	35,0	35,1	33,6	33,6	35,2	38,3	38,4	39,1	35,9
Tocantins	23,9	25,4	25,4	25,3	27,4	32,1	35,6	36,7	33,9	32,0
Rondônia	33,1	32,2	29,9	31,4	31,6	35,4	34,6	32,4	27,6	25,9

Fontes: SIM/MS e IBGE.

Elaboração: Diest/Ipea.

Obs.: 1. UFs – Unidades da Federação.

2. Taxa média de homicídios por 100 mil habitantes calculada pela média do número de homicídios do respectivo ano mais a dos dois anos anteriores, dividido pela população do ano anterior ao respectivo ano e multiplicado por 100 mil.

3. Número de homicídios obtido pela soma dos óbitos por agressão (X85-Y09) e intervenção legal (Y35), extraído do Tabnet/Datasus/MS.

4. População obtido de "População residente: estimativas para o TCU" (Tabnet/Datasus/MS).

TABELA B.3

Policiais mortos em confronto (em serviço e fora de serviço): taxa por 1 mil policiais na ativa – Brasil e UFs (2020 e 2021)

	2020	2021
Brasil	0,4	0,4
Acre	0,4	-
Amapá	-	-
Amazonas	0,7	0,6
Pará	0,7	0,7
Rondônia	0,7	0,3
Roraima	0,4	-
Tocantins	-	-

Fonte: FBSP (2022b).

TABELA B.4

Mortes decorrentes de intervenção policiais: taxa por 100 mil habitantes – Brasil e UFs (2020 e 2021)

	2020	2021
Brasil	3,0	2,9
Acre	3,0	1,2
Amapá	12,9	17,1
Amazonas	2,4	2,3
Pará	6,1	6,2
Rondônia	1,1	0,6
Roraima	2,5	1,4
Tocantins	1,7	2,6

Fonte: FBSP (2022b).

TABELA B.5

Feminicídios: taxa por 100 mil habitantes mulheres – Brasil e UFs (2020 e 2021)

	2020	2021
Brasil	1,3	1,2
Acre	2,7	2,9
Amapá	2,1	0,9
Amazonas	0,8	1,1
Pará	1,5	1,5
Rondônia	1,6	1,8
Roraima	3,0	1,6
Tocantins	1,3	2,6

Fonte: FBSP (2022b).

TABELA B.6

Homicídios femininos: taxa por 100 mil habitantes mulheres – Brasil e UFs (2020 e 2021)

	2020	2021
Brasil	3,7	3,6
Acre	6,9	6,4
Amapá	4,6	5,2
Amazonas	3,2	5,2
Pará	4,2	4,2
Rondônia	6,3	5,5
Roraima	5,3	8,3
Tocantins	4,9	4,8

Fonte: FBSP (2022b).

TABELA B.7

Estupro e estupro de vulnerável: taxa por 100 mil habitantes – Brasil e UFs (2020 e 2021)¹

	2020	2021
Brasil	29,7	30,9
Acre	34,4	64,7
Amapá	54,5	60,5
Amazonas	20,5	17,6
Pará	37,9	44,5
Rondônia	51,9	50,8
Roraima	66,9	83,3
Tocantins	51,8	51,8

Fonte: FBSP (2022b).

Nota: ¹ Os dados informados correspondem ao número total de vítimas de estupro e estupro de vulnerável consumados. A Lei Federal nº 12.015/2009 altera a conceituação de *estupro*, passando a incluir, além da conjunção carnal, os atos libidinosos e atentados violentos ao pudor (FBSP, 2022a).

TABELA B.8

Lesão corporal dolosa e violência doméstica: taxa por 100 mil habitantes mulheres – Brasil e UFs (2020 e 2021)

	2020	2021
Brasil	220,1	221,4
Acre	119,4	231,7
Amapá	203,1	283,0
Amazonas	112,2	123,0
Pará	151,6	198,6
Rondônia	485,1	445,6
Roraima	232,7	456,6
Tocantins	191,1	190,3

Fontes: Secretarias estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Observatório de Análise Criminal do Núcleo de Apoio Técnico do Ministério Público do Estado do Acre (NAT/MPAC); Coordenadoria de Informações Estatísticas e Análises Criminais do Rio Grande do Norte (Coine-RN); Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro (ISP-RJ); IBGE; e FBSP (2022b).

TABELA B.9

Perfil das instituições de segurança pública: efetivos – Amazonas (2020)

Instituição	Capital e RM	Interior	Total
Polícia Militar do Amazonas (PM-AM)	6.672	2.003	8.675
Polícia Civil do Amazonas (PC-AM)	1.078	247	1.888
Corpo de Bombeiros Militar do Amazonas (CBM-AM)	487	168	665
Órgãos oficiais de perícia	163	1	164

Fonte: Perfil Nacional das Instituições de Segurança Pública da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça e Segurança Pública (Senasp/MJSP, 2020). Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrjoiMDc0ZWVjYjY1OS00YzBmLWJkNTctZmVjODM2YzlmYzBjliwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNnNy05MmWYyLTRI0GRhNmJmZThlMSJ9-A10S00YzBmLWJkNTctZmVjODM2YzlmYzBjliwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNnNy05MmWYyLTRI0GRhNmJmZThlMSJ9>.
Obs.: RM – região metropolitana.

TABELA B.10

Perfil das instituições de segurança pública: unidades operacionais – Amazonas (2020)

Instituição	Capital e RM	Interior	Total
PM-AM ¹	50	15	65
PC-AM ²	70	62	132
CBM-AM ³	13	5	18
Órgãos oficiais de perícia ⁴	3	0	3

Fonte: Perfil Nacional das Instituições de Segurança Pública da Senasp/MJSP (2020). Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrjoiMDc0ZWVjYjY1OS00YzBmLWJkNTctZmVjODM2YzlmYzBjliwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNnNy05MmWYyLTRI0GRhNmJmZThlMSJ9>.

Notas: ¹ As 65 unidades operacionais da PM-AM estão distribuídas em quatorze batalhões (cinco no interior e nove na capital e na RM); quatro batalhões especializados (todos na capital); 46 companhias independentes (dez no interior e 36 na capital e na RM); e uma companhia independente especializada (no interior).

² As 132 unidades operacionais da PC-AM estão distribuídas em: 97 delegacias (49 no interior e 48 na capital e na RM); 32 delegacias especializadas (dez no interior e 22 na capital e na RM); e três postos e núcleos (no interior). Não existem informações sobre outras unidades.

³ As dezoito unidades operacionais do CBM-AM estão distribuídas em: treze batalhões (quatro no interior e nove na capital e na RM); dois batalhões especializados (um na capital e um na RM); e três companhias independentes (uma no interior e duas na RM). Não existem companhias independentes especializadas.

⁴ As três unidades operacionais dos órgãos oficiais de perícia no Amazonas estão distribuídas em criminalística, identificação e medicina legal (todas na capital).

TABELA B.11

Perfil das instituições de segurança pública: efetivos – Amazonas (2021 e 2022)

	Números absolutos (2021)	Números absolutos (2022)
PM-AM	8.704	8.540
PC-AM	1.847	1.919
Corpo de Bombeiros	1.086	1.080
Perícia técnica	164	161
Polícia penal	58	55

Fontes: FBSP (2022a; 2022b).

TABELA B.12

Operações da Força Nacional: efetivo mobilizado por órgão cedente – Amazonas (2019-2021)

	2019	2020	2021
Corpo de Bombeiros	13	9	5
PC-AM	24	9	2
PM-AM	-	-	-

Fontes: FBSP (2022a; 2022b).

REFERÊNCIAS

FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Cartografias das violências na região amazônica**: relatório final. São Paulo: FBSP, 2022a.

FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: FBSP, 2022b. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=4>. Acesso em: 30 de ago. 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Aglomerados subnormais 2019**: classificação preliminar e informações de saúde para o enfrentamento à covid-19 – notas técnicas. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101717_notas_tecnicas.pdf.

DINÂMICAS DA VIOLÊNCIA NO TERRITÓRIO BRASILEIRO: PARÁ¹

Equipe técnica

Milena Karla Soares²
Maria Paula Gomes dos Santos³
Ryanny Bezerra Guimarães⁴
Victória Hoff da Cunha⁵

Sistematização de dados estatísticos e produção de mapas

Milena Machado dos Reis⁶
Karolina Armstrong⁷
Paloma Palmieri⁸

1 INTRODUÇÃO

Este capítulo tem como objetivo apresentar os resultados da investigação sobre os conflitos sociais que possam explicar as taxas de homicídios no Pará. Partindo-se das taxas de homicídio dos municípios do estado, buscamos mapear os principais conflitos que ocorrem nesses territórios, por meio de bibliografia, notícias e entrevistas com agentes do sistema de justiça e segurança pública, bem como com pesquisadores do estado que se dedicam aos temas da violência e da segurança pública.

Entre os estados da região Norte, o Pará é aquele que melhor sintetiza a Amazônia. Nas palavras de Salles (2022, p. 25-26),

o Pará contém todas as glórias e misérias do bioma (...). Ali existem zonas desmatadas e zonas protegidas, pastos e selva, bois e onças, soja e castanha, fogo e chuva, extensões onde a vida deixou de existir e paisagens onde ela é exuberante, mineração industrial e garimpo, cidades consolidadas e cidades de fronteira, grandes obras de infraestrutura e estradas clandestinas, terras indígenas, terras quilombolas, terras invadidas e terras abandonadas.

1. Originalmente publicado como: Soares, M. K. et al. *Dinâmicas da violência no território brasileiro: Pará*. Brasília: Ipea, 2024. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11987/4/Dinamicas_da_violencia_Para.pdf. Acesso em: 6 mar. 2024.

2. Técnica de desenvolvimento e administração na Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Diest/Ipea). *E-mail*: milena.soares@ipea.gov.br.

3. Técnica de planejamento e pesquisa na Diest/Ipea. *E-mail*: mariapaula.santos@ipea.gov.br.

4. Assistente de pesquisa integrante na Diest/Ipea. *E-mail*: ryanny.guimaraes@gmail.com.

5. Assistente de pesquisa na Diest/Ipea. *E-mails*: victoria.cunha@ipea.gov.br; victoriamacunha@gmail.com.

6. Assistente de pesquisa na Diest/Ipea. *E-mail*: villelamilena@gmail.com.

7. Assistente de pesquisa na Diest/Ipea. *E-mail*: karolina.armstrong@ipea.gov.br.

8. Assistente de pesquisa na Diest/Ipea. *E-mail*: paloma.alves@ipea.gov.br.

Essa síntese resulta do fato de ter sido o Pará o estado amazônico que mais recebeu intervenções do governo federal durante o século XX, por meio de projetos de colonização, mineração e infraestrutura. Decorridos cinquenta anos do início dessas intervenções, seus impactos têm se manifestado com grande eloquência. Figura hoje entre os estados brasileiros que mais aumentaram a participação no produto interno bruto (PIB) nacional em 2020, quando passou a ser de 2,8%, vindo a ocupar a décima posição entre as Unidades da Federação (UFs). Em 2020, o PIB paraense atingiu o valor de R\$ 215,94 bilhões. Em relação ao PIB da região Norte (R\$ 478,173 bilhões, em 2020), o Pará contribuiu com 45,2%, mantendo a primeira colocação na região, graças, em grande medida, à sua indústria extrativa mineral (ferro, bauxita, ouro, entre outros), que representa quase 70% das atividades de seu parque industrial.

Entretanto, trata-se do estado que mais desmata no país há quinze anos, particularmente em territórios protegidos (terras indígenas – TIs e unidades de conservação – UCs). O estado também se sobressai por sua elevada taxa média de homicídios no período aqui analisado (2018-2020): foram 41,7 assassinatos por 100 mil habitantes, taxa 17,4 pontos percentuais (p.p.) acima da taxa média nacional para os mesmos três anos (de 24,3). Nesse período, cerca de cem dos seus 144 municípios também registraram taxas médias de homicídios superiores à média nacional desses anos, o que indica a presença, em seu território, de dinâmicas sociais conflituosas e letais.

Para tratar dessas dinâmicas, o texto que se segue está organizado em seis seções, incluindo-se esta introdução. A seção 2 apresenta informações sobre as características históricas, socioeconômicas, geográficas e demográficas do estado. A seção 3 analisa as taxas de homicídios apuradas por município, enquanto a seção 4 apresenta os principais conflitos encontrados no vasto território paraense e suas causas. A seção 5 traz um breve levantamento do aparato estadual de segurança pública das forças policiais atuantes no estado. Por fim, a seção 6 é dedicada às considerações finais.

2 ASPECTOS GEOGRÁFICOS, HISTÓRICOS, SOCIOECONÔMICOS E DEMOGRÁFICOS

O Pará ocupa uma área de 1.245.871 km², fazendo divisa com os estados brasileiros do Amapá e de Roraima, ao norte; do Amazonas, a oeste; do Maranhão, a nordeste; e de Mato Grosso e do Tocantins, ao sul. O estado também é fronteiro à Guiana Francesa e à Guiana, ao norte.

Segundo os primeiros resultados do Censo Demográfico de 2022, a população é de 8,11 milhões de habitantes, apresentando densidade demográfica de 6,61 hab./km². A capital, Belém, é o município com o maior número de habitantes (1,3 milhão de habitantes), seguida por Ananindeua (478.778 hab.), Santarém

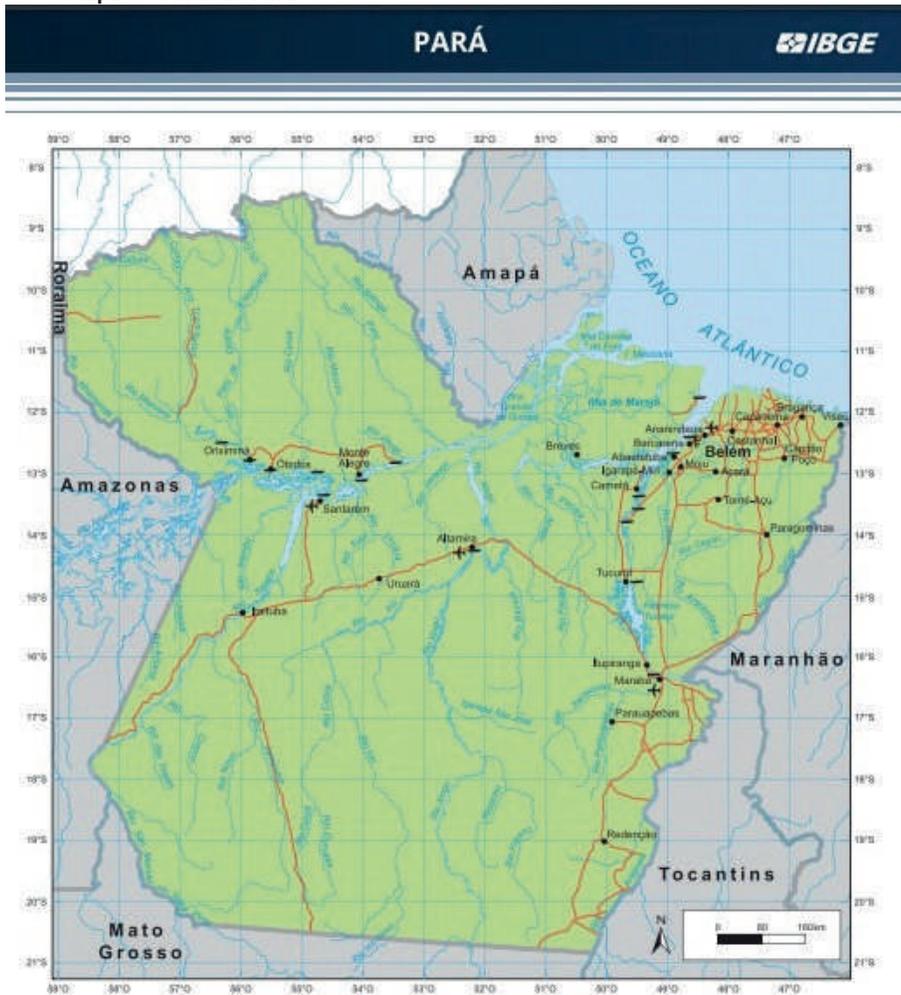
(3331.937 hab.) e Marabá (266.536 hab.).⁹ A população de pessoas autodeclaradas indígenas é de 80.974 indivíduos (cerca de 1% da população estadual), cuja maior parte reside em terras indígenas (51,64%). Trata-se do estado com maior quantidade de TIs (onze) acessadas apenas por via aérea do Brasil, quais sejam: TI Araweté do Igarapé Ipixuna; TI Baú; TI Kayabi; TI Kayapó; TI Kuruáva; TI Menkragnoti; TI Munduruku; TI Panará; TI Parque do Tumucumaque; TI Rio Paru D'Este; e TI Xipaya (IBGE, 2023a). Também é o estado brasileiro com a maior quantidade de territórios quilombolas do Brasil, totalizando 87 quilombos. O Pará possui, assim, a segunda maior população quilombola da região Norte em termos relativos (1,66%), 1 p.p. acima do percentual nacional (0,65%), com o total de 135.003 pessoas (IBGE, 2023b).

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2021 indicou que o rendimento domiciliar mensal *per capita* no estado era então de R\$ 1.061,00, o menor de toda a região Norte. A desigualdade, medida pelo índice de Gini, era de 0,53, igualando-se à média regional. O percentual de pessoas pobres era de 43,14%, superando as médias nacional (37,60%) e regional (40,13%); e a proporção de pessoas extremamente pobres era de 13,61%, maior que os percentuais nacional (8,40%) e regional (12,48%). A média de anos de estudo da população estadual é de 9,0 anos, inferior às médias regional (9,3) e nacional (9,8).

9. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html?edicao=37225&t=resultados>.

MAPA 1

Mapa estadual do Pará



Fonte: IBGE. Portal de Mapas: mapa físico do Pará. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-estaduais/15977-mapas-fisicos-dos-estados.html>. Acesso em: 20 ago. 2022.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

A vegetação que predomina no estado é a floresta tropical úmida, podendo ser encontrados ainda manguezais, no litoral; campos, na ilha de Marajó; e Cerrado, ao sul. O Pará é atravessado por diversos rios que compõem a bacia amazônica, sendo os principais os rios Amazonas, Jari, Pará – ou Parauaú –, Tapajós, Tocantins, Trombetas e Xingu.

A história desse estado remonta à criação da Capitania do Grão-Pará e Maranhão, no século XVII, que era então unidade colonial distinta do resto do território que hoje compõe o Brasil. Em 1751, foi criado o Estado Colonial Português do Grão-Pará, que abrigava também a Capitania de São José do Rio Negro – hoje estado do Amazonas – e os atuais estados do Amapá, de Roraima e de Rondônia. Com a Independência do Brasil (1822), o Grão-Pará vive um período de incertezas: poderia tornar-se um país independente de Portugal; manter-se como colônia portuguesa; ou unir-se ao Império do Brasil. Em meio às Guerras da Independência (1821-1824), o território foi finalmente incorporado ao Império do Brasil independente, tornando-se a província do Grão-Pará (1823). Em 1850, essa província seria desmembrada em duas unidades distintas: a província do Grão-Pará e a província do Amazonas.

De 1835 a 1840, a província do Grão-Pará foi palco da Cabanagem – a maior revolta popular já ocorrida no Brasil. Irrompida durante a regência do padre Diogo Feijó (1835-1838), foi motivada pela extrema pobreza, pela fome e por doenças, que afetavam a população local, bem como o isolamento político da província em relação ao resto do país e a forte influência portuguesa na região. Segundo Ricci (2007, p. 6), a revolta

deixou mais de 30 mil mortos e uma população local que só voltou a crescer significativamente em 1860. Este movimento matou mestiços, índios e africanos pobres ou escravos, mas também dizimou boa parte da elite da Amazônia. O principal alvo dos cabanos era os brancos, especialmente os portugueses mais abastados. (...) Nascida em Belém do Pará, a revolução cabana avançou pelos rios amazônicos e pelo mar Atlântico, atingindo os quatro cantos de uma ampla região. Chegou até as fronteiras do Brasil central e ainda se aproximou do litoral norte e nordeste. Gerou distúrbios internacionais na América caribenha, intensificando um importante tráfico de ideias e de pessoas.¹⁰

Já no século XVIII, o Pará tornara-se um território próspero, com lavouras de café, arroz, cana-de-açúcar, cacau e tabaco, além de fazendas de gado. No século XIX, Belém transformou-se em um grande centro urbano, alavancado pelo *ciclo da borracha* – ciclo econômico que marcou a região amazônica entre 1880 e 1910. Para a intensa produção de borracha, que se destinava sobretudo ao mercado internacional, foram mobilizados, à época, milhares de trabalhadores de diferentes partes do país. Grandes obras foram então construídas na capital, como o Teatro da Paz, um símbolo desse período.

Tradicionalmente calcada no extrativismo, a economia paraense passou por grandes transformações a partir de meados do século XX, em decorrência de planos implementados pelos governos militares (1964-1985), que buscavam a integração da região amazônica à economia do resto do país. Destaca-se, naquele período, o Programa de Integração Nacional (PIN),¹¹ que propunha intervenções no Nordeste e na Amazônia, com o objetivo de melhor equilibrar os desníveis socioeconômicos

10. Ver, também, Rodrigues (2019).

11. Decreto-Lei nº 1.106/1970, assinado pelo então presidente Emílio Garrastazu Médici.

e, *pari passu*, distensionar a questão fundiária no país, em que conflitos de terra e movimentos pró-reforma agrária cresciam desde a década de 1950 – especialmente no Nordeste – e constituíam, na ótica dos militares, um problema de *segurança nacional* (Soares, 2015). Os projetos prioritários da primeira fase do PIN foram, principalmente, a construção das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém e um plano de colonização em seu entorno, com distribuição de terras. A estes, seguiram-se projetos de mineração e construção de infraestrutura – principalmente energia elétrica.

A colonização da região, iniciada ainda no Estado Novo (1937-1945), com a Marcha para o Oeste,¹² ganharia, assim, maior tração na década de 1970. O governo militar, então, ofereceria vantagens fiscais e legais, além de financiamento barato a grupos econômicos nacionais e internacionais que quisessem ali investir. Além de grandes empresas, os projetos de colonização atraíam também pequenos agricultores de outras regiões, que ali conseguiam maiores porções de terra a preços muito melhores que os praticados em seus territórios de origem – como São Paulo e Rio Grande do Sul. Chegaram também ao Pará, naquela época, inúmeros trabalhadores pobres do restante do país, atraídos por notícias sobre as facilidades de conseguir terras e emprego na Amazônia. Sendo assim, seguidas levas de colonos dirigiram-se ao Pará ao longo de anos, em contexto de baixíssima regulação estatal sobre posse e propriedade das terras – que ainda persiste –, provocando conflitos agrários e violência no campo, que até os dias de hoje produzem vítimas.

Segundo Lobato (2019), a expansão agropecuária no Pará está diretamente associada à extração madeireira e ao desmatamento, uma vez que estes funcionam como a frente pioneira da pecuária: limpam o terreno, produzindo carvão, lenha e madeira em tora, para posterior ocupação pelo gado. Também podem funcionar como fachada para especulação de terras, outro vetor do desmatamento. Por ser relativamente fácil seu manejo, a pecuária avançou na região com baixa produtividade, uma vez que é frequentemente usada para demarcar um território e garantir sua posse. Esse processo se reflete no avanço sobre terras protegidas e na expansão dos latifúndios, com consequente aumento da concentração de terras que dão causa aos conflitos agrários (Costa Silva e Dandolini, 2018).

Outra frente de investimento estatal no Pará, desde a década de 1970, foi a mineração, que acabaria se tornando uma das principais atividades econômicas do estado. Na segunda metade dos anos 1960, pesquisas geológicas levariam à descoberta da reserva de minério de ferro da Serra dos Carajás, considerada uma das maiores do

12. Política pública engendrada pelo governo de Getúlio Vargas durante o Estado Novo, a fim de desenvolver e integrar as regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil, que, até aquele momento, apresentavam baixa densidade demográfica, bem diferente ao que ocorria na região litorânea brasileira.

mundo,¹³ que ensejaria a criação do Projeto Grande Carajás¹⁴ pelo governo federal na década de 1980. O empreendimento envolvia a construção de rodovias, ferrovias – com destaque para a Estrada de Ferro Carajás –, portos e barragens, que viriam a compor a infraestrutura necessária não somente à extração do minério, mas também ao seu transporte até o litoral – e, de lá, para outras partes do mundo. Principal produto da balança comercial do Pará atualmente, 41% das exportações brasileiras de minério de ferro (cerca de 160 mil toneladas, em 2022) provêm do estado.¹⁵

O Pará produz ainda bauxita, caulim, cobre, manganês, níquel, silício, fosfato, alumínio e ouro. Os grandes depósitos de bauxita na região, descobertos ainda no século XIX, levariam à exploração intensiva do mineral no final dos anos 1970 e à implantação de um grande polo de alumínio, capitaneado pela então estatal Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). A cadeia da bauxita compreende as etapas de: i) extração do minério; ii) transformação da bauxita em alumina (matéria-prima básica do alumínio); e, por fim, iii) transformação final da alumina em alumínio, cujas partes metálicas são comercializadas conforme demanda do mercado. Para viabilizar esses processos, foi necessário criar uma extensa cadeia intermodal que conectasse os transportes ferroviário e hidroviário, com a finalidade de garantir desde o carregamento da bauxita – nos municípios de Oriximiná, Juruti e Paragominas – até a fase final (transformação e exportação do alumínio, que ocorre na cidade de Barcarena). Também foi preciso construir usinas hidrelétricas, uma vez que esse tipo de energia é insumo essencial dessa indústria. No período, foram construídas no Pará as usinas hidrelétricas de Curuá-Uma, inaugurada em 1977,¹⁶ e de Tucuruí, inaugurada em 1984, com capacidade de geração 8.370 MW. Prevista ainda nos governos militares, a Usina Hidrelétrica (UHE) de Belo Monte, a maior de todas,¹⁷ viria a se concretizar apenas em 2011.

O garimpo de ouro também trouxe fama ao Pará, em decorrência da abertura, em seu território, do “maior garimpo a céu aberto do mundo”, no início da década de 1980: Serra Pelada, que operou até o início da década de 1990. Segundo estimativas, mais de 100 mil pessoas retiraram dali cerca de 50 t de ouro, em condições de trabalho bastante precárias. Calor intenso, escadas comprometidas, barrancos sem medidas de segurança e contaminações pelo ar, por barro e por mercúrio levaram à ocorrência de diversas mortes no local. Atraindo famílias de garimpeiros e trabalhadores em

13. Disponível em: <https://www.simineral.org.br/mineracao#mineracaopara>.

14. Realizado pela então estatal Companhia Vale do Rio Doce, hoje privatizada e denominada Vale, o Programa Grande Carajás começou a implementar, na década de 1980, alguns projetos minero-metalúrgicos, tais como: Ferro-Carajás (Serra de Carajás-PA), em 1984; Consórcio de Alumínio do Maranhão S.A. – Alumar (São Luís-MA), em 1984; Alumínio Brasileiro S.A. – Albrás (Barcarena-PA), em 1985; extração de manganês de Igarapé Azul (Serra de Carajás-PA), em 1986, e de ouro do Igarapé Bahia (Serra de Carajás-PA); e algumas indústrias de ferro-gusa em Marabá-PA e Açailândia-MA (Canto, 2016).

15. Em 2022, o valor exportado desse minério chegou a US\$ 12,8 bilhões. Para mais detalhes, ver o *link* disponível em: <https://www.simineral.org.br/mineracao#mineracaopara>.

16. Programada para gerar 100 MW, alagando 78 km² – para os 40 MW.

17. Com capacidade instalada para produzir 11.233 MW.

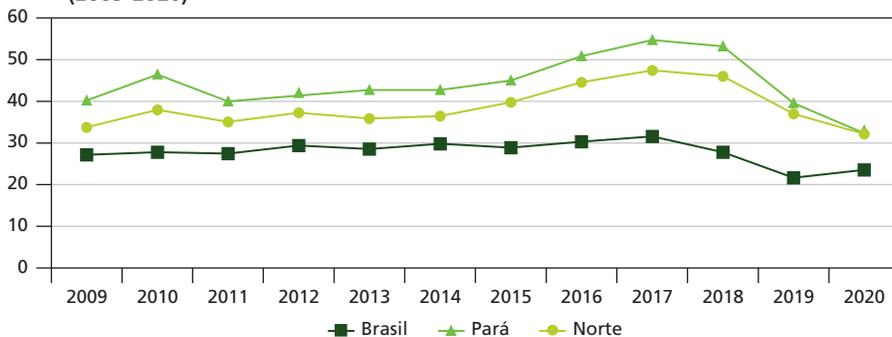
outros serviços, Serra Pelada daria origem a diversas cidades no seu entorno, como Curionópolis,¹⁸ e seria palco, em 1987, de mais de sessenta óbitos em um mesmo dia, causados pela ação da Polícia Militar (PM) paraense, quando garimpeiros romperam a ponte rododiferroviária sobre o rio Tocantins, com o objetivo de protestar contra a falta de segurança no local e a baixa produção.¹⁹ Após algumas tentativas de fechamento do garimpo nos anos 1980, a lavra foi finalmente encerrada em 1992 (Angelo, 2021). Nos dias atuais, a riqueza mineral da região da Serra dos Carajás tem atraído a exploração ilegal, especialmente nos municípios de Marabá, Canaã dos Carajás, Curionópolis e Parauapebas (Carvalho, 2023).

3 HOMICÍDIOS E DADOS CRIMINAIS

Nos últimos quinze anos, o Pará tem apresentado taxas de homicídio superiores às médias da região Norte do país e do Brasil. Analisando-se a série histórica de 2009 a 2020, verifica-se tendência de queda dessas taxas a partir de 2017. Em 2020, enquanto a taxa do Brasil foi de 23,5 homicídios para cada 100 mil habitantes, o Pará registrou 32,3, próxima à da região Norte, de 32,1 (gráfico 1).

GRÁFICO 1

Evolução das taxas de homicídios por 100 mil habitantes – Brasil, região Norte e Pará (2009-2020)



Fontes: Tabnet/Datasus do Ministério da Saúde (MS), Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) do MS e IBGE.

Obs.: 1. Número de homicídios – número de homicídios na UF de residência obtido pela soma dos óbitos por agressão (X85-Y09) e intervenção legal (Y35), extraído do Tabnet/Datasus/MS.

2. População obtida de “População residente: estimativas para o TCU” (Tabnet/Datasus/MS).

3. Taxa de homicídios – a taxa de homicídios por 100 mil habitantes é calculada pela divisão do número de homicídios pela população e pela multiplicação por 100 mil.

18. Curionópolis foi fundada e administrada, por certo tempo, pelo major Curió (Sebastião Rodrigues de Moura), figura legendária na região e na história de Serra Pelada. Militar de carreira, Curió atuou na repressão à guerrilha do Araguaia (anos 1970), em que aplicava técnicas de tortura. Após servir no Centro de Informações do Exército (CIE) e no Serviço Nacional de Informações (SNI), foi destacado para servir como interventor federal em área do município de Marabá, onde se localizava o garimpo de Serra Pelada. Em 1982, elegeu-se deputado federal, com recorde de votos. Para mais informações, consultar o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV). Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/sebastiao-curio-rodrigues-de-moura>.

19. O direito minerário de Serra Pelada era de titularidade da CVRD, que manteve uma firma subsidiária no local, sem explorar o mineral. A empresa nunca conseguiu expulsar os garimpeiros da região, e, em 1984, foi aprovada uma indenização à Vale no valor de US\$ 60 milhões pelo ouro até então extraído pelos garimpeiros. Para mais detalhes, ver o *link* disponível em: <https://sagaconsultoria.com/serra-pelada-a-historia-do-maior-garimpo-a-ceu-aberto-do-mundo/>.

O quadro 1 mostra que no período 2018-2020, 101 dos 144 municípios paraenses apresentaram taxas médias de homicídio superiores à média nacional (24,3); isso indica que a violência letal afeta o território de forma generalizada.

QUADRO 1

Homicídios por 100 mil habitantes: taxa média (2018-2020)

Taxas médias de homicídio/ 100 mil habitantes		Municípios
Grupo I	0 a 10,87	Chaves; Curuá; Limoeiro do Ajuru; Muaná; Alenquer; Curralinho; Cachoeira do Arari; Melgaço; Juruti; Aveiro; Ponta de Pedras; Prainha; Gurupá; Viseu; Terra Santa; e Bagre.
Grupo II	11,26 a 24,32	São Sebastião da Boa Vista; Oeiras do Pará; Monte Alegre; Augusto Corrêa; Santa Cruz do Arari; Faro; Rurópolis; Porto de Moz; Maracanã; Óbidos; Cametá; Afuá; Água Azul do Norte; Conceição do Araguaia; Oriximiná; Soure; Irituía; Mojuí dos Campos; Anajás; Magalhães Barata; Salvaterra; Santarém; Belterra; Nova Timboteua; São João da Ponta; Baião; Tracuateua; e Pau D'Arco.
Grupo III	24,56 a 40,92	Bonito; Xinguara; Santarém Novo; Ulianópolis; Cachoeira do Piriá; Placas; Nova Ipixuna; Breves; Santo Antônio do Tauá; Ipixuna do Pará; São Caetano de Odivelas; Santa Maria das Barreiras; Trairão; Almeirim; Santana do Araguaia; Aurora do Pará; São Félix do Xingu; Igarapé-Açu; Palestina do Pará; Portel; Brejo Grande do Araguaia; Dom Eliseu; Peixe-Boi; São Francisco do Pará; Quatipuru; Bragança; São João do Araguaia; Piçarra; São João de Pirabas; São Domingos do Araguaia; Primavera; Santa Luzia do Pará; Breu Branco; Santa Maria do Pará; Igarapé-Miri; Novo Repartimento; Jacundá; Colares; Goianésia do Pará; Itupiranga; Marapanim; Bom Jesus do Tocantins; Abaetetuba; Tucumã; São Domingos do Capim; Mocajuba; São Geraldo do Araguaia; São Miguel do Guamá; e Garrafão do Norte.
Grupo IV	41,94 a 66,08	Tucuruí; Medicilândia; Curuçá; Tailândia; Rondon do Pará; Cumaru do Norte; Sapucaia; Concórdia do Pará; Salinópolis; Inhangapi; Rio Maria; Moju; Capanema; Ourém; Belém; Uruará; Barcarena; Abel Figueiredo; Acará; Bannach; Terra Alta; Vigia; Santa Izabel do Pará; Pacajá; Ananindeua; Marabá; Paragominas; Eldorado do Carajás; Capitão Poço; Benevides; Santa Bárbara do Pará; Marituba; Parauapebas; Castanhal; Itaituba; Brasil Novo; Canaã dos Carajás; e Vitória do Xingu.
Grupo V	68,41 a 118,2	Redenção; Ourilândia do Norte; Mãe do Rio; Tomé-Açu; Curionópolis; Bujaru; Nova Esperança do Piriá; Altamira; Novo Progresso; Senador José Porfírio; Anapu; Jacareacanga; e Floresta do Araguaia.

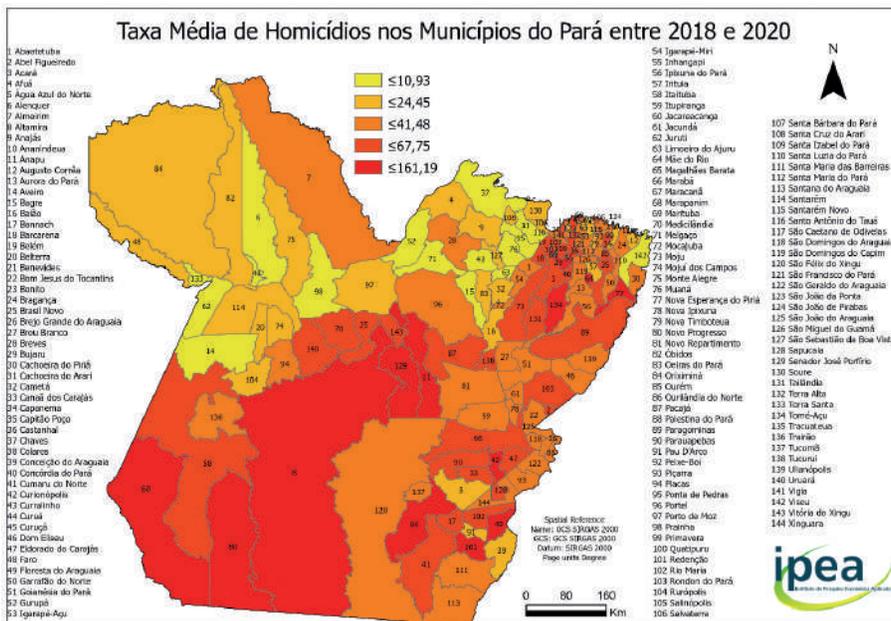
Fontes: Tabnet/Datasus/MS, SIM/MS e IBGE.

- Obs.: 1. Número de homicídios – número de homicídios na UF de residência obtido pela soma dos óbitos por agressão (X85-Y09) e intervenção legal (Y35), extraído do Tabnet/Datasus/MS.
 2. População obtida de “População residente: estimativas para o TCU” (Tabnet/Datasus/MS).
 3. Taxa de homicídios – a taxa de homicídios por 100 mil habitantes é calculada pela divisão do número de homicídios pela população e pela multiplicação por 100 mil.

No mapa 2, observa-se a distribuição territorial dos indicadores de homicídios, com a identificação dos municípios paraenses. Destacam-se os municípios da região sudeste do estado, na divisa com Amazonas e Mato Grosso: Jacareacanga (113,3); Novo Progresso (94,45); Altamira (81,2); Senador José Porfírio (105,8); e Anapu (107,6). Jacareacanga e Anapu são o segundo e terceiro municípios com maiores taxas médias de homicídio em todo o período analisado (grupo V). Também estão nesse grupo os municípios de Redenção (68,4), Ourilândia do Norte (69,0), Curionópolis (70,7), Nova Esperança do Piriá (76,4) e Floresta do Araguaia (118,2), situados na mesorregião sudeste do estado. Além destes, encontram-se na mesma faixa os municípios de Mãe do Rio (69,8), Tomé-Uçu (69,9) e Bujaru (72,1), localizados na mesorregião nordeste do Pará, próximos à Região Metropolitana (RM) de Belém.

MAPA 2

Taxa média de homicídios por município – Pará (2018-2020)



Fontes: Tabnet/Datasus/MS, SIM/MS e IBGE.

Obs.: 1. Número de homicídios – número de homicídios na UF de residência obtido pela soma dos óbitos por agressão (X85-Y09) e intervenção legal (Y35), extraído do Tabnet/Datasus/MS.

2. População obtida de "População residente: estimativas para o TCU" (Tabnet/Datasus/MS).

3. Taxa de homicídios – taxa de homicídios por 100 mil habitantes é calculada pela divisão do número de homicídios pela população e pela multiplicação por 100 mil.

4. Ilustração cujos layouts e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

Verifica-se que municípios com altas taxas médias de homicídio possuem em seus territórios unidades de conservação, assentamentos, TIs e quilombos, o que indica possível correlação entre homicídios e conflitos ambientais e agrários nesses locais. O município de Floresta do Araguaia, no sudeste do estado, onde há dezesseis áreas de assentamentos de reforma agrária e a TI Las Casas, é também o que apresenta maior taxa média de homicídios para o período (118,2). Essa coincidência também é observada em Nova Esperança do Piriá (76,4), em que há seis assentamentos da reforma agrária²⁰ e a TI Alto Rio Guamá; e em Bujaru (72,1), na região nordeste do estado, com oito assentamentos²¹ e um quilombo (São Judas Tadeu).

20. Projetos de assentamento (PAs) Cidapar I e II, Paranoa, Enalco, Arapua, Simeira e Del Rey.

21. PAs Araxiteua, Ilha Mocajuba, Mariah, Itabira, Piramide, Itapeva, Jutai Mirim e Mocajuba.

Em 2021, o Pará destacou-se por apresentar uma das maiores taxas de policiais mortos em confronto (0,7) do país. Também se observaram, no estado, médias de mortes decorrentes de intervenção policial (6,2) superiores à nacional e à regional (0,4 e 2,9, respectivamente).²² O estado registra, ademais, altos índices de violência contra a mulher, com taxas de feminicídio (1,5), homicídios femininos (4,2), estupro de vulnerável (44,5) e lesão corporal/violência doméstica (198,6) acima das taxas nacionais – tendência comum a todos os estados da região Norte. Quanto à posse e ao porte ilegal de armas, houve crescimento de 7,2% de casos entre 2020 e 2021. Este, contudo, não é o número mais alarmante da região Norte: Acre (43,5%), Roraima (33,7%) e Amapá (12,4%), por exemplo, tiveram índices superiores ao percentual registrado no Pará (FBSP, 2022).

4 PRINCIPAIS CONFLITOS E ATIVIDADES RELACIONADAS

Apesar de mostrar uma trajetória descendente nas taxas de homicídio desde 2018, o estado do Pará segue figurando entre os estados mais violentos do país. Segundo interlocutores locais (pesquisadores e atores do sistema de justiça e segurança pública), as dinâmicas são bastante distintas quando se comparam a RM de Belém e o interior do estado. Enquanto na RM de Belém a violência se deve a conflitos entre facções de base prisional, milícias e polícias, no interior reflete disputas pela terra que envolvem trabalhadores rurais (posseiros), povos tradicionais e grileiros. Observa-se também maior concentração de esforços da secretaria de segurança pública na RM do que nos municípios do interior.

Não obstante, a criminalização da pobreza parece permear todo o estado, com baixa responsabilização dos grandes financiadores das atividades ilegais – seja no meio urbano, seja no rural –, e o combate ao narcotráfico parece resumir-se no encarceramento de pequenos traficantes, majoritariamente representados por pessoas pretas e pardas. De acordo com dados do Sistema de Informações Penais do Ministério da Justiça e Segurança Pública (Sisdepen/MJSP), a população carcerária²³ do Pará em 2021 era composta, em 54,33%, de indivíduos pardos; em 23,77%, de pessoas negras; em 18,65%, de brancos; em 3,22%, de pessoas de raça/cor amarela; e em 0,03%, de indígenas.²⁴

No interior, a violência decorre principalmente de conflitos entre grandes empreendimentos agropecuários, grileiros e exploradores ilegais de recursos naturais, de um lado, e posseiros e populações tradicionais, do outro. Estes últimos são frequentemente submetidos à “pedagogia do terror” (massacres, execuções e ameaças). Nas próximas subseções, serão abordadas as dinâmicas da violência no Pará, segundo a natureza da sub-região em que ocorre: RM (4.1) e interior (4.2).

22. Ver apêndices D e E.

23. O total da população carcerária no Pará é de 15.017 presos – até 2021 –, dos quais 14.983 dispõem de informação étnico-racial.

24. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrjoiMjY2M2UzMWwMtZmJkOS00YjhlLWFmMGEtZGVmODM4YTE0MjIiwiidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNMNy05MWYyLTriOGRhNmJmZThlMSJ9>.

4.1 Dinâmicas da violência na RM de Belém

A RM de Belém tem sido palco de execuções e chacinas relacionadas à ação de milícias,²⁵ de facções de base prisional e, também, da polícia. O Pará, assim como outros estados do Norte, foi profundamente afetado pela incursão, em seu território, das facções criminosas provenientes do Sudeste do país (Primeiro Comando da Capital – PCC e Comando Vermelho – CV), desde meados dos anos 2000. Segundo Soares (2023), o PCC está estruturado no estado desde 2006, tendo adquirido influência considerável no sistema carcerário. Atualmente, sua principal base está em Altamira, no sudoeste do Pará.

Quanto ao CV, estima-se que chegou ao estado em 2009, sendo atualmente a principal facção atuante em Belém e sua RM. Na região, estabeleceu alianças importantes com facções regionais, como a Equipe Tex, do bairro Terra Firme, na periferia de Belém; e a Equipe Real, baseada no município de Ananindeua, na RM de Belém (Soares, 2023). Além desses grupos, estiveram presentes no estado o Cartel do Norte (antiga Família do Norte – FDN), oriundo do Amazonas,²⁶ e o Bonde dos 30 (FBSP, 2018), facção local que se estabeleceu a partir dos municípios de Abaetetuba e Barcarena, vindo a expandir-se pelos municípios de Moju, Tucuruí, Ananindeua, Castanhal e Belém. A prisão de uma de suas lideranças (“Surfista”), em 2009, teria favorecido seu *batismo* pelo PCC no cárcere. Desde 2015, o grupo vem perdendo força, em especial a partir da Operação First, da Polícia Civil, que realizou diversas prisões de lideranças importantes (Dórea *et al.*, 2018).

Mais recentemente, a expansão do tráfico internacional de cocaína no território amazônico, a partir da Colômbia e do Peru, fomentou disputas pelo controle das rotas usadas para o transporte dessa mercadoria. O Pará é estratégico nessa rota, em função de sua boa rede de transportes de múltiplos modais (hidroviário, terrestre e aéreo), que permitem a distribuição das drogas para o país e o exterior.

Interlocutores locais apontam um possível cenário de pacificação entre facções na RM de Belém nos últimos anos, o que explicaria, ao menos em parte, a redução de homicídios no estado. Se assim for, o ordenamento imposto pelas facções, por meio dos códigos de conduta respeitados pela comunidade, se sobreporia ao do próprio estado. Contudo, em 2019, um grande massacre de presos decorrente de conflito entre facções prisionais ocorreu em Altamira; em 2020 e 2021, algumas execuções e atentados foram cometidos contra agentes de segurança pública e membros de grupos criminosos. Dessa forma, tem-se em vista, supostamente, forçar barganhas com as autoridades em torno de melhores condições e garantia

25. De acordo com Cano (2008), o termo *milícias* começou a ser utilizado em 2006, quando os jornais começaram a falar a respeito de um controle crescente em comunidades carentes por grupos armados (*milícias*). Esses grupos eram compostos por policiais e outros agentes do estado, que iniciaram uma dominação em áreas previamente controladas por narcotraficantes.

26. A FDN é uma facção surgida no Amazonas, por volta de 2007.

de direitos dos presos no sistema penitenciário paraense. A política penitenciária mostra-se, assim, central à compreensão das dinâmicas dos conflitos urbanos.

Como foi dito, a RM de Belém parece ser o principal foco da política da secretaria de segurança pública estadual. Investimentos em equipamentos, definição de áreas prioritárias de intervenção, assim como o programa Territórios pela Paz (TerPaz), de caráter preventivo, estão principalmente concentrados ali. Segundo interlocutores, o TerPaz combina “uma política de inclusão social com política de segurança pública” e é implantado em locais com maiores índices de violência e piores indicadores sociais. Consiste na instalação de equipamentos públicos, as usinas da paz, que ofertam serviços de profissionalização, educação, cultura e arte, saúde, esporte, lazer e mediação de conflitos. O objetivo do programa é desconstruir dinâmicas geradoras de criminalidade e impedir que jovens ingressem em organizações criminosas.²⁷ A figura 1 mapeia as usinas da paz já construídas e onde se localizam. Observa-se que cinco destas estão localizadas em Belém; duas, em municípios de sua RM (Ananindeua e Marituba); e apenas duas estão na mesorregião sudeste do Pará (Parauapebas e Canaã dos Carajás).

FIGURA 1

Localização das usinas da paz – Pará (2021-2022)



Fonte: Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper). Webinar *Projetos urbanos integrais em Medellín e territórios pela paz no Pará*, realizado em 26 de julho de 2022. Disponível em: <https://www.insper.edu.br/agenda-de-eventos/projetos-urbanos-integrais-em-medellin-e-territorios-pela-paz-em-belem-para/>.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

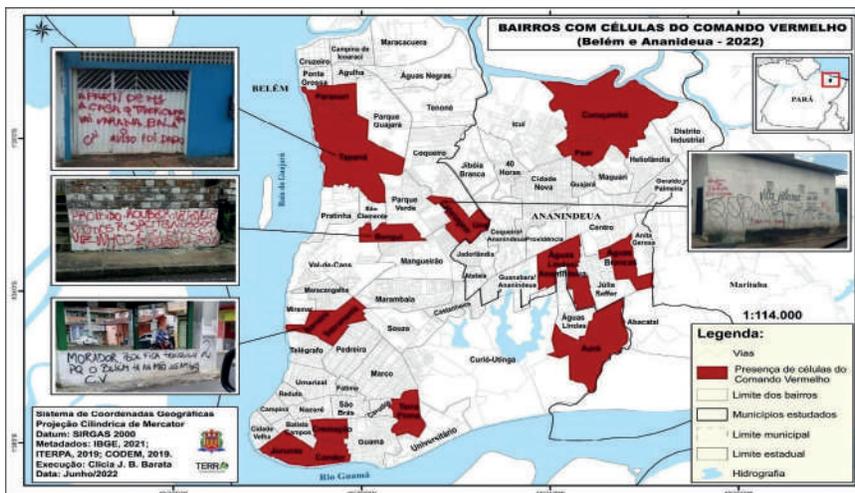
Outra hipótese para explicar a diminuição dos índices de homicídios na RM de Belém seria a profissionalização do crime organizado. Segundo Couto (2020), o

27. Disponível em: <https://www.insper.edu.br/noticias/conexao-entre-seguranca-publica-e-urbanismo-social-e-tema-de-curso-do-insper/>.

CV já teria “avisado” que não seria “permitido” cometer crimes em territórios sob seu domínio. A comunicação desses “avisos” é feita às comunidades na forma de *pichações* (figura 2). A proibição visaria evitar a atenção e a ação da polícia naqueles territórios, o que comprometeria o comércio de drogas (Couto, 2020). A figura 2 ilustra os avisos colocados em bairros dos municípios de Belém e Ananindeua.

FIGURA 2

Pichações em bairros dominados pelo CV – Belém e Ananindeua (2022)



Elaboração: Clícia J. B. Barata.

Obs.: 1. Imagem disponibilizada pelo professor Aiala Couto, da Universidade do Estado do Pará (Ueapa).

2. Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

4.2 Dinâmicas da violência no interior do estado

O interior do estado apresenta dinâmicas de violência decorrentes principalmente de conflitos agrários. Não obstante, a presença de facções dentro e fora de prisões em municípios do interior também incrementa as taxas de homicídios nesses locais. Nesse sentido, a cidade de Altamira foi o berço do Comando Classe A (CCA) em 2012, o qual depois se expandiu para prisões da RM de Belém e cidades do entorno (Itaituba, Marabá, Tucuruí e Parauapebas). Em 2019, 58 presos foram mortos pelo CCA no Centro de Recuperação Regional de Altamira, como reação ao avanço do CV na região. Seu fortalecimento esteve associado aos desdobramentos da construção da UHE de Belo Monte, com as remoções forçadas e a criação de assentamentos precários. A desmobilização das obras de Belo Monte, a partir de 2015, piorou ainda mais as condições de vida e emprego na região, atraindo novos trabalhadores para a economia criminal ali estabelecida.

No entanto, são as disputas pela posse e pelo uso da terra as principais dinâmicas que incrementam a violência letal no estado do Pará, que carrega o título de campeão de conflitos fundiários do país e de mortes decorrentes disso. Segundo Loureiro e Pinto (2005), desde a década de 1970 até os anos 2000, ocorreram pelo menos 772 assassinatos no campo. Apenas em 2022, estima-se que 47% dos conflitos no campo ocorreram na região Norte do país, sendo o Pará o estado com maior número de ocorrências: 156 casos, envolvendo mais de 31 mil famílias, especialmente na região sul do estado (CPT, 2022). O estado é reconhecido, em âmbito nacional e internacional, por verdadeiros massacres ocorridos em seu território, tais como: o de Rondon do Pará, em 1987;²⁸ o de Marabá, em 1987;²⁹ o de Eldorado dos Carajás, em 1996;³⁰ o de Xinguara/Rio Maria, em 2002;³¹ o de Pau D’Arco, em 2017;³² e o de São Feliz do Xingú, em 2022³³ (CPT, 2022).

O Pará também registra um dos maiores índices de impunidade por conflitos fundiários, pois, em que pese a enorme quantidade de casos, a persecução penal e a responsabilização dos autores são raras (Loureiro e Pinto, 2005). Não por acaso, uma das primeiras citações do Brasil pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), ocorrida em 1997, partiu de denúncia apresentada pela CPT – e por outras organizações – sobre assassinatos, ameaças e outras violações de direitos humanos ocorridos no contexto de conflitos rurais em Xinguara e Rio Maria (região sul do estado). As denúncias falam ainda da formação de esquadrões de morte e de uma lista de pessoas “marcadas para morrer”, que incluiria lideranças de movimentos sociais e ambientalistas. Também em 1997, uma delegação do CIDH foi enviada à região, a qual comprovou a existência de grupos de extermínio. Estima-se que, desde 1980 até a data de realização da denúncia, pelo menos 190 trabalhadores rurais teriam sido assassinados no sul do Pará (Reis, 2012).

28. Vinte e três de outubro de 1987: assassinato de dois camponeses e uma criança (CPT, 2022).

29. Vinte e oito de dezembro de 1987: assassinato de três pessoas durante manifestação ocorrida sobre a ponte do rio Tocantins. As mortes ocorrem após ordem do governador do Pará à época, Hélio Gueiros, que enviou uma tropa de 360 soldados da PM ao local (CPT, 2022).

30. Dezesete de abril de 1996: um grupo de trezentos trabalhadores sem-terra impediu a passagem de carros e caminhões na PA-150. Eles protestavam pela demora do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em desapropriar a fazenda Macaxeira (40 mil hectares), então improdutiva. Ao final do confronto entre policiais militares e camponeses, dezenove destes foram mortos e outros dois, feridos (CPT, 2022).

31. Vinte e três de fevereiro de 2002: assassinato de quatro pessoas por oito pistoleiros das fazendas Mandassaia e Santa Teresa, em Xinguara, propriedade do ex-ministro do governo Geisel, Angelo Calmon de Sá. Nesse município, em 13 de agosto de 1987, foram assassinados três camponeses. Há histórico de conflitos na região desde 1983, ligados à coleta de castanhas de algumas famílias que conflitavam com a família Mutran, a qual exercia monopólio do produto (CPT, 2022).

32. Vinte e quatro de maio de 2017: assassinato de dez trabalhadores rurais sem-terra em uma ação da Polícia Militar com a Polícia Civil do estado do Pará, supostamente organizada para cumprir mandados de prisão contra os ocupantes da fazenda Santa Lúcia, assim como do acampamento Nova Vida. A operação conduziu-se por meio da Delegacia de Conflitos Agrários, com apoio de policiais dos municípios de Redenção, Conceição do Araguaia e Xinguara (CPT, 2022).

33. Onze de janeiro de 2022: assassinato de José Gomes, ambientalista conhecido como Zé do Lago, sua esposa Márcia Nunes Lisboa, também ambientalista, e sua filha Joene Nunes Lisboa, em Cacheira da Mucura (CPT, 2022).

A história de violência e resistência sob a qual se forja a luta fundiária no Pará é a outra face da história da colonização dirigida pelo estado, que ocorre por meio da concessão de terras devolutas³⁴ para o interesse privado (Andrade, 2019). Assim, embora a grilagem de terras seja histórica, assumiu contornos “institucionais” em função da política de federalização de terras devolutas da ditadura militar (1964-1985). Na ocasião, o governo federal retirou dos estados faixas de terra situadas a até 100 km de distância do traçado das rodovias federais, com o objetivo de destiná-las a projetos de colonização,³⁵ tais como os projetos integrados de colonização – PICs (Rocha e Gonçalves, 2017). No Pará, destacaram-se os PICs Altamira, Marabá e Itaituba (Farias *et al.*, 2021). Estima-se que, após o processo de federalização de terras amazônicas, apenas 30% da extensão de terras paraenses ficaram sob jurisdição do estado (Loureiro e Pinto, 2015).

No contexto da “colonização” da Amazônia (Loureiro, 2022), o Pará é o estado da região com mais projetos de assentamento em seu território (Farias *et al.*, 2018) e um dos que mais recebeu migrantes. A política de “terras sem homens para homens sem terra” (Médici, 1970³⁶ *apud* Soares, 2015, p. 124) foi levada a cabo, entretanto, sem a adequada assistência técnica e econômica às famílias assentadas, o que aumentaria a pobreza e agravaria as disputas por terras (Reis, 2012). Nesse cenário, posseiros e populações tradicionais já estabelecidos foram submetidos a expulsão violenta e a invasões ilegais (Pereira, 2015). Paralelamente, surgiram no estado densos aglomerados e novas cidades “sem lei”, em que a eventual presença do Estado mais contribuiu para a escalada da violência do que para sua contenção.

A massiva atração de migrantes para o Pará ampliou o estabelecimento de culturas invasoras na região, como a pecuária e a monocultura da soja e do eucalipto. Por sua vez, os grandes projetos ali implantados (Grande Carajás, o complexo do alumínio, assim como as grandes hidrelétricas, entre outros) ocasionam problemas de infraestrutura urbana, especulação imobiliária, incremento da pobreza e precarização das relações trabalhistas. A construção da UHE de Belo Monte, por exemplo, é frequentemente associada ao crescimento da violência e da criminalidade, do tráfico de drogas e da exploração sexual de crianças e mulheres (Ribeiro

34. As terras devolutas são terras que não possuem título de propriedade privada válido e que, portanto, são consideradas propriedade do Estado.

35. Os projetos de colonização são políticas públicas de reforma agrária criadas pelo Incra, inicialmente com as modalidades: projeto integrado de colonização; projeto de assentamento dirigido – PAD; projeto de assentamento rápido – PAR; e projeto de assentamento federal. Esses projetos são considerados como assentamentos tradicionais, representando 72% do total implementado na Amazônia (Farias *et al.*, 2018).

36. Médici, E. G. *Sob o signo da fé*. Discurso proferido em Manaus, na Reunião Extraordinária da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, Sudam. 8 out. 1970. Disponível em: www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/discursos/1970/24/view. Acesso em: 8 nov. 2023.

e Corrêa, 2018). Além do complexo hidrelétrico de Belo Monte, está prevista a construção de outras três hidrelétricas na região (Altamira, Pombal e São Félix). Somando-se a esse quadro, o empreendimento da mineradora canadense Belo Sun visa à extração de ouro em uma área de exploração que se estende às terras Xipaya (Fiocruz, 2018a; 2022a).

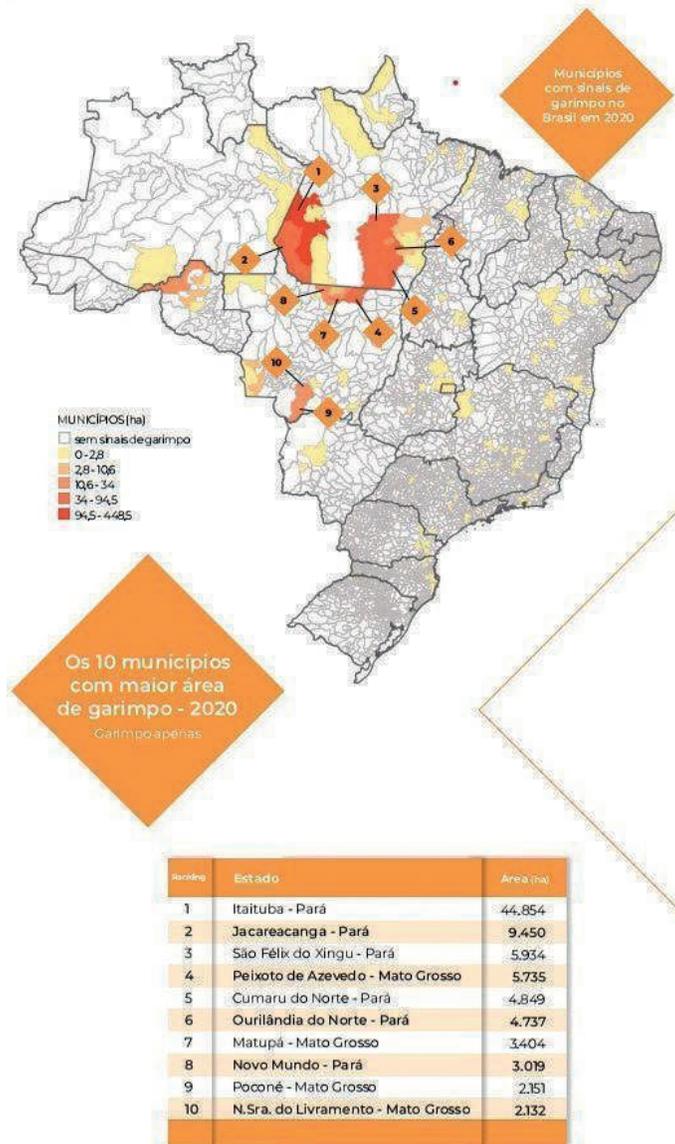
Há fortes indícios de que, de 2019 a 2022, o governo federal se tornou conivente com as práticas de grilagem, exploração madeireira ilegal e garimpo ilegal, seja pelo enfraquecimento das instituições de controle (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama, Fundação Nacional dos Povos Indígenas – Funai e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBIO), seja pelo estímulo a essas atividades. O Pará é, há quinze anos, o estado brasileiro líder em desmatamento, em cujo território estão as áreas mais desmatadas do Brasil (municípios, como Altamira e São Félix do Xingu; unidades de conservação, como a área de proteção ambiental – APA Triunfo do Xingu e Floresta Nacional do Jamaxim; e TIs, como Cachoeira Seca, povo Arara, e Apyterewa, povo Parakanã). Também foi no Pará, em 2019, que ocorreu o chamado “dia do fogo”, quando ruralistas criminosamente atearam fogo na floresta, em Novo Progresso, região da BR-163 (Deutsche Welle, 2020).

Em relação ao garimpo ilegal, outra atividade geradora de conflitos, seis entre os dez municípios brasileiros com maior área garimpeira estão no Pará, em suas partes sudeste e sudoeste: Itaituba (44.854 ha); Jacareacanga (9.450 ha); São Félix do Xingú (5.934 ha); Cumaru do Norte (4.849 ha); Ourilândia do Norte (4.737 ha); e Novo Mundo (3.019 ha). Em 2021, o Pará foi o terceiro estado com maior número de conflitos envolvendo mineração e garimpo:³⁷ registraram-se 27 conflitos, que abrangem 6.391 famílias. Em 23 desses casos, havia envolvimento do garimpo ilegal. Os demais envolveram empresas mineradoras. As famílias afetadas pelos conflitos são, na sua maioria, indígenas (CPT, 2022).

37. Importa esclarecer que “garimpo é a mineração caracterizada pelo baixo nível de mecanização, quase sempre associado à mão de obra não especializada e pouca ou nenhuma infraestrutura permanentes”; por sua vez, a “mineração industrial faz a extração, transporte e o processamento do material, empregando alto nível de mecanização, operações de longo prazo e mão de obra especializada” (MapBiomias, 2021, p. 3).

FIGURA 3
Municípios com garimpo no Brasil

FOI DETECTADO **GARIMPO** EM 232 MUNICÍPIOS



Fonte: MapBiomias (2021).

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

A expansão do garimpo dá-se por meio do avanço sobre territórios indígenas e áreas de conservação: de 2010 a 2020, a área ocupada por garimpos em TIs cresceu 495%; em unidades de conservação, o crescimento foi de 309% (MapBiomias, 2021). O município de Itaituba, localizado no nordeste do estado, possui a maior área afetada pela atividade: seu tamanho é cerca de quatro vezes maior que as áreas garimpeiras das demais cidades mencionadas. Nesse município, pequenos agricultores e populações tradicionais (“beiradeiros”³⁸ e indígenas) que ocupam a região (uma faixa de cerca de 70 km da margem esquerda do rio Tapajós) são ameaçados, desde a década de 1970, pelo avanço da fronteira agrícola e do garimpo. Mais recentemente, soma-se a esse cenário o projeto de construção de um complexo hidrelétrico na região pelo governo federal: a UHE São Luiz do Tapajós, que prevê a construção de sete usinas entre os rios Tapajós e Jamanxim (Fiocruz, 2022b).

A associação entre atividade garimpeira ilegal e violência também ocorre em Jacareacanga, segundo município em tamanho de área explorada pelo garimpo no Pará e onde se registrou a segunda maior taxa de homicídios do estado no período analisado (quadro 1). Localizado no sudoeste paraense, Jacareacanga abriga três TIs em seus limites: Kayabi, Munduruku e Sai Cinza.³⁹

O último relatório de violência no campo da CPT (2022) revela que, em 2021, foram dezesseis conflitos em Jacareacanga relacionados à terra, a maioria destes envolvendo a TI Munduruku, da bacia do Tapajós. O território Kayapó, localizado entre os municípios de Ourilândia do Norte, Cumaru do Norte e São Félix do Xingu e reconhecido desde 1991, é outro que sofre, há mais de quarenta anos, com o avanço das atividades de mineração, siderurgia e serraria. Apesar das inúmeras operações policiais realizadas na região, os conflitos que envolvem os garimpos ilegais permanecem em elevada tensão, produzindo violência letal e mortalidade por disseminação de doenças, intoxicação e insegurança alimentar (Fiocruz, 2018b).

O Pará é um estado com grande representação também de áreas quilombolas, muitas destas afetadas por garimpo, bem como por hidrelétricas e suas barragens. Esse é o caso da comunidade Cachoeira Porteira (município de Oriximiná), que luta pela titulação de seu território em meio às ameaças do garimpo ilegal e da implantação da UHE Cachoeira Porteira, no rio Trombetas. O projeto também se sobrepõe à TI Katxuyana-Tunayana, também palco de conflitos (Fiocruz, 2022c).

A violência no Pará também está associada à extração ilegal de madeira – especialmente o mogno – e a minérios na “Terra do Meio” – como é chamada a região que compreende os rios Xingu e Iriri no Pará, englobando boa parte dos

38. Denominação regional para aqueles que vivem à beira dos rios, também conhecidos como ribeirinhos.

39. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/#pesquisa>. Acesso em: 13 set. 2022.

municípios de Altamira, São Félix do Xingu e Tucumã (Escada, Aguiar e Monteiro, 2005). O desmatamento da área cresce de forma exponencial desde a década de 1990, caracterizando um cenário de “barbárie” nas relações sociais: “campeia aí o trabalho escravo, (...) a garimpagem irregular, o contrabando, a violência e o conflito” (Loureiro e Pinto, 2005, p. 97). Os chamados “reis do mogno” atuam principalmente dentro de TIs, na parte sul e sudeste do Pará. Uma das áreas mais atingidas é a TI Apyterewa, dos indígenas Parakanã (município São Félix do Xingu), frequentemente invadida por madeireiros, que fornecem bebidas alcoólicas, armas e outras mercadorias aos indígenas, além de promover chacinas que, na maior parte das vezes, não chegam a conhecimento público (Alencar e Moutinho, 2005). A violência também é cometida contra os povos indígenas da TI Trincheira-Bacajá, situados próximos ao município de Altamira (Fiocruz, 2019).

O processo de expansão da fronteira agropecuária em grande escala, por grandes empresas, é visível sobretudo nas áreas do entorno da BR-163,⁴⁰ região oeste do Pará (municípios de Itaituba, Novo Progresso e Trairão). Em paralelo à fronteira consolidada, ocorre a grilagem de terras e a exploração madeireira ilegal, em espaços onde a presença do governo é mais inexpressiva, como nos municípios de Castelo de Sonhos, Novo Progresso e Morais de Almeida (Alencar e Moutinho, 2005; Souza Junior *et al.*, 2005). Em todos esses casos, é possível observar o império de uma “pedagogia do terror”, em que assassinatos são cometidos para fins de “liberação da área” necessária ao estabelecimento de pastagens e posterior cultivo da soja. O avanço da soja atinge o povo indígena Tupinambá, do baixo Tapajós, nas proximidades do município de Santarém,⁴¹ e os povos quilombolas situados acima das cachoeiras dos rios Curuá, Trombetas e Erepecuru, que perdem suas terras, tradicionalmente usadas em atividades extrativas e culturas de subsistência, para grileiros que visam apenas à especulação fundiária (Fiocruz, 2018c).

O Pará é também um dos estados com maior incidência de trabalho análogo à escravidão – em muitos casos, consequência da captação de mão de obra nordestina por parte dos “gatos”⁴² para o corte ilegal de madeira, com vistas à formação de pastos e fazendas (Loureiro e Pinto, 2005).

5 FORÇAS POLICIAIS ATUANTES E SUAS COMPETÊNCIAS

De acordo com dados do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (Sinesp) do MJSP, relativos a 2020, tem-se que o Pará dispõe de 15.136 policiais militares na ativa; 3.061 policiais civis na ativa (delegados, escrivães e agentes); 534 peritos;

40. A BR-163 é uma rodovia longitudinal de 3.579 km de extensão; seu trecho principal liga as cidades de Tenente Portela-RS e Santarém-PA.

41. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/povo-tupinamba-do-baixo-tapajos-luta-por-seus-direitos/>.

42. Como se denominam as pessoas que recrutam trabalhadores desempregados, geralmente provenientes do Nordeste do Brasil, para a região (Loureiro e Pinto, 2005).

e 2.569 bombeiros militares.⁴³ Ao se avaliar os números dispostos na referida plataforma, relativos à distribuição desse efetivo entre capital, RM e interior, observa-se que o somatório de agentes de segurança dessas três regiões é algumas vezes menor do que o número informado de servidores na ativa. De toda sorte, esses dados do Sinesp indicam que ao menos metade dos efetivos policiais do estado está concentrada na capital e na RM, enquanto a outra metade serve no interior. Em razão das dimensões do Pará, assim como da população fora da capital, é provável que sejam muito insuficientes os efetivos de segurança pública no interior do estado.⁴⁴

No âmbito federal, conforme relatório de pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), o número de policiais rodoviários federais em atividade no Pará é de quase quatrocentas pessoas, atuando em cinco unidades operacionais (FBSP, 2022, p. 74). Os policiais ouvidos na mencionada pesquisa destacam a insuficiência do efetivo para a região e a necessidade de formação especializada para os policiais, voltada para as dinâmicas específicas do Norte, matéria que não é abordada no curso de formação regular da corporação, de apenas três meses. Esse relato se coaduna com as percepções dos entrevistados dessa pesquisa. Nossos interlocutores mencionaram dificuldades de retenção de agentes federais no Pará, os quais são para lá designados em início de carreira e pedem remoção tão logo sejam autorizados a fazê-lo.

Por sua vez, a atuação das polícias estaduais foi bastante criticada por nossos interlocutores locais, que chegaram a afirmar que esses agentes são frequentemente cooptados pelos interesses econômicos, mostrando-se sempre prontos, por exemplo, a atender a demandas por reintegração de posse – judicial ou não judicial –, mas indisponíveis para acompanhar os órgãos de fiscalização fundiária e ambiental. Questiona-se a ausência de cooperação das polícias com esses órgãos, que ficam à mercê da boa vontade dos agentes de plantão.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme já mencionado na introdução deste capítulo, o estado do Pará é bastante representativo da região amazônica e da região Norte brasileira, no que se refere aos processos e às dinâmicas sociais que atravessam seu território. Marcado pela chegada contínua de sucessivas levas de migrantes ao longo de mais de um século – em busca de terra, trabalho e riqueza, estimulados ou não por políticas governamentais –, o Pará é, ainda hoje, território de expansão da fronteira econômica nacional, local de “encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si” (Martins, 1996, p. 27), em que se produz, a um só tempo, riqueza e destruição, violência e resistência.

43. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiaMDc0ZWJyTgtYjA1OS00YzBmLWJkNTctZmVjODM2YzlmYzBjIiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MmVwYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>. Acesso em: 31 ago. 2022.

44. De acordo com o IBGE, da população estimada no Pará, de 8.777.124 pessoas, em 2021, apenas 17,2% (ou 1.506.420 pessoas) residem na capital Belém.

Solo de pujante indústria mineradora e do agronegócio, dos quais extrai vultosos lucros e dividendos, o Pará é, entretanto, líder em desmatamento e conflitos por terra e recursos naturais, figurando ainda como o terceiro estado com a maior taxa de homicídios da região Norte.⁴⁵ Todas essas dinâmicas resultam de visão colonialista sobre a região (Loureiro, 2022), tomada como um “vazio” e dependente de agentes externos que a colonizassem e integrassem à economia nacional.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. R. C. **Do luto à luta: memória e subjetividade ante às práticas de violência no campo no sul e sudeste do Pará**. 2019. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá, 2019.

ANGELO, M. Serra Pelada e Carajás: dois massacres que ajudam a contar a história da mineração no Brasil. **Observatório da Mineração**, 15 maio 2021. Disponível em: <https://observatoriodamineracao.com.br/serra-pelada-e-carajas-dois-massacres-que-ajudam-a-contar-a-historia-da-mineracao-no-brasil/>.

CANO, I. Seis por meia dúzia? Um estudo exploratório do fenômeno das chamadas ‘milícias’ no Rio de Janeiro. In: JUSTIÇA GLOBAL. (Org.). **Segurança, tráfico e milícias no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2008. p. 43-83. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Andreia-Marinho-2/publication/267714130_seis_por_mela_duzia/links/54c96ef40cf2f0b56c239296/seis-por-mela-duzia.pdf. Acesso em: 22 set. 2022.

CANTO, O. do. **Mineração na Amazônia: assimetria, território e conflito socioambiental**. Belém: Numa/UFPA, 2016. Disponível em: <http://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/161>.

CARVALHO, C. Carajás, no Pará, vira nova fronteira da mineração ilegal de ouro, cobre e manganês. **O Globo**, 11 maio 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2023/05/carajas-no-para-vira-nova-fronteira-da-mineracao-ilegal-de-ouro-cobre-e-manganes.ghtml>.

COSTA SILVA, R. G. da; DANDOLINI, G. Conflitos agrários e acesso à terra em Rondônia. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 461-479, 2018.

COUTO, A. C. Gangues, pichações e facções: evolução e configuração geográfica dos territórios do tráfico de drogas na periferia de Belém. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP)**, Belém, v. 7, n. 2, p. 119-141, jul.-dez. 2020.

45. Ver apêndice C deste capítulo.

CPT – COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo**: Brasil 2021. Goiânia: CPT Nacional, 2022. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/6001-conflitos-no-campo-brasil-2021>. Acesso em: 31 ago. 2022.

DEUTSCHE WELLE. Pará completa 15 anos como líder em queimadas e desmatamento. **Poder 360**, 5 dez. 2020. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/para-completa-15-anos-como-lider-em-queimadas-e-desmatamento-dw/>.

DÓREA, Q. P. C. *et al.* Extinção da facção “Bonde dos Trinta” no estado do Pará: uma ação de combate ao crime organizado e um convite a reflexão. *In*: SOUZA, J. A. de. *et al.* (Org.). **Inovação em segurança pública**. Capivari de Baixo: Fucap, 2018. p. 96-117. Disponível em: https://www.fucap.edu.br/dashboard/livros_editora/25b0601f594cea1a5292b41514b8dfd7.pdf#page=96. Acesso em: 19 set. 2023.

ESCADA, M. I. S.; AGUIAR, A. P. D.; MONTEIRO, A. M. V. **O avanço do desmatamento na Amazônia no contexto das novas fronteiras**. São José dos Campos: Inpe; Geoma; DPI, 2005.

FARIAS, M. H. C. S. *et al.* Impacto dos assentamentos rurais no desmatamento da Amazônia. **Mercator**, Fortaleza, v. 17, p. 1-20, 2018.

FARIAS, M. H. C. S. *et al.* Regularização fundiária na Amazônia: panorama dos projetos de assentamentos no estado do Pará. *In*: CARVALHO, A. C. (Org.). **Gestão ambiental nos trópicos úmidos**: impactos das ações humanas nos recursos naturais das fronteiras amazônicas. Guarujá: Editora Científica, 2021. p. 121-134.

FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**: 2014 a 2017 – edição especial 2018. São Paulo: FBSP, 2018. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/09/FBSP_ABSP_edicao_especial_estados_faccoes_2018.pdf. Acesso em: 19 set. 2023.

FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Cartografias das violências na região amazônica**: relatório final. São Paulo: FBSP, 2022.

FIOCRUZ – FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. PA – Complexo hidrelétrico de Belo Monte ameaça povos indígenas, ribeirinhos e parte da população de Altamira. **Mapa de Conflitos: injustiça ambiental e saúde no Brasil**, 2018a. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/pa-complexo-hidretrico-de-belo-monte-ameaca-povos-indigenas-ribeirinhos-e-parte-da-populacao-de-altamira/>.

FIOCRUZ – FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. PA – Território Kayapó sofre com expressivo processo de contaminação, desmatamento, destruição e garimpo ilegal. **Mapa de Conflitos: injustiça ambiental e saúde no Brasil**, 2018b. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/pa-territorio-kayapo-sofre-com-expressivo-processo-de-contaminacao-desmatamento-destruicao-e-garimpo-ilegal/>.

FIOCRUZ – FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. PA – Quilombolas de Santarém lutam por território tradicional e direitos básicos. **Mapa de Conflitos: injustiça ambiental e saúde no Brasil**, 2018c. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/pa-quilombolas-de-santarem-lutam-por-territorio-tradicional-e-direitos-basicos/>.

FIOCRUZ – FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. PA – Terra indígena Trincheira-Bacajá é violentada por hidrelétricas, desmatamento ilegal, avanço da pecuária, roubo de madeira, garimpo e grilagem. **Mapa de Conflitos: injustiça ambiental e saúde no Brasil**, 2019. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/pa-terra-indigena-trincheira-bacaja-e-violentada-por-hidreletricas-desmatamento-ilegal-avanco-da-pecuaria-roubo-de-madeira-garimpo-e-grilagem/>.

FIOCRUZ – FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Povo indígena Xipaya luta pela sobrevivência de seu modo de vida contra as gigantes Belo Monte e Belo Sun. **Mapa de Conflitos: injustiça ambiental e saúde no Brasil**, 2022a. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/povo-indigena-xipaya-luta-pela-sobrevivencia-de-seu-modo-de-vida-contras-gigantes-belo-monte-e-belo-sun/>.

FIOCRUZ – FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Beiradeiros de Montanha-Mangabal lutam contra hidrelétrica e exigem serem consultados pelo governo federal sobre decisões que afetem diretamente seu território. **Mapa de Conflitos: injustiça ambiental e saúde no Brasil**, 2022b. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/pa-beiradeiros-de-montanha-mangabal-lutam-contrahidreletrica-e-exigem-serem-consultados-pelo-governo-federal-sobres-decisoes-que-afetem-diretamente-seu-territorio/>.

FIOCRUZ – FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Comunidade quilombola Cachoeira Porteira luta por titulação territorial em meio a ameaças da mineração e tentativa de implantação de UHE. **Mapa de Conflitos: injustiça ambiental e saúde no Brasil**, 2022c. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/comunidade-quilombola-cachoeira-porteira-luta-por-titulacao-territorial-em-meio-a-ameacas-da-mineracao-e-tentativa-de-implementacao-de-uhe/>.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022**: indígenas – primeiros resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2023a. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102018.pdf>.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022**: quilombolas – primeiros resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2023b. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102016.pdf>.

LOBATO, M. M. A dinâmica na fronteira paraense e os territórios do capital: pecuária, extração madeireira e mineração. **Revista Formação**, v. 26, n. 47, p. 89-119, jan.-abr. 2019.

LOUREIRO, V. **Amazônia colônia do Brasil**. Manaus: Editora Valer, 2022.

LOUREIRO, V. R.; PINTO, J. N. A. A questão fundiária na Amazônia. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 54, p. 77-98, ago. 2005.

MAPBIOMAS. **A expansão da mineração e do garimpo no Brasil nos últimos 36 anos**: destaques do mapeamento anual de mineração e garimpo no Brasil entre 1985 a 2020. São Paulo: MapBiomass, 2021. Disponível em: https://brasil.mapbiomas.org/wp-content/uploads/sites/4/2023/12/Fact_Sheet_Mineracao.pdf. Acesso em: 5 out. 2022.

MARTINS, J. de S. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 25-70, maio 1996.

PEREIRA, A. dos R. **Do posseiro ao sem-terra**: a luta pela terra no sul e sudeste do Pará. Recife: Ed. UFPE, 2015.

REIS, R. R. O direito à terra como um direito humano: a luta pela reforma agrária e o movimento de direitos humanos no Brasil. **Lua Nova**, v. 86, p. 89-122, 2012.

RIBEIRO, A.; CORRÊA, H. O legado de violência deixado pela usina de Belo Monte. **Época**, 5 mar. 2018. Disponível em: <https://epoca.globo.com/brasil/noticia/2018/03/o-legado-de-violencia-deixado-pela-usina-de-belo-monte.html>.

RICCI, M. Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. **Tempo**, v. 11, n. 22, p. 5-30, 2007.

ROCHA, G. M.; GONÇALVES, S. F. E. S. Considerações sobre a federalização e a gestão compartilhada do território na Amazônia brasileira. **Confins**, n. 30, 13 fev. 2017.

RODRIGUES, D. S. **Revolução Cabana e construção da identidade amazônica**. Belém: Eduepa, 2019.

SALLES, J. M. **Arrabalde**: em busca da Amazônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

SOARES, F. M. **O governo Médici e o Programa de Integração Nacional (Norte e Nordeste)**: discursos e políticas governamentais (1969-1974). 2015. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

SOARES, W. A complexidade da expansão de facções no Pará. **Rede de Observatórios da Segurança**, 6 abr. 2023. Disponível em: <http://observatorioseguranca.com.br/a-complexidade-da-expansao-de-faccoes-no-para/#:~:text=O%20Primeiro%20Comando%20da%20Capital,%C3%A9%20tida%20como%20muito%20forte>.

SOUZA JUNIOR, C. *et al.* Análise do desmatamento da amazônia: incertezas, áreas críticas, vetores e tendências – Imazon. *In: SEMINÁRIO TÉCNICO-CIENTÍFICO DE ANÁLISE DOS DADOS DE DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL*, 3., 2005, São José dos Campos, São Paulo. **Anais...** São José dos Campos: Inpe, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, J.; FLEURY, L. C. A construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte: conflito ambiental e o dilema do desenvolvimento. **Ambiente & Sociedade**, v. 16, n. 4, p. 141-156, 2013.

ANJOS, A. B.; FONSECA, B. Acusados de garimpo ilegal em terra Munduruku pedem ao governo mineração no entorno da TI. **Pública**, 16 jun. 2021. Disponível em: <https://apublica.org/2021/06/acusados-de-garimpo-ilegal-em-terra-munduruku-pedem-ao-governo-mineracao-no-entorno-da-ti/#batem-recorde-em-2020>. Acesso em: 10 jul. 2022.

CAMPELO, L. Massacre de Pau d'Arco com dez camponeses mortos pela polícia completa 1 ano. **Brasil de Fato**, 24 maio 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/05/24/massacre-de-pau-darco-com-dez-camponeses-mortos-pela-policia-completa-1-ano>. Acesso em: 31 ago. 2022.

CERQUEIRA, D. *et al.* (Coord.). **Atlas da Violência**: políticas públicas e retratos dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro: Ipea; FBSP, 2018.

COELHO, T. P. **Programa Grande Carajás**: trinta anos de desenvolvimento frustrado. Rio de Janeiro: Ibase; Ford Foundation, 2014.

FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2017**. 11. ed. São Paulo: FBSP, 2017. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/01/ANUARIO_11_2017.pdf. Acesso em: 31 ago. 2022.

FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2018**. 12. ed. São Paulo: FBSP, 2018. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/03/Anuario-Brasileiro-de-Seguranc%CC%A7a-Pu%CC%81blica-2018.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2022.

FIOCRUZ – FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. PA – Pequenos produtores rurais da região de Santarém são expulsos pelo avanço da soja, além de sofrer com os danos à saúde causados pelos agrotóxicos usados pela monocultura. **Mapa de Conflitos: injustiça ambiental e saúde no Brasil**, 2009. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/pa-pequenos-produtores-rurais-da-regiao-de-santarem-sao-expulsos-pelo-avanco-da-soja-alem-de-sofrer-com-os-danos-a-saude-causados-pelos-agrotoxicos-usados-pela-monocultura/>.

FIOCRUZ – FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. PA – Atingidos por barragens, indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais de Tucuruí lutam por seus direitos. **Mapa de Conflitos: injustiça ambiental e saúde no Brasil**, 2018. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/pa-atingidos-por-barragens-indigenas-quilombolas-e-comunidades-tradicionais-de-tucuru-lutam-por-seus-direitos/#fontes>.

FIOCRUZ – FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Comunidades tradicionais lutam contra a contaminação por curtumes na periferia de Belém. **Mapa de Conflitos: injustiça ambiental e saúde no Brasil**, 2018. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/pa-comunidades-tradicionais-lutam-contra-contaminacao-por-cortumes-na-periferia-de-belem/>.

FIOCRUZ – FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Em Anapu, a violência contra os camponeses continua, enquanto jagunços e mandantes de assassinato permanecem gozando da impunidade. **Mapa de Conflitos: injustiça ambiental e saúde no Brasil**, 2018. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/pa-em-anapu-a-violencia-contra-os-camponeses-continua-enquanto-jaguncos-e-mandantes-de-assassinato-permanecem-gozando-da-impunidade/>.

FIOCRUZ – FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Comunidade quilombola Cachoeira Porteira luta por titulação territorial em meio a ameaças da mineração e tentativa de implementação de UHE. **Mapa de Conflitos: injustiça ambiental e saúde no Brasil**, 2018. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/comunidade-quilombola-cachoeira-porteira-luta-por-titulacao-territorial-em-meio-a-ameacas-da-mineracao-e-tentativa-de-implementacao-de-uhe/>.

FIOCRUZ – FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. PA – Perversidades sociais e ambientais no caminho da Estrada de Ferro Carajás. **Mapa de Conflitos: injustiça ambiental e saúde no Brasil**, 2019. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/pa-perversidades-sociais-e-ambientais-no-caminho-da-estrada-de-ferro-carajas/>.

FIOCRUZ – FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Povo Tupinambá do Baixo Tapajós luta por seus direitos. **Mapa de Conflitos: injustiça ambiental e saúde no Brasil**, 2019. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/povo-tupinamba-do-baixo-tapajos-luta-por-seus-direitos/>.

GONÇALVES, V. K.; CAFRUNE, M. E. Brazilian anti-indigenous politics: tracking changes on indigenous rights regulation during Bolsonaro's government. **Revista Direito e Práxis**, v. 14, n. 1, p. 436-457, jan.-mar. 2023.

IMAZON – INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA. **Sistema de Monitoramento da Exploração Madeireira (Simex)**: mapeamento da exploração madeireira na Amazônia – agosto 2019 a julho 2020. Belém: Imazon, 2021. Disponível em: <https://imazon.org.br/publicacoes/sistema-de-monitoramento-da-exploracao-madeireira-simex-mapeamento-da-exploracao-madeireira-na-amazonia-agosto-2019-a-julho-2020/>.

IMAZON – INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA. **Sistema de Monitoramento da Exploração Madeireira (Simex)**: mapeamento da exploração madeireira no Amazonas – agosto 2020 a julho 2021. Belém: Imazon, 2022. Disponível em: <https://imazon.org.br/publicacoes/sistema-de-monitoramento-da-exploracao-madeireira-simex-mapeamento-da-exploracao-madeireira-no-amazonas-agosto-2020-a-julho-2021/>.

LIMA, R. S. de. (Coord.). **Governança e capacidades institucionais da segurança pública na Amazônia**. São Paulo: FBSP, 2022.

MASSACRE em Eldorado dos Carajás. **Memória Globo**, 28 out. 2021. Disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/coberturas/massacre-em-eldorado-dos-carajas/noticia/massacre-em-eldorado-dos-carajas.ghtml>. Acesso em: 3 out. 2022.

MPF ACOMPANHA investigações dos assassinatos de ambientalistas em São Félix do Xingu. **O Globo**, 14 jan. 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/direitos-humanos/mpf-acompanha-investigacoes-dos-assassinatos-de-ambientalistas-em-sao-felix-do-xingu-25354438>. Acesso em: 2 out. 2022.

OLIVEIRA, L. M. de. Mineração e assentamento da reforma agrária: conflitos, território e (des)envolvimento no município de Conceição do Araguaia-Pará. *In*: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 8., 2017, Curitiba, Paraná. **Anais...** Curitiba: Encontro, 2017.

RAMOS, E. M. L. S. Mortes de agentes de segurança pública no estado do Pará. **Fonte Segura**, n. 139, 2022. Disponível em: <https://fontesegura.forumseguranca.org.br/mortes-de-agentes-da-seguranca-publica-no-estado-do-para/>. Acesso em: 10 maio 2023.

SANTOS, V. M. dos. A economia do sudeste paraense: evidências das transformações estruturais. *In*: MONTEIRO NETO, A.; CASTRO, C. N. de; BRANDÃO, C. A. (Org.). **Desenvolvimento regional no Brasil**: políticas, estratégias e perspectivas. Rio de Janeiro: Ipea, 2017. p. 127-155.

STF derruba tese do marco temporal para a demarcação de terras indígenas. **STF**, 21 set. 2023. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=514552&ori=1>.

ZUMPANO, A. Massacres no Campo voltam a crescer durante atual crise da democracia no Brasil. **CPT**, 14 dez. 2021. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/massacres/5895-massacres-no-campo-voltam-a-crescer-durante-atual-crise-da-democracia-no-brasil>. Acesso em: 2 out. 2022.

SITES

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios Contínua**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html>.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sistema de Contas Regionais**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9054-contas-regionais-do-brasil.html>.

APÊNDICE A

DADOS GERAIS

TABELA A.1

Dados sociodemográficos e socioeconômicos – Pará

Estados limítrofes		Amapá, Roraima, Amazonas, Mato Grosso, Maranhão e Tocantins		
Fronteiras		Guiana e Suriname		
Número de municípios		144		
Área territorial		1.245.870,70		
Dados sociodemográficos		Pará	Região Norte	Brasil
População	População estimada (2021)	8.777.124	18.906.962	213.317.639
	Densidade demográfica (hab./km ²)	6,07	4,12	22,43
	População 0-14 anos (%) – 2010	31,0	31,2	24,1
	População 15-29 anos (%) – 2010	29,6	29,5	26,9
	População 30-59 anos (%) – 2010	32,2	32,5	38,2
	População 60+ anos (%) – 2010	7,0	6,8	10,8
	População negra (%) – 2010	7,2	6,4	7,6
	População parda (%) – 2010	69,5	66,9	43,1
	População indígena (%) – 2010	0,52	1,9	0,4
	População branca (%) – 2010	21,8	23,4	47,7
Renda e desigualdade	População urbana (%) – 2010	68,4	73,5	84,4
	População rural (%) – 2010	31,5	26,5	15,6
	Rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i> (R\$) – 2022	1.061,00	1.175,29	1.613,23
	Índice de Gini do rendimento domiciliar <i>per capita</i> , a preços médios do ano (2022)	0,53	0,53	0,54
	Pobres (%) – 2003	43,1	40,1	37,6
Trabalho (%)	Extremamente pobres (%) – 2003	13,6	12,5	8,4
	População vivendo em aglomerados subnormais (%) – 2010	19,6	14,4	72,6
	Taxa de desocupação (14+) – 2021	10,5	13,7	13,8
Educação (%)	Taxa de formalização da força de trabalho (2022)	37,7	41,4	59,9
	Rendimento médio real de todos os trabalhos (R\$) – 2022	2.022,00	2.195,00	2.839,00
	Taxa de analfabetismo (15+) – 2019	7,8	7,0	6,1
Educação (%)	Média de anos de estudo (15+) – 2019	9,0	9,3	9,8
	População (14+) com cinco anos ou menos de estudo (%) – 2019	0,45	11,49	10,35

Fontes: Para proporção por idade, Sistema IBGE de Recuperação Automática – Sidra (disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/200>; acesso em: mar. 2023); para incidência da pobreza, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE Cidades 2003; para indicadores estruturais do mercado de trabalho das pessoas de 14 anos ou mais de idade, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua 2021, acumulado de quintas visitas (tabela 1.2 – Indicadores estruturais do mercado de trabalho das pessoas de 14 anos ou mais de idade, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – Brasil, 2021; tabela 2.16 – Total e proporção de pessoas, por classes de rendimento domiciliar *per capita* selecionadas, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação – Brasil, 2021) e IBGE (2020); para síntese de indicadores sociais, IBGE Cidades 2021 (disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/45/95341>; acesso em: mar. 2023); para rendimento médio real do trabalho principal, efetivamente recebido por trimestres (4º trimestre de 2022), Sidra 2022 (disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5436#resultado>; acesso em: mar. 2023); para taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por sexo e grupo de idade, Sidra 2019 (disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7113#resultado>; acesso em: mar. 2023); para número médio de anos de estudo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por sexo e grupo de idade, Sidra 2019 (disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7126#resultado>; acesso em: mar. 2023); para pessoas de 14 anos ou mais de idade, por cor ou raça e grupos de anos de estudo, Sidra 2019 (disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7132#resultado>; acesso em: mar. 2023).

Elaboração: *Pool* de Análise de Dados da Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Diest/Ipea).

REFERÊNCIA

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Aglomerados subnormais 2019**: classificação preliminar e informações de saúde para o enfrentamento à covid-19. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. (Nota Técnica, n. 1/2020). Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101717_notas_tecnicas.pdf. Acesso em: mar. 2023.

APÊNDICE B

TABELA B.1

Homicídios por 100 mil habitantes dos 144 municípios do Pará

Municípios	Taxa média por triênio ¹									
	2009-2011	2010-2012	2011-2013	2012-2014	2013-2015	2014-2016	2015-2017	2016-2018	2017-2019	2018-2020
Almeirim	8,7	13,6	18,4	23,3	25,3	21,4	20,5	21,5	27,3	28,3
Porto de Moz	5,8	8,4	6,4	8,1	6,2	8,7	13,6	15,9	19,0	14,6
Anapu	26,9	30,5	25,0	38,4	48,2	74,8	84,3	104,7	105,5	107,6
Senador José Porfírio	10,0	10,1	7,7	5,2	8,0	8,1	16,4	38,8	92,9	105,8
Altamira	61,1	70,2	78,1	85,8	95,8	96,3	109,0	101,1	106,0	81,2
Vitória do Xingu	9,7	7,2	14,2	18,7	30,1	45,8	65,8	78,6	80,1	66,1
Brasil Novo	33,2	31,4	42,1	42,4	55,5	60,2	69,3	63,2	61,4	61,9
Pacajá	59,4	56,7	47,8	51,6	56,8	64,7	68,1	69,9	60,3	53,8
Uruará	35,6	40,0	45,9	54,7	54,0	51,1	57,8	57,1	60,8	48,4
Medicilândia	17,9	24,6	30,1	38,8	52,9	56,6	66,8	47,6	58,7	43,3
Salvaterra	11,3	9,5	9,4	12,3	13,6	14,9	17,6	20,2	19,9	19,7
Soure	8,5	9,8	12,5	11,0	8,2	9,5	12,1	14,7	13,2	18,4
Santa Cruz do Arari	0,0	0,0	0,0	0,0	10,9	17,8	17,4	10,3	6,7	13,2
Ponta de Pedras	1,3	6,1	7,2	11,8	9,3	9,1	5,6	6,6	9,8	8,6
Cachoeira do Arari	4,8	6,3	7,7	6,1	9,0	8,9	10,2	8,6	7,1	7,0
Muaná	5,7	6,5	5,5	5,4	6,2	7,0	5,2	5,1	5,0	5,0
Chaves	1,6	1,5	1,5	3,0	4,4	5,9	8,7	8,6	5,7	1,4
Marituba	96,2	97,4	87,6	81,1	79,5	79,9	87,5	92,6	79,9	58,6
Santa Bárbara do Pará	20,9	24,1	20,0	19,5	29,6	57,9	73,5	78,7	64,4	58,5
Benevides	54,8	52,4	47,7	35,5	45,3	65,5	91,7	105,6	84,8	57,9
Ananindeua	78,9	81,3	72,5	67,8	67,6	70,7	79,5	87,4	74,2	54,1
Barcarena	42,4	47,0	46,5	50,0	48,0	45,5	47,7	48,4	51,2	48,7
Belém	53,2	54,8	53,2	56,2	58,1	63,8	69,0	73,2	62,1	47,4
Capanema	15,4	22,9	27,8	36,6	33,4	36,1	39,3	47,4	48,1	46,4
Santa Maria do Pará	39,6	54,8	46,1	38,9	40,0	38,4	39,5	40,7	43,1	37,5
Primavera	25,4	22,1	12,6	9,4	12,5	12,5	18,7	18,6	30,9	37,0
Bragança	17,0	26,1	28,4	30,6	28,3	27,2	31,5	36,8	38,5	35,0
Quatipuru	7,9	5,2	7,7	5,1	2,5	10,1	17,5	24,9	22,2	34,3
São Francisco do Pará	19,5	12,9	19,3	15,0	14,9	12,8	10,6	8,5	16,8	33,6
Peixe-Boi	12,4	12,4	8,3	12,4	16,6	12,4	16,5	24,8	33,0	33,0
Igarapé-Açu	13,6	17,1	24,2	29,4	34,5	29,0	25,3	31,3	29,4	30,1
Santarém Novo	0,0	10,5	20,9	20,7	10,3	10,2	15,2	25,2	15,0	24,8
Bonito	2,4	9,4	13,8	22,6	22,2	34,9	32,2	31,7	27,0	24,6
Tracuateua	8,3	16,4	19,7	21,8	23,8	23,5	24,4	18,7	18,5	22,6
Nova Timboteua	2,4	7,1	14,0	13,8	16,0	11,3	15,6	13,3	15,3	21,7

(Continua)

(Continuação)

Municípios	Taxa média por triênio ¹									
	2009-2011	2010-2012	2011-2013	2012-2014	2013-2015	2014-2016	2015-2017	2016-2018	2017-2019	2018-2020
Augusto Corrêa	4,8	11,1	10,2	12,4	7,7	9,8	13,5	17,8	16,1	12,3
Mocajuba	14,6	12,0	2,4	7,0	16,0	26,0	35,6	39,6	33,6	39,6
Abaetetuba	30,5	34,0	37,7	45,6	49,2	50,6	52,3	54,0	52,3	39,3
Igarapé-Miri	33,6	37,3	49,3	60,5	65,1	62,5	61,6	64,5	50,3	37,8
Baião	17,7	19,7	10,0	13,0	13,4	16,9	15,8	18,4	21,5	21,8
Cametá	10,2	11,2	11,0	13,0	11,3	15,7	15,2	16,8	16,1	16,4
Oeiras do Pará	6,8	4,5	5,6	6,6	6,5	5,4	7,4	8,4	12,4	11,3
Limoeiro do Ajuru	3,9	5,1	2,5	6,2	4,9	7,3	6,0	9,5	7,0	3,5
Bujaru	21,5	22,5	34,6	34,2	35,0	41,8	56,7	70,1	77,5	72,1
Castanhal	65,8	65,2	62,5	54,1	56,9	65,0	72,8	79,0	73,3	60,4
Santa Izabel do Pará	32,3	38,7	37,4	39,9	49,9	64,6	69,5	71,4	62,6	53,7
Inhangapi	19,5	19,1	12,6	21,7	24,4	33,0	47,4	64,3	60,6	45,5
Santo Antônio do Tauá	30,5	31,2	37,7	41,7	54,7	49,4	58,6	43,6	44,0	27,5
Floresta do Araguaia	40,3	50,6	41,0	31,7	27,8	30,9	39,1	65,5	83,0	118,2
Santana do Araguaia	39,4	33,7	32,7	31,3	32,0	26,7	26,0	26,4	29,5	29,8
Santa Maria das Barreiras	17,0	18,4	21,6	21,1	20,6	20,2	28,0	33,9	31,7	28,0
Conceição do Araguaia	34,3	33,5	28,4	26,9	23,3	24,6	23,2	22,4	21,0	18,1
Breves	12,3	10,1	11,0	13,0	13,5	16,4	22,9	28,4	30,4	26,6
Anajás	6,6	7,8	11,4	8,7	8,6	9,7	11,9	15,2	20,8	19,4
Afuá	21,4	14,7	11,8	6,3	6,2	9,7	16,6	21,6	20,6	17,0
São Sebastião da Boa Vista	2,8	7,0	5,5	12,2	9,4	14,5	9,1	10,3	8,9	11,3
Curralinho	5,7	4,5	1,1	5,4	8,4	10,3	6,1	3,0	3,0	5,8
Nova Esperança do Piriá	24,2	24,1	30,4	35,1	38,1	49,1	64,7	86,4	89,2	76,4
Mãe do Rio	33,8	40,6	35,7	42,4	30,8	35,1	37,2	53,8	54,6	69,8
Capitão Poço	52,1	40,7	35,0	31,8	35,4	42,8	46,4	52,4	53,5	56,5
Ourém	18,0	25,7	23,6	35,1	29,0	34,6	30,5	45,5	41,4	46,7
Garrafão do Norte	27,3	20,8	20,7	22,0	28,4	38,6	46,3	52,6	51,2	40,9
São Miguel do Guamá	29,7	26,2	18,4	20,6	28,8	34,9	42,1	42,8	44,6	40,7
São Domingos do Capim	28,4	26,0	30,2	29,0	27,8	25,5	25,4	35,8	34,6	39,6
Santa Luzia do Pará	13,4	15,1	21,8	23,5	33,6	33,6	38,6	36,9	42,0	37,0
Aurora do Pará	17,2	19,3	22,5	26,8	29,8	31,6	26,7	26,3	20,5	29,8
Ipixuna do Pará	25,8	24,3	27,3	25,2	26,8	26,0	30,4	28,5	27,8	27,6
Cachoeira do Piriá	8,6	15,5	18,6	22,6	20,9	21,5	25,2	26,7	32,2	25,6
Irituia	20,8	20,7	19,7	14,5	16,5	19,6	25,7	24,7	26,7	18,4
Viséu	6,3	10,8	13,0	10,1	11,2	11,1	13,3	11,0	10,4	10,3
Jacareacanga	9,2	19,5	23,1	32,6	34,5	36,8	45,7	59,2	78,7	113,3
Novo Progresso	88,1	84,2	93,3	106,2	121,7	103,6	90,6	86,7	88,0	94,5
Itaituba	34,1	30,3	29,0	41,2	51,4	62,9	64,5	64,4	66,9	61,2
Trairão	5,8	5,7	7,5	18,7	22,1	32,9	25,3	26,9	24,8	28,1

(Continua)

(Continuação)

Municípios	Taxa média por triênio ¹									
	2009-2011	2010-2012	2011-2013	2012-2014	2013-2015	2014-2016	2015-2017	2016-2018	2017-2019	2018-2020
Rurópolis	4,1	7,9	10,0	12,0	10,3	14,3	12,6	15,1	14,1	14,5
Aveiro	10,3	16,4	18,4	18,4	16,4	12,3	14,3	8,2	6,1	8,1
Marabá	104,5	95,5	86,6	76,0	72,2	73,2	80,7	80,5	71,6	55,4
São Domingos do Araguaia	67,6	60,0	37,3	31,5	24,4	32,3	46,7	58,3	47,3	36,5
São João do Araguaia	39,6	49,3	44,1	41,5	34,0	38,7	62,7	62,4	62,2	35,7
Brejo Grande do Araguaia	53,4	44,6	31,3	31,3	44,8	89,8	94,4	94,5	49,6	31,6
Palestina do Pará	4,4	21,8	26,2	52,4	43,7	56,9	43,8	39,5	21,9	30,8
Oriximiná	4,2	3,6	8,0	11,4	12,7	15,4	18,5	20,1	19,4	18,2
Óbidos	5,9	9,9	17,7	24,8	22,8	14,9	11,6	12,9	14,8	14,7
Faro	0,0	8,1	8,2	8,4	0,0	0,0	0,0	4,5	13,7	13,9
Terra Santa	5,8	3,8	3,8	3,7	5,6	3,7	1,8	3,6	9,0	10,7
Juruti	3,5	2,7	0,7	1,3	4,4	8,1	9,1	9,6	8,8	8,1
Paragominas	73,2	79,0	69,8	65,3	60,3	58,2	63,3	64,3	57,6	55,7
Abel Figueiredo	76,8	38,1	42,5	32,8	37,2	32,3	45,8	54,6	54,2	49,3
Rondon do Pará	72,8	68,6	61,1	62,5	65,3	62,0	57,5	48,6	46,2	43,9
Bom Jesus do Tocantins	48,9	21,1	33,4	41,4	45,1	44,7	42,3	47,9	43,5	39,3
Goianésia do Pará	75,0	60,3	69,4	69,1	68,7	55,3	44,9	41,6	46,0	38,7
Dom Eliseu	39,3	41,8	41,2	38,2	33,4	33,5	33,7	38,4	33,9	31,8
Ulianópolis	27,8	28,9	22,3	24,2	22,8	33,4	32,4	36,3	30,1	25,3
Curionópolis	48,1	53,7	53,9	70,5	63,5	63,9	71,5	86,6	85,1	70,7
Canaã dos Carajás	40,2	46,8	61,9	60,7	71,2	84,0	103,0	93,3	75,8	63,8
Parauapebas	57,3	57,9	62,7	69,8	68,0	66,4	60,9	62,0	62,1	58,6
Eldorado do Carajás	66,6	51,0	57,9	59,6	66,4	61,1	60,9	59,6	63,4	56,2
Água Azul do Norte	19,5	12,9	9,0	11,4	12,6	12,5	12,4	16,0	14,7	17,0
Portel	16,2	21,4	19,8	27,8	25,6	28,0	26,4	30,5	32,2	31,2
Bagre	4,1	4,0	3,9	5,0	7,3	9,5	10,5	10,2	7,8	10,9
Gurupá	3,4	4,4	2,2	6,5	8,5	9,4	10,4	12,3	12,1	9,0
Melgaço	1,3	2,6	2,6	2,6	3,8	3,8	5,0	4,9	6,1	7,2
Redenção	51,3	52,4	47,2	50,9	46,2	45,3	55,0	69,7	74,2	68,4
Rio Maria	23,9	20,2	16,5	12,9	7,3	7,3	25,7	45,8	56,8	45,8
Sapucaia	6,5	6,3	6,2	6,1	12,1	23,8	17,6	17,3	34,2	45,0
São Geraldo do Araguaia	66,2	46,1	45,1	35,0	37,8	24,9	33,0	41,1	42,7	40,3
Piçarra	38,5	30,8	41,0	41,0	48,8	56,5	51,3	51,3	43,7	36,0
Xinguara	49,7	46,1	43,3	38,3	36,4	33,8	38,1	32,5	24,8	24,6
Pau D'Arco	27,0	10,9	16,6	11,2	11,4	23,1	46,7	59,2	42,0	24,3
Vigia	24,5	28,2	39,9	48,7	50,2	57,4	51,7	58,8	49,5	52,8
Terra Alta	22,2	28,2	30,9	42,7	42,2	44,6	50,0	64,0	63,3	51,2
Salinópolis	33,1	43,2	45,5	41,7	38,1	33,6	33,4	37,3	38,8	45,1
Curuçá	11,4	14,0	15,6	19,9	23,2	23,7	32,1	35,0	43,8	43,3

(Continua)

(Continuação)

Municípios	Taxa média por triênio ¹									
	2009-2011	2010-2012	2011-2013	2012-2014	2013-2015	2014-2016	2015-2017	2016-2018	2017-2019	2018-2020
Marapanim	8,6	12,2	10,9	24,1	33,6	39,5	36,9	36,8	44,9	38,8
Colares	14,3	5,7	5,7	8,5	11,3	22,4	25,1	38,9	36,0	38,6
São João de Pirabas	22,1	31,2	24,7	27,5	25,7	34,5	35,7	35,3	35,0	36,2
São Caetano de Odivelas	19,3	17,3	9,5	7,6	13,2	26,3	46,8	50,3	46,4	27,7
São João da Ponta	24,7	24,3	18,0	5,9	0,0	22,9	28,3	27,9	22,0	21,7
Magalhães Barata	12,0	12,0	12,0	7,9	11,9	7,9	11,8	19,6	19,6	19,5
Maracanã	6,9	6,9	9,2	17,1	18,2	20,5	18,2	19,3	19,3	14,7
Placas	2,7	6,6	7,7	15,0	15,8	18,9	17,3	27,0	29,7	25,8
Belterra	2,0	0,0	0,0	2,0	1,9	1,9	3,8	7,6	18,9	20,7
Santarém	6,8	9,0	12,5	13,7	17,9	22,6	26,7	27,5	24,8	20,5
Mojú dos Campos	0,0	0,0	0,0	6,5	21,4	25,5	23,2	14,7	16,7	18,7
Monte Alegre	6,5	7,0	7,6	5,8	4,7	5,2	10,4	12,1	15,0	12,1
Prainha	6,7	6,7	4,4	6,7	10,0	15,6	14,5	17,8	12,3	8,9
Alenquer	5,6	8,6	9,8	9,7	6,6	6,6	7,2	5,3	5,9	5,3
Curuá	0,0	0,0	0,0	0,0	2,5	9,8	12,1	11,9	4,7	2,3
Ourilândia do Norte	72,6	68,8	60,6	55,0	44,1	34,7	34,1	54,5	57,8	69,0
Bannach	28,5	28,7	28,9	29,1	68,5	59,1	49,6	10,0	30,2	50,7
Cumaru do Norte	15,6	15,1	14,7	28,6	27,8	38,0	29,1	33,6	35,4	44,5
Tucumã	73,4	61,7	32,7	25,7	28,0	29,4	38,6	39,8	43,5	39,6
São Félix do Xingu	28,2	28,7	27,5	26,8	29,2	33,2	30,7	31,1	28,1	29,8
Tomé-Açu	43,8	50,7	47,9	50,7	54,1	52,4	64,9	58,4	71,6	69,9
Acará	14,0	19,4	28,5	30,2	34,4	45,2	56,0	58,9	51,6	49,8
Moju	47,4	48,9	60,3	66,8	76,3	69,1	69,0	64,7	60,1	46,3
Concórdia do Pará	27,7	35,1	45,7	38,3	38,8	29,7	31,4	38,1	43,6	45,0
Tailândia	82,9	74,0	68,5	66,4	59,7	57,9	59,0	58,5	49,5	43,6
Tucuruí	59,7	49,4	42,8	37,7	39,0	45,2	56,8	62,1	53,8	41,9
Itupiranga	53,4	36,2	45,6	50,6	60,0	52,3	45,9	38,9	36,4	38,8
Jacundá	56,4	41,2	35,7	32,8	36,0	34,9	32,7	30,0	37,1	38,3
Novo Repartimento	42,0	48,2	45,7	47,2	46,2	54,3	56,5	53,2	43,3	37,8
Breu Branco	47,1	43,5	40,0	39,6	38,2	34,0	34,9	35,8	42,2	37,4
Nova Ipixuna	48,9	43,9	41,2	44,9	52,8	68,9	59,9	49,0	38,4	26,0

Fontes: Sistema de Informação sobre Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/MS) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <http://sim.saude.gov.br/default.asp>.

Elaboração: Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Diest/Ipea).

Nota: ¹ No Pará, em 2014, Moju dos Campos foi desmembrado de Santarém. Esses municípios estão presentes na tabela desde 2008; porém, apresentam número de homicídios igual a 0 para os anos em que ainda não existiam como municípios.

Obs.: 1. Taxa de homicídios por 100 mil habitantes.

2. Números de homicídios extraídos do Tabnet/Datasus/MS.

3. População obtida de "População residente: estimativas para o TCU" (Tabnet/Datasus/MS).

APÊNDICE C

TABELA C.1

Homicídios por 100 mil habitantes – Brasil, região Norte e UFs

Brasil, região e UFs	Taxa média por triênio									
	2009- 2011	2010- 2012	2011- 2013	2012- 2014	2013- 2015	2014- 2016	2015- 2017	2016- 2018	2017- 2019	2018- 2020
Brasil	27,5	28,2	28,5	29,3	29,1	29,7	30,3	29,9	27,0	24,3
Região Norte	35,6	36,8	36,1	36,5	37,4	40,3	43,9	46,0	43,5	38,4
Roraima	25,2	26,1	31,7	35,4	38,6	37,2	42,4	53,0	52,6	49,3
Amapá	33,2	35,2	32,5	33,6	34,3	40,3	45,0	49,4	47,4	46,3
Pará	42,2	42,6	41,3	42,3	43,5	46,2	50,2	52,9	49,1	41,7
Acre	22,2	24,0	26,5	29,0	28,8	33,6	44,6	51,2	48,7	39,3
Amazonas	31,5	35,0	35,1	33,6	33,6	35,2	38,3	38,4	39,1	35,9
Tocantins	23,9	25,4	25,4	25,3	27,4	32,1	35,6	36,7	33,9	32,0
Rondônia	33,1	32,2	29,9	31,4	31,6	35,4	34,6	32,4	27,6	25,9

Fontes: Sistema de Informação sobre Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/MS) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <http://sim.saude.gov.br/default.asp>.

Elaboração: Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Diest/Ipea).

- Obs.: 1. Taxa de homicídios por 100 mil habitantes calculada pela média do número de homicídios do respectivo ano mais a dos dois anos anteriores, divididas pela população do ano anterior para o respectivo ano e multiplicadas por 100 mil.
 2. Número de homicídios obtido pela soma dos óbitos por agressão (X85-Y09) e intervenção legal (Y35), extraído do Tabnet/Datasus/MS.
 3. População obtida de "População residente: estimativas para o TCU" (Tabnet/Datasus/MS).
 4. UFs – Unidades Federativas.

APÊNDICE D

CONFRONTOS POLICIAIS

TABELA D.1

Policiais mortos em confronto em serviço e fora de serviço: taxa por 100 mil policiais na ativa – Brasil e UFs (2020 e 2021)

Brasil e UFs	2020	2021
Brasil	0,4	0,4
Acre	0,4	-
Amapá	-	-
Amazonas	0,7	0,6
Pará	0,7	0,7
Rondônia	0,7	0,3
Roraima	0,4	-
Tocantins	-	-

Fonte: FBSP (2022).

Obs.: UFs – Unidades Federativas.

TABELA D.2

Mortes decorrentes de intervenções policiais: taxa por 100 mil habitantes – Brasil e UFs (2020 e 2021)

Brasil e UFs	2020	2021
Brasil	3,0	2,9
Acre	3,0	1,2
Amapá	12,9	17,1
Amazonas	2,4	2,3
Pará	6,1	6,2
Rondônia	1,1	0,6
Roraima	2,5	1,4
Tocantins	1,7	2,6

Fonte: FBSP (2022).

REFERÊNCIA

FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022**. 16. ed. São Paulo: FBSP, 2022.

APÊNDICE E

VIOLÊNCIA CONTRA MULHER E DE GÊNERO

TABELA E.1

Feminicídios: taxa por 100 mil mulheres – Brasil e UFs (2020 e 2021)

Brasil e UFs	2020	2021
Brasil	1,3	1,2
Acre	2,7	2,9
Amapá	2,1	0,9
Amazonas	0,8	1,1
Pará	1,5	1,5
Rondônia	1,6	1,8
Roraima	3,0	1,6
Tocantins	1,3	2,6

Fonte: FBSP (2022).

Obs.: UFs – Unidades Federativas.

TABELA E.2

Homicídios femininos: taxa por 100 mil mulheres – Brasil e UFs (2020 e 2021)

Brasil e UFs	2020	2021
Brasil	3,7	3,6
Acre	6,9	6,4
Amapá	4,6	5,2
Amazonas	3,2	5,2
Pará	4,2	4,2
Rondônia	6,3	5,5
Roraima	5,3	8,3
Tocantins	4,9	4,8

Fonte: FBSP (2022).

TABELA E.3

Estupro e estupro de vulnerável: taxa por 100 mil habitantes – Brasil e UFs (2020 e 2021)

Brasil e UFs	2020	2021
Brasil	29,7	30,9
Acre	34,4	64,7
Amapá	54,5	60,5
Amazonas	20,5	17,6
Pará	37,9	44,5
Rondônia	51,9	50,8
Roraima	66,9	83,3
Tocantins	51,8	51,8

Fonte: FBSP (2022).

Obs.: Os dados informados correspondem ao número total de vítimas de estupro e estupro de vulnerável consumados. A Lei Federal nº 12.015/2009 altera a conceituação de *estupro*, passando a incluir, além da conjunção carnal, os *atos libidinosos* e os *atentados violentos ao pudor* (FBSP, 2022).

TABELA E.4

Lesão corporal dolosa: violência doméstica, taxa por 100 mil mulheres – Brasil e UFs (2020 e 2021)

Brasil e UFs	2020	2021
Brasil	220,1	221,4
Acre	119,4	231,7
Amapá	203,1	283,0
Amazonas	112,2	123,0
Pará	151,6	198,6
Rondônia	485,1	445,6
Roraima	232,7	456,6
Tocantins	191,1	190,3

Fonte: FBSP (2022).

REFERÊNCIA

FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022**. 16. ed. São Paulo: FBSP, 2022.

APÊNDICE F

TABELA F.1

Perfil das instituições de segurança pública: efetivo – Pará (2020)

Instituição	Capital e RM	Interior	Total
Polícia Militar	7.310	7.826	15.136
Polícia Civil	1.781	1.280	3.061
Corpo de Bombeiros Militares	1.376	1.200	2.569
Órgãos oficiais de perícia	272	271	534

Fonte: Perfil Nacional das Instituições de Segurança Pública. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrjoiMdc0ZWFjYTgtYjA1OS00YzBmLWJkNTctZmVjODM2YzlmYzBjIiwidCI6ImVIMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRlOGRhNmJmZThlMSJ9>.

Obs.: RM – região metropolitana.

TABELA F.2

Perfil das instituições de segurança pública: estrutura – Pará (2020)

Instituição	Unidades operacionais		
	Capital e RM	Interior	Total
Polícia Militar	28	55	83
Polícia Civil	113	228	341
Corpo de Bombeiros Militares	13	24	37
Órgãos oficiais de perícia	2	20	22

Fonte: Perfil Nacional das Instituições de Segurança Pública. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrjoiMdc0ZWFjYTgtYjA1OS00YzBmLWJkNTctZmVjODM2YzlmYzBjIiwidCI6ImVIMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRlOGRhNmJmZThlMSJ9>.

- Obs.: 1. As 83 unidades operacionais da PM no Pará estão distribuídas em 36 batalhões, 9 batalhões especializados (todos na capital), 31 companhias independentes e 7 companhias independentes especializadas.
 2. As 341 unidades operacionais da Polícia Civil no Pará estão distribuídas em 277 delegacias e 64 delegacias especializadas.
 3. As 37 unidades operacionais do Corpo de Bombeiros Militar do Pará estão distribuídas em trinta batalhões, três batalhões especializados – todos na capital – e quatro companhias independentes especializadas.
 4. As 22 unidades operacionais dos órgãos oficiais de perícia no Pará estão distribuídas em onze criminalísticas e onze de medicina legal.

TABELA F.3

Efetivo da ativa das polícias, por corporação – Pará (2021 e 2022)

Corporações	Números absolutos 2021	Números absolutos 2022 ¹
Polícia Militar	15.337	17.767
Polícia Civil	2.690	2.608
Corpo de Bombeiros	2.662	2.484
Perícia técnica	626	611
Polícia penal	2.912	2.898

Fonte: FBSP (2022).

Nota: ¹ Posição dos dados em março de 2022.

TABELA F.4

Efetivo mobilizado em operações da Força Nacional – Pará (2019-2021)

	2019	2020	2021
Corpo de Bombeiros	19	29	30
Polícia Civil	-	7	9
Polícia Militar	98	153	86

Fonte: FBSP (2022).

REFERÊNCIA

FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022**. 16. ed. São Paulo: FBSP, 2022.

DINÂMICAS DA VIOLÊNCIA NO TERRITÓRIO BRASILEIRO: RONDÔNIA¹

Equipe técnica

Tatiana Dias Silva²

Angelina Parreiras³

Sistematização de dados estatísticos e produção de mapas

Milena Machado dos Reis⁴

Karolina Armstrong⁵

Paloma Palmieri⁶

1 INTRODUÇÃO

Este texto tem como objetivo descrever e analisar as dinâmicas de violência que têm se estabelecido no estado de Rondônia. Para este estudo, a referência principal são os dados sobre homicídios, como indicadores máximos da violência, sem, contudo, se desconhecem as diferentes modalidades de crime e o potencial de insegurança, medo e violência que promovem. Com efeito, procura-se, a partir de sua repercussão extrema, compreender os processos que têm produzido violência no estado, seus antecedentes e articulações, como forma de apropriar-se do processo, para ampliação do debate público sobre esses determinantes e, conseqüentemente, serem mobilizadas possibilidades de intervenção mais exitosas.

Embora Rondônia apresente a menor taxa média de homicídios na região Norte, o estado tem se destacado pelos conflitos e crimes no campo. O recente assassinato de três camponeses em área ocupada pela Liga dos Camponeses Pobres (LCP), em conflito com a Polícia Militar do Estado de Rondônia (PM-RO) e Força Nacional (Camargos, 2021), exemplifica bem o ciclo de violência no campo que o estado vivencia. De fato, são ainda reflexos não apenas de chacinas – como o

1. Originalmente publicado como: Silva, T. D.; Parreiras, A. *Dinâmicas da violência no território brasileiro*: Rondônia. Brasília: Ipea, 2023. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11985/4/221671_RI_Dinâmicas da Violência Rondônia.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11985/4/221671_RI_Dinâmicas%20da%20Violência%20Rondônia.pdf). Acesso em: 6 mar. 2024.

2. Técnica de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Diest/Ipea). E-mail: tatiana.silva@ipea.gov.br.

3. Assistente de pesquisa na Diest/Ipea. E-mails: angelina.silva@ipea.gov.br; angelinamparreiras@gmail.com.

4. Assistente de pesquisa na Diest/Ipea. E-mail: villamilena@gmail.com.

5. Assistente de pesquisa na Diest/Ipea. E-mail: karolina.armstrong@ipea.gov.br.

6. Assistente de pesquisa na Diest/Ipea. E-mail: paloma.alves@ipea.gov.br.

massacre de Corumbiara, em 1995 —, mas também de toda uma complexa rede de crimes e tensões que está associada a um processo de cercamento do campo, avanço da fronteira agropecuária e disputas agrárias em que o Estado, além de não conseguir mediar a contento e estabelecer justiça, regras e controles, não raro agrava os conflitos.

Adiciona-se a esse cenário histórico de desavenças a situação fundiária confusa, imprecisa, que negligenciou a regularização no campo, e que, ao flexibilizar constantemente esse ordenamento, amplia o espaço de conflitos, potencializa a degradação ambiental. Cria-se ainda a expectativa de vantagens para aqueles que infringem a lei com a certeza da impunidade e de benefícios futuros, a ponto de praticarem suas ações ilícitas à luz do dia, como denunciou o *site* de notícias BBC News Brasil ao flagrar inúmeros anúncios de venda, em rede social, de frações de áreas protegidas (Fellet, 2021).

Além dos problemas estruturantes que marcam a colonização e o desenvolvimento de Rondônia, o estado não está imune à dinâmica da violência em nível nacional, especialmente com a expansão de redes criminosas concentradas, mas não exclusivas, de tráfico de drogas. Sua posição fronteiriça, inclusive de áreas próximas produtoras de drogas, especialmente na Bolívia, mas também no Peru, aliada a um período de maior cerco a esses grupos criminosos no Sudeste, favoreceu a sua inclusão na teia de atuação de facções nacionais, bem como o desenvolvimento e a operação de grupos locais. Tanto a remoção de lideranças das facções do Sudeste para presídios federais na região Norte quanto as péssimas condições que marcaram (e ainda marcam) o padrão de encarceramento brasileiro também são apontadas como elementos que dinamizaram o contexto de organização da criminalidade na região e no estado. Rondônia tem seu sistema prisional marcado pela chacina na Casa de Detenção José Mário Alves, Urso Branco, em 2002, cujas consequências da denúncia na Comissão Interamericana de Direitos Humanos promoveram pactos por ajustes que ainda estão em implementação. O que se verifica na atualidade é a conexão desse crime organizado a outras práticas ilícitas, na busca pelo domínio de territórios, aniquilação de grupos rivais, ganhos de escala e estratégias de fuga de controles policiais.

Para detalhar esses conflitos e outros fenômenos que têm contribuído para seu agravamento, este capítulo está dividido em mais cinco seções. A próxima apresenta dados territoriais do estado, e a seguinte, dados sobre a violência, em perspectiva histórica e comparativa. Na seção 4, são apresentados os principais conflitos e atividades relacionadas, que, na nossa compreensão, têm conduzido aos indicadores apresentados. A seção 5 trata da política de segurança pública nos últimos anos. Na seção 6, são apresentadas as considerações finais, limites desta análise e possibilidades de investigação futura.

2 ASPECTOS HISTÓRICOS, SOCIOECONÔMICOS E DEMOGRÁFICOS

Rondônia é fruto do Tratado de Petrópolis, acordo que disponibilizou as terras do Acre para o Brasil em troca da construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré. O estado, localizado na região Norte, é resultado do desmembramento de dois outros estados – Amazonas e Mato Grosso. Rondônia se constituiu em ciclos econômicos e migrações. O primeiro (1907 a 1912) foi o da construção da estrada de ferro, momento em que pessoas de vários países e Unidades Federativas brasileiras vieram trabalhar na obra e permaneceram na área que hoje é o estado de Rondônia. Nesse período, tem início a corrida ao chamado “ouro negro” (borracha), que trouxe inclusive grande quantidade de nordestinos aos seringais. Em seguida, década de 1950, o ciclo do garimpo de diamante, cassiterita e ouro. E por último, entre as décadas de 1960 a 1980, a migração de famílias em busca do novo eldorado: terras férteis de Rondônia. O território federal de Guaporé recebeu o nome de Rondônia, em homenagem ao marechal Cândido Rondon, explorador da região. Em 22 de dezembro de 1981, foi elevado à categoria de estado.⁷

Rondônia possui 52 municípios e ocupa uma área de 237.765,347 km². O Censo Demográfico 2010 contabilizou uma população de 1.562.409 pessoas e estima-se que atualmente a população do estado seja de 1.815.278 habitantes,⁸ sendo o terceiro estado mais populoso da região Norte e o 23º do Brasil. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município mais populoso é a capital do estado, Porto Velho, com 548.952 habitantes, seguido por Ji-Paraná (131.026), Ariquemes (111.148), Vilhena (104.517) e Cacoal (86.416) (IBGE, 2021). No território nacional, Rondônia faz fronteira com Mato Grosso (leste), Amazonas (norte) e Acre (oeste); além disso, possui limites na fronteira internacional do Brasil com a Bolívia (a oeste e ao sul).

A economia de Rondônia é voltada principalmente à agricultura e ao extrativismo vegetal e mineral. Para tanto, o estado conta com uma vasta malha viária composta por rodovias, hidrovias e o porto de Porto Velho. O subsistema rodoviário de Rondônia interliga, basicamente, Porto Velho às capitais do Acre e de Mato Grosso, por meio da BR-364, e à capital do Amazonas via BR-319. Outras malhas rodoviárias importantes são: a BR-174, que liga Vilhena ao estado de Mato Grosso; a BR-421, que liga Ariquemes, no entroncamento com a BR-364, a Guajará-Mirim; e a BR-429, que liga Costa Marques, na margem do rio Guaporé, à BR-364, passando por São Miguel do Guaporé e Alvorada do Oeste.

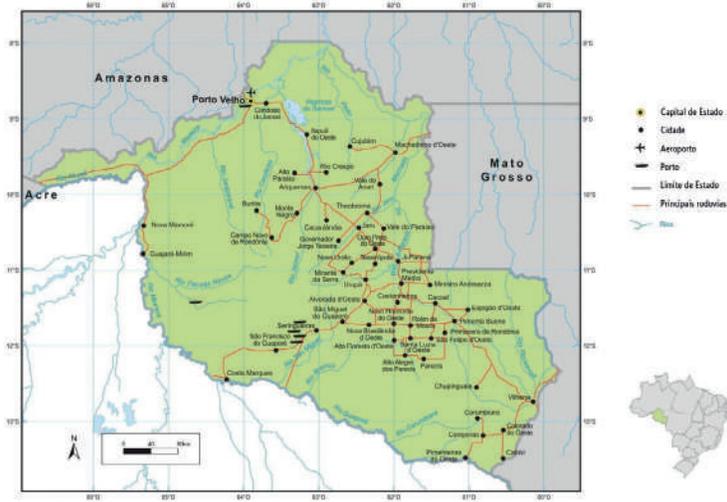
O subsistema hidroviário é constituído pelos rios Madeira, Mamoré e Guaporé. O rio Mamoré constitui uma opção de ligação internacional, pois é navegável desde Guajará-Mirim, na fronteira com a Bolívia, até Porto Grether (Bolívia), num

7. Governo do Estado de Rondônia. História. Disponível em: <https://rondonia.ro.gov.br/diof/sobre/historia/>. Acesso em: nov. 2022.

8. Panorama Brasil/Rondônia. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/panorama>. Acesso em: set. 2022.

estirão de 1.460 km. O rio Guaporé é navegável por cerca de 1.180 km, desde sua foz no Mamoré até a cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade, em Mato Grosso. O porto de Porto Velho está localizado a 2 km da cidade de Porto Velho, na margem direita do rio Madeira. Conta com acessos rodoviários, pelas BRs 319, 364 e 425; e fluvial, pelo rio Madeira.⁹

MAPA 1
Estado de Rondônia



Fonte: IBGE. Disponível em: http://geoftp.ibge.gov.br/produtos_educacionais/mapas_tematicos/mapas_do_brasil/mapas_estaduais/politico/rondonia.pdf.

No que tange à composição populacional do estado, as projeções do IBGE para 2022 apontam que 49,52% da população de Rondônia são mulheres e 50,48%, homens.¹⁰ Em termos etários, segundo o Censo 2010, 56,13% da população é jovem (de 0 a 29 anos), 36,66% está na faixa etária adulta (de 30 a 59 anos) e 7,22% é idosa (mais de 60 anos). No que se refere à dimensão raça/cor, os dados disponíveis indicam que, em 2010,¹¹ 55,63% da população se declarava como parda, 35,32% branca, 6,85% preta, 0,77% indígena e 1,40% amarela; 0,10% não declarou.

9. Infraestrutura: transporte em Rondônia. Disponível em: <https://www.gov.br/transportes/pt-br/pt-br/centrais-de-conteudo/ro-2000.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2022.

10. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/pesquisa/53/49645?ano=2022>. Acesso em: nov. 2022.

11. Censo Demográfico 2010: tabela 2094 – população residente por cor ou raça e região. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/2094#n1/all/n2/all/n3/all/v/1000093/p/last%201/c86/allxt/c133/0/d/v/1000093%201/l/v,p+c86,-t+c133/resultado>. Acesso em: nov. 2022.

De acordo com a Síntese de Indicadores Sociais do IBGE,¹² a taxa de formalização da força de trabalho no estado é de 56,24%, abaixo da média nacional, de 59,91% (2022). Por seu turno, a taxa de desocupação, em 2021, era de 10%, alguns pontos abaixo da média nacional (13,8%). O estado aparece como a segunda Unidade da Federação (UF) menos desigual do Brasil, com o índice de Gini de 0,46 em 2022.¹³ No entanto, Rondônia ocupa a 16ª posição no *ranking* da pobreza, com 31,65% da sua população nesta situação em 2021, segundo dados do Mapa da Pobreza (Neri, 2022).

A distribuição de terras no estado e as lacunas fundiárias deixadas desde a sua colonização são indicadores importantes para compreender os processos conflituosos em Rondônia. Segundo relatório elaborado pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), estima-se que Rondônia seja responsável por 60% das áreas sem informação fundiária na Amazônia Legal (Brito *et al.*, 2021b). Ou seja, 27% do território rondoniense não possui destinação, ou não há informação a respeito. Desse território, cerca de 90% pertencem à União, pois, na criação do estado de Rondônia, em 1981, essas terras não foram registradas em nome do estado. Os 73% de área destinada estão distribuídos em: 21% de terras indígenas (TIs); 13% de imóveis privados (desconsiderando-se dados do Cadastro Ambiental Rural – CAR, que são autodeclaratórios e não informam publicamente se foram titulados); 21,5% de unidades de conservação (UCs);¹⁴ 17,5% de projetos de assentamento; 4,9 mil hectares de territórios quilombolas; 63 mil hectares de florestas públicas brasileiras; e 13 mil hectares de área militar (Brito *et al.*, 2021a).

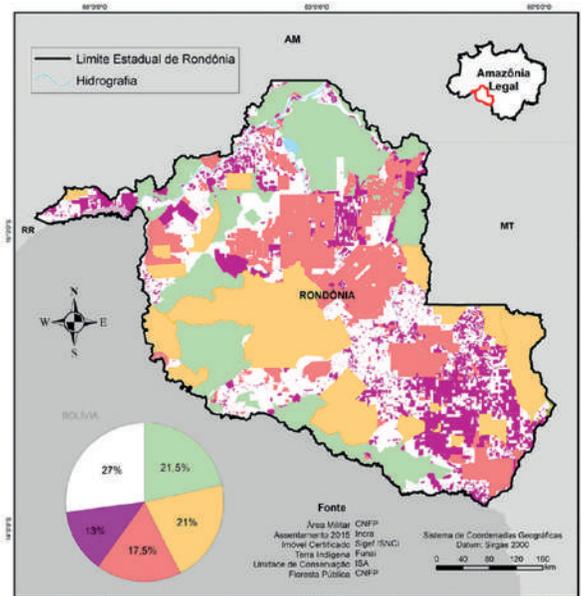
12. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/pesquisa/45/92875>. Acesso em: nov. 2022.

13. O índice de Gini é um instrumento matemático utilizado para medir a desigualdade social de um determinado país, Unidade Federativa ou município. Sua escala varia de 0 (quando não há desigualdade) a 1 (com desigualdade máxima).

14. Desconsiderando-se as áreas de proteção ambiental (APAs).

MAPA 2

Distribuição das áreas destinadas, por situação fundiária – Rondônia



Situação fundiária	Cor no mapa	Hectares	Estado (%)
UC (exceto área de proteção ambiental)		5.080.965	21,5
Terra indígena		5.004.462	21,0
Projeto de assentamento		4.148.080	17,5
Imóvel privado		3.103.618	13,0
Floresta pública ¹		63.062	-
Área militar ¹		13.284	-
Território quilombola ¹		4.900	-
Total de áreas não destinadas ou sem informação de destinação		6.358.166	27,0
Total de áreas destinadas²		17.418.371	73,0
Área total de Rondônia		23.776.537	100,0

Fonte: Brito *et al.* (2021a, p. 10).

Notas: ¹ Percentual inferior a 0,5%.

² Eliminando-se as sobreposições.

Um aspecto importante do estado é a existência de UCs, que totalizam 26% do seu território (62.813 km²), com 57 UCs, sendo 42 estaduais.¹⁵ Não houve incrementos de áreas protegidas em Rondônia desde a década de 1990; as UCs contam com poucos servidores e baixa implementação dos mecanismos de gestão e conservação. Entre 2002 e 2010, foram revogadas treze UCs estaduais. Em 2014, houve tentativa de revogação de mais quatro UCs pela Assembleia Legislativa, frustrada pela Justiça.

15. Entre as UCs estaduais, 35 são de UCs sustentáveis, sendo duas APAs, doze florestas estaduais de rendimento sustentável (Fers) e 21 reservas extrativistas – Resex (Cardozo *et al.*, 2017).

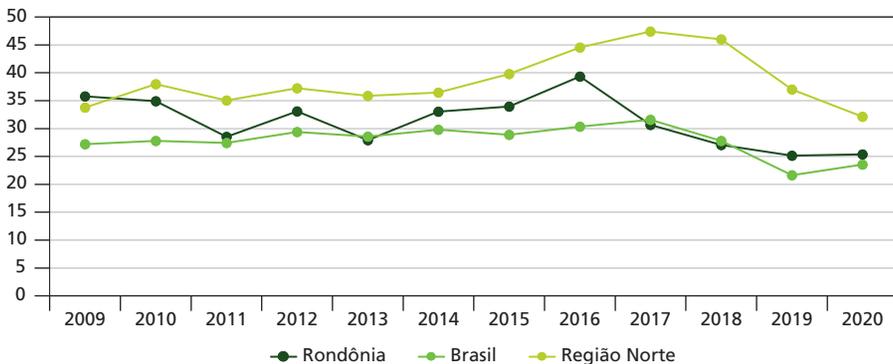
As revogações teriam sido motivadas pelas atividades consolidadas de agropecuária, mineração e empreendimentos hidroelétricos. Importa destacar que, nas UCs ou nas 26 TIs do estado, ainda se verificam grandes faixas de florestas ameaçadas por um processo contínuo de desmatamento (Cardozo *et al.*, 2017).

3 TAXAS DE HOMICÍDIOS E DADOS CRIMINAIS

Rondônia tem apresentado queda nas taxas de homicídios e indicadores inferiores àqueles verificados na região Norte, acompanhando a tendência nacional, especialmente na última década (em que pesem as observações relativas ao aumento das mortes por causas indeterminadas). A região Norte, na contramão, vivencia expressiva elevação das taxas de homicídios ao longo da série histórica (gráfico 1).

GRÁFICO 1

Taxas de homicídios, por 100 mil habitantes (2009-2020)



Elaboração: Pool de análise de dados da Diest/Ipea.

Obs.: 1. Números de homicídios extraídos do Tabnet/Datasus/Ministério da Saúde (MS).

2. População obtida de População residente – Estimativas para o Tribunal de Contas da União – TCU (Tabnet/Datasus/MS).

Ainda assim, Rondônia continua com históricos intensos e estruturantes de conflitos violentos. De seus 52 municípios, dezoito apresentaram médias de homicídios acima das nacionais entre 2018 e 2020.¹⁶ Na tabela 1, podemos observar que o município de Monte Negro aparece como a região mais violenta do estado no período considerado, com taxa de 54,7 homicídios por 100 mil habitantes, seguido por Vilhena (39,1), Rio Crespo (35,4), Vale do Paraíso (34,2), Chupinguaia (32,8), Ariquemes (32,8) e Candeias do Jamari (32,5). Porto Velho aparece em oitavo lugar, com taxa de 30,1 homicídios por 100 mil habitantes. Os municípios de Monte Negro, Ariquemes e Rio Crespo ficam localizados em áreas destinadas a projetos de assentamento; assim, os processos conflituosos da região podem estar ligados às disputas fundiárias. Chupinguaia e Vilhena estão

16. Segundo dados disponibilizados pelo Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM)/Datasus, a média brasileira de homicídios, no período considerado, é de 24,3 por 100 mil habitantes (tabela B.2 no apêndice B).

próximos de Mato Grosso (Vilhena faz fronteira direta com Mato Grosso, e é centro da espacialização do agronegócio no cone sul do estado). Essa proximidade contribui para os conflitos relacionados à expansão das fronteiras agrícolas entre os estados. Outro ponto importante é o trajeto do tráfico na região. Vilhena, junto com Ariquemes, foi um dos primeiros municípios a registrar a presença do Comando Vermelho (CV) no estado de Rondônia. Por fim, Candeias do Jamari pertence à região metropolitana (RM) de Porto Velho, áreas de intensos conflitos fundiários e entre facções criminosas.

TABELA 1
Taxa média de homicídios, por 100 mil habitantes (2018-2020)¹

Grupos	Municípios
I 0 a 10,91	Costa Marques, Novo Horizonte do Oeste, Novo Horizonte do Oeste, Cabixi, Castanheiras e Pimenteira do Oeste.
II 11,25 a 24,36	Mirante da Serra, Teixeiraópolis, Corumbiara, Cerejeiras, Alto Paraíso, São Miguel do Guaporé, Cacaulândia, Campo Novo de Rondônia, Pimenta Bueno, Rolim de Moura, Ouro Preto do Oeste, Ji-Paraná, Presidente Médici, Espigão D'Oeste, Cacoal, Guajará-mirim, Ministro Andreazza, Governador Jorge Teixeira, Colorado do Oeste, Machadinho D'Oeste, Alvorada D'Oeste, Theobroma, Itapuã do Oeste, Cujubim, Urupá, Nova União, São Felipe D'Oeste, Primavera de Rondônia, São Francisco do Guaporé e Seringueiras.
III 25,66 a 39,06	Santa Luzia D'Oeste, Jaru, Nova Brasilândia D'Oeste, Vale do Anari, Parecis, Alto Alegre dos Parecis, Buritis, Nova Mamoré, Alta Floresta D'Oeste, Porto Velho, Candeias do Jamari, Ariquemes, Chupinguaia, Vale do Paraíso, Rio Crespo e Vilhena.
IV 54,67	Monte Negro.

Elaboração: *Pool* de análise de dados da Diest/Ipea.

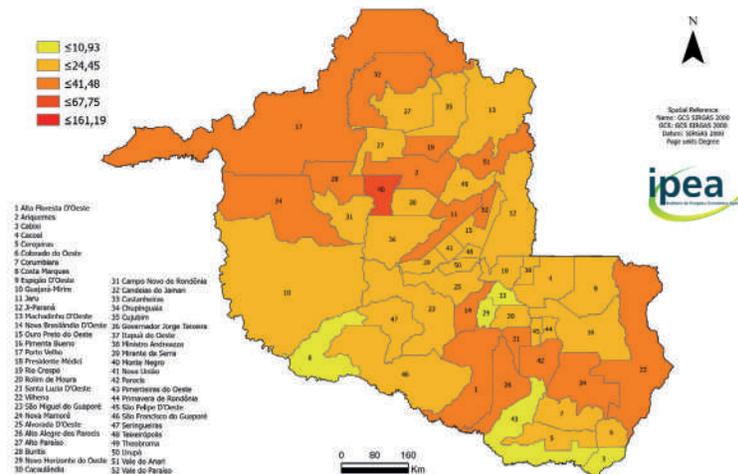
Nota: ¹ Na tabela B.1 do apêndice B, podemos visualizar as taxas trienais de homicídios por 100 mil habitantes, entre 2018 e 2020, dos 52 municípios de Rondônia.

Obs.: 1. Números de homicídios extraídos do Tabnet/Datasus/MS.

2. População obtida de *população residente estimativas* para o TCU (Tabnet/Datasus/MS).

MAPA 3

Mapa de calor: taxa média de homicídios – Rondônia (2018-2020)



Fonte: Tabnet/Datasus/MS.

Elaboração: *Pool* de análise de dados da Diest/Ipea.

Mesmo apresentando as menores taxas de homicídios da região Norte, Rondônia registra dados expressivos de violência no campo. Conforme relatório da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 2021, dos 35 assassinatos no campo no Brasil, onze aconteceram em Rondônia – incluindo três mortes de camponeses em ação da Força Nacional e PM-RO em área ocupada pela LCP.

Cabe observar que Rondônia se destaca entre os estados onde são violentadas mais mulheres no Brasil, com altas taxas de estupro e estupro de vulnerável, de 50,8 por 100 mil habitantes em 2021 (mesmo se observando uma queda de 2019 para 2021, os números ainda são alarmantes). O estado também se destaca negativamente pelas altas taxas de lesão corporal dolosa em contexto de violência doméstica, com médias de 453,6 casos por 100 mil habitantes entre 2019 e 2021.¹⁷ Outro componente que suscita alerta são as taxas de pessoas desaparecidas. Mesmo que essas taxas tenham caído de 2019 a 2021, a média de 61,5 desaparecimentos por 100 mil habitantes, no período considerado, ainda é preocupante (FBSP, 2022b).

TABELA 2

Taxas de violência, por 100 mil habitantes – Rondônia (2019-2021)

Indicadores	2019	2020	2021
Homicídios dolosos ¹	20,4	21,1	23,2
Tentativas de homicídio	38,0	39,1	36,4
Latrocínios	0,8	0,7	1,0
Lesões corporais seguidas de morte	0,2	0,1	0,2
Pessoas desaparecidas	70,5	59,9	54,2
Mortes decorrentes de intervenções policiais	1,2	1,1	0,6
Policiais mortos em confronto (em serviço e fora de serviço)	0,3	0,7	0,3
Feminicídios	0,8	1,6	1,8
Homicídios femininos	3,3	6,3	5,5
Estupros e estupros de vulneráveis ²	60,9	51,9	50,8
Lesão corporal dolosa – violência doméstica	430,1	485,1	445,6

Fonte: FBSP (2022a).

Notas: ¹ Incluindo feminicídio (FBSP, 2022a).

² Os dados informados correspondem ao número total de vítimas de estupro e estupro de vulnerável consumados. A Lei Federal nº 12.015/2009 altera o conceito de “estupro”, passando a incluir, além da conjunção carnal, os “atos libidinosos” e “atentados violentos ao pudor” (FBSP, 2022a).

Mais recentemente, considerando-se o ano de 2021, amplia-se o número de municípios do estado com taxa de homicídio acima da nacional. Segundo os dados do Observatório do Desenvolvimento Regional, da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão (Sepog/RO), naquele ano, dos 52 municípios de Rondônia, 21 registraram taxas de mortes violentas por 100 mil habitantes acima da média

17. Para mais dados sobre violência contra mulher, ver as tabelas B.5, B.6, B.7 e B.8 no apêndice B.

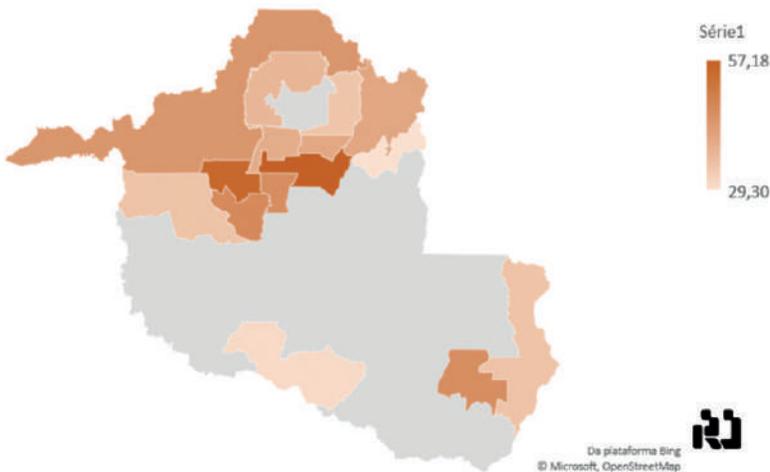
nacional, que foi de 21,7 (Jacarandá, 2022a). Destacam-se os municípios de Urupá, com taxa de 72,2 homicídios por 100 mil habitantes, seguido por Castanheiras (68,42) e Chupinguaia (51,04). Porto Velho aparece em 12º, com taxa de 32,79 por 100 mil habitantes.¹⁸

Jacarandá (2022a) avalia que, nos últimos 25 anos (1996-2020), as taxas mais altas de homicídios em Rondônia estiveram concentradas na região de Porto Velho, Ariquemes e no Cone Sul (figura 1A). No entanto, no ano de 2021, é possível perceber um deslocamento das altas taxas de mortes violentas para a região central do estado (figura 1B), indicando uma interiorização da violência (Jacarandá, 2022a). Este fluxo encontra correspondência com o processo de avanço da fronteira agrícola do cone sul para as demais regiões do estado, além de outras dinâmicas criminosas ligadas à produção de rotas para escoamento de drogas, especialmente das regiões de fronteira para outras partes do território nacional.

FIGURA 1

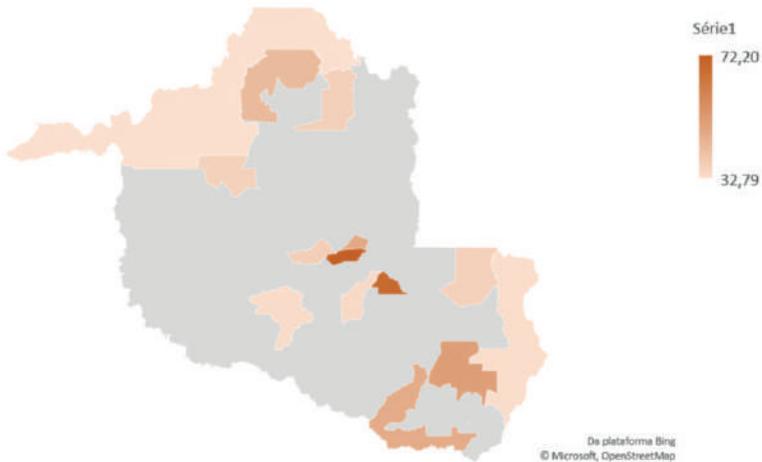
Taxa de homicídios dos municípios mais violentos de Rondônia

1A – 1996 a 2020



18. Os demais municípios são: Teixeiraópolis (48,08), Pimenteiras do Oeste (47,01), Candeias do Jamari (42,75), Mirante da Serra (37,41), Cerejeiras (37,29), Cujubim (36,86), Buritis (36,55), Espigão D'Oeste (36,35), Nova Brasilândia D'Oeste (34,14), Seringueiras (33,77), Vilhena (33,49), Ji-Paraná (32,05), Corumbiara (28,36), Presidente Médici (27,53), Colorado do Oeste (26,29), Vale do Anari (25,99) e Alto Paraíso (22,46), de acordo com Jacarandá (2022a).

1B – 2021



Fonte: Jacarandá (2022a).

4 PRINCIPAIS CONFLITOS E ATIVIDADES RELACIONADAS

4.1 Conflitos pela ocupação e pelo uso da terra

A ocupação de terras na Amazônia tem sido analisada a partir de dois períodos: da década de 1970 a 1990; e dos anos 1990 até os dias atuais. O primeiro período é caracterizado pela expansão da fronteira interna, com busca por modernização da região a partir do avanço da produção agropecuária. Este processo, segundo Costa Silva e Dandolini (2018), apoiados em Osório (1978), recebe o suporte do Estado para a frente capitalista, em forma de concessões e empréstimos, e alcança uma arena conflituosa para os camponeses e populações mais vulneráveis. Os autores pontuam que a Amazônia, especialmente nas décadas de 1970 e 1980, passou por um período expressivo de expansão e fechamento de fronteiras, em que as terras livres passaram a ser apropriadas pelas frentes capitalistas e camponesas. O fechamento da fronteira e as novas dinâmicas de mercado que se impuseram na região são responsáveis por um fluxo migratório para as cidades e pela intensificação dos conflitos no campo.

Em síntese, a modernização da agropecuária brasileira, iniciada a partir da década de 1960, representou a inserção mais concreta da lógica no capital na apropriação dos recursos naturais da Amazônia, na transformação dos territórios culturais dos povos e comunidades tradicionais, o que resultou em grilagens de áreas públicas e na mercantilização da terra, fenômeno social relacionado à violência e aos conflitos agrários (Costa Silva e Dandolini, 2018, p. 469).

Como afirma Costa Silva (2022), a partir da década de 1960, com a ditadura militar, iniciou-se o processo de incorporação da Amazônia a uma lógica agrária vigente, desconfigurando os arranjos sociopolíticos existentes. A conjunção entre urbanização e migração gerou fluxos expressivos tanto para os projetos de grandes obras como para a colonização agrária. O fluxo migratório passou também a pressionar por novos espaços, uma vez que as cidades passaram a funcionar como “salas de espera” para a demanda de assentamentos e, de modo mais imediato, como mão de obra para os grandes projetos de “modernização” da região. No entanto, salienta que, a despeito dos problemas identificados nesse processo, ele ainda contou com acesso à terra para camponeses e com baixa gestão estatal sobre grande parte das terras devolutas. Nesse período, configura-se uma integração verticalizada de territórios da Amazônia à lógica das *commodities* e da modernização da agricultura (Souza, 2021).

No segundo momento, da década de 1990 ao período atual, observa-se a expansão de duas lógicas contraditórias. Enquanto o Estado passava a controlar mais a região, por meio da política ambiental e da proteção de territórios, especialmente aqueles previstos na Constituição Federal de 1988 (CF/1988), avançou-se também a fronteira agrícola, com apoio estatal em financiamentos e infraestrutura (Costa Silva, 2022). Em Rondônia, a implantação da hidrovía do Madeira¹⁹ e do porto de grãos na capital representam um marco na expansão do agronegócio na região, especialmente concentrado na região de Vilhena,²⁰ próximo a Mato Grosso, que reúne condições de proximidade, logísticas e agrícolas propícias à expansão da soja. A produção de soja em Rondônia tem crescimento vertiginoso. Nas últimas duas décadas, multiplicou-se em mais de quarenta vezes: “na safra de 1997/98 a área cultivada com soja em Rondônia foi de 7,8 mil hectares. Em duas décadas multiplicou mais de 40 vezes chegando a 334 mil hectares na safra 2018/19. No mesmo período, a produção saiu de 14 mil para 1,1 milhão de toneladas” (Souza, 2021, p. 701).

A ocupação do estado esteve baseada em projetos de colonização do governo militar, na gestão do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e no modelo dos projetos integrados de colonização (PICs), que estimulava a migração de camponeses do Sul e Sudeste para assentamentos voltados à agropecuária, com assistência técnica pública. A estratégia seguinte, por meio dos projetos de assentamentos dirigidos (PADs), tinha como foco médios e grandes empresários, para os quais foram distribuídas terras mediante comprovação de capacidade técnica e sem o mesmo apoio governamental, por meio de contrato de alienação de terras públicas (CATPs). Outros instrumentos foram adotados, como

19. “A hidrovía do Madeira faz a ligação do porto de Porto Velho-RO aos portos de Itacoatiara-AM e Santarém-PA, fazendo a logística hidroviária de mercadorias e insumos globais e nacionais” (Souza, 2021, p. 700).

20. Municípios de Vilhena, Cabixi, Colorado do Oeste, Chupunguaia, Corumbiara, Cerejeiras e Pimenteiras do Oeste.

licitações de terra em concessões e leilões (Souza, 2021), inclusive com formação de grandes latifúndios improdutivos para especulação. Muitas dessas terras foram abandonadas na ausência de pagamento dos contratos e se configuraram em espaços de conflitos no estado. Essa dinâmica de distribuição de terras esteve presente de 1970 a 1994, momento em que se verificou seu arrefecimento e redirecionamento. Mais recentemente, o processo de colonização agrícola na Amazônia promoveu uma transição do extrativismo para a agropecuária, com consequências como desmatamento, avanço sobre terras protegidas, conflitos agrários e expansão do número de estabelecimentos rurais, com grande concentração de terras. Não obstante, Rondônia enfrenta ainda elevados níveis de conflitos agrários e rurais, uma vez que seu modelo de colonização ocasionou maior concentração de camponeses (produtores agrícolas de pequeno porte), se comparado aos demais estados (Costa Silva e Dandolini, 2018).

Com efeito, os conflitos fundiários em Rondônia surgem a partir das lacunas deixadas nos processos de colonização do estado. Esses conflitos podem ser observados em três fases correlacionadas: i) os conflitos decorrentes do Plano de Integração Nacional (PIN), iniciado pelo governo militar na década de 1970, que ignorou a existência de povos tradicionais da Amazônia, gerando disputa entre estes e os colonos; ii) as disputas entre colonos que não conseguiram obter o título definitivo das áreas recebidas pelo Incra, por meio de títulos provisórios com cláusulas resolutivas, abrindo espaço para ação de grileiros e posseiros; e iii) a inadimplência do Estado no que se refere à regularização fundiária e destinação de terras públicas (Tibes, 2017). Nas palavras desse mesmo autor:

A propaganda de um novo eldorado na Amazônia Ocidental fez com que os colonos sonhassem com uma terra frutífera, livre e pronta para o manejo agrícola, no entanto, quando chegaram em Rondônia se depararam com as dificuldades de lotes de terras não cultiváveis e com densa mata, além do constante confronto com indígenas e demais povos tradicionais que possuíam a terra. As promessas de terra também não se cumpriram quanto à titularidade, pois a cessão de glebas incluía uma série de condições resolutivas, fazendo dos colonos meros posseiros (Tibes, 2017, p. 9).

A falta de regularização fundiária e a não destinação de áreas públicas em Rondônia levou o estado a diversos conflitos, desde a sua colonização até os dias atuais. Entre esses conflitos, ficou marcado na história do estado o massacre de Corumbiara. No dia 14 de julho de 1995, 540 famílias de camponeses e trabalhadores rurais sem terra ocuparam 150 hectares dos 20 mil hectares da Fazenda Santa Elina, um latifúndio com posse em terras públicas. Na madrugada do dia 9 de agosto, 194 policiais, inclusive 46 da Companhia de Operações Especiais (COE), e outro tanto de jagunços fortemente armados, cercaram o acampamento, e o massacre começou. A ação resultou no assassinato de onze camponeses (destes, uma criança de 7 anos) e em 53 feridos, além da morte de dois policiais e uma pessoa

não identificada. O massacre de Corumbiara é um dos 440 conflitos por terra que ocorreram no Brasil em 1995, quinze dos quais em Rondônia (Mesquita, 2005).

Atualmente, como resultado desse processo de ocupação agrária irregular e avanço da agropecuária, Rondônia tem conflitos concentrados especialmente nas regiões a seguir (Costa Silva e Dandolini, 2018).

- 1) Sul: sete municípios, tendo Vilhena como principal polo (cidade) do agronegócio. Concentra a produção de grãos (soja, milho e arroz) e conflitos por áreas abandonadas por CATPs não cumpridos. Atualmente, supostos proprietários questionam a propriedade da terra, em momento de ampla valorização. Aí se concentraram 21% dos conflitos mapeados pela CPT em 2017. Em 2018, apenas a região de Vilhena respondeu por cerca de 25% dos conflitos agrários, segundo a CPT (Souza, 2021).
- 2) Norte/Centro-Norte: os conflitos estão concentrados nos municípios de Ariquemes e Porto Velho (capital de Rondônia). Essa região tem recebido novos fluxos vindos do sul, em busca de novas áreas para o agronegócio, e concentrou 46% dos conflitos mapeados pela CPT em 2017.

Importa considerar que o estado sedia lógicas conflitantes de ocupação agrícola, em que a lógica totalizante da cultura da soja esbarra na histórica ocupação de colonos na produção pecuária e leiteira de pequeno porte. O cultivo da soja, que tem Vilhena como área pioneira no estado, conhecida como “portal da Amazônia”, cria uma região produtiva do agronegócio (RPA) que territorializa uma área ao redor dessa cultura, ao tomar o “poder” das terras em seu entorno, num processo de enfraquecimento dos pequenos produtores próximos, por meio da promoção de infraestrutura e assessoria. Ademais, o cultivo em níveis verticalizados exige ampliação da escala, para viabilização dos investimentos em produtividade. Como destaca Souza (2021, p. 701), “a soja proporciona maiores ganhos que [a] pecuária e menor tempo de giro, porém apresenta maiores riscos e necessita de grandes investimentos em máquinas e implementos agrícolas, além do preparo do solo, que deve ser completamente limpo”. Esse processo de especialização produtiva regional avança sobre pequenas propriedades constituídas pela dinâmica de colonização que estrutura o campo em Rondônia.

Essas pequenas propriedades inviabilizam a monocultura da soja, devido a fragmentação territorial e a valorização da terra. A soja precisa de grandes extensões de terras agricultáveis, para viabilizar o investimento em máquinas e implementos utilizados para plantio, tratamentos culturais e colheita. Ao contrário da soja, a produção de bovinos de corte e leite necessita de menor investimento e pode ser praticada em qualquer tamanho de propriedade. A produção de leite é encontrada na maioria das pequenas propriedades como complemento de renda e os bezerros como investimento ou poupança (Souza, 2021, p. 698).

A esse processo – de ocupação da soja, reconfiguração agrária e ampliação da fronteira agrícola para o norte do estado – tem sido atribuído elevado potencial conflitivo, avançando nas estruturas de colonização histórica e sob as áreas protegidas. Como destacou um dos entrevistados, depois da soja, o “campo se pacifica”, pois a sua instalação se estabelece em uma dinâmica que promove e cessa conflitos pela força. Como agravante, na atualidade, essa dinâmica tem sido negligenciada pelo Estado, ou mesmo estimulada por um *ethos* social baseado na cultura do “pioneiro”, em que os controles estatais sobre áreas destinadas a comunidades tradicionais ou proteção ambiental são vistos como impeditivos ao crescimento e desenvolvimento da região. Essa dinâmica promove conflitos não apenas na RPA, mas também nas novas áreas para onde migram aqueles que foram expulsos de suas áreas de posse. Como detalha Souza (2021, p. 698-699):

Nos últimos anos, a soja vem avançando para outras regiões rondonienses, ocupa espaço de outras atividades agrícolas já praticadas na região, na medida em que se instaura a territorialização do capital. Essa expansão provoca conflitos agrários devido à valorização da terra para a ampliação das áreas com lavouras de grãos, fazendo com que áreas ocupadas por posseiros venham [a] ser requisitadas pelos antigos proprietários, fomentando novas invasões de áreas protegidas como terras da União, terras indígenas, unidades de conservação, dentre outras. A soja ocupa as áreas de pastagens, deslocando a pecuária já consolidada na região para outras regiões do estado, fazendo pressão na abertura de novas áreas para pastagens.

O crescimento da área plantada de soja pressiona a área destinada à produção bovina, que continua ascendente em outros municípios, num movimento migratório constante nos últimos anos, promove a abertura de novas áreas com soja, expulsando os camponeses, seja pela compra, arrendamento de terras, uso de agrotóxicos, ou retomada de áreas ocupadas por posseiros pelos antigos proprietários das áreas concedidas por meio de concessão do governo.

Questões relacionadas às estruturas fundiárias em Rondônia foram apontadas, em entrevistas e na bibliografia utilizada, como eixo fundamental para entender a violência no estado, para além da violência urbana. Como salientado, diversas são as motivações e os reflexos desses conflitos: a grande quantidade de terras não destinadas; os processos de regularização das terras públicas federais do estado; a expansão e flexibilização das regras de regularização fundiária de posses privadas dessas terras; a grilagem e a especulação financeira sobre essas terras na expectativa de regularização; o incentivo ao desmatamento e a expulsão dos ocupantes (reintegração de posse ou pistolagem); o aumento do número de caçadores, atiradores e colecionadores (CACs); e a circulação de armas a serviço dos grileiros e de milícias fomentadas por proprietários rurais.

Nos últimos três anos, foram registradas quinze mortes decorrentes de conflitos no campo em Rondônia – onze somente em 2021 –, colocando o estado em

primeiro lugar do *ranking* anual (Costa Silva, 2022). Cinco dessas mortes ocorreram no acampamento de sem-terras Tiago Santos, em Porto Velho; outras três aconteceram no acampamento de sem-terras Ademar Ferreira, situado na Fazenda Santa Carmem, também em Porto Velho; duas, no Distrito de Abunã; e uma no município de Cujubim, os dois últimos episódios envolvendo posseiros. Em 2021, foram registrados 67 conflitos de terras, afetando cerca de 4.696 famílias, entre sem-terras, ribeirinhos e indígenas (Costa Silva, 2022).

Diversas revisões e emendas na Lei nº 11.952/2009, de regularização fundiária em terras da União na Amazônia Legal, estimulam as contínuas invasões de terras públicas e, conseqüentemente, fomentam o desmatamento, a grilagem de terras e os conflitos violentos na região. É possível apontar alguns elementos que acarretam esses efeitos: a evolução e o adiamento do marco temporal, que alarga o estoque de ocupações passíveis de regularização; a ampliação de 1,5 mil hectares para 2,5 mil hectares do limite da área regularizável; os custos da ocupação e a flexibilização das condições a que o beneficiário em potencial deve atender; a regularização por requerimento, dispensando a vistoria prévia, deixando de fora informações relevantes, como trabalhadores em condições análogas à escravidão; a possibilidade de beneficiar posseiros já autuados por infração ambiental, bastando o comprometimento com um termo de ajustamento de conduta ou o registro do imóvel no CAR, que é autodeclarado; autorização para que proprietários de imóveis rurais possam pleitear a regularização de novas posses, desde que a soma destas não ultrapasse 2,5 mil hectares; e a extensão dos dispositivos regulatórios da Lei nº 11.952/2009 para todo o território nacional (Bastian *et al.*, 2022).

As alterações realizadas (Lei nº 13.465/2017) ou propostas (Projetos de Lei – PLs nºs 2.633-A/2020 e 510/2021)²¹ sobre a Lei nº 11.952/2009 têm foco na atualização do marco temporal, que é o principal parâmetro para a regularização fundiária. A cada revisão, atualiza-se o marco, tornando-o mais recente e, assim, estimulando a ocupação de novas áreas públicas, com a expectativa de que estas venham a ser regularizadas em condições especiais e a preços compensatórios no futuro. A Lei nº 11.952/2009 regularizava ocupações anteriores a 30 de novembro de 2004. Na Lei nº 13.465/2017, este marco temporal foi estendido para 22 de julho de 2008 (comprovando ocupação de no mínimo cinco anos). Porém, a lei institui o pagamento de 10% a 50% do valor mínimo da pauta de preço do Incra para imóveis ocupados até 21 de julho de 2008 e o valor máximo para imóveis ocupados até 22 de dezembro de 2011, aumentando o marco temporal para data ainda mais recente, o que ampliou a magnitude de áreas regularizáveis. Por sua vez, o PL nº 510/2021 reedita a Medida Provisória (MP) nº 910/2019 (MP da grilagem), que perdeu a validade em

21. O primeiro PL, de origem na Câmara dos Deputados, foi aprovado no Plenário da Câmara em agosto de 2021 e seguiu para o Senado, onde aguarda apreciação. O segundo, do Senado Federal, está sob discussão nas comissões de Meio Ambiente e Agricultura e Reforma Agrária do Senado.

19 de maio de 2020, propondo regularizar as posses sobre terras públicas anteriores a 25 de maio de 2012. Mas modificações introduzidas no PL (no art. 38) autorizariam a regularização de terras ocupadas até dezembro de 2014, além de anistiar a grilagem para aqueles que a praticaram entre o fim de 2011 e 2014 (Bastian *et al.*, 2022; Almeida *et al.*, 2021; Brito, 2020; 2021). Em Rondônia, a Lei Estadual nº 4.892/2020 prevê regularização para imóveis ocupados até 22 de junho de 2008 (Brito *et al.*, 2021b).

A definição de marco temporal atinge também assentamentos rurais cedidos a trabalhadores sem-terras e TIs. O PL nº 510/2021 propõe extinguir projetos de assentamento com data de criação posterior a 10 de outubro de 1985. “No limite, tal medida pode forçar processos de descaracterização de assentamentos, de modo a fazê-los perder a destinação inicial e submetê-los, futuramente, a processos de regularização que lhes subtraia a condição de terra pública” (Bastian *et al.*, p. 9). Considerando os povos indígenas, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 215/2000, em tramitação no Plenário da Câmara desde o ano 2000, prevê a demarcação de TIs apenas no caso daquelas que eram habitadas, em caráter permanente, e utilizadas para atividades produtivas, reprodução social e cultural dos indígenas até 5 de outubro de 1988.

Diante desses intensos e contínuos conflitos, a resistência ao fechamento da fronteira, na forma de movimentos sociais que visam à reforma agrária, é criminalizada. Em cenário de redirecionamento estratégico do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), como sinalizou uma liderança entrevistada, os confrontos têm envolvido, principalmente, a LCP (Fuhrmann, 2021). Da parte dos atores governamentais, esses movimentos são caracterizados como “bandidos”. Por sua vez, o discurso de “terror no campo” é apontado por atores sociais como justificativa para a intensificação do uso da força, inclusive para o acionamento recente da Força Nacional na UF (Uribe, 2021).

4.2 Desmatamento e crimes conexos

Como destacado, a expansão da soja e da pecuária da região Sul (Cone Sul), tem promovido ou intensificado conflitos em outras regiões do estado. É o caso do Vale do Guaporé,²² considerado a nova fronteira agrícola de Rondônia,²³ especialmente potencializada pelo asfaltamento da BR-429, projeto denunciado pela insuficiência de estudos e medidas mitigadoras e compensatórias (Agência Amazônia). O Vale do Guaporé é composto por seis UCs, incluindo três Resex, quatro TIs e cinco comunidades quilombolas, porém nem todas as áreas tradicionais estão plenamente regularizadas. A expansão da fronteira agrícola nessa região tem ampliado os conflitos,

22. Formado pelos municípios de Costa Marques, São Francisco do Guaporé, São Miguel do Guaporé e Seringueiras, correspondendo a cerca de 11% do território de Rondônia (Machado, 2020).

23. Concentrada no município de São Miguel do Guaporé, que ampliou a produção de soja de 876 toneladas, em 2012, para 27 mil toneladas em 2017 (Machado, 2020).

especialmente em torno de desmatamento, exploração ilegal de madeira, caça e pesca, com ameaças e violência contra a população local, resultando em embates violentos e êxodo rural (Machado, 2020). Apesar da gravidade dos crimes, a situação de violação desses territórios está tão naturalizada, que terras griladas em áreas protegidas vêm sendo comercializadas abertamente por meio de redes sociais, como apontou reportagem da BBC.²⁴

Por sua vez, nota técnica produzida por grupo de pesquisa da Universidade Federal de Rondônia (Unir) denuncia a pressão da mineração sobre TIs. O documento lista diferentes áreas do estado com solicitações ou registros para atividade mineral, a partir dos dados do Sistema de Informação Geográfica da Mineração, obtidos em 2019. Estas atividades encontram interseção em dezenove das 21 TIs do estado, com áreas requeridas variando de 30% (em onze TIs) a dimensão superior a 60% (em outras sete TIs). Diante das ameaças, das ilegalidades e dos riscos, a nota técnica posiciona-se contrária à regulamentação da atividade mineral nesses territórios (Costa Silva e Lima, 2019). A mineração ilegal tem sido reportada em diferentes TIs na Amazônia (Spezia, 2022) e encontra atualmente, no Congresso Nacional, espaço para disputa de interesses divergentes em relação ao tema, em propostas que regulamentam a prática (PL nº 191/20) ou a restringem. A guerra entre Rússia e Ucrânia (iniciada em 2022) e as restrições de acesso a fertilizantes foram apresentadas no debate público como justificativas para se retomar o debate sobre a legalização do garimpo em TIs, o que foi rechaçado por diversas instituições e atores sociais, além das próprias comunidades indígenas (Procuradoria-Geral da República, 2022; Neiva, 2022). Além do marco temporal, há registro de diversas outras propostas que vão de encontro aos direitos indígenas e à proteção ambiental, ao fragilizarem a posse, o acesso aos recursos naturais e o controle do acesso de pessoas estranhas ao território (Almeida *et al.*, 2019).

Cardozo (2017, p. 11) lista os diferentes tipos de atividades ilegais identificadas pelos gestores em UCs em Rondônia, que vão de desmatamento e grilagem a pesca e caça ilegais (tabela 3).

TABELA 3
Números de UCs com ocorrência de atividades ilegais causadoras de impactos

Atividades ilegais	Categorias das UCs estaduais					
	APAs	Fers	Resex	Rebio	PES	Esec
Caça	-	3	16	-	-	1
Carvoaria	-	-	1	-	-	-
Construção de hidrelétrica	-	-	-	-	-	1
Construções ilegais	-	-	1	-	-	-

(Continua)

24. Documentário: BBC revela venda ilegal de terras na Amazônia pelo Facebook. Disponível em: https://youtu.be/QpTMqTo_ycc. Acesso em: 16 out. 2022.

(Continuação)

Atividades ilegais	Categorias das UCs estaduais					
	APAs	Fers	Resex	Rebio	PES	Esec
Criação de gado	1	-	-	-	-	-
Desmatamento	2	-	18	1	-	1
Furto de castanha	-	-	1	-	-	-
Furto de madeira (corte seletivo)	-	-	17	-	2	1
Furto de palmito	-	-	1	-	-	-
Garimpo	1	1	-	1	-	-
Grilagem de terras	1	-	10	-	2	-
Incêndios	-	1	2	-	1	-
Invasão	2	-	21	1	3	2
Pastagem	-	-	-	-	2	-
Pesca	-	2	14	2	1	2
Retirada de argila	-	1	6	-	-	-

Fonte: Cardozo (2017, p. 11).

Obs.: Rebio – reserva ecológica; PES – parque estadual; e Esec – estação ecológica.

Com efeito, o desmatamento, o comércio ilegal de madeiras e a violência gerados por esses processos são alguns dos reflexos associados aos conflitos fundiários em Rondônia. Novas normativas e ações, tanto federais quanto estaduais, têm reduzido barreiras à ação de grileiros e pecuaristas sobre as terras públicas do estado e áreas não destinadas. Entre 2013 e 2020, 40% da perda de florestas na Amazônia Legal ocorreu em áreas não destinadas (Brito *et al.*, 2021b).

Em maio de 2021, em nova tentativa de revogação de UCs, entrou em vigência a Lei Complementar Estadual nº 1.089, que reduziu em 23,3% a área do Parque Guajará-Mirim, em Nova Mamoré, e em 88,6% o território da Resex estadual Jaci-Paraná, situada nos municípios de Nova Mamoré, Porto Velho e Buritis. Esses municípios compõem a segunda microrregião mais violenta de Rondônia. Proposta pelo então governador do estado, Marcos Rocha (União Brasil), essa lei foi modificada e aprovada por unanimidade pela Assembleia Legislativa de Rondônia, sem a realização de estudos técnicos ou consulta às populações tradicionais afetadas. Mesmo sendo considerada inconstitucional e revogada pela justiça estadual em novembro de 2021, a Lei nº 1.089/2021 abriu espaço para pressões sobre essas áreas, impulsionando invasões e novos conflitos. Desde maio de 2020, equipes de fiscalização da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental (Sedam) vêm sofrendo ataques e ameaças. Em dezembro de 2021, em fiscalização realizada no Parque Estadual Guajará-Mirim, uma equipe foi atacada a tiros, tendo havido “vários disparos, de pistola calibre .40 e carabina calibre 5.56 – arma longa com poder de fogo significativo –, que se intensificaram nos minutos seguintes” (Anjos, 2022).

Outro ponto de destaque é o aumento das áreas de expansão da frente agropecuária no estado de Rondônia, nas divisas com Amazonas e Mato Grosso. Essa ampliação aumenta os conflitos por terra, além de incentivar o desmatamento e o comércio de

madeira ilegal. Desde 2004, Rondônia vem aparecendo em primeiro lugar no desmatamento dentro da Amazônia Legal, com 27% do seu território desmatado, contra 17% de Mato Grosso e 13% do Pará (FBSP, 2022b). A madeira ilegal é transportada, principalmente, pela BR-364, até as regiões Sul e Sudeste do Brasil, passando por Mato Grosso, ou em direção a Manaus, através da BR-174. Esse comércio ilegal de madeira afeta diretamente a TI Karipuna e a reserva estadual Jacundá.

4.3 O tráfico de drogas e a atuação de facções

A posição fronteiriça de Rondônia expõe o estado a diversos tipos de crimes e ao aumento da complexidade da criminalidade local, com intensificação do tráfico de drogas, das disputas por rotas de escoamento destes produtos, do tráfico de pessoas e do roubo de veículos, por encomenda e como pagamento de drogas (Lessa e Silva, 2015).

Nos últimos anos, Rondônia vem sofrendo com a escalada das disputas por rotas de transporte de cocaína. O uso das fronteiras – que vão do norte do estado do Acre, na fronteira com o Peru, passando por Rondônia até o sul de Mato Grosso, por toda a fronteira com a Bolívia – é bastante antigo, mas se intensificou com a chegada de facções criminosas como o CV e o Primeiro Comando da Capital (PCC) à região. O CV é a facção criminosa mais antiga em Rondônia, com registros de presença desde 2009, principalmente em Ariquemes e Vilhena. Em 2021, Vilhena foi considerado o 14º município mais violento do país, com taxas de homicídios por 100 mil habitantes acima da média nacional. O PCC se instalou no estado em meados de 2012, com núcleos em Rolim de Moura e Cacoal. Aponta-se também a existência de uma facção local – o Primeiro Comando do Panda (FBSP, 2022b).

Tanto o CV quanto o PCC escoam, pelo estado, pasta base de cocaína originária de Guayaramerín/Bolívia. No ano de 2021, Rondônia obteve seu recorde de apreensões de cocaína (2.532,40 kg); em 2022, até a metade do mês de agosto, as apreensões já ultrapassavam 7 mil kg. A grande maioria dessas apreensões ocorreu em estradas do estado. No município de Alta Floresta do Oeste, em 14 de fevereiro de 2022, foram apreendidos 1.466 kg de cocaína, e 1.700 kg em São Miguel do Guaporé, no dia 5 de abril de 2022. Ambas as cidades estão localizadas no oeste do estado, próximas da fronteira com a Bolívia.

Os traficantes atravessam o Rio Guaporé e cruzam a fronteira usando estradas locais para chegar à BR-364, com o objetivo de seguir para dois destinos prioritários: em direção ao sul, pela BR-364 e pela BR-174, atravessando o Mato Grosso; ou, em direção ao leste, o que pode ser feito via Machadinho do Oeste, em Rondônia, pela RO-205, até Colniza/MT, pela MT-206, podendo seguir de lá para o sul do Pará, em direção a Belém ou a outras capitais do Nordeste (Jacarandá, 2022b).

4.4 CACs e a circulação de armas de fogo

O aumento das licenças para CACs e, conseqüentemente, da circulação de armas de fogo em Rondônia, foi apontado em algumas entrevistas como um dos fatores geradores de conflitos no estado. Essas armas, destinadas a um público específico (CACs), muitas vezes acabam nas mãos de grileiros, fazendeiros do agronegócio e membros das principais facções que comandam o tráfico na região.

Segundo uma liderança do MST de Rondônia, entrevistada para este trabalho, os clubes de tiro cresceram três vezes no último ano no estado. São cerca de quatrocentas vezes mais armas circulando na região. Além disso, dados disponibilizados no *Anuário Especial Eleições 2022* do FBSP apontam que o número de apreensões de armas de fogo em Rondônia subiu de 71,7 para 194,6 por 100 mil habitantes, entre 2018 e 2021 (FBSP, 2022).

O jornal *The Intercept Brasil*, em uma série de reportagens investigativas sobre a explosão de clubes de tiro nos estados da Amazônia Legal,²⁵ mostra que Rondônia foi o estado onde essa expansão foi mais expressiva, acumulando 53 clubes de tiro. Mais da metade deste total, 33 estabelecimentos, foram criados apenas entre 2019 e 2021.

É nesse contexto que Rondônia concentra o maior número de assassinatos no campo em 2021. Dos 35 homicídios ocorridos no país, onze aconteceram no estado. Destes, oito assassinatos ocorreram nos acampamentos Tiago Santos e Ademar Ferreira, no distrito de Nova Mutum, zona rural de Porto Velho, ligados à LCP (Costa Silva, 2022).

O movimento é usado como justificativa para quem defende armas de fogo e clubes de tiro no campo. Em maio de 2021, quando participava da inauguração da Ponte do Abunã, que liga Porto Velho ao Acre, o então presidente da República fez uma ameaça direta ao grupo. “LCP, se prepare! Não vai ficar de graça o que vocês estão fazendo. Não tem espaço aqui para grupo terrorista. Nós temos meios de fazê-los entrar no eixo e respeitar a lei”.²⁶

Para o procurador Raphael Bevilaqua, do Ministério Público Federal em Rondônia, a classificação da atividade do movimento social como terrorismo é uma “acusação fantasiosa” e serviu para justificar o envio da Força Nacional de Segurança Pública ao estado. Ele defende que o envio foi ilegal, porque não apontava um objetivo específico e não vinha acompanhado de um plano de ação (Fuhrmann, 2022).

Em meio a essa conjectura, o Exército Brasileiro, responsável pela certificação e controle dessas armas, afirmou não saber quantas delas existem, em cada município

25. Disponível em: <https://theintercept.com/series/amazonia-sitiada/>. Acesso em: dez. 2022.

26. TV BrasilGov. Liberação de tráfego na ponte sobre o rio Madeira – BR-364 (RO). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8Uagy1Dc-Ts&t=1s>. Acesso em: dez. 2022. A fala destacada inicia-se no tempo 00:39:43.

brasileiro, nas mãos de CACs (Rossi, 2022). A mesma reportagem apresenta dados do Instituto Sou da Paz, obtidos com a Força Terrestre. Nestes, o número de pessoas com licença de CAC aumentou 262% entre julho de 2019 e março de 2022, passando de 167.390 para 605.313. Em todo o Brasil, o arsenal já superou 1 milhão de armas em 2022 – quatro vezes o número de 2019, quando o então presidente Jair Bolsonaro (2019-2022) flexibilizou o acesso às armas de fogo por civis. Foram quinze decretos presidenciais, dezenove portarias, dois PLs e duas resoluções a favor dessa flexibilização. Antes desses decretos, os CACs podiam possuir no máximo dezesseis armas e 40 mil munições ao ano. Atualmente, o limite é de sessenta armas e até 180 mil munições por ano (Lopes, 2022). Além disso, as portarias mais recentes asseguraram a certificação de CAC a qualquer pessoa acima de 25 anos que não responda a inquérito criminal e seja aprovada no exame psicológico.

A fragilidade na fiscalização e a facilidade na aquisição de armas de fogo legalmente patrocinadas pelos projetos do presidente Bolsonaro (2019-2022) chamaram a atenção de organizações criminosas, como o CV e o PCC. Segundo reportagem do jornal *O Estado de São Paulo* publicada em 25 de julho de 2022, e disponibilizada pelo portal UOL, os criminosos dessas facções usam da nomenclatura “CAC” para adquirir armas legalmente. Algumas destas armas são compradas por intermédio de laranjas, mas existem registros de certificados e compras realizadas por pessoas com extensa ficha criminal. Além da flexibilização, a atual política também barateou esses equipamentos. Os armamentos, antes comprados através do tráfico no Paraguai ou na Bolívia, têm preços muito menores quando comprados como CAC. “Eles (integrantes do PCC) pagavam de R\$ 35 mil até R\$ 59 mil num fuzil no mercado paralelo e agora pagam de R\$ 12 mil a R\$ 15 mil um (fuzil calibre) 556 com nota fiscal”, afirmou o promotor de Justiça Lincoln Gakiya, ao jornal (PCC utiliza..., 2022).

5 POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO TERRITÓRIO

A segurança é apresentada, no texto constitucional, como um direito individual e social. A política de segurança pública, na Carta Magna, é operacionalizada pelas polícias. Atualmente, os marcos de atuação da segurança pública e da coordenação federativa são:

- a Lei nº 13.675/2018, que institui a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) e o Sistema Único de Segurança Pública (Susp); e
- o Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP) 2021-2030 (Brasil, 2022).

À luz do PNSP, o governo de Rondônia também dispõe do Plano Estratégico 2018-2030, além do Plano Estratégico do Estado de Rondônia 2019-2023 (Rondônia, 2019). O Sistema de Segurança Pública estadual abriga a Secretaria

de Segurança, Defesa e Cidadania (Sesdec) como órgão central do sistema, além da Secretaria de Justiça (Sejus), responsável pelo sistema penitenciário, a PM-RO, a Polícia Civil (PC-RO), o Corpo de Bombeiros Militar (CBM-RO), a Polícia Técnico-Científica (Politec) e o Departamento Estadual de Trânsito (Detran). No plano estratégico para o estado, são indicadas como principais “batalhas” nesse campo “modernizar estrategicamente a segurança pública”, “ser o estado mais seguro da região Norte” e “racionalizar o sistema prisional” (Rondônia, 2019).

Segundo Queiroz (2019, p. 98), no Plano Plurianual (PPA) atual, houve um incremento de 14% nos recursos destinados à segurança pública, em relação ao período anterior. Em sua análise, Queiroz (2019) ressenete-se da falta de planos estruturados e estratégicos para a segurança pública, em que identifica alinhamento com os programas do governo federal como meio de obtenção de recursos, mas sem definição local de estratégia para sua efetiva aplicação. Também atribui à inconstância dos planos nacionais elemento dificultador para uma estratégia local mais consistente.

Os principais problemas de segurança pública em Rondônia, como apontados por representantes da Sesdec, estão relacionados a insuficiências tanto do seu orçamento quanto de seu efetivo policial. Segundo um interlocutor, as instituições ligadas à Sesdec (PM-RO, PC-RO, CBM-RO e Politec) são autônomas em suas tomadas de decisões, mas o orçamento e a folha de pagamento são geridos pela própria secretaria. “Quando a gente fala em orçamento, vou aproximar, em torno de 75% a 80% é pra folha de pagamento, apesar da mão de obra policial ser reduzida, sobrando pouco mais de 20% para todo o resto”.²⁷ Quanto ao número de policiais “na ativa”, tanto na PM-RO quanto na PC-RO, há déficits: “no caso da Polícia Militar, o efetivo [de 2021] se mantém nos patamares de 2011, apesar da redução de 6% em seus quadros. Já no caso da Polícia Civil, a força perdeu 37% de seus integrantes na ativa desde 2011” (FBSP, 2022b, p. 207).

Por sua vez, conforme integrante da Sesdec, houve, nos últimos anos, a ampliação do número de delegacias especializadas no estado, bem como de plantões de polícia 24 horas, priorizando o atendimento a casos de violência contra mulher e vulneráveis. Mas, apesar desses esforços, Rondônia continua entre os líderes nacionais em violência contra a mulher. Com taxas de 50,8 estupros e estupros de vulneráveis por 100 mil habitantes em 2021, ocupa lugar de destaque negativo no cenário nacional, que possui taxas de 30,9 por 100 mil habitantes (FBSP, 2022b). Reforçando esse diagnóstico, Rondônia apresenta altíssimas taxas de lesões corporais dolosas em contexto de violência doméstica, com índice de 445,6 por 100 mil habitantes em 2021 (FBSP, 2022b), sendo o segundo estado da região Norte em que mais mulheres são violentadas, perdendo nessa triste classificação apenas para Roraima.

27. Fala de representante da Sesdec, entrevistado no dia 5 de setembro de 2022.

Outras medidas, apontadas em entrevista com o representante da Sesdec, vêm sendo realizadas para minimizar a criminalidade no estado, principalmente em relação ao combate ao crime organizado. Nesse sentido, foram criadas duas delegacias de combate ao crime organizado na capital e uma no interior. Dentro da PC-RO, foi estruturado o departamento de inteligência, responsável pela gerência das delegacias de combate ao crime organizado. Um resultado desse movimento pode ser observado no recorde de apreensões de cocaína (2.532,40 kg) em 2021.

5.1 Sistema prisional

Cabe recordar que, no início dos anos 2000, Rondônia protagonizou uma das primeiras ondas de grandes rebeliões em penitenciárias, na Casa de Detenção José Mário Alves, conhecida como Urso Branco. Após esse primeiro motim bárbaro, que resultou na morte de 27 detentos, outra rebelião aconteceu em 2004, com cenas estarrecedoras transmitidas para todo o país. Esses eventos, além da superlotação e de outras mazelas do sistema prisional, levaram o país a responder perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos (Quele, 2022). Ao longo de uma década, cerca de cem detentos foram massacrados na instituição. Após reforma recente, a penitenciária Urso Branco consta como a segunda do estado, após a criação do presídio Jorge Thiago Aguiar Afonso (Moura, 2019).

Entre julho e dezembro de 2021, a população prisional nos presídios federais em Rondônia era de 484 detentos,²⁸ todos do sexo masculino. No mesmo período, a população dos presídios estaduais era de 4.482 presos, sendo 209 do sexo feminino e 4.273 do masculino.²⁹ Em maio de 2022, Rondônia possuía 14.227 custodiados, sendo 5.154 em regime fechado (condenados) e 1.867 presos provisórios. O restante (7.206) estava em regime semiaberto, medida de segurança, prisão domiciliar ou regime aberto.³⁰

Em 2021, a taxa de encarceramento em Rondônia ficou em 704,9 presos por 100 mil habitantes. No entanto, as vagas do sistema penitenciário do estado são de 11.146. Assim, “sem grandes políticas de desencarceramento, além do monitoramento eletrônico, já bastante sobrecarregado, as pequenas reduções pontuais no número de presos não são o bastante para diminuir o déficit de mais de 1.600 vagas no sistema prisional do estado” (FBSP, 2022b, p. 208).

28. Excluem-se os presos sob custódia judicial, batalhões de polícias e bombeiros militares. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrjoiMTMwZGI4NTMtMTJjNS00ZjM3LThjOGQtZjlkZmRlZTEyMTcxliwidCI6ImViMDkwNDIwLTQONGMtNDNmNy05MwYyLTRI0GRhNmJmZThlMSJ9>. Acesso em: out. 2022.

29. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrjoiMTMwZGI4NTMtMTJjNS00ZjM3LThjOGQtZjlkZmRlZTEyMTcxliwidCI6ImViMDkwNDIwLTQONGMtNDNmNy05MwYyLTRI0GRhNmJmZThlMSJ9>. Acesso em: out. 2022.

30. Sistema prisional: quinzena de maio de 2022. Disponível em: <https://rondonia.ro.gov.br/wp-content/uploads/2022/06/2aQUINZENA-MAIO-2022.pdf>. Acesso em: jul. 2022.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo teve como objetivo descrever e analisar as principais dinâmicas subjacentes à violência no estado de Rondônia nos últimos dez anos, com eixo na ocorrência de homicídios. Para tanto, foram realizadas entrevistas com atores-chave de instituições do sistema de justiça e segurança pública (secretarias estaduais de segurança pública, Ministério Público, entre outras), academia e movimentos sociais, além de pesquisa documental (relatórios, estudos, notícias, documentários, *lives*, entre outros), revisão bibliográfica e consulta a fontes de dados estatísticos.

A partir dessas análises, pode-se mapear um conjunto de elementos que provavelmente estão na gênese dos elevados números de mortes violentas no estado, cujas taxas, embora figurem entre as menores da região Norte, são superiores às nacionais, e se concentram no campo. Por certo, como exposto e corroborado nas entrevistas, um dos cerne da violência em Rondônia está nos conflitos fundiários, uma vez que o modelo de colonização, o frouxo ordenamento fundiário, a falta de *enforcement* da legislação sobre terras protegidas e a atuação executiva e legislativa em prol de sua flexibilização promovem uma tensão constante nos territórios. Nesse emaranhado de problemas, o cercamento da terra, o avanço da agropecuária e de grandes obras com baixa regulação estatal e baixa atuação para mitigação dos seus efeitos, estimula ainda mais crimes, como o desmatamento e toda sorte de ilícitos nas terras protegidas. Há consequências deletérias notadamente sobre as populações, que veem seu território e seus modos de vida ameaçados constantemente.

Ao que parece, Rondônia vivencia um processo de acumulação e expansão do capital, na forma de avanço agropecuário e extrativismo predatório, apoiado em grande medida pelo poder público, que impõe poucas e frágeis estratégias de mitigação e regulamentação, abrindo espaço para um desenvolvimento desordenado, violento e com danos irreversíveis para a natureza e os seres humanos que nela coexistem.

Sem a pretensão de exaustividade, este capítulo apresenta evidentemente lacunas. Nesse sentido, a melhor compreensão do fenômeno da violência em Rondônia demanda que a investigação avance sobre outras dimensões do problema, entre os quais a atuação do governo estadual e dos governos municipais na administração dos conflitos locais – em especial, os conflitos agrários. Cabe investigar melhor, ainda, as dinâmicas do tráfico de drogas transfronteiriço e a atuação de facções de base prisional no estado, e sua contribuição específica para as altas taxas de homicídio ali observadas. Estas são algumas das possibilidades de investigação que, somadas ao esforço já empreendido por jornalistas, pesquisadoras e pesquisadores e atores do sistema de justiça e segurança pública, podem contribuir para a análise e a formulação de estratégias mais promissoras de enfrentamento à violência letal.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA AMAZÔNIA. BR-429 afeta indígenas isolados na Amazônia. **Terras Indígenas no Brasil**, 29 set. 2009. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/es/noticia/72651>. Acesso em: out. 2022.
- ANJOS, A. B. Governador de RO “passou boiada” com lei que fez desmatamento explodir em parque estadual. **Pública**, 26 set. 2022. Disponível em: <https://apublica.org/2022/09/governador-de-ro-passou-boiada-com-lei-que-fez-desmatamento-explodir-em-parque-estadual/>. Acesso em: 13 out. 2022.
- BASTIAN, L. *et al.* O processo de regularização das terras públicas federais: instrumentos legislativos, expansão fundiária e especulação. **Políticas Sociais: acompanhamento e análise**, n. 29, p. 1-29, 2022.
- BRASIL. **Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021-2030**. Brasília: MJSP, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/mj/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/categorias-de-publicacoes/planos/plano_nac_de_seguranca_publica_e_def_soc_2021__2030.pdf. Acesso em: out. 2022.
- BRITO, B. **Nota técnica sobre o Projeto de Lei nº 2.633/2020**. Belém: Imazon, jun. 2020. Disponível em: https://imazon.org.br/wp-content/uploads/2020/06/Imazon_Nota_Tecnica_PL2633_2020-1.pdf. Acesso em: out. 2022.
- BRITO, B. **Nota técnica sobre o Projeto de Lei nº 510/2021**. Belém: Imazon, mar. 2021. Disponível em: https://imazon.org.br/wp-content/uploads/2021/04/Nota_Tecnica_PL510_Imazon.pdf. Acesso em: out. 2022.
- BRITO, B. *et al.* **Leis e práticas de regularização fundiária no estado de Rondônia**. Belém: Imazon, mar. 2021a.
- BRITO, B. *et al.* **Dez fatos essenciais sobre regularização fundiária na Amazônia Legal**. Belém: Imazon, mar. 2021b. Disponível em: <https://imazon.org.br/wp-content/uploads/2021/04/10FatosRegularizacaoFundiaria.pdf>. Acesso em: ago. 2022.
- CAMARGOS, D. Em novo cerco, polícia mata 3 integrantes da Liga dos Camponeses Pobres em Rondônia. **Repórter Brasil**, 17 ago. 2021. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2021/08/em-novo-cerco-policia-mata-3-integrantes-da-liga-dos-camponeses-pobres-em-rondonia/>. Acesso em: out. 2022.
- CARDOZO, I. B. *et al.* (Org.). **Pressões e ameaças nas unidades de conservação estaduais de Rondônia**. São Paulo: ISA; Porto Velho: Kanindé, ago. 2017.

COSTA SILVA, R. G. A desarmonização da Amazônia: conflitos agrários, violência e agrobandidagem. *In*: CPT– CEDOC CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DOM TOMÁS BALDUÍNO. **Conflitos no campo**: Brasil 2021. Goiânia: CPT Nacional, 2022. p. 104-111. Disponível em: https://gtga.unir.br/uploads/81837305/arquivos/Artigo_CPT_A_desamazonizacao_da_Amazonia_2022_1146079968.pdf. Acesso em: out. 2022.

COSTA SILVA, R. G.; DANDOLINI, G. Conflitos agrários e acesso à terra em Rondônia. **Revista Direito & Práxis**, v. 9, n. 1, p. 461-479, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2018/32712>. Acesso em: out. 2022.

COSTA SILVA, R. G.; LIMA, L. A. P. **Cartografia da mineração em terras indígenas de Rondônia**. Porto Velho: Unir; GTA/CNPq, 2019. (Nota Técnica, n. 001). Disponível em: https://gtga.unir.br/uploads/81837305/arquivos/Nota_Tcnica_001_2019_GTGA_UNIR__1__728448607.pdf. Acesso em: out. 2022.

RONDÔNIA. **Um novo Norte, novos caminhos**: Plano Estratégico Rondônia 2019-2023. Porto Velho: Governo do Estado de Rondônia, 2019. Disponível em: <https://rondonia.ro.gov.br/wp-content/uploads/2019/09/Book-Rondonia-V12.pdf>. Acesso em: out. 2022.

FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário brasileiro de segurança pública**. São Paulo: FBSP, 2021. Disponível em <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/10/anuario-15-completo-v7-251021.pdf>. Acesso em: ago. 2022.

FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário brasileiro de segurança pública 2022**. 16. ed. São Paulo: FBSP, 2022a. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=4>. Acesso em: jul. 2022.

FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário brasileiro de segurança pública 2018-2021**: especial eleições 2022. São Paulo: FBSP, 2022b. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/07/anuario-2022-ed-especial.pdf>. Acesso em: ago. 2022.

FELLET, J. Investigação revela terras protegidas da Amazônia à venda no Facebook. **BBC News Brasil**, 26 fev. 2021. Disponível em: [Investigação revela terras protegidas da Amazônia à venda no Facebook - BBC News Brasil](https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57444444). Acesso em: out. 2022.

FUHRMANN, L. Bolsonaro inventou “guerrilha terrorista” em RO para justificar ação da Força Nacional, diz procurador. **De Olho nos Ruralistas**, 10 nov. 2021. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2021/11/10/bolsonaro-inventou-guerrilha-terrorista-em-ro-para-justificar-acao-da-forca-nacional-diz-procurador/>. Acesso em: out. 2022.

FUHRMANN, L. Amazônia sitiada: parte 3 – Rondônia concentra o maior número de clubes de tiro criados sob Bolsonaro na Amazônia – e também o de mortes no campo. **The Intercept Brasil**, 23 nov. 2022. Disponível em: <https://theintercept.com/2022/11/23/rondonia-concentra-o-maior-numero-de-clubes-de-tiro-criados-sob-bolsonaro-na-amazonia-e-tambem-o-de-mortes-no-campo/>. Acesso em: dez. 2022.

HOLANDA, D. Entenda a disputa por terras no Sul de RO que levanta temor por nova tragédia 25 anos depois do ‘massacre de Corumbiara’. **G1 Rondônia**, 14 abr. 2021. Disponível em <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2021/04/14/entenda-a-disputa-por-terras-no-sul-de-ro-que-levanta-temor-por-nova-tragedia-25-anos-depois-do-massacre-de-corumbiara.ghtml>. Acesso em: out. 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estimativas da população residente no Brasil e Unidades da Federação com data de referência em 1º de julho de 2021**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2021/POP2021_20230710.pdf. Acesso em: set. 2022.

JACARANDÁ, R. O aumento dos homicídios em Rondônia em 2021. **Rodolfo Jacarandá**, 30 jun. 2022a. Disponível em: <https://rodolfojacaranda.com/o-aumento-dos-homicidios-em-rondonia-em-2021/>. Acesso em: jul. 2022.

JACARANDÁ, R. A cocaína na Amazônia. **Rodolfo Jacarandá**, Porto Velho, 29 ago. 2022b. Disponível em: <https://rodolfojacaranda.com/a-cocaina-na-amazonia/>. Acesso em: 5 set. 2022.

LOPES, R. Exército admite não conseguir detalhar armas nas mãos de atiradores e caçadores. **Folha de S.Paulo**, 2 jul. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/07/exercito-admite-nao-conseguir-detalhar-armas-nas-maos-de-atiradores-e-cacadores.shtml>. Acesso em: set. 2022.

MACHADO, D. T. Conflitos na fronteira do Guaporé em Rondônia: áreas protegidas *versus* o avanço da agropecuária. **Revista GeoNordeste**, São Cristóvão, v. 34, n. 1, p. 22-39, 2020.

MESQUITA, H. A. de. O massacre de Corumbiara – mais dez anos de violência e impunidade. **MST**, 8 ago. 2005. Disponível em: <https://mst.org.br/2005/08/08/o-massacre-de-corumbiara-mais-dez-anos-de-violencia-e-impunidade/>. Acesso em: set. 2022.

MOURA, M. Presídio Urso Branco em Porto Velho é desocupado e deve passar por reforma. **G1 Rondônia**, 24 jun. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2019/06/24/presidio-urso-branco-em-porto-velho-e-desocupado-e-deve-passar-por-reforma.ghtml>. Acesso em: jul. 2022.

NEIVA, L. Presidente da Frente da Mineração é contra exploração em terra indígena. **Congresso em Foco**, 23 mar. 2022. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/congresso-nacional/presidente-da-frente-da-mineracao-e-contrat-exploracao-de-terra-indigena/>. Acesso em: out. 2022.

NERI, M. **Mapa da Nova Pobreza**. Rio de Janeiro: FGV Social, jun. 2022. Disponível em: <https://cps.fgv.br/MapaNovaPobreza>. Acesso em: nov. 2022.

OSÓRIO, C. Migrações recentes e desigualdades. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ABEP, 1., out. 1978, Campos do Jordão. **Anais...** Campos do Jordão: ABEP, out. 1978.

PCC UTILIZA política dos CACs de Bolsonaro para comprar armas, diz jornal. **UOL**, São Paulo, 25 jul. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2022/07/25/politica-de-bolsonaro-permite-que-pcc-compre-armas-legalmente-diz-jornal.htm>. Acesso em: set. 2022.

PGR – PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA. PL nº 191/2020: MPF reitera manifestação contrária à proposta que regulamenta mineração em terras indígenas. **MPF**, 8 mar. 2022. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/pl-191-2020-mpf-reitera-manifestacao-contraria-a-proposta-que-regulamenta-mineracao-em-terras-indigenas>. Acesso em: ago. 2022.

QUEIROZ, P. J. **A criminologia crítica como fundamento para política criminal de redução da criminalidade**: uma análise do Plano Estratégico de Segurança Pública 2018-2030 do estado de Rondônia. 2019. Dissertação (Mestrado) – Instituto Brasiliense de Direito Público, Brasília, 2019.

QUELE, J. Chacina no Urso Branco: maior tragédia carcerária de Rondônia completa 20 anos. **G1 Rondônia**, 1º jan. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2022/01/01/chacina-no-urso-branco-maior-tragedia-carceraria-de-rondonia-completa-20-anos.ghtml>. Acesso em: jul. 2022.

ROSSI, A. Exército diz não saber tamanho do arsenal de CACs em cada cidade brasileira. **UOL**, São Paulo, 15 set. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2022/09/15/exercito-diz-nao-saber-tamanho-do-arsenal-de-cacs-em-cada-cidade-brasileira.htm>. Acesso em: set. 2022.

SOUZA, J. A. de O. Especialização produtiva regional: uma abordagem sobre o agronegócio da soja no sul de Rondônia. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. 25, n. 2, p. 695-717, jan. 2021. Disponível em: https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXXV_2/agb_xxv_2_web/agb_xxv_2-16.pdf. Acesso em: out. 2022.

SPEZIA, A. “A mineração em terras indígenas é um genocídio para nós”, afirma liderança indígena em Fórum Permanente da ONU sobre questões indígenas. **Conselho Indigenista Missionário**, 27 abr. 2022. Disponível em: <https://cimi.org.br/2022/04/a-mineracao-em-terras-indigenas-e-um-genocidio-para-nos-afirma-lideranca-indigena-em-forum-permanente-da-onu-sobre-questoes-indigenas/>. Acesso em: 16 out. 2022.

TIBES, P. M. Conflitos agrários em Rondônia: a falta da regularização fundiária como causa similar dos conflitos desde o massacre de Corumbiara. *In*: CONGRESSO NACIONAL DO CONSELHO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO, 26., 2017, São Luís, Maranhão. **Anais...** Florianópolis: Conpedi, 2017. Disponível em: <http://site.conpedi.org.br/publicacoes/27ixgmd9/i558y11v/CAIEI7G7sQ8tHkiM.pdf>. Acesso em: set. 2022.

URIBE, G. Bolsonaro critica ‘terrorismo no campo’ e diz que não iria regulamentar desapropriação por trabalho escravo. **Folha de S. Paulo**, 1º maio 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/05/bolsonaro-critica-terrorismo-no-campo-e-diz-que-nao-ira-regulamentar-desapropriacao-por-trabalho-escravo.shtml>. Acesso em: out. 2022.

APÊNDICE A

DADOS GERAIS

TABELA A.1

Tabela sociodemográfica e socioeconômica – Rondônia

Dados territoriais		Acre, Amazonas e Mato Grosso		
Estados limítrofes		Bolívia		
Fronteiras		52 municípios		
Número de municípios		237.765,347 km ²		
Área territorial				
Dados sociodemográficos		Rondônia	Região Norte	Brasil
População estimada (2021)		1.815.278	18.906.962	213.317.639
Densidade demográfica (hab./km ²)		6,58	4,12	22,43
População de 0 a 14 anos (%)		27,1	31,2	24,1
População de 15 a 29 anos (%)		29,0	29,5	26,9
População de 30 a 59 anos (%)		36,7	32,5	38,2
População de 60 anos ou mais (%)		7,2	6,8	10,8
População ¹	População negra	6,8	6,4	7,6
	População parda	55,6	66,9	43,1
	População indígena	0,8	1,9	0,4
	População branca	35,3	23,4	47,7
	População urbana	73,6	73,5	84,4
	População rural	26,5	26,5	15,6
	Rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i> (2022)		R\$ 1.365,00	R\$ 1.175,29
Índice de Gini – do rendimento domiciliar <i>per capita</i> , a preços médios de 2022		0,46	0,53	0,54
Renda e desigualdade	Pobres (2003) (%)	27,0	40,1	37,6
	Extremamente pobres (2003) (%)	7,4	12,5	8,4
	População vivendo em aglomerados subnormais (2010) (%)	4,4	14,4	72,6
Taxa de desocupação (14+) (2021)		10,0	13,7	13,8
Trabalho	Taxa de formalização da força de trabalho (2022)	56,2	41,4	59,9
	Rendimento médio real de todos os trabalhos (2022)	R\$ 2.562,00	R\$ 2.195,00	R\$ 2.839,00
Taxa de analfabetismo (15+) (2019)		5,7	7,0	6,1
Educação	Média de anos de estudo (15+) (2019)	9,3	9,3	9,8
	População (14+) com cinco anos ou menos de estudo (2019) (%)	63,24	11,49	10,35

Fontes: Para proporção por idade, Sidra (disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/200>. Acesso em: mar. 2023); Incidência da pobreza, ver: IBGE Cidades 2003; IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua em 2021, acumulado de quintas visitas (Tabela 1.2 – Indicadores estruturais do mercado de trabalho das pessoas de 14 anos ou mais de idade, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação (UFs) do Brasil em 2021; Tabela 2.16 – Total e proporção de pessoas, por classes de rendimento domiciliar *per capita* selecionadas, segundo as Grandes Regiões e UFs do Brasil em 2021; Domicílios ocupados em aglomerados subnormais em relação ao total de domicílios ocupados (%), ver: Notas Técnicas do IBGE 2019 (disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101717_notas_tecnicas.pdf. Acesso em: mar. 2023); Síntese de Indicadores Sociais, ver: IBGE Cidades 2021 (disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/45/95341>. Acesso em: mar. 2023); Rendimento médio real do trabalho principal, efetivamente recebido por trimestres (quarto trimestre de 2022), ver: Sidra 2022 (disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5436#resultado>. Acesso em: mar. 2023); Taxa de analfabetismo (15 anos ou mais), ver: Sidra 2019 (disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7113#resultado>. Acesso em: mar. 2023); Número médio de anos de estudo das pessoas de 15 anos ou mais, ver Sidra 2019 (disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7126#resultado>. Acesso em: mar. 2023). Pessoas de 14 anos ou mais de idade, por cor ou raça e grupos de anos de estudo, ver: Sidra 2019 (disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7132#resultado>. Acesso em: mar. 2023).

Elaboração: *Pool* de Análise de Dados da Diretoria de Estudos e políticas do Estado, das Instituições e da Democracia do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Diest/Ipea).

Nota: ¹ Ano de referência: 2010.

APÊNDICE B

TABELA B.1

Taxa média de homicídios nos 52 municípios de Rondônia, por 100 mil habitantes

Municípios	2009- 2011	2010- 2012	2011- 2013	2012- 2014	2013- 2015	2014- 2016	2015- 2017	2016- 2018	2017- 2019	2018- 2020
Alta Floresta D'Oeste	18,7	22,9	19,0	30,2	33,2	29,4	19,8	17,1	27,3	29,1
Alto Alegre dos Parecis	22,9	30,5	22,8	15,2	20,3	17,7	22,7	20,2	30,2	27,7
Alto Paraíso	64,6	46,4	47,1	40,7	46,7	38,9	44,7	47,0	36,5	21,8
Alvorada D'Oeste	13,5	9,8	10,0	8,2	10,4	12,8	10,9	8,9	4,5	16,2
Ariquemes	65,6	62,0	67,8	64,9	55,4	53,8	51,3	47,6	39,6	32,8
Buritis	65,4	69,9	58,8	49,1	50,0	62,6	70,2	54,1	39,4	27,7
Cabixi	5,2	0,0	0,0	0,0	0,0	5,7	35,1	35,9	30,7	6,3
Cacaulândia	28,4	33,9	33,6	33,4	27,6	27,5	16,4	16,3	21,5	21,4
Cacoal	20,3	19,4	17,2	17,9	21,8	24,9	23,1	20,2	19,3	18,4
Campo Novo de Rondônia	90,0	89,1	60,5	64,9	44,5	36,7	24,3	26,4	28,6	21,2
Candeias do Jamari	32,9	41,4	46,2	55,1	54,8	64,3	63,8	52,8	39,8	32,5
Castanheiras	18,2	27,8	28,4	28,9	19,7	10,0	10,2	10,5	10,7	0,0
Cerejeiras	26,8	34,7	23,3	23,5	15,8	21,8	26,0	26,2	20,3	22,5
Chupinguaia	23,6	15,2	18,4	24,9	34,4	43,4	48,6	56,7	45,9	32,8
Colorado do Oeste	8,8	8,9	5,5	7,4	9,5	13,5	13,8	14,1	16,4	16,8
Corumbiara	14,8	18,9	27,0	15,8	20,1	28,8	25,3	30,1	17,6	22,6
Costa Marques	16,7	16,1	4,5	13,0	18,9	26,4	21,7	19,2	14,9	10,9
Cujubim	37,0	38,7	29,3	33,0	19,8	28,3	28,5	25,8	15,1	15,9
Espigão D'Oeste	11,3	7,9	8,9	12,1	17,4	22,5	22,3	20,0	18,7	18,5
Governador Jorge Teixeira	3,1	6,4	13,2	20,5	24,7	44,0	53,3	55,4	32,9	17,2
Guajará-Mirim	15,6	22,5	19,2	22,1	18,9	23,9	19,3	22,0	19,7	17,3
Itapuã do Oeste	22,8	26,1	36,5	25,0	31,5	44,6	47,2	43,0	26,0	15,9
Jaru	21,9	21,4	27,1	37,9	40,6	43,9	35,1	34,6	25,7	25,8
Ji-Paraná	15,4	5,0	8,8	15,2	20,8	27,5	31,0	30,0	24,8	20,2
Machadinho D'Oeste	58,6	45,8	41,6	46,3	51,7	55,0	45,6	34,9	23,0	16,7
Ministro Andreazza	25,2	15,9	19,3	32,4	49,1	59,6	60,2	43,9	34,2	17,3
Mirante da Serra	27,4	30,5	30,8	19,9	17,2	17,4	44,1	38,6	45,1	24,4
Monte Negro	67,1	73,2	58,8	49,2	66,4	70,1	65,0	40,8	48,9	54,7
Nova Brasilândia D'Oeste	14,8	24,6	22,9	31,1	26,2	40,8	31,0	32,6	27,7	26,1
Nova Mamoré	59,2	50,2	36,4	28,7	29,0	31,8	27,3	28,8	33,6	28,3

(Continua)

(Continuação)

Municípios	2009-2011	2010-2012	2011-2013	2012-2014	2013-2015	2014-2016	2015-2017	2016-2018	2017-2019	2018-2020
Nova União	8,7	4,4	4,4	9,0	18,1	22,9	18,5	9,4	4,7	14,4
Novo Horizonte do Oeste	6,4	3,3	0,0	3,4	13,9	17,7	18,2	11,2	7,6	7,8
Ouro Preto do Oeste	24,9	29,4	20,1	26,4	16,9	21,5	13,5	17,3	14,7	20,4
Parecis	6,8	13,2	6,4	18,9	18,4	41,9	35,1	34,4	22,4	27,4
Pimenta Bueno	24,1	21,1	19,0	21,7	25,3	32,6	30,6	25,8	21,0	20,9
Pimenteiras do Oeste	0,0	0,0	28,7	43,4	43,8	29,5	29,8	30,1	15,2	0,0
Porto Velho	40,3	41,2	38,8	38,8	39,6	41,6	41,2	37,6	31,7	30,1
Presidente Médici	11,7	10,4	10,6	13,9	14,2	16,1	8,2	11,8	12,0	19,3
Primavera de Rondônia	9,2	18,9	19,4	39,7	40,7	31,4	21,5	11,0	11,3	11,7
Rio Crespo	78,6	87,4	48,0	28,4	18,7	9,3	9,2	9,1	9,0	35,4
Rolim de Moura	13,5	14,7	15,9	25,8	24,4	25,5	21,0	21,5	20,1	20,6
Santa Luzia D'Oeste	0,0	3,8	7,8	12,1	8,4	4,4	13,6	14,1	24,6	25,7
São Felipe D'Oeste	21,7	11,0	5,6	5,7	5,8	5,9	6,1	6,2	6,3	12,9
São Francisco do Guaporé	16,3	11,9	9,7	20,7	29,4	23,4	29,9	25,8	26,9	11,5
São Miguel do Guaporé	19,4	16,4	14,8	20,7	22,1	23,5	27,8	26,3	27,6	21,7
Seringueiras	16,8	22,4	25,2	19,6	11,2	2,8	11,2	14,1	16,9	11,3
Teixeirópolis	13,3	20,3	20,6	21,0	7,1	21,7	14,7	14,9	7,6	23,2
Theobroma	18,4	9,2	12,4	15,5	21,8	28,2	25,2	22,1	6,4	16,0
Urupá	15,1	12,8	10,4	13,2	10,7	8,2	8,3	11,2	11,4	14,5
Vale do Anari	31,2	51,1	40,2	39,5	12,9	22,2	28,1	33,8	27,2	26,8
Vale do Paraíso	7,9	0,0	4,1	4,2	8,7	8,9	13,6	18,6	19,1	34,2
Vilhena	26,9	26,1	23,0	30,5	41,5	54,7	52,9	48,4	38,0	39,1

Fontes: SIM/MS e IBGE.

Elaboração: *Pool* de Análise de Dados da Diest/Ipea.

Obs.: 1. Números de homicídios extraídos do Tabnet/Datasus/MS.

2. População obtida de População Residente Estimativas para o TCU (Tabnet/Datasus/MS).

TABELA B.2

Taxa média de homicídios, por 100 mil habitantes – Brasil, região Norte e UFs

Brasil, região Norte e UFs	2009-2011	2010-2012	2011-2013	2012-2014	2013-2015	2014-2016	2015-2017	2016-2018	2017-2019	2018-2020
Brasil	27,5	28,2	28,5	29,3	29,1	29,7	30,3	29,9	27,0	24,3
Região Norte	35,6	36,8	36,1	36,5	37,4	40,3	43,9	46,0	43,5	38,4
Roraima	25,2	26,1	31,7	35,4	38,6	37,2	42,4	53,0	52,6	49,3
Amapá	33,2	35,2	32,5	33,6	34,3	40,3	45,0	49,4	47,4	46,3
Pará	42,2	42,6	41,3	42,3	43,5	46,2	50,2	52,9	49,1	41,7
Acre	22,2	24,0	26,5	29,0	28,8	33,6	44,6	51,2	48,7	39,3
Amazonas	31,5	35,0	35,1	33,6	33,6	35,2	38,3	38,4	39,1	35,9
Tocantins	23,9	25,4	25,4	25,3	27,4	32,1	35,6	36,7	33,9	32,0
Rondônia	33,1	32,2	29,9	31,4	31,6	35,4	34,6	32,4	27,6	25,9

Fontes: SIM/MS e IBGE.

Elaboração: *Pool* de Análise de Dados da Diest/Ipea.

Obs.: 1. Números de homicídios extraídos do Tabnet/Datasus/MS.

2. População obtida de População Residente Estimativas para o TCU (Tabnet/Datasus/MS).

3. UFs – Unidades da Federação.

TABELA B.3

Policiais mortos em confronto – Brasil e UFs (2020 e 2021)

Brasil e UFs	2020	2021
Brasil	0,4	0,4
Acre	0,4	-
Amapá	-	-
Amazonas	0,7	0,6
Pará	0,7	0,7
Rondônia	0,7	0,3
Roraima	0,4	-
Tocantins	-	-

Fonte: FBSP (2022).

Obs.: Em serviço e fora de serviço/taxa por 1 mil policiais na ativa.

TABELA B.4

Taxa de mortes decorrentes de intervenções policiais, por 100 mil habitantes – Brasil e UFs (2020 e 2021)

Brasil e UFs	2020	2021
Brasil	3,0	2,9
Acre	3,0	1,2
Amapá	12,9	17,1
Amazonas	2,4	2,3
Pará	6,1	6,2
Rondônia	1,1	0,6
Roraima	2,5	1,4
Tocantins	1,7	2,6

Fonte: FBSP (2022).

TABELA B.5

Taxa de feminicídios, por 100 mil mulheres – Brasil e UFs (2020 e 2021)

Brasil e UFs	2020	2021
Brasil	1,3	1,2
Acre	2,7	2,9
Amapá	2,1	0,9
Amazonas	0,8	1,1
Pará	1,5	1,5
Rondônia	1,6	1,8
Roraima	3,0	1,6
Tocantins	1,3	2,6

Fonte: FBSP (2022).

TABELA B.6

Taxa de homicídios femininos, por 100 mil mulheres – Brasil e UFs (2020 e 2021)

Brasil e UFs	2020	2021
Brasil	3,7	3,6
Acre	6,9	6,4
Amapá	4,6	5,2
Amazonas	3,2	5,2
Pará	4,2	4,2
Rondônia	6,3	5,5
Roraima	5,3	8,3
Tocantins	4,9	4,8

Fonte: FBSP (2022).

TABELA B.7

Taxa de estupro e estupro de vulnerável,¹ por 100 mil habitantes – Brasil e UFs (2020 e 2021)

Brasil e UFs	2020	2021
Brasil	29,7	30,9
Acre	34,4	64,7
Amapá	54,5	60,5
Amazonas	20,5	17,6
Pará	37,9	44,5
Rondônia	51,9	50,8
Roraima	66,9	83,3
Tocantins	51,8	51,8

Fonte: FBSP (2022).

Nota: ¹ Os dados informados nesta seção correspondem ao número total de vítimas de estupro e estupro de vulnerável consumados. A Lei Federal nº 12.015/2009 altera o conceito de "estupro", passando a incluir, além da conjunção carnal, os "atos libidinosos" e "atentados violentos ao pudor" (FBSP, 2022).

TABELA B.8

Taxa de violência doméstica: lesão corporal dolosa, por 100 mil mulheres – Brasil e UFs (2020 e 2021)

Brasil e UFs	2020	2021
Brasil	220,1	221,4
Acre	119,4	231,7
Amapá	203,1	283,0
Amazonas	112,2	123,0
Pará	151,6	198,6
Rondônia	485,1	445,6
Roraima	232,7	456,6
Tocantins	191,1	190,3

Fontes: FBSP (2022).

TABELA B.9

Perfil das instituições de segurança pública: efetivo – Rondônia (2020)

Instituição	Capital e RM	Interior	Total
Polícia Militar	2.285	2.938	5.223
Polícia Civil	879	793	1.496
Corpo de Bombeiros	316	434	750
Órgãos oficiais de perícia	87	78	165

Fonte: Senasp/MJ (2020). Perfil Nacional das Instituições de Segurança Pública. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoIMDc0ZWVjYU90YzBmLWJkNTctZmVjODM2YzlmYzBjIiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MmWYyLTRI0GRhNmJmZThlMSJ9>.

Obs.: RM – região metropolitana.

TABELA B.10

Perfil das instituições de segurança pública: estrutura – Rondônia (2020)

Instituição	Unidades operacionais		
	Capital e RM	Interior	Total
Polícia Militar ¹	9	9	18
Polícia Civil ²	66	64	130
Corpo de Bombeiros ³	3	14	17
Órgãos oficiais de perícia ²	6	8	14

Fonte: Senasp/MJ (2020). Perfil Nacional das Instituições de Segurança Pública. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrjoiMDc0ZWVjYtYjA1OS00YzBmLWJkNTctZmVjODMZYzlmYzBjIiwidCI6ImVIMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>.

Notas: ¹ As dezoito unidades operacionais da Polícia Militar em Rondônia estão distribuídas em: onze batalhões (oito no interior e três na capital), seis batalhões especializados (todos na capital) e uma companhia independente (no interior).

² As 130 unidades operacionais da Polícia Civil em Rondônia estão distribuídas em: 48 delegacias (trinta no interior, dez na capital e oito na RM), 58 delegacias especializadas (dezoito no interior, vinte na capital e vinte na RM) e 24 postos/núcleos (dezesesseis no interior, quatro na capital e quatro na RM).

³ As dezessete unidades operacionais do Corpo de Bombeiros Militar em Rondônia estão distribuídas em: cinco batalhões (quatro no interior e um na capital), dois batalhões especializados (todos na capital) e dez companhias independentes (no interior).

⁴ As quatorze unidades operacionais dos órgãos oficiais de perícia em Rondônia estão distribuídas em: nove de criminalística (oito no interior e uma na capital), uma de identificação, uma de medicina legal, um laboratório central e um laboratório de DNA forense (todos na capital).

TABELA B.11

Efetivo da ativa das polícias, por corporação – Rondônia (2021 e 2022)

Corporações	Números absolutos (2021)	Números absolutos (2022)
Polícia Militar	5.173	5.094
Polícia Civil	1.474	1.407
Corpo de Bombeiros	624	734
Perícia Técnica	270	263
Polícia Penal	2.351	2.339

Fontes: FBSP (2021; 2022).

TABELA B.12

Efetivo mobilizado em operações da Força Nacional (2019-2021)

Corporações	Números absolutos (2019)	Números absolutos (2020)	Números absolutos (2021)
Corpo de Bombeiros	2	6	3
Polícia Civil	21	8	4
Polícia Militar	93	68	36

Fonte: FBSP (2022).

Ocorreram quatro operações da Força Nacional no estado de Rondônia em 2019, três em 2020 e quinze em 2021. Em junho de 2021, a Força Nacional foi mobilizada para substituir forças policiais em cerco à fazenda Nossa Senhora Aparecida. A fazenda, resultado da divisão da Fazenda Nova Elina, em Corumbiara,³¹ foi ocupada pela Liga dos Camponeses Pobres (LCP) pouco depois, em referência aos 25 anos do massacre de Corumbiara (Holanda, 2021).

31. Entrevista com o secretário de Segurança Pública de Rondônia, em 5 de agosto de 2021. Disponível em: <https://www.sbt.com.br/jornalismo/sbt-rondonia/noticia/176122-seguranca-publica-balanco-das-acoes-da-forca-nacional-em-rondonia>. Acesso em: out. 2022.

DINÂMICAS DA VIOLÊNCIA NO TERRITÓRIO BRASILEIRO: RORAIMA¹

Equipe técnica

Luseni Aquino²

Angelina Parreiras³

Sistematização de dados estatísticos e produção de mapas

Milena Machado dos Reis⁴

Karolina Armstrong⁵

Paloma Palmieri⁶

1 INTRODUÇÃO

Este capítulo é fruto das pesquisas realizadas para o projeto Dinâmicas de Criminalidade e Políticas de Segurança nas Regiões Brasileiras, da Diest/Ipea. Nesta pesquisa, buscou-se pautar aspectos relevantes da criminalidade no estado de Roraima, trazendo para o debate as literaturas sobre o tema, além dos dados colhidos em entrevistas semiestruturadas (*in loco* e/ou *on-line*) realizadas com acadêmicos, agentes das secretarias de segurança pública, membros do Poder Judiciário, Ministério Público Estadual, entre outros atores. Nas análises, também foram utilizados alguns indicadores socioeconômicos e demográficos de Roraima, com o objetivo de compreender a situação do estado em relação ao restante da região Norte e do país.

Roraima é o estado com o menor número de municípios do Brasil e da região Norte, com apenas quinze. No entanto, é o 14º em área territorial (223.644,53 km), o menos populoso e com a menor densidade demográfica do Brasil (2,01 hab./km²).

1. Originalmente publicado como: Aquino, L.; Parreiras, A. *Dinâmicas da violência no território brasileiro: Roraima*. Brasília: Ipea, 2023. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11996/7/RI_Dinamicas_violencia_Roraima.pdf. Acesso em: 6 mar. 2024.

2. Técnica de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Diest/Ipea). *E-mail*: luseni.aquino@ipea.gov.br.

3. Assistente de pesquisa na Diest/Ipea. *E-mails*: angelina.silva@ipea.gov.br; angelinamparreiras@gmail.com.

4. Assistente de pesquisa na Diest/Ipea. *E-mail*: villelamilena@gmail.com.

5. Assistente de pesquisa na Diest/Ipea. *E-mail*: karolina.armstrong@ipea.gov.br.

6. Assistente de pesquisa na Diest/Ipea. *E-mail*: paloma.alves@ipea.gov.br.

É também o estado mais desigual do país, segundo o índice de Gini⁷ e ocupa a 18ª posição no *ranking* da pobreza, com 46,16% da sua população nesta situação em 2021, quase o dobro da média brasileira – 29,62% (Neri, 2022).

Outro indicador considerado nesta pesquisa são as taxas de homicídios por 100 mil habitantes. No período compreendido por este estudo (2018-2020), Roraima apresentou taxa média de homicídios por 100 mil habitantes (49,3) superior à média regional (38,4) e à média nacional (24,3), sendo o estado com a maior taxa média de homicídios, da região Norte e do Brasil, no período considerado.

Diante desse quadro, nos tópicos a seguir, serão apresentadas análises sobre os dados de homicídios de Roraima, além dos conflitos e das atividades relacionadas que parecem contribuir com os altos índices de criminalidade e violência: grilagem de terras, expansão agrícola e agropecuária, desmatamento e exploração ilegal de madeira, garimpo ilegal, narcogarimpo, violência contra indígenas e povos tradicionais, questões fronteiriças, entre outras.

2 ASPECTOS HISTÓRICOS, SOCIAIS E DEMOGRÁFICOS

Situado na parte mais setentrional do Brasil, Roraima possui mais de 80% do seu território no hemisfério Norte. No plano nacional, faz fronteira com Pará (sudeste) e Amazonas (sul e oeste); além disso, possui limites de 1.922 km de extensão na fronteira internacional do Brasil com a Venezuela (norte e noroeste) e com a Guiana (leste).

O Censo 2010 contabilizou 450.479 habitantes no estado e estima-se que, em 2021, a população era de 652.713 pessoas.⁸ Importante registrar que o crescimento populacional acelerado no período (44,9%) reflete o crescente afluxo de venezuelanos, intensificado desde 2015, que teria atingido seu pico em 2018, quando a taxa de crescimento de Roraima foi 6,5 vezes maior que a do Brasil, segundo projeções do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (IBGE, 2018).

No que tange à composição da população, as projeções apontam que 50,3% dos residentes em Roraima são homens e 49,7%, mulheres. Em termos etários, segundo o Censo 2010, 62,69% da população era jovem (de 0 a 29 anos), 31,81% estava na faixa etária adulta (de 30 a 59 anos) e 5,5% era idosa (mais de 60 anos). No que se refere à dimensão raça/cor, os dados disponíveis indicam que 20,92% da população do estado era branca; 5,85% preta; 61,25% parda; e 11,02% indígena, conforme

7. Dados elaborados pelo *Pool* de análise de dados da Diest/Ipea. Síntese de Indicadores Sociais. IBGE Cidades (2021). Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rr/pesquisa/45/95341?ano=2021&localidade1=0>. Na tabela A.1 do apêndice A, é possível comparar os indicadores socioeconômicos e demográficos do Brasil, da região Norte e demais regiões.

8. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rr/panorama>. Acesso em: set. 2022.

o Censo 2010.⁹ É importante considerar a forte presença indígena no estado, que contava, segundo o último Censo (2022),¹⁰ com a quinta maior população de povos originários do país, divididos em onze grandes grupos étnicos, entre os quais se destacam os Macuxi, os Yanomami, os Wapichana e os Waimiri-Atroari.

FIGURA 1
Limites e divisões municipais do estado de Roraima



Fonte: IBGE (2005, p. 13).

Obs.: Ilustração cujos layouts e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

O estado de Roraima está dividido em quinze municípios. Caracaraí e Rorainópolis, na região centro-sul, possuem as maiores extensões territoriais, perfazendo, no total, mais de um terço da área do estado. Boa Vista, a capital, é o município mais populoso, concentrando 66,9% dos habitantes; porém, é Pacaraima, na principal fronteira com a Venezuela, que apresenta crescimento mais intenso recentemente. Dado o peso da capital na distribuição total dos habitantes, cerca de três quartos da

9. Para mais informações, ver: <https://censo2010.ibge.gov.br/>.

10. Disponível em: <https://indigenas.ibge.gov.br/graficos-e-tabelas-2.html>.

população do estado é urbana. Por sua vez, 83% dos indígenas de Roraima vivem em terras indígenas (TIs), as quais por vezes se inserem nos limites de um município, mas em outros casos ultrapassam esses marcos e abarcam vários territórios.

TABELA 1

Divisões municipais e respectivas ocupações indígenas

Municípios	População (2021)	Área (km ²)	Observações
Boa Vista	436.591	5.687,037	25,33% da área pertence à TI Serra da Moça (grupo Macuxi/Wapixana); TI São Marcos (grupos Macuxi, Wapixana e Taurepang).
Rorainópolis	31.387	33.579,739	18,53% da área pertence à TI Waimiri/Atroari.
Caracarái	22.635	47.379,903	16,03% da área pertence à TI Yanomami.
Pacaraima	20.108	8.025,045	98,81% da área pertence à TI Raposa Serra do Sol (grupos Macuxi, Wapixana e Ingaricó); TI São Marcos (grupos Macuxi, Wapixana e Taurepang).
Cantá	19.257	7.664,831	5,40% da área pertence às TIs Mururu e Tabalascada (grupo Wapixana).
Mucajái	18.482	12.337,851	47,29% da área pertence à TI Yanomami.
Alto Alegre	15.249	25.454,297	72,02% da área pertence à TI Yanomami; TIs Anta, Barata/Livramento, Boqueirão, Raimundão e Truaru (grupo Macuxi/Wapixana); TIs Mangueira, Pium e Sucuba (grupo Macuxi).
Amajari	13.561	28.473,45	58,71% da área pertence à TI Yanomami; TIs Ananás, Anigal, Cajueiro, Ouro, Ponta da Serra e Santa Inês (grupo Macuxi); TI Anaro (grupo Wapixana); TI Araçá (grupo Macuxi/Wapixana).
Bonfim	12.701	8.079,914	21,60% da área pertence às TIs Bom Jesus, Jacamim, Malacacheta e Mururu (Grupo Wapixana); TIs Canaúanim, Jabuti, Manoá/Pium, Moskow (grupo Macuxi/Wapixana).
Iracema	12.637	14.011,695	83,12% da área pertence à TI Yanomami.
Normandia	11.772	6.959,868	98,65% da área pertence à TI Raposa Serra do Sol (grupos Macuxi, Wapixana e Ingaricó).
Uiramutã	11.014	8.113,598	97,96% da área pertence à TI Raposa Serra do Sol (grupos Macuxi, Wapixana e Ingaricó).
Caroebe	10.595	12.065,896	52,70% da área pertence às TIs Wai-Wai e Trombeta/Mapuera (grupo Wai-Wai).
São João da Baliza	8.492	4.284,505	41,56% da área pertence à TI Wai-Wai.
São Luiz	8.232	1.526,898	1,56% da área pertence à TI Wai-Wai.

Fontes: IBGE (2021). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15761-areas-dos-municipios.html?=&t=downloads>. Acesso em: out. 2022. Governo do estado de Roraima e Iteraima. Disponível em: https://www.senado.gov.br/comissoes/cre/ap/AP_20071121_EstruturaAgrariaRoraima.pdf.

Historicamente, Roraima é área de influência do Amazonas, tendo sido desmembrado deste estado na primeira metade do século XX. Boa Vista, situada na parte centro-oriental do estado, às margens do rio Branco (integrante da bacia hidrográfica do rio Negro), constituiu o primeiro povoamento urbano da região e foi fundada em 1830. Em 1943, sob o discurso da integração nacional, o governo Vargas (Estado Novo, 1937-1945) criou ali o território federal do Rio Branco, convertido posteriormente no território federal de Roraima (1962-1988). Com a Constituição Federal de 1988 (CF/1988), Roraima adquiriu *status* pleno de

Unidade da Federação (UF). Contudo, foi apenas em 1991 que o primeiro governador eleito da história do estado tomou posse e Roraima passou a ser administrado de maneira autônoma.

Isolado no extremo norte do país, o estado de Roraima segue se conectando, em termos socioeconômicos, prioritariamente ao Amazonas, estado com o qual possui a única ligação por terra, através da rodovia BR-174.¹¹ Manaus está situada a 780 km de distância de Boa Vista.

Sua economia local é amplamente dependente do setor terciário. De acordo com o Sistema de Contas Regionais (SCR) do IBGE, a administração pública representa sozinha 47,7% da atividade econômica do estado, cifra que, somada ao comércio e aos serviços, alcança 86,7% do total (IBGE, 2019). A indústria representa menos de 8% e a agropecuária, 5,5% do total. No cenário nacional, o produto interno bruto (PIB) de Roraima é o 27º do país.

De acordo com a Síntese de Indicadores Sociais,¹² a taxa de formalização da força de trabalho é de 46,81%, bem abaixo da média nacional, de 59,91%, enquanto a taxa de desocupação, em 2021, chegou a 16,6% no estado, alguns pontos acima da média nacional (13,8%). Nesse cenário, 39,6% da população era constituída de pessoas em situação de pobreza, indicador que está 2,8 pontos percentuais (p.p.) acima da média da região Norte e 15,5 p.p. acima da média nacional, colocando Roraima na nona pior situação entre as UFs. Além disso, 20,1% das pessoas em situação de pobreza extrema no estado estavam sem cobertura de programas de proteção social, proporção que atingia a cifra de 49,9% entre os pobres. O índice de Gini de Roraima era 0,596 em 2022, colocando o estado na primeira posição do país em termos de desigualdade.

3 TAXAS DE HOMICÍDIOS E DADOS CRIMINAIS

A região Norte, como aponta o gráfico 1, vivencia expressiva elevação das taxas de homicídios ao longo da última década. Seguindo esse padrão regional, Roraima vem apresentando altas taxas de homicídios nos últimos anos. Após uma explosão de mortes em 2018 (taxa de 71,8 homicídios por 100 mil habitantes), o número de homicídios em Roraima caiu quase pela metade em 2019, se mantendo estável em 2020. Porém, considerando-se as taxas médias entre 2018 e 2020, o estado

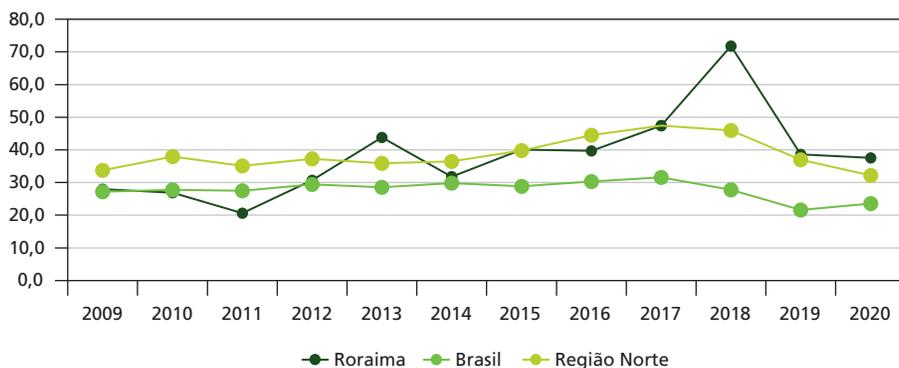
11. A construção da BR-174, no trecho Manaus-Caracarái (hoje Manaus-Boa Vista), durante o período de 1968 a 1977, gerou diversas consequências para o povo Waimiri-Atroari, quase extinto durante as obras da rodovia. Dos 3 mil indígenas existentes na década de 1970, apenas 332 sobreviveram na década de 1980. A reserva indígena Waimiri-Atroari ocupa cerca de 123 km dos 721 km que separam Boa Vista de Manaus. Atualmente, diversos conflitos se mantêm na região da rodovia, que passa pela reserva indígena devido às restrições ao tráfego de veículos, com fechamentos diários entre 18h e 6h do dia seguinte, como medida de proteção territorial e preservação da fauna silvestre (Coelho, 2015; Silva, Amaral e Pontes Filho, 2020).

12. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rr/pesquisa/45/95341?ano=2022&localidade1=0>.

aparece em primeiro lugar na região Norte em homicídios por 100 mil habitantes (tabela B.2 do apêndice B).

GRÁFICO 1

Taxas de homicídios, por 100 mil habitantes (2009-2020)



Elaboração: Pool de análise de dados da Diest/Ipea.

Obs.: 1. Números de homicídios extraídos do Tabnet/Datasus/MS.

2. População obtida de População Residente – Estimativas para o TCU (Tabnet/Datasus/MS).

Dos quinze municípios de Roraima, doze apresentaram médias de homicídios acima da nacional entre 2018 e 2020.¹³ O município de Alto Alegre aparece como a região mais violenta do estado no período considerado, com taxa de 161,19 homicídios por 100 mil habitantes, seguido por Caracarái (86,8), São João da Baliza (49,3), Cantá (41,8) e Mucajaí (39,5). Boa Vista aparece em sexto lugar, com taxa de 38,7 homicídios por 100 mil habitantes. É importante ressaltar que mais da metade do território de Alto Alegre, que faz fronteira com a Venezuela, situa-se na TI Yanomami e é local de intenso garimpo ilegal. O município de Caracarái, por sua vez, está no corredor que liga o Amazonas à Guiana, com a qual faz fronteira, possuindo também áreas de TIs (16,03% da área pertence à TI Yanomami) e incidência de garimpo ilegal. Com 41,56% de sua área pertencente à TI Wai-Wai, o município de São João da Baliza também sofre com o garimpo ilegal e os conflitos fundiários. Cantá e Mucajaí fazem parte da região metropolitana (RM) de Boa Vista (que também inclui Alto Alegre e Bomfim); as altas taxas de homicídios identificadas nesses municípios estão possivelmente relacionadas a conflitos urbanos e entre facções criminosas, além da incidência do garimpo ilegal, que se espalha por todo o estado.

13. Segundo dados disponibilizados pelo SIM/Datasus, a média brasileira de homicídios, no período considerado, é de 24,3 por 100 mil habitantes.

TABELA 2

Taxa média de homicídios, por 100 mil habitantes (2018-2020)¹

Grupos	Taxa média	Municípios
I	6,31	Uiramutã
II	11,81 a 19,16	Normandia e Pacaraima
III	29,5 a 33,86	Caroebe, Rorainópolis, São Luiz e Amajari
IV	41,84 a 56,01	Iracema, Bonfim, Boa Vista, São João da Baliza, Cantá e Mucajaí
V	91,22 a 161,19	Caracará e Alto Alegre

Elaboração: Pool de análise de dados da Diest/Ipea.

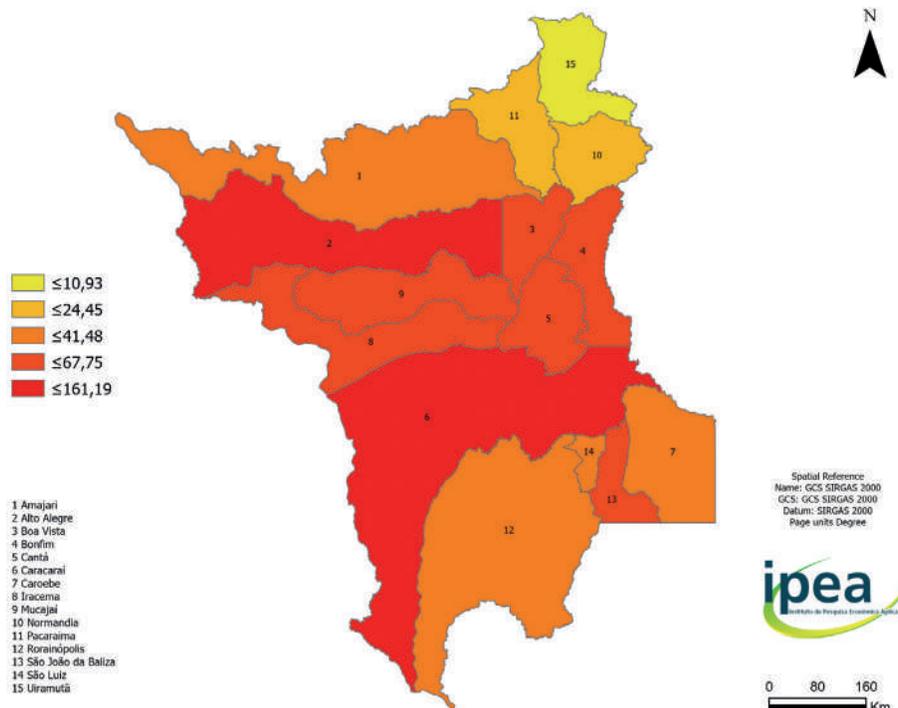
Nota: ¹ Na tabela B.1 do apêndice B, podemos visualizar as taxas trienais de homicídios por 100 mil habitantes, entre 2008 e 2020, dos quinze municípios de Roraima.

Obs.: 1. Números de homicídios extraídos do Tabnet/Datasus/MS.

2. População obtida de População Residente – Estimativas para o TCU (Tabnet/Datasus/MS).

MAPA 1

Mapa de calor: taxa média de homicídios – Roraima (2018-2020)



Fonte: Tabnet/Datasus/MS.

Elaboração: Pool de análise de dados da Diest/Ipea.

Na análise de alguns indicadores de violência disponibilizados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), verifica-se que Roraima lidera em homicídios dolosos e latrocínios, além de ser disparado o estado onde mais se violentam mulheres na região Norte, com índices alarmantes de estupro e estupro de vulneráveis; estes últimos vêm crescendo desde 2019, tendo atingido a taxa de 83,3 em 2021 (FBSP, 2022). Os crimes de lesão corporal dolosa decorrente de violência doméstica praticamente triplicaram de 2019 para 2021, com a taxa por 100 mil habitantes tendo aumentado de 164,1 para 456,6¹⁴ (tabela 3).

TABELA 3

Taxas de violência, por 100 mil habitantes – Roraima (2019-2021)

Indicadores	2019	2020	2021
Homicídios dolosos ¹	29,7	27,6	31,3
Tentativas de homicídio	22,0	19,3	26,7
Latrocínios	3,0	2,7	2,0
Lesões corporais seguidas de morte	1,5	0,8	0,9
Pessoas desaparecidas	41,3	20,4	-
Mortes decorrentes de intervenções policiais	2,0	2,5	1,4
Policiais mortos em confronto (em serviço e fora de serviço)	-	0,4	-
Feminicídios	2,0	3,0	1,6
Homicídios femininos	8,2	5,3	8,3
Estupros e estupro de vulneráveis ²	56,1	66,9	83,3
Lesões corporais dolosas – violência doméstica	164,1	232,7	456,6

Fonte: FBSP (2022).

Notas: ¹ Incluindo feminicídios (FBSP, 2022).

² Os dados informados nesta seção correspondem ao número total de vítimas de estupro e estupro de vulnerável consumados. A Lei federal nº 12.015/2009 altera a conceituação de “estupro”, passando a incluir, além da conjunção carnal, os “atos libidinosos” e “atentados violentos ao pudor” (FBSP, 2022).

4 PRINCIPAIS CONFLITOS E ATIVIDADES RELACIONADAS

4.1 Crise imigratória

Devido à proximidade com a Venezuela e a Guiana, o trânsito de pessoas pelas fronteiras sempre fez parte da vida em Roraima, sendo comum, até pouco tempo, a ida de brasileiros para os países vizinhos em busca de determinados produtos e turismo. Essa situação experimentou uma mudança radical no início dos anos 2010, quando a crise econômica e sociopolítica em que mergulhou a Venezuela impulsionou fortemente o fluxo de venezuelanos para o Brasil, através da fronteira roraimense, nas cidades de Pacaraima e Bonfim. Desde então, o Brasil e Roraima,

14. Para mais dados sobre violência contra as mulheres, ver tabelas B.5 a B.8 do apêndice B.

em particular, se converteram em territórios de destino e/ou trânsito para essas pessoas, momento em que vários acordos e normativas buscaram organizar a política de acolhida humanitária aos venezuelanos. Entre 2011 e 2020, cerca de 972 mil venezuelanos foram registrados no sistema brasileiro de controle de imigrantes. Nesse período, especialmente após 2015, Roraima experimentou crescimento populacional abrupto, passando de 505,7 mil habitantes para cerca de 652,7 mil habitantes, em 2022, segundo projeções do IBGE, um salto de pouco mais de 29%.¹⁵ Do total de habitantes do estado em 2022, cerca de 24% seria de pessoas de nacionalidade venezuelana, entre imigrantes transitórios, temporários e residentes efetivos (Cavalcanti, Oliveira e Silva, 2021). Com a reabertura da fronteira em 2021, após o ápice da crise da pandemia de covid-19, houve ingresso de mais 66 mil imigrantes venezuelanos em Roraima, e de 88 mil em 2022 (Cavalcanti, Oliveira e Silva, 2021). Segundo interlocutores da Secretaria de Segurança Pública de Roraima (SESP/RR), a crise migratória coincide com o agravamento dos indicadores de violência no estado em período recente. Embora nem todos os imigrantes que entram no Brasil pelo estado se estabeleçam definitivamente por lá, as dificuldades em absorver plenamente essa população em Roraima repercute, ainda que indiretamente, na situação da segurança pública. Em geral, esses interlocutores associam a questão à situação de vulnerabilidade e pobreza que acometem muitos venezuelanos. Em razão do perfil etário desses imigrantes, a grande maioria de jovens adultos (de 25 a 39 anos), além de crianças e adolescentes, é possível perceber a insuficiente absorção destes pelo mercado de trabalho roraimense e/ou pelos programas sociais brasileiros.¹⁶ Embora muitas pessoas sejam incluídas como beneficiárias de programas sociais,¹⁷ uma parte se vê desprotegida e, sem alternativas, acaba se envolvendo em crimes patrimoniais (furtos e roubos), no mercado de drogas e/ou na prostituição.

Ainda segundo interlocutores, a participação de venezuelanos na criminalidade em Roraima atingiria 25% dos crimes corriqueiros.¹⁸ Também se alega que criminosos contumazes estariam entrando no país, em meio aos demais imigrantes, de maneira ilegal ou até mesmo por falta de controle mais rígido nas fronteiras. Essa situação se evidenciaria por certas particularidades do *modus operandi* desses criminosos, que seriam mais violentos, envolvendo estupros coletivos, roubos com

15. Conforme relatório anual do OBMigra (Cavalcanti, Oliveira e Silva, 2021), entre 2011 e 2020, São Paulo e Rio de Janeiro reduziram sua participação como principais destinos dos imigrantes que chegam ao Brasil para 38,0%, enquanto Roraima respondeu por 21,9%, e a região Sul, por 16,8%.

16. Na realidade, foi possível constatar durante visita a Boa Vista que, apesar de haver certo preconceito disseminado contra os imigrantes, é notável a presença de pessoas de origem venezuelana empregadas em postos no comércio e nos serviços.

17. Segundo relatório do OBMigra, em 2020, imigrantes de nacionalidade venezuelana representavam, por exemplo, 52,8% dos imigrantes beneficiários do Programa Bolsa Família e 29,5% dos imigrantes beneficiários do Auxílio Emergencial (Cavalcanti, Oliveira e Silva, 2021).

18. O dado não é preciso e advém da sistematização de informações coletadas nas audiências de custódia da Justiça.

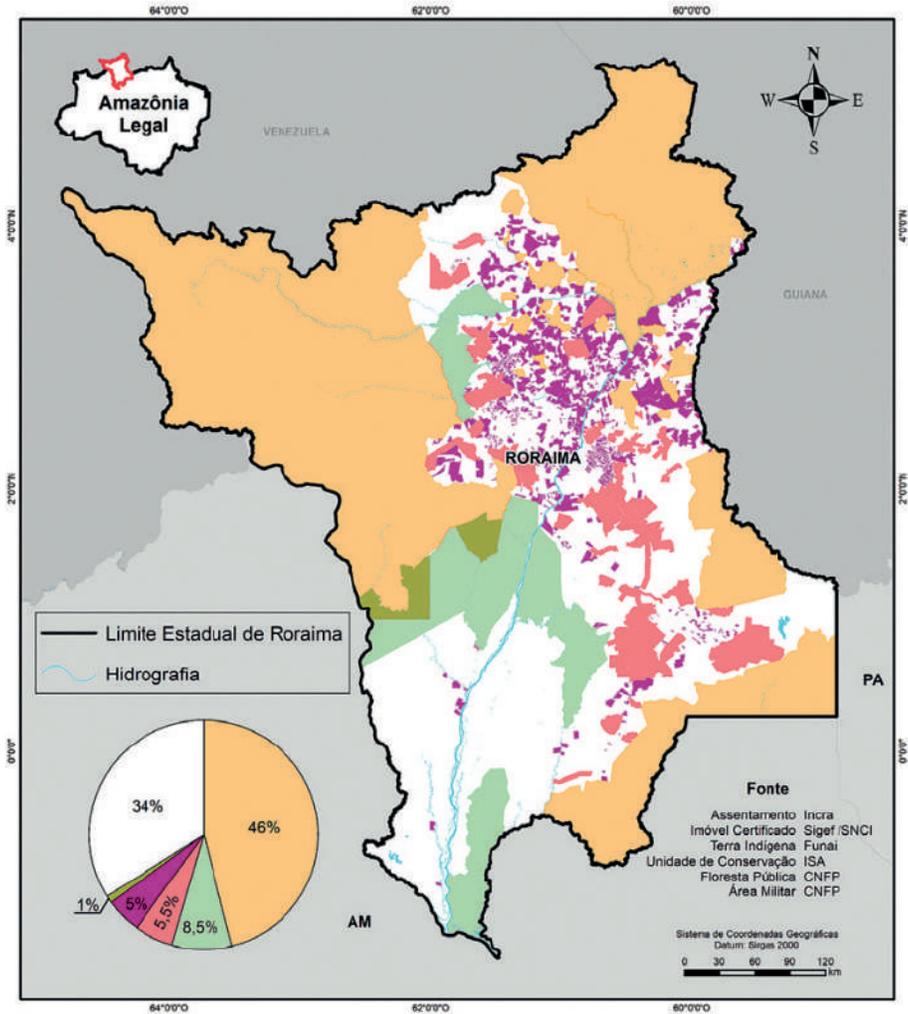
uso de ácido, latrocínio com ocultação de cadáver, furtos de sepulturas e invasão de residências. Não se trataria de membros de facções criminosas, mas de pessoas com ficha criminal anterior, as quais, estrategicamente, o Primeiro Comando da Capital (PCC) buscaria cooptar. Muitas delas teriam sido aliciadas nos bairros periféricos de Boa Vista (como Caimbé e 13 de Setembro) ou “batizadas” nas unidades prisionais de Roraima, onde passaram a atuar, como membros da organização, em diferentes atividades ilegais, tais como o tráfico de drogas e o garimpo ilegal.

4.2 Conflitos pela ocupação e pelo uso da terra

A distribuição territorial de Roraima é um dos principais fatores de confronto no estado. Isso porque, segundo dados disponibilizados em relatório produzido pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), 66% da área total do estado já tem destinação fundiária definida: 46% é destinada às TIs; 8,5%, a unidades de conservação (UCs); 5,5%, a projetos de assentamento; 5%, aos imóveis privados (desconsiderando dados do Cadastro Ambiental Rural – CAR), que são autodeclaratórios e não informam publicamente se foram titulados); e 1%, a áreas militares (Almeida *et al.*, 2021). Além disso, embora não haja informações precisas quanto à destinação dos 34% restantes, o Imazon estima que 46% dessas áreas pertence à União (15,6% da área total do estado), enquanto 10% pertenceria ao estado de Roraima (3,4% da área total), além de haver outro 8,5% de terras possivelmente estaduais, mas que ainda não foram arrecadadas e matriculadas (Almeida *et al.*, 2021).

MAPA 2

Distribuição das áreas destinadas, por situação fundiária – Roraima



Situação fundiária	Cor no mapa	Hectares	Estado (%)
Terra indígena		10.334.342	46
Unidade de conservação (exceto área de proteção ambiental)		1.873.541	8,5
Projeto de assentamento		1.234.712	5,5
Imóvel privado		1.079.339	5
Área militar		255.344	1
Total de áreas não destinadas ou sem informação de destinação		7.587.157	34
Total de áreas destinadas¹		14.777.278	66
Área total de Roraima		22.364.436	100

Fonte: Almeida *et al.* (2021, p. 10).

Nota: ¹ Eliminando-se sobreposições.

Outro fator de complexidade na configuração territorial de Roraima está relacionado a sua extensa faixa de fronteira terrestre, que possui 150 km de largura ao longo da fronteira internacional de 1.922 km. Embora, no caso específico, essa faixa esteja situada principalmente em áreas de TIs, trata-se de zona fundamental para defesa do território nacional, apresentando diversos conflitos, principalmente na área fronteira com a Venezuela.

A restrição na disponibilidade de áreas para a exploração econômica enseja múltiplos conflitos pela ocupação e pelo uso da terra, os quais são um importante pano de fundo para os confrontos violentos no estado. Esses conflitos marcam a configuração sócio-histórica de Roraima e surgem a partir de iniciativas e dinâmicas diversas, com diferentes dimensões e envergaduras, como exemplificado a seguir.

- 1) O Plano de Integração Nacional – PIN (assinado em 1970), projeto geopolítico do governo militar para colonizar a região Norte, que ignorou a existência das populações locais, criando diversas tensões.
- 2) Políticas desenvolvimentistas como o Projeto Radam,¹⁹ que, em 1975, revelou a existência de minerais estratégicos na terra Yanomami (homologada apenas em 1992) e, em pouco tempo, atraiu cerca de quinhentos garimpeiros para o território (Hofmeister e Papini, 2021).
- 3) Intensificação da “corrida pelo ouro” na década de 1980, atraindo cerca de 40 mil garimpeiros para a região (Hofmeister e Papini, 2021).
- 4) Inadimplência do Estado com a regularização fundiária e sua incapacidade de regularizar as terras públicas em Roraima (oriundas de transferência da União para o antigo território).
- 5) Flexibilização das normas de regularização da posse privada dessas terras, fomentando a grilagem e a especulação financeira, na expectativa de regularização futura.

Embora Roraima tenha deixado de ser território federal em 1988, as terras públicas no estado continuaram sob domínio da União. Só em 2001, por meio da Lei federal nº 10.304, a transferência dessas terras ao governo estadual foi determinada. Porém, o processo não foi concluído em razão das exigências previstas para comprovação de posse das terras. Recentemente, alterações na legislação têm modificado essas regras. A Lei federal nº 14.004/2020 (Brasil, 2020) alterou

19. O Projeto Radam, desenvolvido entre 1970 e 1985 pelo Ministério de Minas e Energia (MME) e o Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM), consistiu na captação de imagens de diversas regiões do território brasileiro com uso de radar de sensor ativo. Priorizando a coleta de dados sobre recursos minerais, solos, vegetação, uso da terra e cartografia, o projeto teve início na região da Amazônia e áreas adjacentes do Nordeste, tendo sido posteriormente expandido para as demais áreas do território nacional. Para mais detalhes, ver: <http://www.cprm.gov.br/publique/Geologia/Sensoriamento-Remoto-e-Geofisica/RADAM-D-628.html>. Acesso em: out. 2022.

a de 2001, com destaque para os seguintes pontos: permissão a particulares para manterem a propriedade da terra, mesmo que os títulos tenham sido extintos por descumprimento de condições impostas pela União; fixação do uso preferencial da terra em atividades agropecuárias e de desenvolvimento sustentável, ou por meio de projetos de colonização e regularização fundiária (a lei anterior garantia o uso preferencial das glebas para atividades de conservação ambiental); definição de que a falta de georreferenciamento de áreas de domínio federal, incluídos os assentamentos promovidos pela União ou pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá), não constituirá impedimento para a transferência das glebas da União para o estado; e a determinação de que terras na faixa de fronteira poderão ser regularizadas sem assentimento prévio do Conselho de Defesa Nacional (CDN).²⁰

As mudanças nas leis de terras também facilitam os conflitos fundiários, principalmente ao se alterar o marco temporal de posse privada. A Lei federal nº 11.952/2009 restringia a regularização de terras públicas federais na região da Amazônia Legal a posses de até 1,5 mil hectares, desde que ocupadas antes de 30 de novembro de 2004. Com a Lei nº 13.465/2017, além da ampliação do limite de área regularizável para 2,5 mil hectares, o marco temporal de referência foi atualizado para julho de 2008 (Bastian *et al.*, 2022). Porém, a lei instituiu o pagamento de 10% a 50% do valor mínimo da pauta de preço do Incra para imóveis ocupados até 21 de julho de 2008 e o valor máximo para imóveis ocupados até 22 de dezembro de 2011. Na prática, isso significou mais uma atualização do marco temporal para áreas regularizáveis (Brito, 2020).²¹ Em Roraima, a Lei estadual nº 1.351/2019 previu regularização de imóveis ocupados até 13 de novembro de 2017 (Brito *et al.*, 2021).

Em setembro de 2021, com base na Lei nº 14.004/2020, o governo federal transferiu parte de dez glebas da União para o estado de Roraima. As terras transferidas somam uma área de 1,9 milhão de hectares no centro-sul do estado e abrangem os municípios de São João da Baliza, Caroebe, Caracará, Rorainópolis e São Luiz.

20. Lei nº 14.004/2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L14004.htm. Acesso em: out. 2022.

21. Nos últimos anos, um conjunto de proposições normativas, sugerindo mudanças na legislação atual, tem pressionado a expansão e flexibilização das regras de regularização fundiária de posses privadas sobre terras públicas federais. Em destaque, temos os Projetos de Lei (PLs) nºs 2.633-A/2020, de origem na Câmara dos Deputados, e 510/2021, do Senado Federal; ambos reeditam a Medida Provisória (MP) nº 910/2019 (MP da grilagem) que perdeu a validade no dia 19 de maio de 2020. O PL nº 2.633-A/2020 amplia de quatro para seis módulos fiscais a possibilidade de regularização fundiária por requerimento, dispensando a realização da vistoria prévia do Incra; além de manter em 2,5 mil hectares o limite máximo da área de um imóvel passível de regularização e o marco temporal da Lei nº 13.465/2017. Por seu turno, o PL nº 510/2021 anistia a grilagem de terras àqueles que o praticaram entre o fim de 2011 e 2014; e propõe a alteração do marco temporal para regularização das posses anteriores a 25 de maio de 2012, porém cria o direito de preferência na venda por licitação a quem estiver ocupando área pública após dezembro de 2014, sem limite de data de ocupação; dispensa a vistoria prévia para qualquer imóvel até 2.500 hectares. O primeiro PL, de iniciativa do deputado Zé Silva, de Minas Gerais, foi aprovado no Plenário da Câmara em agosto de 2021 e seguiu para o Senado, onde aguarda apreciação; o segundo, proposto pelo senador Irajá, do Tocantins, está sob discussão nas comissões de Meio Ambiente e Agricultura e Reforma Agrária do Senado, e encontra-se aberto à consulta pública (Bastian *et al.*, 2022; Almeida *et al.*, 2021; Brito, 2020; 2021).

Essas áreas agora ficarão sob gestão do Instituto de Terras de Roraima (Iteraima), que promoverá a regularização fundiária dos ocupantes que ingressarem com o pedido (Vilela, 2021).

A questão da ocupação e do uso da terra é o ponto de convergência para outros conflitos tradicionais no estado de Roraima, como o garimpo ilegal (que será discutido na próxima seção) e a extração clandestina de madeira. Esta, tal como a mineração ilegal, se inscreve na confluência entre a questão fundiária e a ambiental. O problema se concentra na parte sul e sudeste do estado, nas divisas com o Amazonas e o Pará, área que conta com a presença mais relevante da floresta amazônica. De fato, a extração de madeira é a principal atividade econômica nos municípios de Rorainópolis e Amajari, que respondem pela quase totalidade da produção agropecuária estadual. Embora haja atividade madeireira legalizada na região, inclusive com projetos de manejo sustentável, a ocorrência de exploração ilegal é muito alta. Levantamento recente de um consórcio de organizações apontou que, entre agosto de 2020 e julho de 2021, da área permitida para exploração de madeira, somente 60% ocorreu com permissão da Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado de Roraima (Femarh/RR), enquanto nos 40% restantes a produção não foi autorizada (Simex, 2022). Essas áreas correspondem principalmente a assentamentos rurais (58,3%) e imóveis rurais privados (39,8%), mas também exercem pressão sobre TIs e áreas de conservação ambiental.

Segundo interlocutores entrevistados, seja por videoconferências seja durante as incursões em campo, a atuação criminosa no setor madeireiro tem sido barrada principalmente pela fiscalização do transporte fluvial e rodoviário, realizada entre o sul de Roraima e Manaus. Contudo, tem crescido em Roraima a incidência de um crime ambiental que é correlato ao da extração ilegal de madeira: o desmatamento. Embora não figure entre os estados com as maiores incidências de desflorestamento do bioma na Amazônia Legal, Roraima foi, ao lado do Acre, aquele em que se observou o aumento mais significativo em área média anual desmatada, entre 2019 e 2021, segundo o Imazon (Alencar *et al.*, 2022).²² O levantamento também aponta que as médias de desmatamento anual em Roraima foram maiores nesse período do que no triênio anterior, com 203 km² a mais, o que perfaz o maior aumento em toda a região (122%). As áreas mais críticas no estado estão próximas a Alto Alegre, Iracema, Mucajaí e Caroebe, na região sudeste, e perto de Rorainópolis, ao longo da rodovia BR-174 (Alencar *et al.*, 2022).

22. O levantamento foi realizado com base em dados do Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (Prodes) do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Importante registrar que o Prodes não faz o mapeamento do desmatamento em áreas de vegetação não florestal, como os campos gerais do Rio Branco (ou lavrado), que se estendem por aproximadamente 44 mil km² do território de Roraima (Alencar *et al.*, 2022).

4.3 Garimpo e seus reflexos

O garimpo é uma atividade bastante tradicional em Roraima, sendo valorizada socialmente e fazendo parte do mito fundador do estado. Não à toa, existe um monumento ao garimpeiro no centro histórico de Boa Vista e, como nos afirmou um interlocutor, “enquanto o traficante é tratado como vagabundo, o garimpeiro é visto como trabalhador”.²³ Não obstante essa percepção comum sobre a atividade, não há garimpo legalizado em Roraima, e as inúmeras áreas em que há extração de minérios operam ilegalmente, quase sempre em TIs.²⁴ Entre as regiões mais afetadas no estado, além da TI Yanomami, que se estende pelos territórios de Roraima e do Amazonas e onde se estima a invasão de cerca de 30 mil garimpeiros, o garimpo ilegal também avança sobre a TI Raposa Serra do Sol, no norte do estado (na fronteira com Venezuela e Guiana), que sofreu em 2020 a primeira grande invasão desde sua demarcação, há onze anos (Raisg, 2021).

Segundo dados disponibilizados pelo MapBiomias,²⁵ a TI Yanomami aparecia em terceiro lugar entre as maiores áreas de garimpo do país em 2020, com 414 hectares tomados pela atividade ilegal, perdendo essa triste colocação apenas para as TIs Kayapó (7.602 ha) e Munduruku (1.592 ha), no Pará. Em 2021, o garimpo ilegal na TI Yanomami teria crescido 46% em relação a 2020, um incremento de 1.038 hectares, atingindo um total de 3.272 hectares, segundo relatório produzido pelas Hutukara Associação Yanomami e Associação Wanasseduume Ye'kwana, com assessoria técnica do Instituto Socioambiental (HAY e Seduume, 2022).

A expansão do garimpo no país, em especial na Amazônia Legal, se deu por uma combinação de fatores, conforme resumido a seguir.

- 1) O pós-*boom* dos preços das *commodities*, de 2005 até 2013, e o aumento do preço do ouro e da cassiterita no mercado internacional.
- 2) A falta de transparência na cadeia produtiva do ouro, permitindo fraudes na declaração de origem do metal.
- 3) As inovações técnicas e organizacionais que permitem a comunicação entre as estruturas do garimpo ilegal e a rápida locomoção entre elas.

23. Fala proferida por um interlocutor entrevistado *in loco*. Campo realizado em Boa Vista, pelas técnicas Maria Paula Santos e Luseni Aquino, entre os dias 29 e 31 de agosto de 2022.

24. Recentemente, conforme noticiou matéria na Agência Pública (Amaral, 2022), Rodrigo Cataratas (líder do movimento roraimense Garimpo é Legal, investigado pela Polícia Federal – PF por extração ilegal de ouro no TI Yanomami e candidato não eleito a deputado federal em 2022) anunciou que obteve, no último mês de agosto, uma Permissão de Lavra Garimpeira (PLG), emitida pela Agência Nacional de Mineração (ANM). Essa permissão o autoriza a extrair ouro, cassiterita e diamantes em uma área de 44 hectares em Amajari. Ainda segundo a matéria, o MPF estaria “apurando para verificar as circunstâncias de obtenção dessa Permissão de Lavra Garimpeira, a única PLG vigente em Roraima uma vez que não há licenciamento ambiental no estado para esse tipo de atividade”.

25. Mais informações em: <https://mapbiomas.org/area-ocupada-pela-mineracao-no-brasil-cresce-mais-de-6-vezes-entre-1985-e-2020>.

- 4) O agravamento da crise econômica e do desemprego, produzindo uma massa de mão de obra barata a ser explorada em condições de alta precariedade e periculosidade, problema agravado em Roraima pela crise da imigração venezuelana.
- 5) A política de incentivo ao garimpo, adotada nos governos Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2019-2022), associada à guinada neoliberal da política econômica, com o enfraquecimento de políticas públicas e das instituições de proteção ambiental (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio) e dos direitos dos povos indígenas (Fundação Nacional dos Povos Indígenas – Funai) (Hutukara Associação Yanomami e Associação Wanasseduume Ye'kwana, 2022).

É importante notar que, embora a atividade garimpeira seja supostamente regulada, a legislação atual facilita o garimpo ilegal, não garantindo a transparência da cadeia produtiva do ouro e abrindo margem para operações fraudulentas e lavagem de dinheiro, entre outros crimes. A Lei nº 12.844/2013 estabelece que no momento de venda do material bruto será considerada, no controle da origem do ouro, apenas a autodeclaração, do portador ou transportador, de que o minério foi extraído de lavra autorizada. Com isso, “o ouro produzido no garimpo ilegal pode ser facilmente ‘esquentado’, isto é, ter sua legalidade forjada, tomando emprestado autorizações de lavra emitidas para outras áreas que detêm a Permissão de Lavra Garimpeira – PLG” (Hutukara Associação Yanomami e Associação Wanasseduume Ye'kwana, 2022, p. 11). Ao facilitar a movimentação de grandes montantes de valores, sem incidência de tributos, o garimpo ilegal fomenta inclusive a corrupção de agentes públicos.

A atividade garimpeira tem impactos diretos sobre o meio ambiente, em razão do uso indiscriminado de mercúrio, que é despejado nos rios e no solo, com efeitos deletérios sobre a qualidade da água, da flora, da fauna e da própria terra. Essa prática tem repercussões em outras atividades econômicas, como a pesca e a agricultura familiar, além de gerar inúmeros problemas de saúde. São cada vez mais comuns os casos de crianças indígenas com desnutrição, nascidas com má formação ou mortas em decorrência do contato excessivo com o mercúrio. Por sua vez, estudo recente publicado pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e parceiros apontou que o peixe consumido em Roraima apresenta concentrações de mercúrio maiores ou iguais ao limite estabelecido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura – FAO (Vasconcellos *et al.*, 2022).

Apesar disso, as consequências do garimpo ilegal se fazem sentir fortemente também na situação de segurança em Roraima, com a ocorrência de uma série de crimes correlacionados, tais como tráfico de drogas e de armas, prostituição e violências

sexuais, além dos conflitos interpessoais e dos homicídios. Em Roraima, a atividade incide principalmente nas TIs, que são áreas de responsabilidade da União, motivo pelo qual o governo estadual delega as atribuições de fiscalização e combate à esfera federal. Segundo um membro do Ministério Público do Estado de Roraima (MPE/RR) entrevistado, a atuação do órgão no garimpo é residual; com isso, embora os crimes comuns que acontecem nessas áreas sejam de sua competência, a atuação se concretizará apenas depois de várias etapas, quando as informações chegam “tortas, atrasadas, sem testemunha, sem perícia, sem nada”, comprometendo sobremaneira a efetividade da ação estatal.

Esse cenário deixa o caminho livre para o garimpo ilegal praticado tanto por atores tolerados (quando não incentivados) por setores do Estado, seja da esfera estadual ou federal, quanto por outros agentes, vistos como problemáticos, como o crime organizado. Organizações criminosas, como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e grupos venezuelanos, aproveitam-se da opção estatal de não intervenção para aumentar sua atuação na região, como se discutirá adiante. Essa aproximação entre o tráfico de drogas e o garimpo, em Roraima, pode ser exemplificada pelas séries de ataques, em 2021, às comunidades do Palimiu/TI Yanomami, que envolveram agentes do PCC atuantes na exploração ilegal de ouro (Hutukara Associação Yanomami e Associação Wanasseduume Ye'kwana, 2022).

O alto fluxo de garimpeiros e faccionados dentro das áreas de garimpo, sem a devida fiscalização, contribui para o aumento dos conflitos internos, não apenas na garimpagem, mas também na distribuição e no comércio do minério. Esse processo envolve um grande número de seguranças, inclusive policiais da ativa, que arriscam suas vidas e/ou cargos, pela rentabilidade do trajeto. “Ocorrem homicídios nesse transporte, o que impacta os índices também”, mas “um soldado que ganha 4/5 mil [reais por mês] recebe 7 mil pra fazer essa escolta em um dia”.²⁶ O envolvimento de policiais do estado nesse tipo de atividade foi informado por vários interlocutores, que ressaltaram o crescimento da demanda por ações de correição no estado.

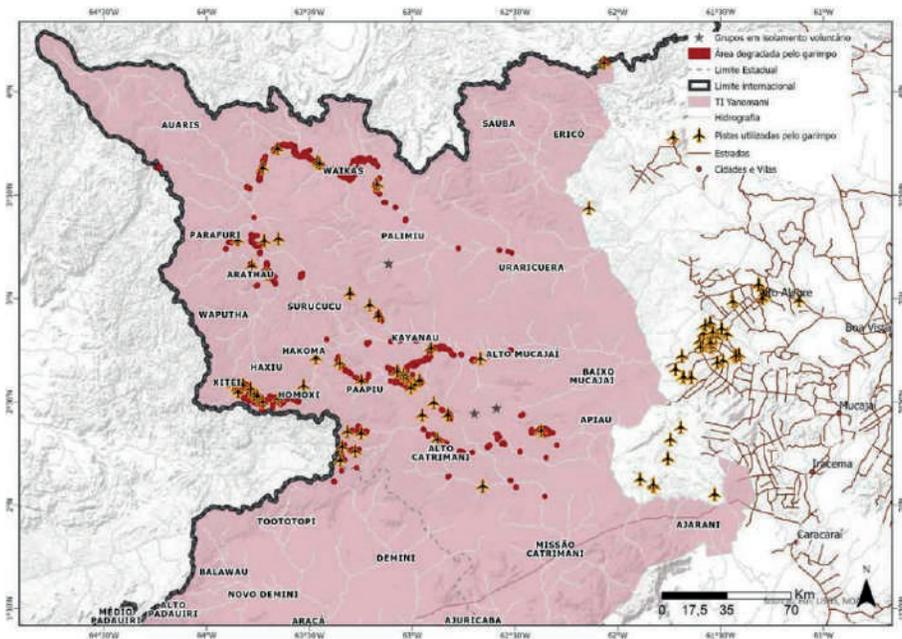
Alguns fatores principais propiciariam que a logística do garimpo ilegal se expanda em Roraima. A disponibilidade de inúmeras pistas de pouso irregulares e de grande quantidade de aviões e helicópteros usados para deslocamentos e abastecimento geral no estado seria um deles. Com isso, os garimpeiros conseguem burlar o bloqueio por terra ou fluvial, já que as forças do Estado não conseguem bloquear o transporte aéreo. Nesse sentido, vários interlocutores apontam que o combate mais

26. Fala de interlocutor em entrevista *on-line* realizada no dia 3 de agosto de 2022.

eficaz ao garimpo ilegal deveria ser o que afeta a logística, especialmente no que se refere à apreensão de aeronaves irregulares e à interrupção do fornecimento de combustível e da comunicação via internet, além da destruição do maquinário empregado na extração do minério.²⁷

MAPA 3

Áreas de garimpo ilegal e pistas de pouso utilizadas



Fonte: HAY e Seduume (2022, p. 16).

Outro aspecto destacado pelos interlocutores é o apoio político ao garimpo no estado. O episódio mais exemplar, nesse caso, seria a sanção, em 2021, de uma lei estadual liberando o garimpo em Roraima, pelo então governador Antonio Denarium. A lei foi declarada inconstitucional e invalidada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), mas seu impacto em termos da legitimação da atuação dos empresários do garimpo perdura. Recentemente, em junho de 2022, a Assembleia Legislativa de Roraima (ALE-RR) aprovou, em sessão extraordinária, o Projeto de Lei (PL) nº 233/2022,

27. Dado o tipo de operação necessária, muitos interlocutores destacam como experiências de sucesso a atuação do Grupo Especializado de Fiscalização (GEF), uma unidade especializada do Ibama não sediada no estado, que promove destruição de aviões e helicópteros irregulares, bem como as operações multiagências promovidas pelo Ministério da Justiça, com pessoas de fora, e que atuam por um período no estado. Por sua vez, também apontam que um aspecto crítico no combate ao garimpo ilegal é a fragilidade da regulamentação nas áreas de controle de combustíveis e da aviação.

que proíbe a destruição de maquinários utilizados pelo garimpo ilegal.²⁸ Embora a iniciativa também não deva prosperar, pois é contrária à legislação federal, a manobra deixa evidente o poder do setor no estado.

Em nota, publicada no dia 28 de junho de 2022, o Ministério Público Federal (MPF) se manifestou contrário ao PL, afirmando que

se sancionada [a lei], contraria a legislação federal e pode contribuir para o aumento da criminalidade ambiental. As ações de descaracterização, destruição ou inutilização de bens apreendidos são previstas na legislação federal – Lei [nº] 9.605/1998 e Decreto [nº] 6.514/2008 – e já foram reconhecidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) como imprescindíveis para o enfrentamento do garimpo ilegal (MPF..., 2022).

O MPF também afirma que tais procedimentos só são empregados nos casos em que o transporte do bem apreendido seja impossível e com a finalidade de impedir que ele seja reutilizado após a fiscalização (MPF..., 2022).

Dada a incidência do garimpo em TIs, uma das principais frentes de combate a este crime em Roraima vem da atuação do MPF, com o ajuizamento de ações na Justiça. Segundo interlocutores, no período recente, destacam-se as iniciativas a seguir.

- 1) Ação contra a União e o estado, em 2017, pleiteando a instalação pela Funai de três bases de proteção na TI Yanomami, duas das quais já se encontram instaladas e onde a Funai conta com apoio da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP).
- 2) Ação de 2020 pedindo desintrusão da TI Yanomami, para a qual o Tribunal Regional Federal (TRF) garantiu tutela provisória (após negativa na primeira instância da Justiça Federal), embora se avalie que os ciclos operacionais iniciados em 2021 tiveram resultados muito tímidos, além de terem sido descontinuados em 2022.
- 3) Ação proposta em 2022 para garantir que os recursos resultantes do leilão da cassiterita apreendida em operações de fiscalização realizadas no estado, estimados em R\$ 25 milhões, sejam revertidos para a proteção da TI Yanomami.

No que se refere aos demais atores do campo da justiça e segurança pública, verificou-se que, no âmbito do MPE/RR, o tema é foco do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), mas apenas no que se refere ao transbordamento do garimpo para os agentes públicos, de modo a incidir sobre os grupos econômicos que atuam junto a atores políticos. Ademais, o garimpo ilegal não está na pauta da Força-Tarefa de Segurança Pública (FTSP), que atua

28. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2022/07/05/governador-de-roraima-sanciona-lei-que-proibe-destruicao-de-equipamentos-de-garimpeiros.ghtml>. Acesso em: set. 2022.

no estado desde 2019, sob coordenação da PF; ainda assim, destacam o projeto da PF, que busca estabelecer a “identidade do ouro”, de forma a se identificar de onde vem o minério a partir de sua composição.²⁹ Quanto à polícia do estado, a atuação seria mínima, segundo os interlocutores, estando mais voltada às apreensões do minério já extraído, assim como do combustível destinado às áreas de garimpo e de armas ilegais, mesmo tipo de atuação da Polícia Rodoviária Federal (PRF). Essas ações são reputadas pelos entrevistados como insuficientes e ineficazes, pois seriam pontuais e atingiriam apenas “a ponta do problema”. Como resultado, as forças policiais teriam muito pouco alcance sobre as áreas de garimpo; a polícia ambiental, que já foi atuante nesse sentido, não atuaria mais, por falta de efetivo.

4.4 Violência contra os povos indígenas

A marcante presença indígena em Roraima (11,1% da população do estado, conforme o Censo 2010) se reverteu na demarcação, pela União, de várias TIs, especialmente entre as décadas de 1990 e 2000; 32 dessas áreas encontram-se totalmente regularizadas, enquanto outras aguardam estudos e demais etapas dos processos de regularização. Algumas TIs, as mais antigas, foram demarcadas de maneira descontínua, em áreas mais restritas, ao passo que outras, como a TI Yanomami e a TI Raposa Serra do Sol, são terras contínuas, que chegam a atravessar mais de um município do estado (tabela 1).³⁰ Nesse contexto, as TIs constituem o foco central da tensão fundiária no estado, sofrendo pressão constante da sociedade que as envolve, no que se refere tanto à expansão das áreas de produção agropecuária quanto à exploração ilegal dos recursos naturais ali existentes, em especial os minérios de grande valor, como o ouro e a cassiterita, como discutido anteriormente.

Conforme interlocutores, Roraima é um estado majoritariamente anti-indígena e esse ambiente tem prosperado nos últimos anos, em meio aos ataques do governo Bolsonaro (2019-2022) aos direitos dos povos originários, tal como inscritos na CF/1988. O outro lado do fenômeno é a invasão das TIs e a vitimização frequente de indígenas por diversas formas de violência, como assassinatos, ameaças de morte, lesões corporais dolosas, violências sexuais e suicídios. Apenas no que se refere à violência mais extrema, o relatório *Violência contra os povos indígenas no Brasil* (Cimi, 2022) mostra que, desde 2019, Roraima está entre os três estados que registraram a maior quantidade de assassinatos de indígenas, segundo o Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), ao lado do Amazonas e de Mato Grosso do Sul.

29. Afirmação do delegado Alexandre Saraiva, ex-superintendente da PF no Amazonas. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AOrhxGwSfYY>.

30. O exemplo mais emblemático desses casos é a TI Yanomami. Demarcada e homologada em 1992, trata-se da maior TI do Brasil em termos de área: são 9,6 milhões de hectares, dos quais cerca de 84% fica no território de Roraima (nos municípios de Alto Alegre, Amajari, Barcelos, Caracará, Iracema e Mucajá). Na TI coabitam os povos Yanomami e os Ye'kwana, além de oito grupos indígenas em isolamento, dos quais um já foi confirmado (os Moxihatëtêa), um está em estudo e os seis demais estão em fase de informação (CPT, 2022).

Entre 2020 e 2022, diversos episódios violentos foram registrados entre as comunidades indígenas da TI Yanomami. Esses casos têm em comum a expansão do garimpo ilegal sobre essas terras, em um cenário de invasões, disseminação de bebida alcoólica e outras drogas, e aumento da presença de armas de fogo. Nos primeiros meses de 2022, muito desses relatos vieram à tona nas mídias brasileira e internacional: uma comunidade queimada e deslocada por ação de garimpeiros (Cadê..., 2022); mulheres e meninas indígenas sendo embriagadas, abusadas sexualmente, prostituídas e mortas (HAY e Seduume, 2022); crianças sugadas e afogadas por dragas enquanto brincavam no rio (Jucá, 2021); lideranças indígenas assassinadas e aldeias ameaçadas (Rufino, 2022).

Paralelamente, dados sistematizados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) mostram que, em 2021, registraram-se em Roraima doze tentativas de homicídios contra indígenas da TI Yanomami; quatro ameaças de morte contra três funcionários públicos e um indígena; e 101 mortes em consequência de conflitos por terra, água e conflitos trabalhistas, envolvendo povos tradicionais (CPT, 2022).

Existem também relatos e denúncias pouco visibilizadas na mídia, mas duramente delatados por lideranças desses povos às autoridades locais: dois indígenas Yanomami, da comunidade do Parima, assassinados ao pedir comida em um núcleo garimpeiro instalado próximo à comunidade; ameaças com tiros a comunidades, principalmente na região do rio Uraricoera, local mais densamente afetado pela atividade garimpeira, concentrando 45% da área degradada pelo garimpo ilegal no estado; um indígena Yanomami atropelado por um avião de garimpeiros em uma pista de pouso comunitária ocupada pelos garimpeiros e intensamente utilizada para abastecer os garimpos na região; e o assassinato de três isolados da etnia Moxihatëtëa, massacrados por garimpeiros do garimpo “Faixa Preta”, em fins agosto de 2021, na TI Yanomami (CPT, 2022).

Como já referido, esse cenário conflitivo se inscreve em um contexto de investida sobre os direitos indígenas, em especial sobre a posse e o livre usufruto das TIs. Entre as iniciativas que visam reverter os termos do marco constitucional de 1988, está o PL nº 191/2020, de iniciativa do Executivo federal, que pretende autorizar a exploração de recursos minerais, hídricos e orgânicos em TIs. Sob o argumento do interesse estratégico do país, o PL relativiza a escuta obrigatória às comunidades indígenas afetadas, prevista no art. 231, § 3º, da CF/1988, prevendo alternativamente o pagamento de indenização pela restrição do uso. O PL também autoriza essas atividades em áreas indígenas não homologadas, o que, em um cenário de suspensão dos processos de demarcação, representa um incentivo a mais para a invasão das terras historicamente ocupadas por indígenas.³¹

31. A iniciativa, que contou com amplo apoio da Câmara dos Deputados e, no início de 2022, chegou a ter a tramitação em regime de urgência aprovada, segue na pauta; porém, em razão da intensa mobilização contrária de lideranças indígenas e movimentos sociais, acabou perdendo apoio das mineradoras com atuação no Brasil, que desembarcaram do projeto, devido à forte repercussão negativa (INA e Inesc, 2022).

O dossiê *Fundação anti-indígena: um retrato da Funai sob o governo Bolsonaro* (Ina e Inesc, 2022) mostra como o governo federal também propiciou meios infralegais para facilitar a invasão de TIs. Entre estes, encontra-se a Instrução Normativa (IN) Conjunta nº 1 da Funai e do Ibama, de 22 de fevereiro de 2021, que garante o licenciamento ambiental de atividades econômicas propostas por organizações indígenas no interior de TIs. Porém, utiliza em seu texto a expressão “organizações de composição mista entre indígenas e não indígenas”, incluindo aí uma nova interpretação sobre o usufruto exclusivo das TIs pelos povos que nela habitam.

Nesse esforço de facilitação das invasões, várias outras iniciativas emergem, como a proposta, de 2021, de substitutivo ao PL nº 490/2017, que coloca como facultativo o exercício de atividades econômicas em TIs, desde que pela própria comunidade, admitindo a cooperação e contratação de terceiros não indígenas. Outro exemplo é o PL nº 1.443/2021, apresentado em abril de 2021, que admite a cooperação de terceiros em TIs. Esses meios de “cooperação”, sem os devidos regimentos e fiscalização, podem conduzir a situações próximas aos arrendamentos ou comodato, que hoje são vedados, abrindo espaço para fazendeiros, empresas e mineradoras em TIs.

4.5 Narcotráfico e facções criminosas

Em razão de estar situado na fronteira tríplice mais setentrional do Brasil, o estado de Roraima há muito convive com o tráfico internacional de drogas. A existência de inúmeras pistas de pouso clandestinas propicia que o estado opere como entreposto do abastecimento de cocaína, vinda da Venezuela, e de maconha, originária da Guiana, para o Amazonas e, de lá, para o mercado nacional.

Apesar disso, a crescente presença de facções do crime organizado ligadas ao narcotráfico tem feito com que o estado deixe de ser apenas rota da distribuição das drogas e se torne também um mercado consumidor. O crescimento das apreensões é um indicativo desse movimento, assim como o aumento de conflitos relacionados às disputas entre os agentes que operam na distribuição das drogas, especialmente em Boa Vista.

Muitos estudos têm discutido a mudança de estratégia na atuação do crime organizado nesse mercado, com a busca por controlar a distribuição das drogas desde a origem, no caso, países como Paraguai, Peru, Bolívia, Colômbia e, mais recentemente, a Venezuela. Esse movimento tornou o Norte do país uma rota relevante, com a ampliação crescente da presença de organizações criminosas na região, inclusive com o domínio das duas maiores facções do país, o Comando Vermelho (CV) e o PCC, em associação com outras de atuação local ou regional. É nesse contexto de reconfiguração da ação dos agentes do narcotráfico e de espraiamento das disputas pelo comando das operações em Roraima que se insere a trajetória crescente da

taxa de homicídios no estado, que, conforme discutido anteriormente, começa a se afastar da média nacional a partir de 2012 e, desde 2015, posiciona-o entre as dez UFs com as taxas mais elevadas (Cerqueira *et al.*, 2021).

De fato, a presença das duas grandes facções nacionais é registrada no estado desde o início dos anos 2010. Elas entraram ali via sistema prisional, mas, até 2014, mantinham um pacto de convivência mais ou menos pacífica entre si, sendo preva- lecente o envolvimento e a articulação das lideranças criminosas roraimenses com o PCC.³² Contudo, a associação entre a Família do Norte (FdN, uma organização nascida no Norte do país) e o CV, ocorrida em 2014, no Amazonas, repercutiu na reconfiguração das relações entre as organizações criminosas em toda a região, com o rompimento entre o PCC e o CV. Esse processo desaguou, em Roraima, na crise vivida na Penitenciária Monte Cristo (Pamc) entre fins de 2016 e janeiro de 2017, deixando como saldo a morte de 43 detentos, a maior parte ligada ao CV, e ensejando uma intervenção federal no estado.³³ Os episódios selaram o triunfo do PCC, que assumiu o controle da Pamc e, com isso, o comando do crime no estado.

O PCC segue dominando o crime organizado em Roraima. É particularmente forte na capital, mas, conforme interlocutores, atua em todo o estado, dividido por regiões, de maneira “loteada”. Ainda assim, o CV se faz presente em Roraima, espe- cialmente no município de Alto Alegre (vizinho à capital e abrangendo parte da TI Yanomami) e em Rorainópolis, no sul, área mais próxima ao Amazonas (dominado pela facção fluminense). Contudo, todos os interlocutores apontaram a presença de novas facções criminosas no estado, de origem venezuelana, que teriam penetrado em Roraima em meio ao acirramento da crise migratória, em 2019 (Sindicato do Crime, Trem de Aragua, Los Pandas).

A penetração do crime organizado venezuelano também responderia pelo novo crescimento dos indicadores de violência nos últimos anos. Diversos interlocutores associam o afluxo dessas organizações a certo vácuo na comercialização de drogas no estado, especialmente em 2018, em razão do controle do sistema prisional, e informam que o PCC buscou articulação com esses atores. Porém, afirmam que a situação desde 2021 é de “guerra” com as facções venezuelanas, e que o estado volta a viver o que aconteceu no passado, quando a disputa se deu entre o PCC e o CV. Assim, após certo recuo das organizações criminosas entre 2017 e 2018, com

32. Anteriormente, elas se aliavam em âmbito regional, com organizações do Amazonas, em especial a Família do Norte (FdN). Com a entrada do PCC em Roraima, essas alianças mudaram. Segundo interlocutores, em dezembro de 2016, contavam-se seiscentos detentos ligados a facções na principal unidade prisional de Roraima, a Pamc, sendo quatrocentos aliados ao PCC, cem ao CV e sessenta à FdN.

33. Em outubro de 2016, foram mortas dez pessoas detidas na Pamc e, em janeiro do ano seguinte, outras 33. Em meio à guerra de facções, os eventos do início de 2017 responderam ainda às mortes de mais de cinquenta membros do PCC em presídios de Manaus, alguns dias antes. A crise na Pamc e a intervenção federal em Roraima serão retomados adiante. Verificou-se um expressivo aumento das mortes de jovens (inclusive mulheres) envolvendo decapitação e extração de órgãos, em meio aos confrontos pelo domínio de áreas da cidade e aos julgamentos dos “tribunais do crime”.

controle do sistema prisional, a situação teria se revertido muito rapidamente, em função da tensão com novos agentes criminosos que atuam no território, especialmente em Boa Vista.

Segundo o chefe da FTSP (ex-Ficco, Força Integrada de Combate ao Crime Organizado), instituída em 2019, o aumento dos homicídios no estado esconderia uma “criminalidade importada”. Com base em dados de identificação dos mortos obtidos junto ao Instituto Médico Legal (IML), a força-tarefa verificou que, dos 213 homicídios registrados em 2021, 146 (68,5%) eram de brasileiros despejados no anel viário de Boa Vista (uma zona semirural) e 67 (31,5% ou cerca de um terço) de estrangeiros, sendo reconhecível nesses casos o *modus operandi* das facções venezuelanas Trem de Aráguia e Sindicato do Crime, “mais propensas à prática de crimes violentos”. De todo modo, o profissional destaca que a atuação da FTSP no desbaratamento dos tribunais do crime e o uso de inteligência na persecução dos integrantes das facções criminosas brasileiras e venezuelanas já se faz perceber nos indicadores de 2022, quando Roraima seria a UF que registra o maior declínio percentual dos números de homicídios no país.

Seja em função da instabilização do controle no mercado de drogas ou do aumento da incidência da atuação estatal no enfrentamento ao crime organizado, por meio de iniciativas como a FTSP, tem-se observado a diversificação da atuação das facções criminosas em Roraima. Interlocutores informam que o PCC já explorou várias outras atividades criminosas no estado, como o tráfico de armas e o comércio de madeira ilegal, tirando proveito da logística já estabelecida de distribuição de drogas. Entretanto, cabe destacar a atuação da facção na exploração do garimpo ilegal, que se faz atrativa também pela perspectiva de ganhos maiores, em razão de o mercado internacional do ouro estar aquecido. Alguns interlocutores alegam que, na realidade, o PCC teria “descoberto” o ouro em 2017, como recurso para lavagem dos valores provenientes do tráfico de drogas e também como moeda no comércio com a Venezuela, impactado fortemente pelo embargo internacional ao governo de Nicolás Maduro. Como a questão indígena saiu da pauta do governo federal nos últimos anos, o desguarnecimento das TIs seria um incentivo adicional à penetração do crime organizado. Seja como for, o que se observa é que há fortes indícios da atuação dessas organizações no garimpo em Roraima, fornecendo drogas e armas, agenciando a prostituição e financiando a atividade garimpeira. Ainda assim, alguns interlocutores afirmam que não há evidências da associação do crime organizado no controle das áreas de garimpo no estado e de que exploram diretamente essa atividade. Resta saber o que dizem os tradicionais “empresários do garimpo”, que contam inclusive com forte respaldo político do governo local e até nacional.

5 POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO TERRITÓRIO

Embora Roraima não esteja entre os estados brasileiros de maiores dimensões territoriais e seja o menos populoso do país, uma política eficaz de segurança pública enfrenta muitos desafios naquele território. A tríplice fronteira internacional (Brasil-Venezuela-Guiana), de quase 2 mil km de extensão, é um elemento crítico, assim como a grande quantidade de áreas de difícil acesso, em função da configuração geográfica. Adicione-se a esses aspectos o fato de que parte significativa da área de Roraima pertence à União e esta cumpre as funções de proteção da fronteira, garantia dos direitos indígenas e preservação ambiental, demandando forças federais, o que adiciona mais complexidade à atuação estatal no território para a garantia de segurança a sua população.

Do ponto de vista institucional, pesa ainda um aspecto determinante: o arranjo das forças de segurança pública que atuam no estado é bastante precário e guarda as marcas de sua condição anterior como território federal (1943-1988). Se, conforme discutido anteriormente, a efetiva conversão do antigo território deu-se de maneira lenta, é possível observar também que esta transição legou ao novo estado um arcabouço bastante específico no campo da segurança pública, marcado por certa precariedade de recursos e instrumentos de atuação, de um lado, e pela frágil articulação entre os diferentes órgãos, de outro.

Segundo dados coletados em 2019 por meio da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic/IBGE),³⁴ apenas Boa Vista e municípios da RM contavam com uma estrutura político-burocrática voltada ao tema de segurança pública, ainda que compartilhada com outras políticas setoriais. Quanto à presença de estruturas como conselho de segurança pública, conselho comunitário, fundo ou plano municipal de segurança, registrava-se no estado tão somente a existência de plano setorial em Boa Vista. De acordo com os mesmos dados, dos quinze municípios roraimenses, oito eram sede de comarca e apenas dois não dispunham de delegacia de polícia em seus territórios; contudo, apenas a capital contava com serviços especializados, por exemplo, de proteção à infância, à pessoa idosa e de atendimento à mulher.

Por sua vez, as instituições de segurança pública não atuam no setor de maneira homogênea. No caso das forças policiais, por exemplo, sua organização antecede a própria configuração do estado. A Polícia Militar de Roraima (PM-RR) nasceu em 1975,³⁵ como instituição autônoma, após a extinção da Guarda Territorial, uma corporação de natureza civil que tinha por objetivo “a manutenção da ordem interna, além da reparação e construção de edifícios públicos, estradas e

34. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/meio-ambiente/10586-pesquisa-de-informacoes-basicas-municipais.html?edicao=29466&t=resultados>. Acesso em: dez. 2022.

35. Lei nº 6.270, de 26 de novembro de 1975.

caminhos, serviços de transportes, e outras atribuições correlatas”.³⁶ Apesar disso, sua efetiva organização se deu apenas em 1977, com a incorporação imediata de 450 oficiais, sargentos e praças da estrutura anterior,³⁷ tendo sido realizado apenas em 2000 o primeiro concurso público para seleção de policiais militares estaduais. Desde então, foram realizados poucos novos processos seletivos e, em 2022, a PM-RR contava com efetivo de cerca de 2.500 policiais, entre os pertencentes ao quadro do ex-Território Federal de Roraima e policiais militares do quadro estadual.³⁸ Importa registrar ainda que, em 2001, o Corpo de Bombeiros foi desincorporado da PM, passando a também dispor de estrutura administrativa e financeira própria.

Já a Polícia Civil de Roraima (PC-RR) foi formalmente instituída em 1978,³⁹ no entanto o primeiro concurso público para seleção de quadros ocorreu somente em 1984. Coube à SESP do então território “executar as atividades relativas à ordem e segurança pública, administração de estabelecimentos carcerários, administração e segurança do tráfego e do trânsito e polícias civil e militar” (Brasil, 1980, art. 16). Com isso, diferentemente da força militar, a PC-RR ficava diretamente subordinada ao secretário de Segurança Pública, situação que perdurou mesmo após a implantação do estado, tendo se estendido até 2011, quando o *status* institucional da PC-RR foi equiparado aos da PM e do Corpo de Bombeiros.⁴⁰ Somente em 2021 a estrutura orgânica da PC-RR foi regulamentada. Contudo, o primeiro concurso para o novo órgão ocorreu apenas em 2004. Em 2022, a PC-RR contava com efetivo de pouco mais de quinhentos policiais⁴¹ (FBSP, 2022).

Enquanto as forças de segurança pública de Roraima trilharam caminhos independentes, gozando de orçamento e autonomia crescente, a Secretaria de Estado da Segurança Pública do estado (Sesp) seguiu sem recursos e sem corpo funcional próprio. Conforme relataram alguns interlocutores, durante muito tempo, a estrutura da Sesp se confundia com a da PC-RR, inclusive em relação a recursos humanos, o que se refletia em uma atuação mais operacional e com pouca dimensão estratégica. Mesmo após a desvinculação de ambas as instituições, a Sesp seguiu carecendo de capacidade técnica, para atuar de maneira estratégica, e de poder, para exercer a coordenação interinstitucional entre os diferentes órgãos, todos autônomos em termos organizacionais e financeiros. Durante visita à Sesp, foi possível observar, inclusive, certa precariedade nas instalações e nos recursos de trabalho disponíveis, em contraste flagrante com a estrutura encontrada, por exemplo, na Secretaria de Segurança Pública do Estado do Amazonas (SSP/AM), em Manaus, ou na sede da PF, em Boa Vista.

36. Para mais informações sobre a história da PM de Roraima, ver: <https://pm.rr.gov.br/historia-da-pmrr/>.

37. Lei nº 6.270, de 26 de novembro de 1975.

38. Para mais informações sobre o efetivo e as unidades operacionais da PMRR, ver tabelas B.9 a B.12 do apêndice B.

39. Lei nº 6.550, de 5 de julho de 1978; e Decreto nº 82.270, de 18 de dezembro de 1978.

40. Para mais detalhes, ver: Polícia Civil. Histórico da Polícia Civil de Roraima. Disponível em: <http://www.pc.rr.gov.br/component/content/article/97-institucional/235-sobre-a-delegacia-geral#>. Acesso em: out. 2022.

41. Para mais informações sobre o efetivo e as unidades operacionais da PC-RR, ver tabelas B.9 a B.12 do apêndice B.

No que tange ao sistema penitenciário, Roraima conta com dezesseis estabelecimentos penais (incluindo delegacias), sendo seis exclusivamente prisionais. Do total, sete estão localizados na capital e dez no interior do estado. Conforme relatórios do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), em dezembro de 2016, momento imediatamente anterior à crise na Pamc, contavam-se 1.098 vagas no estado (considerando-se apenas as unidades exclusivamente prisionais), frente a uma população carcerária de 2.514 pessoas. O déficit, portanto, chegava a 1.416 vagas, um dos mais altos do país (Silva, 2018). Segundo interlocutores, à época da crise, a situação na Pamc era de “descontrole total”, em razão não apenas da superlotação, mas também da falta de efetivo e de capacitação específica, bem como da inadequação da estrutura física, planejada para abrigar detentos em cumprimento de regime semiaberto, mas funcionando de fato como unidade de regime fechado.

Apesar desse contexto mais amplo, o campo da segurança pública em Roraima sofreu grande reconfiguração no período recente, em meio à reação à crise que se instalou no sistema prisional do estado em fins de 2016. Uma parte importante dessa reconfiguração decorreu do apoio prestado pelo governo federal, por meio de quatro medidas principais.

- 1) Envio de policiais da FNSP,⁴² em janeiro de 2017, para atuar no controle externo da Pamc, a maior unidade prisional do estado, e no patrulhamento de rua, iniciativa que tem sido prorrogada a cada noventa dias e permanece em curso até o momento, com redução gradual de efetivo.
- 2) Intervenção federal no estado, com o afastamento da então governadora Suely Campos.⁴³ Àquela altura, Roraima padecia da falta de pagamento de servidores, paralisações de policiais, quartéis fechados, crise no sistema penitenciário, bem como da chegada em massa de venezuelanos.⁴⁴
- 3) Envio da Força-Tarefa de Intervenção Penitenciária (FTIP), coordenada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, que permaneceu no estado entre dezembro de 2018 e novembro de 2021, para atuar nos serviços de guarda, vigilância e custódia dos detentos da Pamc, visando à implantação de uma nova “doutrina” de gestão de unidades penais.⁴⁵ A intervenção seguiu

42. Para informações sobre o efetivo mobilizado em operações da Força Nacional em Roraima entre 2018 e 2021, ver tabelas B.9 a B.12 do apêndice B.

43. Como interventor foi nomeado o governador Antônio Denarium, eleito em 2018 e reeleito em 2022.

44. Para mais informações, ver: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2018/12/08/entenda-a-intervencao-federal-em-roraima.ghtml>.

45. Em 2006, quando eclodiu a histórica rebelião no estado de São Paulo, envolvendo mais de setenta unidades penais, alguns estados brasileiros com mais *expertise* em treinamento em situação de crise em ambiente penitenciário se mobilizaram gradualmente para capacitar e atuar com doutrina de intervenção em presídios. Assim, surgiu a Força de Intervenção Penitenciária Integrada (FIPi), composta por policiais penais de diversos estados. Posteriormente, a FTIP foi instituída no âmbito do Departamento Penitenciário Nacional, por meio da Portaria nº 186, de 30 de outubro de 2018. A FTIP do Depen é composta por policiais penais federais, estaduais, incluindo os policiais penais do Distrito Federal, na forma dos acordos ou convênios de cooperação federativa da FNSP, celebrados com os estados e o Distrito Federal.

até que os quatrocentos novos policiais penais do estado tomassem posse e assumissem a gestão do sistema, em 2021, havendo ainda previsão de contratação de outra turma de um pouco mais de quatrocentos novos agentes.

- 4) Aporte de recursos ao estado, em meio à intervenção, por meio dos fundos penitenciário e de segurança pública.

Outra medida do governo federal no estado foi a organização da Ficco, atual FTSP, que ali atua desde meados de 2019, sob coordenação da PF, congregando a PM-RR, a PC-RR, o Corpo de Bombeiros Militar, a Sesp e a Secretaria de Justiça e Cidadania (Sejuc, responsável pela administração penitenciária); o próximo órgão com previsão de aderir à iniciativa é a PRE.

Em termos de estratégia, a FTSP atua por segmentos, ou trechos, dentro do estado, contando com um núcleo sediado em Boa Vista e três bases operacionais regionalizadas: em Pacaraima, na fronteira com a Venezuela; na Ponte dos Macuxi (na saída de Boa Vista, sentido sul); e em Jundiá/Rorainópolis (sul do estado). Focada na redução dos índices de criminalidade violenta em Roraima, a FTSP tem três focos de atuação: enfrentamento às facções criminosas, combate ao tráfico de drogas e combate ao tráfico e comércio ilegal de armas. Como se vê, a FTSP se volta para o crime organizado, e não para a criminalidade corriqueira ou “de varejo”, nem para crimes ambientais, como o garimpo ilegal.

O governo do estado tem logrado relativo fortalecimento da Sesp e de seus instrumentos de atuação desde 2019, com a aprovação das leis que criaram o sistema, o plano e o Conselho Estadual de Segurança Pública e os fundos estaduais de segurança pública e penitenciária. Assim, embora ainda não exista em Roraima mecanismo formal que promova atuação integrada entre os órgãos locais de segurança pública, o que “depende quase que exclusivamente dos comandos”, segundo um interlocutor, as operações integradas são subordinadas à Sesp por força de lei. Ademais, está em curso o projeto de criação do Centro Integrado de Operações e Controle, o que viria dar suporte à atuação dos órgãos de segurança sob a coordenação da secretaria, como foco na gestão de informações e em ações de inteligência, e não apenas no nível operacional (tomando como modelo a Sejuc, responsável pelo sistema prisional e reestruturada após a crise).

Ainda de acordo com interlocutores ligados à Sesp, os fundos orçamentários da política de segurança pública no estado vêm apresentando forte crescimento nos valores aportados pelo governo federal. Embora tenha enfrentado inúmeras dificuldades para executar as verbas de convênios, esses recursos têm sido revertidos em algumas frentes principais.

- 1) Aumento dos efetivos policiais, com a convocação de pouco menos de 1 mil policiais militares, 444 policiais penais aprovados em concursos recentes e a previsão de concursos para a PC e o Corpo de Bombeiros.
- 2) Ampliação da frota de viaturas, que passaram de cinco disponíveis na capital, em 2017, para 120 em todo o estado, em 2022.
- 3) Implantação de um grande programa de policiamento de proximidade, o Polícia na Rua, iniciativa que conjuga regionalização da atuação com o uso de equipamentos e de tecnologia. Esse programa foi introduzido inicialmente na capital, mas com perspectiva de expansão para o interior, com o aumento do efetivo.

Com relação ao fundo orçamentário penitenciário, os recursos têm sido direcionados basicamente para a diminuição do déficit de vagas no estado, além da contratação de policiais penais. Desde a intervenção federal e o aporte de recursos ao estado, a estrutura física das principais unidades prisionais tem sido aprimorada e expandida, com a criação de novas vagas. Os relatórios do Depen apontam que as vagas dobraram entre 2020 e 2021; com isso, as autoridades do estado têm sinalizado com a perspectiva de acabar com o déficit prisional em curto prazo (Roraima... 2022).

Em termos de policiamento, a maior parte do efetivo da PM-RR (cerca de 70%) está alocada na capital, ainda que haja destacamentos em todos os quinze municípios atuando no policiamento ostensivo de rua. Além destes, há ainda o Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope) e o Giro (guarnição que atua em motos de alta cilindradas). Embora o governo do estado mire na implantação de um modelo mais estratégico na segurança pública, o acesso a informações é recorrentemente apontado como uma fragilidade decisiva da política. Alguns dos entrevistados indicaram, por exemplo, que, embora as forças estaduais atuem junto aos órgãos federais em diferentes iniciativas,⁴⁶ falta cooperação mais corriqueira e facilitação no acesso às bases de dados federais; com isso, “a ponta fica sem acesso à informação”.

Outra carência notável no estado, dada sua inserção em área de floresta amazônica, é o policiamento ambiental, que conta com apenas 24 pessoas para atender em todo o território. Segundo um interlocutor, a polícia ambiental deveria contar com 120 policiais, mas esse efetivo nunca passou de trinta. Desta forma, os policiais atuam prioritariamente na capital e na pesca ilegal, que ocorre no interior do estado. Já o garimpo ilegal, que supostamente impulsiona muitos dos homicídios no estado, deixou de ser, em razão das restrições de recursos, um dos focos da PM-RR.

46. Além da FTSP, a Operação Hórus (fronteiras e divisas) integra os setores de inteligência dos órgãos de segurança pública. Sediada em Manaus, a operação tem como objetivo a integração dos sistemas de inteligência e das operações de segurança pública nas fronteiras entre Roraima e Amazonas, local de maior fluxo de pessoas. O projeto também conta com apoio da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) para manter os policiais de Roraima no Amazonas.

Por sua vez, uma questão que, segundo vários dos entrevistados, desponta na agenda e começa a demandar atenção do estado é o envolvimento de policiais com corrupção e ações criminosas no mercado da droga e/ou do ouro, onde atuariam na segurança de pistas clandestinas, no roubo de bens apreendidos e na pistolagem.

Em linhas gerais, percebe-se que a institucionalidade da política de segurança pública em Roraima é ainda um processo em construção. De um lado, pesa a lógica herdada do antigo território, regida mais pelo veio operacional do que pelo planejamento estratégico, ou pelo investimento às ações de inteligência; pela primazia das necessidades e pelos objetivos isolados de cada órgão, em detrimento de uma visão mais sistêmica e integrada dos problemas da segurança pública. De outro, esse estado de coisas tem sido fortemente tensionado pelo comportamento ascendente dos indicadores de violência letal e outras ocorrências, pelas demandas de fiscalização e combate à atuação de organizações criminosas e, não menos importante, pelos desafios advindos da crise migratória venezuelana.

Diante desse complexo quadro de questões, pesa a desfavor de Roraima a institucionalidade ainda precária da política de segurança pública, que acaba inclusive sujeita a interferências de outros interesses. O fato de muitas das dinâmicas criminais, que estão por trás dos indicadores de violência no estado, como o narcotráfico, o garimpo ilegal, o desmatamento ou a grilagem de terras, contarem com o apoio (se não o envolvimento direto) de políticos locais e agentes estatais, representa desafio adicional de difícil transposição.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, A. *et al.* **Amazônia em chamas**: o novo e alarmante patamar do desmatamento na Amazônia. Manaus: Ipam, fev. 2022. (Nota Técnica, n. 9). Disponível em: https://ipam.org.br/wp-content/uploads/2022/02/Amaz%C3%B4nia-em-Chamas-9-pt_vers%C3%A3o-final-2.pdf. Acesso em: out. 2022.

ALMEIDA, J. *et al.* (Org.). **Leis e práticas de regularização fundiária no estado de Roraima**. Belém: Imazon, mar. 2021.

AMARAL, M. Dobradinha Denarium/Bolsonaro em Roraima mantém garimpo em Terra Yanomami. **Agência Pública**, 28 set. 2022. Disponível em: https://apublica.org/2022/09/dobradinha-denarium-bolsonaro-em-roraima-mantem-garimpo-em-terra-yanomami/?goal=0_eaf96d902a-647dd49951-288820820&mc_cid=647dd49951&mc_eid=2dc0d518fa. Acesso em: set. 2022.

ÁREA ocupada pela mineração no Brasil cresce mais de 6 vezes entre 1985 e 2020. **MapBiomias**, [s.d.]. Disponível em: <https://mapbiomas.org/area-ocupada-pela-mineracao-no-brasil-cresce-mais-de-6-vezes-entre-1985-e-2020>. Acesso em: set. 2022.

BASTIAN, L. *et al.* O processo de regularização das terras públicas federais: instrumentos legislativos, expansão fundiária e especulação. **Políticas Sociais: acompanhamento e análise**, Brasília, n. 29, p. 607-635, 2022.

BRASIL. Decreto nº 84.453, de 31 de janeiro de 1980. Dispõe sobre a estrutura básica da administração do Território Federal de Roraima e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, Câmara dos Deputados, 1980. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-84453-31-janeiro-1980-433869-publicacaooriginal-1-pe.html>.

BRASIL. Lei nº 14.004, de 26 de maio de 2020. Altera a Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, que dispõe sobre a Faixa de Fronteira, e a Lei nº 10.304, de 5 de novembro de 2001, que transfere ao domínio dos Estados de Roraima e do Amapá terras pertencentes à União. **Diário Oficial da União**, Brasília, n. 100, p. 1, 27 maio 2020. Seção 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L14004.htm. Acesso em: out. 2022.

BRITO, B. **Nota técnica sobre o Projeto de Lei nº 2.633/2020**. Belém: Imazon, jun. 2020. (Nota Técnica). Disponível em: https://imazon.org.br/wp-content/uploads/2020/06/Imazon_Nota_Tecnica_PL2633_2020-1.pdf. Acesso em: out. 2022.

BRITO, B. **Nota técnica sobre o Projeto de Lei nº 510/2021**. Belém: Imazon, mar. 2021. Disponível em: https://imazon.org.br/wp-content/uploads/2021/04/Nota_Tecnica_PL510_Imazon.pdf. Acesso em: out. 2022.

BRITO, B. *et al.* **10 fatos essenciais sobre regularização fundiária na Amazônia Legal**. Belém: Imazon, 2021. Disponível em: <https://imazon.org.br/wp-content/uploads/2021/04/10FatosRegularizacaoFundiarria.pdf>. Acesso em: ago. 2022.

CADÊ... os Yanomami: o que sabe e o que falta esclarecer sobre comunidade queimada após denúncia de morte de menina. **G1**, Boa Vista, 3 maio 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2022/05/03/cade-os-yanomami-o-que-se-sabe-e-o-que-falta-esclarecer-sobre-comunidade-queimada-apos-denunciade-morte-de-menina.ghtml>. Acesso em: set. 2022.

CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T. de; SILVA, B. G. (Org.). **2011-2020: uma década de desafios para a imigração e o refúgio no Brasil – relatório anual 2021**. Brasília: OBMigra, 2021. (Série Migrações).

CERQUEIRA, D. *et al.* **Atlas da Violência 2021**. São Paulo: FBSP, 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5141-atlasdaviolencia2021completo.pdf>. Acesso em: out. 2022.

CIMI – CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Relatório violência contra os povos indígenas no Brasil: dados de 2021**. Brasília: Cimi, 2022. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2022/08/relatorio-violencia-povos-indigenas-2021-cimi.pdf>. Acesso em: out. 2022.

COELHO, L. M. A história da rodovia BR-174 e os contatos com a etnia Waimiri – Atroari nos anos 70: doenças e desenvolvimentismo na Amazônia. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 28., 2015, Florianópolis, Santa Catarina **Anais...** 2015. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434375391_ARQUIVO_Texto_Publicacao_snh2015.pdf. Acesso em: dez. 2022.

CPT – COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. **Conflitos no campo**: Brasil 2021. Goiânia: CPT Nacional, 2022. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/6001-conflitos-no-campo-brasil-2021>. Acesso em: ago. 2022.

FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário brasileiro de segurança pública**. São Paulo: FBSP, 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=4>. Acesso em: ago. 2022.

HAY – HUTUKARA ASSOCIAÇÃO YANOMAMI; SEDUUME – ASSOCIAÇÃO WANASSEDUUME YE'KWANA. **Yanomami sob ataque**: garimpo ilegal na terra indígena Yanomami e propostas para combatê-lo. Boa Vista: HAY; Seduume, abr. 2022. Disponível em: <https://site-antigo.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/yanomami-sob-ataque>. Acesso em: set. 2022.

HOFMEISTER, N.; PAPINI, P. Mineração e garimpo disputam área maior do que a Bélgica dentro da terra Indígena Yanomami. **InfoAmazônia**, 22 jun. 2021. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2021/06/22/mineracao-e-garimpo-disputam-area-maior-do-que-a-belgica-dentro-da-terra-indigena-yanomami/>. Acesso em: out. 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Projeto de levantamento e classificação da cobertura e do uso da terra**: uso da terra no Estado de Roraima – relatório técnico. Rio de Janeiro: IBGE, 2005. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95890.pdf>. Acesso em: out. 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Projeções da população**: Brasil e Unidades da Federação – revisão 2018. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101597.pdf>. Acesso em: out. 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estimativas da população residente no Brasil e Unidades da Federação com data de referência em 1º de julho de 2021**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2021/POP2021_20230710.pdf. Acesso em: set. 2022.

INA – INDIGENISTAS ASSOCIADOS; INESC – INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Fundação Anti-indígena**: um retrato da Funai sob o governo Bolsonaro. Brasília: INA; Inesc, 2022.

JUCÁ, B. Duas crianças yanomamis mortas, sugadas por uma draga de exploração ilegal de minério. **El País**, Fortaleza, 15 out. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-10-16/duas-criancas-yanomami-mortas-por-uma-draga-de-exploracao-ilegal-de-minerio-diante-da-omissao-do-governo.html>. Acesso em: ago. 2022.

MPF apresenta argumentos a favor da destruição de maquinário apreendido em garimpo ilegal em Roraima. **MPF**, 28 jun. 2022. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/rr/sala-de-imprensa/noticias-rr/mpf-apresenta-argumentos-a-favor-da-destruicao-de-maquinario-apreendido-em-garimpo-ilegal-em-roraima>. Acesso em: set. 2022.

NERI, M. **Mapa da nova pobreza**. Rio de Janeiro: FGV, jun. 2022. Disponível em: <https://cps.fgv.br/MapaNovaPobreza>. Acesso em: nov. 2022.

RAISG – REDE AMAZÔNICA DE INFORMAÇÃO SOCIOAMBIENTAL GEORREFERENCIADA. **Amazônia sob pressão 2020**. 1. ed. São Paulo: ISA, dez. 2021.

RORAIMA é o estado que mais criou vagas no sistema prisional. **Folha Web**, 19 maio 2022. Disponível em: <https://folhabv.com.br/noticia/CIDADES/Capital/Roraima-e-o-estado-que-mais-criou-vagas-no-sistema-prisional/86946>. Acesso em: out. 2022.

RUFINO, S. Líder indígena morre e adolescente fica ferido após ataque a tiros de garimpeiros na TI Yanomami. **G1**, Boa Vista, 5 out. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2022/10/05/lider-indigena-morre-e-adolescente-fica-ferido-apos-ataque-a-tiros-de-garimpeiros-na-ti-yanomami.ghtml>. Acesso em: set. 2022.

SILVA, D. R. e; AMARAL, A. P. do; PONTES FILHO, R. P. Bloqueio intermitente da BR-174 pelo povo indígena Waimiri-Atroari: necessidade de consulta prévia em caso de intervenção estatal sobre o seu território. **Revista Direito em Debate**, v. 29, n. 53, p. 91-105, jan.-jun. 2020.

SILVA, M. V. M. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Levantamento nacional de informações penitenciárias** – atualização dezembro de 2016. Brasília: MJSP, 2018.

SIMEX – SISTEMA DE MONITORAMENTO DA EXPLORAÇÃO MADEIREIRA. **Mapeamento da exploração madeireira em Roraima** – agosto 2020 a julho 2021. Boa Vista: Simex, 2022. Disponível em: <https://amazon.org.br/wp-content/uploads/2022/09/Simex-RR-2022.pdf>. Acesso em: out. 2022.

VASCONCELLOS, A. C. S. de. *et al.* **Avaliação de risco à saúde atribuível ao consumo de pescado contaminado por metilmercúrio na bacia do rio Branco, Roraima, Amazônia, Brasil.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2022. (Relatório de Pesquisa). Disponível em: <https://informe.ensp.fiocruz.br/assets/anexos/ff51a29762190d78a7da62fa06d2751e.PDF>. Acesso em: out. 2022.

VILELA, P. R. Governo federal transfere glebas da União para Roraima. **Agência Brasil**, Brasília, 29 set. 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2021-09/governo-federal-transfere-glebas-da-uniao-para-roraima>. Acesso em: out. 2022.

APÊNDICE A

DADOS GERAIS

TABELA A.1

Tabela sociodemográfica – Roraima

Dados territoriais				
Estados limítrofes	Amazonas e Rondônia			
Fronteiras	Venezuela e Guiana			
Número de municípios	15			
Área territorial	223.644,53 km ²			
Dados sociodemográficos		Roraima	Região Norte	Brasil
População ¹	População estimada (2021)	652.713	18.906.962	213.317.639
	Densidade demográfica (hab./km ²)	2,0	4,12	22,43
	População de 0 a 14 anos (%)	33,1	31,2	24,1
	População de 15 a 29 anos (%)	29,6	29,5	26,9
	População de 30 a 59 anos (%)	31,8	32,5	38,2
	População de 60 anos ou mais (%)	5,5	6,8	10,8
	População negra (%)	5,9	6,4	7,6
	População parda (%)	61,2	66,9	43,1
	População indígena (%)	11,0	1,9	0,4
	População branca (%)	20,9	23,4	47,7
Renda e desigualdade	População urbana (%)	76,6	73,5	84,4
	População rural (%)	23,4	26,5	15,6
	Rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i> (2022)	R\$ 1.242,00	R\$ 1.175,29	R\$ 1.613,23
	Índice de Gini – do rendimento domiciliar <i>per capita</i> , a preços médios de 2022	0,596	0,53	0,54
	Pobres (%) (2003)	39,1	40,1	37,6
Trabalho	Extremamente pobres (%) (2003)	10,3	12,5	8,4
	População vivendo em aglomerados subnormais (%) (2010)	2,1	14,4	72,6
	Taxa de desocupação (14+) (2021)	16,6	13,7	13,8
	Taxa de formalização da força de trabalho (2022)	46,8	41,4	59,9
Educação	Rendimento médio real de todos os trabalhos (2022)	R\$ 2.632,00	R\$ 2.195,00	R\$ 2.839,00
	Taxa de analfabetismo (15+) (2019)	4,6	7,0	6,1
	Média de anos de estudo (15+) (2019)	10,5	9,3	9,8
	População (14+) com 5 anos ou menos de estudo (%) (2019)	13,2	11,49	10,35

Fontes: Para proporção por idade, ver Sidra: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/200>. Acesso em: mar. 2023; Incidência da pobreza – IBGE Cidades 2003; IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2021, acumulado de quintas visitas (Tabela 1.2 – Indicadores estruturais do mercado de trabalho das pessoas de 14 anos ou mais de idade, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – Brasil 2021; Tabela 2.16 - Total e proporção de pessoas, por classes de rendimento domiciliar *per capita* selecionadas, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação – Brasil 2021); Domicílios ocupados em aglomerados subnormais em relação ao total de domicílios ocupados (%). Notas Técnicas (IBGE, 2019). Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101717_notas_tecnicas.pdf. Acesso em: mar. 2023; Síntese de Indicadores Sociais. IBGE Cidades 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/45/95341>. Acesso em: mar. 2023; Rendimento médio real do trabalho principal, efetivamente recebido por trimestres (quarto trimestre de 2022), Sidra 2022. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5436#resultado>. Acesso em: mar. 2023; Taxa de analfabetismo (15 anos ou mais), Sidra 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7113#resultado>. Acesso em: mar. 2023; Número médio de anos de estudo das pessoas de 15 anos ou mais, Sidra 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7126#resultado>. Acesso em: mar. 2023. Pessoas de 14 anos ou mais de idade, por cor ou raça e grupos de anos de estudo. Sidra 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7132#resultado>. Acesso em: mar. 2023.

Elaboração: *Pool* de análise de dados da Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Diest/Ipea).

Nota: ¹ Ano de referência: 2010.

APÊNDICE B

TABELA B.1

Taxa média de homicídios dos quinze municípios de Roraima, por 100 mil habitantes (2009-2020)

Municípios	2009-2011	2010-2012	2011-2013	2012-2014	2013-2015	2014-2016	2015-2017	2016-2018	2017-2019	2018-2020
Amajari	28,1	27,1	36,0	41,1	36,7	35,6	48,8	50,1	43,0	33,9
Alto Alegre	41,8	48,2	101,2	114,3	133,9	106,0	153,0	177,6	187,6	161,2
Boa Vista	23,9	24,5	28,6	30,9	34,1	32,6	38,5	51,0	50,5	47,7
Bonfim	20,9	11,8	8,8	5,8	17,1	22,6	22,3	30,3	35,4	43,0
Cantá	18,8	22,8	26,5	36,5	41,7	46,6	37,4	49,8	44,8	54,5
Caracarái	40,9	50,7	84,1	101,1	106,0	100,9	89,6	91,2	80,4	91,2
Caroebe	28,2	23,6	19,2	18,8	25,7	32,3	28,0	27,4	23,5	29,5
Iracema	15,1	14,5	17,5	57,4	71,8	72,6	39,8	38,5	37,4	41,8
Mucajá	35,4	34,7	34,0	37,6	41,0	44,2	51,3	69,8	72,3	56,0
Normandia	3,7	7,1	10,4	6,8	6,6	9,7	12,6	12,4	12,1	11,8
Pacaraima	18,8	18,3	20,8	20,3	16,9	11,0	7,9	9,7	17,1	19,2
Rorainópolis	18,9	30,3	25,7	26,4	19,7	26,5	37,7	51,9	45,2	32,1
São João da Baliza	9,7	14,2	27,9	31,9	22,3	8,8	12,9	50,6	58,0	52,8
São Luiz	29,1	19,1	14,1	13,8	13,6	13,4	17,5	34,5	38,2	33,4
Uiramutã	7,8	7,6	3,7	0,0	3,5	6,9	6,8	6,6	3,2	6,3

Fontes: SIM/MS e IBGE.

Elaboração: *Pool* de análise de dados da Diest/Ipea.

Obs.: 1. Números de homicídios extraídos do Tabnet/Datasus/MS.

2. População obtida de População Residente – Estimativas para o TCU (Tabnet/Datasus/MS).

TABELA B.2

Taxa média de homicídios, por 100 mil habitantes – Brasil, região Norte e UF's

	2009-2011	2010-2012	2011-2013	2012-2014	2013-2015	2014-2016	2015-2017	2016-2018	2017-2019	2018-2020
Brasil	27,5	28,2	28,5	29,3	29,1	29,7	30,3	29,9	27,0	24,3
Região Norte	35,6	36,8	36,1	36,5	37,4	40,3	43,9	46,0	43,5	38,4
Roraima	25,2	26,1	31,7	35,4	38,6	37,2	42,4	53,0	52,6	49,3
Amapá	33,2	35,2	32,5	33,6	34,3	40,3	45,0	49,4	47,4	46,3
Pará	42,2	42,6	41,3	42,3	43,5	46,2	50,2	52,9	49,1	41,7
Acre	22,2	24,0	26,5	29,0	28,8	33,6	44,6	51,2	48,7	39,3

(Continua)

(Continuação)

	2009- 2011	2010- 2012	2011- 2013	2012- 2014	2013- 2015	2014- 2016	2015- 2017	2016- 2018	2017- 2019	2018- 2020
Amazonas	31,5	35,0	35,1	33,6	33,6	35,2	38,3	38,4	39,1	35,9
Tocantins	23,9	25,4	25,4	25,3	27,4	32,1	35,6	36,7	33,9	32,0
Rondônia	33,1	32,2	29,9	31,4	31,6	35,4	34,6	32,4	27,6	25,9

Fontes: SIM/MS e IBGE.

Elaboração: *Poo*/ de análise de dados da Diest/Ipea.

Obs.: 1. Taxa média de homicídios por 100 mil habitantes calculada pela média do número de homicídios do respectivo ano mais os dos dois anos anteriores, dividida pela população do ano anterior ao respectivo ano e multiplicado por 100 mil.

2. Número de homicídios obtido pela soma dos óbitos por agressão (X85-Y09) e intervenção legal (Y35), extraído do Tabnet/Datasus/MS.

3. População obtida de População Residente – Estimativas para o TCU (Tabnet/Datasus/MS).

TABELA B.3

Policiais mortos em confronto: em serviço e fora de serviço, por 1 mil policiais na ativa – Brasil e UFs (2020 e 2021)

Brasil e UFs	2020	2021
Brasil	0,4	0,4
Acre	0,4	–
Amapá	–	–
Amazonas	0,7	0,6
Pará	0,7	0,7
Rondônia	0,7	0,3
Roraima	0,4	–
Tocantins	–	–

Fonte: FBSP (2022).

TABELA B.4

Taxa de mortes decorrentes de intervenções policiais, por 100 mil habitantes – Brasil e UFs (2020 e 2021)

Brasil e UFs	2020	2021
Brasil	3,0	2,9
Acre	3,0	1,2
Amapá	12,9	17,1
Amazonas	2,4	2,3
Pará	6,1	6,2
Rondônia	1,1	0,6
Roraima	2,5	1,4
Tocantins	1,7	2,6

Fonte: FBSP (2022).

TABELA B.5

Taxa de feminicídios, por 100 mil mulheres – Brasil e UFs (2020 e 2021)

Brasil e UFs	2020	2021
Brasil	1,3	1,2
Acre	2,7	2,9
Amapá	2,1	0,9
Amazonas	0,8	1,1
Pará	1,5	1,5
Rondônia	1,6	1,8
Roraima	3,0	1,6
Tocantins	1,3	2,6

Fonte: FBSP (2022).

TABELA B.6

Taxa de homicídios femininos, por 100 mil mulheres – Brasil e UFs (2020 e 2021)

Brasil e UFs	2020	2021
Brasil	3,7	3,6
Acre	6,9	6,4
Amapá	4,6	5,2
Amazonas	3,2	5,2
Pará	4,2	4,2
Rondônia	6,3	5,5
Roraima	5,3	8,3
Tocantins	4,9	4,8

Fonte: FBSP (2022).

TABELA B.7

Taxa de estupro e estupro de vulnerável,¹ por 100 mil habitantes – Brasil e UFs (2020 e 2021)

Brasil e UFs	2020	2021
Brasil	29,7	30,9
Acre	34,4	64,7
Amapá	54,5	60,5
Amazonas	20,5	17,6
Pará	37,9	44,5
Rondônia	51,9	50,8
Roraima	66,9	83,3
Tocantins	51,8	51,8

Fonte: FBSP (2022).

Nota: ¹ Os dados informados nesta tabela correspondem ao número total de vítimas de estupro e estupro de vulnerável consumados. A Lei Federal nº 12.015/2009 altera o conceito de “estupro”, passando a incluir, além da conjunção carnal, os “atos libidinosos” e “atentados violentos ao pudor” (FBSP, 2022).

TABELA B.8

Taxa de violência doméstica: lesão corporal dolosa, por 100 mil mulheres – Brasil e UFs (2020 e 2021)

Brasil e UFs	2020	2021
Brasil	220,1	221,4
Acre	119,4	231,7
Amapá	203,1	283,0
Amazonas	112,2	123,0
Pará	151,6	198,6
Rondônia	485,1	445,6
Roraima	232,7	456,6
Tocantins	191,1	190,3

Fonte: FBSP (2022).

TABELA B.9

Perfil das instituições de segurança pública: efetivo – Roraima (2020)

Instituição	Capital e região metropolitana	Interior	Total
Polícia Militar	1.246	350	1.596
Polícia Civil	527	177	704
Corpo de Bombeiros	416	107	523
Órgãos oficiais de perícia	85	1	86

Fonte: Senasp/MJ (2020). Perfil Nacional das Instituições de Segurança Pública. Disponível em <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrjoiMDc0ZWVjYtYtYjA1OS00YzBmLWJkNTctZmVjODM2YzlmYzBjIiwidCI6ImVIMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MmWYyLTRI0GRhNmJmZThlMSJ9.>

TABELA B.10

Perfil das instituições de segurança pública: estrutura – Roraima (2020)

Instituição	Unidades operacionais		Total
	Capital e região metropolitana	Interior	
Polícia Militar ¹	7	6	13
Polícia Civil ²	34	12	46
Corpo de Bombeiros ³	3	1	4
Órgãos oficiais de perícia ⁴	3	-	3

Fonte: Senasp/MJ (2020). Perfil Nacional das Instituições de Segurança Pública. Disponível em <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrjoiMDc0ZWVjYtYtYjA1OS00YzBmLWJkNTctZmVjODM2YzlmYzBjIiwidCI6ImVIMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MmWYyLTRI0GRhNmJmZThlMSJ9.>

Notas: ¹ As treze unidades operacionais da PM em Roraima estão distribuídas em: dois batalhões (na capital), um batalhão especializado (na capital), seis companhias independentes (todas no interior) e quatro companhias independentes especializadas (todas na capital).

² As 46 unidades operacionais da Polícia Civil em Roraima estão distribuídas em: vinte delegacias (doze no interior e oito na capital), dezesseis delegacias especializadas (todas na capital) e dez postos/núcleos (todos na capital).

³ As quatro unidades operacionais do Corpo de Bombeiros Militar em Roraima estão distribuídas em: dois batalhões (um no interior e um na capital) e duas companhias independentes especializadas (na capital).

⁴ As três unidades operacionais dos órgãos oficiais de perícia em Roraima estão na capital do estado, distribuídas em: uma criminalística, uma de identificação e uma de medicina legal.

TABELA B.11

Efetivo da ativa das polícias por corporação – Roraima (2021 e 2022)

Corporações	Números absolutos (2021)	Números absolutos (2022)
Polícia Militar	1.552	2.067
Polícia Civil	513	506
Corpo de Bombeiros	519	513
Perícia Técnica	55	53
Polícia Penal	264	684

Fonte: FBSP (2021; 2022).

TABELA B.12

Efetivo mobilizado em operações da Força Nacional: números absolutos¹ (2018-2021)

	2018	2019	2020	2021
Corpo de Bombeiros	5	14	11	2
Polícia Civil	26	36	14	12
Polícia Militar	34	56	41	26

Fonte: FBSP (2022).

Nota: ¹ Nos anos de referência, nenhum perito foi mobilizado. Em 2018, ocorreu um total de seis operações da Força Nacional no estado de Roraima; houve cinco em 2019; três em 2020; e cinco em 2021.

REFERÊNCIAS

FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário brasileiro de segurança pública**. São Paulo: FBSP, 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/10/anuario-15-completo-v7-251021.pdf>. Acesso em: ago. 2022.

FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário brasileiro de segurança pública**. São Paulo: FBSP, 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=4>. Acesso em: ago. 2022.

DINÂMICAS DA VIOLÊNCIA NO TERRITÓRIO BRASILEIRO: TOCANTINS¹

Equipe técnica

Bernardo Abreu de Medeiros²

Ana Figueiredo³

Sistematização de dados estatísticos e produção de mapas

Milena Machado dos Reis⁴

Karolina Armstrong⁵

Paloma Palmieri⁶

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto do projeto Dinâmicas de Criminalidade e Políticas de Segurança nas Regiões Brasileiras. O esforço realizado teve como meta debater os principais aspectos da criminalidade nos estados da região Norte do país, trazendo para o debate o que a literatura tem a dizer sobre essas localidades, que, por vezes, são negligenciadas no âmbito acadêmico. Assim, nas próximas páginas, verifica-se um panorama geral do estado do Tocantins, com atenção especial às dinâmicas de criminalidade observadas na região.

Este trabalho foi desenvolvido por meio do chamado método misto, exemplificado por Creswell e Clark (2013), que se utiliza da potencialidade dos métodos quantitativos e qualitativos para propiciar melhor entendimento do problema da pesquisa – nesse caso, a violência e a criminalidade no Tocantins. Nesse sentido, dados gerais disponibilizados pelo Atlas da Violência, pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foram analisados à luz de estudos descritivos e qualitativos sobre o estado, bem como à luz de noticiário publicado em mídia impressa e eletrônica e de entrevistas com atores locais (membros dos sistemas de justiça e segurança pública,

1. Originalmente publicado como: Medeiros, B. A. de; Figueiredo, A. *Dinâmicas da violência no território brasileiro*: Tocantins. Brasília: Ipea, 2023.

2. Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Diest/Ipea). *E-mail*: bernardo.medeiros@ipea.gov.br.

3. Auxiliar de pesquisa na Diest/Ipea. *E-mail*: figueiredo.ana@ipea.gov.br.

4. Assistente de pesquisa na Diest/Ipea. *E-mail*: villelamilena@gmail.com.

5. Assistente de pesquisa na Diest/Ipea. *E-mail*: karolina.armstrong@ipea.gov.br.

6. Assistente de pesquisa na Diest/Ipea. *E-mail*: paloma.alves@ipea.gov.br.

ativistas de movimentos sociais e acadêmicos). Dessa maneira, os dados estatísticos e as demais fontes se complementam, dando corpo à pesquisa e fornecendo melhor entendimento de tais fenômenos.⁷

2 ASPECTOS HISTÓRICOS, SOCIAIS E DEMOGRÁFICOS

O estado do Tocantins ocupa uma área de 277.423,627 km², sendo composto por 139 municípios.⁸ Localiza-se exatamente no centro geográfico do país, fazendo limites com estados do Nordeste (Maranhão, Piauí e Bahia), Centro-Oeste (Goiás e Mato Grosso) e Norte (Pará). Sua capital, Palmas, é o município mais populoso, seguida por Araguaína, Gurupi e Porto Nacional, respectivamente.

O principal bioma do território é o Cerrado (87% do território), que conta ainda com florestas de transição (12%), em especial a floresta amazônica. Seus rios perenes são o Tocantins e o Araguaia (juntos formam a maior bacia hidrográfica inteiramente situada em território brasileiro), além dos rios do Sono, das Balsas, Paranã e Manuel Alves (O Tocantins, [s.d.]).

Sendo o estado mais recente do Brasil, o Tocantins nasceu junto com a Constituição Federal de 1988 (CF/1988), em decorrência de um debate sobre a redivisão do território nacional. O desmembramento do norte de Goiás, região em que hoje se localiza o Tocantins, pautou-se na necessidade de os nortenses – como era chamada esta população, serem reconhecidos e alcançados pelo governo estadual. O desmembramento foi uma conquista para esse grupo que lutava pela autonomia do norte goiano.

Segundo o Censo 2022, a população do estado é de 1.511.459 habitantes. Quase metade (49%) dessa população se concentrava em apenas dez cidades (IBGE, 2020). O Tocantins apresenta Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,73,⁹ o que o classifica entre os estados de IDH médio; e seu índice de Gini (que visa medir o grau de concentração de renda em determinada localidade) é de 0,51.¹⁰ Nesse cenário, a taxa de formalização da força de trabalho é de 47,47%, abaixo da média nacional (de 59,9%), e parte considerável dos tocantinenses ocupados têm ensino médio completo ou superior incompleto (40,4%). Ademais, o rendimento nominal mensal domiciliar *per capita* no estado é de R\$ 1.379.

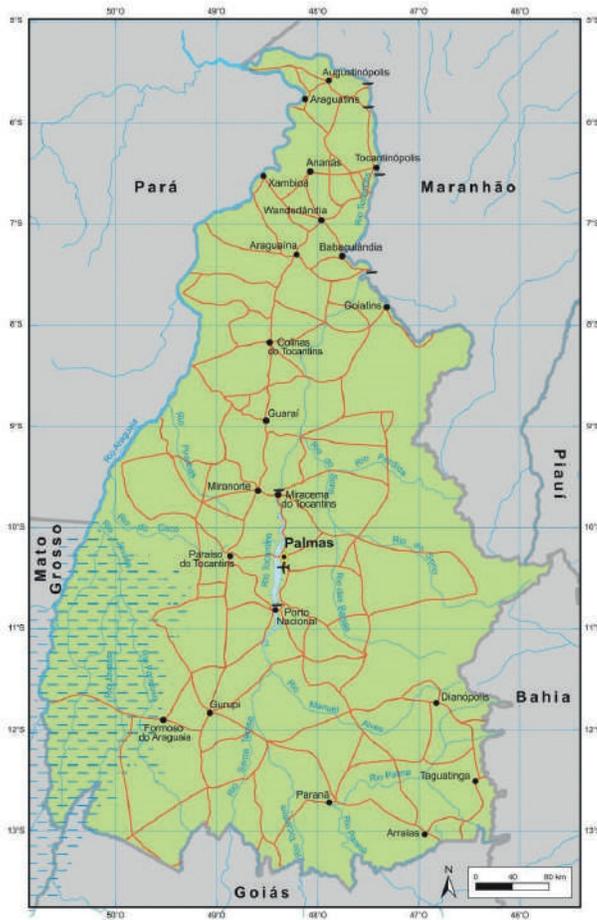
7. Os autores agradecem especialmente a contribuição de Alexandre dos Santos Cunha na condução das entrevistas de campo e eximem-no de qualquer responsabilidade pelo conteúdo deste texto.

8. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/panorama>. Acesso em: 30 ago. 2022.

9. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/panorama>. Acesso em: 30 ago. 2022.

10. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/panorama>. Acesso em: 30 ago. 2022.

MAPA 1
Mapa estadual do Tocantins



- Legenda**
- Capital de Estado
 - Cidade
 - ✈ Aeroporto
 - Limite de Estado
 - Principais rodovias
 - Rio
 - Terreno sujeito à inundação
 - Porto



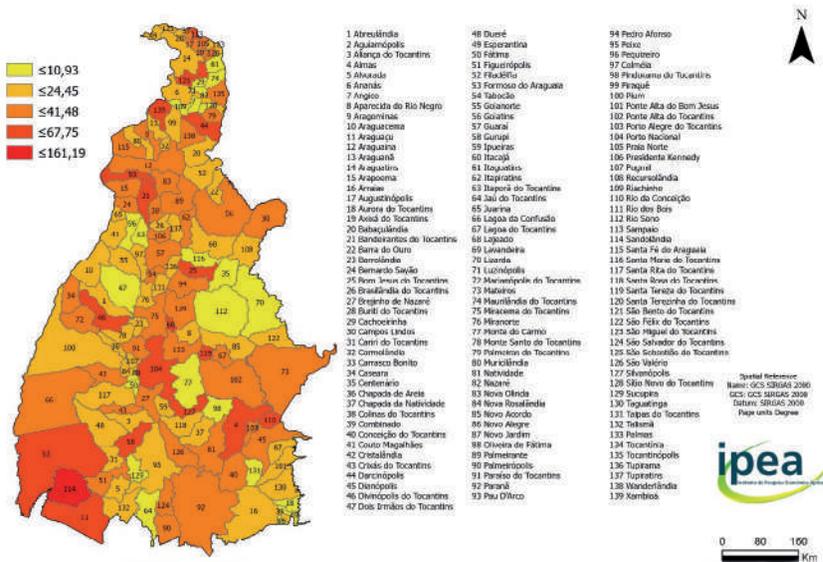
Fonte: IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/panorama>. Acesso em: 20 ago. 2022.

3 HOMICÍDIOS

Os homicídios representam o limite da violência praticada entre indivíduos. Dessa forma, comparar as taxas de homicídios¹¹ dos municípios do estado auxilia no entendimento sobre a magnitude da violência letal ali praticada. Considerando-se a taxa média de homicídios entre os anos de 2018 e 2020,¹² 107 municípios (76,9% do total) do Tocantins apresentaram médias acima da nacional no mesmo período – de 23,2.¹³

MAPA 2

Mapa de calor – taxas médias de homicídio no Tocantins (2018-2020)



O estado apresenta municípios pouco populosos, o que implica ressalvas às análises de taxas de homicídios. No quadro 1, por exemplo, podemos observar que o município Sandolândia, o 36º menos populoso, registrou a maior taxa do período em análise. Apesar de o número absoluto ser de sete homicídios, Sandolândia tinha cerca de 3.373 habitantes, o que pode gerar distorções interpretativas, visto

11. A taxa de homicídios corresponde ao número de homicídios ocorridos em cada parcela de 100 mil habitantes.

12. Utilizamos a taxa média de três anos porque, tendo em vista que muitos municípios têm populações muito reduzidas e que a taxa é função da população, considerar apenas um ano poderia resultar em taxas muito altas (ou muito baixas), que não expressam tendências normais. Ademais, o ano de 2021 é o último aqui considerado, pois também era o último ano para o qual havia dados disponíveis no Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), vinculado ao Datasus, do Ministério da Saúde (MS) – fonte principal das estatísticas sobre mortalidade neste estudo.

13. Segundo dados disponibilizados pelo SIM.

que as médias são calculadas por 100 mil habitantes. Assim, vale ressaltar que a capital do estado – e a cidade mais populosa –, Palmas, com 306.296 habitantes, apesar de aparecer em trigésimo lugar, com taxa de 34,4 homicídios por 100 mil habitantes, possui número absoluto de 309 homicídios para o período.

QUADRO 1

Grupo de municípios por faixa da taxa de homicídios

Grupos	Taxas médias de homicídios/100 mil habitantes	Municípios
I	de 0 a 10,73	Cachoeirinha, Centenário, Fátima, Itaporã do Tocantins, Lavandeira, Novo Alegre, Oliveira de Fátima, Santa Terezinha do Tocantins, Sucupira, Rio Sono, Taipas do Tocantins, Itaguatins, Pequizeiro, Riachinho, Pindorama do Tocantins, Monte do Carmo, Jaú do Tocantins, Aurora do Tocantins, Lizarda, Dois Irmãos do Tocantins, Angico, Santa Maria do Tocantins, Maurilândia do Tocantins e Luzinópolis
II	de 11,01 a 24,38	Piraquê, Rio dos Bois, Talismã, Novo Jardim, Pugmil, Tupirats, Abreulândia, Carmolândia, Goianorte, Combinado, São Sebastião do Tocantins, Santa Rita do Tocantins, Monte Santo do Tocantins, Buriti do Tocantins, Filadélfia, Brasilândia do Tocantins, Cariri do Tocantins, Novo Acordo, Recursolândia, Alvorada, Ipueiras, Peixe, Nazaré, Ananás, Tupirama, Couto Magalhães, Aliança do Tocantins, Muricilândia, Babaçulândia, Araguaçema, Aguiarnópolis, Santa Rosa do Tocantins, Chapada da Natividade, São Félix do Tocantins, Ponte Alta do Bom Jesus, Dueré, Barra do Ouro, Pium, São Miguel do Tocantins, Taguatinga, Arraias, Miranorte, Itacajá, Araguatins, Araguaanã, Nova Rosalândia, Barrolândia, Chapada de Areia, Esperantina e Colméia
III	de 24,83 a 41,46	Caseara, Mateiros, Lagoa da Confusão, São Valério, Figueirópolis, Presidente Kennedy, Paranã, Palmeirante, Axixá do Tocantins, Praia Norte, Goiatins, Nova Olinda, Guaraí, Wanderlândia, Augustinópolis, Paraíso do Tocantins, Bernardo Sayão, Palmeiras do Tocantins, Brejinho de Nazaré, Palmeirópolis, Tocantinópolis, Lagoa do Tocantins, Colinas do Tocantins, Santa Fé do Araguaia, Porto Alegre do Tocantins, Pedro Afonso, Marianópolis do Tocantins, São Salvador do Tocantins, Carrasco Bonito, Miracema do Tocantins, Campos Lindos, Sítio Novo do Tocantins, Palmas, Arapoema, Itapiratsins, Tocantínia, Dianópolis, Cristalândia, Fortaleza do Tabocão, Crixás do Tocantins, Araguaína, Natividade, Aragominas, Conceição do Tocantins e Ponte Alta do Tocantins
IV	de 42,45 a 57,85	Sampaio, Lajeado, Araguaçu, Darcinópolis, São Bento do Tocantins, Gurupi, Santa Tereza do Tocantins, Bandeirantes do Tocantins, Bom Jesus do Tocantins, Rio da Conceição, Pau D'Arco, Divinópolis do Tocantins, Formoso do Araguaia, Almas, Xambioá, Silvanópolis e Porto Nacional
V	69,14	Sandolândia

Fonte: SIM/Datasus/MS.

Elaboração: Diest/Ipea.

Ressalta-se que ações violentas, como disparos consecutivos de armas de fogo, nem sempre resultam em mortes. Por isso, além de observar as taxas de homicídio, é preciso considerar as dinâmicas violentas que ganham corpo no Tocantins.

4 PRINCIPAIS DINÂMICAS CONFLITIVAS

O Tocantins apresenta particularidades em relação à região Norte do país, na qual se insere. Suas dinâmicas criminais e de violência diferem das observadas nos demais estados. Primeiramente, o Tocantins não faz fronteira com nenhum outro

país, podendo ser visto como um corredor interestadual por localizar-se no centro geográfico do Brasil. Não obstante, é um estado importante para o escoamento de mercadorias ilícitas que procedem das fronteiras localizadas a oeste.

Além disso, sua vegetação dominante – o Cerrado – difere do que predomina nos demais estados nortistas. Contudo, também possibilita diferentes modos de uso da terra, o que também dá origem a conflitos fundiários. O estado integra a região de expansão da fronteira agrícola do Matopiba (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), onde se concentra parte significativa da produção nacional de grãos, em especial a soja. Assim, os conflitos no Tocantins relacionam-se, em alguma medida, com essa expansão, mas apresentam, como apontado, particularidades.

4.1 Conflitos fundiários e desmatamento

Os problemas fundiários representam um importante fator de conflito no Brasil. A má distribuição das terras, isto é, a concentração de terras na mão de poucos, reflete dinâmicas próprias da formação histórica do país. No Norte do Brasil, os conflitos fundiários fazem parte do cotidiano de populações que vivem em meio à expansão da fronteira agropecuária e do agronegócio, o que dá ensejo, frequentemente, a disputas de natureza violenta.

Esses conflitos atingem famílias de pequenos agricultores, trabalhadores rurais – assentados dos programas de colonização do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), ou mesmo trabalhadores sem-terra –, indígenas, quilombolas e ribeirinhos. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) classifica tais conflitos como “ações de resistência e enfrentamento pela posse, uso e propriedade da terra e pelo acesso aos recursos naturais” (CPT, 2021, p. 12). No Tocantins, as disputas fundiárias, entre 2018 e 2021, atingiram, principalmente, os trabalhadores rurais sem-terra. A Gazeta do Cerrado, órgão de jornalismo independente, divulgou, em 2022, denúncia do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra no Tocantins (MST-TO) sobre ataques a um acampamento do grupo, em que barracos foram queimados com o fito de expulsar as famílias acampadas e permitir a compra da terra por empresários do agronegócio (Eurílio, 2022). Esses incêndios visavam destituir indivíduos que aguardavam a regularização da terra pelo Incra.

4.1.1 A dinâmica do processo de desmatamento

Como já mencionado, o território do Tocantins é ocupado, em grande parte, pelo Cerrado (87%), bioma que tem sido desmatado de forma contínua nas últimas três décadas. Segundo o MapBiomias (Vegetação..., [s.d.]), 45% da área total do Cerrado brasileiro já foi ocupada pela agropecuária. Na realidade tocantinense, o desmatamento do bioma é, majoritariamente, realizado de forma ilegal.

Em 2022, o G1 noticiou que a área de desmatamento ilegal do estado do Tocantins equivaleria a 30 mil campos de futebol (Reis e Fernandes, 2022).

A notícia ressalta ainda que oito em cada dez donos de terra provocaram desmatamento sem a devida autorização. Um dos motivos para isso ocorrer de forma tão constante no estado seria a reiteração de fraudes na emissão de licenças ambientais (Reis e Fernandes, 2022).

Reportagem do Jornal Nacional, em 2020 (No Tocantins..., 2020), mostrou o desmate feito em regiões de preservação ambiental, como o Parque Nacional das Nascentes do Paraíba¹⁴ e o Parque Estadual do Jalapão.¹⁵ O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), que flagrou a operação ilegal, relatou que teriam sido desmatados cerca de 20 mil hectares e que parte dessas áreas seriam destinadas à reserva legal – razão pela qual deveriam se manter intactas.

O relatório Cartografias das Violências na Região Amazônica (FBSP, 2022a) aponta que, segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), os estados do Pará, do Acre e do Tocantins foram os que mais realizaram desmatamento em unidades de conservação (UCs) da Amazônia Legal em 2019.

Ademais, notícias publicadas no primeiro semestre de 2019 afirmavam que funcionários públicos do Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins)¹⁶ estariam envolvidos em regularização fraudulenta de propriedades rurais autuadas pelo órgão, além de emitirem documentos necessários aos trâmites do licenciamento ambiental. Segundo as denúncias, essas ações eram facilitadas por representantes do governo que recebiam propinas. Em 2021, o ex-presidente e alguns servidores do Naturatins foram condenados por essas práticas (Nunes, 2022).

Os desmatamentos corriqueiros indicam a valorização das terras e a cobiça de atores poderosos, como empresários do agronegócio e latifundiários. Como consequência, teriam ocorrido 59 conflitos, no campo, em 2020 (CPT, 2020). Alguns desses conflitos resultaram em morte, como foi o caso de Roberto Muniz Campista, de 50 anos, assassinado por dois homens em uma caminhonete, no distrito de Taquaruçu, em Palmas (Homem..., 2021b). De acordo com o filho de Roberto, este recebia constantes ameaças devido a disputas judiciais por propriedades rurais da região.

Dois meses antes, Getúlio Coutinho dos Santos, de 54 anos, também foi morto a tiros na Fazenda Navarro, área pertencente à União e disputada por camponeses e fazendeiros (Homem..., 2021b). Nesse mesmo período, um acampamento do MST foi alvo de disparos realizados por pistoleiros (Acampamento..., 2021).

Estudo sobre a correlação entre desmatamento e violência no campo (Sant'Anna e Young, 2010) concluiu que a falta de acesso à terra é fruto da inde-

14. Localizado na divisa dos estados do Piauí, do Maranhão, da Bahia e do Tocantins.

15. É uma UC brasileira de proteção integral à natureza; está localizada na região leste do Tocantins.

16. Disponível em: <https://www.to.gov.br/naturatins/historico/31148s4bl9a2>. Acesso em: 12 out. 2022.

finição dos direitos de propriedade. Assim, desmatamento e violência no campo são fenômenos interdependentes.

Segundo reportagem da agência de notícias Mongabay (Prager, 2019), baseada em diversas pesquisas, o desmatamento recente está associado à expansão de empreendimentos agropecuários, bem como à especulação de terras – atividades características da região do Matopiba.

4.1.2 O plano de desenvolvimento agrícola do Matopiba

Criada e oficializada em 2015 pelo Decreto Presidencial nº 8.447, a região do Matopiba abrange 337 municípios dos estados do Maranhão, do Tocantins, do Piauí e da Bahia. Nesse sentido, é considerada uma fronteira de expansão agrícola importante para o país, e o plano de desenvolvimento agrícola para a região visa promover e coordenar políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do agonegócio. A região possui condições ideais para a produção agropecuária em larga escala, com porções de terras planas, mecanizáveis e fartura de água.

A projeção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Brasil, 2019) é a de que a produção de grãos e a área de plantio nessa região tenham grande aumento nos próximos anos. Segundo o documento, “os quatro estados devem atingir uma produção de grãos de 29,0 milhões de toneladas nos próximos 10 anos, numa área plantada de 8,8 milhões de hectares em 2028/29” (Brasil, 2019, p. 86).

De acordo com estudo realizado na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), que aborda aspectos sociais, econômicos e políticos da região do Matopiba,

institucionalizar o Matopiba foi a grande resposta do estado brasileiro ao capital. É quando o estado reconhece que esse negócio está acontecendo e diz que também quer participar. Com Matopiba, o Brasil mais uma vez garantiu: ‘estamos abertos; temos água, temos terra e temos leis favoráveis (Mathias e Monteiro, 2017).

Por sua vez, o relatório *Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil* (Cimi, 2020) afirma que a existência dessa região, bem como o incentivo à expansão do agonegócio, tem acelerado o desmatamento no Cerrado. O relatório reitera a relevância da preservação da região, que possui um total de 34 territórios quilombolas, 28 terras indígenas demarcadas e 865 projetos de assentamento. Para seus autores, o incentivo ao desmatamento do Matopiba teria o objetivo de desterritorializar povos e criminalizar as lutas daqueles que precisam de pedaços de terra para viver.

Dos quatro estados que representam a região do Matopiba, dois (Tocantins e Maranhão) têm proporção de desmatamento ilegal entre 71% e 90%, enquanto nos demais (Bahia e Piauí) essa proporção seria acima de 90% (Valdiones, 2021). No Relatório Anual do Desmatamento no Brasil, publicado pelo MapBiomas (Vegetação..., [s.d.]), a região do Matopiba concentrou grande parte do desmatamento do Cerrado: cerca de 72,5%.

Segundo matéria do UOL, de 2022, lideranças locais da região têm sofrido pressões e perdas de terra (Madeiro, 2022). Na reportagem, o líder do povo krahô-akaywá no Tocantins, Renato Krahô, relata que, em razão de sua comunidade não viver em terra demarcada, tem sofrido coação e ameaças com o avanço do agronegócio. O líder explica, ainda, que o modo de vida dos povos locais depende da água, tanto para navegar quanto para consumir, e que as barragens construídas em fazendas para uso particular os têm privado disso.

A expansão do agronegócio na região afeta esses povos não só pelo ataque direto às comunidades, mediante tentativas de invasões e violências, mas também pelas mudanças introduzidas no espaço geográfico – uma forma de violência indireta, que priva esses povos do acesso a recursos necessários à manutenção do seu modo de vida, baseado na pesca, na caça, na pequena agricultura e no extrativismo.

Assim, a implantação do Matopiba trouxe consigo graves impactos, como aumento da violência no campo, grilagem de terras, diminuição do volume de água nos rios e nos lençóis freáticos, incremento do desmatamento, envenenamento de águas, impacto na saúde pelo uso intensivo de agrotóxicos e precarização dos modos de vida das comunidades tradicionais (Antunes, 2018).

4.2 As organizações criminosas no estado do Tocantins e a “rota caipira”

Segundo o relatório Cartografia das Violências na Região Amazônica (FBSP, 2022a, p. 45), as principais facções atuantes no Tocantins são o Primeiro Comando Capital (PCC), com forte influência dentro dos presídios; o Bonde dos 13 (B13); e o Comando Classe A (CCA). Membros do Poder Executivo do Tocantins relataram, em entrevista à nossa equipe, a presença de uma nova facção, a Amigos do Estado (ADEs), originária de Goiás, supostamente aliada ao PCC e inimiga do Comando Vermelho (CV). Os mesmos interlocutores também afirmam a presença do CV e atribuem os conflitos violentos no estado a execuções (assassinatos de indivíduos específicos por motivações também específicas) e a disputas pelo controle de territórios entre o CV e o PCC.

QUADRO 2

Facções/Orcrimis do estado do Tocantins

UF	Facções/Orcrimis
Tocantins	Comando Vermelho
	Primeiro Comando Capital
	Bonde dos 13
	Comando Classe A
	Amigos do Estado

Elaboração dos autores.

Obs.: 1. Orcrimis – organizações criminosas.

2. O quadro reúne tanto facções relatadas pelos membros do Poder Executivo do estado, em entrevista ao Ipea, quanto aquelas presentes no relatório do FBSP.

Segundo levantamento de Dias e Manso divulgado pela Uol em 2018, verificam-se no Tocantins conflitos entre PCC e CV pela hegemonia sobre territórios (Costa e Adorno, 2018). Em entrevista ao BBC News, a pesquisadora Camila Dias explicou que os grupos criminosos se reorganizam a todo momento, de acordo com motivações individuais, as quais se inserem na lógica do interesse, da ambição e da conveniência (Fellet, 2016). Dessa forma, rupturas de alianças e acordos firmados entre organizações criminosas são comuns e voláteis, principalmente quando uma delas passa a não atender mais a expectativas logísticas e/ou financeiras da outra.

Até 2016, o PCC e o CV “mantinham um pacto para a compra de drogas e armas em regiões de fronteira e para a proteção de seus integrantes em prisões controladas pelos grupos” (Fellet, 2016). Contudo, naquele ano ocorreram rupturas nesse pacto motivadas por uma política expansionista de ambos os grupos e por um processo de faccionalização das prisões, que geraram disputas mais acirradas pela hegemonia de territórios e de presídios. Em 2017 o G1 noticiou que algumas mortes ocorridas em Palmas poderiam estar ligadas à guerra entre as facções CV e PCC. No corpo da notícia, verifica-se que membros do CV saíram da região sul do Tocantins para emboscar membros do PCC na região norte do estado (Mortes..., 2017).

Isso sugere que o CV tem trajetória relevante no histórico criminal do estado, fato essencial para entender as dinâmicas atuais do crime e da violência. Não se pode descartar que, apesar de não ser dominante na região, essa facção ainda tenta, de uma forma ou de outra, atuar no Tocantins.

Membros do Poder Executivo do Tocantins, em entrevista à nossa equipe, ressaltaram a presença, no estado, da “Rota Caipira” (Abreu, 2021), citada como um dos principais corredores usados por traficantes que trazem drogas da Bolívia e do Paraguai. Nesse sentido, a localização geográfica do Tocantins o torna um importante corredor interestadual, com diversas possibilidades de escoamento das drogas.

O município-foco para esse escoamento seria Porto Nacional, polo regional importante para acesso a algumas regiões do país. Em 2022, quase 2 t de drogas foram apreendidas em quinze dias no Tocantins, em diferentes ações da Polícia Rodoviária Federal (PRF) e da Polícia Militar (PM). Os carregamentos foram apreendidos em rodovias de norte a sul do estado, e as substâncias eram escoadas para os estados do Piauí e do Maranhão (Quase..., 2022).

5 POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO TERRITÓRIO

5.1 Programa Nacional de Segurança nas Fronteiras e Divisas

Implementado em janeiro de 2020, o Programa Nacional de Segurança nas Fronteiras e Divisas (Vigia), do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), integra forças de segurança (PRF, PM, Polícia Civil – PC) de diversos estados do país e visa à realização de operações integradas nas regiões de fronteira e nos corredores estratégicos interestaduais (a exemplo do Tocantins), além da aquisição de equipamentos, bases operacionais e capacitações dos profissionais de segurança pública (Fé, 2020).

Por meio da Operação Hórus, que integra o programa Vigia, o estado logrou a apreensão de 1.256,58 kg de drogas, 206 armas de fogo, 3.820 munições, 15.000 kg de agrotóxicos; recuperou 282 veículos; e deteve 889 indivíduos no período de janeiro a dezembro de 2021 (Operação..., 2022).

O sucesso dessas operações no Tocantins relaciona-se não só ao envolvimento e à parceria entre as forças de segurança estaduais e federais, mas também a uma estratégia desenvolvida pela PM, que mapeou o estado em doze regiões e tem enviado diariamente cinquenta operadores para atuar em pontos sistematicamente predefinidos. De acordo com o *site* do governo do Tocantins (Santos, 2021), a PM foi eficiente ao atuar contra o crime organizado nas divisas do estado e alcançou ótimos resultados, por exemplo, prejuízo de mais de R\$ 9 milhões às organizações criminosas.

O Programa Vigia tem sido, em certa medida, exitoso. Apenas nos primeiros dois anos de existência, já contava com a atuação de mil agentes de segurança pública nas divisas e nas fronteiras do país. Ademais, segundo dados do MJSP (Programa... 2021), teria causado prejuízo de R\$ 2,858 bilhões aos criminosos, bem como teria evitado prejuízo de aproximadamente R\$ 542,624 milhões aos cofres públicos. Ao que tudo indica, o governo federal tem investido no programa (Governo... 2021), o que impacta positivamente a segurança pública no Tocantins, permitindo melhora nos índices relacionados à criminalidade no estado, em especial aqueles ligados à apreensão de drogas, armas e produtos contrabandeados.

5.2 Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social¹⁷

O Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social (Pesse), desdobramento do Sistema Único de Segurança Pública (Susp), é um instrumento de gestão que possibilita planejamento de estratégias de ação e políticas públicas para enfrentar a criminalidade, prevenir a violência e garantir direitos (Plano..., [s.d.]).

Como objetivos protagonistas do Pesse, ressaltam-se: reduzir os indicadores criminais; promover a cultura da paz; possibilitar gestão interagências, modernizada, de pessoas e de informações; fortalecer os programas de inteligência, uma comunicação institucional mais eficiente, o desenvolvimento tecnológico, a defesa social, a melhora nos mecanismos de controle e na prestação de contas; e aprimorar a segurança no trânsito.

O plano é genérico e traça perspectivas gerais em relação aos objetivos que os estados buscam atingir em termos de segurança pública e defesa social. Assim, o Pesse serve como base para a formulação das políticas locais, como o projeto Todos Pela Vida – Cidades Seguras.

5.3 Todos pela Vida – Cidades Seguras

O projeto Todos pela Vida – Cidades Seguras, apresentado pela Secretaria de Segurança Pública do Tocantins (SSP-TO), em 2022, foca a redução dos indicadores de crimes contra o patrimônio e dos crimes violentos letais intencionais. Para isso, parte de gestão conjunta de ações com as demais forças de segurança do estado.

A iniciativa teve fruto em trabalho estatístico minucioso, realizado em todo o estado, que contou com a participação da PC, da PM, do Corpo de Bombeiros Militar (CBM) e de outros atores que integram a segurança pública e a gestão prisional do estado (Oliveira, 2022). A ideia é integrar os dados do SIM ao projeto. Ainda pouco se sabe sobre a efetividade e as ações do projeto devido à sua recém-formulação.

5.4 Sistema Integrado de Metas

Instituído pelo Decreto nº 6.198, de 9 de dezembro de 2020 (Tocantins, 2020), o SIM visa atuar com ações integradas no âmbito do sistema de segurança pública e defesa social tocantinense. O decreto, também, aprovou o plano estratégico de metas. Tendo por objetivo proporcionar resposta mais efetiva ao combate à criminalidade, o SIM possibilita planejamento de ação policial e melhor efetividade no serviço.

Para o secretário de estado da Segurança Pública, esse sistema permitiria a ampliação da qualidade de vida tocantinense por atuar na redução dos índices criminais, em especial os crimes violentos letais intencionais (CVLIs) e os crimes contra o patrimônio (Governador... 2020). Dados disponibilizados pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2022b) demonstram que em 2021 as taxas

17. Disponível em: <https://central.to.gov.br/download/242649>.

de ocorrência dos CVLIs, por 100 mil habitantes, de fato, tiveram redução. Apesar de esse dado poder ser utilizado pelas instituições como um indicador de que o sistema já tenha dado resultados logo após sua instituição, outros fatores (como a pandemia de covid-19, entre 2020 e 2021) podem ter influenciado a redução de homicídios no estado.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto objetivou apresentar as dinâmicas da criminalidade e da violência que motivam as taxas de homicídio no estado do Tocantins. Fruto do desmembramento do norte goiano, Tocantins apresenta especificidades marcantes na região Norte, na qual se insere. No decorrer deste trabalho, foi possível observar dois aspectos de extrema relevância no estado: os efeitos da inclusão do estado na região do Matopiba, por meio de decreto presidencial; e a importância estratégica de sua localização geográfica.

A inclusão do estado na região do Matopiba – para a qual se criou um plano de desenvolvimento agrícola, assentado no agronegócio – tem como efeitos, ainda que de forma indireta, a expansão do desmatamento em seu bioma predominante, o Cerrado; e o acirramento de conflitos fundiários em torno de áreas cobiçadas pelos grandes empreendimentos agropecuários e, muitas vezes, ocupadas por pequenos produtores e extrativistas. A desordem nos registros fundiários e as fraudes recorrentes nas emissões de licenças ambientais agravam o quadro, demonstrando a fragilidade das instituições diante dessa problemática.

Ademais, a localização geográfica do estado, na divisa com estados das regiões Norte e Nordeste e com os demais estados da região Centro-Oeste, coloca o Tocantins entre importantes rotas de escoamento ilegal de mercadorias – como a *Rota Caipira* (Abreu, 2021). Essas rotas se originam na Bolívia, no Paraguai, no Peru e na Colômbia, tornando o Tocantins um corredor interestadual de drogas, armas e contrabando em geral. Esse fato é, por si só, um detonador de violência, uma vez que o controle dessas rotas é, com frequência, objeto de disputas entre as organizações criminosas que atuam no país.

Por fim, Tocantins é um território com municípios, em sua maioria, pouco populosos, à exceção da capital, Palmas, e de alguns outros, como Araguaína e Gurupi. Talvez como decorrência dessa distribuição populacional, nota-se a tendência de as políticas de segurança estaduais buscarem atuação integrada entre os diversos municípios, bem como entre as forças de segurança, de maneira a contemplar não apenas os núcleos populacionais mais relevantes, mas também as áreas mais ermas do estado.

REFERÊNCIAS

- ACAMPAMENTO do MST é alvo de disparos em Porto Nacional. **G1**, 16 out. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2021/10/16/acampamento-do-mst-e-alvo-de-disparos-em-porto-nacional.ghtml>. Acesso em: 12 out. 2022.
- ANTUNES, A. Impactos e resistência ao Matopiba pautam debate no 4ª ENA. **Fiocruz**, 2 jun. 2018. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/impactos-e-resistencia-ao-matopiba-pautam-debate-no-4o-ena#:~:text=Grilagem%20de%20terras,%20aumento%20dos,agrot%C3%B3xicos%20foram%20alguns%20dos%20impactos>. Acesso em: 15 out. 2022.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Projeções do agronegócio**: Brasil 2018/2019 a 2028/2029 – projeções de longo prazo. Brasília: Mapa, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/todas-publicacoes-de-politica-agricola/projecoes-do-agronegocio/projecoes-do-agronegocio-2018-2019-2028-2029>. Acesso em: 17 nov. 2022.
- CIMI – CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Relatório**: violência contra os povos indígenas no Brasil – dados de 2020. Brasília: Cimi, 2020.
- COSTA, F.; ADORNO, L. Mapa das facções no Brasil: PCC e Comando Vermelho disputam hegemonia do crime em 9 estados. **UOL**, São Paulo, 22 ago. 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/08/22/mapa-das-faccoes-no-brasil-pcc-e-comando-vermelho-disputam-hegemonia-do-crime-em-9-estados.htm>. Acesso em: 11 out. 2022.
- CPT – COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo**. Goiânia: CPT Nacional, 2022. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/6001-conflitos-no-campo-brasil-2021>. Acesso em: 31 ago. 2022.
- CRESWELL, J.; CLARK, V. L. P. A natureza da pesquisa de métodos mistos. *In*: CRESWELL, J.; CLARK, V. L. P. **Pesquisa de métodos mistos**. Porto Alegre: Penso, 2013. p. 19-32.
- EURÍLIO, L. Risco e medo! MST denuncia que barracos foram queimados em acampamento no Tocantins. **Gazeta do Cerrado**, 20 jun. 2022. Disponível em: <https://gazetadocerrado.com.br/risco-e-medo-mst-denuncia-que-barracos-foram-queimados-em-acampamento-no-tocantins/>. Acesso em: 8 nov. 2022.
- FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Cartografias das violências na Região Amazônica**: relatório final. São Paulo: FBSP, 2022a.

FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: FBSP, 2022b. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=4>. Acesso em: 28 jul. 2022.

FÉ, D. S. Programa Nacional de Segurança nas fronteiras começa a ser implementado em Tocantins. **Agência Brasil**, Brasília, 18 jan. 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/en/node/1380845>. Acesso em: 1º set. 2022.

FELLET, J. Ruptura entre PCC e Comando Vermelho pode gerar carnificina, diz pesquisadora. **BBC**, São Paulo, 18 out. 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-37663153>. Acesso em: 11 out. 2022.

GUIMARÃES, C. A. IBGE atualiza limites de municípios no mapa da Amazônia Legal. **Agência IBGE**, 16 jun. 2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/30958-ibge-atualiza-limites-de-municipios-no-mapa-da-amazonia-legal>. Acesso em: 27 jul. 2022.

GOVERNADOR assina decretos que criam o Sistema de Inteligência de Segurança Pública e institui o Sistema de Metas. **Governo do Tocantins**, 9 dez. 2020. Disponível em: <https://www.to.gov.br/noticias/governador-assina-decretos-que-criam-o-sistema-de-inteligencia-de-seguranca-publica-e-institui-o-sistema-de-metas/17g3zaplvq5>. Acesso em: 16 nov. 2022.

TOCANTINS. Decreto nº 6.198, de 9 de dezembro de 2020. Institui o Sistema Integrado de Metas composto por ações integradas no âmbito do sistema de segurança pública e defesa social tocantinense e aprova o Plano Estratégico de Metas. **Casa Civil**, 10 dez. 2020. Disponível em: http://servicos.casacivil.to.gov.br/decretos/resources/pdf/decreto_6198.pdf;jsessionid=6AB1F0810574680B1024E597FD883DA. Acesso em: 14 set. 2022.

GOVERNO federal entrega R\$ 73 milhões em equipamentos de ponta para policiais que atuam nas fronteiras do país. **Gov.br**, 25 nov. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/justica-e-seguranca/2021/11/governo-federal-entrega-r-73-milhoes-em-equipamentos-de-ponta-para-policiais-que-atuam-nas-fronteiras-do-pais>. Acesso em: 16 nov. 2022.

HOMEM é morto em assentamento e moradores dizem que local foi atacado por pistoleiros. **G1**, 6 ago. 2021a. Disponível em: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2021/08/06/homem-e-morto-em-assentamento-e-moradores-dizem-que-local-foi-atacado-por-pistoleiros.ghtml>. Acesso em: 12 out. 2022.

HOMEM é assassinado a tiros em Taquarucu após receber ameaças por causa de disputa de terras. **G1**, 17 out. 2021b. Disponível em: <https://g1.globo.com/to/>

tocantins/noticia/2021/10/17/homem-e-assassinado-a-tiros-em-taquarucu-apos-receber-ameacas-por-cao-de-disputa-de-terras.ghhtml. Acesso em: 12 out. 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Aglomerados subnormais 2019**: classificação preliminar e informações de saúde para o enfrentamento à covid-19 – notas técnicas. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101717_notas_tecnicas.pdf. Acesso em: 20 ago. 2022.

IBRAM – INSTITUTO BRASÍLIA AMBIENTAL. **Bioma Cerrado**. Brasília: 2018. Disponível em: <https://www.ibram.df.gov.br/bioma-cerrado/#:-:text=O%20Bioma%20Cerrado%20abrange%2013,a%20Caatinga%20e%20o%20Pantanal>. Acesso em: 12 out. 2022.

MATHIAS, M.; MONTEIRO, A. Matopiba: na fronteira entre a vida e o capital. **Fiocruz**, 2 jan. 2017. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reporgem/matopiba-na-fronteira-entre-a-vida-e-o-capital>. Acesso em: 10 nov. 2022.

MADEIRO, C. Matopiba: Nova fronteira agro do país lidera em desmate e expulsa moradores. **UOL**, 13 ago. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/carlos-madeiro/2022/08/13/avanco-agro-no-matopiba-expulsa-povos-e-responde-por-23-do-desmate-no-pais.htm>. Acesso em: 11 nov. 2022.

MORTES em Palmas podem estar ligadas a guerra de facções, diz polícia. **G1**, 1º fev. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2017/02/mortes-em-palmas-podem-estar-ligadas-guerra-de-faccoes-diz-policia.html>. Acesso em: 11 out. 2022.

NO TOCANTINS, áreas que deveriam ser preservadas sofrem com o desmatamento ilegal. **G1**, 17 set. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/09/17/no-tocantins-areas-que-deveriam-ser-preservadas-sofrem-com-o-desmatamento-ilegal.ghhtml>. Acesso em: 10 out. 2022.

NUNES, B. Pela 4ª vez, ex-presidente e servidores do Naturatins são condenados por fraudes em licenças ambientais. **Gazeta do Cerrado**, 7 maio 2022. Disponível em: <https://gazetadocerrado.com.br/pela-4a-vez-ex-presidente-e-servidores-do-naturatins-sao-condenados-por-fraudes-em-licencas-ambientais/>. Acesso em: 12 out. 2022.

OLIVEIR, R. de. Com foco da redução da criminalidade, Conselho de Segurança Pública apresenta projeto Todos pela vida – Cidades Seguras. **Surgiu**, 24 ago. 2022. Disponível em: <https://surgiu.com.br/2022/08/24/com-foco-da-reducao-da-criminalidade-conselho-de-seguranca-publica-apresenta-projeto-todos-pela-vida-cidades-seguras/>. Acesso em: 8 set. 2022.

OPERAÇÃO Hórus apreendeu mais de 1 tonelada de drogas e 282 veículos adulterados no ano passado, aponta balanço. **G1**, 19 out. 2022. Disponível em:

<https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2022/01/19/operacao-horus-apreendeu-mais-de-1-tonelada-de-drogas-e-282-veiculos-adulterados-no-ano-passado-aponta-balanco.ghtml>. Acesso em: 1º set. 2022.

O TOCANTINS. **Governo do Tocantins**, [s.d.]. Disponível em: <https://www.to.gov.br/pge/o-tocantins/bc6xc8ay67l#:~:text=Criado%20em%201988%20pela%20Assembleia,Oeste%20e%20do%20pr%C3%B3prio%20Norte>. Acesso em: 30 ago. 2022.

PLANO Estadual de Segurança Pública. **Governo do Tocantins**, [s.d.]. Disponível em: <https://www.to.gov.br/ssp/plano-estadual-de-seguranca-publica-panse/at029zon62u>. Acesso em: 3 ago. 2022.

PRAGER, A. As principais causas do desmatamento no Brasil: gado, plantações e especulação de terra. **Mongabay**, 17 abr. 2019. Disponível em: <https://brasil.mongabay.com/2019/04/as-principais-causas-do-desmatamento-no-brasil-gado-plantacoes-e-especulacao-de-terra/>. Acesso em: 17 nov. 2022.

PROGRAMA Vigia completa dois anos e chega a mil agentes de segurança pública protegendo as fronteiras e divisas do país. **Gov.br**, Brasília, 15 abr. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/programa-vigia-completa-dois-anos-e-chega-a-mil-agentes-de-seguranca-publica-protetendo-as-fronteiras-e-divisas-do-pais>. Acesso em: 16 nov. 2022.

QUASE duas toneladas de drogas são apreendidas em 15 dias no Tocantins. **G1**, 12 ago. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2022/08/12/quase-duas-toneladas-de-drogas-sao-apreendidas-em-15-dias-no-tocantins.ghtml>. Acesso em: 13 ago. 2022.

REIS, P.; FERNANDES, A. Tocantins tem área de desmatamento ilegal equivalente a 30 mil campos de futebol. **G1**, Palmas, 7 maio 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2022/05/07/tocantins-tem-area-de-desmatamento-ilegal-equivalente-a-30-mil-campos-de-futebol.ghtml>. Acesso em: 10 out. 2022.

SANT'ANNA, A. A.; YOUNG, C. E. F. Direitos de propriedade, desmatamento e conflitos rurais na Amazônia. **Economia Aplicada**, v. 14, n. 3, p. 381-393, set. 2010.

SANTOS, A. Polícia Militar apresenta balanço semestral da operação Hórus/Vigia e destaca evolução nos indicadores criminais. **Governo do Tocantins**, 21 jul. 2021. Disponível em: <https://www.to.gov.br/secom/noticias/policia-militar-apresenta-balanco-semestral-da-operacao-horusvigia-e-destaca-evolucao-nos-indicadores-criminais/60dzz825ai6z>. Acesso em: 13 out. 2022.

VEGETAÇÃO nativa perde espaço para a agropecuária nas últimas três décadas. **MapBiomias**, [s.d.]. Disponível em: <https://mapbiomas.org/vegetacao-nativa-perde-espaco-para-a-agropecuaria-nas-ultimas-tres-decadas>. Acesso em: 12 out. 2022.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AZEVEDO, T. *et al.* (Org.). **RAD 2021**: relatório anual do desmatamento no Brasil. São Paulo: MapBiomias, 2022.

GOVERNO DO TOCANTINS. **Plano estadual de segurança pública e defesa social**. Palmas: Pesse, [s.d.]. Disponível em: <https://central.to.gov.br/download/242649>. Acesso em: 20 ago. 2022.

TERRA BRASILIS. **Prodes (Desmatamento)**. Disponível em: http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal_amazon/increments. Acesso em: 23 ago. 2022.

VALDIONES, A. P. *et al.* **Desmatamento ilegal na Amazônia e no Matopiba**: falta transparência e acesso à informação. Mato Grosso: ICV, mar. 2021. Disponível em: <https://www.icv.org.br/website/wp-content/uploads/2021/05/icv-relatorio-f.pdf>. Acesso em: 15 out. 2022.

APÊNDICE A

TABELA A.1
Tabela sociodemográfica

Dados territoriais				
Estados limítrofes	Pará, Mato Grosso, Maranhão, Piauí, Bahia e Goiás			
Fronteiras	X			
Número de municípios	139			
Área territorial	277.423,63			
Dados sociodemográficos		UFs	Região	Brasil
População	População estimada (2021)	1.607.363	18.906.962	213.317.639
	Densidade demográfica (hab./km ²)	4,98	4,12	22,43
	População de 0 a 14 anos (%) (2010)	29	31,2	24,10
	População de 15 a 29 anos (%) (2010)	29	29,5	26,9
	População de 30 a 59 anos (%) (2010)	34	32,5	38,2
	População com 60 + anos (%) (2010)	9	6,8	10,8
	População negra (%) (2010)	9	6,4	7,6
	População parda (%) (2010)	63	66,9	43,1
	População indígena (%) (2010)	1	1,9	0,4
	População branca (%) (2010)	24,9	23,4	47,7
	População urbana (%) (2010)	78,8	73,5	84,4
	População rural (%) (2010)	15,6	26,5	15,6
Renda e desigualdade	Rendimento mensal domiciliar (2022)	R\$ 1.379,00	R\$ 1.175,29	R\$ 1.613,23
	Índice de Gini – do rendimento domiciliar a preços médios do ano (2022)	0,51	0,53	0,54
	Pobres (%) (2003)	41,2	40,1	37,6
	Extremamente pobres (%) (2003)	7,2	12,5	8,4
	População que vive em aglomerados subnormais (%) (2010)	2,1	14,4	72,6
Trabalho	Taxa de desocupação (14+) (2021)	11	13,7	13,8
	Taxa de formalização da força de trabalho (2022)	47	41,4	59,9
	Rendimento médio real de todos os trabalhos (2022)	R\$ 2.479,00	R\$ 2.195,00	R\$ 2.839,00

(Continua)

(Continuação)

Dados sociodemográficos		UFs	Região	Brasil
Educação	Taxa de analfabetismo (15+) (2019)	9	7	6,1
	Média dos anos de estudo (15+) (2019)	9	9,3	9,8
	População (14+) com 5 anos ou menos de estudo (%) (2019)	14	11,49	10,35

Fontes: Para proporção por idade, Sistema IBGE de Recuperação Automática – Sidra (disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/200>); para incidência da pobreza, IBGE Cidades 2003; Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2021, acumulado de quintas visitas (Tabela 1.2 – Indicadores estruturais do mercado de trabalho das pessoas de 14 anos ou mais de idade, segundo as Grandes Regiões e as UFs – Brasil – 2021; Tabela 2.16 – Total e proporção de pessoas, por classes de rendimento domiciliar *per capita* selecionadas, segundo as Grandes Regiões e as UFs – Brasil – 2021); para domicílios ocupados em aglomerados subnormais em relação ao total de domicílios ocupados (%), IBGE 2019; Síntese de Indicadores Sociais 2021 (disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/45/95341?ano=2021>); para rendimento médio real do trabalho principal, efetivamente recebido por trimestres (4^o trimestre de 2022), Sidra 2022 (disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5436#resultado>); para taxa de analfabetismo (15 anos ou mais), Sidra 2019 (disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7113#resultado>); para número médio de anos de estudo das pessoas de 15 anos ou mais, Sidra 2019 (disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7126#resultado>); e para pessoas de 14 anos ou mais de idade, por cor ou raça e grupos de anos de estudo, Sidra 2019 (disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7132#resultado>).

Elaboração: Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Diest/Ipea).

Obs.: UF – Unidades da Federação.

APÊNDICE B

TABELA B.1

Homicídios, por 100 mil habitantes, nos 139 municípios do Tocantins

Municípios	Taxa média por triênio									
	2009-2011	2010-2012	2011-2013	2012-2014	2013-2015	2014-2016	2015-2017	2016-2018	2017-2019	2018-2020
Abreulândia	27,3	13,6	0,0	0,0	0,0	26,5	26,3	26,2	0,0	12,9
Aguiarnópolis	12,7	6,1	0,0	5,8	11,2	10,9	10,7	20,8	25,4	19,8
Aliança do Tocantins	5,8	11,6	11,7	23,6	17,8	36,0	24,2	24,3	0,0	18,6
Almas	12,9	21,7	35,1	48,8	44,8	45,3	32,0	37,0	37,4	52,0
Alvorada	27,3	23,4	19,6	23,5	31,4	39,3	39,4	27,6	11,9	15,9
Ananás	16,5	26,6	13,4	20,2	13,6	17,1	10,3	13,8	17,4	17,5
Angico	30,9	61,3	50,8	30,3	0,0	0,0	9,9	9,8	19,5	9,7
Aparecida do Rio Negro	23,2	7,7	7,6	0,0	0,0	7,3	21,6	35,6	35,2	20,9
Aragominas	11,1	5,6	22,4	16,9	28,3	17,0	22,8	28,7	34,6	40,5
Araguacema	10,3	5,1	10,1	15,0	9,9	19,6	29,1	28,8	28,5	18,8
Araguaçu	18,6	22,4	15,0	15,1	19,0	26,8	38,5	54,2	46,7	43,1
Araguaína	37,5	37,8	41,5	39,7	46,8	54,9	64,5	61,3	50,5	40,1
Araguanã	26,0	25,6	31,6	18,7	12,3	18,3	36,1	35,7	29,4	23,3
Araguatins	35,4	34,9	24,3	17,0	17,8	20,5	26,1	25,8	25,5	23,3
Arapoema	19,4	19,4	24,4	14,7	14,8	14,8	14,9	29,9	35,0	35,1
Arraias	12,3	18,5	15,4	12,4	6,2	15,6	25,0	25,1	28,3	22,1
Augustinópolis	22,5	14,1	9,9	11,8	21,3	26,7	24,5	26,0	27,5	29,0
Aurora do Tocantins	0,0	0,0	0,0	0,0	9,2	18,2	18,1	9,0	8,9	8,9
Axixá do Tocantins	31,7	28,1	28,0	34,8	38,2	34,6	34,5	34,4	34,3	27,3
Babaçulândia	18,8	28,2	28,2	21,9	18,8	25,0	28,2	21,9	15,6	18,8
Bandeirantes do Tocantins	0,0	10,3	10,2	10,1	0,0	9,8	19,4	38,4	47,5	46,9
Barra do Ouro	39,6	23,5	23,3	0,0	0,0	15,1	22,4	22,2	22,0	21,8
Barrolândia	30,5	36,5	24,2	18,1	18,1	30,0	29,9	35,8	29,7	23,7
Bernardo Sayão	22,0	14,7	7,4	7,4	7,4	14,8	14,9	29,8	29,8	29,9

(Continua)

(Continuação)

Municípios	Taxa média por triênio									
	2009-2011	2010-2012	2011-2013	2012-2014	2013-2015	2014-2016	2015-2017	2016-2018	2017-2019	2018-2020
Bom Jesus do Tocantins	43,3	42,0	24,5	31,7	38,6	37,5	44,0	50,1	55,8	47,7
Brasilândia do Tocantins	15,8	0,0	15,7	31,2	31,0	15,4	0,0	15,3	15,2	15,1
Brejinho de Nazaré	31,5	50,1	49,9	37,3	24,8	43,1	43,0	42,8	24,4	30,3
Buriti do Tocantins	10,0	9,9	13,0	12,8	12,6	15,5	12,2	15,1	8,9	14,7
Cachoeirinha	15,2	15,1	15,1	0,0	0,0	29,8	44,5	44,3	14,7	0,0
Campos Lindos	16,0	19,6	15,3	11,2	11,0	3,6	14,0	24,0	30,3	33,0
Cariri do Tocantins	17,4	34,2	75,7	99,5	73,5	40,2	23,8	23,5	15,4	15,2
Carmolândia	42,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	13,3	26,3	26,1	12,9
Carrasco Bonito	26,6	35,0	43,4	17,2	25,5	16,9	16,7	8,3	16,4	32,6
Caseara	14,2	20,9	20,6	6,8	0,0	6,6	12,9	12,8	18,9	24,8
Centenário	0,0	12,6	12,4	24,5	12,1	12,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Chapada de Areia	24,4	48,7	48,5	72,6	24,1	24,0	0,0	0,0	23,8	23,7
Chapada da Natividade	29,9	79,7	79,7	59,8	20,0	30,0	40,0	30,0	20,0	20,0
Colinas do Tocantins	22,2	21,9	21,6	26,4	20,0	22,7	22,5	28,0	26,7	31,1
Combinado	7,0	7,0	13,9	7,0	6,9	6,9	20,7	34,5	27,5	13,7
Conceição do Tocantins	31,2	31,4	55,1	79,1	63,6	39,9	32,1	24,1	40,4	40,6
Couto Magalhães	13,0	12,9	12,8	12,6	18,8	12,4	6,1	12,2	12,0	17,9
Cristalândia	13,5	27,1	27,2	22,7	4,5	13,6	27,3	36,5	27,4	36,6
Crixás do Tocantins	20,9	20,7	20,5	20,3	20,2	20,0	19,8	19,7	19,5	38,7
Darcinópolis	6,2	12,2	18,0	17,8	17,5	23,0	28,4	39,3	33,2	43,7
Dianópolis	22,2	23,5	23,2	24,5	27,4	27,0	34,5	35,6	41,2	36,1
Divinópolis do Tocantins	15,4	20,4	40,5	45,2	39,9	19,8	4,9	19,6	43,8	48,3
Dois Irmãos do Tocantins	22,8	22,8	32,0	18,3	18,4	13,8	18,4	13,8	13,9	9,3
Dueré	42,6	28,4	28,4	14,2	21,3	21,3	28,4	14,2	28,5	21,3
Esperantina	27,6	13,6	16,7	9,9	26,0	25,6	25,2	21,8	21,5	24,3
Fátima	0,0	0,0	17,2	17,2	17,3	8,6	8,7	8,7	0,0	0,0

(Continua)

(Continuação)

Municípios	Taxa média por triênio									
	2009-2011	2010-2012	2011-2013	2012-2014	2013-2015	2014-2016	2015-2017	2016-2018	2017-2019	2018-2020
Figueirópolis	6,1	12,3	12,3	6,2	12,4	18,7	31,3	25,1	18,9	25,3
Filadélfia	11,5	3,8	0,0	3,8	7,6	11,4	15,2	11,3	11,3	15,1
Formoso do Araguaia	21,3	30,2	30,3	33,9	23,2	25,1	43,1	48,6	59,5	48,8
Fortaleza do Tabocão	0,0	26,8	40,0	39,8	13,2	13,1	52,3	52,0	51,8	38,6
Goianorte	19,8	26,3	39,4	39,4	32,7	13,1	19,6	19,6	19,6	13,0
Goiatins	27,1	16,1	10,7	10,6	10,6	21,0	15,6	25,9	20,6	28,2
Guaraí	21,1	25,1	17,9	20,5	32,4	49,4	51,6	40,6	32,5	28,3
Gurupi	25,9	34,0	33,2	36,9	38,2	42,9	48,1	52,7	50,2	44,6
Ipueiras	19,9	38,9	19,0	55,9	54,7	53,6	35,0	17,2	33,7	16,5
Itacajá	23,0	22,9	18,3	4,6	31,8	36,3	49,7	31,6	27,0	22,4
Itaguatins	10,8	10,9	16,4	16,5	22,1	22,3	16,8	16,9	11,3	5,7
Itapiratins	18,5	18,4	9,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	26,6	35,3
Itaporã do Tocantins	26,7	26,8	0,0	27,0	27,0	27,1	0,0	0,0	0,0	0,0
Jaú do Tocantins	27,9	27,7	18,3	9,1	0,0	0,0	0,0	8,8	8,7	8,7
Juarina	29,3	29,4	29,5	29,6	14,9	29,9	45,0	30,1	30,3	15,2
Lagoa da Confusão	16,0	27,9	42,0	37,9	34,0	33,1	32,3	39,4	28,1	25,0
Lagoa do Tocantins	18,5	36,2	26,6	34,7	42,5	33,3	32,7	24,1	23,6	30,9
Lajeado	47,1	34,9	23,0	11,4	22,5	44,4	54,9	54,3	21,5	42,5
Lavandeira	0,0	39,9	39,1	57,6	18,9	18,5	18,2	17,9	17,6	0,0
Lizarda	0,0	0,0	8,8	8,8	8,8	0,0	26,6	26,6	26,7	8,9
Luzinópolis	12,5	12,2	12,0	11,8	11,6	22,8	22,5	22,1	10,9	10,7
Marianópolis do Tocantins	15,0	14,7	21,7	7,1	14,0	20,6	40,5	53,2	45,8	32,2
Mateiros	0,0	28,8	28,2	27,7	0,0	26,6	26,2	38,6	12,6	24,8
Maurilândia do Tocantins	20,7	30,8	20,4	30,4	10,1	10,0	9,9	19,7	19,6	9,7
Miracema do Tocantins	28,4	24,1	24,4	21,5	21,9	17,1	20,8	24,7	26,9	32,9
Miranorte	36,2	30,9	23,1	17,8	20,3	27,8	35,2	37,6	29,9	22,3
Monte do Carmo	19,4	23,9	18,8	9,2	13,6	31,2	30,7	26,0	8,5	8,4

(Continua)

(Continuação)

Municípios	Taxa média por triênio									
	2009-2011	2010-2012	2011-2013	2012-2014	2013-2015	2014-2016	2015-2017	2016-2018	2017-2019	2018-2020
Monte Santo do Tocantins	15,7	15,5	0,0	0,0	30,3	45,2	59,8	29,7	29,5	14,6
Palmeiras do Tocantins	17,1	11,2	5,5	5,4	10,7	21,1	26,1	36,0	30,4	30,0
Muricilândia	0,0	10,2	30,4	30,0	19,8	0,0	19,4	19,2	28,5	18,8
Natividade	18,1	14,5	21,7	36,2	36,2	36,2	39,7	39,7	36,1	39,7
Nazaré	14,9	15,1	7,7	0,0	15,8	32,1	32,6	24,8	16,8	17,1
Nova Olinda	27,5	27,2	33,0	44,6	50,1	49,6	52,1	51,6	48,4	28,2
Nova Rosalândia	17,3	8,6	25,4	16,7	24,8	8,2	16,2	16,0	15,8	23,5
Novo Acordo	17,4	17,1	0,0	0,0	24,6	24,2	31,9	15,8	23,3	15,4
Novo Alegre	14,3	14,3	0,0	14,3	14,3	14,3	0,0	0,0	0,0	0,0
Novo Jardim	39,9	52,6	39,1	25,8	25,6	25,4	50,3	49,8	37,1	12,3
Oliveira de Fátima	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	30,6	30,4	30,3	0,0	0,0
Palmeirante	19,8	25,8	18,9	18,6	24,3	17,8	29,2	17,2	28,2	27,7
Palmeirópolis	8,9	8,9	22,1	17,7	13,2	4,4	4,4	8,8	21,8	30,5
Paraíso do Tocantins	18,4	18,8	21,4	26,0	30,5	34,9	30,4	32,7	27,0	29,3
Paranã	12,6	3,2	9,5	9,5	15,9	15,9	15,9	25,5	22,3	25,5
Pau D'Arco	28,5	49,6	49,4	35,2	14,0	14,0	13,9	20,8	34,5	48,1
Pedro Afonso	11,3	19,5	10,9	10,8	2,7	10,4	10,3	25,3	29,9	31,9
Peixe	28,3	31,0	21,5	9,1	30,0	38,5	44,0	23,2	17,2	17,0
Pequizeiro	6,5	12,8	19,1	12,7	18,9	25,0	31,0	18,5	6,1	6,1
Colméia	19,0	15,3	11,6	15,5	23,5	39,4	43,7	44,0	32,3	24,4
Pindorama do Tocantins	14,5	29,1	21,9	22,0	14,7	22,2	22,2	14,9	14,9	7,5
Piraquê	22,4	55,8	66,8	55,6	33,3	44,3	55,3	44,2	22,1	11,0
Pium	0,0	9,6	9,5	23,4	23,1	27,4	27,1	22,3	26,4	21,8
Ponte Alta do Bom Jesus	21,6	7,2	14,4	14,4	21,6	14,5	36,2	43,4	50,7	21,8
Ponte Alta do Tocantins	18,2	22,5	13,3	17,6	8,7	21,6	25,6	38,1	37,7	41,5
Porto Alegre do Tocantins	11,7	0,0	11,4	22,6	22,3	33,2	32,8	43,4	32,2	31,9
Porto Nacional	39,2	38,9	32,8	30,6	38,2	56,0	67,2	72,5	63,3	57,9

(Continua)

(Continuação)

Municípios	Taxa média por triênio									
	2009-2011	2010-2012	2011-2013	2012-2014	2013-2015	2014-2016	2015-2017	2016-2018	2017-2019	2018-2020
Praia Norte	21,3	16,9	16,7	16,6	20,6	36,7	32,4	36,2	15,9	27,7
Presidente Kennedy	26,6	26,7	26,7	17,9	9,0	0,0	9,0	9,0	9,0	27,1
Pugmil	41,3	40,8	26,9	0,0	0,0	13,0	12,8	12,7	0,0	12,4
Recursolândia	8,7	25,7	25,3	41,7	32,9	32,5	24,1	23,8	15,7	15,5
Riachinho	15,6	7,7	7,6	0,0	7,5	7,4	14,7	7,3	7,2	7,2
Rio da Conceição	19,0	18,6	18,1	0,0	0,0	0,0	33,3	32,6	47,9	47,0
Rio dos Bois	0,0	0,0	12,5	12,4	12,3	0,0	0,0	0,0	0,0	11,8
Rio Sono	10,4	10,4	10,4	10,4	15,6	15,5	10,3	5,2	5,2	5,2
Sampaio	33,8	16,5	0,0	0,0	0,0	0,0	14,9	29,4	36,0	42,5
Sandolândia	0,0	19,6	29,5	39,3	29,5	19,7	29,6	59,2	59,2	69,1
Santa Fé do Araguaia	24,7	24,4	19,3	23,8	14,1	18,6	4,6	27,3	26,9	31,1
Santa Maria do Tocantins	22,6	33,2	32,6	10,7	0,0	0,0	10,2	20,0	19,7	9,7
Santa Rita do Tocantins	0,0	0,0	0,0	29,8	44,3	43,8	14,5	0,0	0,0	14,1
Santa Rosa do Tocantins	14,3	14,2	14,2	14,1	14,1	7,0	27,9	34,8	41,6	20,7
Santa Tereza do Tocantins	25,9	12,8	12,6	24,9	49,2	48,6	60,2	47,6	70,6	46,5
Santa Terezinha do Tocantins	13,2	13,2	0,0	0,0	13,2	13,2	13,2	0,0	0,0	0,0
São Bento do Tocantins	35,4	27,9	13,8	6,8	6,7	13,2	13,0	19,3	25,4	43,8
São Félix do Tocantins	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	21,0
São Miguel do Tocantins	12,4	12,3	15,1	20,8	35,2	40,5	40,0	36,7	33,4	22,0
São Salvador do Tocantins	0,0	11,2	11,1	22,2	33,1	54,9	54,7	43,6	21,7	32,5
São Sebastião do Tocantins	15,2	22,6	14,9	7,4	0,0	21,7	35,7	49,6	28,0	13,9
São Valério	7,5	7,6	15,3	15,5	39,3	31,9	40,4	16,4	16,6	25,3
Silvanópolis	6,4	12,8	31,9	38,1	31,6	18,9	12,5	24,9	43,4	55,5
Sítio Novo do Tocantins	10,7	14,4	21,6	32,5	29,0	32,8	32,9	36,7	44,1	33,2
Sucupira	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	17,5	17,3	17,1	0,0
Taguatinga	26,0	36,5	31,9	25,3	12,5	8,3	12,3	14,2	16,1	22,0

(Continua)

(Continuação)

Municípios	Taxa média por triênio									
	2009-2011	2010-2012	2011-2013	2012-2014	2013-2015	2014-2016	2015-2017	2016-2018	2017-2019	2018-2020
Taipas do Tocantins	0,0	0,0	16,5	32,7	32,4	32,1	15,9	15,8	0,0	0,0
Talismã	0,0	0,0	12,6	12,5	24,7	24,6	24,4	12,1	0,0	11,9
Palmas	19,6	21,6	23,2	25,3	31,2	34,8	35,2	35,2	34,2	34,4
Tocantínia	14,5	4,8	4,7	14,1	13,9	18,4	9,1	27,0	31,2	35,3
Tocantinópolis	23,1	27,5	20,3	14,5	18,8	27,6	32,0	27,6	29,1	30,6
Tupirama	41,5	40,6	59,8	19,6	19,2	0,0	18,5	36,5	35,8	17,6
Tupiratins	31,1	30,3	29,5	28,7	42,0	54,6	40,0	26,1	0,0	12,5
Wanderlândia	44,6	35,5	35,3	29,3	26,3	43,6	49,2	57,6	40,1	28,5
Xambioá	14,2	14,2	17,1	20,0	22,9	37,3	43,1	57,6	49,0	52,0

Fonte: SIM/Datasus/MS.

Elaboração: Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Diest/Ipea).

Obs.: Taxa de homicídios por 100 mil habitantes.

APÊNDICE C

TABELA C.1

Homicídios por 100 mil habitantes – Brasil, região Norte e UFs

Brasil, região Norte e UFs	Taxa média por triênio									
	2009- 2011	2010- 2012	2011- 2013	2012- 2014	2013- 2015	2014- 2016	2015- 2017	2016- 2018	2017- 2019	2018- 2020
Brasil	27,5	28,2	28,5	29,3	29,1	29,7	30,3	29,9	27,0	24,3
Norte	35,6	36,8	36,1	36,5	37,4	40,3	43,9	46,0	43,5	38,4
Roraima	25,2	26,1	31,7	35,4	38,6	37,2	42,4	53,0	52,6	49,3
Amapá	33,2	35,2	32,5	33,6	34,3	40,3	45,0	49,4	47,4	46,3
Pará	42,2	42,6	41,3	42,3	43,5	46,2	50,2	52,9	49,1	41,7
Acre	22,2	24,0	26,5	29,0	28,8	33,6	44,6	51,2	48,7	39,3
Amazonas	31,5	35,0	35,1	33,6	33,6	35,2	38,3	38,4	39,1	35,9
Tocantins	23,9	25,4	25,4	25,3	27,4	32,1	35,6	36,7	33,9	32,0
Rondônia	33,1	32,2	29,9	31,4	31,6	35,4	34,6	32,4	27,6	25,9

Fonte: SIM/Datasus/MS.

Elaboração: Diest/Ipea.

Obs.: 1. UFs – Unidades da Federação.

2. Taxa média de homicídios, por 100 mil habitantes, calculada pela média do número de homicídios do respectivo ano mais a média dos dois anos anteriores. Então, o valor é dividido pela população do ano anterior ao respectivo ano e multiplicado por 100 mil.

APÊNDICE D

TABELA D.1
Confrontos policiais – Brasil e UFs (2020 e 2021)

Brasil e UFs	Taxa por 1 mil policiais na ativa ¹	
	2020	2021
Brasil	0,4	0,4
Acre	0,4	-
Amapá	-	-
Amazonas	0,7	0,6
Pará	0,7	0,7
Rondônia	0,7	0,3
Roraima	0,4	-
Tocantins	-	-

Fonte: FBSP (2022b).

Nota: ¹ Policiais mortos em confronto em serviço e fora de serviço.

Obs.: UFs – Unidades da Federação.

TABELA D.2
Mortes decorrentes de intervenções policiais, taxa por 100 mil habitantes – Brasil e UFs (2020 e 2021)

Brasil e UFs	2020	2021
Brasil	3,0	2,9
Acre	3,0	1,2
Amapá	12,9	17,1
Amazonas	2,4	2,3
Pará	6,1	6,2
Rondônia	1,1	0,6
Roraima	2,5	1,4
Tocantins	1,7	2,6

Fonte: FBSP (2022b).

APÊNDICE E

TABELA E.1

Violência contra mulher e de gênero – Brasil e UFs (2020 e 2021)

Brasil e UFs	Taxa por 100 mil mulheres	
	2020	2021
Brasil	1,3	1,2
Acre	2,7	2,9
Amapá	2,1	0,9
Amazonas	0,8	1,1
Pará	1,5	1,5
Rondônia	1,6	1,8
Roraima	3,0	1,6
Tocantins	1,3	2,6

Fonte: FBSP (2022b).

Obs.: UFs – Unidades da Federação.

TABELA E.2

Homicídios femininos/taxa por 100 mil mulheres – Brasil e UFs (2020 e 2021)

Brasil e UFs	Taxa por 100 mil mulheres	
	2020	2021
Brasil	3,7	3,6
Acre	6,9	6,4
Amapá	4,6	5,2
Amazonas	3,2	5,2
Pará	4,2	4,2
Rondônia	6,3	5,5
Roraima	5,3	8,3
Tocantins	4,9	4,8

Fonte: FBSP (2022b).

TABELA E.3

Estupro e estupro de vulnerável/taxa por 100 mil habitantes – Brasil e UFs (2020 e 2021)

Brasil e UFs	Taxa por 100 mil habitantes	
	2020	2021
Brasil	29,7	30,9
Acre	34,4	64,7
Amapá	54,5	60,5
Amazonas	20,5	17,6
Pará	37,9	44,5
Rondônia	51,9	50,8
Roraima	66,9	83,3
Tocantins	51,8	51,8

Fonte: FBSP (2022b).

Obs.: Os dados informados nesta seção correspondem ao número total de vítimas de estupro e estupro de vulnerável consumado.

A Lei Federal nº 12.015/2009 altera a conceituação de “estupro”, passando a incluir, além da conjunção carnal, os “atos libidinosos” e os “atentados violentos ao pudor” (FBSP, 2022b).

TABELA E.4

Lesão corporal dolosa: violência doméstica/taxa por 100 mil mulheres – Brasil e UFs (2020 e 2021)

Brasil e UFs	Taxa por 100 mil mulheres	
	2020	2021
Brasil	220,1	221,4
Acre	119,4	231,7
Amapá	203,1	283,0
Amazonas	112,2	123,0
Pará	151,6	198,6
Rondônia	485,1	445,6
Roraima	232,7	456,6
Tocantins	191,1	190,3

Fontes: FBSP (2022b).

APÊNDICE F

TABELA F.1

Perfil das instituições de segurança pública: efetivo – Tocantins (2020)

Instituição	Capital e região metropolitana	Interior	Total
Polícia Militar	1.621	1.418	3.039
Polícia Civil	723	510	1.233
Corpo de Bombeiros Militar	300	219	519
Órgãos oficiais de perícia	219	193	412

Fontes: Secretaria Nacional de Segurança Pública do MJSP (Senasp/MJSP) 2020. Perfil Nacional das Instituições de Segurança Pública. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiMDc0ZWVjYtYjA1OS00YzBmLWJkNTctZmVjODM2YzlmYzBjIiwidCI6ImVlMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MwYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>. Acesso em: 20 ago. 2022.

TABELA F.2

Perfil das instituições de segurança pública: estrutura – Tocantins (2020)

Instituição	Unidades operacionais		Total
	Capital e região metropolitana	Interior	
Polícia Militar ¹	11	10	21
Polícia Civil ²	47	197	244
Corpo de Bombeiros Militar ³	3	7	10
Órgãos oficiais de perícia ⁴	3	29	32

Fontes: Senasp/MJSP (2020). Perfil Nacional das Instituições de Segurança Pública. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiMDc0ZWVjYtYjA1OS00YzBmLWJkNTctZmVjODM2YzlmYzBjIiwidCI6ImVlMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MwYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>. Acesso em: 20 ago. 2022.

Notas: ¹ As 21 unidades operacionais da PM no Tocantins estão distribuídas em: 10 batalhões, 3 batalhões especializados, 6 companhias independentes e 2 companhias independentes especializadas.

² As 244 unidades operacionais da PC no Tocantins estão distribuídas em: 169 delegacias (28 na capital e 141 no interior), 65 delegacias especializadas (19 na capital e 46 no interior) e 10 postos/núcleos (todos no interior).

³ As 10 unidades operacionais do CBM no Tocantins estão distribuídas em: 3 batalhões (2 no interior e 1 na capital), nenhum batalhão especializado, 1 companhia independente (na capital) e 6 companhias independentes especializadas (5 no interior e 1 na capital).

⁴ As 32 unidades operacionais dos órgãos oficiais de perícia no Tocantins estão distribuídas em: 12 criminalísticos (11 no interior e 1 na capital), 11 de identificação e (10 no interior e 1 na capital) e 9 de medicina legal (8 no interior e 1 na capital).

TABELA F.3

Efetivo da ativa das polícias do Tocantins, por corporação (2021 e 2022)

Corporações	Números absolutos (2021)	Números absolutos (2022)
Polícia Militar	2.926	2.764
Polícia Civil	1.213	1.180
Corpo de Bombeiros Militar	503 ¹	607 ²
Perícia técnica	326	323
Polícia penal	917	909

Fontes: FBSP (2022a; 2022b).

Notas: ¹ Posição dos dados em março de 2021.

² Posição dos dados em março de 2022.

TABELA F.4

Efetivo mobilizado em operações da Força Nacional (2019-2021)

Corporações	2019	2020	2021
Corpo de Bombeiros Militar	9	4	3
Polícia Civil	32	17	9
Polícia Militar	88	52	34

Fontes: FBSP (2022a; 2022b).

REFERÊNCIAS

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Aglomerados subnormais 2019**: classificação preliminar e informações de saúde para o enfrentamento à covid-19 – notas técnicas. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101717_notas_tecnicas.pdf. Acesso em: 20 ago. 2022.

FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Cartografias das violências na Região Amazônica**: relatório final. São Paulo: FBSP, 2022a.

FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: FBSP, 2022b. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=4>. Acesso em: 28 jul. 2022.

DINÂMICAS DE VIOLÊNCIA E POLÍTICAS DE SEGURANÇA NAS REGIÕES BRASILEIRAS: O IMPACTO DAS FACÇÕES CRIMINAIS – MACRORREGIÃO NORTE¹

Equipe técnica

Camila Caldeira Nunes Dias²

1 INTRODUÇÃO: O PROCESSO DE FACCIONALIZAÇÃO DA DINÂMICA CRIMINAL E PRISIONAL NO BRASIL

Nas últimas décadas, pode-se afirmar que houve um processo de faccionalização do sistema prisional e das dinâmicas criminais no Brasil. Esse processo tem como mola impulsora as políticas de encarceramento gerais adotadas em muitos estados brasileiros (Dias, 2013; Manso e Dias, 2017); e como fatores específicos, podemos enumerar os seguintes processos sociais:³

- expansão do Primeiro Comando da Capital (PCC) de São Paulo para todas as demais regiões brasileiras;
- expansão do Comando Vermelho (CV) do Rio de Janeiro para vários outros estados do Brasil, especialmente os das regiões Norte e Centro-Oeste; e
- aparecimento de numerosos grupos locais em praticamente todos os estados da Federação.

1. Originalmente publicado como: Dias, C. C. N. *Dinâmicas de violência e políticas de segurança nas regiões brasileiras: o impacto das facções criminais – macrorregião Norte*. Rio de Janeiro: Ipea, 2024. 68 p. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/223648>.

2. Pesquisadora bolsista do Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Diest/Ipea).

3. O funcionamento do Sistema Penitenciário Federal (SPF) a partir de 2006 – cuja análise não poderá ser aprofundada aqui – também contribuiu para a disseminação de um modelo de organização prisional e criminal caracterizado pela conexão e pelo estabelecimento de uma contiguidade e de fluxos informacionais, materiais e de pessoas que conformaram um novo modelo nos mercados ilícitos e nas dinâmicas do crime. Se não é possível apontar a responsabilidade objetiva do SPF pela nacionalização desse modelo – ao colocar lado a lado expoentes das redes criminais que se estruturaram no Sudeste e indivíduos que protagonizam movimentos de rebelião nas prisões de outras regiões –, podemos, ao menos, compreender o seu papel nesse processo. Ao lado das dinâmicas sociais descritas anteriormente, o SPF também contribuiu para a expansão do ideário organizacional, ideológico, programático e econômico dos grupos de base prisional que então viam oportunidades várias para expandir seus territórios. Por uma questão de espaço e de enfoque, deixaremos de abordar aqui o efeito da criação e das dinâmicas políticas e sociais associadas ao SPF. A esse respeito, consultar algumas reflexões em Manso e Dias (2018).

1.1 A expansão do PCC

Uma questão que é discutida de forma recorrente diz respeito à espontaneidade ou ao planejamento do processo de expansão do PCC para além do estado de São Paulo. Nesse sentido, pode-se afirmar que houve movimentos espontâneos, decorrentes da migração individual, por exemplo, com o propósito de manter-se fora do alcance das autoridades policiais, em regiões em que esses indivíduos já eram mais conhecidos; bem como movimentos de deslocamento coletivo de “quadrilhas”, com propósitos econômicos geralmente relacionados aos crimes contra instituições financeiras.

Contudo, podemos enumerar diversas dinâmicas impulsionadoras desse processo, em diferentes espaços temporais, protagonizadas por diferentes atores. A seguir pontuamos alguns processos específicos que foram observados em diferentes contextos históricos e sociais, em diferentes estágios de desenvolvimento do fenômeno das facções prisionais e que impulsionaram ou foram impulsionados por distintas dinâmicas sociais, políticas e econômicas, com efeitos variados e importantes na conformação do fenômeno prisional e criminal nos diferentes territórios.

A compreensão desse cenário complexo e multifacetado pode nos permitir compreender as atuais configurações regionais, que apresentam importantes diferenças entre si no que diz respeito à forma de atuação dos grupos criminais e das maneiras de interação desses atores com outros atores do universo criminal, político e econômico.

O primeiro movimento de expansão do PCC para fora do estado de São Paulo, ironicamente, foi efetivado pelas autoridades estaduais paulistas, na segunda metade dos anos 1990. Num cenário estadual marcado pela turbulência nas prisões, com a explosão de rebeliões, resgates de presos e fugas, a transferência dos “líderes” para outros estados foi uma das principais providências do governo de São Paulo. Presos que depois se tornaram nacionalmente conhecidos foram enviados a vários estados, em regime de permuta – Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul, Brasília –, e, ao menos em parte dessas localidades, deixaram a sua marca, a semente da facção paulista.

Em dois desses estados, podemos afirmar que, a partir daí, o PCC floresceu e se fortaleceu, conformando um contexto que viria a impactar de maneira fundamental o processo de expansão posterior. Trata-se dos estados do Paraná e do Mato Grosso do Sul, que se tornaram territórios onde o PCC estabeleceu sua presença dentro dos presídios, ainda na segunda metade dos anos 1990; e nos quais tem mostrado capacidade de crescimento relevante desde então, tanto no sistema prisional quanto fora dele (Manso e Dias, 2018). Por serem estados de localização estratégica – seja no território brasileiro (fronteira com São Paulo, ligação com a região Sul do Brasil e com a região central), seja por estarem situados na área de

fronteira com Paraguai e Bolívia –, considera-se que a presença do PCC ali, ainda nos anos 1990, garantiu-lhe uma posição tática para que viesse a protagonizar a reconfiguração dos mercados ilícitos no Brasil, promovendo uma estruturação criminal a partir dos cárceres brasileiros.

A partir de meados dos anos 2000, percebe-se a intensificação de um movimento migratório de indivíduos vinculados às redes criminais da região Sudeste em direção às regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e, também, Sul. Esse processo esteve associado – de maneira isolada ou articulada – aos crimes contra o patrimônio, especialmente aqueles relacionados às instituições financeiras; à fuga de indivíduos envolvidos em crimes de seus estados de origem, nos quais alguns deles já eram bastante conhecidos; e, ainda, à expansão do mercado de drogas ilícitas, vinculado a essas redes. Este último processo não decorreu de uma expansão planejada; ao contrário, deu-se a partir da presença prévia de indivíduos que haviam migrado e estabelecido conexões em estados fora da região Sudeste, onde se apresentaram oportunidades econômicas em um mercado de drogas ilícitas ainda em expansão.

À medida que indivíduos eram alcançados pelas forças policiais e eram presos, tais redes criminais se expandiam, se enraizando naqueles espaços que caracterizavam sua atuação primária – e que conformam sua marca e sua base ideológica, organizacional e comunitária: as prisões. Portanto, é possível afirmar que, nesse período, operava-se uma transformação nas dinâmicas criminais em muitas grandes, médias e pequenas cidades dessas regiões, bem como nas dinâmicas prisionais dos seus diversos estados, favorecendo a articulação e a conexão entre esses territórios e entre as dinâmicas do crime e as dinâmicas da prisão – assim como entre as dinâmicas da prisão e as dinâmicas do crime (Dias e Ribeiro, 2019). Esse processo de faccionalização – já estabelecido em alguns estados, como Rio de Janeiro, São Paulo, Mato Grosso do Sul e Paraná – assume a partir de então um caráter nacional.

Importante dizer que não é possível afirmar qual desses territórios – as prisões ou as ruas – se reconfiguraram primeiro, produzindo efeito sobre o outro. Se, no caso de Rio de Janeiro e São Paulo, sabe-se que as prisões têm sido o solo onde germinam e criam raízes as condições para a reprodução desses grupos prisionais-criminais, não podemos generalizar essa causalidade para todos os estados, especialmente aqueles em que a emergência de tais grupos se deu mais tarde, depois da consolidação dos grupos do Sudeste e de sua visibilidade nacional. Quando esse fenômeno ganhou escala nacional, vários outros elementos influenciaram as configurações locais. Contudo, em todos os casos, o efeito mais importante foi a conexão entre a prisão e as dinâmicas criminais extramuros, a qual tornou tais grupos (as chamadas facções) protagonistas dos fenômenos relacionados ao crime, aos mercados ilícitos e à violência.

Finalmente, em 2010, pudemos localizar o primeiro documento que nos indica um processo de expansão do PCC previamente planejado, com objetivos, metas e

atores claramente delineados. O Projeto Paraguai (tal como foi denominado pelos autores em Manso e Dias, 2018) foi apresentado, no âmbito do PCC, como um plano de expansão que envolvia a ocupação do território do país vizinho, com a finalidade expressa de reduzir intermediários na compra de drogas e de armas e de estabelecer um corredor estável, seguro e regular de suprimento desses produtos para os mercados brasileiros que o PCC já conseguia abastecer. A construção desse canal de abastecimento regular envolvia o acesso ao início da cadeia de produção e suprimento de maconha e de cocaína – respectivamente, no Paraguai e nos países andinos (especialmente Peru e Bolívia) –; e o controle do território de transporte dessas mercadorias – tanto pela chamada “rota caipira” (Abreu, 2016) quanto por rotas alternativas, que passavam pela capital do Mato Grosso do Sul ou pelo Paraná, com destino à capital paulista e outras. Isso fortaleceu e alçou o PCC a um patamar mais importante no comércio global de cocaína e no suprimento de maconha ao mercado nacional, especialmente do eixo Sudeste-Sul.

Considerando a proeminência do PCC em São Paulo, inclusive no litoral do estado e, por decorrência, nos seus portos, os nós dessa rede não tardaram a se conectar; e, por meio dessa conexão, impulsionaram o PCC como ator estratégico também na bilionária economia global da cocaína, tendo se tornado parceiro de grandes conglomerados criminosos internacionais (italianos, africanos, do Leste Europeu, entre outros). Tudo isso permitiu que o grupo originado nas prisões paulistas pudesse se posicionar de maneira importante (embora ainda não como um ator central) nas redes do comércio internacional de cocaína, especialmente na Europa e na África.

1.2 Expansão do CV

A expansão do CV seguiu uma dinâmica diferente da expansão do PCC, decorrente da própria diferença organizacional que caracteriza cada um dos grupos. O CV sempre apresentou uma estrutura organizacional e hierárquica limitada ao território específico onde se situa – por exemplo, uma favela ou um bairro –, sem uma estruturação que favorecesse sua articulação e organização para além desses territórios (Misse, 1999; Grillo, 2013). Ou seja, trata-se de uma estrutura organizacional descentralizada e desconectada funcionalmente do topo, resultando em autonomia de seus vários “chefes” locais (“donos de morro”), o que acabaria por produzir importantes diferenças na sua atuação, quando comparado ao PCC.

Essa descentralização e autonomia de origem perpassou o seu modelo de expansão e o seu lugar político de origem, o Rio de Janeiro. Dessa forma, agrupamentos autodenominados CV mais a sigla do respectivo estado passaram a surgir nas várias regiões brasileiras, especialmente no Norte, no Nordeste e no Centro-Oeste, sinalizando a existência de conexões e lealdades com o grupo original, mas não necessariamente uma articulação organizacional, com homogeneidade de normas

disciplinares ou morais, ou mesmo uniformidade de rituais e procedimentos de entrada e de saída. Nesse sentido, pode-se afirmar que a expansão do CV ocorreu a partir de um modelo de franquias que implica aliança econômica, mas independência programática ou funcional dos diferentes grupos espalhados pelo país.

De um lado, isso impulsionou o crescimento do CV em diversos lugares, na medida em que não se exigiam grandes compromissos de grupos ou de criminosos locais. Por outro, a ausência de vínculos, para além dos interesses econômicos e de alianças pontuais, provocou grande instabilidade e inúmeros “rachas” decorrentes de tensões na relação com outros grupos, com movimentos de fusão e de fragmentação intensos e frequentes ao longo desse processo de expansão.

A título de exemplo e comparação, o PCC, desde sua criação e no decorrer da sua expansão, manteve forte homogeneidade programática, disciplinar e moral, além de apresentar organicidade funcional e econômica, articulando, ainda que de forma descentralizada – por meio da criação de múltiplas células (sintonias) –, uma estrutura organizacional única. Em contraposição ao modelo de “franquia” do CV, pode-se apontar que a forma organizacional do PCC, no decorrer do seu processo de expansão, segue um modelo “matriz-filial”.

De qualquer forma, a partir de 2015, alguns tensionamentos passaram a ser percebidos nas dinâmicas de competição por novos filiados a ambas as facções. E, em parte, esse conflito ocorre por conta das diferenças (aqui apresentadas) entre esses dois grupos. Após 2016, a identificação de um grupo local com o CV passou a representar também a sua oposição ao PCC, conformando-se um modelo criminal nacional polarizado e binário, decorrente de um sistema de cooperações e lealdades ou ao PCC ou ao CV. Estar situado em um desses dois polos implicava ruptura total e oposição radical ao outro, como podemos visualizar nos muitos episódios de violência explícita nas prisões – e fora delas – nos últimos anos. Abordaremos esse tema novamente adiante.

1.3 Aparecimento de numerosos grupos locais em vários estados brasileiros

A expansão do PCC e do CV disseminou um modelo de organização da população carcerária e de gestão dos mercados ilícitos ancorado em conexões construídas nas prisões. Tal modelo se mostrava exitoso, não só do ponto de vista estritamente econômico, mas também da perspectiva político-ideológica desses grupos: seus embates com os governos estaduais acabavam por fortalecer a imagem e a narrativa de que estariam “lutando contra a opressão do Estado”.

Ao mesmo tempo, a própria existência desses grupos representava o potencial da prisão como espaço de captação de recursos para a reprodução e o fortalecimento das redes criminais, produzindo vínculos de confiança e de lealdades. Do mesmo modo, a prisão se estabelecia como um poderoso mercado, no qual tais grupos

tinham oportunidades de suprir demandas variadas, desde a proteção de indivíduos encarcerados até a provisão de todo tipo de produto, lícito e ilícito.

A centralidade da prisão brasileira como núcleo a partir do qual se estruturavam mercados ilícitos e redes criminais era ainda potencializada pelo fato básico de que a resposta estatal para o problema do crime e da violência se limita praticamente à aposta na prisão e no encarceramento massivo – por meio do aumento de penas e do chamado endurecimento penal. A resposta estatal por meio do encarceramento, portanto, fortalecia as condições para a expansão das redes criminais a partir do cárcere. Além disso, consolidava as condições ideológicas propícias ao enraizamento do discurso político-programático relativo à necessidade da luta contra a opressão do Estado e à demanda por proteção nos cárceres, que aumenta na proporção da deterioração das condições materiais desses estabelecimentos (Dias, 2013).

Contudo, a chegada dos grupos originários de São Paulo e do Rio de Janeiro também provocava efeitos nos mercados e nas dinâmicas locais em cada um dos estados em que se fomentava esse novo modelo de gestão das prisões e de mercados. Dessa forma, atingia atores estabelecidos e dinâmicas já consolidadas em cada território. Evidentemente, nem todos os atores criminais locais passaram a considerar oportuna a mudança na forma de gerir os negócios, e em muitos lugares esse processo resultou em conflitos violentos e no aumento dos homicídios e de violência nas prisões.

A resposta à chegada do PCC e do CV também se deu com a formação de grupos locais, como maneira de evitar que os mercados locais fossem dominados pelos grupos “estrangeiros” e para garantir a manutenção do controle desses mercados pelos mesmos atores. Dessa forma, assistimos à criação de numerosos grupos locais, alguns dos quais depois alcançaram posição regional e até nacional, enquanto outros desapareceram na mesma velocidade com que surgiram.

O resultado desse processo, em síntese, foi a nacionalização da adoção do modelo do Sudeste, ou seja, a conexão entre prisão e dinâmicas criminais extramuros, em cenários múltiplos e distintos, com maior ou menor homogeneidade e fragmentação entre os atores criminais. A construção desse modelo nos distintos contextos regionais e locais resultou em múltiplas configurações criminais, caracterizadas por maior ou menor conflitualidade e violência, a depender dos contextos dos mercados ilícitos, prévios às pressões oriundas dos atores faccionados, das respostas dos atores criminais locais e da forma de intervenção estatal. Esse cenário, que reúne fatores prévios e elementos novos em cada contexto cultural, geográfico e social, conformou diferentes configurações criminais, que, a depender de outros fatores distintivos, classificaremos aqui de “configurações hegemônicas” ou “configurações fragmentadas”.

Essa classificação implica uma compreensão desses contextos locais e regionais que ultrapassa a descrição de cada estado e nos permite, inclusive, analisar e compreender os cenários de rápidas transformações e mudanças dos mercados e dos atores, assim como os cenários de maior ou menor estabilidade. Ou seja, se a descrição dos grupos, atores e atividades atuantes num determinado local está quase que fadada a ser superada e desatualizada – em alguns meses, anos ou até semanas, a depender do contexto –, a proposta analítica deste texto é ir além da descrição e compreender essas dinâmicas de dispersão e mudanças rápidas como parte da explicação e associadas aos fatores locais/regionais prévios e à forma de chegada e de recepção dos elementos novos dessas configurações criminais-prisionais.

A ruptura da relação de colaboração e convivência dentro e fora do espaço prisional entre o PCC e o CV é efeito estrutural direto e constitutivo do processo de faccionalização e é também elemento basilar da atual conformação nacional do crime no Brasil. Por isso, antes de passar para a análise do contexto próprio da macrorregião Norte, em termos de atuação das facções – e que é o objetivo central deste texto –, vamos abordar rapidamente esse divisor de águas nas dinâmicas prisionais e criminais brasileiras.

2 O MARCO DE 2016: A POLARIZAÇÃO NA CONFIGURAÇÃO CRIMINAL-PRISIONAL NACIONAL

O ano de 2016 pode ser considerado um marco na configuração da dinâmica criminal brasileira. Neste ano, vários acontecimentos desencadearam, precipitaram ou aceleraram transformações em curso desde 2010, mas reconfigurando essa dinâmica e o papel das várias facções, especialmente as maiores, PCC e CV, na conformação criminal e prisional do país. Podemos listar os seguintes eventos:

- execução de Jorge Rafaat em Pedro Juan Caballero (junho de 2016);
- ruptura entre PCC e CV (meados de 2016);
- saída da prisão do líder do PCC, de vulgo Gegê do Mangue (2018); e
- transferência da cúpula do PCC para o SPF (2019).

Importante salientar que esses acontecimentos não têm relação direta entre si, tampouco podem ser associados com efeitos produzidos um sobre o outro, mas, juntos, acabaram contribuindo para impulsionar uma mudança na configuração criminal do país a partir de 2016.

Ainda nesse ano, o efeito imediato da ruptura entre CV e PCC foi a guerra instalada a partir de um modelo binário de alianças e conflitos entre os grupos criminais brasileiros que passaram a se alinhar a um polo ou outro dessa relação binária que situou PCC de um lado e o CV de outro. Conformou-se um bloco que, em

síntese, pode ser assim representado: CV/FDN/PGC⁴ *versus* PCC. Podemos afirmar que esse modelo é ainda hoje válido, mesmo que a FDN já não exista mais como um grupo, conforme veremos adiante. Além dessas facções, outros inúmeros grupos menores, de expressão local ou regional, se alinharam a um dos dois lados, sendo também sugados pela força dessa polarização criminal, que assumiu caráter nacional.

A ruptura do PCC com o CV implicou uma violenta disputa entre esses dois grupos e o envolvimento dos demais grupos menores. Portanto, a expansão do PCC mais a expansão do CV e o surgimento de inúmeros grupos criminais locais conformaram a faccionalização do sistema prisional e da dinâmica criminal brasileira. A ruptura entre PCC e CV produziu graves consequências sociais, dentro e fora da prisão, com um importante aumento dos homicídios em vários estados brasileiros – como veremos a seguir em relação à região Norte –, em decorrência de uma guerra instalada a partir de um modelo binário de alianças e conflitos entre os grupos criminais brasileiros (Manso e Dias, 2018).

A disputa entre esses grupos possui uma evidente dimensão econômica, em termos de competição nos mercados ilegais, mas também apresenta componentes culturais e morais importantes, sem os quais a análise se torna insuficiente e incompleta. Conforme mencionado antes, considera-se aqui que um dos aspectos estruturais para compreender esse processo de ruptura é a própria forma de organização estrutural do PCC e do CV. O modelo de expansão desses grupos, assentados em distintas formas de organização interna e de relação com os demais grupos – o PCC, centralizado e unificado em torno de um eixo único do grupo, bem como em torno de normas e procedimentos homogêneos; o CV, descentralizado, desconectado entre si e amarrado em torno de alianças pontuais e interesses econômicos em comum –, acabou levando ao aumento do tensionamento e à ruptura entre eles. A seguir estão apresentados alguns salves⁵ de ambos os grupos que explicitam os tensionamentos ocorridos desde 2015 e que culminaram com o anúncio do rompimento, em junho de 2016.

Salve 1 – PCC, junho de 2016

Salve geral para os irmãos dos estados

(...) Deixamos todos nossos irmãos cientes que em virtude de estarmos *vivendo um momento conturbado em vários Estados do País, com inimigos se aliando ao CV, se fortalecendo contra nós*, estamos em risco crescente em várias regiões.

4. FDN – Família do Norte; PGC – Primeiro Grupo Catarinense.

5. Os salves utilizados neste texto foram obtidos ao longo desses quase vinte anos de pesquisa sobre o tema, a partir de diversas fontes e em diferentes momentos. Eles foram armazenados e serão utilizados aqui com a finalidade de aprofundar a análise dos fenômenos ou ilustrar as dinâmicas internas associadas aos processos cuja compreensão propomos aqui. A fim de preservar as fontes, os circuitos de circulação da informação e os autores e atores associados a esses documentos, alguns trechos foram suprimidos (sinalizados com os parênteses e as reticências). O itálico foi inserido pela autora a fim de sublinhar informações relevantes. Essas observações são válidas para todos os salves utilizados neste relatório.

Ocorre que sempre respeitamos todas as facções fora de São Paulo e não buscamos exclusividade (...). Porém estamos sendo tratados desta forma em várias regiões que predominam o CV. *Nossa resposta será de igual, onde tivermos predominância, qualquer lugar que for, o CV não batiza mais ninguém* e se ocorrer resistência, será aplicado os mesmos critérios que eles mesmos declararam contra nós, ou seja, *o afilhado e o padrinho são decretados pelo Comando e devem ser executados (...)*.

Deixamos claro que *não fomos buscar esse confronto de interesses e que aplicamos a ideologia do crime fortalece o crime*. Não procuramos ser donos do crime no País, mas nosso nome tem que ser respeitado (...). Mais do que antes, estamos todos *empenhados para uma positiva expansão da nossa ideologia*. No país tem espaço para todos ganharem sua moeda e desenvolverem suas atribuições. (...). Todos os irmãos devem estar cientes de um *possível rompimento de diálogo com o CV* e da possibilidade de tomarmos algumas medidas preventivas para a segurança de todos irmãos do Comando (...).

Salve 2 – CV, mês desconhecido 2016

Quadro solução Brasil CVRL [Comando Vermelho Rogério Lemgruber] – Informativo

Após reunião (...) chegamos a decisão de informar em forma de resposta ao Salve passado para nós pelos amigos do Resumo PCC, onde que temos uma grande amizade e respeito, queremos deixar claro aos amigos que *não reconhecemos esse salve de outra facção porque somos CV e CV não recebe ordens de ninguém (...)*.

Sabemos distinguir o certo do errado. Respeitosamente através desse informativo humildemente queremos trazer a transparência para os amigos do Resumo que *preservamos e vivemos pela paz. Porém jamais fugiremos das guerras quando se fizer necessário*. Nós poderíamos de imediato diante desse salve breçar o trabalho dos amigos em alguns estados, mas em respeito ao PCC *jamais iremos cometer um erro diante de outro erro cometido pelos amigos (...)*. Onde sempre estivemos lado a lado buscando a sintonia perfeita pregando sempre a frente e a causa da nossa luta. Estamos espalhados em todos os estados do país *fortalecendo o crime dentro dos nossos critérios ideológicos* e não queremos breçar a evolução de ninguém mas também não aceitaremos parâmetros para nossa evolução (...). *Temos uma proposta de fortalecimento para os amigos que acreditam na nossa ideologia e apresentamos nosso estatuto como referência do que buscamos (...)*.

Salve 3 – PCC, 25 de setembro de 2016

Comunicado geral

A sintonia do Primeiro Comando da Capital vem por meio deste passar com total transparência a toda massa carcerária e todas as facções amigas o motivo que levou o tal ocorrido no Estado de Roraima. Acerca de três (3) anos *buscamos um diálogo com a liderança do CV nos estados, sempre visando a paz e a união do crime no Brasil* e o que recebemos em troca foi irmão nosso esfaqueado em Rondônia e nada ocorreu (...).

Como se não bastasse, *se aliaram a inimigos nossos que agiram de tal covardia* como o PGC que matou uma cunhada e sua prima por ser parentes de PCC, mataram 1 menina de 14 anos só porque fechava com nós. A mesma aliança se estendeu pra facção *Sindicato RN* que num gesto de querer mostrar força mataram uma senhora evangélica

e tetraplégica e uma criança (...). Acreditamos que o crime do país não é cego e *consegue enxergar com clareza* o que realmente é desrespeito com familiares e quem deu pontapé inicial para essa guerra sangrenta que se iniciou. *Para nós do PCC sempre foi mais viável a Paz*, mais como nunca tivemos esse retorno por parte dos integrantes do CV que sempre agiram de ousadia nos desrespeitando e desafiando, *acabamos chegando a esse embate (...)*.

Tivemos a ciência de que o CV soltou salves falando que desrespeitamos visitas, que fizemos familiares reféns, *pura mentira*, os familiares que retornaram para a unidade após o início do confronto não saíram por que não quiseram, teve familiares nosso também, ninguém sofreu nenhuma agressão. Quem fez familiares reféns em Rondônia foi o CV.

Estão agindo com tanto ódio e cegueira que tiraram a vida de 8 irmãos deles, por ai já dá *para o crime do País ver a falta de preparo com a própria facção, agora imagina o crime do país sobre esse comando?*

Fica aqui o nosso esclarecimento para todo o Crime do Brasil a realidade dos fatos e para aqueles que conhecem nossa luta e nosso trabalho e a sinceridade do Primeiro Comando da Capital o nosso forte e leal abraço. Estamos a disposição para esclarecimentos.

Resumo Disciplinar Estado e Países.

A ruptura entre PCC e CV e a deflagração da guerra entre as duas facções geraram na macrorregião Norte uma corrida para conquistar “corações e mentes” de grupos e quadrilhas locais e regionais, sem os quais não seria possível se estabelecerem nos territórios para onde grupos criminais avançavam.

Contudo, embora seja indiscutível a existência de interesses econômicos no controle ou acesso a fornecedores, rotas ou territórios importantes para a realização dos negócios ilícitos, principalmente no mercado de drogas ilegais, o discurso transcrito a partir dos salves apresenta uma dimensão que em geral é invisibilizada ou desconsiderada em sua centralidade nas abordagens sobre esse fenômeno. Os salves do PCC e do CV que anunciam a ruptura entre os dois grupos lançam mão de uma série de narrativas e argumentos de base moral e relacionados aos acordos tácitos ou explícitos vigentes entre os dois grupos, especialmente àqueles que concernem às posturas de cada um deles no âmbito do processo de expansão das respectivas facções e aos limites estabelecidos nessa competição – naquele momento, uma competição ainda fria e sem conflitos explícitos – em regiões diferentes daquelas nas quais esses grupos fincaram suas origens. Nesse sentido, o PCC anuncia e explica um possível rompimento com CV que estaria por vir:

Deixamos claro que não fomos buscar esse confronto de interesses e que aplicamos a ideologia do crime fortalece o crime. Não procuramos ser donos do crime no país, mas nosso nome tem que ser respeitado (...). Mais do que antes, estamos todos empenhados para uma positiva expansão da nossa ideologia. No país, tem espaço para todos ganharem sua moeda e desenvolverem suas atribuições (...). Todos os irmãos devem estar cientes de um possível rompimento de diálogo com o CV e da

possibilidade de tomarmos algumas medidas preventivas para a segurança de todos irmãos do Comando (...).

O trecho reproduzido evidencia os interesses econômicos presentes nesse processo e nessa disputa, mas coloca a explicação para o rompimento em termos ideológicos. A resposta do CV igualmente menciona as questões de ordem econômica presentes nessa configuração ou reconfiguração criminal, mas também explicita as motivações de cunho ideológico e moral para as decisões que viriam a impactar o convívio entre os dois grupos – “preservamos e vivemos pela paz. Porém, jamais fugiremos das guerras quando se fizer necessário”. E, mais adiante, “Estamos espalhados em todos os estados do país, fortalecendo o crime dentro dos nossos critérios ideológicos e não queremos brechar a evolução de ninguém, mas também não aceitaremos parâmetros para nossa evolução”.

No terceiro salve reproduzido, já no contexto posterior aos eventos que renunciariam o que estava por vir, o PCC dá a sua versão sobre o que teria ocorrido em Roraima e Rondônia em outubro de 2016: “Há cerca de três anos, buscamos um diálogo com a liderança do CV nos estados, sempre visando à paz e à união do crime no Brasil, e o que recebemos em troca foi irmão nosso esfaqueado em Rondônia e nada ocorreu (...)”.

Na sequência, o PCC aponta como as alianças com seus inimigos – PGC, FDN e Sindicato do Crime – foram essenciais para esse rompimento com o CV, mobilizando, ainda, argumentos de cunho moral para justificar a relação de oposição com esses grupos, por meio de fatos que os situariam fora da ética do crime, estendendo a todos os seus aliados essa posição de ausência de legitimidade.

Portanto, é no campo das disputas econômicas e das disputas morais que precisamos buscar a compreensão para os fenômenos recentes que transformaram de maneira contundente as dinâmicas criminais no Brasil. Essa busca passa de modo inexorável pela compreensão dos fenômenos que estavam ocorrendo nas prisões de todo o país, onde – tendo à frente PCC e CV – os diferentes grupos, ainda antes do conflito explícito, posicionavam-se em campos opostos numa corrida por “corações e mentes”, ou seja, por novos integrantes que, nos diferentes estados e regiões do país, pudessem fazer crescer e nacionalizar a facção e, ao mesmo tempo, permitir o acesso a novos mercados, novas rotas e novas conexões nos mais diversos mercados ilícitos, conforme as oportunidades apresentadas por uma determinada e prévia configuração regional.

No caso da macrorregião Norte, especialmente no Amazonas, o CV já se posicionava de forma extremamente favorável, pois tinha um aliado com forte pertença comunitária e com sólidos laços sociais dentro e fora das prisões do estado, e que já se posicionava como inimigo do PCC antes mesmo desse rompimento: a FDN. Nos anos mais recentes, todavia, assistimos à dissolução da FDN com o

fortalecimento do CV – para onde migrou a maior parte dos ex-membros da facção amazonense –, mas também com a formação de novos grupos, como o Cartel do Norte (CDN) e os Revolucionários do Amazonas (RDAs), este último em fase de crescimento relevante e aliado do PCC.

Nos demais estados da região, encontramos cenários distintos e diferentes níveis de estabilidade na conformação criminal: Rondônia, Amapá e Tocantins não apresentam cenários claramente hegemônicos de nenhum dos dois grupos nacionais, tampouco grupos locais fortes. São estados onde há equilíbrio entre os diversos grupos criminais, talvez com leve vantagem para o PCC no Tocantins, sobretudo pela sua vantagem no sistema prisional da capital, Palmas. No caso do Pará, embora haja hegemonia do CV na maior parte do território, o PCC está presente em partes da região sudoeste, especialmente Altamira, presença que se fortaleceu a partir da aliança estabelecida com o grupo local Comando Classe A (CCA). Já no Acre, até pouco tempo, o PCC tinha ampla vantagem, especialmente em razão da sua aliança com o grupo local Bonde dos 13. Nos últimos anos, percebe-se um avanço relevante do PCC no estado, que indica a possibilidade de maior equilíbrio entre os dois.

Em Roraima, contudo, a expansão e, de certa forma, a consolidação do PCC se efetivou por meio de seu próprio avanço organizacional, adensando a Sintonia de Roraima, ampliando o número de batizados, sobretudo dentro das prisões, e espalhando sua influência para amplas áreas do estado, desde a capital, Boa Vista, até terras indígenas (TIs) e áreas remotas, com a presença em atividades de garimpo ilegais. Diferentemente das estratégias que o PCC utilizou no Pará e no Acre, o PCC em Roraima logrou crescer de maneira relevante, preservando sua própria identidade e, ao que parece, expandindo seus contornos organizacionais próprios, com sua sede permanecendo localizada em São Paulo.

3 MACRORREGIÃO NORTE: O EFEITO DISRUPTIVO DA FACCIONALIZAÇÃO DAS DINÂMICAS PRISIONAIS E CRIMINAIS

O ponto de partida da análise proposta aqui se situa nos processos descritos anteriormente, que conformam o pano de fundo estrutural dos processos que analisaremos na macrorregião Norte, buscando delinear o contexto criminal regional e de cada um de seus estados, sob o ponto de vista específico da atuação das facções criminais e de seus efeitos sobre a dinâmica criminal, além dos mercados ilícitos de cada estado e da macrorregião como um todo.

Nesta seção, trataremos a caracterização da região a partir de trabalhos acadêmicos e dos trabalhos produzidos por organizações não governamentais (ONGs) e outras entidades que, especialmente nos últimos quatro anos, se voltaram a descrever e analisar dinâmicas da violência na macrorregião Norte. Além disso, utilizamos um

amplo banco de dados de materiais jornalísticos, que, analisado qualitativamente, permite observar que a imprensa passou a retratar de forma muito mais recorrente as facções criminais na região nos últimos oito anos. Finalmente, utilizaremos, ainda, documentos produzidos pelos grupos criminais, a fim de ilustrar, explicar ou aprofundar alguns fenômenos que abordaremos aqui.

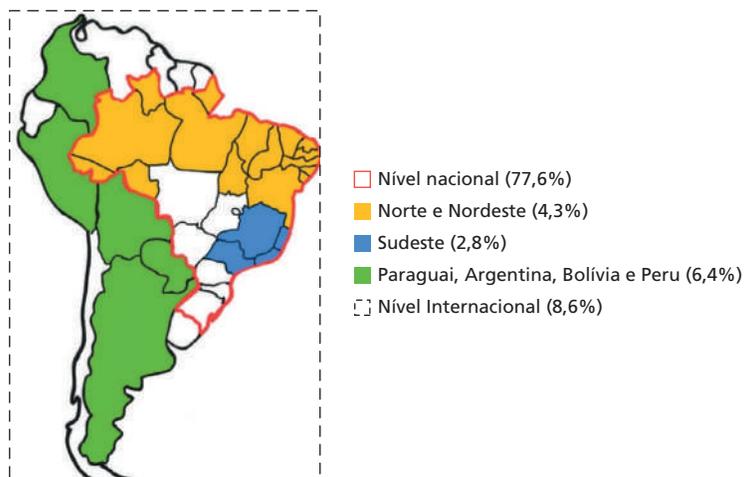
O pano de fundo para essa análise é o quadro apresentado anteriormente – que pode ser definido como um quadro de faccionalização da dinâmica prisional e criminal em âmbito nacional – e a ruptura das relações entre PCC e CV, que produziu impactos nacionais, com importantes variações regionais, estaduais e locais, conforme processos históricos, culturais, sociais, econômicos e políticos que incidem sobre a conformação do fenômeno criminal.

3.1 Trabalhos acadêmicos e relatórios técnicos

Um dos levantamentos realizados para a elaboração dessa análise é o de trabalhos acadêmicos com o recorte do termo “facções” e similares, publicados até o ano de 2020,⁶ conforme consulta ao repositório da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e ao Google Scholar. A seguir, alguns dados de natureza quantitativa.

FIGURA 1

Área de atuação das facções por regiões nos trabalhos acadêmicos



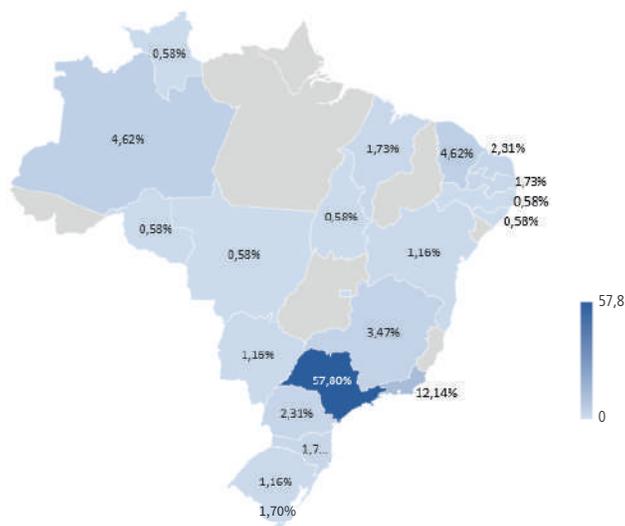
Fonte: Google Scholar e repositório Capes.
Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

6. Certamente, nos últimos anos, muitos outros trabalhos foram publicados. Estamos tentando atualizar esse banco de trabalhos acadêmicos, contudo, não foi possível concluir a atualização (que demanda um trabalho contínuo) a tempo de incorporar a esse texto.

FIGURA 2

Estados de atuação das facções nos trabalhos acadêmicos



Fonte: Google Scholar e repositório Capes.

Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

Fazendo o recorte dos trabalhos acadêmicos a partir do critério macrorregional, do total de 310 trabalhos acadêmicos localizados, quatorze trabalhos tratam de grupos atuantes na macrorregião Norte, entre os quais:

- um trata das questões internacionais, especialmente aquelas relacionadas à tríplex fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia (Hirata, 2019);
- três abordam toda a macrorregião Norte, sem especificar os estados; dos quais dois são desdobramentos de um único trabalho, que envolve o conflito entre a FDN e o PCC, sendo um trabalho de conclusão de curso – TCC (Framento, 2018) e um artigo derivado desse TCC (Ferreira e Framento, 2019); o terceiro é um trabalho apresentado como requisito de um curso de especialista na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, o qual aborda o papel do Exército brasileiro no enfrentamento ao “avanço do PCC na Amazônia” (Teixeira, 2020);
- um trabalho sobre o Tocantins, em que se realiza uma análise do discurso das facções PCC e CV no estado, por meio da observação de um salve atribuído às lideranças estaduais do PCC, quando se anuncia a ruptura com o CV (Ponche, 2020);

- um sobre o Pará, em que os autores analisam a territorialidade construída a partir das relações que se estabeleceram para conectar presos de uma unidade prisional em Ananindeua (região metropolitana – RM de Belém) com unidades prisionais de outros estados (como o Presídio Federal de Catanduvas, no Paraná) para a estruturação do tráfico de drogas local, por meio de indivíduos associados ao CV (Netto e Chagas, 2019);
- um sobre Roraima, em que o foco da abordagem é a violência em Boa Vista, tendo como principal ancoragem analítica a alta da taxa de homicídios na capital do estado e a questão prisional, especialmente a rebelião ocorrida na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo (PAMC). Embora o texto não tenha o foco específico nas facções prisionais, esses grupos acabam sendo abordados por terem ligação com o aumento da violência no estado, na medida em que aparecem vinculados aos fenômenos mencionados (Oliveira, 2017);
- um trabalho sobre Rondônia, que é apresentado como TCC de formação de oficiais da Polícia Militar do estado e que propõe analisar os conflitos violentos em duas localidades da capital, Porto Velho. De acordo com os autores, cada uma das localidades estudadas é controlada por um dos grupos de base prisional que atua no estado (CV Rondônia e Primeiro Comando do Panda – PCP, ambas consideradas facções de origem local). Esse fenômeno estaria relacionado ao aumento do crime violento, especialmente dos homicídios, e à maior vinculação de indivíduos presos às dinâmicas criminais externas à prisão (Silva, Silva e Ribeiro, 2020); e
- seis trabalhos sobre o Amazonas, entre os quais um consiste em um estudo de caso sobre o FDN (Santos, 2016); três têm o foco na questão prisional do estado e abordam especialmente a situação dos presídios de Manaus e os conflitos entre a FDN e o PCC (Candotti, Cunha e Siqueira, 2017; Coelho e Silva, 2019; Paz e Nunes, 2019); outro descreve e analisa os mercados ilícitos e os atores na região da tríplex fronteira Norte (Paiva, 2018); e outro trabalho propõe uma análise compreensiva sobre as dinâmicas criminais que engendraram as transformações sociais no Estado, a partir dos conflitos entre a FDN e o PCC (Siqueira e Paiva, 2019).

Com relação às facções, todos os trabalhos versam sobre PCC, CV e FDN, sozinhos ou relacionados entre si. Não foram localizados trabalhos que tratam de outras facções, provavelmente porque os demais grupos apresentam maior precariedade e instabilidade, sendo bastante vulneráveis às dinâmicas de fragmentação e/ou absorção pelos maiores grupos criminais. Portanto, ainda não haveria tempo suficiente de estabilização desses grupos que permitisse a maturação necessária à sua captura pela produção acadêmica.

A ampla maioria desses trabalhos trata das dinâmicas faccionais da prisão e da rua, bem como da articulação entre esses dois universos sociais. Os artigos são maioria (dez), e há ainda uma dissertação de mestrado e três TCCs. Não foi localizada nenhuma tese de doutorado.

Essa lacuna na produção acadêmica, entre outras questões relacionadas à necessidade de políticas científicas e educacionais que fortaleçam as universidades públicas e a pesquisa na região, sinaliza também aspectos do próprio fenômeno da violência, da criminalidade e dos mercados ilícitos na macrorregião, caracterizados por grande fragmentação dos grupos, intensa competitividade, violenta conflituosidade e incapacidade desses grupos, até o momento, de se estabelecerem de forma mais consolidada em qualquer um dos estados que compõem a região Norte.

A composição das modalidades de trabalhos acadêmicos indica certa incipiência dessa temática na macrorregião, sobretudo se considerarmos que o levantamento realizado chegou apenas até 2020. A partir de 2016 e sobretudo de 2017, a eclosão dos conflitos associados à faccionalização prisional e criminal começou a chamar atenção da opinião pública nacional para a região. Após 2019, com as investidas do governo Bolsonaro sobre as TIs e o território amazônico como um todo,⁷ por meio do estímulo à ocupação e à exploração econômica desenfreada – garimpo, extração de madeiras etc. – em áreas protegidas e da fragilização das entidades e dos instrumentos de proteção dessas áreas e dos povos que as ocupam, a Amazônia se tornou foco de atenção global e assunto de debate nos principais fóruns nacionais e internacionais.

A partir de então, houve uma enorme impulsão para o financiamento de pesquisas na região, por entidades nacionais e internacionais, o que provocou uma proliferação de estudos mais recentes. Estes, em sua maioria desenvolvidos por entidades da sociedade civil ou do Estado, se concentraram em levantamentos técnicos e analíticos de caráter descritivo e com vistas à caracterização regional, buscando sobretudo um diagnóstico a respeito dos processos sociais e políticos que poderiam estar associados à conflitualidade na região amazônica, expressa pelo aumento dos homicídios e das recorrentes denúncias de violação e ataques contra os povos originários. A continuidade do acompanhamento dos trabalhos acadêmicos produzidos nos últimos anos possivelmente nos permitirá localizar o reflexo desse interesse nacional e global pela região amazônica, especialmente nos fenômenos relacionados à violência e à sua centralidade política e acadêmica.

Em dezembro de 2021, foi publicado o relatório *Ilegalidade e Violência na Amazônia pelo Grupo Amazônia 2030* (Soares, Pereira e Pucci, 2021), financiado

7. Programa político sintetizado na expressão “passar a boiada”, utilizada pelo então ministro do Meio Ambiente durante uma reunião ministerial, que chegou a conhecimento público após o vazamento do vídeo em maio de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/ministro-do-meio-ambiente-defende-passar-a-boiada-e-mudar-regramento-e-simplificar-normas.ghtml>. Acesso em: 28 abr. 2023.

pelo Instituto Clima e Sociedade (iCS), cujo foco foi o desenvolvimento histórico da violência nos últimos vinte anos, sobretudo o aumento dos homicídios verificado nos anos mais recentes. Para os autores do estudo, três atividades ilegais relacionadas a crimes ambientais explicam o aumento da violência na região: a ocupação irregular de terras e a exploração ilegal de madeira e de ouro. O afrouxamento da capacidade de fiscalização estatal parece estar no cerne do aumento dessas atividades ilegais e da violência a elas associada. A partir da análise de dados estatísticos, os autores produziram a categoria “excesso de violência” para definir alguns municípios pequenos que, por serem palco de atividades ilegais conectadas às questões ambientais, respondem por cerca de 70% do excesso de violência na região (Soares, Pereira e Pucci, 2021).

Numa perspectiva cronológica, o relatório aponta a existência de três momentos-chave na conformação do cenário da violência e do crime na região:

- (i) final dos anos 1990, marcando o início do descolamento entre a região amazônica e outras regiões do país;
- (ii) meados dos anos 2000, marcando a desaceleração da violência, com convergência parcial para os níveis observados em outras regiões; e
- (iii) início dos anos 2010, marcando uma nova aceleração no crescimento das taxas de homicídio na região (Soares, Pereira e Pucci, 2021, p. 17).

Entre os achados apontados no relatório, destaca-se a identificação do crescimento da violência em municípios que se localizam nas rotas rodoviárias e/ou hidroviárias do tráfico de drogas, especialmente na parte centro-sul do Amazonas. Trata-se de áreas remotas, historicamente com baixa ocupação e baixo índice de violência e que, recentemente, apresentaram crescimento acelerado dos homicídios. Notaram-se alguns padrões importantes para entender a violência na região. Em primeiro lugar, municípios próximos às rotas rodoviárias apresentaram média maior de taxas de homicídio, o que poderia estar relacionado ao fato de ser uma área mais urbanizada e com maior presença humana. De modo inversamente análogo, nos municípios próximos às rotas hidroviárias, em áreas mais remotas e com menor presença humana, as taxas de homicídios são menores (Soares, Pereira e Pucci, 2021, p. 46).

Contudo, a pesquisa identifica que

a partir do início dos anos 2010, municípios nas rotas hidroviárias começaram a experimentar aumentos nas taxas de violência maiores do que aqueles observados em outras áreas. Esse padrão é particularmente claro para os municípios que se encontram simultaneamente nas rotas rodoviária e fluvial, com um aumento marcado das taxas de violência sendo observado já a partir de 2011. Mesmo nos municípios localizados apenas na rota fluvial, com níveis de violência historicamente mais baixos, há um aumento relativo claro a partir de 2015, com taxas de homicídio se aproximando das médias observadas na região (Soares, Pereira e Pucci, 2021, p. 46).

As áreas em que se identificou esse aumento recente dos homicídios não são as mesmas que a Comissão Pastoral da Terra identificou como territórios relacionados às disputas de terra e às mortes associadas a esses conflitos. Nesse sentido, os dados coletados sugerem que “as rotas do tráfico podem de fato ter contribuído para o aumento de violência registrado na segunda metade da última década” (Soares, Pereira e Pucci, 2021, p. 46).

Portanto, além das atividades ilícitas mais relacionadas aos crimes ambientais, o relatório identificou: a expansão das atividades de tráfico de drogas na região, a qual adquire uma posição protagonista nas rotas e nos fluxos de drogas ilícitas, com destinação a outros continentes; e o aumento da violência, possivelmente associada a essa expansão. Dos produtos relacionados a esse comércio ilícito, destaca-se a cocaína, oriunda de países produtores (Colômbia, Peru e Bolívia) cujas fronteiras com o Brasil abrangem em grande parte a região amazônica. Dessa forma, para além das questões relacionadas aos crimes ambientais, as dinâmicas da violência associadas ao tráfico de drogas interagem de diversas formas com as outras redes de atividades ilícitas.

Outro estudo relevante sobre o tema é *Cartografias da Violência na Região Amazônica*, elaborado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em parceria com o iCS e o grupo de pesquisa Territórios Emergentes e Redes de Resistência na Amazônia (Terra), publicado em fevereiro de 2022. O relatório apresenta mapas referenciando as terras da Amazônia Legal que são unidades de conservação (UCs), TIs e terras quilombolas (TQs), chamando atenção para a importância da grande extensão territorial do Amazonas e do Pará, com a maior integração rodoviária deste último. O estudo, como sugere o título, privilegiou a apresentação das dinâmicas criminais na região por meio de mapas, em que se representaram fluxos, mercadorias, atores e outros elementos importantes para o diagnóstico do problema da violência e do crime na região amazônica.

Conforme os autores da pesquisa:

No caso da Amazônia, para compreender a dinâmica da violência da região, é preciso antes rever quais são os principais ilícitos ambientais que cercam a floresta. Isso porque a disputa desigual entre os atores envolvidos na exploração ilegal dos recursos naturais e a população que luta pela preservação do território funda as bases sociais sobre as quais interagem as organizações criminosas e os atores envolvidos com a criminalidade da região (FBSP, 2022, p. 15).

Portanto, na mesma linha do estudo anterior, essa pesquisa também destaca a sobreposição de atividades ilícitas, com o imbricamento entre as dinâmicas próprias da região, marcadas pela questão ambiental, e os mercados das drogas ilícitas, principalmente o da cocaína, asseverando que “a própria geografia da região contribui para esta sobreposição, visto que as rotas, sejam fluviais, rodoviárias e

aéreas, muitas vezes são as únicas existentes em determinadas territorialidades, contribuindo para que o mesmo modal seja utilizado com diferentes finalidades" (FBSP, 2022, p. 38).

Além das rotas rodoviárias, prevalentes na Amazônia Oriental, e das rotas hidroviárias, predominantes na Amazônia Ocidental, existem ainda as rotas aereoviárias, que utilizam as pistas de pouso clandestinas abertas no meio da floresta e fazendas. Há espaços de conectividade entre diversos meios de transporte das drogas (e de outras mercadorias), possibilitando o uso de multimodais nos fluxos ilícitos que atravessam o território amazônico (FBSP, 2022), levando mercadorias para os mercados nacionais e internacionais.

Ainda segundo o relatório de pesquisa do FBSP,

as cidades de Belém e Manaus constituem-se como duas importantes metrópoles regionais que historicamente sofrem com problemas de violência urbana relacionados à presença de gangues, grupos de extermínio e tráfico de drogas, mas que foram agravados pela chegada das facções criminosas do Sudeste, sobretudo PCC e CV. Com o crescimento do tráfico de cocaína na Amazônia, essas duas metrópoles ficaram em evidência nas disputas pelo controle do mercado da droga, pois constituem importantes *hubs* da interação espacial das redes na região para a fluidez da droga em direção aos mercados nacionais e globais. Não à toa, grupos regionais do tráfico de drogas começaram a se organizar para controlarem as principais rotas de distribuição e consumo na região (FBSP, 2022, p. 42).

Constatação importante em ambos os relatórios para os propósitos deste trabalho é o aumento excepcional da violência verificado nos municípios que estão situados nas rotas fluviais ou rodoviárias do fluxo da cocaína e a relação desse aumento com a intensificação dos grupos criminais que se denominam “facções” (Soares, Pereira e Pucci, 2021). Também para o FBSP,

(...) é importante aqui reconhecer a importância para a dinâmica criminal da região do estabelecimento de organizações criminais, principalmente as de base prisional. O peso relativo destes grupos na configuração criminal, no Brasil como um todo e na região amazônica em específico, é significativo, tornando importante sua análise para compreender o cenário recente dos indicadores de violência e as interconexões entre diferentes modalidades criminosas, incluindo as ambientais (FBSP, 2022, p. 38).

Nesse sentido, as pesquisas que se voltaram ao diagnóstico sobre a violência nos territórios da Amazônia corroboram análises que já vêm sendo realizadas há anos a respeito da expansão dos grupos faccionados do Rio de Janeiro e de São Paulo para outros territórios do Brasil, produzindo tensões, fricções, conflitos, violência e reconfigurando a dinâmica criminal e prisional do país (Dias, 2013; Manso e Dias, 2017; 2018; Paiva, 2018; Candotti, Cunha e Siqueira, 2017; Dias e Ribeiro, 2019; Siqueira e Paiva, 2019; Dias e Paiva, 2022).

O processo de expansão das facções e os arranjos e desarranjos que produzem são complexos e compostos de múltiplas camadas de significados e de múltiplos fatores impulsionadores e conformadores de seus efeitos. Além disso, as composições e as relações estabelecidas entre os grupos assumem formas variadas em diferentes contextos, da mesma maneira que o processo histórico de migração e chegada dos grupos originários do Sudeste nas mais distintas regiões brasileiras também apresenta muitas lacunas a serem superadas. A partir dos trabalhos comentados antes e do material que será apresentado na sequência, pretendemos contribuir para reduzir a lacuna da compreensão dos efeitos e das conformações locais e regionais que o processo de faccionalização e a ruptura entre PCC e CV provocaram na macrorregião Norte.

Em virtude dos inúmeros trabalhos cujo foco é dirigido aos mercados ilícitos, incluindo os atores, os produtos, as rotas, os modais de transporte etc., nossa abordagem incluirá também dimensões que foram menos exploradas na literatura e que, da nossa perspectiva, constituem um elemento central para a compreensão dos fenômenos aqui analisados. As disputas morais no mundo do crime e a busca de legitimação por meio da reivindicação de ser portador de uma ética criminal conformam as disputas narrativas que sustentam argumentos para a defesa regionalista de territórios e de espaços ou para a construção de alianças estratégicas, visando preservar territórios e espaços do avanço de outros grupos. Afirmar que essa dimensão é central para a compreensão dos processos de disputas violentas que são constitutivos desse fenômeno não significa esvaziar a importância da dimensão propriamente econômica dessas disputas; implica observar essas duas dimensões conformando o mesmo processo e a mesma dinâmica, operando em distintas camadas de sustentação das alianças ou das rupturas entre os grupos criminais, alinhando composições ou disjunções, produzindo legitimações morais com efeitos econômicos e práticas comerciais com lógicas atreladas à ética criminal. Trata-se de uma dimensão simbólica estreitamente vinculada à forma de atuação das facções prisionais-criminais e aos mecanismos de pertencimento, identificação e criação de vínculos engendrados por elas.

3.2 Macrorregião Norte: contexto histórico e análise das múltiplas e diversas configurações locais

A partir de bancos de dados construídos com material produzido pela imprensa brasileira e com a utilização de documentos internos aos grupos criminais, buscaremos caracterizar o cenário da macrorregião Norte em relação à atuação dos grupos criminais em cada estado, dentro e/ou fora das prisões e nas relações de cooperação ou conflito estabelecidas entre eles. Não necessariamente faremos uma abordagem de cada estado separadamente, mas, a partir do material consultado, buscaremos situar as relações que foram se produzindo entre os grupos, os discursos que os mobilizam, suas práticas e seus efeitos sociais.

O levantamento de material da imprensa do qual partimos nesta análise diz respeito a três bancos de dados diferentes entre si, a saber:

- banco de dados de notícias da imprensa sobre o PCC (1993-2020);
- banco de dados de notícias da imprensa sobre outras facções, exceto PCC (2010-2020); e
- banco de dados de notícias da imprensa sobre dinâmicas criminais e mercados ilícitos na Tríplice Fronteira Norte – Tabatinga/Letícia/Santa Rosa (2014-2021).

Trata-se de materiais coletados e organizados em projetos diferentes e em períodos distintos. Por isso, as categorias em que eles estão classificados são diferentes. Porém, procedemos à sua unificação tendo em vista a integração das informações do ponto de vista qualitativo. A fim de elaborar uma análise qualitativa desse material, visando compreender a abordagem da imprensa a respeito das facções, fizemos um primeiro recorte a partir da dimensão macrorregional, acompanhando o desenho metodológico do projeto de pesquisa do Ipea chamado Dinâmicas da Violência no Brasil.

Após o recorte macrorregional, reunimos o banco de notícias sobre o PCC e o banco de notícias sobre outras facções, recortando categorias que eram comuns a ambos. Já o banco de notícias sobre a Tríplice Fronteira Norte (que não é restrito a notícias sobre facções, mas, sim, sobre a microrregião) não foi unificado com os demais, sendo utilizado para compreender alguns aspectos específicos dessa região, que é um território fundamental para as dinâmicas criminais que estamos analisando aqui.

O material da imprensa sobre a Tríplice Fronteira Norte, envolvendo as cidades de Tabatinga (Brasil), Letícia (Colômbia) e Santa Rosa (Peru), traz informações importantes para contextualizarmos o cenário geográfico, cultural, social e econômico local e para nos aproximar de uma análise compreensiva do papel das facções e das transformações que esses grupos produziram nas dinâmicas criminais e de violência da região, tornando-as mais complexas e multifacetadas. Contudo, é importante reforçar que, ao contrário dos outros dois bancos de notícias, neste caso, trata-se de um recorte regional/local sobre a coleta das notícias, e não com foco nas facções em si.

Além das notícias da imprensa, temos também um material produzido internamente a alguns grupos criminais, especialmente o PCC, composto de salves, estatutos, cartilhas e outros documentos que fazem parte de sua dinâmica interna. No caso do PCC, além dos documentos relacionados a instruções normativas, morais e disciplinares, há também uma série de documentos que conformam a rotina burocrática da organização e que se constituem como prestação de contas. Há, ainda, um grupo de materiais que tem por objetivo fazer o acompanhamento e o controle

organizacional, o qual consiste em registros do número de integrantes da facção (batizados) e dos demais grupos presentes naquele território, em cada área onde o PCC está presente. Esse levantamento é feito regularmente, e, embora não seja possível afirmar com exatidão a periodicidade com que ele ocorre – pois temos alguns desses documentos obtidos de forma aleatória e não sistematizada –, considera-se provável que seja mensal ou bimestral. Devido ao caráter desse documento, chamaremos esses levantamentos realizados pelo PCC de Censo. Eles apresentam uma estrutura homogênea, mas observam-se também diferenças entre eles. Alguns listam os grupos amigos, inimigos e neutros, citando também o número aproximado de integrantes de cada um desses grupos; outros distinguem esses grupos entre facções, grupos, bondes e guerrilhas. Em geral, a listagem é organizada por estados da Federação, em seguida se listam as facções que foram identificadas naquele estado. Porém, em alguns documentos, a organização é feita primeiramente a partir da classificação de facções amigas, inimigas ou neutras. Finalmente, em alguns desses levantamentos, o próprio PCC é incluído, além da informação sobre o número de pessoas batizadas naquela localidade.

De qualquer forma, e a despeito de certa heterogeneidade entre os documentos, podemos afirmar que há interesse e esforço – ao menos por parte do PCC – de conhecer e de sistematizar as informações do contexto em que atuam, delineando elementos conjunturais que possam orientar ou subsidiar decisões ou estratégias daquela facção naquela localidade. Apesar da notável precariedade das informações e da falta de sistematicidade desses documentos, a própria reiteração desse trabalho de registro – que é realizado no âmbito da Sintonia dos Estados e Países e coletado pela sintonia de cada estado e país onde há a presença do PCC,⁸ em qualquer nível de estabilidade e segurança – é reveladora de uma engrenagem que é complexa, tanto em seu significado global quanto estrutural. Apresentaremos alguns desses documentos recortando as informações relacionadas à macrorregião Norte, que remetem a temporalidades distintas e a modelos distintos de exposição das informações.

8. A Sintonia dos Estados e Países é formada pela sintonia de cada estado brasileiro e de cada país em que o PCC está presente. A sintonia pode ser composta por dois ou mais integrantes do PCC que têm a responsabilidade sobre aquele território, envolvendo a ampliação do número de integrantes, a expansão de novos mercados, alianças, e também resolvendo conflitos, prestando contas dos gastos e dos lucros com as atividades ali desenvolvidas pelo PCC. Essas sintonias prestam contas sobre a situação do território pelo qual são responsáveis no âmbito da Sintonia dos Estados e Países por meio de relatórios diversos e de reuniões/conferências regulares (semanais). São Paulo faz parte dessa sintonia, mas tem uma estrutura interna mais complexa, com subdivisões próprias. Além disso, a estrutura de São Paulo não está subordinada hierarquicamente à Sintonia dos Estados e Países. Acima da Sintonia de São Paulo e da dos Estados e Países está o Resumo ou Sintonia Geral Final. Essas sintonias em geral se subdividem em sistema (prisional) e rua. Contudo, a depender do tamanho do PCC no território, em caso em que seja mais incipiente, é possível que as mesmas pessoas ocupem essas duas posições. Também é importante dizer que muitas vezes a sintonia de um estado e país se encontra em outro estado. Alguns estados e países têm estrutura completa própria e não se subordinam mais à Sintonia dos Estados e Países. Nesses casos, são chamados de estados/países evoluídos. No final de 2022, essa era a condição da Bolívia, do Paraguai, de Minas Gerais, do Paraná e do Mato Grosso do Sul. Contudo, trata-se de uma estrutura bem volátil, com mudanças constantes.

Entre 1990 e 2010, no banco de notícias da imprensa que tratam do PCC na macrorregião Norte, foram localizadas apenas quatro reportagens que mencionavam a atuação do grupo paulista.

A primeira notícia é de 2001, dias após a primeira megarrebelião promovida pelo PCC em São Paulo.⁹ A notícia traz a informação de que o PCC já se espalhava para sete estados, além de São Paulo. Destes, Rondônia é o único estado da região Norte mencionado na notícia, que apontava também que o preso do PCC que estava naquele estado teria vindo transferido do Paraná e estava envolvido na explosão do muro de uma casa de detenção em Porto Velho. Um ano depois, em fevereiro de 2002, Rondônia volta a ser objeto das notícias relacionadas a esses mesmos presos. De acordo com a notícia: “Rondônia recebeu dois membros do PCC transferidos do Paraná em 2000. Vilmar Ferreira Pinto, o ‘Paraná’, 40, está foragido. O outro, Luiz Frasso Corrêa, 50, está na Casa de Detenção Doutor José Mário Alves da Silva, conhecida como Urso Branco.”¹⁰

Em notícia de 2010, há a reprodução em veículo nacional de notícia do jornal *La Razón*, da Bolívia, que informa que “o Primeiro Comando da Capital (PCC), de São Paulo, o Comando Vermelho (CV), do Rio, e o cartel mexicano Zeta estabeleceram conexões com clãs familiares de narcotraficantes bolivianos”. Ainda segundo essa notícia, o vice-ministro de Defesa Social, Felipe Cáceres, disse que as três organizações criminosas estão agindo em sociedade, que PCC e CV teriam emissários operando na Bolívia e que o Brasil teria se tornado o principal mercado para a cocaína boliviana.¹¹

No período 2011-2020, foram identificadas 63 notícias sobre o PCC na macrorregião Norte. As informações correspondentes a esse período foram agregadas ao banco de dados das “outras facções”. É importante mencionar que, entre 2010 e 2013, não foram encontradas notícias sobre outros grupos faccionais na região Norte.

No que diz respeito a outros grupos faccionais, exceto o PCC, o levantamento das notícias da imprensa foi estruturado a partir das principais facções criminais atuantes no Brasil, conforme identificação preliminar de sua importância regional ou local. Ou seja, a busca na imprensa foi feita a partir dos nomes dos respectivos grupos, a partir de uma prévia identificação daqueles existentes. Isso significa que pode haver grupos que surgiram posteriormente ao período estabelecido na coleta e que, por isso, não constam no material coletado. Também pode haver grupos

9. Trata-se do primeiro episódio de rebelião coletiva nas prisões paulistas relacionado diretamente ao PCC. Na ocasião, foram 29 unidades prisionais paulistas em rebeliões simultâneas, e, pela primeira vez, foram expostas ao público fora do espaço prisional as bandeiras do PCC, com seus símbolos e seu lema.

10. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2002200208.htm>. Acesso em: 23 fev. 2024.

11. Disponível em: <https://www.conversaafiada.com.br/brasil/2010/07/15/pcc-dos-tucanos-toma-conta-do-traffic-na-bolivia>. Acesso em: 23 fev. 2024.

que foram mencionados, mas que já não existem, não operam ou não apresentam mais relevância. Portanto, a ausência de notícias sobre um dado grupo em nosso levantamento não significa necessariamente a inexistência de notícias a seu respeito na imprensa.

Vale lembrar que esse material tem valor para análise qualitativa e não quantitativa, apesar das representações de cunho quantitativo que estão presentes neste relatório. Trata-se de iluminar aspectos importantes das dinâmicas de representação dos fenômenos criminais na imprensa, que nos permitam delinear o fenômeno da chegada desses grupos em determinados períodos da história e os efeitos provocados nos territórios aonde eles chegaram.

Em sua maioria, os grupos que se verificou terem atuação na macrorregião Norte caracterizam-se por serem grupos menores e menos estabilizados no tempo e no espaço, por isso a dinâmica de fragmentação, fusão, absorção, aparecimento e desaparecimento é muito mais intensa.

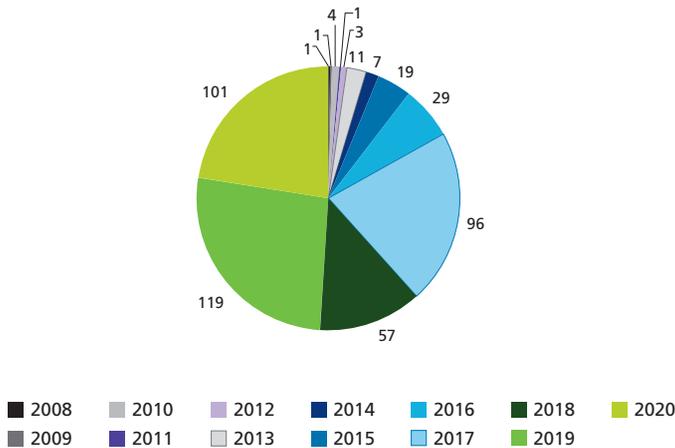
A despeito de lacunas que já foram percebidas – a ausência do grupo Crias da Tríplice Fronteira, a máfia tocantinense e os grupos surgidos mais recentemente, CDN e RDA por exemplo –, considera-se que o material é importante para retratar o processo histórico de faccionalização gradual da macrorregião Norte, delineando os contornos do ano, dos grupos, dos estados e dos conflitos que foram inserindo a região nos problemas sociais e políticos que já se conformavam como questões centrais na macrorregião Sudeste.

Enfim, os dados apresentados a seguir se referem a esse conjunto de materiais jornalísticos referentes ao período 2010-2020, filtrados pela variável macrorregião Norte. Trata-se de um total de 384 registros do banco de dados “outras facções” e de 63 notícias coletadas no banco de dados “PCC”. Observado o ano da notícia e, depois, o estado da região Norte ao qual as notícias se referem, o material está distribuído conforme indicado no gráfico 1.

GRÁFICO 1

Notícias sobre facções por ano – macrorregião Norte (2008-2020)

(Em %)



Fonte: Acervo pessoal (2010-2020).
Elaboração da autora.

A representação das notícias da imprensa sobre as facções é bastante indicativa do processo social que provocou as transformações na macrorregião Norte, a partir do deslocamento e da centralidade que as facções foram assumindo, paulatinamente, nas dinâmicas criminais desses territórios. Se, entre 2008 e 2012, as notícias eram raras e pontuais, entre 2013 e 2016 se percebe um avanço relevante no impacto que as facções produziam no noticiário da imprensa, ainda assim relativamente pequeno diante do que viria a ocorrer a partir de 2017. Como já foi assinalado aqui, em 2016 ocorreu a ruptura entre o PCC e o CV, o que produziu efeitos nacionais com impactos na violência dentro das prisões e nas taxas de homicídio, notadamente nos estados em que há maior fragmentação das facções. No bojo desse processo, o massacre do Complexo Penitenciário Anísio Jobim (Compaj), em Manaus (Amazonas), ocorrido em 1º de janeiro de 2017, destaca-se como um dos eventos mais emblemáticos e um marco em relação aos efeitos da faccionalização das dinâmicas prisionais e criminais na macrorregião Norte.

Se 2017 foi um ano diretamente impactado pelos acontecimentos do seu primeiro dia, percebemos que nos anos seguintes não houve um arrefecimento da abordagem das facções pela imprensa. Foi um tema que aparentemente chegou para ficar na região. Mesmo com a redução das notícias em 2018 (somando 57), os números apresentam crescimento relevante em 2019 (crescendo para 119) e 2020 (chegando a 101). Seja porque a questão das facções se estabeleceu na opinião pública como um fenômeno relevante, do ponto de vista da abordagem da violência na região, seja porque de fato esses grupos protagonizaram episódios com repercussão

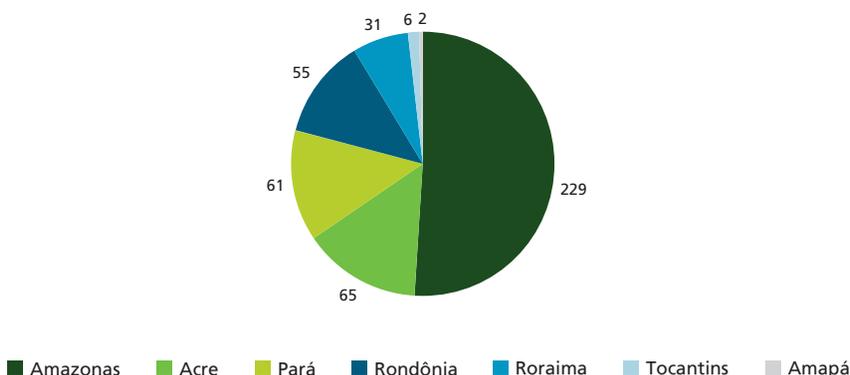
mediática, o fato é que esse conjunto de notícias evidencia a centralidade que esses atores assumiram para a compreensão dos cenários dessa região, bem como para compreender o aumento da violência em alguns territórios.

Além da representação da contagem de notícias por ano, a contagem de notícias por estado ao qual as notícias se referem corrobora a importância dos fenômenos mencionados aqui.

GRÁFICO 2

Estados no noticiário da imprensa sobre facções – macrorregião Norte (2010-2020)

(Em %)

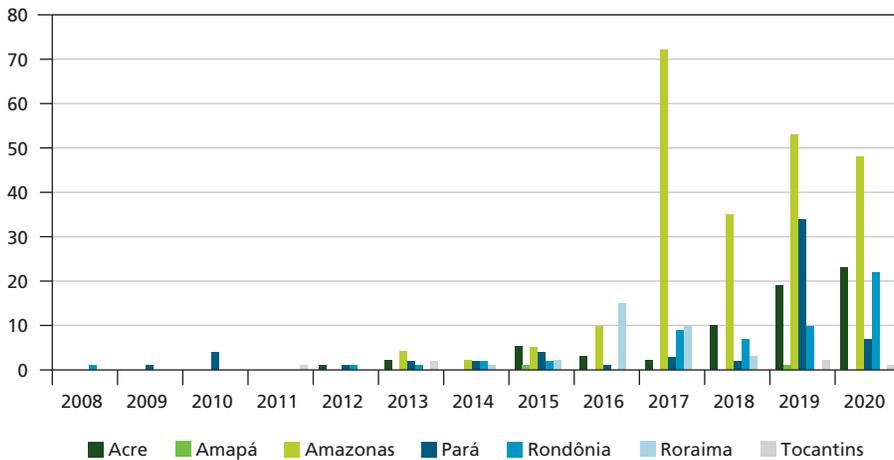


Fonte: Acervo pessoal (2010-2020).
Elaboração da autora.

Mais da metade das menções se refere ao Amazonas. A centralidade desse estado pode ser explicada não apenas por sua dimensão territorial – em relação à qual o estado do Pará também se destaca, mas nem por isso alcança essa centralidade na imprensa –, mas também por ter sido o palco principal da guerra que se desencadeou entre as facções prisionais. O massacre do Compaj é o marco desse contexto e conformou uma espiral de violência que se desencadeou no Amazonas, com destaque para alguns territórios específicos, como Manaus. Apesar dos efeitos provocados em toda a região, o Amazonas foi o epicentro desses conflitos. Berço do então principal opositor do PCC na região, a FDN, território por onde passam algumas das rotas mais importantes do narcotráfico e sede de um sistema prisional extremamente precário, o estado do Amazonas é uma peça-chave para se compreenderem as dinâmicas da criminalidade e da violência da região Norte.

Depois do Amazonas, o Acre é o estado que mais apareceu no noticiário da imprensa envolvendo as facções. Contudo, diferentemente do Amazonas, podemos perceber, ao analisar o gráfico 3, que, embora haja um número maior de notícias sobre o Acre a partir de 2018, desde 2011 se noticiam dinâmicas faccionais no estado.

GRÁFICO 3

Notícias sobre facções por ano e estado – macrorregião Norte (2008-2020)
(Em %)

Fonte: Acervo pessoal (2010-2020).
Elaboração da autora.

Para compreender esse cenário, é relevante mencionar que, ao contrário do Amazonas, em que a FDN e o CV são protagonistas no período analisado,¹² no Acre, o PCC apresentou um papel mais relevante no mesmo período, especialmente após se aliar a um grupo local, o Bonde dos 13. Em 2012, há notícias sobre a prisão de integrantes do CV no Acre e, em fevereiro de 2013, é reportada a realização da Operação Diáspora, que teria o objetivo de prender pessoas vinculadas ao PCC naquele estado. Em abril do mesmo ano, notícias reportam a transferência de presos do PCC, que estariam no sistema penitenciário acreano, para o SPF, com a finalidade de interromper a estruturação do PCC no estado. Essas notícias mencionam ainda a existência do Bonde dos 13 – do qual teria sido encontrado inclusive um estatuto –, que seria aliado e até financiado pelo PCC. Em 2015, reportagens narram novas apreensões de documentos do PCC e do Bonde dos 13 dentro dos presídios acreanos, apontando a participação de servidores públicos – especialmente policiais e policiais penais – nas atividades das facções.

A partir de 2018 – portanto, já no contexto da eclosão do conflito envolvendo PCC e CV –, há várias reportagens que tratam do aumento dos homicídios no Acre, especialmente na capital, Rio Branco. Ao que indicam as notícias e os documentos do Ministério Público do Acre, a capital do estado vivenciou de forma dramática a disputa entre os dois grupos, ambos presentes em diferentes – e próximos – bairros e comunidades da cidade. A representação da violência deflagrada em Rio Branco

12. A despeito da evidente centralidade do PCC nesse cenário de conflitos.

envolveu a divulgação de imagens de forte apelo simbólico – como as que mostram jovens sendo torturados, mortos e, às vezes, decapitados –, expediente utilizado por ambos os grupos para a demonstração de seu poder.

No mesmo ano, numa série de matérias jornalísticas que tratavam do aumento dos homicídios no Acre, algumas autoridades atribuem o fenômeno à execução do narcotraficante Jorge Rafaat, ocorrida na cidade de Pedro Juan Caballero (Paraguai), em junho de 2016. De acordo com essa perspectiva, a execução do Rafaat teria garantido o controle do PCC sobre a rota das drogas que chegam ao Brasil via Paraguai e passam por Mato Grosso do Sul em direção a São Paulo e outros estados do Sudeste. Segundo essa interpretação, o controle do PCC sobre essa rota teria forçado um deslocamento do CV para outras regiões do país, em busca de novas rotas para escoar seus produtos.

Enquanto os estados do Amapá e do Tocantins apresentam um padrão menos recorrente de notícias, no caso de Rondônia podemos identificar uma recorrência entre 2016 e 2019 e um aumento relevante em 2020. É importante considerar que Rondônia foi palco dos primeiros conflitos envolvendo a ruptura entre PCC e CV, em outubro de 2016, e num contexto em que, para boa parte da imprensa, ainda não estava clara a dimensão que esse conflito assumiria. Sobretudo entre 2019 e 2020, há uma grande quantidade de notícias sobre a prisão de integrantes do CV e sobre conflitos que envolvem o uso de violência ostensiva, que, da mesma forma como ocorreu no Acre, apelava para a circulação de imagens de crimes violentos envolvendo supostos membros do CV e do PCC. Todavia, o estado de Rondônia tem a peculiaridade de abrigar a única penitenciária federal da região Norte, localizada em Porto Velho, de maneira que uma parcela significativa das notícias está relacionada à dinâmica própria dos presídios federais, e não necessariamente à dinâmica criminal local.

O estado de Roraima é relativamente pouco representado no compilado de notícias que apresentamos. Uma das razões é, certamente, o recorte periódico, uma vez que as notícias relacionadas ao envolvimento das facções nos garimpos em TIs do estado, especialmente no território Yanomami, ainda não haviam alcançado a visibilidade pública que viriam a ter nos últimos dois anos.¹³ Outro ponto importante relacionado a Roraima diz respeito a sua fronteira com a Venezuela, país que vivencia uma crise política, econômica e social que impulsionou a migração de milhares de pessoas e que, no caso do Brasil, provocou efeitos relevantes na cidade fronteira de Pacaraima e na capital de Roraima, Boa Vista. Várias reportagens mencionam as possíveis aproximações do PCC com imigrantes venezuelanos,

13. Inclusive, é importante destacar a publicação *Yanomami sob Ataque – garimpo ilegal nas terras indígenas Yanomami e as propostas para combatê-lo*, elaborado pelas associações Hutukara Associação Yanomami e Associação Wanasse-duume Ye'kwana, publicada em 2022, com dados de 2021.

seja apontando a vinculação com grupos criminais sediados no país vizinho, seja relatando como o PCC enxergou uma janela de oportunidades na condição de extrema vulnerabilidade dos imigrantes, estabelecendo mecanismos para sua cooptação. Foram ainda noticiados eventuais vínculos entre venezuelanos e o PCC estabelecidos dentro do sistema prisional de Roraima.

Esse estado foi um dos primeiros palcos da eclosão da violência decorrente da ruptura entre CV e PCC. Em outubro de 2016, uma rebelião na PAMC deixou um rastro de quase uma dezena de mortos e prenunciou a matança que se agravaria meses depois. Inclusive, é a partir desta rebelião que a imprensa passa a atribuir a violência observada à ruptura entre CV e PCC.¹⁴ Foi nesse mesmo presídio de Roraima que se deu a vingança do PCC contra a FDN e o CV, pelo massacre que estes últimos promoveram no Compaj, em Manaus, no primeiro dia de 2017. A retribuição do PCC ocorreu na madrugada do dia 5 para o dia 6 de janeiro daquele ano, deixando como saldo 31 presos mortos – todos, em tese, vinculados ao CV/FDN.

No que se refere ao Pará, o noticiário não faz menções significativas a facções de base prisional até 2019. Neste ano, contudo, o estado foi palco de um dos mais sangrentos massacres prisionais da história brasileira, ocorrido no Centro de Recuperação Regional de Altamira, no sudoeste do estado, em 29 de julho. Na ocasião, 57 presos foram assassinados, todos supostamente vinculados ao CV/FDN. Seus algozes integravam o grupo local CCA, aliado do PCC no estado. As notícias que aparecem ao longo do período apontam a presença do CV, tanto na capital do estado, Belém, como nas regiões onde se conhece a existência de atividades de garimpo, como Itaituba e Jacareacanga. As notícias apontam para uma proeminência do CV no estado, à exceção da região de Altamira, onde o CCA e o PCC teriam protagonismo.

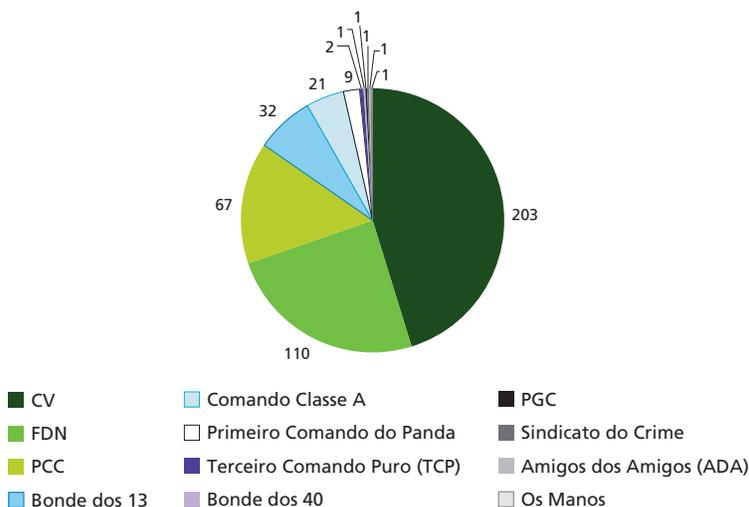
No gráfico 4, é possível visualizar os grupos com maior destaque na imprensa no período, destacando-se o CV, com 203 notícias; a FDN, com 110; o PCC, com 67; o Bonde dos 13, com 32; o CCA, com 21; e o Primeiro Comando Panda, de Rondônia, com 9. Além desses, aparecem esporadicamente nas notícias outros grupos menores ou provenientes de outros estados.

14. Em entrevista à BBC Brasil naquele outubro de 2016 e diante dos sinais de desestabilização que se faziam mostrar, ainda de maneira não expansiva, em vários presídios brasileiros, foi possível realizar uma análise daquele contexto, já prenunciando o provável aumento da violência no Brasil e o potencial disruptivo que a ruptura entre o PCC e o CV apresentava ao país. A despeito disso, a violência se espraiou no início de 2017, indicando a incapacidade ou a falta de interesse estatal em se adiantar ao que viera a ocorrer depois. A entrevista está disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-37663153>.

GRÁFICO 4

Facções no noticiário da imprensa – macrorregião Norte (2010-2020)

(Em %)



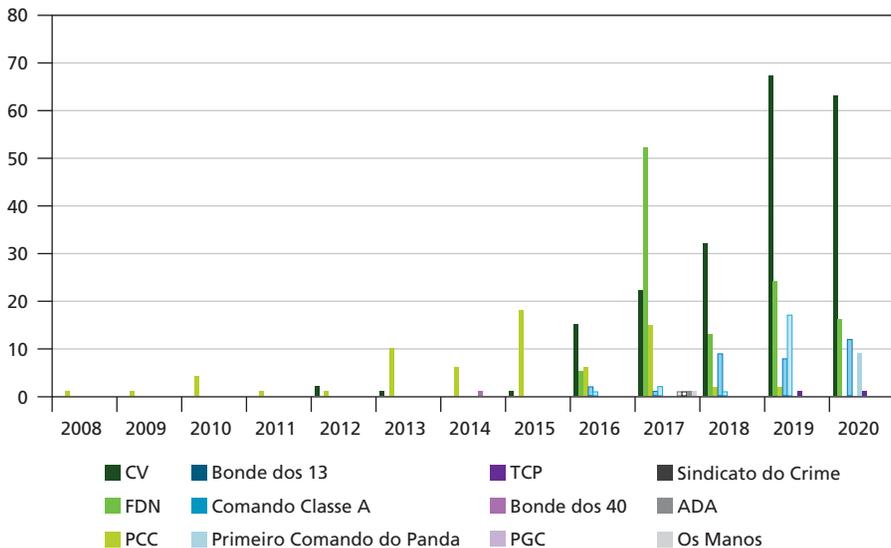
Fonte: Acervo pessoal (2010-2020).
Elaboração da autora.

Para além da evidente e conhecida proeminência dos grupos de alcance nacional, como PCC e CV, e do protagonismo que a FDN detinha na macrorregião Norte nesse período, é possível perceber a importância local e/ou regional de alguns grupos, destacando-se o Bonde dos 13 e o CCA.

Quando se considera o ano de veiculação da notícia, sua distribuição entre os grupos se dá conforme o gráfico 5.

O gráfico 5 demonstra o quanto são escassas as notícias sobre facções na macrorregião Norte do Brasil até 2016, salvo um volume médio de notícias sobre o PCC e que aparecem praticamente durante todo o período selecionado – relacionado com a visibilidade que o PCC já assumia em outras regiões do Brasil e que, no caso da macrorregião Norte, aparecia na imprensa esporadicamente associado a uma possível ou efetiva migração de seus integrantes.

GRÁFICO 5

Facções no noticiário da imprensa, por ano – macrorregião Norte (2008-2020)
(Em %)

Fonte: Acervo pessoal (2010-2020).
Elaboração da autora.

É a partir de 2016 que se avolumam as notícias envolvendo facções como um todo e que se observa um grande aumento das notícias sobre CV e sobre FDN, especialmente. Vale lembrar que, conforme apresentado antes, 2016 é o ano em que os tensionamentos relacionados à expansão do CV e do PCC acabam em ruptura entre esses dois grupos, com efeitos em Rondônia e Roraima, onde ocorreram as primeiras movimentações decorrentes dessa ruptura. Portanto, o aumento das notícias pode estar ligado tanto à expansão de ambos os grupos quanto ao alto patamar de violência dos conflitos que ocorreram após esse rompimento e que se agravou em 2017, com a ocorrência de mais uma onda de assassinatos dentro e fora das prisões, em vários estados brasileiros – talvez a maior dessas ondas (Manso e Dias, 2018; Dias e Paiva, 2022).

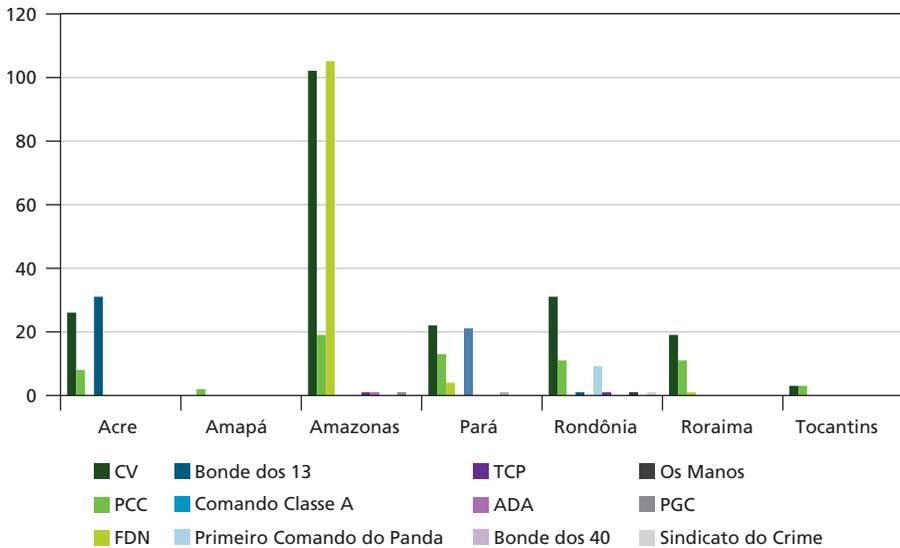
Entre 2012 e 2014, as notícias sobre o CV são bastante esparsas e escassas, mas aumentam exponencialmente a partir de 2015. Após 2016, ocorre o fortalecimento da aliança entre o CV e a FDN, inclusive em outras regiões do país, agregando grupos menores que também se opunham ao PCC, como o catarinense PGC. Em 2018, há também um volume substancial de notícias sobre outros grupos menores, como PGC (originário de Santa Catarina), CCA (Pará), Os Manos (Rio Grande do Sul) e Bonde dos 13 (Acre).

Quando cruzamos as informações sobre as facções com os estados nortistas mencionados na notícia, temos o que se mostra no gráfico 6.

O gráfico 6 permite observar que os grupos criminais mantêm seus respectivos territórios principais. Nesse sentido, é possível confirmar a centralidade do estado do Amazonas como território da FDN, seu berço e local em que esse grupo detinha forte enraizamento social e comunitário, especialmente em Manaus e RM. O gráfico indica ainda o Amazonas como território importante de atuação do CV – a relação entre CV e FDN no estado apresenta peculiaridades sobre as quais trataremos adiante.

GRÁFICO 6

Facções no noticiário da imprensa, por ano – macrorregião Norte (2008-2020)
(Em %)



Fonte: Acervo pessoal (2010-2020).
Elaboração da autora.

Em contrapartida, percebemos que não há uma discrepância tão grande entre os grupos faccionais mencionados nas notícias nos estados do Pará, de Roraima, de Tocantins, do Amapá e do Acre. O PCC está presente em todos os estados, ainda que, em geral, se mostre minoritário em relação ao CV e aos grupos locais. No caso do Acre, em que há um volume significativo de notícias envolvendo o grupo local Bonde dos 13, e do Pará, em que as notícias mencionam o CCA, ambos os grupos locais atuam em aliança com o PCC, de forma que a compreensão desses cenários estaduais precisa ser feita a partir dessas relações entre os atores criminais, e não de forma estanque. Isto é, ainda que minoritárias, as alianças estabelecidas

com grupos locais e com forte pertença comunitária podem indicar a prevalência do PCC nesses estados. O fato de que a força do PCC nesses territórios está vinculada a essas alianças bem como dependente dessas, por sua vez, pode indicar alguma fragilidade ou instabilidade potencial nesses cenários, uma vez que há a possibilidade de rompimento de tais alianças e mudança de lealdades.

Como já mencionamos antes, essa apresentação dos dados do material jornalístico de que dispomos não pretende ter um valor quantitativo ou estatístico. Trata-se apenas da representação no noticiário sobre a atuação das facções, que, não obstante, pode ser utilizada como pista para se compreender o processo de faccionalização criminal na região, que é, inclusive, atravessado pela centralidade que esses grupos vão assumindo na interpretação da imprensa sobre as dinâmicas do crime e da violência.

A presença e a atuação de grupos criminais de base prisional na macrorregião Norte também podem ser compreendidas a partir de alguns dos documentos elaborados pelo PCC com a finalidade de produzir um diagnóstico, interno ao grupo, acerca do cenário de cada estado, ao qual denominamos Censo. Os documentos apresentados a seguir foram recortados para a finalidade deste relatório, excluindo todas as informações relacionadas a outros estados e outras macrorregiões, a fim de circunscrever a descrição e as informações somente à região Norte. É importante observar, ainda, que os documentos foram selecionados considerando a diversidade das datas em que foram produzidos, tendo em vista a identificação de eventuais mudanças nos cenários descritos, bem como das diferenças na coleta e na organização das informações.

Censo PCC 1,¹⁵ outubro de 2016¹⁶

Criminalidade no Brasil

FACÇÕES CRIMINOSAS – NARCOTRÁFICO

REGIÃO NORTE

ACRE/AC

Primeiro Comando da Capital – PCC.

Comando Vermelho – CV.

Bonde dos 13.

AMAZONAS/AM

Família do Norte (associados CV).

15. Essa nomenclatura – inclusive o nome “Censo” – foi elaborada por nós a fim de identificar cada um dos documentos.

16. Com a finalidade de suprimir informações muito específicas, retiramos o dia registrado nos documentos, deixando apenas o mês e o ano para referência na análise. Válido para todos os censos do PCC apresentados aqui.

Primeiro Comando da Capital – PCC.

PARÁ/PA

Família do Norte – FDN.

Primeiro Comando da Capital – PCC.

Comando Vermelho – CV.

Equipe Rex.

Bonde dos 30.

Comando Classe A.

(...)¹⁷

Neste primeiro documento, de outubro de 2016 – justamente quando foram deflagrados os primeiros conflitos prisionais associados à ruptura entre PCC e CV –, o levantamento interno do PCC segue a apresentação por estado, elencando as facções presentes em cada um deles, incluindo o próprio PCC. Nota-se que, em relação à macrorregião Norte, estão ausentes vários estados, inclusive estados importantes e que foram palco das cenas de violência ocorridas no período de levantamento das informações, como Roraima e Rondônia. Além desses, o documento não faz menção a Amapá e Tocantins.

Não temos informações sobre o contexto de produção e circulação dessas informações, portanto não podemos afirmar as razões dessas ausências, tampouco podemos confirmar se a ausência de Roraima e Rondônia é um indicativo da impossibilidade de coleta das informações diante do cenário de conflitos e desestabilização da ordem prisional provocada pelas rebeliões ocorridas naquele mês. Tudo indica que a coleta foi realizada após esses eventos. Esse é o primeiro documento do tipo que recebemos e incorporamos ao nosso arquivo. Não sabemos se ele foi o primeiro a ser produzido – o que poderia indicar que esses levantamentos do PCC estão diretamente associados ao cenário de “guerra” que se instalou naquele ano – vale registrar aqui esse contexto, bem como os limites para corroborar, ou não, essas suposições.

O Censo 2, apresentado a seguir e que se refere a agosto de 2017, traz dados mais detalhados. Além de elencar o número de facções presentes em cada estado e de identificá-las como “amiga” ou “inimiga”, o documento indica o número de integrantes de cada um dos grupos, em cada estado, incluindo informações sobre o próprio PCC.

17. O documento segue, a partir de cada macrorregional, elencando cada estado e os grupos presentes naquele local. Como se percebe, há lacuna de informações e ausência de vários estados da região Norte. A forma de apresentação e de organização desses dados foi aqui reproduzida exatamente como estavam no documento original, transmitido por meio de aplicativo de mensagem. Os parênteses com os três pontos indicam a supressão de texto, referência válida para todos os censos do PCC apresentados aqui.

Censo PCC 2, agosto de 2017

(...)

Estado Amazonas BR¹⁸

Facção 1¹⁹

Inimiga FDN 6000

PCC 194

ESTADO Roraima BR

Facção 2

Inimiga FDN 300 CV 250

Amiga não²⁰

PCC 1153

ESTADO Amapá BR

Facção 6

Inimiga UCA²¹ CV FDN 310

Amiga APS²² velhuarda Família do Terror²³ 400

PCC 259

(...)

ESTADO Pará BR

Facção 4

Inimiga CV FDN

Amiga PGN²⁴ CCA OBS²⁵

PCC 389

(...)

ESTADO Acre BR

18. O negrito no nome dos estados foi inserido pela autora do relatório a fim de melhorar a apresentação dos dados.

19. Nota-se, neste documento, que não está sendo contado o próprio PCC, apenas as demais facções.

20. Para vários estados da macrorregião Norte mencionados, este Censo aponta a inexistência de facções amigas. Porém, vale observar que, nestes estados, sempre há a presença do próprio PCC.

21. UCA – União Criminosa do Amapá.

22. APS – Amigos para Sempre.

23. Família Terror do Amapá. Não localizamos nenhum grupo com o termo “velhuarda” no Amapá, de forma que entendemos que o termo se refere à própria Família Terror (talvez os membros mais antigos desse grupo).

24. PGN – Primeira Guerrilha do Norte.

25. “OBS” não sabemos a que se refere, possivelmente uma “observação” relacionada à ausência de quantitativo dos grupos apresentados na rubrica.

Facção 4

Inimiga CV FDN 350

Amiga Bonde dos 13 10000 enfara²⁶ 4000

PCC 896

(...)

Estado Rondônia BR

Facção 2

Inimiga CV FDN 930

Amiga não

PCC 751

ESTADO Tocantins BR

Facção 1

Inimiga CV 300

Amiga não

PCC 612

(...)

Nós do apoio dos estados e gerais dos estados estamos pedindo apoio para a solução pra nós combatermos as facções inimigas nossa e exterminá-los da face da Terra.

O Censo 2 já se produz no contexto da polarização da dinâmica prisional e criminal que se estabeleceu no país em 2016 e em 2017, que elevou os conflitos violentos dentro e fora das prisões a um patamar inédito em muitas partes do país, em que cidades e/ou estados alcançaram taxas inéditas de homicídios.

Diferentemente dos demais documentos apresentados aqui, esse Censo tem a peculiaridade de trazer a quantidade de integrantes de cada grupo – exceto em alguns casos –, o que nos permite ter uma dimensão mais clara da posição deles dentro de cada cenário estadual. É importante ressaltar novamente que essas informações devem ser lidas com cautela, uma vez que não puderam ser verificadas empiricamente. Não obstante, são elementos que auxiliam na compreensão descritiva e analítica do cenário das facções prisionais e criminais na região Norte, especialmente no que se refere à fragmentação dos grupos. Mesmo considerando a volatilidade desse cenário – que condena à desatualização qualquer abordagem mais estrita e definitiva desses dados –, essas informações contribuem para uma análise sobre a própria estabilidade (ou instabilidade) das facções nos estados e para

26. Ifara – Irmandade Força Ativa Responsabilidade Acreana.

a compreensão das rivalidades, clivagens ou alianças entre esses grupos na macrorregião Norte, bem como seus desdobramentos em outras macrorregiões do país.

O PCC dispõe de procedimentos regulamentados e objetivos de batismo, processo que produz a mediação da entrada, ou da filiação, de indivíduos à organização, delineando os seus contornos organizacionais de maneira clara. Tais procedimentos não reduzem a relevância e a centralidade das relações comerciais e de colaboração que são estabelecidas com quem não é integrante do grupo. Os demais grupos de base prisional, por seu turno, não adotam procedimentos de ingresso de novos membros que sejam homogêneos ou sistemáticos. Ao contrário, em geral, há uma associação mecânica entre o indivíduo e a facção conforme o bairro, a unidade prisional ou o pavilhão por ele habitado, ou conforme suas relações de amizade e de negócios. Isso significa que devemos considerar que o levantamento realizado pelo PCC segue a própria lógica desta facção ao contabilizar membros, a qual não é necessariamente a mesma nos demais grupos.

Considerando todas essas ressalvas, o Censo 2 permite algumas considerações importantes sobre o contexto faccional dos estados da macrorregião Norte em outubro de 2017. Em primeiro lugar, vale notar que, no Amazonas, não há menção ao CV. Naquele momento, o CV era aliado da FDN, cujo amplo domínio no estado era bem conhecido na época – aparecendo, inclusive, com a cifra de 6 mil integrantes. Pouco tempo depois, com a fragmentação que levou à dissolução da FDN (entre 2019 e 2021), houve uma migração de seus ex-integrantes prioritariamente para o CV, mas também para a composição de outros grupos. Assim, a ausência de CV no levantamento de 2017 pode indicar que, da perspectiva do PCC, naquele momento e exclusivamente no estado do Amazonas, havia uma indissociabilidade entre FDN e CV, com o protagonismo e a centralidade da FDN.

A situação de Roraima também chama atenção. Apesar de o Censo sugerir que o PCC, naquele estado, em 2017, estaria diante de duas facções “inimigas” (FDN e CV) e de nenhuma facção “amiga”, o contingente de integrantes atribuído ao PCC é muito maior do que o dos demais grupos, sinalizando o predomínio do PCC no estado e sua centralidade nas dinâmicas prisionais e criminais naquele ano. Isso é coerente com os processos e as dinâmicas criminais que, pouco tempo depois, passaram a estar no centro do debate público, quais sejam: o crescimento dos crimes ambientais e contra povos indígenas naquele estado; as fortes suspeitas sobre a presença do PCC nos garimpos, especialmente na Terra Indígena Yanomami; e a relação desses fatos com a intensificação da violência na região.²⁷

27. Esse diagnóstico está presente no relatório elaborado pelas associações yanomamis: *Yanomami sob Ataque: garimpo ilegal nas terras indígenas Yanomami e as propostas para combatê-lo*. Para mais informações, consultar Hutukara Associação Yanomami e Associação Wanasseduume Ye'kwana (2022).

Nesse sentido, há uma forte hipótese de que a estabilidade da presença do PCC em Roraima, em 2017, permitiu sua atuação consolidada no estado, inclusive expandindo territórios e atividades sob sua influência e produzindo relevante enraizamento social e diversificação criminal em contextos geográficos, culturais e econômicos bastante diferentes daqueles em que o grupo atuava originalmente.

Ainda segundo o Censo do PCC, há no Amapá, assim como no Pará, grande fragmentação de grupos e relativo equilíbrio entre “amigos” e “inimigos” do PCC. No Amapá, o grupo paulista estaria em ligeira vantagem, considerando seus próprios membros e os integrantes dos grupos “amigos”, enquanto no Pará a ausência do número de integrantes dos grupos adversários torna difícil dimensionar exatamente o contexto do estado. Contudo, a análise de relatórios, da literatura e das notícias da imprensa indica um predomínio do CV nesse estado, ainda que permaneça um foco do PCC na região Sudoeste, nas proximidades de Altamira. A enorme extensão do território do Pará propicia dinâmicas interestaduais diferentes em cada sub-região, inclusive associadas às diferentes divisas do estado com outros estados e países.

Nos estados do Acre e de Tocantins, predomina o PCC, mas com formas diferentes de atuação em cada um. Em Tocantins, não foram registrados grupos “amigos”, mas o número de integrantes do PCC supera o total de membros dos seus inimigos – 612 e 300, respectivamente. Já no Acre, a força do PCC parece estar relacionada a alianças que este mantinha com grupos locais – Bonde dos 13 e Ifara –, que somariam 14 mil membros, além dos 896 pertencentes ao próprio grupo paulista. Neste estado, os opositoristas CV e FDN teriam apenas 350 membros.

Por fim, a situação de Rondônia chama atenção pelo equilíbrio numérico entre PCC e CV. Se não temos muitos elementos concretos para confirmar os números apresentados no Censo, a análise de outros materiais reforça a hipótese de certo equilíbrio entre as duas facções em Rondônia no período; um equilíbrio polarizado, podemos dizer, estabelecido pela inexistência de um ator principal. Essa situação, por sua vez, é produtora de violência e desestabilização da ordem, tanto dentro como fora das prisões. Vale lembrar que, em 2016 e também em 2017, Rondônia foi palco de rebeliões violentas. Além disso, trata-se do único estado da região Norte que abriga uma penitenciária federal, o que pode impulsionar dinâmicas criminais específicas. Não há, ainda, muitas evidências que permitam avaliar o impacto de uma unidade prisional federal em seu território, em termos de dinâmicas propriamente criminais. Contudo, é possível afirmar que, de maneira geral, essas unidades produzem efeitos sociais e econômicos nos locais em que estão instaladas. Tendo em vista que se trata de uma capital de estado situada em área de fronteira e de uma unidade prisional que, em tese, é reservada à indivíduos considerados lideranças de organizações criminais, é bastante provável que a presença ali de um presídio federal gere impactos relevantes sobre os mercados ilícitos e sobre as dinâmicas criminais locais.

O terceiro Censo elaborado pelo PCC, apenas dois meses depois do segundo, se diferencia bastante deste, já que apresenta as informações de forma mais simples e menos detalhada. Em contrapartida, este Censo traz uma categoria inexistente nos documentos anteriores: a das facções “neutras”.

Censo PCC 3, outubro 2017

☉☉ LEVANTAMENTO DAS FACÇÕES DOS 26 ESTADOS

●● FACÇÕES INIMIGAS.

(...)

● RO – CV, FDN

● Amazonas – CV, FDN

● Amapá – CV, FDN

● Pará – CV, FDN, Rex

● Acre – CV, FDN

● Tocantins – CV

● Roraima – CV, FDN

(...)

☉☉ FACÇÕES AMIGAS

☉ Pará – CCA

☉ Amapá – UCA

☉ Acre – B13, Infara

☉ Rondônia – Os Panda

(...)

Obs.: MS, Tocantins, Amazonas, Alagoas, Goiás, Roraima.

? ? FACÇÕES NEUTRAS

? PARA – PGN

? Amapá – Terror, APS²⁸

Em primeiro lugar, chama atenção a maior quantidade de facções inimigas, o que é coerente com os dados apresentados anteriormente, que indicam a dificuldade de expansão do PCC nesta macrorregião – exceto nos estados de Roraima e Acre, onde o PCC teria uma condição mais favorável, seja atuando diretamente (Roraima), seja em parceria com grupos locais (Acre).

28. B13 – Bonde dos 13.

Entre as facções inimigas, permanece o domínio hegemônico da dupla FDN e CV – que, até aquele momento, atuavam em forte parceria contra o PCC nesta região e em outras localidades do Brasil. Além dessas, aparece o Grupo Rex, no Pará – inexistente nos documentos anteriores, sugerindo tratar-se de um grupo pequeno, possivelmente localizado em uma unidade ou em parte de uma unidade prisional. Vale dizer que, no levantamento realizado em 2019 (e apresentado na sequência), esse grupo não é mencionado, assim como não aparece no material de imprensa analisado.

Quanto às facções amigas, há duas novidades, além da manutenção das aliadas do Acre e do Pará. Uma delas é o grupo chamado Os Pandas, em Rondônia, que não aparecia nos documentos anteriores. Trata-se de um grupo que, depois, veio a ser denominado PCP, em referência à unidade prisional conhecida como Urso Panda, localizada em Porto Velho, onde o grupo foi criado e mantém sua base. Trata-se de uma facção diretamente associada a essa unidade prisional e que parece ter se estabilizado no estado, embora mantendo apenas alcance local. A outra novidade é a facção amapaense UCA, que no documento anterior é classificada como inimiga do PCC, enquanto neste último aparece como amiga.

Finalmente, o elemento diferente de maior relevância parece ser a nova categoria de facções neutras, nem amigas nem inimigas do PCC. Nesse grupo foram incluídas duas facções do Amapá, que, no documento anterior, tinham sido classificadas como amigas (APS e Família Terror), além da paraense PGN, que também migrou de amiga para neutra.

Do ponto de vista analítico, a categoria neutras é interessante porque, em tese, romperia com a polarização estabelecida por PCC e CV, a quem os demais grupos se alinham. Embora essa categoria esteja presente em outros levantamentos do PCC, não parece que a existência de grupos neutros tenha se estabelecido a ponto de romper com a lógica binária e polarizada em torno da qual gravitam os grupos prisionais e criminais existentes no Brasil. Com o PCC de um lado e o CV de outro, os centros gravitacionais do crime continuam se posicionando em extremidades, que puxam e absorvem grupos locais e regionais para sua órbita. Tanto o PCC quanto o CV parecem funcionar sob essa lógica, traçando estratégias para atrair aliados, especialmente em territórios importantes.

Por fim, o Censo realizado pelo PCC em outubro de 2019 (Censo 4, a seguir) novamente organiza as informações de maneira diferente daquelas apresentadas anteriormente. Seguindo a mesma lógica de classificação das facções em amigas, inimigas e neutras, esse levantamento inclui outras categorias para a designação dos agrupamentos criminais, como grupos e bondes, além da categoria facção. Esse documento inclui o levantamento das informações sobre grupos de outros países e o total de cada uma das categorias que utiliza.

Censo 4 PCC – *LEVANTAMENTO DAS FACÇÕES, GRUPOS E BONDES, AMIGAS, INIMIGAS E NEUTRAS*, outubro de 2019

FACÇÕES AMIGAS

ADE. *DE GOIAS – TO*

B-13. *DO ACRE – TO, PARÁ, MS, RO*.

BDM. *DA BAHIA – TO*.

(...)

TERROR. *DO AMAPÁ – MS*

CCA. *DO PARÁ – TO*.

ADA. *DO RJ – PARÁ*.

B-40. *DO MARANHÃO – PIAUÍ, PARÁ*

INFARA. *ACRE*.

(...)

PCV. *DO ES – RO*.

(...)

total de facções amigas *(15)*

GRUPOS AMIGOS

(...)

total de grupos amigos *(18)*

BONDES AMIGOS

(...)

total de bondes amigos *(11)*

FACÇÕES INIMIGAS

CV. *DO RJ – DF, GO, + PB, AM, RN, AP, PA, MA, TO, MG, AL, RS, MT, AC, PIAUÍ, RR, CE*.

FDN. *DO AMAZONAS – RN, PARÁ, PB, RO, PIAUÍ, RR*.

(...)

PGN. *PARA*

APS. *AP*.

(...)

total de facções inimigas *(10)*

GRUPOS INIMIGOS

(...)

UCA. *AMAPÁ*.

(...)

grupos inimigos *(06)*

BONDES INIMIGOS

(...)

Bondes inimigos *(03)*

FACÇÕES NEUTRAS

(...)

PCP. *RO*.

total de facções neutras *(02)*

GRUPOS NEUTROS

(...)

total de grupos neutros *(12)*

BONDES NEUTROS

(...)

total de bondes neutros *(05)*

FACÇÃO, GRUPO E GUERRILHAS DENTRO DOS PAÍSES

FACÇÃO: *BASE DE PERU*(VENEZUELA)

FACÇÃO: *TREM BOLIVIAN*(VENEZUELA)

CARTEL DEL VALLE DEL PALCAZU(PERU)

FACÇÃO: *TRIPLICE*(PERU). COLÔMBIA, BRASIL

GUERRILHAS:

FARC(COLÔMBIA)

GUERRILHAS:

ELN (COLÔMBIA)

FACÇÃO GRUPO E GUERRILHAS DENTRO DOS PAISES

03 FACÇÃO

01 CARTEL

02 GUERRILHAS

27 facções

36 grupos

19 bondes

Obs.: qualquer dúvida pular no setor das facção dos estados

*ASS: PCC*²⁹

Nesse levantamento, chamam atenção a classificação e a diferenciação realizadas pelo PCC dos demais atores criminais que colaboram, competem ou permanecem neutros em relação à sua própria posição no universo prisional e criminal. Não há no documento uma definição das três categorias de atores criminais coletivos, tampouco uma apresentação dos critérios para a referida classificação. Contudo, podemos indicar como hipótese que a extensão dos coletivos, sua estabilidade, sua complexidade organizacional e seu local de criação e de atuação podem estar na base da distinção entre eles. Além das categorias facção – dentro da qual podemos inferir que se situa o próprio PCC, embora nesse levantamento não haja a inclusão deles próprios –, grupos e bondes, nota-se ainda a inclusão de guerrilha e a sua associação bastante próxima da posição que, no debate público e no próprio campo acadêmico, costuma ser atribuída a esse ator. Entre as guerrilhas, encontram-se as conhecidas guerrilhas colombianas, Farc³⁰ e ELN. O documento menciona também um conjunto de atores criminais sul-americanos: um cartel localizado no Peru (Cartel do Vale Palcazu) e três facções, sendo uma delas atuante na Tríplice Fronteira (Brasil, Colômbia e Peru, sobre a qual falaremos adiante) e duas na Venezuela (Base de Peru e Trem Bolívar).

29. PCV – Primeiro Comando de Vitória; ELN – Exército de Libertação Nacional.

30. Que, curiosamente, são representadas no documento como "Asfarc", incorporando o artigo definido ao nome do coletivo.

Em relação à posição dos atores criminais na sua relação com o PCC, chama atenção o novo deslocamento de alguns deles em relação aos censos anteriores: APS (do Amapá) e PGN (do Pará) deixam de ser identificados como neutros e passam a ser classificados como inimigos, sendo que em 2016 ambos eram classificados como amigos. Por outro lado, a Família Terror do Amapá – que em 2016 estava identificada como amiga e em 2017 foi classificada como neutra – em 2019 desliza novamente para a categoria das amigas do PCC. A UCA, outra amapaense, fora indicada como inimiga em 2016, mas desliza para a categoria de amiga em 2017, e em 2019 retorna para a posição original de inimiga do PCC. O PCP (ou Os Pandas) de Rondônia, por sua vez, não aparece em 2016, mas é classificado como amiga em 2017 e como facção neutra, em 2019.

Por fim, o documento de 2019 traz algumas facções cujos territórios de origem e base de atuação são Goiás (Amigos do Estado – ADE), Rio de Janeiro (ADA) e Maranhão (Bonde dos 40 – B40), mas que estariam presentes também em estados da macrorregião Norte, em especial, no Pará (ADA e do B40) e no Tocantins (ADE).

O material apresentado até aqui oferece uma descrição e uma visão geral das condições históricas do processo de faccionalização nos estados da macrorregião Norte e dos efeitos locais e regionais desencadeados por esse processo. A ruptura entre PCC e CV, conforme procuramos apresentar, é estrutural e representa o ponto de partida para compreender as dinâmicas da região desde então.

A seguir, daremos sequência à análise, aprofundando alguns pontos específicos das dinâmicas criminais e dos arranjos coletivos – alianças ou conflitos – que se estabeleceram nesta parte do território brasileiro e que têm sido centrais para entender não apenas o cenário regional, mas toda a situação nacional.

4 ALIANÇAS, RUPTURAS, REALINHAMENTOS E VIOLÊNCIA NA MACRORREGIÃO NORTE: A DISPUTA POR CORAÇÕES E MENTES NO CRIME

Conforme vimos no tópico anterior, a configuração da atuação das diversas facções na macrorregião Norte precisa ser compreendida a partir dos cenários de conflitos, alianças e disputas entre esses grupos, assim como dos arranjos que se produzem para assegurar a participação deles nos mercados ilícitos e no controle social das comunidades locais – tanto nas prisões quanto fora delas. Como cada estado apresenta características próprias, qualquer generalização incorre em riscos de se cometerem equívocos. Da mesma forma, a instabilidade de muitos desses cenários impede que se façam afirmações definitivas sobre quais facções estão presentes e/ou predominam em cada território.

Tão importante quanto apontar os grupos presentes em cada estado ou as atividades e os mercados ilícitos relevantes em cada um deles – e que podem

ser objeto de disputas – é compreender a maior ou menor estabilidade daquele cenário. E, para isso, é necessário aprofundar o conhecimento sobre os arranjos estabelecidos entre os atores, os discursos e as práticas mobilizados para acessar mercados ou conseguir adesões e lealdades, as interconexões entre prisão e rua e entre mercados, as relações entre atores criminais, estatais e privados e as bases morais, sociais e culturais (ou de outra natureza) que orientam os discursos e as narrativas acionados pelos grupos criminais para obter legitimidade.

Não é possível compreender de forma adequada os cenários de crime e violência associados às facções se focarmos apenas na dimensão econômica dos mercados ilícitos, perdendo de vista elementos que remetem ao universo dos valores, das crenças e dos significados em torno dos quais elas se organizam, assim como às relações de afeto e de confiança que se estabelecem entre seus integrantes. Sendo assim, nesta seção exploraremos algumas dessas dimensões, que envolvem – mas, muitas vezes, ultrapassam – a dinâmica propriamente econômica dos mercados ilícitos, implicando disputas com outros componentes. Embora não seja possível dar conta de todos os cenários da macrorregião Norte – na medida em que eles diferem de um estado para outro, e também dentro de um mesmo estado –, abordaremos alguns que se mostram bastante relevantes para a compreensão do processo de faccionalização que afetou a região nos últimos anos.

Embora minoritário no Pará, o PCC conseguiu se estabelecer em algumas sub-regiões do estado, utilizando como estratégia central a aliança com o grupo local CCA. Nos documentos que serão transcritos a seguir, podemos observar os contornos dessas relações.

Em maio de 2017, o CCA divulga um salve anunciando a aliança com o PCC e explicando as razões dessa decisão.

Salve 4 – Comando Classe A, maio de 2017

COMUNICADO ▲

COMANDO CLASSE A BR

C.C.A PARÁ 331

DATA: 10/05/2017

(...) VIEMOS ATRAVÉS DESSE EDITAL PARA COMUNICAR A TODO O CRIME DO SÓLO BRASILEIRO SOBRE *O LAÇO DE AMIZADE ENTRE C.C.A 331 PARÁ COM O PRIMEIRO COMANDO DA CAPITAL; O, P.C.C 1533.*

A FACÇÃO C.C.A FOI CRIADA NO ESTADO DO PARÁ NA *CIDADE DE ALTAMIRA* NO DIA *18/09/2008* NO CENTRO DE RECUPERAÇÃO REGIONAL C.R.R.ALT NO BLOCO ANEXOS (A).

E QUE APÓS ANOS DE LUTAS CONTRA A MÁQUINA OPRESSORA DENTRO E FORA DO SISTEMA CARCERÁRIO DE ALTAMIRA (...) *COMEÇARAM A TRANSFERIR ALGUMAS DE NOSSAS LIDERANÇAS PARA UNIDADES PRISIONAIS DA CAPITAL DO ESTADO, FOI A ONDE VIEMOS TER A VISÃO DE VÁRIAS CENAS DE OPRESSÃO E TIRANIAS DESAGRADÁVEIS (...) E NÓS DA C.C.A, E AMIGOS DO P.C.C NÃO PODÍAMOS FALAR OU FAZER NADA POR SERMOS MINORIAS DENTRO DO SISTEMA CARCERÁRIO, E VIVERMOS SOBRE A FORÇA DESSES FALSOS CRIMINOSOS, FOI ONDE VIEMOS A CONSTRUIR UM LAÇO DE AMIZADE E COMEÇAMOS A CRESCER NAS UNIDADES PRISIONAIS DA CAPITAL DO ESTADO (...)*

DEPOIS QUE CRIAMOS FORÇAS E ANUNCIAMOS NOSSA CHEGADA DENTRO DAS UNIDADES PRISIONAIS DA CAPITAL O CV COMEÇOU A NOS DESRESPEITAR, FALTANDO ÉTICA, VEIO A LEVANTAR VÁRIAS CALÚNIAS CONTRA NÓS DO COMANDO CLASSE A 331 PARÁ BR (...) O CV PASSOU A MOSTRAR SUA VERDADEIRA FACE DE OPORTUNISMOS E INJUSTIÇA NOS TIRANDO DE DENTRO DAS UNIDADES PRISIONAIS DE NOSSO ESTADO SE APODERANDO DE NOSSAS COISAS DENTRO DO SISTEMA, NOS JOGANDO NAS FRENTE DA CADEIA, OBRIGANDO A NOSSOS IRMÃOS RASGAREM NOSSO MANTO FOI A ONDE OS AMIGOS DO P.C.C VIERAM NOS ACOLHER EM SUA UNIDADE MOSTRANDO LEALDADE RESPEITO E COMPANHEIRISMO PARA COM NOSCO DO COMANDO CLASSE A.

A ONDE TAMBÉM ACOLHEMOS OS AMIGOS NAS UNIDADES ONDE PRÉ DOMINAMOS E HOJE DIVIDIMOS OS MESMOS ESPAÇO COM OS AMIGOS DO P.C.C DEBAIXO DO RESPEITO DA IGUALDADE, UNIÃO E DISCIPLINA, VISANDO SEMPRE A ÉTICA DO CRIME JUSTO E CORRETO.

C.C.A DEIXA BEM CLARO QUE NÃO COMPRAMOS GUERRA DOS AMIGOS DO P.C.C MAS DEVIDO A VÁRIAS INJUSTIÇAS COMETIDA PELO CV, RL DENTRO E FORA DOS SISTEMAS COM NOSSOS IRMÃOS E TAMBÉM COMPANHEIROS E AMIGOS DO P.C.C E QUE DEPOIS DE UM DIÁLOGO ENTRE A SINTONIA FINAL DO COMANDO CLASSE A 331 PARÁ BR E A GERAL DO ESTADO DO PRIMEIRO COMANDO DA CAPITAL O P.C.C DECIDIMOS NOS UNIR NESTA GUERRA ATÉ A ÚLTIMA GOTA DE SANGUE NUM NUM SÓ OBJETIVO QUISER E ELIMINAR TOTALMENTE O CÂNCER DO CRIME BRASILEIRO QUI É O (COMANDO VERMELHO) (...)

O COMANDO CLASSE A JÁ VEM EM CIMA DESTA EDITAL JÁ AGRADECER OS AMIGOS DO 1533 PELO APOIO E A CONSIDERAÇÃO PRESTADA PARA CONOSCO DO COMANDO CLASSE A (...).

PS: CONSELHO FINAL C.C.A

PS: SINTONIA FINAL C.C.A

COMANDO CLASSE A BR

Em 2017, as prisões paraenses apresentavam sinais de grande tensionamento, no bojo dos massacres que, naquele ano, já tinham assolado unidades prisionais de outros estados da região Norte.³¹ Em abril de 2018, uma tentativa de resgate de presos de uma penitenciária na RM de Belém resultou em 21 mortes. Entre os mortos, dezesseis presos e cinco pessoas que, supostamente, pretendiam resgatá-los. Houve ainda vários feridos, entre presos e policiais penais. O CV, que controlava aquela unidade prisional, circulou dois comunicados sobre o ocorrido, decretando, em um deles, luto em todo o sistema carcerário do estado.

Salve 5 – CV-PA

11/04/2018

NOTA DE ESCLARECIMENTO

*Viemos através deste informar a todos irmãos do GP FINAL ESTADOS É PAÍSES que nós CVRLPA estamos em uma guerra árdua contra os governantes, a máquina opressora do estado do Pará, o sistema prisional que são polícia mas, na verdade, são milícia, não dão conta de nos matar na rua e estão matando gente inocentes nas ruas e matando nossos irmãos dentro do sistema, na sujeira, igual eles fizeram hoje um massacre dentro do CRPP3 tentando nos oprimir pensando que vamos (...)

SE EU AVANÇAR SIGA-ME

SE EU RECUAR MATE-ME

SE EU MORRER VINGA-ME. (...)

ATT: CONSELHO CV RL PA ALBR *L R L J U*

Salve 6 – CV-PA

Data 11/04/18

● *SALVE GERAL* ●

Viemos pedir para todas unidades do sistema do estado do Pará.

Quem visitar amanhã vamos manter todo o cárcere em silêncio, por motivo de condolências e manifestação pacífica dentro do sistema.

Sem sons ☉

Isso mostrara um pouco da nossa união e respeito aos irmãos que tiveram suas vidas ceifadas covardemente depois desse massacre.

É o mínimo que podemos fazer nesse momento de dor e tristeza.

Contamos com a colaboração de cada criminoso independente facções, famílias e, sim, amor ao crime do estado do Pará.

31. Como os que aconteceram no Compaj, do Amazonas, e na PAMC, de Roraima. Para mais informações, consultar Manso e Dias (2018).

Que hoje teve uma perda sem tamanho que irá ficar marcada nos nossos corações.

Desde já agradecemos pela atenção e compreensão de todos, muita fé em Deus.

ATT: CONSELHO C.V RL PA E RJ ► BR

Contudo, os acontecimentos de 2017 e 2018 apenas prenunciavam o massacre que ocorreria em 2019 no Pará, mais especificamente na cidade de Altamira. No dia 29 de julho, presos identificados como membros do CCA colocaram fogo na área onde estavam custodiados os membros do CV, provocando a morte de um total de 57 presos do Centro de Recuperação Regional de Altamira. Na ocasião, dezesseis deles foram decapitados. A barbárie conseguiria superar o massacre do Compaj (de 2017) e marcaria a presença do CCA/PCC na região sudoeste do estado.

No caso do Acre, a forte presença do PCC também esteve associada à aliança com um grupo local, o Bonde dos 13. Conforme o Censo do PCC, apresentado anteriormente, esse grupo teria 10 mil membros, sendo, portanto, um grupo forte e hegemônico no Acre. Não temos muitas informações sobre como são contabilizados os membros de cada grupo ou como são compreendidas as relações de membresia dentro deles nem sobre o efeito concreto dessas relações e qual a força do vínculo que se produz. De qualquer forma, é evidente que a oposição polarizada, em relação ao CV, se conforma a partir dessa aliança.

Em 2017, um salve do Bonde dos 13 faz uma sintética exposição do xadrez que envolve as alianças e as relações de oposição estabelecidas entre os diversos grupos, situando, em órbitas diretamente opostas, PCC e CV, e, em consequência disso, todos os grupos que gravitam em torno de um ou de outro.

Salve 7 – Bonde dos 13

Data: 06/04/2017

¶ A “sintonia geral B13” vem por meio dessa informar por águas transparentes a todos irmãos(a) B13, que estamos em um diálogo produtivo com a cúpula da *facção ADA* do RJ, onde fechamos um laço de amizade e desde já estes serão bem recebidos em nossas unidades e em quebradas B13, lutaremos sempre por um crime puro onde todo e qualquer um que fecha com o certo terá nosso apoio!

Hoje temos aliança com várias facções dos estados brasileiros e até internacionais, pois seguimos nosso lema onde *o Crime fortalece o Crime* e mostraremos que juntos seremos sempre mais forte para combater essa opressão dos governantes e o câncer do crime CVRL.

¶ O intuito desse laço de amizade é de expandir nossos progressos e fortalecer a todos de ambas partes Respeitando sempre a Ética do Crime, fomos procurados por várias facções de outros estados, as mesmas com intuitos de alianças, deixamos claro que somos leais a nossos amigos e aliados e aqueles que são aliados ao CVRL são nossos inimigos, e aqueles que não tem convívio com Ifara, CCA, PCC, ADA e B40 não

terá convívio com nossa família, desde que os mesmos nos passem a transparência dos fatos ocorridos, pois estamos todos juntos de verdade *em cima de manter o equilíbrio do crime brasileiro* e por fim nessa ditadura do câncer CVRL! (...)

Em julho de 2017, a aliança capitaneada pelo Bonde dos 13 avisa à população do Acre sobre a possibilidade do desencadeamento de violência nas ruas, em decorrência da guerra que se instalaria contra o CV.

Salve 8 – Bonde dos 13, julho de 2017

VENHO ATRAVÉS DESSAS PALAVRAS PEDIR UMA COMPREENSÃO DA POPULAÇÃO ACREANA *PARA NÃO ESTAREM SAINDO À NOITE QUE VAMOS ESTAR INVADINDO TODOS OS LOCAIS ONDE SE ENCONTRA CUVERMELHO E EXTERMINANDO TODOS. SOMOS A MAIOR FAMÍLIA DO BRASIL E ESSES MERDA DOS CUVERMELHO NÃO TEM ESPAÇO EM NENHUM LUGAR DO BRASIL. VAMOS ACABAR AQUI NO ACRE, LA EM RORAIMA OS IRMÃOS MATARAM TODOS NA RUA E NA CADEIA ESTAMOS QUASE CONCLUINDO A MISSÃO. PODE TER CERTEZA QUE MISSÃO DADA É MISSÃO CUMPRIDA (...)*

CUVERMELHOS VCS TÊM VÁRIOS SAFADOS COMO TALARICO, CAGUETA, ARROCHADOR, ESTRUPADOR ETC. TODO TIPO DE SAFADOS ESTÃO LÁ NO PAVILHÃO A.

ENTÃO ESTÁ BEM CLARO VAMOS ACABAR COM OS CUVERMELHO DO ESTADO DO ACRE E DO BRASIL. HOJE VAMOS COMEÇAR A INVADIR ASQUEBRADA, *SOMOS MAS DE 15 MIL HOMENS FOCADOS EM MATAR CUVERMELHO. VAMOS VINGAR AS MORTES QUE ACONTECERAM NO ACRE ONDE ESSES SAFADOS MATARAM POUCOS IRMÃOS NOSSOS, MAS, HOJE VAMOS VINGAR.*

GFGFGF 🖐️🖐️🖐️🖐️🖐️🖐️🖐️🖐️🖐️🖐️🖐️🖐️🖐️🖐️🖐️🖐️ deixo toda população do acre ciente que não vamos mexer com pessoas de família, nem com idosos, nem crianças só CUVERMELHO.

O salve do Bonde dos 13 traz a situação de hegemonia do PCC em Roraima como exemplo do que ocorreria no Acre, com a união entre os grupos e a soma de esforços para atacar o CV. Como aparece em muitos desses documentos, os conflitos entre os grupos criminais envolvem disputa por legitimidade, trazendo uma narrativa moral que reivindica o monopólio do “certo”, na mesma medida em que acusa o outro de ser de desprovido dos valores morais considerados legítimos no mundo do crime.

No caso do Amapá, como foi possível observar nos levantamentos realizados pelo PCC (censos), as alianças apresentam alta volatilidade, com grande oscilação das relações de colaboração, das lealdades e das oposições entre os grupos locais e os de fora – PCC e CV. Como exemplo dessa dinâmica, apresentamos a seguir

narrativas relacionadas às alianças e às rupturas estabelecidas entre alguns desses grupos.

Salve 9 – CV-AP, maio de 2017

12/05/2017

FAMÍLIA *CV PGC FDN CCA SDC OKAIDA*³² CREIO QUE TODOS SÃO CIENTES E PROVA VIVA DOS ÚLTIMOS ANOS A FORMA QUE O PCC 15-33 VEM AGINDO NOS ESTADOS *COM TOTAL DESRESPEITO AO CRIME CORRETO E AS FACÇÕES ORIUNDAS*. DURANTE ANOS NOS DO CV VIEMOS BUSCANDO O DIÁLOGO COM A SINTONIA DO RESUMO DISCIPLINAR, TENTANDO MANTER A PAZ E O SOSSEGO ENTRE O CRIME ORGANIZADO. PORÉM MANDAMOS VÁRIOS RELATÓRIOS ANALISADOS E COMPROVADO PARA SINTONIA DO PCC E NUNCA TIVEMOS UMA RESPOSTA DA PARTE DELES. *SABEMOS DO DESRESPEITO COM NOSSOS ALIADOS FDN NO AMAZONAS ASSIM COMO TAMBÉM AOS NOSSOS ALIADOS DO PGC SANTA CATARINA* E EM VÁRIAS ESTADOS TAMANHO DESRESPEITO QUE GEROU GUERRAS EM ESTADOS COM FACÇÕES ORIUNDAS. O PCC POR ESTA EM VÁRIOS ESTADOS QUERENDO OPRIMIR FACÇÃO ORIUNDAS E TOMAR O ESTADO DE FACÇÕES ORIUNDAS *NOS DO CV SEMPRE TIVEMOS O DIÁLOGO MAIS AS COISAS FORAM DE MAU A PIOR POR ELES SE ACHAREM MAIORAL SE ACHAREM DONOS DO CRIME NO BRASIL (...)* PORÉM NA DATA DE ONTEM COVARDIMENTE O PCC INVADIU PAVILHÃO NA CADEIA DO ESTADO DE RORAIMA ONDE CONVIVEM NOSSOS IRMÃOS DO CV NA HORA DA VISITA E TIRARAM VIDAS DE NOSSOS IRMÃOS E COMPANHEIROS COVARDEMENTE (...). ENTÃO NÓS, O CRIME CERTO JUSTO E CORRETO ESTAMOS UNIDOS AQUI, A GUERRA FOI DECLARADA VIDA SE PAGA COM VIDA, SANGUE SE PAGA COM SANGUE. (...) PEDIMOS ATENÇÃO DE NOSSOS LEAIS ALIADOS PARA PLANEJAR UMA TÁTICA, ARQUITETAR NOSSO ATAQUE EM FORMA DE DEFESA E COBRANÇA AO NOSSO SANGUE. *AS IDÉIAS E INTUITO QUE TEMOS A DIRECIONAR A VCS ALIADOS LEAIS E QUE TODOS NOS JUNTOS CV PGC FDN SDC OKAIDA CCA IREMOS ATACAR E BANIR O PCC DE NOSSOS ESTADOS ONDE SOMOS PREDOMINANTE. JUNTOS IREMOS CONTRATAR EM VÁRIOS ESTADOS AO MESMO TEMPO NO SISTEMA E NA RUA (...)*.

DA PARTE DO WL CV ESTADO DO AMAPÁ.

Salve 10 – CV-AP, outubro de 2018

COMANDO VERMELHO AMAPÁ CV.AP

SALVE GERAL

32. Aqui é mencionada a Okaida, facção criada e atuante na Paraíba, inimiga do PCC.

*APÓS REUNIÃO DO CONSELHO GERAL CV.AP + CONSELHO U.C.A DECIDIMOS TRANSPARECER POR MEIO DESTES SALVE AS DETERMINAÇÕES A SEGUIR. A PARTIR DESTA DATA DE HOJE NÓS, *COMANDO VERMELHO AMAPÁ E UNIÃO CRIMINOSA DO AMAPÁ* DEMOS AS MÃOS E JUNTOS LUTAREMOS INCANSAVELMENTE PELOS NOSSOS OBJETIVOS EM BUSCA DE UM CRIME MELHOR PURO E VERDADEIRO E LUTAREMOS DE UNHAS E DENTES CONTRA TODA E QUALQUER TIPO DE OPRESSÃO DENTRO DO NOSSO ESTADO VISANDO SEMPRE A PAZ AO CRIME PURO E O PROGRESSO E UNIÃO DE NOSSOS IRMAOS AMIGOS E COMPANHEIROS.*

QUEREMOS DEIXAR CLARO A TODO E QUALQUER INTEGRANTES DA U.C.A QUE ESTIVER EM QUALQUER QUEBRADA EM QUALQUER ESTADO ONDE TEMOS IRMAOS DO CV.RL PODEM BUSCAR NOSSA SINTONIA QUE SERÁ BEM RECEBIDOS E TRATADOS COMO IRMÃOS. (...)

CV.RL-AP + U.C.A-AP

ESPERO QUE OS IRMÃOS TENHAM ENTENDIDO POIS ACHO QUE FICOU BEM ESPECIFICADO.

AGRADEÇO PELA ATENÇÃO E COMPREENSÃO DE TODOS.

LIBERDADE, RESPEITO, LUTA, JUSTA E UNIÃO

MACAPÁ AP 11 DE OUTUBRO 2018

CONSELHO PERMANENTE CV AMAPÁ

Salve 11 – CV-AP, novembro de 2019

04/11/2019 – *COMANDO VERMELHO AP RJ*

Nota de esclarecimento

Vinhemos através deste TRANSPARECER a todos irmãos (a) amigos e companheiros que fecham 100% com nós as determinações a seguir.

*1) Facção criminosa ORIUNDA do estado do AMAPÁ denominada (U.C.A UNIÃO CRIMINOSA DO AMAPÁ) *não são mais nossos aliados e não fecham mais 100% com nos CV.RL, por tanto não somos mais membros do mesmo corpo.**

2) Os motivos qual nos levou tomar essa decisão foi pelo motivo de que um membro da U.C.A (...) espancou um irmão nosso CV.AP (...) no pavilhão P3 onde a disciplina e da U.C.A.

3) Nosso Conselho CV.AP procurou o CONSELHO DA U.C.A para pedir uma explicação sobre a questão onde se tratava de um membro deles (U.C.A) espancado um irmão nosso CV.AP no pavilhão onde a disciplina é da U.C.A, porém fizeram isso sem antes terem procurado nossa sintonia do CV.AP para resolvermos da melhor forma. E assim ouvindo os dois lados da moeda em decisão unânime punir o errado e fazer o certo prevalecer e o respeito que é de praxe a ser mantido.

4) Ao procurarmos o CONSELHO DA U.C.A que de bate pronto nos deu atenção e nos passaram o entendimento que tinha sido uma atitude isolada do irmão deles (...) e que o CONSELHO da U.C.A não tinha ciência disto. No automático nos CV.AP pedimos a exclusão do mesmo que espancou nosso irmão batendo de pau no rosto e em todo corpo, tomando atitude opressora que não condiz com o certo justo e o correto, para assim nós cobrar altura.

4) No outro dia a U.C.A que predomina no pavilhão F4 e P3 fizeram uma reunião, chamaram todos os nossos irmãos CV.AP que moravam no convívio deles e mandaram se retirar do convívio do pavilhão deles sem mais nem menos. Não nos deram uma explicação plausível para tamanho desrespeito.

*Sendo assim jamais vamos dar o RESPEITO em cima do DESRESPEITO. Nossos irmãos não são estupradores nem caguetas nem talaricos para serem oprimidos e tratados desta forma. Quero deixar claro a todos os irmãos, amigos e companheiros de todos ESTADOS e PAÍSES predominante pelo CVRL que *a partir da data de hoje está banido quaisquer membro da U.C.A que pisar em nossa quebrada que seja predominada pelo CVRL, na rua ou no sistema, também não serão aceitos em nosso meio e serão tratados da mesma forma que trataram Nossos irmãos CV.AP**

Deixamos claro a todos para tomarem conhecimento que U.C.A não são mais nossos aliados, porém não são nossos inimigos.

Macapá AP 04 de novembro 2019

Att: Conselho Geral CV.RL-AP

Esses dois últimos salves do CV do Amapá anunciando a aliança com a UCA e, depois, o rompimento, evidenciam que a construção desses laços, assim como a sua ruptura, está relacionada a normas regulatórias do universo criminal – especialmente dentro do espaço prisional – e à conformidade com uma ética que os diferentes grupos reivindicam para si mesmos. Nesse sentido, as narrativas de ruptura se articulam também em torno da ausência dessas mesmas normas e ética no grupo opositor. Vale lembrar que o estopim para a ruptura entre CV e PCC, que provocou a reconfiguração criminal do Brasil em 2016, foram conflitos envolvendo integrantes dessas duas facções, em estados em que nenhum deles tinha hegemonia sólida e estavam inseridos numa corrida por novos integrantes. É importante situar esses elementos factuais para que se considere com cautela a narrativa predominante na imprensa (assim como nas polícias e até no meio acadêmico), que associa diretamente essa ruptura à disputa por rotas de escoamento de drogas (alguns, inclusive, apontando a disputa específica pela rota do rio Solimões) e à execução de Jorge Rafaat, em Pedro Juan Caballero.³³

33. Para mais informações, consultar Manso e Dias (2018).

Entendemos que não há evidências suficientes para respaldar esse argumento, mas tão somente uma concepção parcial e redutora das relações entre os grupos criminais, limitadas à dimensão econômica, que despreza elementos morais, valores e discursos nos quais tais grupos se apoiam para regular suas relações e buscar legitimação junto aos demais integrantes e às comunidades onde estão inseridos.

Os documentos a que tivemos acesso (salves) contêm inúmeros outros exemplos de alianças e rupturas moldadas a partir de elementos morais e da ética do crime, envolvendo outras facções e outros estados da macrorregião Norte, que não serão aqui apresentados tendo em vista a similaridade que guardam – nos fatos e na narrativa moral e acusatória – com os documentos já transcritos.

Na próxima seção, será apresentado um caso fundamental para se compreender a dinâmica das facções, não apenas na macrorregião Norte, mas em todo o território nacional, bem como os meandros dos processos de construção de grupos criminais, com suas lealdades e relações de confiança, seus ritos e símbolos de pertencimento e de coesão de grupo.

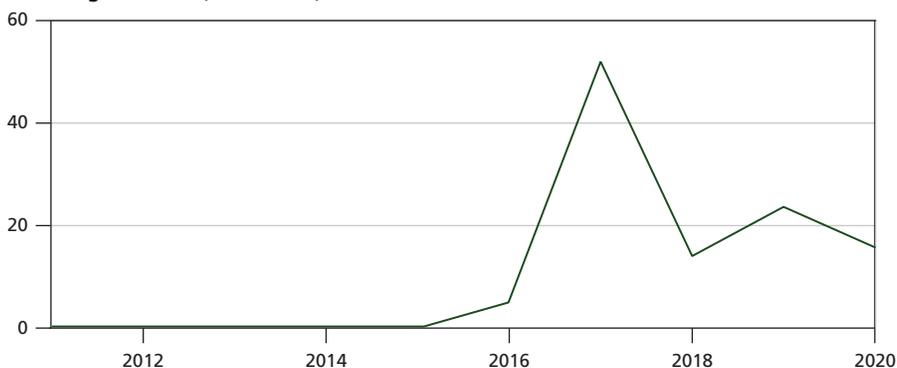
5 A ASCENSÃO VERTIGINOSA E A DECOMPOSIÇÃO METEÓRICA DA FDN

A partir de 2015, a FDN era considerada um dos principais grupos criminais do Brasil, atrás apenas de PCC e CV. Apesar de ser um grupo relativamente novo, fundado em 2007 (Siqueira e Paiva, 2019) e de ter sua base social e comunitária fundada num território específico, a cidade de Manaus (Amazonas), principalmente no bairro da Compensa, a FDN assumiu rapidamente uma posição central nos mercados ilícitos brasileiros, no sistema prisional e nos conflitos que explodiram no país a partir de 2016, constituindo-se como um vetor importante, ao lado do CV, no enquadramento binário do universo criminal que se configurou no Brasil desde então.

A partir do material da imprensa apresentado antes, fizemos um recorte apenas com as notícias sobre a FDN, que são bastante indicativas do processo social relacionado a esse grupo. O curto período entre sua ascensão e queda vertiginosas refletem inúmeros conflitos e desavenças internas, registrados em vários salves que coletamos.

GRÁFICO 7

Registro de ocorrências ou notícias veiculadas sobre a FDN na imprensa, por ano – região Norte (2010-2020)



Fonte: Acervo pessoal (2010-2020).
Elaboração da autora.

As notícias sobre a FDN começam a aparecer de forma tímida em 2015, sendo que em 2016 e 2017 se ampliam de forma vertiginosa, até começarem a decair a partir de 2018. A existência e a estrutura da FDN ficaram nacionalmente conhecidas por meio da Operação La Muralla, desencadeada pela Polícia Federal e outros órgãos de segurança entre 2014 e 2016. Assim, o período de início da representação desse grupo na imprensa coincide com o período de divulgação das informações dessa operação, que detalhou o seu funcionamento, incluindo as relações de corrupção que envolviam várias autoridades do governo do estado do Amazonas.

Conforme apontam Siqueira e Paiva (2019), a criação da FDN, assim como ocorreu com outras facções, foi apoiada num discurso ideológico que mobilizava sentimentos de pertencimento, identidade e lealdade em torno de valores associados às formas de fazer o crime. Os autores também chamam atenção para a perspectiva regionalista que muitas vezes esteve presente no discurso da FDN. Por meio do mote “No Norte tem Comando”, essa facção reuniu pessoas em torno de uma comunidade moral, com laços de pertencimento a uma “família” integrada, para a manutenção da hegemonia do crime na região Norte do país. Nesse sentido, colocava-se como elemento central de resistência à tentativa de influência e de avanço de facções de outras regiões, especialmente o PCC.

Essa comunidade moral, que se constituía como barreira ao avanço de “forasteiros” sobre os mercados, as prisões, as cidades e os bairros de estados da região Norte, também se movimentava para manter e consolidar sua posição nos mercados ilícitos da região ou que passavam pela região.

Como já ocorrido em outras regiões do país e abordado em outros trabalhos (Dias e Ribeiro, 2019; Dias, 2013), também no caso do Amazonas, o controle do sistema prisional foi um elemento central na conformação da dinâmica criminal do estado. Conforme explicam Siqueira e Paiva (2019, p. 146), "(...) a capacidade de estabelecer o mando e iniciar eventos no maior número possível de unidades prisionais demonstrou vitalidade da FDN como uma família capaz de exercer o comando do crime no Norte".

A peculiaridade das facções é a sua relação inequívoca com o sistema prisional – e com a FDN não é diferente. Conforme Siqueira e Paiva (2019), 2013 pode ser considerado um marco nas lutas pelo controle das unidades prisionais do Amazonas. Uma série de eventos ocorridos no sistema carcerário local sinalizava para a intensificação das disputas nas prisões, envolvendo vários grupos, especialmente o PCC e a FDN. Nesse processo, ocorreu um progressivo isolamento do PCC e um avanço da FDN sobre as prisões do estado. Em 25 de agosto de 2013, os presos considerados membros do PCC foram segregados nas áreas de “seguro”,³⁴ simbolizando, assim, a vitória da FDN na disputa pelos corações e pelas mentes dos presos (e, como demonstrado por investigações policiais, também da administração prisional) amazonenses.

Trata-se, portanto, de um processo político com relevante participação de agentes estatais, em busca de construir uma “ordem prisional” estável, num cenário de precariedade, miséria e violações de direitos, no bojo do qual a FDN alcança uma posição hegemônica. A partir de 2014, essa facção passa a ganhar notoriedade e reconhecimento como grupo importante dentro e fora das prisões do Amazonas (Siqueira e Paiva, 2019), conformando um cenário em que ela já se situava do lado oposto ao do PCC. Esse é um dos elementos precursores centrais para o aumento do tensionamento nacional e a posterior ruptura entre PCC e CV, que ocorreria em 2016, consolidando a polarização do crime com os dois antagonistas, em torno dos quais os outros grupos passariam a orbitar.

A partir de 2018, observa-se um intenso movimento de fragmentação no interior da FDN, envolvendo defecções de alguns de seus integrantes para o CV, demandas por fusão da FDN com o CV, além de tensionamentos, conflitos e

34. O “seguro” é o nome popular do espaço onde se aplica a “medida de segurança pessoal” existente em todo o sistema prisional brasileiro em unidades prisionais inteiras ou em parte delas. Trata-se de espaços reservados para presos que correm risco de vida se tiverem contato com a massa carcerária. Em termos simbólicos e das disputas de poder envolvendo os diferentes grupos criminais, implica também a posição minoritária em um determinado sistema prisional, indicando que o grupo inimigo é majoritário, ocupando a posição de “população carcerária”. Em geral, presos que cumprem pena por crimes sexuais ou envolvendo abusos contra crianças ocupam espaços de seguro. Dessa forma, ficar no “seguro” tem também implicações morais na conformação das identidades e narrativas associadas às disputas morais estabelecidas entre as facções, com efeitos de poder concreto e simbólico.

ameaças envolvendo os três líderes principais da FDN.³⁵ A análise de Siqueira e Paiva permite compreender, de um lado, os elementos que conferiram a coesão em torno da FDN, como “família”; e, de outro, a erosão desses mesmos elementos, o que nos permite situar a sua dissolução. Nas palavras dos autores:

A ideia de uma família que integra a todos em uma comunidade política e moral liderada por figuras respeitadas e que, em tese, representam os interesses de seus diversos integrantes foi, sem dúvida, uma ótima ideia que criou laços sociais significativos. O problema é que, como todas as ideias que criam certa “ordem social”, as facções são invenções efêmeras cuja reprodução ou mudança depende de equilíbrios tênues e resoluções de conflitos que envolvem a suspeita, a qualquer momento, de que o outro possa estar levando qualquer tipo de vantagem na relação. A lealdade é exigida a um alto preço, e conflitos, aparentemente, muito sérios podem ser contornados enquanto outros muitos simples podem levar ao rompimento definitivo. A partir da separação, grupos internos iniciaram o seu processo de autoafirmação em busca de outros arranjos e adesões para seguirem em seus projetos de acordo e alianças (Siqueira e Paiva, 2019, p. 142).

A FDN foi criada a partir da união de três grandes traficantes conhecidos na história do crime no estado do Amazonas (Siqueira e Paiva, 2019), a partir de uma convergência de ideias e valores que tinham como elemento central a afirmação de uma comunidade moral e social, apoiada na premissa de que o controle das prisões, dos territórios urbanos e fronteiriços deveria ser feito por pessoas que ali viviam e tinham suas raízes culturais, em contraposição a estrangeiros – leia-se o PCC – que queriam invadir, controlar e impor a sua forma de fazer o crime. As bases da FDN também se assentavam no objetivo comum de controle das rotas de escoamento de drogas e outras mercadorias que passam pelo rio Solimões, nas quais os três fundadores já atuavam. Assim, articulando o econômico e o moral, a FDN se estabeleceria de forma similar à história da criação de outras facções, que, a essa altura, já se consolidavam na dinâmica prisional e criminal brasileira. Contudo, no caso da FDN, alguns elementos de fragilização já estavam presentes desde a sua fundação, e as relações ambíguas que estabeleceu com o CV durante toda a sua breve história permitem compreender o seu ocaso.

Na sequência, transcrevemos alguns dos salves que narram pormenorizadamente os conflitos e disputas que levaram, em uns poucos anos, à dissolução da FDN.

35. Siqueira e Paiva (2019) explicam como a relação entre a FDN e o CV, ao contrário do que uma análise superficial levaria a crer, sempre esteve muito longe de ser estável. Houve momentos de aproximação e de colaboração, e nem sempre as lideranças da FDN e do CV convergiam na forma de compreender a relação entre as duas facções. Como se verá a seguir, esses tensionamentos envolvendo as duas facções são elementos centrais da crise que assolou a FDN e que culminou na sua dissolução.

Salve 12³⁶ – FDN/CVRJ, novembro de 2017

14/11/2017 22:05 SALVE GERAL FDN CV-RJ.³⁷

POR DETERMINAÇÃO DO *NOSSO IRMÃO NUMERO 1*, FICA DETERMINADA A *EXCLUSÃO E O DECRETO*³⁸ DO *PILAR GELSON CARNAUBA* DOS QUADROS DA FDN. E QUE, TODOS AQUELES Q SOMARAM COM ELE E NAO FOREM CONTRA ESTA DETERMINAÇÃO CONTINUARÃO SENDO CONSIDERADOS MEMBROS DA FDN. PORÉM AQUELES QUE NÃO ACATAREM TAMBÉM SERÃO EXCLUÍDOS E DECRETADOS.

Como vimos antes, o surgimento da FDN remete a 2006, sendo que seu fortalecimento se deu a partir de 2010, já num cenário de conflitos com PCC. Sua consolidação nas prisões amazonenses ocorre em 2013 e, no cenário criminal do estado, a partir de 2014. Contudo, foi a partir de 2015 – graças à repercussão da Operação La Muralla –, especialmente a partir de janeiro de 2017 – quando foi protagonista do massacre do Compaj –, que a FDN passou a habitar regularmente o debate sobre segurança pública, sistema prisional e violência.

No massacre do Compaj, ocorrido no primeiro dia de 2017, Gelson Carnaúba (vulgo Mano Gê) é apontado pelas autoridades como um dos responsáveis – até hoje ele responde judicialmente pelas mais de cinquenta mortes ocorridas naquela ocasião. Apesar de seu protagonismo no evento, que marcou a consolidação do poder da FDN no Amazonas e a posição periférica do PCC no estado, e de ser um dos pilares da fundação da FDN, Carnaúba foi, logo depois, excluído do grupo. Esse fato, anunciado no salve de novembro de 2017, também daria início à publicização dos tensionamentos produzidos no coração da FDN, ainda no ano que marcou a sua vitória contra o PCC no Amazonas. Esse seria o pontapé inicial dos processos de disputa, competição e divergência que provocariam a implosão da FDN.

A exclusão e a decretação de Mano Gê estariam relacionadas à intrincada, complexa e ambígua relação da FDN com o CV, que envolvia o desejo de parte dos líderes da FDN – especialmente, do próprio Mano Gê – de promover a fusão entre a FDN e o CV, dissolvendo a marca FDN em favor da facção carioca. Esse foi o ponto de partida dos conflitos internos à FDN, que resultaram na exclusão do Mano Gê e na sua migração para o CV. A partir daí, os conflitos foram se agravando e tornando mais complexa e tensa a relação entre os dois grupos.

36. Os salves serão apresentados conforme o original, corrigindo apenas erros gramaticais, a fim de evitar potencial identificação de seus autores. Mas, dado o caráter público e amplamente conhecido dos três líderes e fundadores da FDN e da centralidade da conflituosidade entre eles para compreender a dissolução da FDN, os nomes deles serão mantidos. São eles: João Pinto Carioca, o João Branco; Gelson Lima Carnaúba, o Mano Gê; e José Roberto Fernandes Barbosa, o Zé Roberto da Compensa.

37. Conforme será percebido a partir das transcrições dos salves, em algumas dessas mensagens, representa-se a aliança FDN-CV na autoria dos salves. Em todos os documentos transcritos aqui, reproduzimos da forma como se encontra no documento original.

38. *Decretar*, no jargão das facções prisionais, significa condenar à morte.

Salve 12 – CV, fevereiro de 2018

COMUNICADO

APOS REUNIAO DOS MEMBROS REPRESENTANTES DO CVRL ESTADOS E PAISES, VIEMOS POR MEIO DESSE COMUNICADO PASSAR A TODOS OS IRMAOS E AMIGOS QUE FECHAM 100% COM NÓS QUE *APARTIR DESTA DATA DE HOJE ESTARA BANIDO DE NOSSOS MEIOS DE COMUNICAO GRUPOS DO WHATSAPP TODO E QUALQUER MEMBRO DA FDN ATÉ QUE A SITUAÇÃO CONTURBADA DENTRO DA PROPRIA FDN SEJA RESOLVIDA ENTRE ELES.*

NOSSA ALIANCA ESTÁ SUSPENSA COMO JA TINHA SIDO PASSADO E DECIDIMOS POR MOTIVOS DE SEGURANÇA REMOVER DA NOSSA SINTONIA TODO E QUALQUER MEMBRO FDN. ATÉ QUE TUDO SE NORMALIZE ESTA PROIBIDO MEMBROS FDN EM NOSSA SINTONIA.

ESPERO QUE OS IRMAOS TENHAM ENTENDIDO, ACHO QIE FICOU BEM ESPECIFICADO.

DATA 23 DE FEVEREIRO 2018

Quadro Geral CVRL

Salve 13 – FDN, agosto de 2018

SALVE GERAL – CENTRAL DA FDN.

IRMÃOS, EM VIRTUDE DA SUSPENSÃO DE NOSSA ALIANÇA COM O CV-RJ E DE ALGUMAS MANIFESTAÇÕES ISOLADAS DOS MEMBROS DO CV, INFORMAMOS AQUI QUE A FAMÍLIA DO NORTE (FDN) CONTINUA UNIDA AOS SEUS PILARES E FIEL AO NOSSO ESTATUTO.

NO MOMENTO ESTE EPISÓDIO NÃO SIGINIFICA QUE SEUS MEMBROS IRÃO DESERTAR OU VIRAR A CASACA, POIS TODOS NOS QUE SOMOS VERDADEIROS MEMBROS DA FDN, JAMAIS OPTAREMOS POR FILLARMOS A OUTRAS FACÇÕES QUE NÃO REPRESENTEM Á VERDADEIRA LUTA PELA PAZ, PELA JUSTIÇA E A LIBERDADE DE TODOS. NÃO QUEREMOS AQUI DENEGRIR A GLORIOSA LUTA DO CV. CONTUDO JAMAIS IREMOS INCENTIVAR SEUS MEMBROS A DESERÇÃO. E, AQUELES Q OPTARAM E VESTIRAM A CAMISA DO CV AGRADECEMOS MAS SABEMOS QUE OS QUE SÃO VERDADEIRAMENTE FDN JAMAIS FUGIRÃO DA SUA RAIZ.

Os dois salves indicam que, antes da ruptura propriamente dita, ocorreu um afastamento entre a FDN e o CV, provocado, paradoxalmente, pela estreita proximidade que se conformou entre os dois grupos, especialmente no caso do Amazonas.³⁹ O esgarçamento das relações entre os dois grupos, que culmina na exclusão de Mano Gê dos quadros da FDN e sua imediata migração para o CV,

39. Essa proximidade parece ter se verificado também em outros contextos; por exemplo, no Ceará.

teria ainda sido motivado por: divergências entre os líderes da FDN; ruídos na comunicação entre eles (comuns nos casos de permanência prolongada em regimes de isolamento na prisão, caso dos três fundadores da FDN); interesses econômicos divergentes nos negócios ilícitos; e, possivelmente, pelos poucos elementos comuns entre FDN e CV, para além do posicionamento de ambos contra o PCC. A decisão declarada por Mano Gê, de “rasgar a camisa da FDN” e vestir a camisa CV-AM, foi o fator impulsionador de sua defecção do grupo do qual foi fundador.

O CV, em contrapartida, se posicionaria como se não tivesse tido nenhuma influência sobre os atritos internos à FDN. Ao contrário, no salve de fevereiro de 2018, portanto alguns meses após a exclusão de Mano Gê o CV, assinando como Quadro Geral,⁴⁰ e não como CV-AM, informou a decisão de separação da FDN até que o grupo amazonense ajustasse os conflitos internos. Dessa forma, o CV buscou evitar a potencial contaminação de seus quadros pela disputa interna da FDN, haja vista a frágil linha demarcatória existente entre os dois grupos no Amazonas naquele momento. A exposição da fragilidade da FDN impulsionou o afastamento do CV e sua busca por solidificar seus próprios contornos organizacionais e sua autonomia econômica e política, a despeito da manutenção da colaboração com a FDN.

Finalmente, o salve da FDN, emitido em agosto de 2018, sinalizou o processo de dissolução do grupo amazonense, já em curso naquele momento. Reconhecendo o fenômeno da migração de membros da FDN para o CV – possivelmente os grupos e os indivíduos ligados ao líder Mano Gê – e, ao mesmo tempo, reivindicando ser o único grupo legitimamente portador do direito de representar os amazonenses, isto é, reiterando os valores regionalistas que estão na base da sua fundação, a FDN busca manter sua unidade organizacional e evitar um rompimento definitivo com o CV. Vale notar, neste salve, que a FDN se refere ao CV-RJ, ou seja, à “matriz” do CV, identificada pela sigla do território original em que surgiu e de onde se espalhou para o resto do Brasil na última década.⁴¹

Salve 14 CV (provavelmente Mano GE/Gerson Carnaúba)

14/06/2018 – *VERGONHA NACIONAL*

40. O Quadro Geral do CV é uma espécie de comissão que reúne os principais nomes do CV de cada estado. Podemos afirmar que é equivalente à Sintonia Geral Final do PCC, considerando as diferenças estruturais e organizacionais entre os dois grupos. Assim, o Quadro Geral não implica adesão homogênea a um quadro normativo, tampouco unidade econômica e articulação organizacional. A instância máxima do CV não tem a preocupação de construir, deliberar e controlar procedimentos e mecanismos do CV, tampouco de cobrar uniformidade e homogeneidade em suas práticas. No caso em tela, por exemplo, trata-se de firmar posição comum do CV em relação aos conflitos envolvendo a FDN.

41. Não será possível aprofundar, neste relatório, uma análise do CV em termos de sua dinâmica política interna, das relações que estabelece nos mercados ilícitos com outros atores e da conformação da sua identidade na relação que estabelece com atores que, nos diversos estados brasileiros, utilizam a marca CV seguida da sigla do estado. Entendemos que esses aspectos indicam elementos importantes dessa facção, sobretudo em uma comparação com o PCC. Essa análise será apresentada em relatórios futuros, já que ultrapassaria o foco analítico sobre a macrorregião Norte, objeto deste texto.

E ATRAVES DESTE INFORMATIVO QUE VENHO COMO FORMA DE PERGUNTA, A TODOS CRIMINOSOS DA AMÉRICA LATINA REFERENTE AS GUERRAS DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSAS QUE ESTA OCORRENDO NO BRASIL. (...)

O MESMO PCC JA FOI ALIADO DO CVRL HÁ MUITOS ANOS ATRÁS DEIXANDO OS COMANDEIROS NA MÃO EM UMA SITUAÇÃO OCORRIDA NA DÉCADA DE 90 E FOI QUEBRADA ALIANÇA FICANDO O RESPEITO ENTRE ELAS. MAIS AI VEIO UMA NOVA EMPREITADA DO PCC, QUE ERA TOMAR O AMAZONAS MAS SE DEPAROU ALI COM A FDN. (...) ENGRAÇADO SÊ VCS ANALISAREM EM TODAS AS GUERRAS O PCC ESTÃO ENVOLVIDOS. *O PCC MAIS PARECE O ESTADOS UNIDOS QUE ENVIADO PELO DEMÔNIO PRA MATAR USURPAR MENTIR E DESTRUIR A TODOS POR ONDE PASSA SEMEANDO DISCÓRDIA E DESGRAÇA.*

ENFIM, JÁ ESTÁ 100% APURADA E CONCRETIZADA A ALIANÇA DO PCC DO FINADO GG DO MANGUE COM A FDN DO JOÃO BRANCO E ISTO AQUI NÃO É UM INFORMATIVOZINHO NÃO QUERENDO LUDIBRIAR ALGUÉM, SÃO INFORMAÇÕES DOS DOIS LADOS TANTO DOS PCC DO GG QUANTO DA FDN SO JOÃO BRANCO. POIS ZE ROBERTO NÃO MANDA MAIS EM NADA. (...)

MAS AGORA PARECE QUE JOÃO BRANCO E ZÉ ROBERTO VIRARAM A VERGONHA DO CRIME AMAZONENSE (...) *DE UM LADO PCC, SEDENTO E CEGO PELO DOMÍNIO DE TUDO. DO OUTRO LADO FDN SUJA E SEM CARÁTER. SERIA ISTO MEDO DE PERDER O AMAZONAS PRO “CV”??? SERIA ISTO UMA ESTRATEGIA DE AMBAS AS PARTES PARA ANIQUILAR O CVRL DO AMAZONAS??? (...)*

SABEMOS (...) QUE ALGUNS CRIMINOSOS DO AMAZONAS SÃO OPRIMIDOS PELA FDN DENTRO E FORA SISTEMA, QUE NINGUÉM PODE SER CRIMINOSO POPULAR NO AMAZONAS POIS E MORTO SE NÃO FECHAR COM A FDN (...).

POR QUE COMANDO VERMELHO TOMOU DORES DA FDN E PERDEU AMIZADE DOS PCC, AI FDN AGIU ERRADO EXCLUINDO GELSOM CARNAÚBA, E O COMANDO VERMELHO MESMO SABENDO QUE O GELSON ERA MINORIA OPTOU POR AGIR COM JUSTIÇA E FICOU EM MEIO DE DUAS NAJAS, DE UM LADO PCC, DE OUTRO A FDN.

(...) EU DIGO A TODOS OS CRIMINOSOS DO AMAZONAS, VCS NÃO PODEM TOMAREM NOME DE SAFADOS POR CAUSA DE UMA MINORIA CORRUPTA QUE ESTÁ HJ EM POSTOS QUE NÃO SÃO DIGNOS. VCS DO AMAZONAS SÃO LIVRES. PODEM ESTAR PRIVADOS MAS VOSSAS MENTES SÃO LIVRES. NADA PODE PRENDER VOSSAS CONSCIÊNCIAS, VOSSAS MENTES ESTÃO LIBERTAS DESTA SAFADEZA, ESTA FDN JUNTO COM PCC NÃO PASSAM DE CANALHAS. (...)

CRIMINOSOS DE TODO AMAZONAS, ACORDEM PELO AMOR DE DEUS ISTO. É UMA VERGONHA. *ESTA ALIANÇA IMUNDA, SUJA*, UM DE VCS VAI PAGAR O PREÇO COM A PRÓPRIA VIDA PELAS PATIFARIAS DO JOÃO BRANCO E ZÉ ROBERTO. PQ ZE ROBERTO NÃO MANDA EM NADA MAIS NÃO. *EU SEI E ACREDITO QUE NO AMAZONAS TODO TEM CRIMINOSOS DE VERDADE E SEI QUE MUITOS AI QUEREM SAIR DESTA SITUAÇÃO E VÃO SAIR (...).*

DEIXO GRANDE ABRAÇO AOS CRIMINOSOS DE ÍNDOLE DA AMÉRICA LATINA E DO BRASIL A TODA MASSA DO CRIME NEUTRO E AS ORGANIZAÇÕES DIGINAS DE RESPEITO E AOS PATRIOTAS DO AMAZONAS TODOS DEIXO MINHA OPINIÃO SOBRE TUDO ISTO, É A SEGUINTE... *VCS NAO PODEM PEGAR CULPA PELOS ERROS DE UMA MINORIA QUE SÓ JÁ TEM NO AMAZONAS PORQUE NOS OUTROS ESTADOS JÁ FORAM BANIDAS A FDN (...).*

Esse último *salve*, que traz uma narrativa bastante pessoal de um dos fundadores do FDN – o qual foi o primeiro a migrar para o CV –, é emblemático no que tange à centralidade da relação com o PCC, às alianças e aos mecanismos de legitimação que estiveram presentes na atuação da FDN e do CV no Amazonas. Nesse sentido, a oposição ao PCC é elemento central da aglutinação desses dois grupos, a argamassa que confere coesão àqueles que se vinculam a esses grupos criminais e conformam sua identidade coletiva. A narrativa ali construída visa minar a legitimidade da FDN, mobilizando justamente o principal elemento usado por ela para reivindicar uma identidade criminal regional: a oposição ao PCC. Por meio dessa narrativa, o primeiro fundador da FDN a migrar para o CV busca justificar sua posição e a superioridade moral do CV acusando a FDN de se associar ao PCC. No *salve*, o lugar político e moral atribuído ao PCC – “O PCC MAIS PARECE O ESTADOS UNIDOS QUE ENVIADO PELO DEMÔNIO PRA MATAR USURPAR MENTIR E DESTRUIR A TODOS POR ONDE PASSA SEMEANDO DISCÓRDIA E DESGRAÇA” – é também estendido à FDN, uma vez que ela é acusada de se unir ao grupo paulista.

Vale dizer que nunca se confirmou, ou se percebeu, qualquer união ou aproximação entre PCC e FDN. Ao contrário, chegou a circular um *salve* do PCC negando veementemente o que se denominava como “boatos”, com ameaças inclusive de decretação dos autores e disseminadores desses boatos. Independentemente dos elementos factuais, porém, importa aqui analisar a narrativa construída e situá-la no contexto do processo de faccionalização e de suas dimensões sociais, políticas e culturais, que, para além dos aspectos econômicos que, em geral, predominam na discussão desse fenômeno, conformaram lealdades, vínculos de pertencimento, oposições, conflitos e violência. Como explicam Siqueira e Paiva (2019, p. 133):

A estrutura básica da FDN foi constituída a partir do domínio de três grandes traficantes reconhecidos por sua história no crime amazonense. São figuras respeitadas e que deveriam ter a palavra final na definição das ações do grupo. O reconhecimento do mérito desses sujeitos foi fundamental para criar certa coesão em torno deles, fazendo com que suas ordens tivessem eficácia simbólica na formação do grupo. Os grandes conflitos internos à FDN, inclusive, passam pela capacidade desse núcleo concordar ou divergir quanto à orientação política e moral do grupo. Acusações de traições entre os três e mortes de lideranças ligadas a cada um constituíram a história da FDN, sobretudo, quando os três terminaram presos dentro do sistema prisional amazonense, necessitando da atuação de “homens de confiança” ligados a cada um fora da prisão.

Ao final de 2019, um novo conflito interno, desta vez envolvendo os outros dois líderes da FDN – João Branco e Zé Roberto da Compensa –, levou às novas divisões. Num primeiro momento, João Branco teria fundado a FDN Pura; mas, logo em seguida, este grupo teria sido tragado para a órbita do CV. O poder da FDN teria ficado restrito a poucos territórios de Manaus, especialmente as áreas de grande influência de Zé Roberto da Compensa.

Entre fevereiro e abril de 2020, conflitos extremamente violentos, atribuídos à disputa entre o que restara da FDN e o CV, deixaram um rastro de dezenas de mortos no bairro da Compensa, último reduto da facção amazonense. A violência se intensificou em vários territórios do Amazonas, especialmente em áreas periféricas de Manaus, até se estabilizar a partir do controle que passou a ser exercido pelo CV. Entre 2020 e 2021, a dissolução da FDN passou a ser evidenciada, e o nome de um novo grupo surgiu no noticiário amazonense: o CDN, que teria sido formado pelo que restou da FDN e por integrantes do CV, insatisfeitos com as ações da facção de origem carioca. Trata-se de um grupo novo, sobre o qual pouco se sabe até o momento, e que se origina a partir da disputa fratricida no seio da FDN e de sua relação ambígua com o CV. Nesse processo de dissolução, fusão e fragmentação, surgiu também o grupo RDA, que seria aliado ao PCC e que, mais recentemente, parece ter avançado de forma relevante em alguns territórios amazonenses, beneficiando-se da combustão da FDN e dos efeitos desta sobre o próprio CV.

Apesar da estabilidade alcançada pelo CV no Amazonas e de possíveis acomodações nos territórios que controla, após um período de intensa violência, o atual contexto amazonense permanece marcado pela instabilidade e pela fragilidade do arcabouço normativo e organizacional que o CV ostenta. Apesar de hegemônico no estado, da grande autonomia dos grupos regionais que compõem o CV e da ordem multicelular que caracteriza a sua organização, o CV parece permanecer sujeito às forças que questionam sua legitimidade na conformação moral do crime do Amazonas, e possivelmente será ainda alvo de focos múltiplos de conflitos.

O cenário criminal e faccional do Amazonas pode ser compreendido por dois elementos centrais: de um lado, o PCC, inovador paulista, cuja chegada provocou grande reação de criminosos locais, empenhados em salvaguardar seus territórios e suas valiosas rotas para o escoamento da cocaína, reuniu uma comunidade moral e social baseada fortemente na afirmação regionalista na defesa de seu patrimônio e de seus próprios valores no mundo do crime; e, de outro, a organização dos criminosos amazonenses em torno de dois grupos, FDN e CV, que viveram uma relação complexa, ambígua e paradoxal ao longo de todo esse período. A relação entre FDN e CV pode ser representada como uma espécie de construto mecânico composto de movimentos centrífugos no interior da FDN e de movimentos centrípetos em direção ao CV, que, ao mesmo tempo, se interseccionam, se complementam e se canibalizam, conforme a direção que orienta as forças sociais que incidem sobre eles.

Por fim, na última seção deste relatório, iremos apresentar alguns dados preliminares sobre uma área que, por diversas razões, é chave para a compreensão das dinâmicas criminais da macrorregião Norte: a Tríplice Fronteira Norte, entre Tabatinga (Brasil), Letícia (Colômbia) e Santa Rosa (Peru).

6 A TRÍPLICE FRONTEIRA NORTE: TABATINGA, LETÍCIA E SANTA ROSA

Partindo de um material de imprensa sobre as dinâmicas criminais da região da Tríplice Fronteira Norte, pretendemos traçar algumas análises preliminares dos mercados ilícitos e da violência na região.

A coleta desse material, referente ao período 2014-2021, resultou em 111 notícias que tratam de atividades criminais na região, não necessariamente citando facções criminais.⁴²

No que se refere à classificação das notícias conforme a categoria criminal (a ocorrência em si), temos a situação retratada na tabela 1 e no gráfico 8.

TABELA 1

Imprensa: registro de atividade ilícita – Tríplice Fronteira Norte (2014-2021)

	Categoria criminal
Ação policial	1
Associação criminosa	1
Contrabando	4
Crime ambiental	10
Furto	2

(Continua)

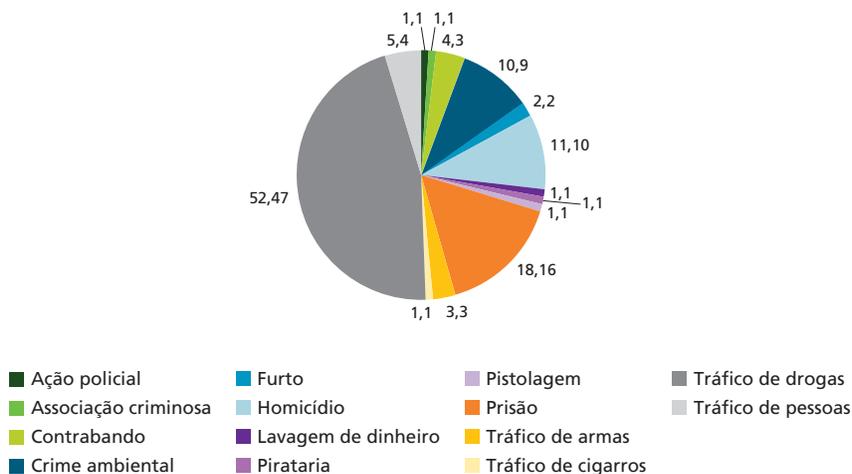
42. Os dados de imprensa sobre a Tríplice Fronteira foram coletados pelo discente pesquisador de iniciação científica Kaio Oliveira, no âmbito do projeto Dinâmicas criminais e mercados ilícitos: características de uma cidade transfronteiriça (Tabatinga-Amazonas).

(Continuação)

	Categoria criminal
Homicídio	11
Lavagem de dinheiro	1
Pirataria	1
Pistolagem	1
Prisão	18
Tráfico de armas	3
Tráfico de cigarros	1
Tráfico de drogas	52
Tráfico de pessoas	5
Total geral	111

Fonte: Acervo pessoal (2014-2021).
Elaboração da autora.

GRÁFICO 8
Categoria criminal – Tabatinga (2014-2021)
(Em %)

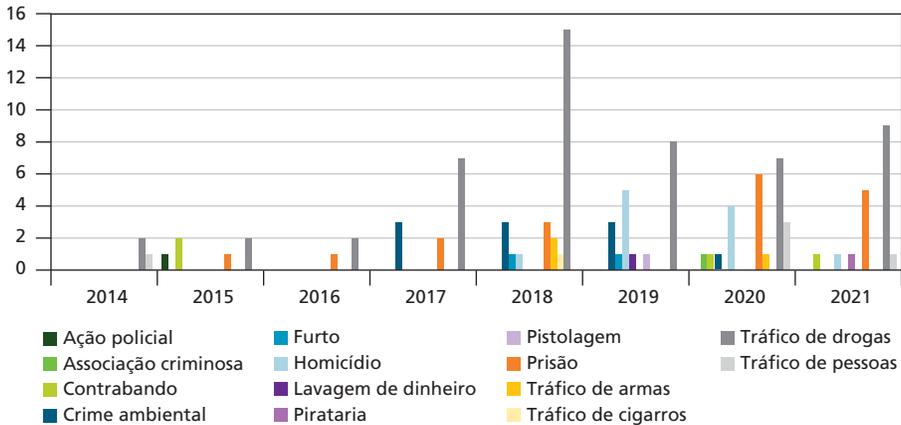


Fonte: Acervo pessoal (2014-2021).
Elaboração da autora.

No gráfico 8, chama atenção que mais de 50% das ocorrências registradas pela imprensa se referem ao tráfico de drogas, seguidas por menções a homicídios (mais de 10%) e crimes ambientais (10%). Além dessas, 18% das notícias falam sobre prisões/operações policiais que não estão atreladas a uma modalidade específica de crimes, conforme retratado nas reportagens.

GRÁFICO 9

Imprensa: registro de atividade ilícita por ano – Tríplice Fronteira Norte (2014-2021)



Fonte: Acervo pessoal (2014-2021).
Elaboração da autora.

Quando organizamos o material por ano, ainda que se mantenham as mesmas atividades centrais, chamam atenção o aumento do número de notícias sobre o tráfico de drogas a partir de 2018 e a redução de registros sobre crimes ambientais, tema cujo pico das menções ocorreu em 2017. No que diz respeito ao tráfico de drogas, importa salientar que, na mesma proporção em que aumentam as ocorrências registradas pela imprensa, diminui o volume de mercadorias apreendidas, segundo essas mesmas fontes (especialmente a partir de 2018). Ou seja, as notícias indicam o aumento das apreensões de pequenas quantidades de drogas em detrimento de quantidades maiores.⁴³ Isso sugere uma possível priorização da repressão a pequenos traficantes *vis-à-vis* operações que visam atores que transacionam grandes volumes de drogas. Mas essa questão será aprofundada em outro momento.

Considerando as notícias sobre tráfico e contrabando, entre as mercadorias apreendidas, sobressai-se a cocaína, seguida da maconha e das duas substâncias juntas (tabelas 2 e 3). Além disso, notícias sobre apreensões de armas, animais vivos e carnes de animais silvestres também apresentam volume relevante.

43. Essa questão foi apontada em primeiro lugar pelo aluno autor da coleta, Kaio Oliveira.

TABELA 2

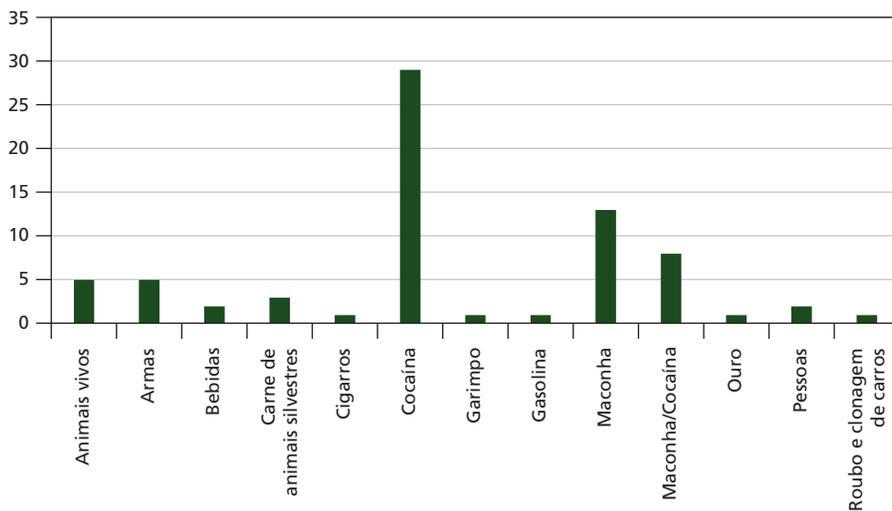
Imprensa: mercadoria apreendida – Tríplice Fronteira Norte (2014-2021)

Mercadoria	Quantidade
Animais vivos	5
Armas	5
Bebidas	2
Carne de animais silvestres	3
Cigarros	1
Cocaína	29
Garimpo	1
Gasolina	1
Maconha	13
Maconha/cocaína	8
Ouro	1
Pessoas	2
Roubo e clonagem de carros	1
Total geral	72

Fonte: Acervo pessoal (2014-2021).
Elaboração da autora.

GRÁFICO 10

Imprensa: mercadoria apreendida – Tríplice Fronteira Norte (2014-2021)



Fonte: Acervo pessoal (2014-2021).
Elaboração da autora.

Entre as ocorrências que envolvem crimes ambientais, contrabando e, principalmente, tráfico de drogas, é possível identificar a que etapa do comércio ilícito se refere o evento – se à produção, ao transporte, ao armazenamento, à logística, à venda no atacado ou no varejo, à lavagem de dinheiro ou ao financiamento. Nesse sentido, a tabela 3 indica a grande centralidade do transporte (de mercadorias ilícitas) na dinâmica criminal da região, que corresponde à quase metade das ocorrências registradas (51 de 111). Entre os meios de transporte mencionados, a quase totalidade das notícias indica o transporte hidroviário (44 registros num total de 51), conforme apresentado na tabela 3 e no gráfico 11.

TABELA 3

Imprensa: meio de transporte – Tríplice Fronteira Norte (2014-2021)

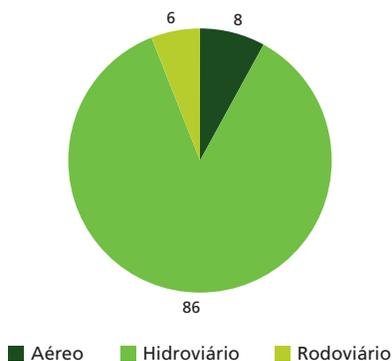
Rótulos de linha	Transporte
Aéreo	4
Hidroviário	44
Rodoviário	3
Total geral	51

Fonte: Acervo pessoal (2014-2021).
Elaboração da autora.

GRÁFICO 11

Imprensa: meio de transporte – Tríplice Fronteira Norte (2014-2021)

(Em %)



Fonte: Acervo pessoal (2014-2021).
Elaboração da autora.

Ainda que esses dados oriundos de notícias da imprensa sejam bastante sugestivos das atividades ilícitas na tríplice fronteira Brasil-Colômbia-Peru, há ainda algumas lacunas a sanar, para uma análise mais abrangente daquele contexto. Entre elas, destacamos a necessidade de aprofundar a compreensão do papel das facções criminais nas dinâmicas criminais e nos mercados ilícitos na região. Do conjunto

de matérias analisadas, apenas três notícias mencionam explicitamente o PCC, trazendo as seguintes informações:

- em 31 de janeiro de 2019, foi reportado o assassinato de um jovem que pertenceria ao PCC, por indivíduos ligados à FDN. De acordo com a notícia, ele era o líder do PCC na região e foi assassinado a tiros em Tabatinga;
- “Essa guerra entre FDN (Família do Norte) e PCC iniciou em dezembro de 2018 com a tentativa de homicídio de um dos líderes da FDN”,⁴⁴ explicou o comandante do 8º Batalhão de Polícia Militar em Tabatinga, Major Herlon;
- em 5 de fevereiro 2019, uma reportagem mencionou um confronto da polícia com suspeitos de furto na residência de um policial militar, e um dos indivíduos baleados era suspeito de integrar o PCC; e
- em 24 de julho de 2020, uma notícia informou sobre uma suposta aliança entre o PCC e a facção originária da região, Os Crias (da Tríplice Fronteira), que seria formada por membros remanescentes da FDN, do PCC, de um grupo colombiano denominado Alcateia e por criminosos peruanos. Além desses grupos, a reportagem menciona que Os Crias estariam sendo apoiados também pelo Ejército El Pueblo, milícia descendente das Farc. Conforme autoridades ouvidas pela reportagem, a aliança realizada pel’Os Crias tinha como objetivo impedir o CV de ter acesso às drogas e às armas por meio da Tríplice Fronteira:

O objetivo das alianças é ter facilidade para conseguir armas e munições e ter o controle e o domínio do tráfico de drogas na região e impedir que a facção rival Comando Vermelho (CV) tenha acesso aos fornecedores de droga e domine o comércio de entorpecente na tríplice fronteira. Quem quiser comprar droga tem que passar pela “Os Crias”, é o que dizem os criminosos.⁴⁵

Essas notícias trazem algumas pistas interessantes, sobretudo acerca d’Os Crias da Fronteira. Sobre estes, tivemos acesso a alguns documentos que circunscrevem alianças e tensionamentos que fazem parte de sua constituição. Trata-se de um grupo recém-criado, que se valeu da desagregação/junção de vários outros e que (ainda) não apresenta grande estabilidade. Por isso mesmo, vale a pena acompanhá-lo com maior atenção para compreender o papel desses atores nas dinâmicas locais.

Em 2019, um salve emitido pelo CV-AM expressa a grande centralidade que o CV passa a exercer no estado em detrimento do grupo que tem no Amazonas

44. Disponível em: <https://d24am.com/policial/lider-de-faccao-em-tabatinga-e-morto-a-tiros-diz-pm/>. Acesso em: 11 out. 2022.

45. Informações adicionais disponíveis em: <https://www.acritica.com/manaus/os-crias-surge-uma-nova-facc-o-criminosa-no-amazonas-1.35999>. Acesso em: 11 out. 2022.

o seu lugar de origem, a FDN. Expressando também a importância da região de Tabatinga nos mercados ilícitos do estado, a mensagem diz o seguinte:

Salve 15 – CV-AM, fevereiro de 2019

01/02/2019

▶ *INFORMATIVO CVRL-AM* ▶

*VIEMOS AQUI ATRAVÉS DESTA EXCLARECER A TODOS OS FORNECEDORES COLOMBIANOS, PERUANOS E BRASILEIROS QUE CORREM PELO CERTO SOBRE A FRONTEIRA, *O COMANDO VERMELHO NÃO ESTÁ AQUI PARA TOMAR NADA DE NINGUÉM PELO CONTRÁRIO CVRL-AM ESTÁ CHEGANDO PARA SOMAR E MULTIPLICAR*, RESPEITAMOS E ADMIRAMOS TODOS OS FORNECEDORES QUE CORREM PELO CERTO E SE DEPENDER DE NÓS VCS VÃO PODER TRABALHAR E NEGOCIAR COM QUEM VCS QUISEREM *PQ AQUI NO CVRL-AM NINGUÉM COBRA PORCENTAGEM DE FORNECEDORES E NÃO OBRIGAMOS NINGUÉM A NEGOCIAR COM NÓS (...) NOSSA GUERRA NÃO É COM OS CRIA DE TABATINGA, NEM COM OS CRIA DE LETICIA, POIS A FRONTEIRA É DE VCS E PELO QUE DEPENDER DO CVRL-AM CONTINUARÁ SENDO (...)* PORÉM NOSSA GUERRA É COM TODA ESSA RAÇA DE SAFADOS DA FDN, SABEMOS QUE NÃO SÃO TODOS MAS UMA BOA PARTE DA FDN NÃO PRESTA (...) ENTÃO FALAMOS A TODOS OS CRIA E FORNECEDORES DE TABATINGA QUE ESTAMOS COM VCS PARA O QUE PRECISAREM, JUNTOS LIBERTAREMOS A FRONTEIRA DE VCS DAS MÃOS DESSES VERMES LADRÃO DE DROGAS (...) SEM MAIS DEIXAMOS UM FORTE E RESPEITOSO ABRAÇO A TODOS IRMÃOS, FORNECEDORES E CRIAS DA FRONTEIRA*

▶ PAZ JUSTIÇA LIBERDADE LUTA E UNIAO ▶

ATENCIOSAMENTE COMANDO VERMELHO DO AMAZONAS ▶▶▶

No conjunto de documentos que compõem o acervo utilizado nesta pesquisa, este salve do CV-AM de 2019 é o primeiro em que aparece menção aos “Criás” entre aqueles a que tivemos acesso. No ano seguinte, em 2020, teremos documentos que estão reportados como tendo sido escritos pelos Criás, agora já configurados como uma “nova” facção. A seguir, uma sequência de salves que denotam os atritos que foram se acumulando entre Os Criás e o CV e que culminará no anúncio de aliança d’Os Criás com o PCC.

Salve 15 – Os Criás da Tríplíce Fronteira, fevereiro de 2020

Data: 24/02/2020

(...) NÓS CRIAS DA FRONTEIRA, NAO VINHEMOS PARA PERTUBA A ORDEM NEM COLOCAR MEDO NA SOCIEDADE DE BEM, ESTAMOS CIENTE DE UM SALVE PASSADO PELO CV AM, ONDE ESTAO DECLARANDO

GUERRA CONTRA TODOS DO MUNICIPIO DE TABATINGA (BR), LETICIA(CO) E SANTA ROSA(PE) QUE NAO FECHAREM COM CV.*

BEM OS CRIAS NÃO QUER GUERRA, ESSA NOVA ORGANIZACAO FOI CRIADA PELOS PRÓPRIOS CRIAS QUE SEMPRE ESTIVERAM PELO CERTO NA TPLC E QUE NAO ACEITAM O ERRADO.

*NOSSA LUTA NÃO É CONTRA O CV E SIM CONTRA TODOS AQUELES QUE QUEREM DOMINAR A FRONTEIRA DERRAMANDO SANGUE E AGINDO NA COVARDIA. (...) *SABEMOS QUE O CV-AM AGORA ESTA COM FORÇA NA CAPITAL E QUE O FOCO AGORA É TABATINGA. (...) NAO QUEREMOS GUERRA MAIS NAO VAMOS ABAIXAR CABEÇA PARA NINGUÉM COM ESSE TIPO DE IDEOLOGIA, DE COVARDIA E TRAIRAGEM. (...) *TABATINGA SEMPRE FOI UM MUNICÍPIO EM GUERRA, MAIS A PAZ VAI REINAR NA NOSSA FRONTEIRA DE UMA FORMA OU DE OUTRA, SE O CV QUISE GUERRA, VAMOS PRA GUERRA, SE QUISE PAZ ENTENDAM QUE NAO É DESSA FORMA QUE VÃO CONSEGUIR.

O CV AM ESTÃO FALANDO QUE TENTARAM DIALOGAR COM OS CRIAS TPLC, MAIS NAO FOI BEM ASSIM. ELES SIMPLISMENTE CHEGARAM NOS CRIAS DIZENDO QUE SE NAO FECHAREM VAO MORRER, OU VAO MATAR NOSSOS FAMILIARES. NAO É ASSIM QUE SE FAZ UM DIÁLOGO!

*ANTES DE VCS QUEREREM DOMINAR TUDO, NOS CRIAS JA ÉRAMOS CRIMINOSOS PELO CERTO, JÁ TÍNHAMOS NOSSOS PROGRESSOS (...).

MAIS NAO VAI SER AMAECANDO OS CRIAS QUE VAO CONSEGUIR A PAZ NA TPLC.

PODEM NOS CHAMAR DE MEIA DUZIA, MAIS NÓS SOMOS SÓ OS LEAIS 

ESTÃO PEDINDO TODO APOIO PARA EXTERMINAR OS CRIAS DA TPLC

MAIS ESQUECERAM QUE SOMOS OS CRIAS DA TPLC, SOMOS LEAIS A NOSSA TERRINHA. E ACIMA DE TUDO SOMOS NOS QUE MANTEMOS A PAZ.

OS SITSEMAS E AS RUAS DE TABATINGA, BC, LETÍCIA E SANTA ROSA ESTA COM OS CRIASBRCOPE . E PEDIMOS A TODOS A MANTEREM A PAZ E ARMONIA NA NOSSA TPLC.

SOMOS PELA PAZ, E SEMPRE AGINDO PELO CERTO

DEIXO AQUI NOSSOS FORTE E LEAIS ABRACOS A TODOS OS CRIAS DA TPLC.

*BRCOPEOS CRIAS DA FRONTEIRACOBPRPE *46

Salve 16 – 0 Os Crias da TPLC, maio de 2020

SALVE GERAL* *OS CRIAS T.P.L.C*

Data:15/05/2020

PRIMEIRAMENTE UMA BOA NOITE E UM FORTE E LEAL ABRAÇO A TODOS OS IRMÃOS QUE ESTÃO FECHADÃO FIRME E FORTE COM OS CRIAS TPLC. UMA BOA NOITE TAMBÉM A TODA A POPULAÇÃO DE BEM DA NOSSA TRÍPLICE FRONTEIRA...

TABATINGABR

LETÍCIACO

SANTA ROSAPE

VINHEMOS AQUI ATRAVÉS DESSE SALVE ESCLARECER ALGUMAS COISAS QUE ESSA *FACÇÃO LIXO -cvcúrsa-* ESTA FALANDO AO NOSSO RESPEITO. ESSES SAFADOS ESTÃO QUERENDO JOGAR A POPULAÇÃO DE BEM DA TRIPLECE FRONTEIRA CONTRA OS CRIAS COBRPE *MAIS ESQUECERAM QUE SOMOS CRIAS DA POPULAÇÃO E CADA MENTIRA QUE VCS SOLTAM SÓ MOSTRAM O QUANTO VCS SÃO LIXOS E NÃO SÃO CRIMINOSOS DE VERDADE.* A POPULAÇÃO DE BEM PREFEREM MIL VEZES NOIS DO QUE VCS SEUS MERDA, BANDO DE SAFADO AQUI VCS NÃO TEM MORAL, NÃO VCS NÃO TEM NEM 0,1% DA CIDADE E NO SISTEMA VCS VÃO SEMPRE MORA NA TRIAGEM ONDE É LUGAR DE ESTRUPADORES E SAFADOS COMO VCS. (...)

1ª A MORTE DO CÉSAR

COMO TODOS SABEMOS O AMIGO CÉSAR DO BARRIO SANTA ROSA ERA, JUNTO COM VAVAU, PRETINHO, CÉSAR COLOMBIANO (que o *-cvcúrosa-* mataram la em Manaus), TARCÍSIO, HAUSEN (que não queria fechar com eles), ELES ERAM OS PILARES DA ORGANIZAÇÃO FDN AQUI NA FRONTEIRA NO TEMPO QUE A FDN DOMINAVA O TRÁFICO DE DROGAS NA TRÍPLICE FRONTEIRA.COMO TODOS SABEMOS ESSES IRMÃOS TODOS MORRERAM COVARDEMENTE NAS MÃOS DESSES *-cvcúrosa-* (...)

2ª AS ÚLTIMAS MORTES QUE ACONTECERAM (...)

3ª A MENTIRA SOBRE A COBRANÇA DE IMPOSTO

QUEREMOS DEIXAR BEM CLARO QUE OS CRIA NÃO ESTORQUE E NEM COBRA IMPOSTO DE ABSOLUTAMENTE NINGUÉM, NEM DE COMERCIANTES, NEM DE PESSOAS HUMILDES, NEM MESMO DE BOCADAS, NEM DE TRAFICANTES. NOIS OS CRIAS TPLC COBRPE. (...)

OBG PELA ATENÇÃO UMA BOA NOITE A TODOS E UM FORTE ABRAÇO JUNTOS SOMOS MAIS FORTE. 🤝 A FRONTEIRA TERA DIAS MELHORES. 🙏 A PAZ DO NOSSO SENHOR JESUS CRISTO VAI REINAR NOVAMENTE 🙌🙌*OS CRIA TPLC COBRPE*

Salve 17 – CV-AM, maio de 2020

ESCLARECENDO ESSE “SALVE GERAL” MENTIROSO DESSES SAFADOS PILANTRAS do VULGO (...) E SUA CORJA DE ARROCHADORES E COVARDES DE TABATINGA

COMANDO VERMELHO

COBRPE

PRIMEIRAMENTE UMA BOA NOITE E UM FORTE E LEAL ABRAÇO A TODOS OS IRMÃOS QUE ESTÃO FECHADOS FIRME E FORTE COM O *COMANDO VERMELHO*COBRPE.

UMA BOA NOITE TAMBÉM A TODA A POPULAÇÃO DE BEM DA NOSSA TRÍPLICE FRONTEIRA...

TABATINGABR

LETÍCIACO

SANTA ROSAPE

*VINHEMOS AQUI ATRAVÉS DESSE SALVE, REALMENTE, ESCLARECER AS MENTIRAS QUE ESSA *turma de LIXO DA PIOR ESPECIE-criascú- ESTÁ FALANDO* AO NOSSO RESPEITO.*

ESSES SAFADOS, ARROCHADORES E COVARDES ESTÃO QUERENDO JOGAR A POPULAÇÃO DE BEM DA TRIPLECE FRONTEIRA CONTRA OS *COMANDO VERMELHO* COBRPE MAS ESQUECERAM QUE A VERDADE TARDA, PORÉM NÃO FALHA!

*SOMOS A FAVOR DA POPULAÇÃO E CADA MENTIRA QUE VOCÊS SOLTAM SÓ MOSTRA O QUANTO VOCÊS, *criascú*, SÃO LIXOS E NÃO SÃO CRIMINOSOS DE VERDADE. A POPULAÇÃO DE BEM PREFERE MIL VEZES, SIM, NÓS, *COMANDO VERMELHO*, AO INVÉS DE VOCÊS SEUS TAPURUZINHOS, BANDO DE SAFADOS. (...)*

ESCLARECENDO PRIMEIRAMENTE:

A MORTE DO CÉSAR (...)

ESSES SAFADOS TEM COMO SEU PATROCINADOR FINANCEIRO O *VERME, ENERGUMENO E URUBU (...) junior* PRÉ CANDIDATO A VEREADOR DE TABATINGA, UM DISSIMULADO, LIXO QUE NÃO MORREU ANTES PORQUE O PRÓPRIO CÉSAR INTERCEDEU JUNTO AO SEU PRIMO *MOTORA – ADI* O *VERDADEIRO LIDER DA FRONTEIRA* NA ÉPOCA, PARA QUE NÃO O MATASSEM. (...)

**O COMANDO VERMELHO* DEIXA BEM CLARO QUE NÓS NÃO TEMOS NADA A VER COM A MORTE DO CÉSAR, QUEM TEM SÃO os *criascú* (...)*

*ABRAM OS OLHOS MINHA GENTE DE TABATINGA ESSES *criascú-t.p.l.c* QUE ESTÃO MATANDO GENTE DE BEM, MAS QUEREM TIRAR O DELES DA RETA POR COVARDIA E MEDO, POIS SABEM QUE MATARAM O CÉSAR*

FOI A MAIOR FURADA DA VIDA DELES E NÃO FICARÁ EM PUNE, POIS A VERDADEIRA BATALHA PARA O FIM DELES COMEÇARÁ AGORA E MAIS FORTE QUE NUNCA!

2º AS ÚLTIMAS MORTES QUE ACONTECERAM (...)

AINDA NÃO ESTOU AÍ NA FRONTEIRA, DE ONDE EU SOU, *seus criascú-tp1c* PORQUE NÃO TEM COMO EU CHEGAR AÍ, NEM DE AVIÃO NEM DE BARCO, PORÉM NÃO ESQUEÇAM, EU TENHO MEU PESSOAL AÍ AGINDO, SÓ PRA INFORMAÇÃO DE VOCÊS, E REZEM MUITO PORQUE QUANDO EU CHEGAR AÍ, VOCÊS PODEM SE ESCONDER ATÉ NO INFERNO, EU IREI ENCONTRA-LOS! E QUANDO OS ENCONTRAR, VOU TORTURAR VOCÊS ATÉ A MORTE VAI SER POUCO SEUS “ *COMEDIAS* “ PRA VOCÊS APRENDEREM A SER BANDIDOS DE VERDADE E NÃO MATAREM GENTE DE BEM!

3º A MENTIRA SOBRE A COBRANÇA DE IMPOSTO

DEIXANDO BEM CLARO, EU QUEM DIGO, POIS QUEM ASSALTA AS PESSOAS PRA ROUBAR CELULAR SÓ PODE SER *criazinha* POIS A LUTA DO *COMANDO VERMELHO* É COM O SISTEMA! O *COMANDO VERMELHO* NÃO EXTORQUEM E NEM COBRAM IMPOSTOS DE ABSOLUTAMENTE NINGUÉM, NEM DE COMERCIANTES, NEM DE PESSOAS HUMILDES (...)

(...) *QUEREMOS DEIXAR BEM CLARO QUE NOSSA GUERRA E SOMENTE CONTRA OS -criascútp1c-*

O *COMANDO VERMELHO* NÃO FAZ O QUE ELES FAZEM: MATAR GENTE DO BEM, RECENTIMENTE OS crias vermes da fronteira VEM ALTERNANDO NOSSOS COMUNICADOS E INCLUINDO NOMES DE PESSOAS QUE NÃO TEM NADA A VER COM A GUERRA E NEM COM O CRIME.

ATÉ PEGARAM FOTOS E FIZERAM MONTAGEM DESSAS PESSOAS INOCENTES!

A FRONTEIRA TERA DIAS MELHORES, COM CERTEZA, QUANDO TODOS VCS FOREM ELIMINADOS DAÍ SEUS LIXOS INSIGNIFICANTES! 🙌🙌

EU SOU RAIZ DA CIDADE DE TABATINGA, TENHO 45 ANOS, NÃO IREI FALAR MEU NOME, LOGO ESTAREI AI, COM TODO MINHA TROPA, PRA DAR TOTAL APOIO PRO *MANO D*...

PAZ 🕊️

JUSTIÇA ⚖️

LIBERDADE 🗝️

COMANDO VERMELHO 🚩*

Nesses últimos salves, podemos acompanhar a disputa de mercado, mas também novamente a disputa moral e por legitimação, estabelecida entre Os Crias da Tríplíce Fronteira e o CV/FDN. Ainda em maio de 2020, Os Crias da Fronteira anunciaram a aliança com o PCC. O anúncio da parceria (amizade) ressalta a importância da relação com o PCC para o “progresso” do crime em geral, ou seja, trata-se de uma aliança estratégica para o PCC – em decorrência do território específico onde se situa – e também para Os Crias, em virtude da força e da posição do PCC no mercado de drogas internacional, bem como da sua vantagem nacional num eventual enfrentamento ao CV e a possíveis fragmentos da FDN que tenham permanecido na região.

Salve 18 – Os Crias TPLC, maio de 2020

🌳🌳COBRPE🌳🌳

COMUNICADO GERAL

OS CRIA T.P.L.C COBRPE

PRIMEIRAMENTE UMA BOA NOITE A TODA NOSSA QUERIDA TRIPLÍCE FRONTEIRA. E UM FORTE E LEAL ABRAÇO A TODOS OS IRMÃOS QUE ESTÃO FECHADO FIRME E FORTE NA PUREZA COM OS CRIA T.P.L.C COBRPE.

VINHEMOS COMUNICAR A TODOS OS IRMÃO QUE NA DATA DE HOJE DIA 29/05/2020 a CUPULA DOS CRIA T.P.L.C COBRPE, *ESTÃO FECHANDO UM LAÇO DE AMIZADE COM O PRIMEIRO COMANDO DA CAPITAL PCC. UMA AMIZADE QUE VAI TRAZER MELHORIAS, PROGRESSO E FORTALECIMENTO PARA AMBAS AS PARTES.*

NOSSA AMIZADE SERA UMA AMIZADE SOLIDA E TRANSPARENTE, ESTAMOS MUITO CONTENTES DE ESTAR DANDO ESSE GRANDE PASSO JUNTO COM OS IRMÃO DO PRIMEIRO COMANDO DA CAPITAL PCC, JUNTOS SEREMOS MAIS FORTES COMBATENDO TODO TIPO DE OPRESSÃO, EXTORSÃO ENTRE OUTRAS SAFADEZAS.

ESTAMOS FECHANDO ESSA CAMINHADA VIZANDO AS MELHORIAS E O PROGRESSO PARA TODOS, NOSSA AMIZADE SERA MUITO IMPORTANTE PARA O CRIME EM GERAL.

QUANDO CHEGAR UM IRMÃO DO PRIMIRO COMANDO DA CAPITAL PCC NA FRONTEIRA, E NOS DEMAIS MUNICÍPIOS E COMUNIDADES VIZINHAS ONDE A BANDEIRA DOS CRIA T.P.L.CCOBRPE ESTA LEVANTADA, OS IRMÃO DO PCC SERÃO MUITO BEM RECEBIDOS E TERÃO TODA A ATENÇÃO NECESSÁRIA.

UMA BOA NOITE A TODOS.

Paz

Justiça

União

igualdade

Lealdade

Liberdade

Organização e

Transparência

OS CRIA T.P.L.CCOBRPE

Conforme apresentado no tópico anterior, entre 2018 e 2020, a FDN passou por um processo de dissolução, em meio ao qual parte de seus integrantes migrou para o CV e outra parte constituiu um novo grupo – denominado CDN –, que não se pode dizer, até o momento, que esteja consolidado. Os Crias, por sua vez, também se movimentaram ao longo desse período e sofreram perdas importantes, que, para um grupo local e ainda em fase de consolidação, produziram efeitos relevantes na posição ocupada pelo grupo. Além disso, o estado do Amazonas, na região da sua capital, viu nascer um novo grupo, denominado RDA, que, assim como Os Crias da Tríplice Fronteira, é também aliado do PCC na conformação bipolar do crime no Brasil.

A análise da macrorregião Norte em geral e do estado do Amazonas em particular sinaliza para um contexto de elevada instabilidade no universo criminal e dificuldade de consolidação estável de quaisquer dos grupos atuantes no estado. Como parece ficar claro na análise dos processos de constituição e de enfraquecimento dos grupos criminais, bem como das alianças, dos rompimentos, das lealdades e das desconfianças estabelecidos entre eles, as peças continuam a se mexer no território amazonense, algumas vezes silenciosamente – como no caso do RDA e do PCC – e, em outros casos, provocando explosões de violência e aumento dos homicídios, especialmente em áreas estratégicas, como é o caso da Tríplice Fronteira, em Tabatinga, com conflitos envolvendo o CV e Os Crias, bem como também o CV e o CDN.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista complementar o estudo desenvolvido pelo Ipea chamado Dinâmicas da Violência e Políticas de Segurança Pública na Macrorregião Norte do Brasil, este relatório pretende contribuir para a compreensão do cenário da atuação das facções de base prisional naquele território. Para tanto, por meio de uma abordagem qualitativa, mobilizamos, de forma não exaustiva, a bibliografia técnica e acadêmica, notícias produzidas pela imprensa e documentos elaborados pelos próprios atores criminais, na forma de salves ou de censos.

Partindo do diagnóstico sobre as questões envolvidas na problemática da violência e da segurança pública, desenvolvido pela equipe do Ipea, procuramos aprofundar a compreensão dessa problemática pelo recorte analítico, que coloca em foco um tipo de ator criminal: as facções prisionais/criminais.

O processo que temos denominado de “faccionalização da dinâmica prisional e criminal do Brasil” e que se caracteriza por conectar a dinâmica da prisão com a dinâmica dos territórios – e vice-versa – tem capturado grande parte das atividades criminais e dos mercados ilícitos no país inteiro, reconfigurando as práticas e as relações estabelecidas entre os atores criminais, redefinindo lógicas de alianças, lealdades, cooperação, competição, conflitos e níveis, intensidade, formas e aspectos simbólicos e materiais da violência.

Como temos afirmado (Manso e Dias, 2018; Dias e Paiva, 2022), em cada região, o processo de faccionalização produz efeitos distintos, uma vez que a lógica desses atores interage de forma dinâmica com o contexto próprio em que se inserem, com os diversos outros atores, as diversas atividades e o respectivo cenário geográfico, cultural, político, social e econômico, que conformam dinâmicas próprias e que podem se caracterizar por maior ou menor conflitualidade.

A centralidade das relações entre grupos nacionais e grupos locais/regionais na macrorregião Norte é decorrência do caráter estratégico dessa região para os fluxos dos negócios ilícitos transfronteiriços, tendo em vista sua extensa fronteira com outros países, especialmente Colômbia, Peru e Bolívia, onde ocorre o maior volume da produção das drogas de grande consumo mundial (cocaína e cannabis). No âmbito dessas relações, os grupos locais/regionais, com suas múltiplas particularidades geográficas, culturais e sociais, procuram controlar tais fluxos em seus territórios de origem. Mas, em contrapartida, a parceria com os grupos de maior envergadura financeira e organizacional – como o PCC e o CV – parece importante para os grupos locais, em razão das conexões que os grandes grupos detêm com fornecedores de mercadorias no atacado e dos recursos financeiros, organizacionais e logísticos de que dispõem.

A relação com o território de origem e a identidade gerada por essa vinculação orgânica são muito claras para a FDN (no Amazonas, especialmente em Manaus) e para Os Crias da Tríplice Fronteira (em Tabatinga). Ao mesmo tempo, fica evidente a centralidade que os grupos nacionais atribuem à aliança com esses grupos, como forma de alcançar relevância em regiões onde inexistente vínculo com o território e com a comunidade local e de construir base social nos novos territórios.

Trata-se, portanto, de uma dinâmica econômica que está diretamente relacionada ao processo social de faccionalização do crime e das prisões brasileiras e que reconfigurou o cenário das atividades ilícitas e dos efeitos em termos de violência em todo o país, especialmente após 2016. A relação entre os grupos mais estruturados – PCC

e CV – com os grupos locais ou regionais se conforma a partir da dinâmica polarizada e dicotômica que se estruturou a partir de 2016 e na qual PCC e CV ocupam polos de forças opostas entre si, em torno dos quais orbitam outros atores criminais. Nesse cenário, até mesmo os grupos cuja origem ocorre nas ruas, como Os Crias da Tríplex Fronteira, assumem uma lógica organizacional e uma forma de atuação e de construção da sua identidade que é equiparada àquelas de base prisional. Portanto, é a prisão moldando as dinâmicas criminais e sendo moldada por elas, produzindo conformações sociais e econômicas próprias e estruturando o fenômeno da violência de uma forma que a narrativa moral, os lucros, o controle do território e a reivindicação de ser portador da ética criminal são todos elementos constitutivos das identidades, das alianças e das disputas.

A relação de PCC e CV com os grupos locais é central para a tentativa de enraizamento social e cultural dos atores vinculados a esses grupos, que costumam ser considerados “estrangeiros” e, especialmente no caso do PCC, cuja chegada é interpretada a partir de uma perspectiva regionalista que situa o avanço do PCC à histórica posição imperialista do estado de São Paulo na sua relação com os demais estados brasileiros (não por acaso, o PCC é comparado aos Estados Unidos em um dos documentos que apresentamos). Em contrapartida, muitas vezes os grupos locais se beneficiam fortemente dos canais de acesso às mercadorias e a mercados em outras regiões a partir das conexões com os grupos locais. A análise da atuação das facções criminais na macrorregião Norte do Brasil aponta para grande instabilidade nas relações que se estabelecem entre os diferentes grupos, certa fragilidade da maioria dos grupos locais ou regionais e volatilidade das relações que estabelecem com os grupos nacionais.

Nesse sentido, a intensificação da violência na macrorregião Norte pode estar relacionada, entre outros fatores, ao processo de faccionalização das dinâmicas criminais e aos conflitos e às práticas de violência que são próprios do universo desses grupos e cuja lógica, no caso analisado, se associou aos problemas típicos da região. Estes são caracterizados pela centralidade da questão ambiental em um contexto de afrouxamento dos mecanismos de fiscalização e controle institucionais, de degradação e destruição de órgãos encarregados desses controles e de apoio político ao avanço do crime na Amazônia, associado à dinâmica do progresso. A interação desses fatores prévios com a chegada de grupos organizados e armados, com lógica de lealdade e pertencimento, e vinculados inexoravelmente à prisão, reconfigurou o cenário regional, impulsionando a diversificação criminal propiciada pelo contexto ambiental amazônico e pela multiplicidade de atores presentes nos mais diversos mercados ilícitos, favorecendo novas conexões e também novos conflitos, e produzindo, enfim, a eclosão de uma violência que, se nunca foi desconhecida na região, passou a patamares nunca antes alcançados.

REFERÊNCIAS

- ABREU, A. de. **Cocaína**: a rota caipira. São Paulo: Record, 2016.
- BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Polícia Federal. **Operação La Muralla**. [s.l]: [s.n], 2016. (Relatório final).
- CANDOTTI, F. M.; CUNHA, F. M. da; SIQUEIRA, I. L. A grande narrativa do Norte: considerações na fronteira entre crime e estado. *In*: MALLART, F.; GODOI, R. (Org.). **BR 111**: a rota das prisões brasileiras. São Paulo: Veneta, 2017.
- COELHO, O. F.; SILVA, R. A. A crise no sistema prisional de Manaus. **Revista Artigos.com**, v. 6, p. 1-11, 2019. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/artigos/article/view/1493/834>. Acesso em: 4 abr. 2023.
- DIAS, C. N. **PCC**: hegemonia nas prisões e monopólio da violência. São Paulo: Saraiva, 2013.
- DIAS, C. N.; PAIVA, L. F. S. Facções prisionais em dois territórios fronteiriços. **Tempo Social**, v. 34, n. 2, p. 217-238, 2022.
- DIAS, C. N.; RIBEIRO, N. C. T. O deslocamento da prisão em três Comissões Parlamentares de Inquéritos (CPIs) e sua centralidade na conformação de redes criminais transnacionais. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 7, n. 17, p. 98-124, 2019.
- FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Cartografias das violências na região amazônica**. São Paulo, 2022. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/cartografias-das-violencias-na-regiao-amazonica/. Acesso em: 25 fev. 2023.
- FERREIRA, M. A. S.; FRAGMENTO, R. de S. Degradação da paz no Norte do Brasil: o conflito entre Primeiro Comando da Capital (PCC) e Família do Norte (FDN). **Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais**, v. 4, n. 2, p. 91-114, nov. 2019.
- FRAGMENTO, R. de S. **A degradação da paz no Norte do Brasil**: um exame a partir da violência entre Primeiro Comando da Capital (PCC) e Família do Norte (FDN). 2018. Monografia (Graduação) – Departamento de Relações Internacionais, Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/13828>.
- GRILLO, C. C. **Coisas da vida no crime**: tráfico e roubo em favelas cariocas. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- HIRATA, D. Letalidade e ilegalismos de negócios em uma tríplice fronteira sul-americana: primeira aproximação. **Dilemas: Revista de Estudos sobre Conflito e Controle Social**, edição especial, n. 3, Rio de Janeiro, p. 173-197, 2019.

HUTUKARA ASSOCIAÇÃO YANOMAMI; ASSOCIAÇÃO WANASSEDUUME YE'KWANA. **Yanomami sob ataque** – garimpo ilegal nas Terras Indígenas Yanomami e propostas para combatê-lo. Boa Vista: Hutukara Associação Yanomami; Associação Wanasseduume Ye'kwana, 2022.

MANSO, B. P.; DIAS, C. N. PCC, sistema prisional e gestão do novo mundo do crime no Brasil. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 11, n. 2, 2017. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/854>.

MANSO, B. P.; DIAS, C. N. **A guerra: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil**. São Paulo: Todavia, 2018.

MELO, F. Pena e perigo no governo da fronteira: considerações para uma análise generificada da fronteira amazônica de Brasil, Peru e Colômbia. **Revista de Ciências Sociais**, v. 49, n. 3, p. 201-242, 2018.

MISSE, M. **Malandros, marginais e vagabundos e a acumulação social da violência no Rio de Janeiro**. 1999. Tese (Doutorado) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1999.

NETTO, R. M. R.; CHAGAS, C. A. N. Além das grades: um estudo de caso sobre as estratégias utilizadas para integração dos presídios às redes territoriais externas do tráfico de drogas. **Geosul**, Florianópolis, v. 34, n. 73, p. 149-174, set.-dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/1982-5153.2019v34n73p149>.

OLIVEIRA, J. V. de. Retratos da violência urbana e da criminalidade em Boa Vista – Roraima: a capital mais setentrional do Brasil. **Revista Cadernos de Campo**, Araraquara, n. 22, p. 245-270, jan.-jul. 2017.

PAIVA, L. F. S. As dinâmicas do mercado ilegal de cocaína na tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 34, n. 99, 2018.

PAZ, A. de S.; NUNES, K. M. Massacre na Penitenciária Anísio Jobim: uma análise da narrativa jornalística no jornal A Crítica. *In*: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORTE, 18., jun. 2019, Parintins. **Anais... Amazonas**: Intercom, 2019. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/norte2019/resumos/R64-0130-1.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2023.

PONCHE, S. B. Discurso de facção e não de ficção: a análise do discurso do poder paralelo no Tocantins – Brasil. Aturá – **Revista Pan-Amazônica de Comunicação**, v. 4, n. 1, p. 235-247, 2020. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/atura/article/view/8479>.

SANTOS, A. P. M. dos. **Família do Norte**: um estudo de caso acerca de uma organização criminosamente amazônica. 2016. Dissertação (Mestrado) – Programa de Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos, Universidade do Estado do Amazonas, 2016. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4497713. Acesso em: 15 mar. 2023.

SILVA, P. L. da; SILVA, T.; RIBEIRO, R. L. A. **Crimes violentos letais e intencionais no confronto entre as facções criminosas nos residenciais Orgulho do Madeira e Morar Melhor em Porto Velho-RO**. 2020. Monografia (Especialização) – Centro de Ensino da Polícia Militar de Rondônia, Porto Velho, 2020. Disponível em: <https://dspace.mj.gov.br/bitstream/1/4655/1/Crimes%20Violentos%20Letais%20e%20Intencionais%20no%20Confronto%20entre%20Fac%20a7%20c3%20b5es%20Criminosas%20nos%20Residenciais%20Orgulho%20do%20Madeira%20e%20Morar%20Melhor%20em%20Porto%20Velho%20-%20RO.pdf>.

SIQUEIRA, Í. B. L.; PAIVA, L. F. S. “No Norte, tem Comando”: as maneiras de fazer o crime, a guerra e o domínio das prisões do Amazonas. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 7, n. 17, p. 125-154, 2019.

SOARES, R. R.; PEREIRA, L.; PUCCI, R. **Ilegalidade e violência na Amazônia**. [s.l.]: Centro de Empreendedorismo da Amazônia, dez. 2021. Disponível em: <https://amazonia2030.org.br/wp-content/uploads/2021/12/Soares-Pereira-Pucci-Relato%CC%81rio-AMZ-2030-26.pdf>.

TEIXEIRA, J. C. **O avanço do Primeiro Comando da Capital rumo à região Norte do país e o papel do Exército Brasileiro para frear esta expansão**. 2020. Monografia (Especialização) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Escola Marechal Castello Branco, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/7657/1/MO%200942%20-%20JANILSON.pdf>.

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

EDITORIAL

Coordenação

Aeromilson Trajano de Mesquita

Assistentes da Coordenação

Rafael Augusto Ferreira Cardoso

Samuel Elias de Souza

Supervisão

Ana Clara Escórcio Xavier

Everson da Silva Moura

Revisão

Alice Souza Lopes

Amanda Ramos Marques Honorio

Barbara de Castro

Brena Rolim Peixoto da Silva

Cayo César Freire Feliciano

Cláudio Passos de Oliveira

Clícia Silveira Rodrigues

Nayane Santos Rodrigues

Olavo Mesquita de Carvalho

Reginaldo da Silva Domingos

Jennyfer Alves de Carvalho (estagiária)

Katarinne Fabrizzi Maciel do Couto (estagiária)

Editoração

Anderson Silva Reis

Augusto Lopes dos Santos Borges

Cristiano Ferreira de Araújo

Daniel Alves Tavares

Danielle de Oliveira Ayres

Leonardo Hideki Higa

Natália de Oliveira Ayres

Capa

Natália de Oliveira Ayres

The manuscripts in languages other than Portuguese published herein have not been proofread.

Ipea – Brasília

Setor de Edifícios Públicos Sul 702/902, Bloco C

Centro Empresarial Brasília 50, Torre B

CEP: 70390-025, Asa Sul, Brasília-DF

Missão do Ipea

Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.

As altas taxas de homicídio da região Norte têm chamado atenção no cenário nacional, provocando debates e impulsionando iniciativas do poder público. O fenômeno possivelmente está associado às políticas de ocupação e integração daquele território, ainda na segunda metade do século XX, que promoveram intervenções territoriais e econômicas autoritárias e deram causa a inúmeros conflitos, entre os mais diversos atores e grupos sociais. No entanto, novas dinâmicas se sobrepõem a esse quadro histórico, relacionadas à expansão de mercados ilícitos e da presença naquele território de organizações criminosas que exploram ilegalmente os recursos naturais e o tráfico de drogas, submetendo ou se aliando a grupos que já atuavam na região.

O processamento desses conflitos transcende ao mero exercício do poder de polícia ou ao uso da força – ainda que estes possam ser necessários em algum caso. A retomada da proteção institucional à floresta e aos povos originários, a organização fundiária, o combate à pobreza e a melhoria do acesso à educação e à saúde são tarefas indispensáveis para a distensão dos conflitos na região. Porém, além disso, é urgente que as instituições de justiça e segurança pública exerçam extensiva e democraticamente seu papel de mediação entre os múltiplos interesses que ali se confrontam.

ISBN 978-65-5635-072-1



9 786556 350721 >